



PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO
RURAL 2014·2020

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ANUAL - 2021



ÍNDICE DE CONTEÚDOS

SUMÁRIO EXECUTIVO	21
1 INTRODUÇÃO	27
1.1 APRESENTAÇÃO.....	27
1.2 ENQUADRAMENTO SOCIOECONÓMICO	33
1.3 ALTERAÇÕES AO PROGRAMA	56
2 INFORMAÇÃO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA E RESPETIVAS PRIORIDADES	66
2.1 ANÚNCIOS DE APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS	66
2.2 CANDIDATURAS APRESENTADAS E INVESTIMENTO PROPOSTO	69
2.3 PROCESSO DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO	70
3 EXECUÇÃO FINANCEIRA.....	76
4 METAS E INDICADORES	82
4.1 INDICADORES COMUNS	82
4.2 ANÁLISE DE DESEMPENHO	82
4.3 ANÁLISE DA EXECUÇÃO POR PRIORIDADES	86
5 BALANÇO DETALHADO POR MEDIDA COM	90
5.1 Medida 01. Transferência de conhecimentos e ações de informação	90
5.2 Medida 02. Serviços de aconselhamento e serviços de gestão agrícola e de substituição nas explorações agrícolas	98
5.3 Medida 04. Investimentos em ativos físicos	106
5.3.1 Submedida 4.1. Apoio a investimentos em explorações agrícolas	108
5.3.2 Submedida 4.2. Apoio a investimentos na transformação/comercialização e/ou no desenvolvimento de produtos agrícolas.....	117
5.3.3 Submedida 4.3. Apoio a investimentos em infraestruturas relacionadas com o desenvolvimento, a modernização ou a adaptação da agricultura e silvicultura	125
5.3.4 Submedida 4.4. Apoio a investimentos não produtivos relacionados com a concretização dos objetivos em termos de agroambiente e clima ...	134
5.4 Medida 05. Restabelecimento do potencial de produção agrícola afetado por catástrofes naturais e acontecimentos catastróficos e introdução de medidas de prevenção adequadas.....	139
5.5 Medida 06. Desenvolvimento das explorações agrícolas e das empresas	146

5.6	Medida 07. Serviços básicos e renovação das aldeias em zonas rurais	152
5.7	Medida 08. Investimentos no desenvolvimento das zonas florestais e na melhoria da viabilidade das florestas	158
5.8	Medida 09. Criação de agrupamentos e organizações de produtores..	174
5.9	Medida 10. Agroambiente e clima	179
5.10	Medida 11. Agricultura biológica	224
5.11	Medida 12. Pagamentos a título da Natura 2000	231
5.12	Medida 13. Pagamentos relativos a zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras condicionantes específicas	235
5.13	Medida 15. Serviços silvoambientais e climáticos e conservação das florestas	242
5.14	Medida 16. Cooperação	249
5.15	Medida 17. Gestão de riscos.....	257
5.16	Medida 19. Apoio ao desenvolvimento local de base comunitária (DLBC) LEADER	261
5.17	Medida 20. Assistência técnica.....	273
5.17.1	Assistência técnica - Outros (Operações 20.1 e 20.3)	274
5.17.2	Rede Rural Nacional	279
5.18	Medida 21. Apoio temporário excecional aos agricultores e às PME afetados pela crise da COVID-19	286
5.19	Reforma antecipada	292
6	PROGRESSOS NA EXECUÇÃO DO PLANO DE AVALIAÇÃO	293
6.1	ALTERAÇÕES AO PLANO DE AVALIAÇÃO	293
6.2	ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO DESENVOLVIDAS DURANTE O ANO	294
6.3	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM RELAÇÃO AO FORNECIMENTO E À GESTÃO DE DADOS	295
6.4	ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO CONCLUÍDAS	296
6.5	ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO REALIZADAS RELACIONADAS COM A DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO	297
6.6	SEGUIMENTO DADO AOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO	298
7	MEDIDAS TOMADAS PARA GARANTIR A QUALIDADE E EFICÁCIA DO PROGRAMA.....	299
7.1	MEDIDAS TOMADAS PELA AG E PELO CA	299
7.1.1	Informação sobre Auditoria e Controlo.....	299
7.1.2	Informação sobre Sistemas de Informação.....	304

7.2	CONSTRANGIMENTOS IDENTIFICADOS NA GESTÃO DO PROGRAMA E MEDIDAS CORRETIVAS.....	312
7.2.1	Monitorização das Medidas / Operações	312
7.2.2	Monitorização dos Projetos Aprovados - “Operação Limpeza”.....	315
8	MEDIDAS TOMADAS PARA GARANTIR O CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E DE PUBLICIDADE DO PROGRAMA	323
8.1	FUNCIONAMENTO E ATIVIDADES DA REDE RURAL NACIONAL	323
8.1.1	Balanço da Implementação da RRN	323
8.1.2	Balanço da Execução do Plano de Ação	324
8.2	MEDIDAS DE PUBLICIDADE DO PROGRAMA	326
8.2.1	Estratégia da Autoridade de Gestão.....	326
8.2.2	Estratégia dos Grupos de Ação Local	333
	ANEXO I – Prioridades / Domínios de incidência	335
	ANEXO II – Legislação nacional.....	337
	ANEXO III – Indicadores de monitorização financeira.....	341
	ANEXO IV - Execução das ELD (por GAL)	343
	ANEXO V – Tabelas de indicadores comuns	351
	ANEXO VI - Relatório sobre a execução dos instrumentos financeiros ...	367

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1: ARQUITETURA DO PROGRAMA.....	31
QUADRO 2: AMBIENTE MACROECONÓMICO - ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL.....	33
QUADRO 3: AMBIENTE MACROECONÓMICO - PIB NA ÓTICA DA DESPESA EM PORTUGAL	37
QUADRO 4: COMPLEXO AGROFLORESTAL – IMPORTÂNCIA NA ECONOMIA.....	40
QUADRO 5: COMPLEXO AGROFLORESTAL - EVOLUÇÃO DO VAB.....	42
QUADRO 6: COMPLEXO AGROFLORESTAL - EMPREGO.....	42
QUADRO 7: COMPLEXO AGROFLORESTAL - EXPORTAÇÕES, IMPORTAÇÕES E SALDO COMERCIAL	44
QUADRO 8: ECONOMIA AGRÍCOLA - TAXA DE VARIAÇÃO MÉDIA ANUAL.....	45
QUADRO 9: ECONOMIA AGRÍCOLA - TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL.....	47
QUADRO 10: ECONOMIA AGRÍCOLA - INVESTIMENTO AGRÍCOLA E TOTAL DA ECONOMIA	49
QUADRO 11: ECONOMIA AGRÍCOLA - ESTRUTURA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA	50
QUADRO 12: ECONOMIA AGRÍCOLA - ESTRUTURA DOS CONSUMOS INTERMÉDIOS	53
QUADRO 13: PLANO FINANCEIRO POR PRIORIDADE – DESPESA PÚBLICA	59
QUADRO 14: PLANO FINANCEIRO POR PRIORIDADE – FEADER	62
QUADRO 15: PLANO FINANCEIRO POR PRIORIDADE – <i>NEXT GENERATION</i>	65
QUADRO 16: CONCURSOS ABERTOS PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS (EXCLUI AS MEDIDAS DE SUPERFÍCIE)	68
QUADRO 17: CANDIDATURAS APRESENTADAS ÀS MEDIDAS DE INVESTIMENTO	69
QUADRO 18: CANDIDATURAS APRESENTADAS ÀS MEDIDAS DE SUPERFÍCIE	70
QUADRO 19: COMPROMISSOS ASSUMIDOS E CONTRATAÇÕES (ACUMULADO)	72
QUADRO 20: COMPROMISSOS ASSUMIDOS POR PRIORIDADE/DOMÍNIO (ACUMULADO).....	73
QUADRO 21: COMPROMISSOS ASSUMIDOS POR PRIORIDADE/DOMÍNIO – <i>NEXT GENERATION</i> (ACUMULADO) ..	75
QUADRO 22: EXECUÇÃO FINANCEIRA POR PRIORIDADE/DOMÍNIO	76
QUADRO 23: EXECUÇÃO FINANCEIRA POR PRIORIDADE/DOMÍNIO - <i>NEXT GENERATION</i>	77
QUADRO 24: INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO 2014-2022 (POR MEDIDAS PDR2020)	79
QUADRO 25: INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO 2014-2022 (POR MEDIDAS COM)	80
QUADRO 26: INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO 2014-2022 (POR MEDIDAS COM - <i>NEXT GENERATION</i>) ..	81
QUADRO 27: RESERVA DE DESEMPENHO	83
QUADRO 28: QUADRO DE DESEMPENHO	84
QUADRO 29: EXECUÇÃO POR PRIORIDADE	88
QUADRO 30: EXECUÇÃO POR PRIORIDADE – <i>NEXT GENERATION</i>	89

QUADRO 31: M01 – TAXAS DE COMPROMISSO E DE EXECUÇÃO	90
QUADRO 32: M01 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS ENTRADAS, ANALISADAS E DECIDIDAS (ACUMULADO)	92
QUADRO 33: M01 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS APROVADOS (ACUMULADO)	93
QUADRO 34: M01 – TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIO DOS PROJETOS APROVADOS (ACUMULADO)	93
QUADRO 35: M01 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA DESPESA PÚBLICA DOS PROJETOS APROVADOS, POR RUBRICA DE INVESTIMENTO (ACUMULADO).....	94
QUADRO 36: M01 – DISTRIBUIÇÃO POR PRIORIDADE DOS PROJETOS APROVADOS, INCLUINDO TRANSITADOS (ACUMULADO)	95
QUADRO 37: M01 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	96
QUADRO 38: M01 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS ENCERRADOS E VALOR LIBERTADO (ACUMULADO) .	96
QUADRO 39: M02 – TAXAS DE COMPROMISSO E DE EXECUÇÃO	98
QUADRO 40: M02 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS, ANALISADAS E DECIDIDAS (ACUMULADO)	100
QUADRO 41: M02 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS APROVADOS (ACUMULADO)	101
QUADRO 42: M02 – TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIO DOS PROJETOS APROVADOS (ACUMULADO)	102
QUADRO 43: M02 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA DESPESA PÚBLICA DOS PROJETOS APROVADOS, POR RUBRICA DE INVESTIMENTO (ACUMULADO).....	102
QUADRO 44: M02 – DISTRIBUIÇÃO POR PRIORIDADE DOS PROJETOS APROVADOS, INCLUINDO TRANSITADOS (ACUMULADO)	103
QUADRO 45: M02 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	104
QUADRO 46: M02 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS ENCERRADOS E VALOR LIBERTADO (ACUMULADO) .	105
QUADRO 47: M04 – TAXAS DE COMPROMISSO E DE EXECUÇÃO	107
QUADRO 48: M04/4.1 – TAXAS DE COMPROMISSO E DE EXECUÇÃO	108
QUADRO 49: M04/4.1 – ABERTURA DE ANÚNCIOS EM 2021.....	109
QUADRO 50: M04/4.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS, ANALISADAS E DECIDIDAS (ACUMULADO).....	110
QUADRO 51: M04/4.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS APROVADOS (ACUMULADO)	111
QUADRO 52: M04/4.1 – TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIO DOS PROJETOS APROVADOS (ACUMULADO)	112
QUADRO 53: M04/4.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA DESPESA PÚBLICA DOS PROJETOS APROVADOS, POR RUBRICA DE INVESTIMENTO (ACUMULADO).....	113
QUADRO 54: M04/4.1 – DISTRIBUIÇÃO POR PRIORIDADE DOS PROJETOS APROVADOS, INCLUINDO TRANSITADOS (ACUMULADO)	114
QUADRO 55: M04/4.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	115
QUADRO 56: M04/4.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS ENCERRADOS E VALOR LIBERTADO (ACUMULADO)	116

QUADRO 57: M04/4.2 – TAXAS DE COMPROMISSO E DE EXECUÇÃO	117
QUADRO 58: M04/4.2 – ABERTURA DE ANÚNCIOS EM 2021.....	118
QUADRO 59: M04/4.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS, ANALISADAS E DECIDIDAS (ACUMULADO).....	119
QUADRO 60: M04/4.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS APROVADOS (ACUMULADO)	120
QUADRO 61: M04/4.2 – TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIO DOS PROJETOS APROVADOS (ACUMULADO)	121
QUADRO 62: M04/4.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA DESPESA PÚBLICA DOS PROJETOS APROVADOS, POR RUBRICA DE INVESTIMENTO (ACUMULADO).....	121
QUADRO 63: M04/4.2 – DISTRIBUIÇÃO POR PRIORIDADE DOS PROJETOS APROVADOS, INCLUINDO TRANSITADOS (ACUMULADO)	122
QUADRO 64: M04/4.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)..	123
QUADRO 65: M04/4.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS ENCERRADOS E VALOR LIBERTADO (ACUMULADO)	124
QUADRO 66: M04/4.3 – TAXAS DE COMPROMISSO E DE EXECUÇÃO	125
QUADRO 67: M04/4.3 - ABERTURA DE ANÚNCIOS EM 2021	126
QUADRO 68: M04/4.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS, ANALISADAS E DECIDIDAS (ACUMULADO).....	127
QUADRO 69: M04/4.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS APROVADOS (ACUMULADO)	128
QUADRO 70: M04/4.3 – TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIO DOS PROJETOS APROVADOS (ACUMULADO)	129
QUADRO 71: M04/4.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA DESPESA PÚBLICA DOS PROJETOS APROVADOS, POR RUBRICA DE INVESTIMENTO (ACUMULADO).....	129
QUADRO 72: M04/4.3 – PROJETOS APROVADOS POR CIM (ACUMULADO).....	130
QUADRO 73: M04/4.3 – DISTRIBUIÇÃO POR PRIORIDADE DOS PROJETOS APROVADOS, INCLUINDO TRANSITADOS (ACUMULADO)	131
QUADRO 74: M04/4.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)..	132
QUADRO 75: M04/4.3 – PROJETOS COM EXECUÇÃO INICIADA E ENCERRADOS, POR CIM (ACUMULADO)	132
QUADRO 76: M04/4.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS ENCERRADOS E VALOR LIBERTADO (ACUMULADO)	133
QUADRO 77: M04/4.4 – TAXAS DE COMPROMISSO E DE EXECUÇÃO	134
QUADRO 78: M04/4.4 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS, ANALISADAS E DECIDIDAS (ACUMULADO).....	135
QUADRO 79: M04/4.4 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS APROVADOS (ACUMULADO)	135
QUADRO 80: M04/4.4 – TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIO DOS PROJETOS APROVADOS (ACUMULADO)	136
QUADRO 81: M04/4.4 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA DESPESA PÚBLICA DOS PROJETOS APROVADOS, POR RUBRICA DE INVESTIMENTO (ACUMULADO).....	136
QUADRO 82: M04/4.4 – DISTRIBUIÇÃO POR PRIORIDADE DOS PROJETOS APROVADOS, INCLUINDO TRANSITADOS (ACUMULADO)	137

QUADRO 83: M04/4.4 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO) ..	138
QUADRO 84: M04/4.4 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS ENCERRADOS E VALOR LIBERTADO (ACUMULADO)	138
QUADRO 85: M05 – TAXAS DE COMPROMISSO E DE EXECUÇÃO	139
QUADRO 86: M05 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS, ANALISADAS E DECIDIDAS (ACUMULADO)	140
QUADRO 87: M05 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS APROVADOS (ACUMULADO)	141
QUADRO 88: M05 – TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIO DOS PROJETOS APROVADOS (ACUMULADO).....	142
QUADRO 89: M05 – DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA PÚBLICA DOS PROJETOS APROVADOS POR RUBRICA DE INVESTIMENTO E POR REGIÃO (ACUMULADO).....	142
QUADRO 90: M05 – DISTRIBUIÇÃO POR PRIORIDADE DOS PROJETOS APROVADOS, INCLUINDO TRANSITADOS (ACUMULADO)	143
QUADRO 91: M05 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	144
QUADRO 92: M05 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS ENCERRADOS E VALOR LIBERTADO (ACUMULADO) .	145
QUADRO 93: M06 – TAXAS DE COMPROMISSO E DE EXECUÇÃO	146
QUADRO 94: M06 – ABERTURA DE ANÚNCIOS EM 2021	147
QUADRO 95: M06 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS, ANALISADAS E DECIDIDAS (ACUMULADO)	148
QUADRO 96: M06 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS APROVADOS (ACUMULADO)	148
QUADRO 97: M06 – TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIO DOS PROJETOS APROVADOS (ACUMULADO)	149
QUADRO 98: M06 – DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS APROVADOS, POR GÊNERO E IDADE (ACUMULADO)	149
QUADRO 99: M06 – DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DOS PROJETOS APROVADOS (ACUMULADO)	149
QUADRO 100: M06 – DISTRIBUIÇÃO POR PRIORIDADE DOS PROJETOS APROVADOS, INCLUINDO TRANSITADOS (ACUMULADO)	150
QUADRO 101: M06 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	151
QUADRO 102: M06 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS ENCERRADOS E VALOR LIBERTADO (ACUMULADO)	151
QUADRO 103: M07 – TAXAS DE COMPROMISSO E DE EXECUÇÃO	152
QUADRO 104: M07 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS, ANALISADAS E DECIDIDAS (ACUMULADO)	154
QUADRO 105: M07 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS APROVADOS (ACUMULADO)	154
QUADRO 106: M07 – TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIO DOS PROJETOS APROVADOS (ACUMULADO)	155
QUADRO 107: M07 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA DESPESA PÚBLICA DOS PROJETOS APROVADOS, POR RUBRICA DE INVESTIMENTO (ACUMULADO).....	155
QUADRO 108: M07 – DISTRIBUIÇÃO POR PRIORIDADE DOS PROJETOS APROVADOS, INCLUINDO TRANSITADOS (ACUMULADO)	156

QUADRO 109: M07 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	156
QUADRO 110: M07 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS ENCERRADOS E VALOR LIBERTADO (ACUMULADO)	157
QUADRO 111: M08 – TAXAS DE COMPROMISSO E DE EXECUÇÃO	158
QUADRO 112: M08 – ABERTURA DE ANÚNCIOS EM 2021.....	160
QUADRO 113: M08 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS ENTRADAS, ANALISADAS E DECIDIDAS (ACUMULADO)	162
QUADRO 114: M08 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS APROVADOS (ACUMULADO)	164
QUADRO 115: M08 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA ÁREA DAS ESPÉCIES FLORESTAIS DOS PROJETOS APROVADOS (ACUMULADO)	166
QUADRO 116: M08 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA DESPESA PÚBLICA DOS PROJETOS APROVADOS, POR RUBRICA DE INVESTIMENTO (ACUMULADO).....	168
QUADRO 117: M08 - DISTRIBUIÇÃO POR PRIORIDADE DOS PROJETOS APROVADOS, INCLUINDO TRANSITADOS (ACUMULADO)	169
QUADRO 118: M08 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	171
QUADRO 119: M08 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS ENCERRADOS E VALOR LIBERTADO (ACUMULADO)	173
QUADRO 120: M09 – TAXAS DE COMPROMISSO E DE EXECUÇÃO	174
QUADRO 121: M09 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS, ANALISADAS E DECIDIDAS (ACUMULADO)	175
QUADRO 122: M09 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS APROVADOS (ACUMULADO)	176
QUADRO 123: M09 – TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIO DOS PROJETOS APROVADOS (ACUMULADO)	176
QUADRO 124: M09 – DISTRIBUIÇÃO POR PRIORIDADE DOS PROJETOS APROVADOS, INCLUINDO TRANSITADOS (ACUMULADO)	177
QUADRO 125: M09 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	177
QUADRO 126: M09 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS ENCERRADOS E VALOR LIBERTADO (ACUMULADO)	178
QUADRO 127: M10 – TAXAS DE COMPROMISSO E DE EXECUÇÃO	181
QUADRO 128: M10/10.1 – TAXAS DE COMPROMISSO E DE EXECUÇÃO.....	181
QUADRO 129: SM 10.1/7.2.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS COMPROMISSOS	183
QUADRO 130: SM 10.1/7.2.1 – TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIOS, POR REGIÃO E ÁREA (ACUMULADO).....	184
QUADRO 131: SM 10.1/7.2.1 – EFETIVOS DECLARADOS, POR REGIÃO E TIPO DE ANIMAL (ACUMULADO)...	184
QUADRO 132: SM 10.1/7.2.1 – NÚMERO DE EXPLORAÇÕES E ÁREA, POR REGIÃO E TIPO DE CULTURA (ACUMULADO)	185
QUADRO 133: SM 10.1/7.2.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS PAGOS (ACUMULADO)	185
QUADRO 134: SM 10.1/7.2.1 – REDE NATURA – DISTRIBUIÇÃO POR REGIÃO E PRIORIDADE DOS PROJETOS PAGOS (ACUMULADO).....	186

QUADRO 135: SM 10.1/7.3.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS COMPROMISSOS	187
QUADRO 136: SM 10.1/7.3.2 – TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIOS, POR REGIÃO E ÁREA (ACUMULADO).....	187
QUADRO 137: SM 10.1/7.3.2 – NÚMERO DE EXPLORAÇÕES E ÁREA, POR REGIÃO E TIPO DE CULTURA (ACUMULADO)	188
QUADRO 138: SM 10.1/7.3.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS PAGOS (ACUMULADO)	189
QUADRO 139: SM 10.1/7.3.2 – REDE NATURA – DISTRIBUIÇÃO POR REGIÃO E PRIORIDADE DOS PROJETOS PAGOS (ACUMULADO).....	189
QUADRO 140: SM 10.1/7.4.1/7.4.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS COMPROMISSOS	190
QUADRO 141: SM 10.1/7.4.1/7.4.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS COMPROMISSOS POR PRIORIDADE/DOMÍNIO ..	191
QUADRO 142: SM 10.1/7.4.1/7.4.2 – TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIOS, POR REGIÃO E ÁREA (ACUMULADO)	192
QUADRO 143: SM 10.1/7.4.1/7.4.2 – NÚMERO DE EXPLORAÇÕES E ÁREA, POR REGIÃO E TIPO DE CULTURA (ACUMULADO)	192
QUADRO 144: SM 10.1/7.4.1/7.4.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS PAGOS (ACUMULADO) ...	193
QUADRO 145: SM 10.1/7.4.1/7.4.2 – REDE NATURA – DISTRIBUIÇÃO POR REGIÃO E PRIORIDADE DOS PROJETOS PAGOS (ACUMULADO).....	194
QUADRO 146: SM 10.1/7.5.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS COMPROMISSOS	195
QUADRO 147: SM 10.1/7.5.1 – TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIOS, POR REGIÃO E ÁREA (ACUMULADO).....	196
QUADRO 148: SM 10.1/7.5.1 – NÚMERO DE EXPLORAÇÕES E ÁREA, POR REGIÃO E TIPO DE CULTURA (ACUMULADO)	196
QUADRO 149: SM 10.1/7.5.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS PAGOS (ACUMULADO)	197
QUADRO 150: SM 10.1/7.5.1 – REDE NATURA – DISTRIBUIÇÃO POR REGIÃO E PRIORIDADE DOS PROJETOS PAGOS (ACUMULADO).....	197
QUADRO 151: SM 10.1/7.6.1/7.6.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS COMPROMISSOS	198
QUADRO 152: SM 10.1/7.6.1/7.6.2 – TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIOS, POR REGIÃO E ÁREA (ACUMULADO)	199
QUADRO 153: SM 10.1/7.6.1/7.6.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS PAGOS (ACUMULADO) ...	200
QUADRO 154: SM 10.1/7.6.1/7.6.2 – REDE NATURA – DISTRIBUIÇÃO POR REGIÃO E PRIORIDADE DOS PROJETOS PAGOS (ACUMULADO).....	201
QUADRO 155: SM 10.1/7.7.1/7.7.2/7.7.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS COMPROMISSOS	202
QUADRO 156: SM 10.1/7.7.1/7.7.2/7.7.3 – TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIOS, POR REGIÃO E ÁREA (ACUMULADO)	203
QUADRO 157: SM 10.1/7.7.1 – NÚMERO DE EXPLORAÇÕES E ÁREA, POR REGIÃO E TIPO DE LAMEIRO (ACUMULADO)	204
QUADRO 158: SM 10.1/7.7.2 – ÁREA PAGA, POR REGIÃO E TIPO DE CULTURA (ACUMULADO).....	204
QUADRO 159: SM 10.1/7.7.3 – NÚMERO DE EXPLORAÇÕES E CN, POR REGIÃO (ACUMULADO)	204
QUADRO 160: SM 10.1/7.7.1/7.7.2/7.7.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS PAGOS (ACUMULADO)	205

QUADRO 161: SM 10.1/7.7.1/7.7.2/7.7.3 - REDE NATURA – DISTRIBUIÇÃO POR REGIÃO E PRIORIDADE DOS PROJETOS PAGOS (ACUMULADO)	206
QUADRO 162: SM 10.1/7.8.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS COMPROMISSOS	207
QUADRO 163: SM 10.1/7.8.1 – TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIOS, POR REGIÃO (ACUMULADO)	208
QUADRO 164: SM 10.1/7.8.1 – CN SOBRE COMPROMISSO, POR REGIÃO E ESPÉCIE/RAÇA (ACUMULADO)	209
QUADRO 165: SM 10.1/7.8.1 – NÚMERO DE EXPLORAÇÕES E CN, POR REGIÃO E ESPÉCIE/RAÇA (ACUMULADO)	210
QUADRO 166: SM 10.1/7.8.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS PAGOS (ACUMULADO)	211
QUADRO 167: SM 10.1/7.8.1 – REDE NATURA – DISTRIBUIÇÃO POR REGIÃO E PRIORIDADE DOS PROJETOS PAGOS (ACUMULADO)	211
QUADRO 168: SM 10.1/7.9.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS COMPROMISSOS	212
QUADRO 169: SM 10.1/7.9.1 – TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIOS, POR REGIÃO E ÁREA (ACUMULADO)	213
QUADRO 170: SM 10.1/7.9.1 – NÚMERO DE EXPLORAÇÕES E ÁREA, POR REGIÃO (ACUMULADO)	213
QUADRO 171: SM 10.1/7.9.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS PAGOS (ACUMULADO)	214
QUADRO 172: SM 10.1/7.9.1 – REDE NATURA – DISTRIBUIÇÃO POR REGIÃO E PRIORIDADE DOS PROJETOS PAGOS (ACUMULADO)	215
QUADRO 173: SM 10.1/7.12.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS COMPROMISSOS	216
QUADRO 174: SM 10.1/7.12.1 – TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIOS, POR REGIÃO E ÁREA (ACUMULADO)	216
QUADRO 175: SM 10.1/7.12.1 – NÚMERO DE EXPLORAÇÕES E ÁREA, POR REGIÃO (ACUMULADO)	217
QUADRO 176: SM 10.1/7.12.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS PAGOS (ACUMULADO)	217
QUADRO 177: SM 10.1/7.12.1 – REDE NATURA – DISTRIBUIÇÃO POR REGIÃO E PRIORIDADE DOS PROJETOS PAGOS (ACUMULADO)	218
QUADRO 178: M10/10.2 – TAXAS DE COMPROMISSO E DE EXECUÇÃO	218
QUADRO 179: SM10.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS ENTRADAS, ANALISADAS E DECIDIDAS (ACUMULADO)	220
QUADRO 180: SM10.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS APROVADOS (ACUMULADO)	220
QUADRO 181: SM10.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS RUBRICAS DE INVESTIMENTO DOS PROJETOS APROVADOS (ACUMULADO)	221
QUADRO 182: SM10.2 – DISTRIBUIÇÃO POR PRIORIDADE DOS PROJETOS APROVADOS, INCLUINDO TRANSITADOS (ACUMULADO)	221
QUADRO 183: SM10.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	222
QUADRO 184: SM10.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS ENCERRADOS E VALOR LIBERTADO (ACUMULADO)	223
QUADRO 185: M11 – TAXAS DE COMPROMISSO E DE EXECUÇÃO	224
QUADRO 186: M11 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS COMPROMISSOS	225
QUADRO 187: M11 – CARACTERIZAÇÃO DA OPERAÇÃO	226

QUADRO 188: M11 – NÚMERO DE EXPLORAÇÕES E ÁREAS PAGAS POR REGIÃO E TIPO DE CULTURA	227
QUADRO 189: M11 – NÚMERO DE EXPLORAÇÕES E ÁREAS PAGAS POR REGIÃO E POR TIPO DE CULTURA – <i>NEXT GENERATION</i>	228
QUADRO 190: M11 – EFETIVOS DECLARADOS NO ANO	228
QUADRO 191: M11 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS PAGOS (ACUMULADO)	229
QUADRO 192: M11 – REDE NATURA – DISTRIBUIÇÃO POR REGIÃO E PRIORIDADE DOS PROJETOS PAGOS (ACUMULADO)	230
QUADRO 193: M12 – TAXAS DE COMPROMISSO E DE EXECUÇÃO	231
QUADRO 194: M12 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS COMPROMISSOS	232
QUADRO 195: M12 – TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIOS, POR REGIÃO E ÁREA (ACUMULADO).....	232
QUADRO 196: M12 – NÚMERO DE EXPLORAÇÕES E ÁREA, POR REGIÃO E TIPO DE CULTURA (ACUMULADO)...	233
QUADRO 197: M12 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS PAGOS (ACUMULADO)	233
QUADRO 198: M12 – REDE NATURA – DISTRIBUIÇÃO POR REGIÃO E PRIORIDADE DOS PROJETOS PAGOS (ACUMULADO)	234
QUADRO 199: M13 – TAXAS DE COMPROMISSO E DE EXECUÇÃO	235
QUADRO 200: M13 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS COMPROMISSOS	236
QUADRO 201: M13 – TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIOS, POR REGIÃO E ÁREA (ACUMULADO).....	238
QUADRO 202: M13 – NÚMERO DE EXPLORAÇÕES E ÁREA, POR REGIÃO (ACUMULADO).....	238
QUADRO 203: M13 – DISTRIBUIÇÃO POR PRIORIDADE DOS COMPROMISSOS, INCLUINDO TRANSITADOS (ACUMULADO)	239
QUADRO 204: M13 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS PAGOS (ACUMULADO)	240
QUADRO 205: M13 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA ÁREA PAGA (ACUMULADO)	240
QUADRO 206: M13 – REDE NATURA – DISTRIBUIÇÃO POR REGIÃO E PRIORIDADE DOS PROJETOS PAGOS (ACUMULADO)	241
QUADRO 207: M15 – TAXAS DE COMPROMISSO E DE EXECUÇÃO	242
QUADRO 208: SM 15.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS COMPROMISSOS.....	243
QUADRO 209: SM 15.1 – NÚMERO DE EXPLORAÇÕES E ÁREA, POR REGIÃO (ACUMULADO)	244
QUADRO 210: SM 15.1 – REDE NATURA – DISTRIBUIÇÃO POR REGIÃO E PRIORIDADE DOS PROJETOS PAGOS (ACUMULADO)	245
QUADRO 211: SM 15.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS ENTRADAS, ANALISADAS E DECIDIDAS (ACUMULADO)	246
QUADRO 212: SM 15.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS APROVADOS (ACUMULADO).....	246
QUADRO 213: SM 15.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA DESPESA PÚBLICA DOS PROJETOS APROVADOS POR RUBRICA DE INVESTIMENTO (ACUMULADO).....	247
QUADRO 214: SM 15.2 – DISTRIBUIÇÃO POR PRIORIDADE DOS PROJETOS APROVADOS (ACUMULADO)	247
QUADRO 215: SM 15.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	248

QUADRO 216: M16 – TAXAS DE COMPROMISSO E DE EXECUÇÃO	249
QUADRO 217: M16 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS ENTRADAS, ANALISADAS E DECIDIDAS (ACUMULADO)	251
QUADRO 218: M16 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS APROVADOS (ACUMULADO)	252
QUADRO 219: M16 – TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIO DOS PROJETOS APROVADOS (ACUMULADO)	253
QUADRO 220: M16 – DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA PÚBLICA DOS PROJETOS APROVADOS POR RUBRICA DE INVESTIMENTO E POR REGIÃO (ACUMULADO).....	253
QUADRO 221: M16 – DISTRIBUIÇÃO POR PRIORIDADE DOS PROJETOS APROVADOS, INCLUINDO TRANSITADOS (ACUMULADO)	254
QUADRO 222: M16 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	255
QUADRO 223: M16 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS ENCERRADOS E VALOR LIBERTADO (ACUMULADO)	256
QUADRO 224: M17 – TAXAS DE COMPROMISSO E DE EXECUÇÃO	257
QUADRO 225: M17 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS COMPROMISSOS POR TIPO DE APÓLICE.....	258
QUADRO 226: M17 – DISTRIBUIÇÃO DOS COMPROMISSOS POR TIPOS DE CULTURA ABRANGIDOS NAS APÓLICES E POR NUTII	259
QUADRO 227: M17 – DISTRIBUIÇÃO DOS COMPROMISSOS POR PRIORIDADE/DOMÍNIO.....	259
QUADRO 228: M17 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS PAGOS.....	260
QUADRO 229: M19 – TAXAS DE COMPROMISSO E DE EXECUÇÃO	262
QUADRO 230: M19 – ABERTURA DE ANÚNCIOS EM 2021	263
QUADRO 231: M19 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS, ANALISADAS E DECIDIDAS (ACUMULADO)	264
QUADRO 232: M19 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS APROVADOS (ACUMULADO)	265
QUADRO 233: M19 – TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIO DOS PROJETOS APROVADOS (ACUMULADO)	266
QUADRO 234: SM19.2 – TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIO DOS PROJETOS APROVADOS (ACUMULADO).....	267
QUADRO 235: SM19.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA DESPESA PÚBLICA DOS PROJETOS APROVADOS, POR RUBRICA DE INVESTIMENTO (ACUMULADO).....	268
QUADRO 236: SM19.2 – DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DA DESPESA PÚBLICA APROVADA, NAS OPERAÇÕES 10.2.1.1 E 10.2.1.2	269
QUADRO 237: SM19 – DISTRIBUIÇÃO POR PRIORIDADE DOS PROJETOS APROVADOS, INCLUINDO TRANSITADOS (ACUMULADO)	270
QUADRO 238: M19 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	271
QUADRO 239: M19 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS ENCERRADOS E VALOR LIBERTADO (ACUMULADO)	272
QUADRO 240: M20 – TAXAS DE COMPROMISSO E DE EXECUÇÃO	273
QUADRO 241: M20/AT – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS, ANALISADAS E DECIDIDAS (ACUMULADO).....	275

QUADRO 242: M20/AT – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS APROVADOS (ACUMULADO)	276
QUADRO 243: M20/AT - DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA PÚBLICA DOS PROJETOS APROVADOS POR RUBRICA DE INVESTIMENTO E POR REGIÃO (ACUMULADO).....	276
QUADRO 244: M20/AT – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO) .	277
QUADRO 245: M20/AT – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS ENCERRADOS E VALOR LIBERTADO (ACUMULADO)	278
QUADRO 246: M20/RRN - ABERTURA DE ANÚNCIOS EM 2021	280
QUADRO 247: M20/RRN – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS, ANALISADAS E DECIDIDAS (ACUMULADO).....	280
QUADRO 248: M20/RRN – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS APROVADOS (ACUMULADO)	281
QUADRO 249: M20/RRN - TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIO DOS PROJETOS APROVADOS (ACUMULADO).....	282
QUADRO 250: M20/RRN – DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA PÚBLICA DOS PROJETOS APROVADOS POR RUBRICA DE INVESTIMENTO E POR REGIÃO (ACUMULADO).....	283
QUADRO 251: M20/RRN – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)....	284
QUADRO 252: M20/RRN – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS ENCERRADOS E VALOR LIBERTADO (ACUMULADO)	285
QUADRO 253: M21 - TAXAS DE COMPROMISSO E DE EXECUÇÃO	286
QUADRO 254: M21 – DOTAÇÃO ORÇAMENTAL, POR SETOR ELEGÍVEL E FASE DE CANDIDATURAS	288
QUADRO 255: M21 – APROVAÇÕES, POR SETOR ELEGÍVEL E FASE DE CANDIDATURAS	289
QUADRO 256: M21 – DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DAS CANDIDATURAS ENTRADAS E DECIDIDAS	290
QUADRO 257: M21 – DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DOS PAGAMENTOS.....	290
QUADRO 258: M113 - TAXAS DE COMPROMISSO E DE EXECUÇÃO	292
QUADRO 259: M113 - COMPROMISSOS TRANSITADOS E EXECUÇÃO	292
QUADRO 260: AUDITORIA E CONTROLO – INSUFICIÊNCIAS DRAP E PDR	300
QUADRO 261: AUDITORIA E CONTROLO – INSUFICIÊNCIAS GAL.....	302
QUADRO 262: PUBLICIDADE – INDICADORES DO APOIO TÉCNICO AOS BENEFICIÁRIOS	327
QUADRO 263: PUBLICIDADE – ORIGEM DO APOIO TÉCNICO AOS BENEFICIÁRIOS.....	328
QUADRO 264: PUBLICIDADE – INDICADORES DE UTILIZAÇÃO DO WEBSITE PDR2020.....	328

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1: AMBIENTE MACROECONÓMICO - EVOLUÇÃO DOS PREÇOS	35
FIGURA 2: AMBIENTE MACROECONÓMICO - PIB NA ÓTICA DA PRODUÇÃO EM PORTUGAL.....	38
FIGURA 3: AMBIENTE MACROECONÓMICO - EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA E DO DÉFICE PÚBLICO	39
FIGURA 4: COMPLEXO AGROFLORESTAL - EVOLUÇÃO DO VAB	41
FIGURA 5: ECONOMIA AGRÍCOLA - EVOLUÇÃO DO VAB AGRÍCOLA E PIB.....	46
FIGURA 6: ECONOMIA AGRÍCOLA - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO, DOS CONSUMOS INTERMÉDIOS E DO VAB AGRÍCOLA	47
FIGURA 7: ECONOMIA AGRÍCOLA - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE MILHO, ARROZ E TRIGO.....	51
FIGURA 8: ECONOMIA AGRÍCOLA - CONTRIBUTO DAS PRODUÇÕES PARA A VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA	52
FIGURA 9: ECONOMIA AGRÍCOLA - CONTRIBUTO DAS RUBRICAS PARA A VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA ..	54
FIGURA 10: PROCESSO DE SELEÇÃO DE CANDIDATURAS (EXCLUI AS MEDIDAS DE SUPERFÍCIE)	70
FIGURA 11: DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA PÚBLICA COMPROMETIDA (ACUMULADA)	74
FIGURA 12: EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO POR TIPOLOGIA	77
FIGURA 13: MONITORIZAÇÃO DOS PROJETOS – Nº DE PROJETOS ANULADOS POR INCUMPRIMENTO DO PRAZO DE ASSINATURA DO TA.....	315
FIGURA 14: MONITORIZAÇÃO DOS PROJETOS – DESPESA PÚBLICA LIBERTADA POR INCUMPRIMENTO DO PRAZO DE ASSINATURA DO TA.....	316
FIGURA 15: MONITORIZAÇÃO DOS PROJETOS – Nº DE PROJETOS ANULADOS POR INCUMPRIMENTO DAS CONDICIONANTES ESTABELECIDAS AO TA	317
FIGURA 16: MONITORIZAÇÃO DOS PROJETOS - DESPESA PÚBLICA LIBERTADA POR INCUMPRIMENTO DAS CONDICIONANTES ESTABELECIDAS AO TA	317
FIGURA 17: MONITORIZAÇÃO DOS PROJETOS – Nº DE PROJETOS ANULADOS POR INCUMPRIMENTO DA COMPROVAÇÃO DA TITULARIDADE DA EXPLORAÇÃO	318
FIGURA 18: MONITORIZAÇÃO DOS PROJETOS – DESPESA PUBLICA LIBERTADA POR INCUMPRIMENTO DA COMPROVAÇÃO DA TITULARIDADE DA EXPLORAÇÃO	319
FIGURA 19: MONITORIZAÇÃO DOS PROJETOS – Nº DE PROJETOS ANULADOS POR INCUMPRIMENTO DO PRAZO DE INÍCIO DA EXECUÇÃO	320
FIGURA 20: MONITORIZAÇÃO DOS PROJETOS – DESPESA PÚBLICA LIBERTADA POR INCUMPRIMENTO DO PRAZO DE INÍCIO DA EXECUÇÃO	320
FIGURA 21: MONITORIZAÇÃO DOS PROJETOS - PROJETOS ANULADOS POR INCUMPRIMENTO DO PRAZO DE FIM DA EXECUÇÃO.....	322
FIGURA 22: MONITORIZAÇÃO DOS PROJETOS – DESPESA PÚBLICA LIBERTADA POR INCUMPRIMENTO DO PRAZO DE FIM DA EXECUÇÃO	322
FIGURA 23: PUBLICIDADE - TIPOLOGIA DE UTILIZADORES DO <i>WEBSITE</i> PDR2020.....	329
FIGURA 24: PUBLICIDADE - COMUNICAÇÃO EXTERNA DO PDR2020	330
FIGURA 25: PUBLICIDADE - APLICAÇÃO DAS REGRAS DE PUBLICITAÇÃO DO PDR2020	332

ABREVIATURAS

AFN: AUTORIDADE FLORESTAL NACIONAL

AG: AUTORIDADE DE GESTÃO

AGRO: PROGRAMA OPERACIONAL AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

AJAP: ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL

AT: ASSISTÊNCIA TÉCNICA

AZ: APOIO ZONAL

CAP: CONFEDERAÇÃO DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL

CCDR: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

CEA: CONTAS ECONÓMICAS DA AGRICULTURA

CIM: COMUNIDADE INTERMUNICIPAL

CMEF: QUADRO COMUM DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

CN: CABEÇAS NORMAIS

CNA: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA

CNJ: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL

CONFAGRI: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS E DO CRÉDITO AGRÍCOLA DE PORTUGAL

CQ: CONTROLO DE QUALIDADE

DE: DIMENSÃO ECONÓMICA

DGADR: DIREÇÃO-GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

DG AGRI: DIREÇÃO-GERAL PARA A AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

DGV: DIREÇÃO-GERAL DE VETERINÁRIA

DOP: DENOMINAÇÃO DE ORIGEM PROTEGIDA

DP: DESPESA PÚBLICA

DRAP: DIREÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS

ELA: ESTRUTURA LOCAL DE APOIO

ELD: ESTRATÉGIA LOCAL DE DESENVOLVIMENTO

FEADER: FUNDO EUROPEU AGRÍCOLA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

FEAGA: FUNDO EUROPEU AGRÍCOLA DE GARANTIA

FEI: FUNDO EUROPEU DE INVESTIMENTO

FEIE: FUNDO EUROPEU PARA INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

FFP: FUNDO FLORESTAL PERMANENTE

FTA: PRIMEIRA FLORESTAÇÃO DE TERRAS AGRÍCOLAS

GAL: GRUPOS DE AÇÃO LOCAL

GPP: GABINETE DE PLANEAMENTO E POLÍTICAS

GTAA: GRUPO TÉCNICO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

HA: HECTARE

IC: INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS

ICNB: INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE, IP

IF: INSTRUMENTOS FINANCEIROS

IFAP: INSTITUTO DE FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA E PISCAS, IP

IGAMAOT: INSPEÇÃO-GERAL DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

IGF: INSPEÇÃO-GERAL DE FINANÇAS

IGP: INDICAÇÃO GEOGRÁFICA PROTEGIDA

INE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

SIP: SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO PARCELAR

IRUE: INSTRUMENTO DE RECUPERAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA

ITI: INTERVENÇÕES TERRITORIAIS INTEGRADAS

LVT: LISBOA E VALE DO TEJO

MAA: MEDIDAS AGRO AMBIENTAIS

MBS: MARGEM BRUTA STANDARD

MOA: MÃO-DE-OBRA AGRÍCOLA

MPB: MODO DE PRODUÇÃO BIOLÓGICO

MPRODI: MODO DE PRODUÇÃO INTEGRADA

NIB: NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO BANCÁRIA

NIFAP: NÚMERO DE BENEFICIÁRIO DO IFAP

OC: ORGANISMO DE CERTIFICAÇÃO E CONTROLO

OCPF: ORGANIZAÇÕES DE PRODUTORES FLORESTAIS

OP: ORGANISMO PAGADOR

OPF: ORGANIZAÇÕES OU AGRUPAMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA FLORESTA

OTE: ORIENTAÇÃO TÉCNICO-ECONÓMICA

PA: PEDIDO DE APOIO

PAC: POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM

PAS: PEDIDO DE APOIO AGRO E SILVO AMBIENTAL

PDCT: PACTOS DE DESENVOLVIMENTO E COESÃO TERRITORIAL

PEPAC: PLANO ESTRATÉGICO DA PAC

PEN DR: PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

PES: PERÍODO ESPECIAL DE CANDIDATURA

PGF: PLANO DE GESTÃO FLORESTAL

PIB: PRODUTO ÍTERNO BRUTO

PIR: PROJETO DE IMPACTO RELEVANTE

PME: PEQUENA E MÉDIA EMPRESA

PREE: PLANO DE RELANÇAMENTO DA ECONOMIA EUROPEIA

PRODER: PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

PROF: PLANOS REGIONAIS DE ORDENAMENTO FLORESTAL

PU: PEDIDO ÚNICO DE AJUDAS

RA: REFORMA ANTECIPADA

RAN: RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL

REAP: REGIME DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PECUÁRIA

REL: RENDIMENTO EMPRESARIAL LÍQUIDO

REN: RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL
RPU: REGIME DE PAGAMENTO ÚNICO
RRN: REDE RURAL NACIONAL
SAU: SUPERFÍCIE AGRÍCOLA UTILIZADA
SIG: SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA
SIGC: SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO E CONTROLO
SIPRODER: SISTEMA DE INFORMAÇÃO DOS PEDIDOS DE APOIO
SIIFAP: SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO IFAP
SILEADER: SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO LEADER
STPRODER: SECRETARIADO TÉCNICO
STA: SECRETARIADO TÉCNICO DE AUDITORIA E CONTROLO
TCE: TRIBUNAL DE CONTAS EUROPEU
TcP: TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS
UDE: UNIDADE DE DIMENSÃO ECONÓMICA = 12 MIL EUROS
UE: UNIÃO EUROPEIA
UTA: UNIDADES DE TRABALHO ANUAL
VAB: VALOR ACRESCENTADO BRUTO
VABPB: VALOR ACRESCENTADO BRUTO A PREÇOS DE BASE
VAL: VALOR ATUAL LÍQUIDO
VALCF: RENDIMENTO DOS FATORES
VGO: VALIA GLOBAL DA OPERAÇÃO
VPP: VALOR DE PRODUÇÃO PADRÃO
ZCA: ZONAS DE CAÇA ASSOCIATIVA
ZCM: ZONAS DE CAÇA MUNICIPAL
ZCN: ZONAS DE CAÇA NACIONAL
ZCT: ZONAS DE CAÇA TURÍSTICA
ZIF: ZONAS DE INTERVENÇÃO FLORESTAL

DEFINIÇÕES/PRESSUPOSTOS

CANDIDATURAS APRESENTADAS: CANDIDATURAS APRESENTADAS DEDUZIDAS DAS DESISTIDAS, DAS CANCELADAS E DAS RESCINDIDAS.

CANDIDATURAS DECIDIDAS: CANDIDATURAS QUE FORAM OBJETO DE DECISÃO NOS TERMOS LEGAIS, APÓS AUDIÇÃO DA COMISSÃO DE GESTÃO.

DESPESA DECLARADA: DESPESA INCLUÍDA NAS DECLARAÇÕES TRIMESTRAIS, APRESENTADAS PELO ORGANISMO PAGADOR À COMISSÃO EUROPEIA.

PEDIDOS DE ALTERAÇÃO: PEDIDOS DE ALTERAÇÃO (PALTs) AOS PROJETOS APROVADOS. TIPOS DE PEDIDOS DE ALTERAÇÃO: OS QUE ALTERAM DATAS DE INÍCIO/ENCERRAMENTO, OS QUE ALTERAM A TITULARIDADE DOS PROJETOS E OS FÍSICO-FINANCEIROS. ESTES ÚLTIMOS FORAM TIDOS EM CONTA NA INFORMAÇÃO PRESTADA NESTE RELATÓRIO. ASSIM, OS DADOS DE INVESTIMENTO E APOIO CONTEMPLAM OS VALORES APROVADOS EM SEDE DE PALTs.

PROJETOS CONTRATADOS: PROJETOS CUJO TERMO DE ACEITAÇÃO JÁ SE ENCONTRA ASSINADO PELAS PARTES. NO CASO DOS PROJETOS TRANSITADOS O VALOR CONTRATADO JÁ SE ENCONTRA EXPURGADO DO VALOR LIBERTADO PELOS PROJETOS ENCERRADOS. PODEM OCORRER SITUAÇÕES DE PROJETOS DESISTIDOS/RESCINDIDOS, JÁ REFLETIDOS EM CANDIDATURAS APROVADAS, QUE AINDA NÃO SE ENCONTRAM REFLETIDOS NAS CONTRATAÇÕES, UMA VEZ QUE AINDA NÃO FORAM RECUPERADAS VERBAS ANTERIORMENTE PAGAS.

PROJETOS COM EXECUÇÃO INICIADA (PARA EFEITOS DE APURAMENTO DE INDICADORES): PROJETOS QUE TENHAM RECEBIDO PAGAMENTOS QUE NÃO SE REFIRAM EXCLUSIVAMENTE A ADIANTAMENTOS. OS ADIANTAMENTOS, NA ACEÇÃO DO ARTIGO 63º DO REGULAMENTO (UE) Nº 1305/2013 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO DE 17 DE DEZEMBRO, POR SI SÓ NÃO INDICAM QUE UMA OPERAÇÃO FOI INICIADA. ELES FORAM, NO ENTANTO, LEVADOS EM CONTA QUANDO FOI VERIFICADO QUE A OPERAÇÃO FOI INICIADA, COMPROVADO ATRAVÉS DA APRESENTAÇÃO DE UM PEDIDO DE PAGAMENTO. O UNIVERSO DOS PROJETOS COM EXECUÇÃO INICIADA INCLUI O UNIVERSO DOS PROJETOS ENCERRADOS. PODEM OCORRER SITUAÇÕES DE PROJETOS DESISTIDOS/RESCINDIDOS, JÁ REFLETIDOS EM CANDIDATURAS APROVADAS, QUE AINDA NÃO SE ENCONTRAM REFLETIDOS NOS PROJETOS COM EXECUÇÃO INICIADA, UMA VEZ QUE AINDA NÃO FORAM RECUPERADAS VERBAS ANTERIORMENTE PAGAS.

PROJETOS ENCERRADOS: PROJETOS CUJA EXECUÇÃO FOI ENCERRADA COM A APRESENTAÇÃO DO ÚLTIMO PEDIDO DE PAGAMENTO.

PROJETOS TRANSITADOS ENCERRADOS: PROJETOS TRANSITADOS DO PRODER CUJA EXECUÇÃO FOI ENCERRADA NA VIGÊNCIA DO PDR2020. NOS CASOS EM QUE FORAM ENCERRADOS NESTE PERÍODO, MAS SEM PAGAMENTOS CONSIDERA-SE QUE O VALOR DA DESPESA PÚBLICA TRANSITADA É IGUAL A ZERO, LIBERTANDO TODA A DESPESA PÚBLICA TRANSITADA.

PROJETOS TRANSITADOS ENTRE AVISOS: PROJETOS QUE TRANSITARAM PARA O AVISO SEGUINTE NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, POR NÃO TEREM SIDO APROVADOS NO AVISO DE ABERTURA DE CANDIDATURAS A QUE SE CANDIDATARAM, POR FALTA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTAL NO RESPECTIVO AVISO.

COMPROMISSOS – CORRESPONDE AO VALOR DA DESPESA PÚBLICA OU DO FEADER ASSOCIADO ÀS OPERAÇÕES APROVADAS.

EXECUÇÃO – CORRESPONDE AO VALOR DA DESPESA PÚBLICA OU DO FEADER PAGO PELO ORGANISMO PAGADOR AO BENEFICIÁRIO.

TAXA DE APROVAÇÃO: TOTAL DOS PROJETOS APROVADOS / TOTAL DOS PROJETOS DECIDIDOS.

TAXA DE COMPROMISSO: VALOR DA DESPESA PÚBLICA OU DO FEADER COMPROMETIDO / VALOR DA DESPESA PÚBLICA OU DO FEADER PROGRAMADO.

TAXA DE EXECUÇÃO: VALOR DA DESPESA PÚBLICA OU DO FEADER EXECUTADO / VALOR DA DESPESA PÚBLICA OU DO FEADER PROGRAMADO.

TAXA DE SUBEXECUÇÃO: VALOR DA DESPESA PÚBLICA LIBERTADA PELOS PROJETOS ENCERRADOS / VALOR DA DESPESA PÚBLICA APROVADA DOS PROJETOS ENCERRADOS.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR2020) foi aprovado a 12 de dezembro de 2014 pela Decisão C(2014) 9896 final, da Comissão Europeia, e inclui um conjunto de medidas cofinanciadas pelo FEADER em matéria de desenvolvimento rural no território continental português, prosseguindo o objetivo de promover o crescimento de forma sustentável do setor agroflorestal e de dinamizar o espaço rural.

Em 2021 foi efetuada uma modificação ao PDR2020, aprovada a 10 de setembro através da Decisão C(2021) 6714 da Comissão Europeia, com o objetivo de efetuar o prolongamento temporal do Programa para 2021-2022 e consequente reforço de 890 milhões de euros de comparticipação FEADER, bem como aplicar os recursos adicionais *Next Generation* no valor de 312 milhões de euros.

No total, o PDR2020 tem uma dotação associada de cerca de 5,8 mil milhões de euros de despesa pública a que correspondem cerca de 4,8 mil milhões de euros de comparticipação do FEADER.

2. O presente relatório constitui um dos instrumentos privilegiados de acompanhamento e monitorização do PDR2020, visando apresentar à Comissão Europeia e a todos os parceiros uma visão global do desempenho do Programa no exercício financeiro de 2021 e também do exercício acumulado até ao final do ano. Na sua elaboração destacam-se os seguintes pressupostos:
 - Toda a informação relativa a pagamentos das medidas de superfície, seguros, prémios das medidas de florestas e a medida de apoio temporário COVID-19, é da responsabilidade do Organismo Pagador (IFAP).
 - Toda a informação relativa à repartição regional do investimento é apresentada por NUTSII, com exceção das medidas de superfície que são apresentadas por DRAP.
 - Toda a informação financeira apresentada tem como fonte os dados residentes no sistema de informação da Autoridade de Gestão e a informação proveniente do Organismo Pagador.

- Toda a informação é apresentada numa perspetiva de codificação das medidas da Comissão, com exceção do Ponto 2 que se refere à implementação e ao processo de seleção do Programa que é apresentado numa perspetiva de codificação de medidas/operações nacionais.
 - O detalhe da informação relativa às operações com investimentos apoiados por um instrumento financeiro é apresentado no relatório incluído no ANEXO VI sobre a execução dos instrumentos financeiros.
3. Relativamente ao enquadramento socioeconómico do ano de 2021, este ficou marcado pela recuperação mundial da atividade económica caracterizada pela crise pandémica. As economias da OCDE responderam de forma notável aos impactos provocados pela pandemia, com o PIB a crescer 5,3%. Em Portugal, um dos países da zona euro mais fortemente penalizados pela pandemia em 2020, o PIB cresceu 4,9%. O alívio das restrições às pessoas e às empresas teve impactos positivos na economia ao nível do consumo privado (assumiu um crescimento de 3,5% na zona euro e de 4,5% em Portugal) e da procura externa com o crescimento das exportações e importações de bens e serviços. A taxa de desemprego diminuiu ligeiramente, tendo assumido um valor de 7,7% na zona euro e 6,9% em Portugal. A inflação na zona euro assumiu um crescimento de 2,4%.
- O complexo agroflorestal constituído pelas componentes agroalimentar (agricultura e indústrias alimentares das bebidas e do tabaco) e florestal (silvicultura e indústrias florestais) cresceu de forma significativa (9,3%), contribuindo de forma positiva ambas as componentes (7,5% na agroalimentar e 13,5% na florestal).
- Relativamente à economia agrícola, assistiu-se ao crescimento em valor do VAB agrícola (2,7% ao ano) e do PIB (1,5% ao ano), medidos a preços de mercado. A evolução positiva resultou sobretudo do crescimento do volume de produção agrícola (6,7% no último ano).
4. No contexto do PDR2020, em 2021, prosseguiu a dinâmica de abertura de novos avisos para apresentação de candidaturas, num total de 240, envolvendo uma dotação de despesa pública de cerca de 540 milhões de euros, com destaque para

as medidas de valorização da produção agrícola e para a implementação das estratégias de desenvolvimento local da Medida LEADER.

5. Até ao final de 2021 foram apresentadas ao Programa mais de 391 mil candidaturas que envolvem um montante de 12,4 mil milhões de euros. Deste universo, 77% correspondem a medidas de superfície e 19% a medidas de investimento (não considerando as operações com investimentos apoiados por um instrumento financeiro; os seguros; a medida de apoio temporário excecional aos agricultores e às PME afetados pela crise da COVID-19 e a reforma antecipada).

Relativamente aos compromissos assumidos, no total foram aprovados mais de 356 mil projetos que representam um apoio de cerca de 5 mil milhões de euros de despesa pública, ou seja 86% da dotação programada para o período 2014-2022. Destes compromissos, 187 milhões de euros estão afetos aos recursos adicionais *Next Generation* e correspondem 60% da dotação programada para esta parcela.

Quanto à distribuição dos compromissos pelas prioridades e domínios de desenvolvimento rural, destacam-se as relacionadas com a utilização eficiente dos recursos e a promoção da transição para uma economia de baixo teor de carbono e resistente às alterações climáticas nos setores agrícola, alimentar e florestal, i.e., as prioridades P5A, P5C e P5E com as mais elevadas taxas de compromissos alcançadas face à despesa pública programada, i.e., 99%, 92% e 91%, respetivamente.

Os pagamentos aos beneficiários do PDR2020 ascenderam a mais de 3,8 mil milhões de euros de despesa pública correspondendo a uma taxa de execução face à dotação programada de 67%. As prioridades e domínios de desenvolvimento rural associadas que se destacam são as P4 e P5E com uma taxa de execução face à despesa pública programada de 74% e 82%, respetivamente. Em relação aos pagamentos aos beneficiários efetuados no âmbito dos recursos adicionais *Next Generation*, estes atingiram 20% da dotação programada para esta parcela.

6. Neste relatório é também incluído um balanço detalhado da operacionalização das medidas do PDR2020, apresentadas numa perspetiva de codificação das medidas

da Comissão, sendo de distinguir as 3 Medidas que, no seu conjunto, têm um peso de 89% da despesa pública comprometida face à dotação do Programa:

- Medida COM 04 - Investimentos em ativos físicos, tem uma dotação de 1,8 mil milhões de euros de despesa pública e 1,5 mil milhões de euros de FEADER. No final de 2021 apresenta uma taxa de compromissos de 87% e uma taxa de execução de 53%, face à despesa pública programada.
- Medida COM 10 - Investimentos em agroambiente e clima, na sua maioria constituída por operações enquadradas no Pedido Único, tem uma dotação de mil milhões de euros de despesa pública e 0,8 mil milhões de euros de FEADER. No final de 2021 apresenta uma taxa de compromissos de 95% e uma taxa de execução de 86%, face à despesa pública programada.
- Medida COM 13 - Pagamentos relativos a zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras condicionantes específicas, totalmente constituída por operações enquadradas no Pedido Único, tem uma dotação de 1,1 mil milhões de euros de despesa pública e 0,9 mil milhões de euros de FEADER. No final de 2021 apresenta uma taxa de compromissos de 87% e uma taxa de execução de 85%, face à despesa pública programada.

7. No âmbito da avaliação, não foram concluídas novas atividades relativamente às relatadas no REA 2020. Salienta-se, todavia, o envolvimento do PDR2020 nas seguintes atividades de avaliação desenvolvidas em 2021:

- Participação nas reuniões da Rede de Monitorização e Avaliação do PT2020;
- Participação na Ação de Capacitação "PEER LEARNING" (PT-SI) sobre o tema "Fazer o melhor uso da informação constante da rede de informação de contabilidades agrícolas em avaliações futuras", organizada pela Comissão de Coordenação Nacional do FEADER em articulação com o European Evaluation Helpdesk for Rural Development, e que contou com a participação de uma delegação Eslovena para partilha de experiências.

8. No que respeita às atividades de controlo desenvolvidas pela Autoridade de Gestão, em 2021 foram efetuados 273 controlos aos projetos analisados pelas Direções Regionais e Secretariado Técnico, continuando-se a verificar que a esmagadora maioria das situações observadas são colmatadas em sede de

reanálise. Quanto à tipologia de erros mais frequentes, manteve-se a tendência da “análise da razoabilidade dos custos” para o motivo mais relevante.

No âmbito do controlo de qualidade dos GAL, em 2021 foram controlados 216 projetos mantendo-se igualmente como tipologia de erros mais frequentes o procedimento da “análise da razoabilidade dos custos”.

Em termos da atividade de controlo regulamentar, em 2021 foram realizadas 14 auditorias externas realizadas pela Direção-Geral para a Agricultura e Desenvolvimento Rural, pelo Tribunal de Contas Europeu, pelo Tribunal de Contas Português, pela Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território e pelo IFAP.

9. Relativamente aos trabalhos efetuados no âmbito do sistema de informação de suporte à Autoridade de Gestão, em 2021 foi dada sequência à operacionalização prevista no calendário de abertura de anúncios, e à análise e decisão das candidaturas rececionadas.

Destacou-se o desenvolvimento de formulários que permitiram a submissão de quase 13 mil candidaturas e de cerca de 5,5 mil pedidos de alteração, bem como a operacionalização dos modelos de análise, tendo sido operacionalizados 23 modelos para análise de candidaturas e 6 de análise de pedidos de alteração. No total foram efetuadas cerca de 15,6 mil análises no sistema de informação.

Foi dada continuidade à monitorização da execução dos projetos por forma a serem identificadas as situações em que os beneficiários não reúnem condições de executar os investimentos aprovados e, assim, transferir as dotações libertadas para novos projetos, tendo sido efetuados cerca de 3,5 mil controlos de prazos.

10. No âmbito do processo de monitorização dos projetos aprovados sem execução - Operação Limpeza, no total do PDR2020 foram anulados cerca de 3,6 mil projetos, representando uma libertação acumulada de mais de 159 milhões de euros de despesa pública. No ano de 2021 foram anulados 874 projetos, que representam uma libertação de cerca de 45 milhões de euros de despesa pública.

O maior volume de verbas libertadas verificou-se nos projetos de investimento na exploração agrícola, nos projetos associados à instalação de jovens agricultores e nos projetos associados às medidas florestais.

11. Quanto às medidas de publicidade do Programa, em 2021 destacaram-se as seguintes ações de comunicação:

- O início da implementação de uma solução para abertura da Autoridade de Gestão a outros canais de atendimento, designadamente a voz/telefone, organizando a contínua torrente de informação e proporcionado um efetivo apoio técnico aos beneficiários - o “PDR2020 em contacto consigo”;
- A implementação da presença digital da Autoridade de Gestão, com conteúdos inovadores, nas principais feiras de agricultura nacionais, na sequência das restrições provocadas pela crise pandémica.

1 INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO

O Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal – Continente (PDR2020) foi aprovado a 12 de dezembro de 2014 na sequência da Decisão C(2014) 9896 final, da Comissão Europeia, no âmbito dos Regulamentos (UE) nº 1303/2013, e nº 1305/2013, ambos de 17 de dezembro, e do Acordo de Parceria com Portugal, aprovado pela Decisão C(2014) 5513 da Comissão, de 30 de julho.

No total já foram efetuadas 10 modificações ao Programa: a primeira em **2016**, aprovada a 26 de outubro através da Decisão C(2016) 7016 da Comissão Europeia; outra em 2017, aprovada a 18 de dezembro através da Decisão C(2018) 9012 da Comissão Europeia; 2 efetuadas em **2018**, a primeira aprovada a 1 de junho através da Decisão C(2018) 3653 da Comissão Europeia e a segunda aprovada a 13 de novembro através da Decisão C(2018) 7646 da Comissão Europeia; outras 2 realizadas em **2019**, a primeira aprovada a 8 de março através da Decisão C(2019) 1878 da Comissão Europeia e a segunda aprovada a 15 de outubro através da Decisão C(2019) 7511 da Comissão Europeia; mais 3 em **2020**, a primeira aprovada a 3 de fevereiro através da Decisão C(2020) 666 da Comissão Europeia, a segunda aprovada a 4 de maio através da Decisão C(2020) 2985 da Comissão Europeia e a terceira aprovada a 16 de dezembro através da Decisão C(2020) 9374 da Comissão Europeia.

Em **2021** foi efetuada nova modificação ao PDR2020 que teve como principais objetivos efetuar o prolongamento temporal do Programa para 2021-2022 e consequente reforço de 890 milhões de euros, bem como aplicar os recursos adicionais *Next Generation* no valor de 312 milhões de euros. Esta modificação foi aprovada a 10 de setembro através da Decisão C(2021) 6714 da Comissão Europeia.

O PDR2020 é um instrumento financeiro de apoio à agricultura e ao desenvolvimento rural do Continente, complementando os restantes instrumentos da política agrícola comum (PAC), da política de coesão e da política comum de pescas, enquadrados na Estratégia 2020.

Tendo como princípio o crescimento de forma sustentável das atividades agroflorestais em todo o território nacional, o PDR2020 tem como objetivos estratégicos:

- O crescimento do valor acrescentado do setor agroflorestal e a rentabilidade económica da agricultura;
- A promoção de uma gestão eficiente e a proteção dos recursos;
- A criação de condições para a dinamização económica e social do espaço rural.

Paralelamente, procura ainda aumentar a capacidade de inovação e transferência de conhecimentos para o setor agroflorestal, e melhorar o nível de capacitação e de aconselhamento dos produtores agrícolas e florestais.

Estes objetivos são operacionalizados no PDR2020 através de medidas integradas em quatro grandes áreas de intervenção:

- Inovação e conhecimento;
- Competitividade e organização da produção;
- Ambiente, eficiência no uso dos recursos e clima;
- Desenvolvimento local.

Neste contexto, e de forma a avaliar a concretização da estratégia determinada, os Estados-Membros apresentam à Comissão Europeia um relatório anual relativo à execução do Programa no ano civil anterior. Este constitui um dos instrumentos privilegiados de acompanhamento e monitorização do PDR2020, conforme previsto no artigo 50º do Regulamento nº 1303/2013 e no artigo 75º do Regulamento nº 1305/2013.

O presente relatório visa, assim, apresentar à Comissão Europeia e a todos os parceiros uma visão global do desempenho do PDR2020 no exercício financeiro de 2021 e também do exercício acumulado até ao final desse ano, procurando-se, designadamente:

- Incluir informações sobre a aplicação do Programa e suas prioridades;
- Efetuar uma síntese dos progressos na execução do Plano de Avaliação;
- Descrever as questões que afetam o desempenho do Programa e quais as medidas adotadas;

- Descrever as medidas tomadas para cumprimento dos requisitos de assistência técnica e de publicidade do Programa;
- Apresentar dados sobre a execução do Programa, medida por indicadores de monitorização e em indicadores comuns e específicos;
- Incluir informações sobre a implementação de ações em conformidade com os princípios estabelecidos nos artigos 5º, 7º e 8º do regulamento nº 1303/2013.

Toda a informação relativa a pagamentos das medidas de superfície¹, seguros, prémios das medidas de florestas e a medida de apoio temporário COVID-19, é da responsabilidade do Organismo Pagador (OP) – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP) e é apresentada neste relatório com a repartição regional por unidades territoriais para fins estatísticos de nível 2 (NUTSII), exceção das medidas agroambientais (MAA) e de manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas (MAZD) que, por dificuldades na obtenção da informação, são apresentadas com a repartição regional referente ao território das Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP).

Toda a informação financeira apresentada neste relatório, nomeadamente a relativa ao balanço global do Programa (Pontos 2, 3, e 4) e ao balanço detalhado por medidas da Comissão (Ponto 5) tem como fonte a informação residente no sistema de informação da Autoridade de Gestão (AG) - SIPDR2020 e a informação proveniente do OP.

Sendo este um relatório para reporte à Comissão Europeia, toda a informação é apresentada numa perspetiva de codificação das medidas da Comissão (Medidas COM). No entanto, o Ponto 2 que se refere à implementação e ao processo de seleção do Programa, por ser um capítulo direcionado para as opções de política interna, é apresentado numa perspetiva de codificação de medidas/operações nacionais (Medidas PDR2020). A relação entre estas 2 perspetivas é apresentada no quadro seguinte:

¹ No âmbito do presente relatório, entende-se por medidas de superfície os apoios PDR2020 com candidatura apresentada no Pedido Único (PU).

Quadro 1: Arquitetura do Programa

MEDIDAS COM		MEDIDAS PDR2020	
M01	Transferência de conhecimentos e ações de informação		
	1.1	2.1.1	Ações de formação
	1.2	2.1.4	Ações de informação
M02	Serviços de aconselhamento e serviços de gestão agrícola e de substituição nas explorações agrícolas		
	2.1	2.2.1	Fornecimento do serviço de aconselhamento agrícola e florestal
	2.2	2.2.2	Criação de serviços de aconselhamento
	2.3	2.2.3	Formação de conselheiros das entidades prestadoras do serviço de aconselhamento
M04	Investimentos em ativos físicos		
	4.1	3.2.1	Investimento na exploração agrícola
		3.2.2	Pequeno investimento na exploração agrícola
		3.2.3	Investimentos em explorações agrícolas apoiados por um instrumento financeiro
		3.1.2	Investimento de jovens agricultores na exploração agrícola
		3.1.3	Investimento de jovens agricultores na exploração agrícola apoiado por um instrumento financeiro
	4.2	3.3.1	Investimento, transformação e comercialização de produtos agrícolas
		3.3.2	Pequeno investimento em transformação e comercialização de produtos agrícolas
		3.3.3	Pequeno investimento em transformação e comercialização de produtos agrícolas apoiado por um instrumento financeiro
		4.0.1	Investimentos em produtos florestais identificados como agrícolas no Anexo I do Tratado
	4.3	3.4.1	Desenvolvimento do regadio eficiente
		3.4.2	Melhoria da eficiência dos regadios existentes
		3.4.3	Drenagem e estruturação fundiária
	4.4	7.11.1	Investimentos não produtivos
M05	Restab. potencial de produção agrícola afetado por catástrofes naturais e acontecimentos catastróficos e introdução de medidas de prevenção adequadas		
	5.1	6.2.1	Prevenção de calamidades e catástrofes naturais
	5.2	6.2.2	Restabelecimento do potencial produtivo
M06	Desenvolvimento das explorações agrícolas e das empresas		
	6.1	3.1.1	Jovens agricultores
M07	Serviços básicos e renovação das aldeias em zonas rurais		
	7.4	8.2.1	Gestão de recursos cinegéticos
M08	Investimentos no desenvolvimento das zonas florestais e na melhoria da viabilidade das florestas		
	8.1	8.1.1	Florestação terras agrícolas e não-agrícolas
	8.2	8.1.2	Instalação de sistemas agro-florestais
	8.3	8.1.3	Prevenção da floresta contra agentes bióticos e abióticos
	8.4	8.1.4	Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou acontecimentos catastróficos
	8.5	8.1.5	Melhoria da resiliência e do valor ambiental das florestas
	8.6	8.1.6	Melhoria do valor económico das florestas
4.0.2		Valorização dos recursos florestais	
M09	Criação de agrupamentos e organizações de produtores		
	9.1	5.1.1	Criação de agrupamentos e organizações de produtores

MEDIDAS COM		MEDIDAS PDR2020	
M10	Agroambiente e clima		
	10.1	7.2.1	Produção integrada
		7.3.2	Pagamentos Rede Natura - Apoios zonais de caracter agroambiental
		7.4.1	Conservação do solo - Sementeira direta ou mobilização na linha
		7.4.2	Conservação do solo - Enrelvamento da entrelinha de culturas permanentes
		7.5.1	Uso eficiente da água
		7.6.1	Culturas permanentes tradicionais
		7.6.2	Culturas permanentes tradicionais - Douro Vinhateiro
		7.7.1	Pastoreio extensivo - Apoio à manutenção de lameiros de alto valor natural
		7.7.2	Pastoreio extensivo - Apoio à manutenção de sistemas agro-silvo-pastoris sob montado
		7.7.3	Pastoreio extensivo - Apoio à proteção do lobo-ibérico
		7.8.1	Recursos genéticos - Manutenção de raças autóctones em risco
		7.9.1	Mosaico agroflorestal
	7.12.1	Apoio agroambiental à apicultura	
	10.2	7.8.3	Recursos genéticos - Conservação e melhoramento de recursos genéticos animais
7.8.4		Recursos genéticos - Conservação e melhoramento de recursos genéticos vegetais	
M11	Agricultura biológica		
	11.1	7.1.1	Conversão para agricultura biológica
	11.2	7.1.2	Manutenção em agricultura biológica
M12	Pagamentos a título da Natura 2000		
	12.1	7.3.1	Pagamentos Rede Natura - Pagamento natura
M13	Pagamentos relativos a zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras condicionantes específicas		
	13.1	9.0.1	Zonas de montanha
	13.2	9.0.2	Zonas, que não as de montanha, sujeitas a condicionantes naturais significativas
	13.3	9.0.3	Zonas sujeitas a condicionantes específicas
M15	Serviços silvoambientais e climáticos e conservação das florestas		
	15.1	7.10.2	Manutenção e recuperação de galerias ripícolas
	15.2	7.8.5	Conservação e melhoramento de recursos genéticos florestais
M16	Cooperação		
	16.1	1.0.1	Grupos operacionais
	16.10	5.2.1	Interprofissionais
M17	Gestão de riscos		
	17.1	6.1.1	Seguros
M19	Apoio ao desenvolvimento local de base comunitária (DLBC) LEADER		
	19.1	10.1.1	Preparação e reforço das capacidades, formação e ligação em rede dos GAL
	19.2	10.2.1	Implementação das estratégias de desenvolvimento local
	19.3	10.3.1	Cooperação interterritorial e transnacional dos grupos de ação local
	19.4	10.4.1	Custos de funcionamento e animação
M20	Assistência técnica		
	Assistência técnica - Outros		
	Rede Rural		
M21	Apoio temporário excecional aos agricultores e às PME afetados pela crise da COVID-19		
M113	Reforma antecipada		

1.2 ENQUADRAMENTO SOCIOECONÓMICO

❖ O ambiente macroeconómico

Em 2021, a atividade económica mundial começou a recuperar após um ano marcado pela crise pandémica, em que se registou uma queda histórica do PIB mundial (-4,7% no conjunto da OCDE). De facto, em 2021, as economias da OCDE responderam de forma notável aos impactos provocados pela pandemia, com o PIB, em termos reais, a crescer 5,3%, tendo a economia dos EUA crescido acima deste valor (5,6%). Em Portugal, um dos países da zona euro mais fortemente penalizados pela pandemia em 2020 (-8,4% do PIB, em volume), o PIB cresceu (4,9%), mas menos do que o do conjunto da zona euro (5,2%).

Quadro 2: Ambiente macroeconómico - Enquadramento internacional

	2000	2005	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020P	2021P	Média		
															2000-2021P	2010-2021P	2020P-2021P
Taxa de variação anual real PIB (%)															Taxa média (%)		
Portugal	3,8	0,8	1,7	-1,7	-4,1	-0,9	0,8	1,8	2,0	3,5	2,8	2,7	-8,4	4,9	0,7	0,4	4,9
EUA	4,1	3,5	2,7	1,5	2,3	1,8	2,3	2,7	1,7	2,3	2,9	2,3	-3,4	5,6	2,0	2,1	5,6
Zona Euro	4,0	1,8	2,0	1,7	-0,8	-0,2	1,4	1,9	1,8	2,7	1,8	1,6	-6,5	5,2	1,2	1,1	5,2
OECD	4,2	2,9	3,1	2,1	1,4	1,6	2,1	2,5	1,9	2,7	2,4	1,7	-4,7	5,3	1,8	1,8	5,3
Taxa de variação anual real do consumo privado (%)															Taxa média (%)		
Portugal	3,7	1,5	2,5	-3,8	-5,5	-1,1	2,4	1,9	2,6	2,1	2,7	3,4	-7,3	4,5	0,7	0,4	4,5
EUA	5,0	3,5	1,9	1,7	1,4	1,5	2,7	3,3	2,5	2,4	2,9	2,2	-3,8	8,0	2,3	2,2	8,0
Zona Euro	2,9	2,0	0,8	0,1	-1,0	-0,6	0,9	1,8	1,9	1,9	1,4	1,4	-8,0	3,5	0,8	0,3	3,5
OECD	4,1	2,9	2,2	1,5	1,1	1,5	1,9	2,6	2,3	2,4	2,2	1,7	-5,7	5,8	1,9	1,6	5,8
Taxa de Desemprego (%)															Taxa média (%)		
Portugal	4,9	8,4	11,6	13,4	16,5	17,1	14,5	12,9	11,5	9,2	7,2	6,6	7,0	6,9	9,5	11,2	6,9
EUA	4,0	5,1	9,6	8,9	8,1	7,4	6,2	5,3	4,9	4,4	3,9	3,7	8,1	5,4	6,0	6,3	5,4
Zona Euro	8,7	9,1	10,2	10,3	11,5	12,1	11,7	10,9	10,1	9,1	8,2	7,6	7,9	7,7	9,2	9,8	7,7
OECD	6,2	6,8	8,5	8,1	8,1	8,0	7,4	6,9	6,5	5,9	5,5	5,4	7,1	6,2	6,9	7,0	6,2
Taxa de juro de curto prazo (EURIBOR a 3 meses) (%)															Taxa média (%)		
EUA	6,5	3,5	0,5	0,4	0,4	0,3	0,3	0,5	0,9	1,3	2,4	2,3	0,6	0,2	1,9	0,8	0,2
Zona Euro	4,5	2,2	0,8	1,4	0,6	0,2	0,2	0,0	-0,3	-0,3	-0,3	-0,4	-0,4	-0,5	1,5	0,1	-0,5
Taxa de câmbio Euro/Dólar - média do período															Taxa de crescimento média anual (%)		
	0,92	1,24	1,32	1,40	1,29	1,331	1,321	1,105	1,103	1,137	1,179	1,119	1,147	1,182	1,2	-1,0	3,0
Índice de preços (2000=100)															Taxa de crescimento média anual (%)		
Petróleo ¹	100,0	141,1	194,3	259,9	282,0	266,2	240,4	151,7	126,2	155,0	194,0	186,8	117,2	193,1	3,2	-0,1	64,8
Alimentos ²	100,0	123,5	176,6	205,2	247,3	230,2	226,8	220,8	186,7	167,0	180,3	184,8	177,0	180,9	2,9	0,2	2,2
IHPC (2000=100)															Taxa de crescimento média anual (%)		
Portugal	100,0	117,0	127,4	131,9	135,6	136,2	136,0	136,6	137,5	139,7	141,3	141,7	141,5	142,6	1,7	1,0	0,8
Zona Euro	100,0	111,6	122,7	126,0	129,2	130,9	131,5	131,7	132,0	134,0	136,4	138,0	138,4	141,7	1,7	1,3	2,4
Dívida pública (em % do PIB)															Taxa de crescimento média anual (%)		
Portugal	54,2	72,2	100,2	114,4	129,0	131,4	132,9	131,2	131,5	126,1	121,5	116,6	135,2	127,4	4,2	2,2	-5,7
Défice público em % do PIB															Taxa média (%)		
Portugal	-3,2	-6,1	-11,4	-7,7	-6,2	-5,1	-7,4	-4,4	-1,9	-3,0	-0,3	0,1	-5,8	-2,8	-4,8	-4,7	-2,8
EUA	0,3	-4,5	-12,5	-11,1	-9,3	-5,9	-5,4	-4,7	-5,5	-4,3	-6,2	-6,4	-15,4	-12,5	-6,9	-8,3	-12,5
Zona Euro	-1,3	-2,6	-6,3	-4,2	-3,7	-3,0	-2,5	-2,0	-1,5	-0,9	-0,4	-0,6	-7,2	-6,7	-2,9	-3,3	-6,7
OECD	-0,9	-2,9	-8,1	-6,9	-6,0	-4,4	-3,7	-3,1	-3,0	-2,3	-2,8	-3,0	-10,4	-8,4	-4,4	-5,2	-8,4

1 Preços do petróleo (EUR por barril)

2 Preço mundial dos alimentos (FAO)

FONTE: GPP A PARTIR DE ECONOMIC OUTLOOK Nº 110 – DEZEMBRO DE 2021 – PROJEÇÕES ANUAIS DA OCDE, CONTAS NACIONAIS-INE (BASE 2016), ESTATÍSTICAS DO BANCO DE PORTUGAL, FAO PRICE INDEX.

DATA DE VERSÃO DOS DADOS: DEZEMBRO DE 2021 (OCDE), 28 DE FEVEREIRO DE 2022 (CN - INE).

Como já referido anteriormente, o PIB, em volume na zona euro (e na maioria dos países da OCDE), registou uma recuperação face a 2020, em que se verificou uma crise sanitária provocada pela pandemia COVID-19. Em 2021, apesar de a pandemia não ter desaparecido por completo, a vacinação generalizada da população, o surgimento de variantes menos graves do coronavírus e as medidas de política entretanto adotadas, permitiram o alívio das restrições às pessoas e às empresas com impactos positivos na economia, nomeadamente ao nível do consumo privado (assumiu crescimentos de 5,8% na OCDE, de 3,5% na zona euro, tendo aumentado 4,5% em Portugal, e de 8,0% nos EUA) e da procura externa com o crescimento das exportações e importações de bens e serviços.

Do lado da procura externa, as **exportações de bens e serviços**, em termos nominais, dos Estados-Membros (EM) da UE27 cresceram, em média, 19,4% com destaque para a Grécia (40,5%), Croácia (39,7%) e Estónia (29,3%) com os maiores crescimentos. Para a maior parte dos EM o crescimento foi suficiente para recuperar ou aumentar o valor das exportações face a 2019 (pré-pandemia), excetuando-se a Espanha, França e Portugal. Já as **importações de bens e serviços** assumiram um crescimento médio de 20% salientando-se a Grécia (35,6%), a Lituânia (31,3%) e a Estónia (29,7%). Em contraste com os restantes EM, a Irlanda registou um decréscimo das importações (-1,8%).

A **taxa de desemprego** diminuiu ligeiramente, tendo assumido um valor de 7,7% na zona euro em 2021 (6,9% em Portugal). Esta diminuição será motivada pela procura de mão-de-obra com a retoma económica.

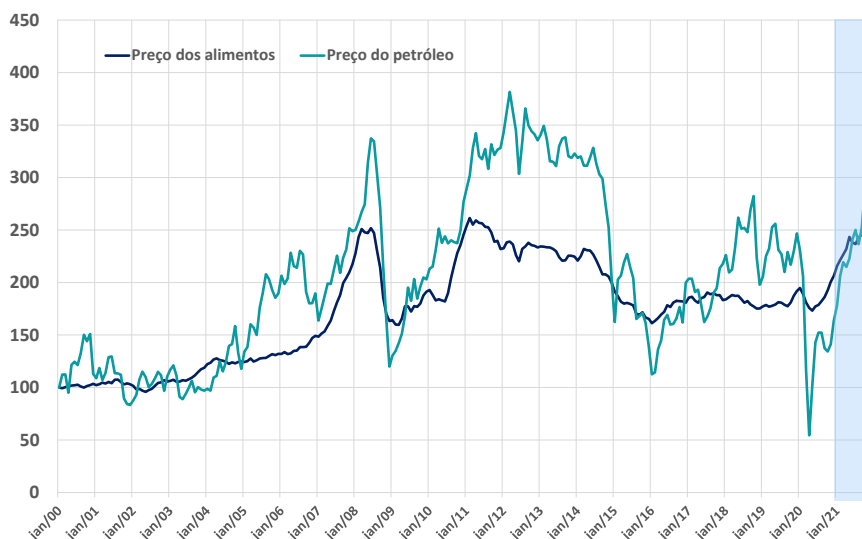
O **défice público** na zona euro, medido em % do PIB, diminuiu ligeiramente registando um valor de 6,7% do PIB (em Portugal o défice de 2021 correspondeu a 2,8% do PIB, evoluindo positivamente face ao ano anterior) e a **taxa de juro** permanece em terreno negativo (-0,5%).

A **inflação** na zona euro, medida pelo IHPC (Índice Harmonizado de Preços no Consumidor) assumiu um crescimento de 2,4% refletindo nomeadamente a forte subida do **preço do petróleo** no mercado internacional (64,8%)². A diminuição da procura de petróleo verificada em 2020, em resultado da redução da atividade

² "Compared to the Autumn Forecast, inflation projections have been revised up, as energy prices are now set to remain high for longer and price pressures are broadening to several categories of goods and services (...) Risks to the growth and inflation outlook are aggravated by geopolitical tensions in Eastern Europe.". (Fonte: European Economic Forecast – Winter 2022 – 10 de fevereiro 2022).

económica e das restrições à movimentação de pessoas e bens, foi contrariada em 2021 com a recuperação económica pós- pandemia, com reflexos no preço do petróleo. E o preço mundial dos alimentos (índice da FAO) registou um crescimento de 2,2% face a 2020. Note-se que no final de 2021 o preço assumiu valores similares aos verificados nas crises dos preços dos alimentos de 2007/2008 e de 2010/2012. Saliente-se o sentido de tendência paralelo entre os preços do petróleo e dos alimentos.

Figura 1: Ambiente macroeconómico - Evolução dos preços
[alimentos e petróleo no mercado mundial - janeiro de 2000=100]



P – dados provisórios

FONTE: GPP, A PARTIR DE FAO (PREÇO DOS ALIMENTOS) E BDP (PREÇO DO PETRÓLEO).

As projeções económicas do Banco de Portugal (março de 2022) indicam que em 2022 a economia da zona euro deverá crescer menos do que em 2021 (3,7%; 4,9% em PT), estimando-se que o consumo privado cresça 4,6% em 2022 (3,6% em PT) e 2,6% em 2023 (1,9% em PT), que o consumo público se mantenha inalterado (0,1%; 1,5% em PT) mas cresça ligeiramente em 2023 (0,3%; -1,5% em PT) e o investimento³ deverá crescer em 2022 (3,0%; 9,2% em PT) e, em maior grau, em

³ Em pleno contexto de crise sanitária COVID-19, com os subsequentes efeitos adversos nas economias da União Europeia, a Comissão Europeia decidiu propor (no final de maio de 2020) um instrumento de recuperação temporário (económico e social) da pandemia, o designado *Next Generation EU* (aprovado pelo Conselho Europeu a 17 dezembro de 2020 em conjunto com o orçamento 2021-2027, pouco tempo

2023 (3,8%; 6,0% em PT). A taxa de desemprego deverá começar a diminuir em 2022 (7,3%; 5,9% em PT) continuando a decrescer em 2023 (7,2%; 5,7% em PT). Acresce que, segundo o Banco de Portugal, “As perspetivas para a atividade e a inflação na área do euro tornaram-se muito incertas e dependem fundamentalmente da evolução da guerra da Rússia na Ucrânia, do impacto das atuais sanções e de possíveis medidas adicionais”⁴.

Em particular em Portugal, a informação mais recente publicada pelo INE, revela um crescimento no PIB, em volume, depois da crise pandémica de 2020. A procura interna contribuiu positivamente para a evolução do PIB (5,2 p.p.), em resultado das suas componentes consumo privado (2,9 p.p.), nomeadamente dos bens correntes não alimentares e serviços (2,4 p.p.), consumo público (0,9 p.p.) e investimento (1,3 p.p.).

Depois da forte queda verificada em 2020 no comércio internacional de bens e serviços (-18,6% nas exportações e -12,1% nas importações) as exportações (13%) e importações (12,8%) voltaram a crescer. Em termos nominais, o saldo comercial passou a assumir um défice desde 2020 (-6,3 mil milhões de euros em 2021), após ter registado *superavit* consecutivo entre 2013 e 2019.

antes do início da vacinação na UE a 27 de dezembro de 2020), integrado no orçamento de longo prazo da UE, a ser implementado durante o período 2021-2026, e composto por um montante de 750 mil milhões de euros, dos quais 390 mil milhões correspondem a subvenções e 360 mil milhões a empréstimos. O principal elemento do *Next Generation EU* é o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (672,5 mil milhões de euros) que se destina a amenizar o impacto económico e social da pandemia COVID-19, e que requer um Plano específico por EM (PT apresentou à Comissão Europeia o *draft* do seu Plano de Recuperação e Resiliência a 15 de outubro de 2020, que deverá contar com um montante de 14 mil milhões de euros de subvenções e 2,7 mil milhões de euros de empréstimos). Se ao montante previsto para o *Next Generation EU* adicionarmos o valor esperado para o próximo Quadro Financeiro Plurianual (2021-2027) que corresponde a 1.074,3 mil milhões de euros, totalizamos um montante de 1.824,3 mil milhões de euros, destinados à recuperação da pandemia, e investimento nas transições ecológica e digital.

⁴ https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/ecb-projections202203_ecbstaff.pt_.pdf.

Quadro 3: Ambiente macroeconómico - PIB na ótica da despesa em Portugal

	2000	2005	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020P	2021P	Taxa de crescimento médio anual (%)	
															2000/2021P	2010/2021P
Taxa de variação anual real PIB (%)																
PIB	3,8	0,8	1,7	-1,7	-4,1	-0,9	0,8	1,8	2,0	3,5	2,8	2,7	-8,4	4,9	0,5	0,2
Procura interna	3,3	1,3	1,8	-5,6	-7,1	-1,9	2,1	2,4	2,2	3,3	3,2	3,1	-5,6	5,0	0,3	0,0
Consumo privado	3,7	1,5	2,5	-3,8	-5,5	-1,1	2,4	1,9	2,6	2,1	2,7	3,4	-7,3	4,5	0,6	0,1
Bens alimentares	1,8	0,8	1,5	-0,7	-1,3	0,8	1,5	1,4	2,0	1,6	1,8	2,0	4,8	1,5	1,4	1,4
Bens duradouros	2,8	3,8	14,0	-17,0	-22,0	2,2	18,9	15,1	8,0	9,1	5,7	0,5	-7,7	4,6	-0,5	0,8
Bens correntes não alimentares e serviços	4,3	1,4	1,5	-2,9	-4,8	-1,9	1,2	0,6	2,1	1,3	2,5	4,1	-10,4	5,4	0,5	-0,4
Consumo público	4,3	2,8	-1,4	-3,7	-3,6	-2,1	-0,6	0,8	0,8	0,2	0,6	2,1	0,4	5,0	0,7	0,0
Investimento	1,5	-0,6	2,9	-13,6	-17,4	-5,1	4,1	5,9	2,5	11,9	7,8	3,3	-5,7	7,2	-0,9	-0,3
FBCF	4,1	0,1	-1,1	-12,6	-16,7	-4,8	2,3	5,9	2,5	11,5	6,2	5,4	-2,7	6,1	-0,8	-0,1
Exportações	8,5	0,3	9,2	6,9	3,1	7,2	4,3	6,3	4,4	8,4	4,1	4,1	-18,6	13,0	3,3	3,6
Importações	5,5	2,2	7,8	-6,2	-6,3	4,7	7,9	8,0	5,0	8,1	5,0	4,9	-12,1	12,8	2,5	2,6
Taxa de variação anual dos preços implícitos no PIB (%)																
PIB	3,4	3,3	0,6	-0,3	-0,4	2,2	0,7	2,0	1,7	1,5	1,8	1,7	1,9	0,7	1,9	1,2
Procura interna	4,6	3,6	1,3	0,5	-0,8	1,6	0,4	0,8	1,1	1,8	2,1	1,4	1,4	1,5	1,7	1,1
Consumo privado	3,6	3,9	1,8	1,7	1,8	0,8	0,2	1,0	1,0	1,5	1,5	0,8	0,6	1,2	1,9	1,1
Consumo público	7,7	4,1	0,4	-2,6	-7,8	6,4	-0,3	-0,1	1,4	2,5	2,8	2,4	4,7	0,8	1,7	0,9
Investimento	4,8	2,7	0,8	-0,1	-2,3	-0,6	2,1	1,5	1,1	2,2	3,1	2,3	0,4	3,1	1,5	1,1
FBCF	4,7	2,7	0,5	0,4	-1,4	-0,8	1,1	1,2	1,0	2,1	3,0	2,4	1,1	3,0	1,5	1,2
Exportações	5,4	1,7	3,3	5,1	1,7	-0,9	-1,2	-1,3	-1,6	3,0	2,3	0,5	-2,4	6,0	1,0	1,0
Importações	8,4	2,8	4,7	7,1	1,0	-2,6	-2,1	-4,3	-3,2	3,8	2,8	-0,3	-3,4	7,6	0,6	0,5
Taxa de variação anual nominal PIB (%)																
PIB	7,4	4,1	2,4	-2,0	-4,4	1,3	1,5	3,8	3,8	5,1	4,7	4,5	-6,7	5,7	2,4	1,5
Procura interna	8,0	5,0	3,1	-5,1	-7,8	-0,3	2,5	3,2	3,3	5,2	5,3	4,5	-4,3	6,6	2,0	1,1
Consumo privado	7,4	5,5	4,4	-2,1	-3,7	-0,3	2,6	2,9	3,6	3,6	4,2	4,2	-6,7	5,8	2,4	1,2
Consumo público	12,4	7,0	-1,0	-6,2	-11,1	4,1	-0,9	0,8	2,2	2,7	3,4	4,6	5,1	5,8	2,5	0,8
Investimento	6,4	2,1	3,8	-13,7	-19,3	-5,6	6,3	7,5	3,6	14,3	11,2	5,6	-5,4	10,5	0,5	0,8
FBCF	9,0	2,8	-0,6	-12,2	-17,9	-5,6	3,4	7,2	3,6	13,8	9,3	8,0	-1,6	9,3	0,7	1,1
Exportações	14,4	1,9	12,8	12,3	4,8	6,2	3,1	4,9	2,7	11,6	6,5	4,6	-20,6	19,8	4,4	4,6
Importações	14,4	5,1	12,9	0,5	-5,3	1,9	5,6	3,4	1,7	12,2	7,9	4,7	-15,1	21,4	3,1	3,1
Contributo para a variação anual do PIB p.p.- real																
PIB	3,8	0,8	1,7	-1,7	-4,1	-0,9	0,8	1,8	2,0	3,5	2,8	2,7	-8,4	4,9		
Procura interna	3,5	1,4	1,9	-5,9	-7,2	-1,8	2,0	2,4	2,2	3,3	3,1	3,0	-5,5	5,2		
Consumo privado	2,3	1,0	1,6	-2,4	-3,5	-0,7	1,5	1,2	1,6	1,3	1,7	2,1	-4,6	2,9		
Bens alimentares	0,2	0,1	0,2	-0,1	-0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,6	0,2		
Bens duradouros	0,2	0,2	0,7	-1,0	-1,1	0,1	0,8	0,7	0,4	0,5	0,3	0,0	-0,5	0,3		
Bens correntes não alimentares e serviços	1,9	0,7	0,7	-1,4	-2,3	-0,9	0,5	0,3	1,0	0,6	1,1	1,8	-4,7	2,4		
Consumo Público	0,7	0,5	-0,3	-0,7	-0,7	-0,4	-0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,4	0,1	0,9		
Investimento	0,4	-0,1	0,6	-2,8	-3,1	-0,8	0,6	0,9	0,4	1,9	1,3	0,6	-1,0	1,3		
FBCF	1,0	0,0	-0,2	-2,5	-2,9	-0,7	0,3	0,9	0,4	1,8	1,0	0,9	-0,5	1,1		
Procura externa	0,3	-0,6	0,0	4,1	3,0	0,9	-1,1	-0,5	-0,2	0,2	-0,3	-0,3	-2,9	-0,2		
Exportações	1,9	0,1	2,5	2,0	1,0	2,4	1,6	2,4	1,7	3,4	1,7	1,7	-8,1	5,0		
Importações	-1,6	-0,7	-2,5	2,1	2,0	-1,5	-2,6	-2,9	-1,9	-3,2	-2,0	-2,1	5,2	-5,2		

P – dados provisórios

FONTE: GPP, A PARTIR DE CONTAS NACIONAIS (BASE 2016), INE.

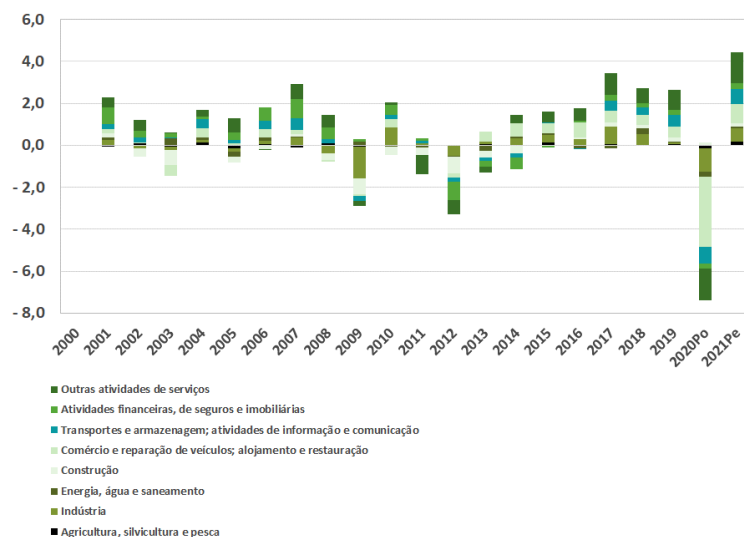
DATA DE VERSÃO DOS DADOS: 28 DE FEVEREIRO DE 2022.

Sendo assim, na ótica da despesa, a variação positiva do PIB, em volume, resultou sobretudo do contributo positivo do consumo privado (2,9 p.p.), seguido do investimento (1,3 p.p.) e do consumo público (0,9 p.p.). Já a procura externa contribuiu negativamente para a variação do PIB (-0,2 p.p.), uma vez que o contributo positivo das exportações (5,0 p.p.) foi menor que o contributo resultante do crescimento das importações de bens e serviços (-5,1 p.p.).

Na ótica da produção, o crescimento do PIB, em volume, decorreu sobretudo do contributo positivo dos ramos de atividade (A8) ligados aos setores "Outras

atividades de serviços" (1,47 p.p.) e "Comércio e reparação de veículos; alojamento e restauração" (-0,93 p.p.), os setores mais afetados em 2020.

Figura 2: Ambiente macroeconómico - PIB na ótica da produção em Portugal
[contributo do VAB das atividades económicas (A8) para a variação do VAB da economia (p.p.)]



P – dados provisórios

FONTE: GPP, A PARTIR DE CONTAS NACIONAIS (BASE 2016), INE.

DATA DE VERSÃO DOS DADOS: 28 DE FEVEREIRO DE 2022.

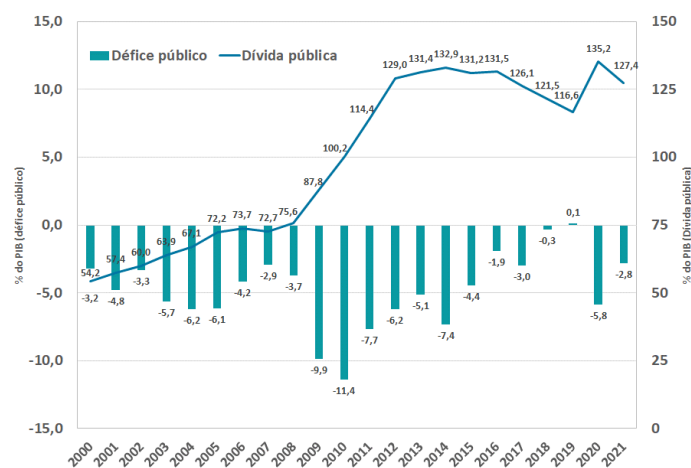
A dívida pública portuguesa, em 2021, representou 127,4% do PIB ⁵, cerca de 269,6 mil milhões de euros, menos 0,9 mil milhões de euros do que no final de 2020. De acordo com o Banco de Portugal, a diminuição da dívida pública reflete as "amortizações de títulos de dívida, no valor de 4,6 mil milhões de euros, que foram parcialmente compensadas pelo aumento de passivos em depósitos (1,4 mil milhões de euros), nomeadamente depósitos de entidades terceiras junto das administrações públicas e certificados de aforro e do tesouro, e em empréstimos (2,4 mil milhões de euros). A variação dos empréstimos foi explicada, sobretudo, pelos montantes recebidos da Comissão Europeia ao abrigo do Instrumento Europeu SURE (2,4 mil

⁵ Dívida calculada de acordo com a definição utilizada no Procedimento dos Défices Excessivos (Regulamento (CE) 479/2009, de 25 de maio), isto é, dívida bruta consolidada das administrações públicas (AP) ao valor nominal ou facial vulgo, dívida de Maastricht). Este conceito inclui os passivos nos instrumentos de numerário e depósitos (AF.2), títulos de dívida (AF.3) e empréstimos (AF.4).

milhões de euros) e do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (0,4 mil milhões de euros)”⁶.

Já o défice público melhorou em 2021 (-2,8% PIB), atingindo um valor de 5,98 mil milhões de euros, para tal terá sido determinante o maior crescimento da receita (10%) em relação à despesa (3,0%). O comportamento da receita foi influenciado sobretudo pela variação dos “impostos sobre a produção e importação” (3,6 p.p.), pelas “outras receitas correntes” (2,1 p.p.) e pelas receitas de capital (2,0 p.p.), com a recuperação da atividade económica e do mercado de trabalho. A variação da despesa deveu-se sobretudo às componentes “prestações sociais” (1,13 p.p.) e “despesas com pessoal” (0,97 p.p.), destacando-se “i) pensões pagas no âmbito do regime geral de Segurança Social; ii) despesa com aquisição de bens e serviços do setor da saúde e aquisição de computadores no âmbito do Projeto de Universalização da Escola Digital; iii) despesas com pessoal, em particular devido ao impacto das novas admissões, descongelamento de carreiras e promoções, pagamento do trabalho suplementar realizado no âmbito do combate à COVID-19 pelo Serviço Nacional de Saúde e na área da educação”⁷.

Figura 3: Ambiente macroeconómico - Evolução da dívida pública e do défice público [% do PIB]



FONTE: GPP, A PARTIR DE CONTAS NACIONAIS (BASE 2016), INE.
DATA DE VERSÃO DOS DADOS: 28 DE FEVEREIRO DE 2022.

⁶ <https://bpstat.bportugal.pt/conteudos/noticias/1524>.

⁷ Destaque INE - Procedimento dos Défices Excessivos - 1ª Notificação – 25 de março de 2022.

❖ O complexo agroflorestal na economia

Quadro 4: Complexo agroflorestal – Importância na economia

	VAB		Emprego*		Exportações		Importações	
	milhões de euros	%	mil pessoas	%	milhões de euros	%	milhões de euros	%
Agricultura	3 366	1,8	355,9	7,2	1 556,1	1,8	3 561	3,7
Ind, alimentares, bebidas e tabaco	4 376	2,4	117,4	2,4	6 270,1	7,1	7 752	8,2
Silvicultura	877	0,5	14,8	0,3	58,6	0,1	367	0,4
Ind, florestais	2 644	1,4	59,5	1,2	4 632,8	5,2	2 307	2,4
Complexo agroalimentar	7 742	4,2	473	9,6	7 826	8,8	11 313	11,9
Complexo florestal	3 522	1,9	74	1,5	4 691	5,3	2 673	2,8
Complexo agroflorestal	11 264	6,2	548	11,1	12 518	14,1	13 987	14,7

* Os valores de emprego correspondem ao ano 2019.

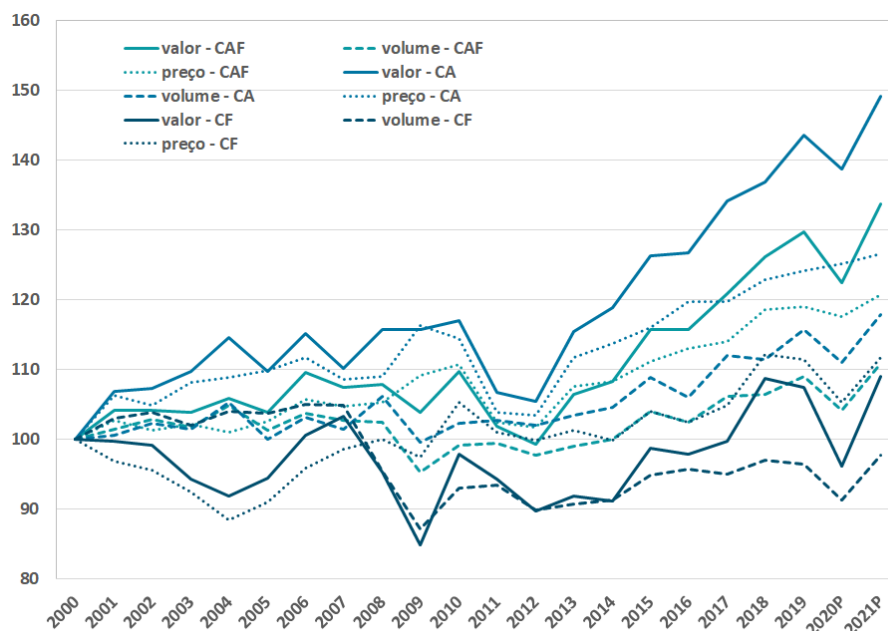
FONTE: GPP, A PARTIR DE CONTAS NACIONAIS INE (BASE 2016).

DATA DE VERSÃO DOS DADOS: 28 DE FEVEREIRO DE 2022.

O complexo agroflorestal, constituído pelas componentes agroalimentar (agricultura e indústrias alimentares das bebidas e do tabaco) e florestal (silvicultura e indústrias florestais), apresenta uma importância relevante na economia nacional, enquanto recurso endógeno e produtor de bens transacionáveis, representando 6,2% do valor acrescentado nacional (cerca de 11,3 mil milhões de euros a preços correntes), 11,1% do emprego (aproximadamente 548 mil pessoas empregadas), 14,7% das importações e 14,1% das exportações de bens e serviços. Entre 2010 e 2021, o VAB gerado pelo complexo agroflorestal cresceu a um ritmo de 1,0% ao ano, em volume, em consequência do crescimento da componente agroalimentar (1,3% ao ano), e menos da componente florestal (que cresceu 0,5% ao ano). Destaque-se que o crescimento do VAB agroflorestal em valor (1,8% ao ano), com crescimentos consecutivos a partir de 2012 embora com uma interrupção em 2020, deveu-se particularmente à variação em volume (1,0% ao ano) e em menor grau ao crescimento dos preços implícitos a uma média anual de 0,8%.

Figura 4: Complexo agroflorestal - Evolução do VAB

[respetivas componentes em valor, volume e preço (2000=100)]



P – dados provisórios

FONTE: GPP, A PARTIR DE CONTAS NACIONAIS (BASE 2016), INE.

DATA DE VERSÃO DOS DADOS: 28 DE FEVEREIRO DE 2022.

Em 2021, o complexo agroflorestal cresceu de forma significativa em valor (9,3%), contribuindo de forma positiva ambas as componentes (7,5% no complexo agroalimentar e 13,5% no complexo florestal).

Quadro 5: Complexo agroflorestal - Evolução do VAB

[milhões de euros]

	2000	2005	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020P	2021P	Taxa de crescimento médio anual (%)		Taxa de variação (%)
															2000-2021P	2010-2021P	2020P-2021P
VAB agroflorestal																	
Preços correntes	8 420	8 742	9 231	8 578	8 362	8 958	9 112	9 738	9 739	10 179	10 615	10 921	10 304	11 264	1,4	1,8	9,3
Preços constantes 2016	9 517	9 633	9 425	9 465	9 301	9 418	9 509	9 899	9 739	10 098	10 126	10 373	9 905	10 551	0,5	1,0	6,5
IPI	88	91	98	91	90	95	96	98	100	101	105	105	104	107	0,9	0,8	2,6
VAB Agroalimentar																	
Preços correntes	5 190	5 694	6 073	5 534	5 468	5 990	6 170	6 550	6 578	6 961	7 103	7 453	7 202	7 742	1,9	2,2	7,5
Preços constantes 2016	6 211	6 204	6 353	6 379	6 331	6 419	6 494	6 762	6 578	6 956	6 920	7 186	6 888	7 323	0,8	1,3	6,3
IPI	84	92	96	87	86	93	95	97	100	100	103	104	105	106	1,1	0,9	1,1
VAB Agricultura																	
Preços correntes	2 723	2 512	2 506	2 116	2 114	2 480	2 426	2 696	2 495	2 823	2 840	3 143	3 078	3 366	1,0	2,7	9,4
Preços constantes 2016	2 847	2 666	2 641	2 529	2 475	2 553	2 559	2 801	2 495	2 804	2 684	2 830	2 740	3 054	0,3	1,3	11,4
IPI	96	94	95	84	85	97	95	96	100	101	106	111	112	110	0,7	1,4	-1,9
VAB IABT																	
Preços correntes	2 466	3 182	3 568	3 418	3 354	3 509	3 744	3 854	4 083	4 138	4 263	4 310	4 124	4 376	2,8	1,9	6,1
Preços constantes 2016	3 363	3 538	3 712	3 850	3 856	3 867	3 935	3 961	4 083	4 152	4 236	4 356	4 148	4 269	1,1	1,3	2,9
IPI	73	90	96	89	87	91	95	97	100	100	101	99	99	102	1,6	0,6	3,1
VAB Florestal																	
Preços correntes	3 230	3 048	3 158	3 044	2 894	2 968	2 942	3 187	3 161	3 218	3 513	3 468	3 102	3 522	0,4	1,0	13,5
Preços constantes 2016	3 306	3 430	3 072	3 086	2 969	2 999	3 015	3 137	3 161	3 142	3 206	3 187	3 017	3 228	-0,1	0,5	7,0
IPI	98	89	103	99	97	99	98	102	100	102	110	109	103	109	0,5	0,5	6,1
VAB Silvicultura																	
Preços correntes	676	695	700	771	792	861	867	914	907	896	912	882	689	877	1,2	2,1	27,3
Preços constantes 2016	739	774	764	821	844	883	868	909	907	889	851	806	813	855	0,7	1,0	5,1
IPI	92	90	92	94	94	97	100	101	100	101	107	109	85	103	0,5	1,0	21,1
VAB IF																	
Preços correntes	2 554	2 353	2 458	2 273	2 102	2 107	2 075	2 273	2 254	2 322	2 600	2 586	2 413	2 644	0,2	0,7	9,6
Preços constantes 2016	2 568	2 656	2 308	2 266	2 125	2 116	2 147	2 227	2 254	2 253	2 354	2 381	2 203	2 374	-0,4	0,3	7,7
IPI	99	89	106	100	99	100	97	102	100	103	110	109	110	111	0,5	0,4	1,7
PIBpm																	
Preços correntes	128 414	158 553	179 611	176 096	168 296	170 492	173 054	179 713	186 490	195 947	205 184	214 375	200 088	211 461	2,4	1,5	5,7
Preços constantes 2016	177 302	185 111	190 667	187 432	179 828	178 169	179 580	182 798	186 490	193 029	198 529	203 855	186 645	195 831	0,5	0,2	4,9
IPI PIB _{pm}	72	86	94	94	94	96	96	98	100	102	103	105	107	108	1,9	1,2	0,7

P – dados provisórios

FONTE: GPP, A PARTIR DE CONTAS NACIONAIS, INE.

DATA DE VERSÃO DOS DADOS: 28 DE FEVEREIRO DE 2022.

Quanto ao emprego, medido em número de pessoas, o complexo agroflorestal tem vindo a manter a tendência de evolução decrescente da última década (-2,8% ao ano), enquanto a economia tem mantido uma estabilização do emprego (0,2% ao ano). No último ano disponibilizado pelo INE (2019), ainda em ano de pré-pandemia, notaram-se melhorias em relação à evolução do emprego no conjunto da economia, apesar do complexo agroflorestal continuar a diminuir (-5,7%), devido às duas componentes agroalimentar (-6,4%) e florestal (-1,1%).

Quadro 6: Complexo agroflorestal - Emprego

[mil pessoas]

	2000	2005	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Taxa de crescimento médio anual (%)		Taxa de variação (%)
													2000-2019	2010-2019	2018-2019
Emprego agroflorestal	842	784	708	686	689	654	633	609	593	588	581	548	-2,2	-2,8	-5,7
Emprego agroalimentar	730	685	628	610	616	584	562	536	520	515	506	473	-2,3	-3,1	-6,4
Emprego florestal	112	100	80	76	72	70	71	73	73	74	75	74	-2,1	-0,7	-1,1
Emprego economia	5 042	5 041	4 871	4 777	4 581	4 450	4 513	4 576	4 650	4 803	4 914	4 953	-0,1	0,2	0,8

FONTE: GPP, A PARTIR DE CONTAS NACIONAIS, INE.

DATA DE VERSÃO DOS DADOS: 28 DE FEVEREIRO DE 2022.

Relativamente ao comércio internacional agroflorestal, é de destacar entre 2010 e 2021 um maior crescimento das exportações (4,6% ao ano) em relação às importações de bens e serviços (3,1% ao ano), influenciando positivamente o saldo comercial agroflorestal e, por consequência, da economia.

De referir que a partir de 2014, com a retoma económica (pós crise económico-financeira) e consequente recuperação dos rendimentos, ter-se-á verificado um maior crescimento das importações face às exportações, nomeadamente do complexo agroflorestal, à semelhança do conjunto da economia, afetando os saldos comerciais. Em 2021, assistiu-se a uma recuperação do comércio internacional (ainda em pandemia) com as importações agroflorestais a crescerem 13,8% (sobretudo em razão do crescimento das importações de gorduras, papel e cartão, pescado, cereais, nomeadamente cevada e milho e madeira)⁸ e as exportações 14,6% (fruto do crescimento das exportações de papel e cartão, gorduras, de pescado e de pastas de madeira)⁹. Este crescimento foi inferior ao do conjunto da economia, que tinha registado uma queda pronunciada do comércio internacional no ano anterior, e que em 2021 recuperou com um crescimento das importações (21,4%) e das exportações de bens e serviços (19,8%), com o saldo comercial a assumir um défice (-6,3 mil milhões de euros).

⁸ As importações de gorduras, papel e cartão, pescado, cereais e madeira contribuíram, respetivamente, com +2,4 p.p., +2,3 p.p., +1,2 p.p., +1,2 p.p. e +1,2 p.p. para a variação das importações agroflorestais em 2021 (Fonte: GPP, a partir de estatísticas do comércio internacional, INE).

⁹ As exportações de papel e cartão, gorduras, de pescado e de pastas de madeira contribuíram, respetivamente, com +2,9 p.p., +2,1 p.p., +1,7 p.p. e +1,7 p.p. para a variação das exportações agroflorestais em 2020 (Fonte: GPP, a partir de estatísticas do comércio internacional, INE).

Quadro 7: Complexo agroflorestal - Exportações, importações e saldo comercial

[milhões de euros]

	2000	2005	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020P	2021P	Taxa de crescimento médio anual (%)		
	2000-2021P	2010-2021P	2020P-2021P														
Complexo agroflorestal																	
Exportações	4 690	5 484	7 595	8 268	8 638	9 241	9 623	9 963	10 129	10 407	10 965	11 188	10 918	12 518	4,8	4,6	14,6
Importações	7 158	7 826	10 049	10 783	10 328	10 720	10 637	11 087	11 497	12 167	12 802	13 060	12 293	13 987	3,2	3,1	13,8
Saldo comercial	-2 468	-2 342	-2 454	-2 515	-1 690	-1 479	-1 015	-1 124	-1 368	-1 761	-1 837	-1 872	-1 374	-1 469			
Complexo agroalimentar																	
Exportações	1 968	2 737	4 289	4 757	5 056	5 488	5 840	5 996	6 160	6 331	6 624	6 802	6 980	7 826	6,8	5,6	12,1
Importações	5 438	6 111	8 117	8 830	8 568	8 871	8 667	9 058	9 387	9 925	10 389	10 617	10 146	11 313	3,6	3,1	11,5
Saldo comercial	-3 469	-3 374	-3 828	-4 073	-3 512	-3 383	-2 826	-3 062	-3 226	-3 594	-3 765	-3 814	-3 166	-3 487			
Agricultura																	
Exportações	207	396	669	680	753	744	873	973	1 028	1 146	1 253	1 360	1 463	1 556	10,1	8,0	6,4
Importações	1 793	1 924	2 507	2 752	2 686	2 740	2 568	2 731	2 828	2 967	3 149	3 110	3 193	3 561	3,3	3,2	11,5
Saldo comercial	-1 586	-1 528	-1 837	-2 072	-1 933	-1 996	-1 694	-1 759	-1 800	-1 820	-1 897	-1 750	-1 731	-2 005			
IABT																	
Exportações	1 761	2 341	3 620	4 077	4 303	4 744	4 967	5 023	5 132	5 184	5 371	5 442	5 517	6 270	6,2	5,1	13,7
Importações	3 645	4 188	5 611	6 078	5 881	6 131	6 099	6 327	6 558	6 958	7 239	7 506	6 953	7 752	3,7	3,0	11,5
Saldo comercial	-1 884	-1 847	-1 991	-2 001	-1 579	-1 387	-1 132	-1 304	-1 426	-1 774	-1 868	-2 064	-1 436	-1 482			
Silvicultura																	
Exportações	67	114	103	121	106	122	97	48	52	56	62	72	66	59	-0,7	-5,0	-11,3
Importações	271	158	188	216	208	264	267	253	267	272	284	282	279	367	1,4	6,3	31,4
Saldo comercial	-204	-44	-85	-94	-102	-141	-170	-206	-215	-215	-222	-210	-213	-308			
Indústria florestal																	
Exportações	2 654	2 632	3 203	3 390	3 476	3 631	3 686	3 920	3 916	4 020	4 279	4 314	3 873	4 633	2,7	3,4	19,6
Importações	1 449	1 557	1 744	1 737	1 553	1 585	1 704	1 776	1 843	1 971	2 129	2 161	1 867	2 307	2,2	2,6	23,5
Saldo comercial	1 205	1 076	1 459	1 653	1 923	2 045	1 982	2 144	2 073	2 049	2 150	2 153	2 005	2 326			
Complexo florestal																	
Exportações	2 722	2 746	3 306	3 511	3 582	3 753	3 782	3 968	3 969	4 076	4 342	4 386	3 939	4 691	2,6	3,2	19,1
Importações	1 720	1 714	1 932	1 953	1 761	1 849	1 970	2 029	2 110	2 243	2 413	2 443	2 146	2 673	2,1	3,0	24,6
Saldo comercial	1 001	1 032	1 374	1 558	1 822	1 904	1 812	1 939	1 858	1 833	1 928	1 942	1 792	2 018			
Economia bens e serviços																	
Exportações	36 219	42 943	54 008	60 674	63 579	67 526	69 595	72 991	74 989	83 717	89 144	93 271	74 097	88 746	4,4	4,6	19,8
Importações	50 401	56 858	67 738	68 052	64 411	65 653	69 336	71 662	72 849	81 739	88 194	92 302	78 323	95 073	3,1	3,1	21,4
Saldo comercial	-14 182	-13 915	-13 731	-7 378	-833	1 873	259	1 329	2 140	1 978	949	969	-4 226	-6 327			
Peso do complexo agroflorestal no comércio internacional de bens e serviços (%)																	
Exportações	12,9	12,8	14,1	13,6	13,6	13,7	13,8	13,7	13,5	12,4	12,3	12,0	14,7	14,1			
Importações	14,2	13,8	14,8	15,8	16,0	16,3	15,3	15,5	15,8	14,9	14,5	14,1	15,7	14,7			

P – dados provisórios

FONTE: GPP, A PARTIR DE CN E CEA (BASE 2016), INE.

DATA DE VERSÃO DOS DADOS: 28 DE FEVEREIRO DE 2022.

O complexo agroalimentar, que abrange a agricultura e as indústrias agroalimentares, registou em 2021, um crescimento das exportações (12,1%) superior ao das importações (11,5%), o que não impediu o aumento do saldo comercial. Quanto ao comércio internacional do complexo florestal é de notar um crescimento significativo (19,1% nas exportações e 24,6% nas importações de bens e serviços) mantendo o saldo da balança comercial em terreno positivo.

No que respeita à taxa de cobertura das importações pelas exportações, a percentagem das compras ao estrangeiro que é compensada pelas vendas do país ao estrangeiro, a evolução ao nível do complexo agroflorestal tem sido favorável, tendo passado de um valor de 65,5% em 2000 para 89,5% em 2021.

❖ Economia agrícola

No período compreendido entre 2010 e 2021, o VAB agrícola, medido a preços de mercado, assumiu um crescimento em valor (2,7% ao ano) e, de forma menos pronunciada, em volume (1,3% ao ano). Saliente-se que a evolução do VAB em termos reais deveu-se sobretudo ao maior ritmo de crescimento do volume de consumos intermédios (2,7% ao ano) em relação ao volume de produção agrícola (2,3% ao ano), notando-se algumas distinções entre as séries evolutivas, com o volume de consumos intermédios a evoluir de forma consecutiva no período de referência e a produção agrícola a apresentar um comportamento mais volátil com flutuações entre anos. No que respeita aos preços implícitos, evoluíram de forma similar na produção e nos consumos intermédios ao crescerem a uma média anual de 1,0%.

Quadro 8: Economia agrícola - Taxa de variação média anual

[da produção, dos consumos intermédios e do VAB agrícola e PIB (%)]

	2010/2021P			2020P/2021P		
	Volume	Preço	Valor	Volume	Preço	Valor
Produção agrícola_{pm}	2,3	1,0	3,3	6,7	4,3	11,3
Consumos intermédios	2,7	1,0	3,7	3,5	9,2	13,0
VAB_{pm} agrícola	1,3	1,4	2,7	11,4	-1,9	9,4
PIB_{pm}	0,2	1,2	1,5	4,9	0,7	5,7

P – dados provisórios

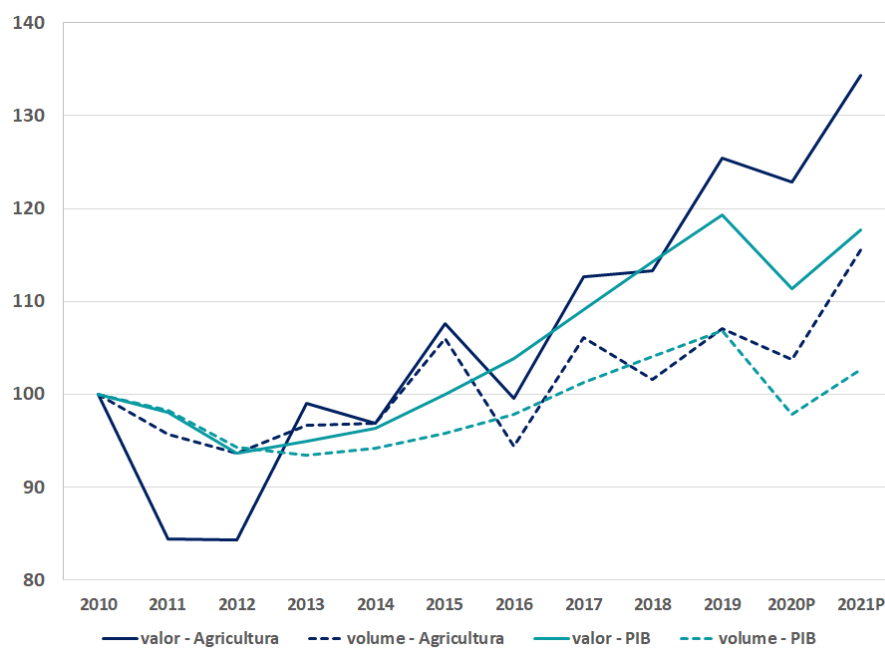
FONTE: GPP, A PARTIR DE CN E CEA (BASE 2016), INE.

DATA DE VERSÃO DOS DADOS: 28 DE FEVEREIRO DE 2022.

No período é de destacar dois momentos, entre 2010 e 2015 os preços dos consumos intermédios evoluíram acima dos preços na produção, e entre 2015 e 2021 verificou-se uma inversão da tendência. No último ano analisado (2021) o VAB agrícola cresceu mais que a média dos dez anos anteriores quer em valor (9,4%) quer em volume (11,4%), e de forma mais acentuada que a evolução do PIB (5,7% em valor e 4,9% em volume), recuperando a diminuição verificada em 2020 e assumindo o nível mais elevado do VAB, em valor, desde o início do século. A evolução positiva, em termos nominais, terá resultado sobretudo do crescimento do volume de produção agrícola (6,7%), nomeadamente devido ao contributo positivo da produção de frutos (15,5%)

e de vegetais e produtos hortícolas (3,5%), que constituem 38,5% da produção agrícola nacional.

Figura 5: Economia agrícola - Evolução do VAB agrícola e PIB
[volume e valor (2000=100)]



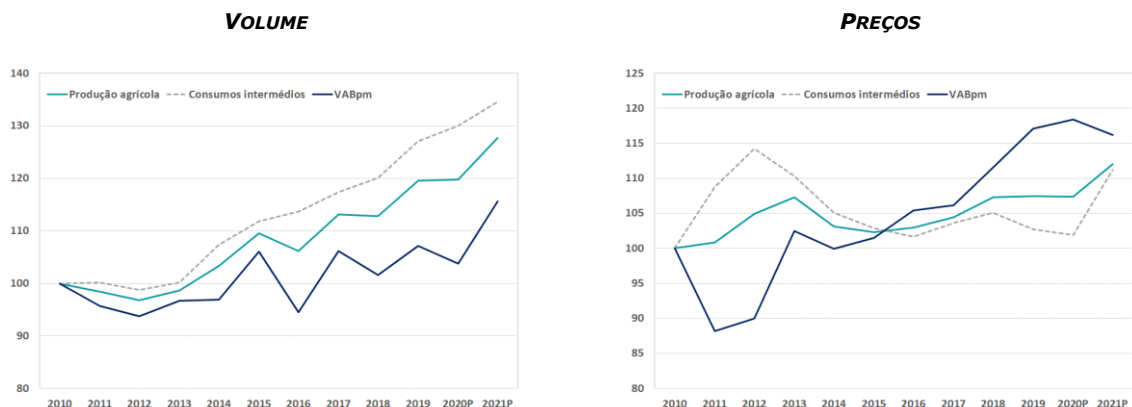
P – dados provisórios

FONTE: GPP, A PARTIR DE CN E CEA (BASE 2016), INE.

DATA DE VERSÃO DOS DADOS: 28 DE FEVEREIRO DE 2022.

Figura 6: Economia agrícola - Evolução da produção, dos consumos intermédios e do VAB agrícola

[volume e preços (2010=100)]



P – dados provisórios

FONTE: GPP, A PARTIR DE CN E CEA (BASE 2016), INE.

DATA DE VERSÃO DOS DADOS: 28 DE FEVEREIRO DE 2022.

Quadro 9: Economia agrícola - Taxa de variação anual

[alguns indicadores relativos à atividade agrícola (%)]

	2001	2005	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020P	2021P	Taxa de crescimento médio anual (%)	
Produção _{pm}															2000/2021P	2010/2021P
Preços correntes	6,9	-6,8	4,1	-0,8	2,4	4,3	0,6	5,2	-2,5	8,1	2,5	6,1	0,1	11,3	2,1	3,3
Preços constantes 2016	3,8	-7,2	0,6	-1,6	-1,6	2,0	4,7	6,0	-3,1	6,6	-0,2	5,9	0,2	6,7	1,2	2,3
IPI	2,9	0,4	3,5	0,8	4,1	2,3	-3,9	-0,8	0,6	1,4	2,7	0,2	-0,1	4,3	0,9	1,0
Consumos intermédios																
Preços correntes	9,4	-2,6	5,5	8,9	3,6	-2,1	2,2	1,9	0,5	5,2	3,7	3,4	1,5	13,0	3,0	3,7
Preços constantes 2016	6,2	-2,2	1,7	0,1	-1,4	1,4	7,3	4,1	1,6	3,3	2,3	5,8	2,3	3,5	1,7	2,7
IPI	3,0	-0,5	3,8	8,7	5,1	-3,4	-4,7	-2,1	-1,2	1,9	1,4	-2,2	-0,8	9,2	1,2	1,0
VAB _{pm}																
Preços correntes	4,0	-11,8	2,0	-15,6	-0,1	17,4	-2,2	11,1	-7,4	13,1	0,6	10,7	-2,1	9,4	1,0	2,7
Preços constantes 2016	1,2	-13,2	-1,1	-4,3	-2,1	3,1	0,2	9,5	-10,9	12,4	-4,3	5,4	-3,2	11,4	0,3	1,3
IPI	2,8	1,6	3,1	-11,8	2,1	13,8	-2,4	1,5	3,9	0,7	5,1	5,0	1,1	-1,9	0,7	1,4
PIB _{pm}																
Preços correntes	5,7	4,1	2,4	-2,0	-4,4	1,3	1,5	3,8	3,8	5,1	4,7	4,5	-6,7	5,7	2,4	1,5
Preços constantes 2016	1,9	0,8	1,7	-1,7	-4,1	-0,9	0,8	1,8	2,0	3,5	2,8	2,7	-8,4	4,9	0,5	0,2
IPI	3,7	3,3	0,6	-0,3	-0,4	2,2	0,7	2,0	1,7	1,5	1,8	1,7	1,9	0,7	1,9	1,2
Subsídios líquidos de impostos	20,3	5,7	22,0	-8,5	13,7	-11,7	-3,5	-8,4	53,5	-22,7	4,1	-0,5	9,3	5,0	2,6	1,3
VAB _{cf} (preços correntes)	7,1	-7,5	6,7	-13,6	3,9	8,2	-2,5	6,1	6,0	1,7	1,5	7,9	0,5	8,3	1,4	2,3
Emprego (UTA)	0,4	-2,6	-8,4	-3,3	-1,0	-5,0	-5,8	-2,6	-2,8	-4,4	-0,6	-1,5	-0,6	-0,7	-2,9	-2,6
Produtividade																
VAB _{pm} volume /UTA	0,8	-10,8	8,0	-1,0	-1,1	8,5	6,4	12,4	-8,3	17,6	-3,7	7,1	-2,5	12,2	3,3	4,0
Rendimento																
VAL _{cf} real ² /UTA	4,1	-10,3	16,6	-14,0	7,5	14,6	1,2	8,6	8,0	4,2	0,0	8,4	-0,1	9,4	2,3	4,1
Esforço de Investimento ²																
Preços correntes	3,5	-5,1	0,1	15,3	-8,8	-5,1	10,6	4,4	-8,0	8,6	-1,0	-4,8	-4,5			
Preços constantes 2016	9,1	-1,5	5,5	2,0	-2,8	-0,9	5,0	2,3	9,6	-4,5	4,8	-5,0	-0,4			

1 – Deflacionado pelo IPI PIB_{pm}; 2 – FBCF/VAB_{cf}

P – dados provisórios

FONTE: GPP, A PARTIR DE CONTAS ECONÓMICAS DA AGRICULTURA (BASE 2016), INE.

DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: 28 DE FEVEREIRO DE 2022.

O indicador de produtividade do trabalho na agricultura, que relaciona o VABpm, em volume, com o volume de trabalho agrícola, tem mantido a tendência de crescimento que se verifica desde 2010 (4,0% ao ano). De facto, o VAB agrícola, em volume, tem crescido a uma média anual de 1,3% enquanto o volume de trabalho continua a diminuir a uma média anual de 2,6%, sobretudo o trabalho não assalariado ou familiar (-4,3% ao ano) uma vez que a mão-de-obra assalariada até tem vindo a crescer a uma média anual de 1,5%. Em 2021, a produtividade cresceu 12,2% assumindo o valor mais elevado desde 2000 (13,2 mil euros/UTA), com a conjugação do crescimento do VABpm em volume (11,4%) e do ligeiro decréscimo das UTAs (-0,7%).

No que respeita ao rendimento da atividade agrícola, medido através do rácio entre o rendimento real dos fatores (VALcf real) e o volume de trabalho agrícola, constata-se a partir de 2010 um crescimento médio anual de 4,1%, com a combinação da evolução positiva da produtividade do trabalho (4,0% ao ano) com o crescimento dos subsídios líquidos de impostos (1,3% ao ano). Em 2021, o rendimento cresceu (9,4%), depois de um decréscimo em 2020, passando a assumir o valor mais elevado desde 2000, em resultado do crescimento do VABpm (11,4%), em volume, e dos subsídios líquidos de impostos (5,0%) (os subsídios líquidos de impostos à produção variaram 12,7% enquanto os subsídios líquidos de impostos aos produtos diminuíram 29,3%).

Do lado do investimento na agricultura, verificou-se um crescimento no período 2010 e 2020, em divergência com a economia no seu conjunto (1,4% face a -0,7% ao ano). Note-se que nos últimos anos tem vindo a suceder uma substituição das aquisições de capital fixo no setor agrícola por aquisições de serviços de aluguer de equipamentos e instalações, uma das razões que explicam o forte crescimento da aquisição de outros bens e serviços¹⁰. Em 2020, em ano de pandemia, o investimento agrícola diminuiu 3,9%, mais que a economia (-2,7%).

¹⁰ A análise da estrutura da FBCF (formação bruta de capital fixo) também revela que, entre 2000 e 2021 o investimento em animais (+5,8 p.p.) ganhou peso face ao investimento em máquinas, materiais (-3,4 p.p.) e edifícios (-3,0 p.p.), sendo que no caso da economia os produtos de propriedade intelectual (+7,3 p.p.) ganharam importância face à construção (-7,4 p.p.).

Quadro 10: Economia agrícola - Investimento agrícola e total da economia

	2000	2005	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017P	2018	2019	2020P	Taxa de crescimento médio anual (%)		Taxa de variação (%)
														2000-2020	2010-2020	2019-2020
FBCF Agricultura (milhões de euros)																
Preços correntes	810	825	837	834	790	811	874	968	945	1 043	1 048	1 076	1 034	1,2	2,1	-3,9
Preços constantes 2016	1 005	918	861	842	801	817	863	964	945	1 014	1 018	1 026	986	-0,1	1,4	-3,9
FBCF Economia (milhões de euros)																
Preços correntes	35 960	36 668	36 953	32 437	26 631	25 150	26 013	27 886	28 893	32 888	35 953	38 815	38 183	0,3	0,3	-1,6
Preços constantes 2016	44 057	39 953	37 526	32 801	27 319	26 006	26 601	28 176	28 893	32 213	34 204	36 047	35 059	-1,1	-0,7	-2,7

P - dados provisórios

FONTE: GPP, A PARTIR DE CONTAS ECONÓMICAS DA AGRICULTURA (BASE 2016) E CONTAS NACIONAIS, INE.
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: 28 DE FEVEREIRO 2022.

A estrutura de produção agrícola tem vindo a revelar uma maior prevalência da produção vegetal face à produção animal, com a perda de peso da produção animal (-5,6 p.p.), com destaque para o leite (-2,2 p.p.) e produção bovina (-1,4 p.p.), em detrimento da produção vegetal (+4,6 p.p.), sobretudo da produção frutícola (+6,7 p.p.).

Nos últimos dez anos¹¹, a produção agrícola, medida a preços de base, evoluiu positivamente em volume (2,9% ao ano) embora de forma mais pronunciada em valor (4,2% ao ano), com o crescimento dos preços a uma média anual de 1,2%. Para o comportamento em volume foi determinante do lado da produção vegetal, o crescimento da produção de frutos (7,1% ao ano), a maior rúbrica da estrutura de produção agrícola (22,4%), dos vegetais e produtos hortícolas (2,9% ao ano) e do vinho (2,1% ao ano), e do lado da produção animal, a produção suína (2,7% ao ano) e de aves de capoeira (2,5% ao ano).

¹¹ Recorreu-se a médias trienais para analisar esta evolução.

Quadro 11: Economia agrícola - Estrutura da produção agrícola

[a preços base, e respetivas variações (%)]

	Estrutura de produção (%)			Taxa de crescimento médio anual - média 1999/00/01 e média 2019/20/21 (%)			Taxa de crescimento médio anual - média 2009/10/11 e média 2019/20/21 (%)			Taxa de variação 2020P-2021P (%)		
	Média 2009/10/11	Média 2019/20/21	Variação p.p.	Volume	Preço	Valor	Volume	Preço	Valor	Volume	Preço	Valor
Produção do ramo agrícola (preços base)	100,0	100,0		1,0	0,8	1,8	2,9	1,2	4,2	5,8	4,6	10,7
Produção da agricultura (preços base)	97,5	96,6	-0,9	1,0	0,8	1,8	2,8	1,2	4,0	5,8	4,8	10,9
Produção de bens agrícolas	95,2	94,2	-0,9	1,0	0,7	1,7	2,8	1,2	4,0	6,0	4,8	11,0
Produção vegetal	54,9	59,5	4,6	1,5	0,4	1,9	4,1	1,2	5,4	8,9	6,2	15,6
Cereais (inclui sementes)	4,0	3,0	-0,9	2,3	-5,2	-3,0	3,6	-3,2	0,2	6,9	21,1	29,4
Plantas industriais ¹	0,5	0,9	0,4	-4,2	2,2	-2,1	7,5	4,4	12,3	17,2	-3,8	12,7
Plantas forrageiras	4,3	3,1	-1,2	-2,5	1,6	-0,9	-1,0	0,4	-0,6	5,0	10,5	16,0
Vegetais e produtos hortícolas	16,5	16,1	-0,4	1,9	1,2	3,1	2,9	0,9	3,8	3,5	2,6	6,1
Batatas (inclui sementes)	1,6	1,4	-0,3	-1,9	1,9	0,1	-0,4	2,0	1,6	4,6	13,5	18,7
Frutos	15,7	22,4	6,7	3,5	0,9	4,4	7,1	2,3	9,6	15,5	9,2	26,1
Vinho	10,7	10,8	0,1	-0,9	0,6	-0,2	2,1	2,2	4,4	5,0	-0,1	4,9
Azeite	0,9	1,0	0,1	3,9	2,2	6,0	1,7	4,0	5,8	26,1	7,7	35,8
Outros produtos vegetais ²	0,7	0,8	0,1	0,1	6,5	6,6	4,5	1,0	5,4	0,0	11,2	11,2
Produção animal	40,3	34,7	-5,6	0,3	1,1	1,4	0,9	1,1	2,0	1,2	2,2	3,4
Bovinos	8,9	7,5	-1,4	-1,8	4,0	2,1	-2,0	3,7	1,6	6,0	0,7	6,7
Suínos	7,8	7,3	-0,6	1,8	-0,2	1,6	2,7	0,4	3,1	-0,6	-6,3	-6,9
Ovinos e caprinos	1,8	1,9	0,1	0,4	-0,5	0,0	5,5	-0,4	5,0	10,6	9,5	21,1
Aves de capoeira	7,3	6,1	-1,1	1,8	0,5	2,3	2,5	-0,8	1,6	-0,9	8,3	7,3
Leite	10,4	8,2	-2,2	-0,4	0,7	0,2	-0,2	0,8	0,6	-0,3	2,1	1,8
Outra produção animal ³	4,0	3,7	-0,3	2,6	-0,3	2,3	1,8	1,2	3,0	-4,2	11,3	6,6
Serviços agrícolas	2,3	2,4	0,1	2,2	2,7	4,9	2,1	2,5	4,6	-0,2	4,7	4,5
Atividades secundárias não agrícolas (não separáveis)	2,5	3,4	0,9	1,0	1,0	2,0	8,1	0,5	8,7	5,5	1,0	6,6

1 - A componente "plantas industriais" inclui "sementes e frutos oleaginosos" (e.g. colza, girassol, soja), "proteaginosas (incluindo sementes)", "tabaco não manufaturado", "beterraba sacarina", "outras plantas industriais" (e.g. plantas fibrosas, lúpulo);

2 - A componente "outros produtos vegetais" inclui "materiais para entrançar", "sementes", "batata-doce", "plantas aromáticas" e "outros produtos vegetais: outros";

3 - A componente "outra produção animal" inclui "ovos", "mel", "caracóis", "outros produtos animais" (e.g. lã em bruto, casulos de bicho-da-seda), "outros animais" (e.g. equídeos).

Nota: Os valores constantes neste quadro referem-se à produção agrícola valorizada a preços base, que inclui os subsídios aos produtos, não coincidindo por esta razão com os quadros 1 e 2 com a produção agrícola valorizada a preços de mercado, que não inclui os subsídios referidos.

P - dados provisórios

FONTE: GPP, A PARTIR DE CONTAS ECONÓMICAS DA AGRICULTURA (BASE 2016), INE.

DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: 28 DE FEVEREIRO DE 2022.

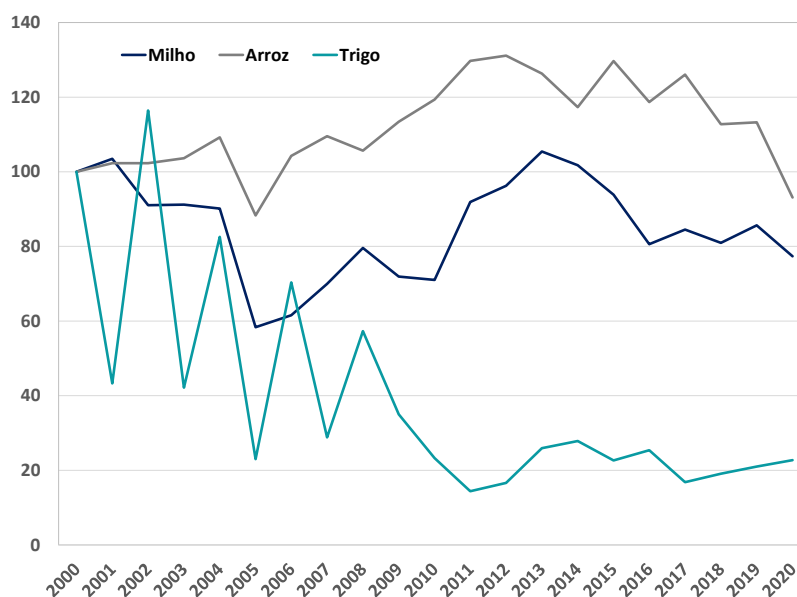
Acrescem os contributos positivos das produções de azeite (1,7% ao ano) e da produção ovina e caprina (5,5% ao ano) para a variação da produção agrícola em volume¹².

Já em valor, e mesmo considerando o menor peso na estrutura de produção, será também de destacar a evolução das produções de azeite (5,8% ao ano), das plantas industriais (12,3% ao ano), de outros produtos vegetais (5,4% ao ano) e da produção ovina e caprina (5,0% ao ano), que têm vindo assumir um maior peso na produção agrícola nacional.

¹² Note-se que as Contas Económicas da Agricultura constatarem um crescimento, em volume, da produção do conjunto dos cereais (2,3% em média anual entre 2000 e 2020). No entanto, chama-se a atenção para que nesse período, de acordo, com os dados mais recentes das estatísticas da produção vegetal revelam que a produção de milho diminuiu -1,3% em média anual, a produção de arroz diminuiu -0,4% e o trigo -7,1% (ver Figura 7), sendo que o valor agregado de cereais terá diminuído a uma média anual de 2,2% ao ano. Assim, os valores agregados dos cereais das Contas Económicas da Agricultura devem ser analisados com prudência.

Figura 7: Economia agrícola - Evolução da produção de milho, arroz e trigo

[2000=100]



FONTE: GPP, A PARTIR DE ESTATÍSTICAS DA PRODUÇÃO VEGETAL, INE.

Em particular no último ano (2021), a produção agrícola, medida a preços de base, assumiu um crescimento de 10,7%, a preços correntes, em resultado da evolução positiva em volume (5,8%) e, em menor grau, dos preços (4,6%). Destaque-se que:

- Do lado da produção vegetal, verificou-se um crescimento em valor (15,6%) que terá decorrido da variação positiva do volume produzido (8,9%), em particular dos frutos¹³ (15,5%), dos vegetais e produtos hortícolas¹⁴ (3,5%), e do preço que cresceu 6,2%, com destaque para o preço dos cereais (21,1%)¹⁵.
- A produção animal também aumentou em valor (3,4%) com os preços implícitos a variarem 2,2%, com destaque para os preços implícitos na produção ovina e caprina (9,5%), de aves de capoeira (8,3%) e leite (2,1%),

¹³ Do lado da produção de frutos, salienta-se o forte acréscimo em volume (15,5%) com os contributos positivos dos frutos frescos (14,4%), das uvas (5,0%) e das azeitonas (37,7%). Para o crescimento na produção de frutos frescos terão contribuído as produções de maçã (175,9%) e pera (69,1%). Note-se que os preços implícitos nos frutos aumentaram (9,2%) incrementando a evolução em valor (26,1%).

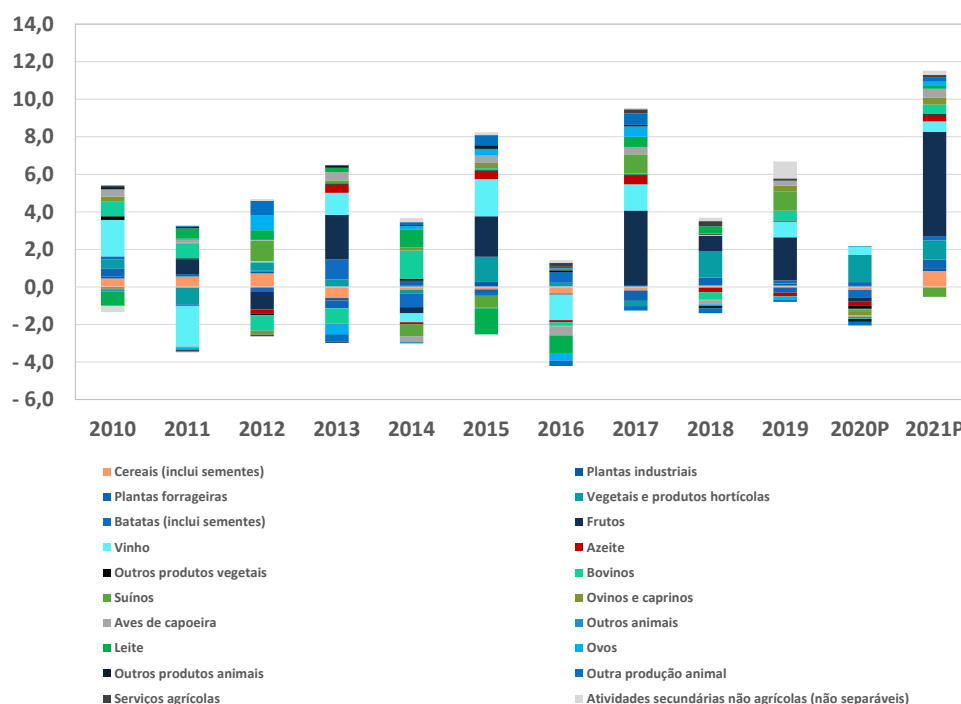
¹⁴ Os vegetais e produtos hortícolas, que representam 16,1% da produção agrícola, aumentaram em volume (3,5%) refletindo o acréscimo dos hortícolas frescos (5,6%), nomeadamente a produção de tomate para a indústria.

¹⁵ A campanha cerealífera foi favorável ao crescimento das produções de milho (5%) e de arroz (30%), tendo os respetivos preços seguido a tendência mundial de crescimento dos preços dos cereais.

e do crescimento do volume produzido (1,2%). Para a variação em volume contribuíram positivamente as produções de bovinos (6,0%) e de ovinos e caprinos (10,6%).

Figura 8: Economia agrícola - Contributo das produções para a variação da produção agrícola

[valor em p.p.]



P – dados provisórios

FONTE: GPP, A PARTIR DE CN E CEA (BASE 2016), INE.

DATA DE VERSÃO DOS DADOS: 28 DE FEVEREIRO DE 2022.

A estrutura de consumos intermédios é caracterizada por apresentar um predomínio das componentes da alimentação animal (42,2%), dos outros bens e serviços (24,7%) e da energia e lubrificantes (7,3%). Nos últimos onze anos, a alimentação animal (-6,7 p.p.) perdeu peso para os outros bens e serviços (+4,6 p.p.) e para a manutenção e reparação de material e ferramentas (+2,1 p.p.).

Entre 2010 e 2021¹⁶, os consumos intermédios da agricultura registaram um crescimento de 4,5% ao ano, em valor, sobretudo em razão do crescimento do

¹⁶ Recorreu-se a médias trienais para analisar esta evolução.

volume de consumos intermédios (4,0% ao ano), com destaque para a aquisição de outros bens e serviços (8,2% ao ano)¹⁷, a segunda rubrica com maior importância na estrutura de consumos intermédios agrícolas a seguir à alimentação animal, a manutenção e reparação de material e ferramentas (16,5% ao ano), a manutenção e reparação de edifícios agrícolas e de outras obras (9,0% ao ano) e os serviços agrícolas (6,0% ao ano).

Quadro 12: Economia agrícola - Estrutura dos consumos intermédios
[e respetivas variações (%)]

	Estrutura de consumos intermédios (%)			Taxa de crescimento médio anual - média 1999/00/01 e média 2019/20/21 (%)			Taxa de crescimento médio anual - média 2009/10/11 e média 2019/20/21 (%)			Taxa de variação 2020P-2021P (%)		
	média 2009/10/11	Média 2019/20/21	Variação (p.p.)	Volume	Preço	Valor	Volume	Preço	Valor	Volume	Preço	Valor
Total	100,0	100,0		1,7	1,2	3,0	4,0	0,5	4,5	3,5	9,2	13,0
Sementes e plantas	3,5	3,3	-0,2	1,0	-0,3	0,6	4,8	-0,9	3,8	8,0	-2,0	5,9
Energia e lubrificantes	7,6	7,3	-0,3	1,6	3,6	5,3	1,1	2,8	3,9	1,5	14,8	16,5
Adubos e corretivos do solo	4,8	5,1	0,4	0,7	3,2	3,9	4,8	0,7	5,6	-2,3	52,0	48,5
Produtos fitossanitários	3,1	2,7	-0,5	0,3	2,4	2,7	-1,2	3,3	2,1	7,8	4,1	12,2
Despesas com veterinários	0,6	0,7	0,1	3,3	1,7	5,0	7,0	0,3	7,4	0,9	3,4	4,3
Alimentos para animais	48,9	42,2	-6,7	0,2	1,8	2,0	1,2	1,0	2,3	3,0	12,4	15,8
Manutenção e reparação de material e ferramentas	2,7	4,8	2,1	4,8	0,8	5,6	16,5	-2,5	13,5	2,8	4,6	7,4
Manutenção e reparação de edifícios agrícolas e de outras obras	3,2	3,6	0,3	4,5	-0,1	4,5	9,0	-2,8	5,9	0,0	5,5	5,5
Serviços agrícolas	3,7	4,2	0,5	4,7	1,6	6,4	6,0	0,5	6,6	-0,2	4,7	4,5
Serviços de intermediação financeira indiretamente medidos (SIFIM)	1,7	1,3	-0,4	0,5	1,0	1,6	-1,7	1,8	0,1	6,5	-5,1	1,0
Outros bens e serviços	20,2	24,7	4,6	4,3	-0,9	3,4	8,2	-0,6	7,6	6,1	0,3	6,5

P – dados provisórios
FONTE: GPP, A PARTIR DE CONTAS ECONÓMICAS DA AGRICULTURA (BASE 2016), INE.
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: 28 DE FEVEREIRO DE 2022.

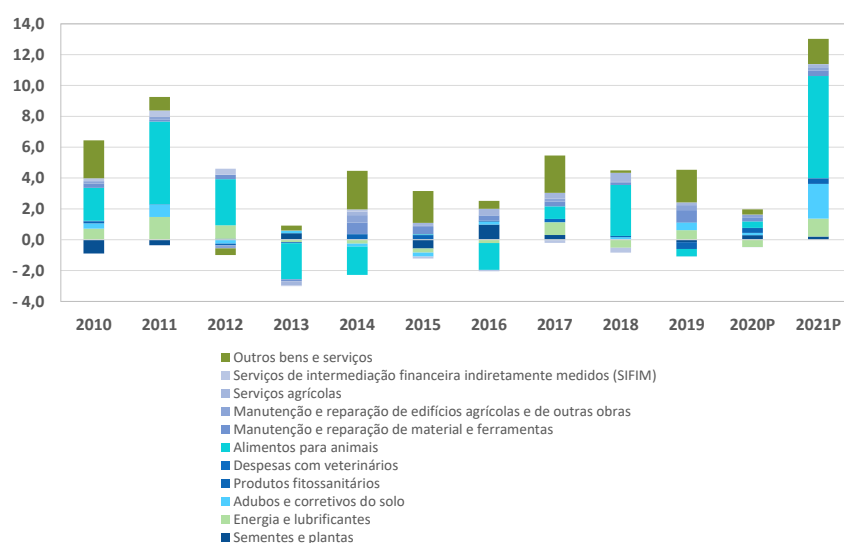
No ano de 2021, os consumos intermédios cresceram em valor (13,0%), sobretudo devido à evolução positiva dos preços (9,2%), com destaque para os adubos e corretivos do solo (52,0%), mas também do volume de consumos intermédios (3,5%). Do lado da evolução em volume, salienta-se o contributo positivo dos outros bens e serviços (6,1%), das sementes e plantas (8,0%) e dos produtos fitossanitários (7,8%) e negativo dos adubos e corretivos do solo (-2,3%). Para a variação em valor,

¹⁷ A industrialização da agricultura é um fenómeno já com alguns anos. Em setores muito integrados, como o vinho, o azeite ou a carne, em que os agricultores são também transformadores de produtos agrícolas, torna-se complexa ou arbitrária a imputação de preços de produção. Mais recentemente, tem aumentado a integração do setor hortofrutícola. Para além disso, a imputação de alguns custos também levanta dificuldades, levando em geral à desvalorização do setor primário. Por exemplo, a valorização da produção de vinho ou azeite agrícola tem como referência o vinho "à saída do lagar", mas custos com garrafas, rótulos, publicidade, por serem suportados por cooperativas agrícolas, são imputados ao setor agrícola. A aquisição de serviços imputada ao setor agrícola aumentou exponencialmente nos últimos anos, nomeadamente devido à expansão da integração vertical da fileira alimentar até à comercialização; à substituição de equipamentos da exploração (veículos, máquinas, ferramentas, armazéns), que integravam o capital fixo, pela aquisição de serviços de transporte, de reparação, de conservação de bens e à contratação indireta de mão-de-obra, através de empresas.

destaca-se o crescimento dos adubos e corretivos do solo (48,5%)¹⁸¹⁹, da energia e lubrificantes (16,5%) e dos alimentos para animais (15,8%)²⁰ e dos outros bens e serviços (6,5%). De facto, o preço da alimentação animal da energia e lubrificantes e dos adubos e corretivos têm sido influenciados pelo crescimento dos preços mundiais do petróleo.

Figura 9: Economia agrícola - Contributo das rubricas para a variação da produção agrícola

[valor em p.p.]



P – dados provisórios

FONTE: GPP, A PARTIR DE CN E CEA (BASE 2016), INE.

DATA DE VERSÃO DOS DADOS: 28 DE FEVEREIRO DE 2022.

¹⁸ Em 2021, metade das importações de adubos provinham da Espanha (49,3%) e 14,6% do Egipto. Especificamente os adubos azotados, 35,4% tem origem no Egipto e 27,4% em Espanha. Os adubos fosfatados e potássicos provêm sobretudo da Espanha (87,3%). E os adubos compostos por 2 ou 3 elementos NPK provêm de Marrocos (16,8%) e da Bélgica (11,9%). (Fonte: Estatísticas do Comércio Internacional, INE).

¹⁹ "Fertiliser costs soared this year amid rising demand and lower supply as record natural gas and coal prices triggered output cuts in the energy-intensive fertiliser sector. Urea surged more than 200% this year while diammonium phosphate (DAP) prices have nearly doubled (...) But analysts say fertiliser supply tightness will worsen early next year. European, North American and North Asian farmers all need to step up purchases ahead of spring planting, while key producers China, Russia and Egypt have curbed exports to ensure domestic supplies." (Fonte: <https://www.reuters.com/markets/commodities/global-farmers-facing-fertiliser-sticker-shock-may-cut-use-raising-food-security-2021-12-09/>).

²⁰ Em relação à alimentação animal de destacar mais recentemente a escalada de preços dos cereais, nomeadamente do milho, em resultado da invasão da Ucrânia pela Rússia. De notar que 34,7% do milho e 31% das sementes de colza importados por PT provêm da Ucrânia. (Fonte: Estatísticas do Comércio Internacional, INE).

Algumas perspetivas para 2022: No final de fevereiro, a seca meteorológica afetava 96% do território continental com as albufeiras a 60% da capacidade total (sofreram restrições para produção de eletricidade e regadio para salvaguardar o abastecimento público), influenciando negativamente a campanha dos cereais de outono inverno, com os agricultores a retraírem-se (prevê-se uma diminuição da superfície instalada) com a falta de disponibilidade hídrica para as plantas (com implicações na produtividade destes cereais), com destaque para o Alentejo, conjugada com o aumento dos custos de produção (nomeadamente do preço mundial dos cereais influenciado pela invasão da Ucrânia pela Rússia, dos maiores fornecedores de cereais a nível mundial). A falta de água teve efeitos sobre o desenvolvimento das pastagens e das culturas forrageiras, obrigando à suplementação do efetivo animal em regime extensivo a partir de alimentos conservados (palhas, fenos e silagens). Já a produção de azeite parece evoluir positivamente prevendo-se uma das maiores produções de sempre e de qualidade, em resultado de ser um ano de safra, da maior relevância dos olivais intensivos de regadio e das condições climatéricas favoráveis durante a floração e desenvolvimento do fruto.

1.3 ALTERAÇÕES AO PROGRAMA

Em maio de 2021 foi apresentada uma nova proposta de modificação ao PDR2020 que teve como principal objetivo assegurar a continuidade dos apoios aos beneficiários do Programa no período transitório 2021-2022, nas condições do atual regime da PAC, garantindo a continuidade dos pagamentos aos agricultores e restantes beneficiários, sem interrupção, proporcionando, assim, estabilidade durante este período.

Esta modificação teve 2 grandes vertentes:

- **Prolongamento temporal do Programa e da alocação dos recursos financeiros para 2021-2022 – Regime de Transição**

Com o reforço de 890 milhões de euros para as Medidas M01, M02, M04, M06, M07, M08, M09, M10, M11.2, M12, M13, M15, M17, M19, M20, e M21 procurou-se dar continuidade à dinâmica de abertura de novos avisos, aprovando novos projetos de investimento nas suas diferentes áreas de intervenção, permitindo a assunção de novos compromissos agroambientais por um período de 2 anos (2021 e 2022), com exceção das medidas de produção integrada, uso eficiente da água e manutenção e recuperação de galerias ripícolas. As novas dotações permitem igualmente dar continuidade à aplicação da medida de manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas em 2021 e 2022. Este exercício de modificação do Programa implicou ainda um ajustamento da taxa média global de cofinanciamento nacional, relativamente aos pagamentos a efetuar a partir desta modificação, reduzindo-se a mesma em 3 p.p., passando para 20%.

- **Aplicação dos recursos adicionais *Next Generation* EU**

Em cumprimento dos objetivos enunciados através do Instrumento de Recuperação da União Europeia (IRUE), esta proposta de modificação integrou também a aplicação dos recursos adicionais *Next Generation* ao PDR2020 no valor de 312 milhões de euros. Com este reforço financeiro pretende-se preparar o caminho para uma recuperação económica resiliente, sustentável e digital, em conformidade com os objetivos dos compromissos ambientais e climáticos da União e com as novas ambições estabelecidas no Pacto Ecológico Europeu, constituindo-se como uma oportunidade única para o desenvolvimento da agricultura, modernização do setor e revitalização das zonas rurais mais afetadas pelos efeitos económicos disruptivos provocados pela pandemia COVID-19.

Esta proposta de modificação do Programa compreendeu, ainda, as seguintes alterações:

- No âmbito da implementação da **Medida 21**, de apoio temporário excecional aos agricultores e às PME afetados pela crise da COVID-19, verificou-se que alguns operadores não tiveram oportunidade de acesso aos apoios por motivos essencialmente administrativos. Assim, pretendeu-se colmatar esta situação, permitindo que produtores, micro e pequenas ou médias empresas ativas na criação de aves e na produção do leite de pequenos ruminantes pudessem apresentar candidatura, por forma a aceder aos apoios ainda disponíveis. Verificou-se igualmente a necessidade de contemplar na referida Medida, os criadores de porcos de raça alentejana, que foram sujeitos a engorda em regime de montanha no final de 2019, mas cujos encargos adicionais não foram compensados, uma vez que a pandemia determinou uma quebra de procura deste tipo de produtos. Pretendeu-se também enquadrar outros setores de atividade não abrangidos e que sofreram particular dificuldade no escoamento dos seus produtos, designadamente o setor dos criadores de porcos de engorda de outras raças autóctones, e o setor do vinho certificado.
- Também no contexto da crise pandémica pretendeu-se que o período de elegibilidade do apoio dos **Instrumentos Financeiros**, como medida temporária, ao fundo de maneio de PME até 200 mil euros, desligado do investimento, introduzido na anterior modificação do Programa, se mantenha em vigor até que o impacto da pandemia o justifique.
- Pretendeu-se também, neste período transitório, imprimir uma maior simplificação, flexibilidade e rapidez no processo de operacionalização e execução das medidas, o que ditou a necessidade de serem efetuadas algumas alterações de natureza técnica, designadamente ao nível do acesso às mesmas, dos respetivos níveis de apoio, privilegiando ainda, e sempre que possível, a utilização de **custos simplificados**, bem como a definição de avisos específicos.
- No âmbito da **Abordagem LEADER**, e tendo em vista a promoção da implementação das Estratégias de Desenvolvimento Local, propôs-se o alargamento das áreas temáticas de atuação, fomentando a sua disseminação e procura pelos agentes socioeconómicos dos territórios rurais.

Em julho de 2021 foi efetuada uma adenda à proposta de modificação anterior devido à entrada em vigor, a 25 de junho, do Regulamento Delegado (UE) 2021/1017 da Comissão, de 15 de abril de 2021. Este Regulamento altera o anexo I do Regulamento (UE) nº 1305/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho e os anexos II e III do Regulamento (UE) nº 1307/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativos à repartição anual, por Estado-Membro, do apoio da União ao desenvolvimento rural no período transitório 2021-2022. Assim, foi necessário ajustar a repartição das novas dotações financeiras para os anos 2021-2022, mantendo os pressupostos e a estratégia da proposta de modificação inicial.

Esta proposta de alteração ao PDR2020 foi aprovada a 10 de setembro pela **Decisão da Comissão C(2021) 6714**.

Quadro 13: Plano financeiro por prioridade – Despesa Pública

Unid: mil euros

Medida COM	OP PDR2020	Descrição PDR2020	Despesa pública [1/3]										
			P2A	P2B	P3A	P3B	P4	P5A	P5B	P5C	P5E	P6B	TOTAL
M01	1.1	2.1.1	Ações de formação	3 100				614	135	120		129	4 098
	1.2	2.1.4	Ações de informação	4 761				2 251	181	225	2 098		9 517
SUBTOTAL M01 - Transferência de conhecimentos e ações de informação			7 861				2 866	316	345		2 098	129	13 615
M02	2.1	2.2.1	Fornecimento do serviço de aconselhamento agrícola e florestal	282	3 813	353	564	564			1 411		6 988
	2.2	2.2.2	Criação de serviços de aconselhamento		5 584			3 792					9 376
	2.3	2.2.3	Formação de conselheiros das entidades prestadoras do serviço de aconselhamento					122					122
SUBTOTAL M02 - Serviços de aconselhamento e serviços de gestão agrícola e de substituição nas explorações agrícolas			282	9 397	353	564	4 478				1 411		16 486
M04	4.1	3.2.1	Investimento na exploração agrícola	640 977				105 642	49 184	41 274	18 410		855 488
		3.2.2	Pequeno investimento na exploração agrícola	88 541									88 541
		3.2.3	Investimentos em explorações agrícolas apoiados por um instrumento financeiro	5 434									5 434
		3.1.2	Investimento de Jovens Agricultores na exploração agrícola	168 190									168 190
		3.1.3	Investimento de Jovens Agricultores na exploração agrícola apoiado por um instrumento financeiro	7 461									7 461
	4.2	3.3.1	Investimento, transformação e comercialização de produtos agrícolas	190 374		20 612			11 767	10 301			233 054
		3.3.2	Pequeno investimento em transformação e comercialização de produtos agrícolas	23 816									23 816
		3.3.3	Pequeno investimento em transformação e comercialização de produtos agrícolas apoiado por um instrumento financeiro	7 172									7 172
		4.0.1	Investimentos em produtos florestais identificados como agrícolas no Anexo I do Tratado	3 330					316	2 427			6 073
	4.3	3.4.1	Desenvolvimento do regadio eficiente	30 296					115 712				146 008
		3.4.2	Melhoria da eficiência dos regadios existentes	19 641					197 546				217 187
		3.4.3	Drenagem e estruturação fundiária	4 782					16 841				21 623
	4.4	7.11.1	Investimentos não produtivos					30 211					30 211
SUBTOTAL M04 - Investimentos em ativos físicos			1 190 013		20 612		135 853	379 283	53 357	31 138			1 810 257
M05	5.1	6.2.1	Prevenção de calamidades e catástrofes naturais				1 961						1 961
	5.2	6.2.2	Restabelecimento do potencial produtivo				53 928						53 928
SUBTOTAL M05 - Restabelecimento do potencial de produção agrícola afetado por catástrofes naturais e acontecimentos catastróficos e introdução de medidas de prevenção adequadas						55 888							55 888
M06	6.1	3.1.1	Jovens agricultores		152 382								152 382
SUBTOTAL M06 - Desenvolvimento das explorações agrícolas e das empresas				152 382									152 382
M07	7.4	8.2.1	Gestão de recursos cinegéticos									4 125	4 125
SUBTOTAL M07 - Serviços básicos e renovação das aldeias em zonas rurais												4 125	4 125

Unid: mil euros

Medida COM		OP PDR2020	Descrição PDR2020	Despesa pública [2/3]											
				P2A	P2B	P3A	P3B	P4	P5A	P5B	P5C	P5E	P6B	TOTAL	
M08	8.1	8.1.1	Florestação terras agrícolas e não-agrícolas									174 024		174 024	
	8.2	8.1.2	Instalação de sistemas agro-florestais									6 247		6 247	
	8.3	8.1.3	Prevenção da floresta contra agentes bióticos e abióticos					117 906						117 906	
	8.4	8.1.4	Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou acontecimentos catastróficos					106 644						106 644	
	8.5	8.1.5	Melhoria da resiliência e do valor ambiental das florestas					77 693				25 028		102 721	
	8.6	8.1.6	Melhoria do valor económico das florestas	24 859											24 859
		4.0.2	Valorização dos recursos florestais	28 271		1 666					1 510	981			32 428
SUBTOTAL M08 - Investimentos no desenvolvimento das zonas florestais e na melhoria da viabilidade das florestas				53 130		1 666		302 243		1 510	981	205 300		564 830	
M09	9.1	5.1.1	Criação de agrupamentos e organizações de produtores			3 771								3 771	
SUBTOTAL M09 - Criação de agrupamentos e organizações de produtores						3 771								3 771	
M10	10.1	7.2.1	Produção integrada					550 807						550 807	
		7.3.2	Pagamentos Rede Natura - Apoios zonais de carácter agroambiental					36 026						36 026	
		7.4.1	Conservação do solo - Sementeira direta ou mobilização na linha					2 766				2 768		5 534	
		7.4.2	Conservação do solo - Enrelvamento da entrelinha de culturas permanentes					9 889				9 879		19 769	
		7.5.1	Uso eficiente da água					18 558	18 539					37 097	
		7.6.1	Culturas permanentes tradicionais					118 600						118 600	
		7.6.2	Culturas permanentes tradicionais - Douro Vinhateiro					43 855						43 855	
		7.7.1	Pastoreio extensivo - Apoio à manutenção de lameiros de alto valor natural					15 784						15 784	
		7.7.2	Pastoreio extensivo - Apoio à manutenção de sistemas agro-silvo-pastoris sob montado					31 114						31 114	
		7.7.3	Pastoreio extensivo - Apoio à proteção do lobo-ibérico					10 119						10 119	
		7.8.1	Recursos genéticos - Manutenção de raças autóctones em risco					66 960				14		66 974	
		7.9.1	Mosaico agroflorestal					872						872	
		7.12.1	Apoio agroambiental à apicultura					89						89	
	10.2	7.8.3	Recursos genéticos - Conservação e melhoramento de recursos genéticos animais					63 710						63 710	
		7.8.4	Recursos genéticos - Conservação e melhoramento de recursos genéticos vegetais					2 912						2 912	
SUBTOTAL M10 - Agroambiente e clima								972 063	18 539			12 661		1 003 263	

Unid: mil euros

Medida COM		OP PDR2020	Descrição PDR2020	Despesa pública [3/3]										
				P2A	P2B	P3A	P3B	P4	P5A	P5B	P5C	P5E	P6B	TOTAL
M11	11.1	7.1.1	Conversão para agricultura biológica					169 722						169 722
	11.2	7.1.2	Manutenção em agricultura biológica					210 405						210 405
SUBTOTAL M11 - Agricultura biológica								380 127						380 127
M12	12.1	7.3.1	Pagamentos Rede Natura - Pagamento natura					75 727						75 727
SUBTOTAL M12 - Pagamentos a título da Natura 2000								75 727						75 727
M13	13.1	9.0.1	Zonas de montanha	267 097				163 277				222 690	222 690	875 754
	13.2	9.0.2	Zonas, que não as de montanha, sujeitas a condicionantes naturais significativas	75 908				50 623				63 279	63 279	253 088
	13.3	9.0.3	Zonas sujeitas a condicionantes específicas	1 408				939				1 173	1 173	4 693
SUBTOTAL M13 - Pagamentos relativos a zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras condicionantes específicas				344 413				214 838				287 142	287 142	1 133 535
M15	15.1	7.10.2	Manutenção e recuperação de galerias ripícolas					160						160
	15.2	7.8.5	Conservação e melhoramento de recursos genéticos florestais					453						453
SUBTOTAL M15 - Serviços silvoambientais e climáticos e conservação das florestas								613						613
M16	16.1	1.0.1	Grupos operacionais	16 449		8 357		9 804	3 213	869	861	4 668	176	44 398
		5.2.1	Interprofissionais			619								619
SUBTOTAL M16 - Cooperação				16 449		8 977		9 804	3 213	869	861	4 668	176	45 017
M17	17.1	6.1.1	Seguros				82 883							82 883
SUBTOTAL M17 - Gestão de riscos							82 883							82 883
M19	19.1	10.1.1	Preparação e reforço das capacidades, formação e ligação em rede dos GAL										2 820	2 820
	19.2	10.2.1	Implementação das estratégias de desenvolvimento local										193 375	193 375
	19.3	10.3.1	Cooperação interterritorial e transnacional dos grupos de ação local										10 527	10 527
	19.4	10.4.1	Custos de funcionamento e animação										67 225	67 225
SUBTOTAL M19 - Apoio ao desenvolvimento local de base comunitária (DLBC) LEADER													273 948	273 948
M20	Assistência técnica - Outros													128 672
	Rede rural													11 840
M21	Apoio temporário excecional aos agricultores e às PME afetados pela crise da COVID-19			18 800										18 800
M113	Reforma antecipada													670
TOTAL				1 630 948	161 780	35 378	139 336	2 098 612	401 352	56 082	32 980	513 280	565 520	5 776 449

Quadro 14: Plano financeiro por prioridade – FEADER

Unid: mil euros

Medida COM	OP PDR2020	Descrição PDR2020	FEADER [1/3]										
			P2A	P2B	P3A	P3B	P4	P5A	P5B	P5C	P5E	P6B	TOTAL
M01	1.1	2.1.1	Ações de formação	2 548				505	111	99		106	3 369
	1.2	2.1.4	Ações de informação	4 034				1 871	152	186	1 718		7 960
SUBTOTAL M01 - Transferência de conhecimentos e ações de informação			6 582				2 376	263	284		1 718	106	11 329
M02	2.1	2.2.1	Fornecimento do serviço de aconselhamento agrícola e florestal	199	2 742	249	399	399			997		4 986
	2.2	2.2.2	Criação de serviços de aconselhamento		4 022			2 681					6 703
	2.3	2.2.3	Formação de conselheiros das entidades prestadoras do serviço de aconselhamento					86					86
SUBTOTAL M02 - Serviços de aconselhamento e serviços de gestão agrícola e de substituição nas explorações agrícolas			199	6 764	249	399	3 166				997		11 774
M04	4.1	3.2.1	Investimento na exploração agrícola	535 513				87 357	40 481	34 271	14 958		712 580
		3.2.2	Pequeno investimento na exploração agrícola	79 911									79 911
		3.2.3	Investimentos em explorações agrícolas apoiados por um instrumento financeiro	5 000									5 000
		3.1.2	Investimento de Jovens Agricultores na exploração agrícola	130 113									130 113
		3.1.3	Investimento de Jovens Agricultores na exploração agrícola apoiado por um instrumento financeiro	6 900									6 900
	4.2	3.3.1	Investimento, transformação e comercialização de produtos agrícolas	154 330		16 270			9 371	8 315			188 285
		3.3.2	Pequeno investimento em transformação e comercialização de produtos agrícolas	21 956									21 956
		3.3.3	Pequeno investimento em transformação e comercialização de produtos agrícolas apoiado por um instrumento financeiro	6 625									6 625
		4.0.1	Investimentos em produtos florestais identificados como agrícolas no Anexo I do Tratado	2 793					249	1 933			4 974
	4.3	3.4.1	Desenvolvimento do regadio eficiente	20 759				91 567					112 326
		3.4.2	Melhoria da eficiência dos regadios existentes	14 826				157 874					172 700
		3.4.3	Drenagem e estruturação fundiária	3 760				13 283					17 043
	4.4	7.11.1	Investimentos não produtivos				25 437						25 437
SUBTOTAL M04 - Investimentos em ativos físicos			982 485		16 270		112 794	303 205	43 891	25 206			1 483 850
M05	5.1	6.2.1	Prevenção de calamidades e catástrofes naturais				1 488						1 488
	5.2	6.2.2	Restabelecimento do potencial produtivo				41 834						41 834
SUBTOTAL M05 - Restabelecimento do potencial de produção agrícola afetado por catástrofes naturais e acontecimentos catastróficos e introdução de medidas de prevenção adequadas						43 322							43 322
M06	6.1	3.1.1	Jovens agricultores		133 535								133 535
SUBTOTAL M06 - Desenvolvimento das explorações agrícolas e das empresas				133 535									133 535
M07	7.4	8.2.1	Gestão de recursos cinegéticos									3 203	3 203
SUBTOTAL M07 - Serviços básicos e renovação das aldeias em zonas rurais												3 203	3 203

Unid: mil euros

Medida COM		OP PDR2020	Descrição PDR2020	FEADER [2/3]										
				P2A	P2B	P3A	P3B	P4	P5A	P5B	P5C	P5E	P6B	TOTAL
M08	8.1	8.1.1	Florestação terras agrícolas e não-agrícolas									144 854		144 854
	8.2	8.1.2	Instalação de sistemas agro-florestais									4 920		4 920
	8.3	8.1.3	Prevenção da floresta contra agentes bióticos e abióticos					93 285						93 285
	8.4	8.1.4	Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou acontecimentos catastróficos					82 453						82 453
	8.5	8.1.5	Melhoria da resiliência e do valor ambiental das florestas					60 480				18 988		79 467
	8.6	8.1.6	Melhoria do valor económico das florestas	20 106										
4.0.2		Valorização dos recursos florestais	22 239		1 271					1 150	756			25 416
SUBTOTAL M08 - Investimentos no desenvolvimento das zonas florestais e na melhoria da viabilidade das florestas				42 345		1 271		236 217		1 150	756	168 762		450 501
M09	9.1	5.1.1	Criação de agrupamentos e organizações de produtores			3 163								3 163
SUBTOTAL M09 - Criação de agrupamentos e organizações de produtores						3 163								3 163
M10	10.1	7.2.1	Produção integrada					456 571						456 571
		7.3.2	Pagamentos Rede Natura - Apoios zonais de carácter agroambiental					29 506						29 506
		7.4.1	Conservação do solo - Sementeira direta ou mobilização na linha					2 303				2 304		4 607
		7.4.2	Conservação do solo - Enrelvamento da entrelinha de culturas permanentes					8 227				8 219		16 446
		7.5.1	Uso eficiente da água					15 164	15 149					30 313
		7.6.1	Culturas permanentes tradicionais					96 905						96 905
		7.6.2	Culturas permanentes tradicionais - Douro Vinhateiro					35 952						35 952
		7.7.1	Pastoreio extensivo - Apoio à manutenção de lameiros de alto valor natural					12 980						12 980
		7.7.2	Pastoreio extensivo - Apoio à manutenção de sistemas agro-silvo-pastoris sob montado					25 593						25 593
		7.7.3	Pastoreio extensivo - Apoio à proteção do lobo-ibérico					8 318						8 318
		7.8.1	Recursos genéticos - Manutenção de raças autóctones em risco					54 959				14		54 973
		7.9.1	Mosaico agroflorestal					716						716
	7.12.1	Apoio agroambiental à apicultura					73						73	
	10.2	7.8.3	Recursos genéticos - Conservação e melhoramento de recursos genéticos animais					51 686						51 686
7.8.4		Recursos genéticos - Conservação e melhoramento de recursos genéticos vegetais					2 309						2 309	
SUBTOTAL M10 - Agroambiente e clima								801 263	15 149			10 537		826 949

Unid: mil euros

Medida COM		OP PDR2020	Descrição PDR2020	FEADER [3/3]										
				P2A	P2B	P3A	P3B	P4	P5A	P5B	P5C	P5E	P6B	TOTAL
M11	11.1	7.1.1	Conversão para agricultura biológica					166 241						166 241
	11.2	7.1.2	Manutenção em agricultura biológica					170 541						170 541
SUBTOTAL M11 - Agricultura biológica								336 782						336 782
M12	12.1	7.3.1	Pagamentos Rede Natura - Pagamento natura					61 422						61 422
SUBTOTAL M12 - Pagamentos a título da Natura 2000								61 422						61 422
M13	13.1	9.0.1	Zonas de montanha	224 631				138 100				187 193	187 193	737 116
	13.2	9.0.2	Zonas, que não as de montanha, sujeitas a condicionantes naturais significativas	63 616				42 411				53 013	53 013	212 053
	13.3	9.0.3	Zonas sujeitas a condicionantes específicas	1 166				778				972	972	3 888
SUBTOTAL M13 - Pagamentos relativos a zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras condicionantes específicas				289 413				181 288				241 178	241 178	953 056
M15	15.1	7.10.2	Manutenção e recuperação de galerias ripícolas					126						126
	15.2	7.8.5	Conservação e melhoramento de recursos genéticos florestais					355						355
SUBTOTAL M15 - Serviços silvoambientais e climáticos e conservação das florestas								480						480
M16	16.1	1.0.1	Grupos operacionais	14 935		7 327		8 648	2 835	758	759	4 112	154	39 530
		5.2.1	Interprofissionais			530								530
SUBTOTAL M16 - Cooperação				14 935		7 857		8 648	2 835	758	759	4 112	154	40 060
M17	17.1	6.1.1	Seguros				66 092							66 092
SUBTOTAL M17 - Gestão de riscos							66 092							66 092
M19	19.1	10.1.1	Preparação e reforço das capacidades, formação e ligação em rede dos GAL										2 592	2 592
	19.2	10.2.1	Implementação das estratégias de desenvolvimento local										163 497	163 497
	19.3	10.3.1	Cooperação interterritorial e transnacional dos grupos de ação local										8 901	8 901
	19.4	10.4.1	Custos de funcionamento e animação										58 168	58 168
SUBTOTAL M19 - Apoio ao desenvolvimento local de base comunitária (DLBC) LEADER													233 158	233 158
M20	Assistência técnica - Outros													103 055
	Rede rural													9 226
M21	Apoio temporário excecional aos agricultores e às PME afetados pela crise da COVID-19			14 758										14 758
M113	Reforma antecipada													569
TOTAL				1 350 719	140 298	28 810	109 813	1 744 437	321 452	46 083	26 721	427 304	477 799	4 786 287

Quadro 15: Plano financeiro por prioridade – Next Generation

Unid: mil euros

Medida COM	OP PDR2020	Descrição PDR2020	Despesa pública										
			P2A	P2B	P3A	P3B	P4	P5A	P5B	P5C	P5E	P6B	TOTAL
M04	4.1	3.2.1 Investimento na exploração agrícola	65 159				10 629	4 926	4 170	1 820			86 704
		3.2.2 Pequeno investimento na exploração agrícola	45 000										45 000
		3.1.2 Investimento de Jovens Agricultores na exploração agrícola	10 000										10 000
	4.2	3.3.2 Pequeno investimento em transformação e comercialização de produtos agrícolas	15 000										15 000
SUBTOTAL M04 - Investimentos em ativos físicos			135 159				10 629	4 926	4 170	1 820			156 704
M06	6.1	3.1.1 Jovens agricultores		5 000									5 000
SUBTOTAL M06 - Desenvolvimento das explorações agrícolas e das empresas				5 000									5 000
M11	11.1	7.1.1 Conversão para agricultura biológica					140 485						140 485
SUBTOTAL M11 - Agricultura biológica							140 485						140 485
M16	16.1	1.0.1 Grupos operacionais	3 690		1 900		2 240	690	200	200	1 040	40	10 000
SUBTOTAL M16 - Cooperação			3 690		1 900		2 240	690	200	200	1 040	40	10 000
TOTAL			138 849	5 000	1 900		153 354	5 616	4 370	2 020	1 040	40	312 189

Unid: mil euros

Medida COM	OP PDR2020	Descrição PDR2020	FEADER										
			P2A	P2B	P3A	P3B	P4	P5A	P5B	P5C	P5E	P6B	TOTAL
M04	4.1	3.2.1 Investimento na exploração agrícola	65 159				10 629	4 926	4 170	1 820			86 704
		3.2.2 Pequeno investimento na exploração agrícola	45 000										45 000
		3.1.2 Investimento de Jovens Agricultores na exploração agrícola	10 000										10 000
	4.2	3.3.2 Pequeno investimento em transformação e comercialização de produtos agrícolas	15 000										15 000
SUBTOTAL M04 - Investimentos em ativos físicos			135 159				10 629	4 926	4 170	1 820			156 704
M06	6.1	3.1.1 Jovens agricultores		5 000									5 000
SUBTOTAL M06 - Desenvolvimento das explorações agrícolas e das empresas				5 000									5 000
M11	11.1	7.1.1 Conversão para agricultura biológica					140 485						140 485
SUBTOTAL M11 - Agricultura biológica							140 485						140 485
M16	16.1	1.0.1 Grupos operacionais	3 690		1 900		2 240	690	200	200	1 040	40	10 000
SUBTOTAL M16 - Cooperação			3 690		1 900		2 240	690	200	200	1 040	40	10 000
TOTAL			138 849	5 000	1 900		153 354	5 616	4 370	2 020	1 040	40	312 189

2 INFORMAÇÃO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA E RESPECTIVAS PRIORIDADES

Neste ponto é apresentado um balanço da implementação do PDR2020, até ao final de 2021, de acordo com a arquitetura nacional do Programa (Medidas PDR2020) conforme referido na apresentação deste Relatório. Nele se inclui:

- ❖ Um balanço dos concursos abertos ou anúncios de apresentação de candidaturas e montantes financeiros disponibilizados;
- ❖ Um balanço das candidaturas apresentadas pelos beneficiários a esses mesmos concursos e o investimento proposto.
- ❖ Um balanço das candidaturas comprometidas e contratadas e sua distribuição pelas prioridades / domínios de intervenção de desenvolvimento rural.

2.1 ANÚNCIOS DE APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

A legislação específica de cada operação estabelece as modalidades de apresentação das candidaturas, tendo sido privilegiada a modalidade de períodos de acordo com o plano de abertura de candidaturas anual previsto na alínea m) do nº 1 do artigo 31º do Decreto-Lei 137/2014, de 12 de setembro, sempre que a tipologia da operação o permita.

De referir que no contexto da dinâmica de procura registada no âmbito dos concursos, é feita uma ponderação de ajustamento/reforço da dotação do concurso no quadro das disponibilidades orçamentais do Programa e da sua monitorização, em especial no que respeita às perspetivas de libertação de verbas associadas à subexecução de projetos, por forma a garantir a utilização integral da dotação do Programa. Em função dessa ponderação pela AG PDR2020, podem ocorrer ajustamentos/reforços das dotações dos concursos.

Assim, em 2021 prosseguiu a abertura de concursos para apresentação de candidaturas, com destaque para as medidas de valorização da produção agrícola e para a implementação das estratégias de desenvolvimento local da Medida LEADER.

É também de destacar a abertura de concursos para apoio ao setor florestal, nomeadamente o apoio à florestação de terras agrícolas e não-agrícolas e o restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou acontecimentos catastróficos.

Quadro 16: Concursos abertos para apresentação de candidaturas (exclui as medidas de superfície)

Medida / Operação (exclui as medidas de superfície)		Nº concursos [1]		Dotação despesa pública (mil €)	Dotação despesa pública ajustada (mil €)
		[em contínuo e abertos em anos anteriores]	[abertos em 2021]		
M1. Inovação		1		30 432	29 717
1.0.1	Grupos operacionais	1		30 432	29 717
M2. Conhecimento		11	2	44 350	28 576
2.1.1	Ações de formação	3		7 750	4 383
2.1.4	Ações de informação	3	1	12 500	8 860
2.2.1	Apoio ao fornecimento de serviços de aconselhamento agrícola e florestal	3	1	9 100	6 011
2.2.2	Apoio à criação de serviços de aconselhamento	1		13 500	9 295
2.2.3	Apoio à formação de conselheiros das entidades prestadoras de serviços aconselhamento	1		1 500	26
M3. Valorização da produção agrícola		74	17	2 061 142	1 683 297
3.1.1	Jovens agricultores	11	2	275 620	136 008
3.1.2	Investimento de jovens agricultores na exploração	5	2	130 998	176 995
3.2.1	Investimentos na exploração agrícola	22	5	921 311	721 309
3.2.2	Pequenos investimentos na exploração agrícola	9	2	103 360	86 783
3.3.1	Investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas	7	1	205 563	175 078
3.3.2	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	2	2	29 000	17 455
3.4.1	Desenvolvimento do regadio eficiente	2		71 742	68 327
3.4.2	Melhoria da eficiência dos regadios existentes	13	3	296 874	275 942
3.4.3	Drenagem e estruturas fundiárias	3		26 673	25 400
M4. Valorização dos recursos florestais		6	2	59 227	48 600
4.0.1	Investimento em produtos florestais identificados como agrícolas no A1 do Tratado	3	1	17 043	7 931
4.0.2	Investimento em produtos florestais não identificados como agrícolas no A1 do Tratado	3	1	42 184	40 669
M5. Organização da produção		5	1	16 000	5 181
5.1.1	Criação de agrupamentos e organizações de produtores	2	1	14 000	4 200
5.2.1	Interprofissionais	3		2 000	981
M6. Gestão de risco e restabelecimento do potencial produtivo		20	1	90 450	39 117
6.1.1	Seguros	1		[2]	[2]
6.2.1	Prevenção de calamidades e catástrofes naturais	1	1	4 000	3 650
6.2.2	Restabelecimento potencial produtivo	18		86 450	35 467
M7. Agricultura e recursos naturais		8		85 518	75 037
7.8.3	Recursos genéticos - conservação e melhoramento de recursos genéticos animais	4		67 638	60 085
7.8.4	Recursos genéticos - conservação e melhoramento de recursos genéticos vegetais	1		3 170	3 059
7.8.5	Recursos genéticos - conservação e melhoramento de recursos genéticos florestais	1		510	482
7.11.1	Investimentos não produtivos	2		14 200	11 411
M8. Proteção e reabilitação de povoamentos florestais		43	4	563 820	411 589
8.1.1	Florestação de terras agrícolas e não-agrícolas	3	1	75 000	53 692
8.1.2	Instalação de sistemas agroflorestais	3		7 560	2 943
8.1.3	Prevenção da floresta contra agentes bióticos e abióticos	4	1	116 500	104 394
8.1.4	Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou acontecimentos catastróficos	18	1	212 904	132 389
8.1.5	Melhoria da resiliência e do valor ambiental das florestas	9		114 356	97 776
8.1.6	Melhoria do valor económico das florestas	3		28 000	13 164
8.2.1	Gestão de recursos cinegéticos	3	1	9 500	7 233
M10. LEADER		1 047	207	414 277	274 103
10.1.1	Preparação e reforço das capacidades, formação e ligação em rede dos GAL	1		1 350	1 350
10.2.1	Implementação das estratégias de desenvolvimento local	1 042	206	329 994	201 793
10.3.1	Cooperação interterritorial e transnacional dos grupos de ação local	3		20 985	7 705
10.4.1	Custos de funcionamento e animação	1	1	61 948	63 255
Assistência técnica		24	5	151 314	153 308
	Assistência técnica	10	1	134 494	136 575
	Rede rural	13	4	16 120	16 160
	Estruturas locais de apoio (ELA)	1		700	573
21.1	Apoio temporário excecional aos agricultores e às PME afetados pela crise da COVID-19 [3]	1	1	23 300	12 433
TOTAL		1 240	240	3 539 828	2 760 958

[1] Os concursos apresentados agregam os vários períodos/tipologias previstas.

[2] Concursos abertos em período contínuo.

[3] As candidaturas a este apoio são submetidas eletronicamente através de formulário próprio disponível na plataforma iDigital, no portal do IFAP, em www.ifap.pt, conforme nº 2, do artigo 21º da Portaria nº 268/2020, de 18 de

2.2 CANDIDATURAS APRESENTADAS E INVESTIMENTO PROPOSTO

Até ao final de 2021, no total do PDR2020 foram apresentadas cerca de 391 mil candidaturas que envolvem um montante de cerca de 12.390 milhões de euros.

As medidas de superfície (considerando aqui os pedidos de pagamento anuais) representam 74% do total das candidaturas e um montante de 2.216 milhões de euros. No que respeita às restantes medidas de investimento, que não de superfície, estas representam 19% do total das candidaturas, o que corresponde a um montante de 10.069 milhões de euros.

A estas medidas acrescem as operações com investimentos apoiados por um instrumento financeiro (Operações 3.1.3, 3.2.3 e 3.3.3); a Operação 6.1.1 (Seguros); a Medida de apoio temporário excecional aos agricultores e às PME afetados pela crise da COVID-19 (Medida 21) e a Reforma Antecipada.

No universo das medidas de investimento, destaca-se em particular a Medida 3 “Valorização da produção agrícola”, uma vez que representa cerca de 62% do número total de candidaturas apresentadas e cerca de 78% do investimento total proposto.

Nos quadros seguintes apresenta-se a distribuição, por Medida (numa perspetiva de codificação de medidas nacionais), do número de candidaturas e do investimento total apresentado.

**Quadro 17: Candidaturas apresentadas às medidas de investimento
(exclui as medidas de superfície, IF, seguros, M21 e reforma antecipada)**

Un.: mil euros

Medidas PDR2020	2021		Acumulado a 31-12-2021	
	Nº	Invest. total /prémios	Nº	Invest. total /prémios
Medida 1			1 410	73 483
Medida 2	13	4 113	602	87 727
Medida 3	11 403	604 420	47 295	7 865 054
Medida 4	122	68 091	517	302 325
Medida 5			12	5 887
Medida 6	79	3 639	3 606	101 481
Medida 7			1 973	120 795
Medida 8	145	27 680	9 085	581 337
Medida 10			10 740	740 612
Assistência técnica	68	27 311	645	190 004
TOTAL	11 830	735 254	75 885	10 068 706

Nota: candidaturas apresentadas expurgadas das candidaturas desistidas, rescindidas e canceladas.

Quadro 18: Candidaturas apresentadas às medidas de superfície

Un.: mil euros

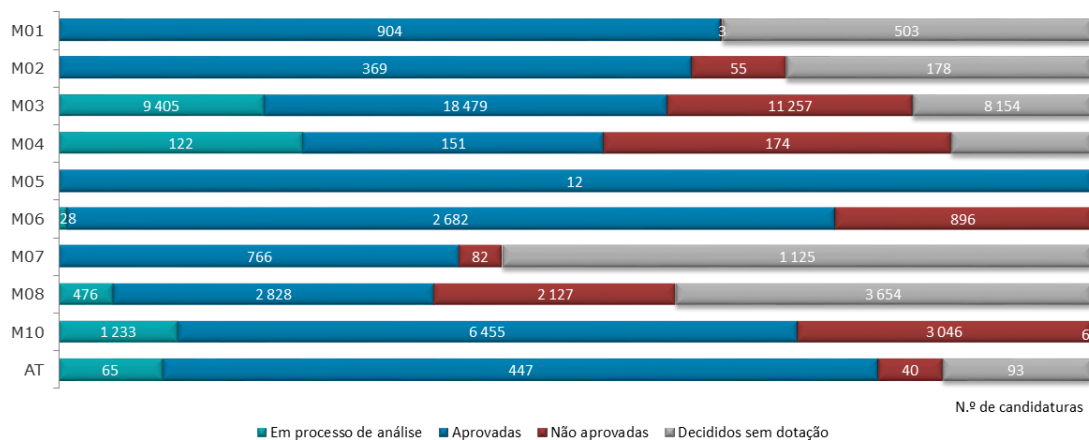
Medidas PDR2020 (apenas as medidas de superfície)	2021		Acumulado a 31-12-2021	
	Nº pedido pagamento	Invest. total /prémios	Nº pedido pagamento	Invest. total /prémios
Medida 7 (COM M10)	79 493	117 252	102 447	892 656
Medida 7 (COM M11)	11 392	93 928	13 155	248 712
Medida 7 (COM M12)	8 460	12 106	10 448	89 299
Medida 7 (COM M15)	10	11	13	102
Medida 9 (COM M13)	129 663	150 424	163 887	985 481
TOTAL	229 018	373 720	289 950	2 216 250

2.3 PROCESSO DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO

No final de 2021, cerca de 89% das candidaturas apresentadas ao PDR2020 (excluindo as medidas de superfície) encontravam-se analisadas. Foram decididas perto de 65 mil candidaturas, sendo que destas, 51% correspondem a decisões de aprovação.

No gráfico seguinte apresenta-se um balanço do processo de seleção de candidaturas distribuído pelas diferentes medidas do PDR2020 (numa perspetiva de codificação de medidas nacionais).

Figura 10: Processo de seleção de candidaturas (exclui as medidas de superfície)



Até ao final de 2021 foram aprovadas 33 mil candidaturas associadas a um investimento elegível de 3.632 milhões de euros que representa uma despesa pública de 2.179 milhões de euros. As medidas mais significativas em termos do número de candidaturas aprovadas foram:

- **Medida 3** “Valorização da produção agrícola” - é a mais representativa com 18.479 candidaturas aprovadas (56% do total aprovado);
- **Medida 10** “LEADER” – com 6.455 candidaturas aprovadas (20% do total aprovado).

Relativamente ao valor do apoio concedido às candidaturas aprovadas, as medidas mais significativas foram:

- Novamente a **Medida 3** “Valorização da produção agrícola” – com uma despesa pública de 1.373 milhões de euros (63% do total aprovado);
- **Medida 8** “Proteção e reabilitação de povoamentos florestais” - com uma despesa pública de 259 milhões de euros (12% do total aprovado).

A estes valores devem, ainda, ser adicionados os **projetos transitados** ao abrigo do Regulamento nº 1306/2013. Estes têm um peso muito significativo no PDR2020 representando cerca de 25% do total dos compromissos no âmbito do Programa (não considerando as medidas de superfície).

De seguida apresenta-se um resumo dos compromissos assumidos em cada medida PDR2020, a 31 de dezembro de 2021, **incluindo as medidas de superfície e os projetos transitados**.

Quadro 19: Compromissos assumidos e contratações (acumulado)

Un.: mil euros

Medida PDR	Designação	Compromissos assumidos ⁽¹⁾			Contratações ⁽²⁾		
		Nº	Despesa pública	FEADER	Nº	Despesa pública	FEADER
M1	Inovação	1 257	39 364	33 514	1 300	39 927	34 153
	<i>da qual, investimentos "Next Generation"</i>						
M2	Conhecimento	715	27 425	20 625	718	29 788	22 976
M3	Valorização da produção agrícola	24 210	1 680 810	1 385 610	23 286	1 655 587	1 360 233
	<i>da qual, investimentos "Next Generation"</i>	2 053	50 465	50 465	1 494	36 213	36 213
M4	Valorização dos recursos florestais	211	33 327	27 344	217	33 917	27 814
M5	Organização da produção	12	3 723	3 105	12	3 723	3 177
M6	Gestão do risco e restabelecimento do potencial produtivo	25 456	107 605	87 216	25 521	110 521	89 943
M7	Agricultura e recursos naturais	127 266	1 311 881	1 087 490	127 266	1 317 460	1 092 830
	<i>da qual, investimentos "Next Generation"</i>	7 663	136 686	136 686	7 663	136 686	136 686
M8	Proteção e reabilitação de povoamentos florestais	3 821	448 393	366 579	3 607	428 722	354 518
M9	Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas	163 887	985 481	844 232	163 887	985 481	844 232
M10	LEADER	6 461	208 810	178 555	6 124	204 505	175 584
Assistência técnica		447	109 374	88 626	442	134 771	105 978
M21	Apoio temporário excecional aos agricultores e às PME afetados pela crise da COVID-19	2 653	12 433	10 045	2 653	12 433	10 045
Reforma antecipada		176	670	569	176	670	569
TOTAL		356 572	4 969 294	4 133 509	355 209	4 957 504	4 122 052
<i>do qual, investimentos "Next Generation"</i>		9 716	187 151	187 151	9 157	172 899	172 899

Considerando o **universo total** das operações do PDR2020, foram aprovados até ao final de 2021 mais de 356 mil projetos (que no caso das medidas de superfície correspondem a pedidos de pagamento) que representam um apoio de 4.969 milhões de euros e uma taxa de compromissos (relação entre a despesa pública aprovada e a programada para o período 2014-2022) de 86% - inferior à registada em 2020 devido ao reforço da dotação do Programa em 1.443 milhões de euros²¹.

Relativamente às contratações, no final de 2021 estas atingiram os 355 mil projetos que representam um apoio de 4.957 milhões de euros e uma taxa de contratação (relação entre a despesa pública contratada e a programada para o período 2014-2022) de 86% - também neste caso e pelo mesmo motivo, inferior à registada em 2020.

À semelhança dos restantes PDR, também o PDR2020 contribui para os objetivos da Estratégia Europa 2020 para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo,

²¹ Decisão C(2021) 6714 de 10 de setembro que prorrogou o período de vigência do PDR2020 e integrou as novas dotações financeiras para o período transitório 2021-2022 (Regime de Transição e *Next Generation*).

realizados através do contributo do Programa para as prioridades e domínios da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural, conforme apresentado no quadro seguinte.

Quadro 20: Compromissos assumidos por prioridade/domínio (acumulado)

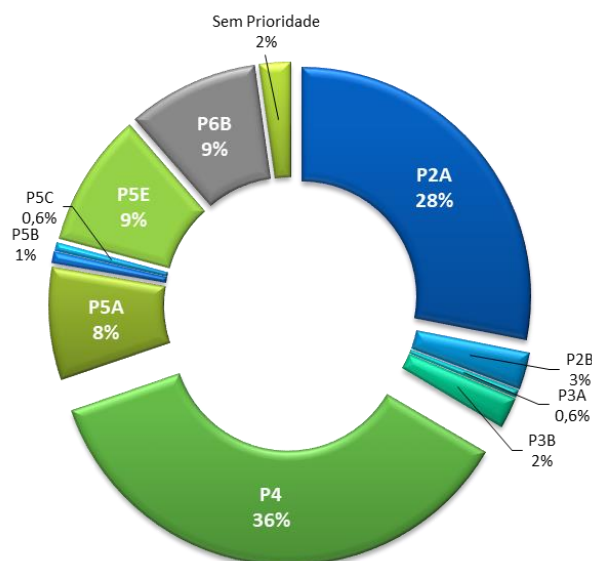
Un.: mil euros

Prioridade/Domínio		Dotação programada	Compromissos assumidos (inclui compromissos transitados)		
		Despesa pública	Despesa pública	FEADER	%
P2A	Melhoria do desempenho económico e modernização das explorações	1 630 948	1 395 931	1 169 007	86%
P2B	Facilitação da entrada de agricultores com qualificações adequadas	161 780	129 881	113 304	80%
P3A	Aumento da competitividade dos produtores mediante a melhor integração	35 378	27 656	22 749	78%
P3B	Apoio à prevenção e gestão de riscos	139 336	108 272	87 741	78%
P4	Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas dependentes da agricultura e das florestas	2 098 612	1 803 459	1 492 747	86%
P5A	Melhoria da eficiência na utilização da água	401 352	396 959	314 403	99%
P5B	Melhoria da eficiência na utilização da energia	56 082	40 437	32 899	72%
P5C	Facilitação da utilização de fontes de energia renováveis	32 980	30 382	24 433	92%
P5E	Promoção da conservação e do sequestro de carbono	513 280	468 938	395 716	91%
P6B	Fomento do desenvolvimento local nas zonas rurais	565 520	457 338	391 315	81%
Sem Prioridade/Domínio associado (AT e RA)		141 182	110 044	89 196	78%
TOTAL		5 776 449	4 969 294	4 133 509	86%

Neste quadro destacam-se as Prioridades relacionadas com a utilização eficiente dos recursos e a promoção da transição para uma economia de baixo teor de carbono e resistente às alterações climáticas nos setores agrícola, alimentar e florestal, i.e., as P5A, 5C e 5E com as mais elevadas taxas de compromissos alcançadas face à despesa pública programada, i.e., 99%, 92% e 91%, respetivamente.

Por sua vez, e quanto à distribuição da despesa pública comprometida por prioridades e domínios, conforme refletido no gráfico seguinte, distinguem-se as Prioridades 2A e 4 com o maior peso de compromissos submetidos até ao final de 2021, somando as duas 64%.

Figura 11: Distribuição da despesa pública comprometida (acumulada)



Para o nível de compromissos atingido na Prioridade 4 (36% do total) contribuíram particularmente os pedidos de pagamento das medidas de superfície - Medida 7 "Agricultura e recursos naturais" (numa perspetiva de codificação de medidas nacionais), nomeadamente os apresentados no âmbito da Operação 7.2.1 *Produção Integrada*.

Para o nível de compromissos da Prioridade 2A (28% do total) contribuíram na sua maioria os projetos aprovados da Medida 3 "Valorização da produção agrícola" (numa perspetiva de codificação de medidas nacionais), nomeadamente os assumidos no âmbito da Operação 3.2.1 *Investimento na exploração agrícola*.

Relativamente ao contributo das medidas aprovadas no âmbito dos recursos adicionais *Next Generation* – Medidas 1, 3 e 7 (numa perspetiva de codificação de medidas nacionais), apenas nas Prioridades 2A e 4 foram assumidos compromissos, destacando-se os projetos aprovados no âmbito da P4 com uma taxa de compromissos face à despesa pública programada de 89%, na sua totalidade afetos à Operação 7.1.1 *Conversão para agricultura biológica*.

Quadro 21: Compromissos assumidos por prioridade/domínio – *Next Generation*
(acumulado)

Un.: mil euros

Prioridade/Domínio Investimentos "Next Generation"		Dotação programada	Compromissos assumidos (inclui compromissos transitados)		
		Despesa pública	Despesa pública	FEADER	%
P2A	Melhoria do desempenho económico e modernização das explorações	138 849	50 465	50 465	36%
P2B	Facilitação da entrada de agricultores com qualificações adequadas	5 000			
P3A	Aumento da competitividade dos produtores mediante a melhor integração	1 900			
P4	Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas dependentes da agricultura e das florestas	153 354	136 686	136 686	89%
P5A	Melhoria da eficiência na utilização da água	5 616			
P5B	Melhoria da eficiência na utilização da energia	4 370			
P5C	Facilitação da utilização de fontes de energia renováveis	2 020			
P5E	Promoção da conservação e do sequestro de carbono	1 040			
P6B	Fomento do desenvolvimento local nas zonas rurais	40			
TOTAL		312 189	187 151	187 151	60%

3 EXECUÇÃO FINANCEIRA

O montante total dos pagamentos aos beneficiários efetuados no âmbito do PDR2020 até ao final de 2021, foi de 3.856 milhões de euros de despesa pública e 3.249 milhões de euros de comparticipação FEADER, dos quais cerca de 17% relativos a projetos transitados ao abrigo do Regulamento nº 1698/2005, i.e., 644 milhões de euros de despesa pública e 581 milhões de euros de comparticipação FEADER.

Face à dotação FEADER prevista para todo o período de programação, os pagamentos acumulados ao final do ano correspondem a uma taxa de 68% (relação entre o fundo pago e o programado) - mais 11 p.p. face a 2020.

Quanto à distribuição dos pagamentos pelas prioridades/domínios de intervenção do desenvolvimento rural até ao final de 2021 distinguiram-se mais uma vez as Prioridades 2A e 4 com um peso de 26% e 40%, respetivamente, relativamente ao total de FEADER pago no âmbito do Programa.

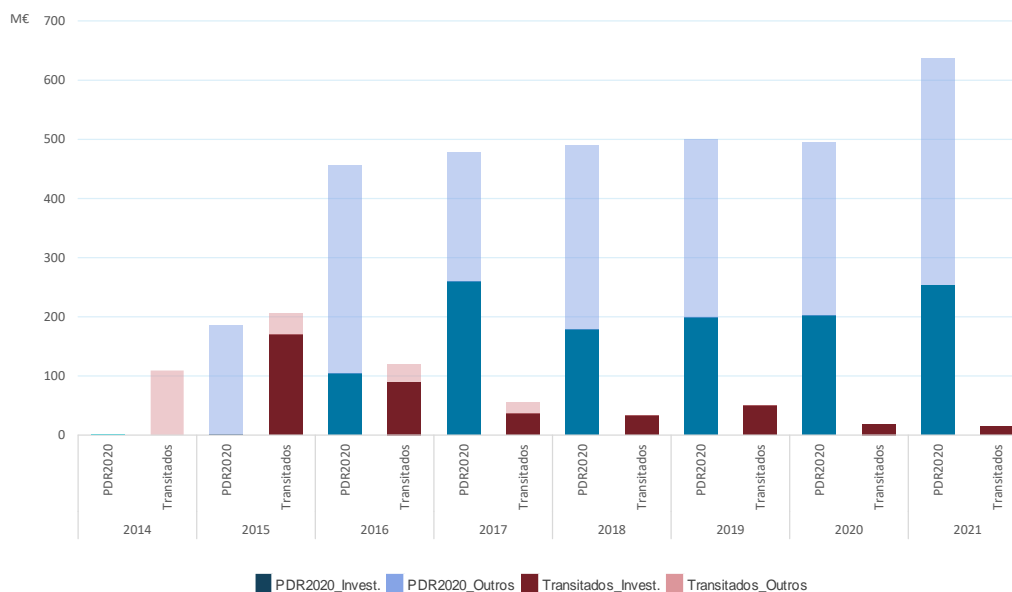
Quadro 22: Execução financeira por prioridade/domínio

Un.: mil euros

Prioridade/ Domínio	2021		Acumulado a 31-12-2021	
	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER
P2A	134 965	105 375	986 941	836 380
P2B	16 187	13 595	104 172	91 853
P3A	1 796	1 439	18 507	15 355
P3B	24 696	19 193	97 107	79 438
P4	285 512	236 597	1 547 380	1 301 352
P5A	32 255	24 711	201 915	162 866
P5B	3 954	3 075	34 184	28 043
P5C	3 129	2 447	19 650	15 995
P5E	60 860	47 554	422 316	358 023
P6B	70 956	57 798	352 164	301 699
Assistência técnica	17 261	13 218	71 162	57 973
Reforma antecipada			670	569
TOTAL	651 571	525 003	3 856 166	3 249 546

O valor pago aos beneficiários no ano de 2021 foi de 651 milhões de euros de despesa pública e 525 milhões de euros de comparticipação FEADER, o que representa cerca de 11% do total programado, mantendo-se o ritmo e a composição da execução do ano anterior.

Figura 12: Evolução da execução por tipologia



Quanto aos pagamentos aos beneficiários dos recursos adicionais *Next Generation*, no final do ano estes atingiram os 62 milhões de euros, o que representa cerca de 20% do total programado. Estes pagamentos incidiram quase totalmente na Prioridade 4 (que representa 41% da dotação programada).

Quadro 23: Execução financeira por prioridade/domínio - *Next Generation*

Un.: mil euros

Prioridade/ Domínio	2021		Acumulado a 31-12-2021	
	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER
P2A	221	221	221	221
P2B				
P3A				
P4	62 123	62 123	62 123	62 123
P5A				
P5B				
P5C				
P5E				
P6B				
TOTAL	62 344	62 344	62 344	62 344

Seguidamente apresentam-se os quadros que resumem os indicadores de monitorização do Programa:

- por Medidas PDR2020;
- por Medidas COM;
- por Medidas COM - recursos adicionais *Next Generation*.

A informação em detalhe relativa à informação das despesas declaradas à Comissão pelo OP, por Medidas COM e Prioridade é apresentada no ANEXO III.

Quadro 24: Indicadores de monitorização 2014-2022 (por Medidas PDR2020)

Dados reportados a 31 dezembro 2021

MEDIDAS PDR2020	PROGRAMAÇÃO 2014-2022 [a]		COMPROMISSOS ASSUMIDOS [b]		PAGAMENTOS AOS BENEFICIÁRIOS		INDICADORES			
	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Taxa de compromissos 2014-2022		Taxa de execução 2014-2022	
	mil euros		mil euros		mil euros		Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER
	1	2	3	4	5	6	7=3/1	8=4/2	9=5/1	10=6/2
PDR2020	5 776 449	4 786 287	4 969 294	4 133 509	3 856 166	3 249 546	86%	86%	67%	68%
M1 Inovação	44 398	39 530	39 364	33 514	23 143	20 143	89%	85%	52%	51%
M2 Conhecimento	30 101	23 103	27 425	20 625	14 728	11 190	91%	89%	49%	48%
M3 Valorização da produção agrícola	1 926 355	1 586 973	1 680 810	1 385 610	1 044 084	875 940	87%	87%	54%	55%
M4 Valorização dos recursos florestais	38 501	30 391	33 327	27 344	25 901	21 520	87%	90%	67%	71%
M5 Organização da produção	4 390	3 693	3 723	3 105	2 028	1 700	85%	84%	46%	46%
M6 Gestão do risco e restabelecimento do potencial produtivo	138 771	109 414	107 605	87 216	96 898	79 275	78%	80%	70%	72%
M7 Agricultura e recursos naturais	1 489 942	1 251 071	1 311 881	1 087 490	1 183 766	996 509	88%	87%	79%	80%
M8 Proteção e reabilitação de povoamentos florestais	536 526	428 288	448 393	366 579	303 909	254 277	84%	86%	57%	59%
M9 Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas	1 133 535	953 056	985 481	844 232	968 429	826 067	87%	89%	85%	87%
M10 LEADER	273 948	233 158	208 810	178 555	109 097	94 406	76%	77%	40%	40%
Assistência técnica	140 512	112 281	109 374	88 626	71 162	57 973	78%	79%	51%	52%
M21 Apoio temporário excecional aos agricultores e às PME afetados pela COVID-19	18 800	14 758	12 433	10 045	12 350	9 978	66%	68%	66%	68%
Reforma antecipada	670	569	670	569	670	569	100%	100%	100%	100%

Notas:

[a] - Decisão C(2021) 6714 de 10 de setembro.

[b] - Dados relativos a projetos transitados do anterior período de programação, a candidaturas aprovadas líquidas do valor libertado de candidaturas encerradas e, no caso das ações enquadradas no Pedido Único (PU), a pedidos de apoio aprovados.

Quadro 25: Indicadores de monitorização 2014-2022 (por Medidas COM)

Dados reportados a 31 dezembro 2021

MEDIDAS COM	PROGRAMAÇÃO 2014-2022 [a]		COMPROMISSOS ASSUMIDOS [b]		PAGAMENTOS AOS BENEFICIÁRIOS		INDICADORES			
	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Taxa de compromissos 2014-2022		Taxa de execução 2014-2022	
	mil euros		mil euros		mil euros		Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER
	1	2	3	4	5	6	7=3/1	8=4/2	9=5/1	10=6/2
PDR2020	5 776 449	4 786 287	4 969 294	4 133 509	3 856 166	3 249 546	86%	86%	67%	68%
M1 Transferência de conhecimentos e ações de informação	13 615	11 329	11 213	9 307	7 251	6 054	82%	82%	53%	53%
M2 Serviços de aconselhamento e serviços de gestão agrícola e de substituição nas explorações agrícolas	16 486	11 774	16 212	11 318	7 477	5 136	98%	96%	45%	44%
M4 Investimentos em ativos físicos	1 810 257	1 483 850	1 578 854	1 296 167	965 655	806 314	87%	87%	53%	54%
M5 Restabelecimento do potencial de produção agrícola afetado por catástrofes naturais e acontecimentos catastróficos e introdução de medidas de prevenção adequadas	55 888	43 322	35 903	28 579	27 462	22 312	64%	66%	49%	52%
M6 Desenvolvimento das explorações agrícolas e das empresas	152 382	133 535	125 255	109 810	101 142	89 593	82%	82%	66%	67%
M7 Serviços básicos e renovação das aldeias em zonas rurais	4 125	3 203	2 436	1 937	1 387	1 137	59%	60%	34%	35%
M8 Investimentos no desenvolvimento das zonas florestais e na melhoria da viabilidade das florestas	564 830	450 501	474 706	388 072	324 188	271 021	84%	86%	57%	60%
M9 Criação de agrupamentos e organizações de produtores	3 771	3 163	3 200	2 665	1 800	1 500	85%	84%	48%	47%
M10 Agroambiente e clima	1 003 263	826 949	954 564	782 240	860 013	715 524	95%	95%	86%	87%
M11 Agricultura biológica	380 127	336 782	248 712	215 817	242 825	213 457	65%	64%	64%	63%
M12 Pagamentos a título da Natura 2000	75 727	61 422	89 299	72 516	62 256	51 042	118%	118%	82%	83%
M13 Pagamentos relativos a zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras condicionantes específicas	1 133 535	953 056	985 481	844 232	968 429	826 067	87%	89%	85%	87%
M15 Auxílios aos serviços silvoambientais e climáticos e conservação das florestas	613	480	584	462	194	158	95%	96%	32%	33%
M16 Cooperação	45 017	40 060	39 886	33 954	23 371	20 343	89%	85%	52%	51%
M17 Gestão de riscos	82 883	66 092	71 703	58 637	69 436	56 964	87%	89%	84%	86%
M19 Apoio ao desenvolvimento local de base comunitária (DLBC) LEADER	273 948	233 158	208 810	178 555	109 097	94 406	76%	77%	40%	40%
M20 Assistência técnica aos Estados-Membros	140 512	112 281	109 374	88 626	71 162	57 973	78%	79%	51%	52%
M21 Apoio temporário excecional aos agricultores e às PME afetados pela COVID-19	18 800	14 758	12 433	10 045	12 350	9 978	66%	68%	66%	68%
M97 Reforma antecipada	670	569	670	569	670	569	100%	100%	100%	100%

Notas:

[a] - Decisão C(2021) 6714 de 10 de setembro.

[b] - Dados relativos a projetos transitados do anterior período de programação, a candidaturas aprovadas líquidas do valor libertado de candidaturas encerradas e, no caso das ações enquadradas no Pedido Único (PU), a pedidos de apoio aprovados.

Quadro 26: Indicadores de monitorização 2014-2022 (por Medidas COM - *Next Generation*)

Dados reportados a 31 dezembro 2021

MEDIDAS COM Investimentos "Next Generation"	PROGRAMAÇÃO 2014-2022 [a]		COMPROMISSOS ASSUMIDOS [b]		PAGAMENTOS AOS BENEFICIÁRIOS		INDICADORES			
	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Taxa de compromissos 2014-2022		Taxa de execução 2014-2022	
	mil euros		mil euros		mil euros		Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER
	1	2	3	4	5	6	7=3/1	8=4/2	9=5/1	10=6/2
PDR2020	312 189	312 189	187 151	187 151	62 344	62 344	60%	60%	20%	20%
M4 Investimentos em ativos físicos	156 704	156 704	50 465	50 465	221	221	32%	32%	0%	0%
M6 Desenvolvimento das explorações agrícolas e das empresas	5 000	5 000	0	0	0	0	0%	0%	0%	0%
M11 Agricultura biológica	140 485	140 485	136 686	136 686	62 123	62 123	97%	97%	44%	44%
M16 Cooperação	10 000	10 000	0	0	0	0	0%	0%	0%	0%

Notas:

[a] - Decisão C(2021) 6714 de 10 de setembro.

[b] - Dados relativos a projetos transitados do anterior período de programação, a candidaturas aprovadas líquidas do valor libertado de candidaturas encerradas e, no caso das ações enquadradas no Pedido Único (PU), a pedidos de apoio aprovados.

4 METAS E INDICADORES

4.1 INDICADORES COMUNS

O apuramento dos indicadores do Programa é efetuado com base na informação dos projetos com execução iniciada (estejam ou não concluídos/encerrados). Estes indicadores estão associados à estrutura e aos objetivos do quadro estratégico para o desenvolvimento rural e permitem a avaliação dos progressos, da eficiência e da eficácia da execução da política de desenvolvimento rural.

Neste contexto, apresenta-se no **ANEXO V** deste REA o conjunto das tabelas de indicadores de realização e de resultado que são parte integrante do reporte à Comissão Europeia e que decorrem do Quadro Comum de Acompanhamento e Avaliação (CMEF). Estes indicadores são calculados com base nos valores pagos entre 2014 e 2021, dos projetos com execução iniciada, e no caso das medidas de superfície com base nos pedidos de pagamento. A informação incluída nestas tabelas é apresentada na perspetiva de codificação das medidas/ações da Comissão (Medidas COM) e de medidas/ações/operações nacionais (Medidas PDR2020).

4.2 ANÁLISE DE DESEMPENHO

A análise de desempenho monitoriza o cumprimento das metas intermédias dos Programas a nível das prioridades, para atribuição da respetiva **reserva de desempenho**. Esta análise foi efetuada com base nas informações e nas avaliações constantes no REA 2018 apresentado pelos Estados-Membros em 2019.

Neste contexto, e com base na informação reportada que permitiu que os indicadores, de uma forma geral, ultrapassassem os objetivos estipulados, foi atribuída ao PDR2020 a reserva de desempenho conforme Decisão da Comissão C(2019) 6251, aprovada a 22 de agosto de 2019.

Quadro 27: Reserva de desempenho

PRIORIDADES	RESERVA DE DESEMPENHO (mil euros)
P2: Aumentar a competitividade e a viabilidade das explorações agrícolas, todos os tipos de agricultura, em todas as regiões, e promover tecnologias agrícolas inovadoras e a gestão sustentável das florestas	71 101
P3: Promover a organização da cadeia alimentar, incluindo a transformação e comercialização dos produtos agrícolas, o bem-estar animal e a gestão de riscos na agricultura	6 775
P4: Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas dependentes da agricultura e das florestas	69 425
P5: Promover a utilização eficiente dos recursos e apoiar a passagem para uma economia hipocarbónica e resiliente às alterações climáticas nos setores agrícola, alimentar e florestal	45 847
P6: Promover a inclusão social, a redução da pobreza e o desenvolvimento económico das zonas rurais	21 836
TOTAL	214 983

A aferição do cumprimento das metas intermédias é apresentada num **quadro de desempenho** no qual se fixam os objetivos do PDR2020 para 2025 (considerando o prolongamento temporal do Programa por mais 2 anos), para cada prioridade.

Quadro 28: Quadro de desempenho

Prioridade	Indicador	Valor executado (2021) (1)	Valor-alvo (2025) (2)	Valor executado (em % de 2025) (3)=(1)/(2)
P2	Total de despesas públicas P2 (euros)	1 070 296 904	1 792 727 850	60%
	Número de explorações agrícolas com apoio do PDR para investimentos na reestruturação ou na modernização (2A) + Número de explorações agrícolas com planos de desenvolvimento empresarial/ investimentos para jovens agricultores apoiados por PRD (2B)	21 171	25 719	82%
P3	Total das despesas públicas P3 (euros)	114 925 257	174 713 493	66%
	Número de explorações agrícolas que recebem apoio para participação em regimes de qualidade, mercados locais e cadeias de abastecimento curtas, e agrupamentos ou organizações de produtores (3A)	34 349	3 562	964%
	Número de explorações agrícolas participantes em regimes de gestão dos riscos (3B)	5 951	5 419	110%
P4	Total das despesas públicas P4 (euros)	1 563 198 913	2 098 612 340	74%
	Terras agrícolas sob contrato de gestão de apoio à biodiversidade (ha) (4A) + Terras agrícolas sob contrato de gestão para aperfeiçoar a gestão dos recursos hídricos (ha) (4B) + Terras agrícolas sob contrato de gestão para prevenção da erosão e melhoria da gestão dos solos (ha) (4C)	2 367 796	2 468 670	96%
P5	Total das despesas públicas P5 (euros)	674 247 337	1 003 694 281	67%
	Número de operações de investimento em poupança e eficiência na utilização de energia (5B) + Número de operações de investimento na produção de energia de fontes renováveis (5C)	404	550	73%
	Terras agrícolas e florestais sob contrato de gestão que contribua para o sequestro de carbono ou a conservação (ha) (5E) + Terras agrícolas sob contrato de gestão que visem a redução das emissões de GEE e/ou amoníaco (ha) (5D) + Terras irrigadas, em mudança para sistemas de irrigação mais eficientes (ha) (5A)	325 136	129 491	251%
P6	Total das despesas públicas P6 (euros)	351 326 655	565 519 556	62%
	Número de operações apoiadas para melhorar serviços de base e infraestruturas em zonas rurais (P6B e P6C)	67	143	47%
	População abrangida por GAL	4 874 295	3 734 564	131%

Prioridade	Indicador alternativo	Valor executado (2021) (1)	Valor-alvo (2025) (2)	Valor executado (em % de 2025) (3)=(1)/(2)
P3	Número de operações apoiadas para investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas (3A)	19	46	41%

Assim, analisando os resultados do quadro de desempenho com os dados relativos aos projetos com execução iniciada até final de 2021, verifica-se que alguns objetivos finais já se encontram superados:

- A **prioridade 3** superou o valor alvo para 2025 relativo ao “número de explorações agrícolas que recebem apoio para participação em regimes de qualidade, mercados locais e cadeias de abastecimento curtas, e

agrupamentos ou organizações de produtores” (domínio de intervenção 3A) e ao “número de explorações agrícolas participantes em regimes de gestão dos riscos” (domínio de intervenção 3B), com 964% e 110% de execução, respetivamente.

A Medida COM 16, através da sua operação direcionada para as organizações interprofissionais (Operação 5.2.1), foi a principal responsável pelo elevado número de explorações associadas ao domínio de intervenção 3A devido à aprovação de um projeto de uma associação interprofissional de âmbito nacional e reconhecida enquanto representativa da fileira olivícola.

A Medida COM 17 de gestão de riscos contribuiu para o elevado número de explorações do domínio de intervenção 3B, devido à forte adesão verificada no apoio ao seguro de colheitas (Operação 6.1.1).

- A **prioridade 5** superou o valor alvo para 2025 relativo aos hectares de *“terras agrícolas e florestais sob contrato de gestão que contribua para o sequestro de carbono ou a conservação”* (domínio de intervenção 5E); *“terras agrícolas sob contrato de gestão que visem a redução das emissões de GEE e/ou amoníaco”* (domínio de intervenção 5D); e *“terras irrigadas, em mudança para sistemas de irrigação mais eficientes”* (domínio de intervenção 5A), com 251% de execução.

Para o indicador físico do apuramento das áreas contribuíram as medidas agroambientais (Medida COM 10), nomeadamente as operações de conservação do solo e uso eficiente do regadio (Operações 7.4.1, 7.4.2 e 7.5.1), sendo que o valor da execução reflete o *overbooking* registado na campanha do PU 2015.

Também as operações associadas à Medida COM 04, nomeadamente o apoio a investimentos em explorações agrícolas (Operação 3.2.1) e o apoio a investimentos em infraestruturas relacionadas com o desenvolvimento, a modernização ou a adaptação da agricultura e silvicultura (Operações 3.4.1, 3.4.2 e 3.4.3) registaram valores de áreas beneficiadas acima do previsto.

- Relativamente à **prioridade 6**, mantem-se o valor alvo para 2025 relativo à *“população abrangida por GAL”*, superado em 131% e já reportado em anteriores relatórios, uma vez que na construção do Programa, estava previsto

que a população abrangida pelos GAL seria inferior, porém aquando da operacionalização foi possível aprovar 54 GAL em vez dos 47 inicialmente previstos.

4.3 ANÁLISE DA EXECUÇÃO POR PRIORIDADES

Em complemento à análise de desempenho anterior, neste ponto é também efetuada uma avaliação da execução global da despesa pública atribuída a cada prioridade/domínio de intervenção:

- ❖ **Prioridade 2/domínio de intervenção 2A**, com uma taxa de execução global de 61%, a Medida COM 04 é a mais representativa com um peso de 64% da despesa executada nesta prioridade/domínio, em especial a associada à Operação 3.2.1.
- ❖ **Prioridade 2/domínio de intervenção 2B**, com uma taxa de execução global de 64%, a Medida COM 06 é a mais representativa com um peso de 97% da despesa executada nesta prioridade/domínio, em especial a associada à Operação 3.1.1.
- ❖ **Prioridade 3/domínio de intervenção 3A**, com uma taxa de execução global de 52%, a Medida COM 04 é a mais representativa com um peso de 70% da despesa executada nesta prioridade/domínio, em especial a associada à Operação 3.3.1.
- ❖ **Prioridade 3/domínio de intervenção 3B**, com uma taxa de execução global de 70%, a Medida COM 17 é a mais representativa com um peso de 72% da despesa executada nesta prioridade/domínio, em especial a associada à Operação 6.1.1.
- ❖ **Prioridade 4**, com uma taxa de execução global de 74%, a Medida COM 10 é a mais representativa com um peso de 54% da despesa executada nesta prioridade/domínio, em especial a associada aos pedidos de pagamento da Operação 7.2.1.
- ❖ **Prioridade 5/domínio de intervenção 5A**, com uma taxa de execução global de 50%, a Medida COM 04 é a mais representativa com um peso de

92% da despesa executada nesta prioridade/domínio, em especial a associada às Operações 3.4.1 e 3.4.2.

- ❖ **Prioridade 5/domínio de intervenção 5B**, com uma taxa de execução global de 61%, a Medida COM 04 é a mais representativa com um peso de 98% da despesa executada nesta prioridade/domínio, em especial a associada à Operação 3.2.1.
- ❖ **Prioridade 5/domínio de intervenção 5C**, com uma taxa de execução global de 60%, a Medida COM 04 é a mais representativa com um peso de 96% da despesa executada nesta prioridade/domínio, em especial a associada às Operações 3.2.1 e 3.3.1.
- ❖ **Prioridade 5/domínio de intervenção 5E**, com uma taxa de execução global de 82%, a Medida COM 13 é a mais representativa com um peso de 57% da despesa executada nesta prioridade/domínio, em especial a associada aos pedidos de pagamento da Operação 9.0.1. De relevar também a Medida COM 08 com um peso de 39% da despesa executada nesta prioridade/domínio, em especial a associada à Operação 8.1.1.
- ❖ **Prioridade 6/domínio de intervenção 6B**, com uma taxa de execução global de 62%, a Medida COM 13 é a mais representativa com um peso de 69% da despesa executada nesta prioridade/domínio, em especial a associada aos pedidos de pagamento da Operação 9.0.1. De relevar também a Medida COM 19 relativa à abordagem LEADER, que regista um peso de 31% da despesa executada nesta prioridade/domínio.

No quadro seguinte apresenta-se a execução por cada uma das prioridades e domínios de intervenção para o qual o PDR2020 contribui.

Quadro 29: Execução por prioridade

Un.: mil euros

Prioridades/Domínios		Programação financeira		Execução total		Taxas de execução
		Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	
P2A	Melhoria do desempenho económico e modernização das explorações	1 630 948	1 350 719	986 941	836 380	61%
P2B	Facilitação da entrada de agricultores com qualificações adequadas	161 780	140 298	104 172	91 853	64%
P3A	Aumento da competitividade dos produtores mediante a melhor integração	35 378	28 810	18 507	15 355	52%
P3B	Apoio à prevenção e gestão de riscos	139 336	109 813	97 107	79 438	70%
P4	Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas dependentes da agricultura e das florestas	2 098 612	1 744 437	1 547 380	1 301 352	74%
P5A	Melhoria da eficiência na utilização da água	401 352	321 452	201 915	162 866	50%
P5B	Melhoria da eficiência na utilização da energia	56 082	46 083	34 184	28 043	61%
P5C	Facilitação da utilização de fontes de energia renováveis	32 980	26 721	19 650	15 995	60%
P5E	Promoção da conservação e do sequestro de carbono	513 280	427 304	422 316	358 023	82%
P6B	Fomento do desenvolvimento local nas zonas rurais	565 520	477 799	352 164	301 699	62%
AT	Assistência técnica aos Estados-Membros	140 512	112 281	71 162	57 973	51%
RA	Reforma antecipada	670	569	670	569	100%
TOTAL		5 776 449	4 786 287	3 856 166	3 249 546	67%

Relativamente às medidas com recursos adicionais *Next Generation*, é também efetuada uma avaliação da execução global da despesa pública das respetivas prioridades/domínios de intervenção:

- ❖ **Prioridade 2/domínio de intervenção 2A**, com uma taxa de execução global de apenas 0,2%, totalmente associada à Medida COM 04 e à Operação 3.2.2.
- ❖ **Prioridade 4**, com uma taxa de execução global de 41%, totalmente associada à Medida COM 11 e à Operação 7.1.1.

No quadro seguinte apresenta-se a execução por cada uma das prioridades e domínios de intervenção para as quais as medidas com recursos adicionais *Next Generation* contribuem.

Quadro 30: Execução por prioridade – *Next Generation*

Un.: mil euros

Prioridades/Dominios		Programação financeira		Execução total		Taxas de execução
		Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	
P2A	Melhoria do desempenho económico e modernização das explorações	138 849	138 849	221	221	0,2%
P2B	Facilitação da entrada de agricultores com qualificações adequadas	5 000	5 000	0	0	0%
P3A	Aumento da competitividade dos produtores mediante a melhor integração	1 900	1 900	0	0	0%
p4	Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas dependentes da agricultura e das florestas	153 354	153 354	62 123	62 123	41%
P5A	Melhoria da eficiência na utilização da água	5 616	5 616	0	0	0%
P5B	Melhoria da eficiência na utilização da energia	4 370	4 370	0	0	0%
P5C	Facilitação da utilização de fontes de energia renováveis	2 020	2 020	0	0	0%
P5E	Promoção da conservação e do sequestro de carbono	1 040	1 040	0	0	0%
P6B	Fomento do desenvolvimento local nas zonas rurais	40	40	0	0	0%
TOTAL		312 189	312 189	62 344	62 344	20%

5 BALANÇO DETALHADO POR MEDIDA COM

5.1 MEDIDA 01. TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTOS E AÇÕES DE INFORMAÇÃO

Enquadramento

A Medida COM - Transferência de conhecimentos e ações de informação (M01) materializa-se no PDR2020 através de 2 Operações:

- Operação 2.1.1. Ações de formação
- Operação 2.1.4. Ações de informação

No âmbito da Decisão C(2021) 6714 de 10 de setembro, esta Medida tem uma dotação de 13.615 mil euros de despesa pública e 11.329 mil euros de FEADER, conforme exposto no quadro seguinte, que apresenta a síntese da operacionalização da M01 reportada ao final do ano de 2021.

Quadro 31: M01 – Taxas de compromisso e de execução

Un.: mil euros

Código OP/COM	Programação		Taxa de compromisso (inclui transitados)		Taxa de execução (inclui transitados)	
	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER
2.1.1	4 098	3 369	74%	76%	17%	17%
2.1.4	9 517	7 960	86%	85%	69%	69%
Total M01	13 615	11 329	82%	82%	53%	53%

As taxas de compromisso e de execução da Operação 2.1.4 descem, em termos de despesa pública, 12 pontos percentuais relativamente a 2020, situando-se no final do ano em 86% e 69%, respetivamente. Tal ficou a dever-se ao reforço do FEADER e, conseqüentemente, da despesa pública programados para esta Operação em 1.700 mil euros e 2.076 mil euros, respetivamente, conforme a última alteração financeira aprovada.

No que respeita à Operação 2.1.1, e no domínio da despesa pública, a sua taxa de compromisso desce, comparativamente a 2020, 18 pontos percentuais, o que

se explica pela descida efetiva da despesa pública comprometida, fruto, por sua vez, de projetos anulados/desistidos outrora aprovados. Não obstante, houve uma evolução positiva da despesa pública paga, o que se traduz numa subida, ainda que ligeira, da taxa de execução desta Operação.

Implementação da M01

a) Novos anúncios de apresentação de candidaturas

A abertura de candidaturas no ano de 2021 decorreu apenas no período entre 21 de maio e 21 de julho, através do 4º Anúncio da Operação 2.1.4.

A dotação disponibilizada foi de 1.000 mil euros de despesa pública (11% da dotação programada para esta Operação) e a proveniência geográfica das candidaturas foi aberta a todo o território do continente.

b) Seleção, decisão e caracterização de candidaturas

Em 2021, concorreram 4 candidaturas a título individual à M01, associadas ao novo anúncio da Operação 2.1.4. Foram apresentadas por parte da CNA (Centro), CONFAGRI (Lisboa), CAP (Lisboa) e AJAP (Lisboa) tendo todas acolhido parecer favorável nesse mesmo ano. A essas 4 novas aprovações juntou-se-lhes mais uma, da Operação 2.1.1, em resultado de alterações após decisão.

Em 2021 foram analisadas 16 candidaturas, 4 respeitantes ao novo anúncio e as restantes associadas a pedidos de alteração de candidaturas submetidas já em anos anteriores, em ambas as Operações da M01.

Quadro 32: M01 – Distribuição regional das candidaturas entradas, analisadas e decididas (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas			
						Não aprovadas		Aprovadas	
		Nº	Invest. proposto	Nº	Invest. proposto	Nº	Invest. proposto	Nº	Invest. proposto
2.1.1	Norte	85	12 977	85	12 977	13	1 498	19	4 309
	Centro	77	14 002	77	14 002	12	1 152	9	1 908
	Lisboa	6	647	6	647	1	67	1	29
	Alentejo	18	3 350	18	3 350	4	565	2	298
	Algarve	8	864	8	864	2	307		
	Subtotal	194	31 840	194	31 840	32	3 588	31	6 545
2.1.4	Norte	19	4 848	19	4 848	12	2 055	7	2 793
	Centro	18	4 741	18	4 741	9	2 118	9	2 623
	Lisboa	22	12 229	22	12 229			22	12 229
	Alentejo	13	2 467	13	2 467	1	113	12	2 354
	Algarve	1	293	1	293			1	293
	Subtotal	73	24 578	73	24 578	22	4 286	51	20 292
M01	Norte	104	17 825	104	17 825	25	3 553	26	7 103
	Centro	95	18 743	95	18 743	21	3 270	18	4 532
	Lisboa	28	12 876	28	12 876	1	67	23	12 257
	Alentejo	31	5 816	31	5 816	5	678	14	2 652
	Algarve	9	1 158	9	1 158	2	307	1	293
	Total	267	56 418	267	56 418	54	7 874	82	26 837

As 267 candidaturas entradas na M01, 39% das quais da região do Norte, encontram-se todas analisadas e decididas, com uma taxa de aprovação de 31%. A Operação 2.1.1 acolheu 131 candidaturas decididas favoravelmente, que não prosseguiram por falta de dotação, 6 das quais da região do Algarve, fazendo com que esta região do país não esteja aqui representada.

A distribuição regional das candidaturas aprovadas aponta, no total da M01, para uma predominância da região do Norte no que respeita ao número de projetos aprovados (32% do total de candidaturas) e da região de Lisboa no que concerne a investimento (46% do total do investimento proposto).

Quadro 33: M01 – Distribuição regional dos projetos aprovados (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Projetos aprovados				
		Nº	Invest. proposto	Invest. elegível	Desp. pública	FEADER
2.1.1	Norte	19	4 309	3 290	2 714	2 298
	Centro	9	1 908	1 746	1 481	1 245
	Lisboa	1	29	27	16	13
	Alentejo	2	298	294	172	146
	Algarve					
	Subtotal	31	6 545	5 358	4 383	3 701
2.1.4	Norte	7	2 793	1 836	1 377	1 205
	Centro	9	2 623	1 576	1 182	1 012
	Lisboa	22	12 229	7 365	5 453	4 307
	Alentejo	12	2 354	1 016	762	664
	Algarve	1	293	115	86	74
	Subtotal	51	20 292	11 907	8 860	7 264
M01	Norte	26	7 103	5 126	4 091	3 503
	Centro	18	4 532	3 322	2 663	2 257
	Lisboa	23	12 257	7 392	5 470	4 320
	Alentejo	14	2 652	1 310	934	810
	Algarve	1	293	115	86	74
	Total	82	26 837	17 265	13 244	10 965

A região do Norte tem primazia junto da Operação 2.1.1 e a região de Lisboa junto da Operação 2.1.4, tanto em número de projetos aprovados como no valor que estes representam.

Uma boa parte (70%) da despesa pública aprovada, no conjunto da M01, respeita a projetos de *Associações*. A despesa pública aprovada referente a *Sociedades* revela um peso importante (46%) no contexto da Operação 2.1.1.

Quadro 34: M01 – Tipologia de beneficiário dos projetos aprovados (acumulado)

Código OP/COM	Tipologia de beneficiário	Acumulado		
		Nº	Despesa Pública	
			Mil euros	%
2.1.1	Associações	15	1 901	43%
	Cooperativas	3	459	11%
	Sociedades	13	2 024	46%
	Subtotal	31	4 383	100%
2.1.4	Associações	45	7 342	83%
	Cooperativas	5	1 278	14%
	Sociedades	1	241	3%
	Subtotal	51	8 860	100%
M01	Associações	60	9 242	70%
	Cooperativas	8	1 736	13%
	Sociedades	14	2 265	17%
	Total	82	13 244	100%

O quadro seguinte apresenta a distribuição dos projetos aprovados por tipologia de investimento. Nele sobressai que a maior fatia da despesa pública se destina a apoiar despesas com formadores junto da Operação 2.1.1, e despesas com pessoal junto da Operação 2.1.4 - 35% e 69%, respetivamente.

Quadro 35: M01 – Distribuição regional da despesa pública dos projetos aprovados, por rubrica de investimento (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Rubrica de investimento	Região					Continente
		Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	
2.1.1	Alugueres	281	89	2	22		394
	Outros custos com organização	576	240	3	28		847
	Custos indiretos	35	17	0	2		54
	Bens e serviços técnicos	248	232	1	13		494
	Custos com formandos	582	405	3	64		1 054
	Custos com formadores	993	498	7	44		1 541
	Total DP regional (%)	62%	34%	0,4%	4%		100%
	Total DP regional (mil euros)	2 714	1 481	16	172		4 383
2.1.4	Aquisição de bens e serviços	476	338	1 424	203	13	2 455
	Despesas com pessoal	824	810	3 858	533	67	6 093
	Imateriais	76	34	171	25	6	313
	Total DP regional (%)	16%	13%	62%	9%	1%	100%
	Total DP regional (mil euros)	1 377	1 182	5 453	762	86	8 860
M01	Total DP (mil euros)	4 091	2 663	5 470	934	86	13 244

Os 110 projetos aprovados incluem 28 projetos decididos no anterior período de programação (PRODER) e que, ao abrigo do Regulamento nº 1310/2013, de 17 de dezembro, transitaram para a Operação 2.1.4, integrando a prioridade de desenvolvimento rural P2A, e representando um total de 515 mil euros de despesa pública.

A prioridade/domínio de intervenção mais representativa em 2021 foi a P2A - *Melhoria do desempenho económico das explorações agrícolas e facilitação da reestruturação e modernização das explorações agrícolas*, para ambas as Operações em causa, tanto no que respeita à despesa pública aprovada, como ao número de projetos aprovados.

Quadro 36: M01 – Distribuição por prioridade dos projetos aprovados, incluindo transitados (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP	Prioridade / Domínio	Projetos aprovados (inclui transitados)			
		Nº	Invest. elegível	Desp. pública	FEADER
2.1.1	P2A	22	4 926	4 125	3 486
	P4A	2	159	95	80
	P5A	1	56	34	28
	P5B	4	143	85	71
	P6B	2	74	44	37
	Subtotal	31	5 358	4 383	3 701
2.1.4	P2A	57	6 687	5 084	4 229
	P4	9	2 531	1 898	1 526
	P5A	2	203	152	132
	P5B	2	462	336	262
	P5E	9	2 539	1 904	1 565
	Subtotal	79	12 422	9 375	7 713
TOTAL M01		110	17 780	13 759	11 414

c) Execução financeira

No final de 2021, dos 112 projetos contratados 102 tinham execução iniciada, isto é, 91% dos projetos contratados já tinham pagamentos que não se referiam exclusivamente a adiantamentos.

Confrontando o quadro anterior com o seguinte, pode observar-se que os projetos aprovados são em número inferior aos contratados. Isto explica-se porque, à data de reporte deste Relatório, o universo de projetos contratados ainda não tem em conta todas as anulações/desistências efetuadas pela Operação Limpeza.

Até ao final de 2021, registaram-se pagamentos no montante de 7.251 mil euros de despesa pública com uma comparticipação FEADER de 6.054 mil euros. Estes pagamentos representam uma taxa de execução de 53% de fundo pago, face ao programado.

A execução em 2021 envolveu 660 mil euros de despesa pública paga a 20 projetos, maioritariamente das regiões do Norte e Centro do país. Em termos acumulados, a região do Norte é predominante em número de projetos pagos (29%) e a região de Lisboa no que respeita a despesa pública paga (54%).

Quadro 37: M01 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Projetos contratados (inclui transitados)			Projetos C/Execução Iniciada (inclui transitados)			Total pago (inclui transitados)		
		Nº	Desp. pública	FEADER	Nº	Desp. pública	FEADER	Nº	Desp. pública	FEADER
2.1.1	Norte	19	2 714	2 298	17	543	469	17	543	469
	Centro	9	1 481	1 245	9	128	109	10	133	114
	Lisboa	1	16	13						
	Alentejo	2	172	146	2	7	6	2	7	6
	Algarve									
	Subtotal	31	4 383	3 701	28	678	585	29	683	589
2.1.4	Norte	14	1 624	1 424	13	1 124	1 000	13	1 124	1 000
	Centro	11	1 261	1 082	9	663	576	9	663	576
	Lisboa	28	5 591	4 417	25	3 928	3 138	25	3 928	3 138
	Alentejo	25	925	811	25	769	678	26	769	678
	Algarve	3	97	84	2	84	73	2	84	73
	Subtotal	81	9 498	7 817	74	6 568	5 465	75	6 568	5 465
M01	Norte	33	4 338	3 722	30	1 666	1 469	30	1 666	1 469
	Centro	20	2 742	2 326	18	791	685	19	796	689
	Lisboa	29	5 607	4 430	25	3 928	3 138	25	3 928	3 138
	Alentejo	27	1 097	957	27	776	684	28	776	684
	Algarve	3	97	84	2	84	73	2	84	73
	Total	112	13 882	11 519	102	7 246	6 050	104	7 251	6 054

Considerando o conjunto de projetos encerrados, verifica-se que a taxa de subexecução desta Medida se situa nos 29%, sendo francamente mais alta na Operação 2.1.1 (76%). Os motivos prendem-se fundamentalmente com a reduzida procura por parte dos potenciais formandos, o que levou à realização de um número muito menor de ações de formação, ou então a ações de formação com um menor número de formandos.

Quadro 38: M01 – Distribuição regional dos projetos encerrados e valor libertado (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Projetos encerrados (inclui transitados)			Valor libertado (inclui transitados)		Tx sub-execução
		Nº	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER	Desp. pública
		[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]=[4]/([2]+[4])
2.1.1	Norte	4	352	307	768	648	69%
	Centro	3	68	58	580	488	89%
	Lisboa						
	Alentejo						
	Algarve						
	Subtotal	7	421	365	1 348	1 136	76%
2.1.4	Norte	11	1 080	962	374	317	26%
	Centro	5	410	360	94	79	19%
	Lisboa	21	3 618	2 904	651	502	15%
	Alentejo	25	769	678	187	159	20%
	Algarve	2	84	73	14	12	14%
	Subtotal	64	5 961	4 977	1 319	1 068	18%
M01	Norte	15	1 433	1 269	1 142	965	44%
	Centro	8	478	419	674	567	58%
	Lisboa	21	3 618	2 904	651	502	15%
	Alentejo	25	769	678	187	159	20%
	Algarve	2	84	73	14	12	14%
	Total	71	6 382	5 342	2 667	2 204	29%

Assim, no final de 2021, dos 82 projetos aprovados no PDR2020, acrescidos dos 28 projetos que transitaram do anterior período de programação, encontram-se encerrados 71. Estes projetos representam uma despesa pública encerrada de 6.382 mil euros, o que corresponde a 47% da dotação programada para a Medida 01.

Esta Medida encerrou o ano com um total de compromissos de 11.213 mil euros de despesa pública e 9.307 mil euros de FEADER.

5.2 MEDIDA 02. SERVIÇOS DE ACONSELHAMENTO E SERVIÇOS DE GESTÃO AGRÍCOLA E DE SUBSTITUIÇÃO NAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS

Enquadramento

A Medida COM - Serviços de aconselhamento e serviços de gestão agrícola e de substituição nas explorações agrícolas (M02) materializa-se no PDR2020 através de 3 Operações:

- Operação 2.2.1. Apoio ao fornecimento do serviço de aconselhamento agrícola e florestal
- Operação 2.2.2. Apoio à criação de serviços de aconselhamento
- Operação 2.2.3. Apoio à formação de conselheiros das entidades prestadoras do serviço de aconselhamento

No âmbito da Decisão C(2021) 6714 de 10 de setembro, esta Medida tem uma dotação de 16.486 mil euros de despesa pública e 11.774 mil euros de FEADER. No quadro seguinte é apresentada a síntese da operacionalização da M02 reportada ao ano de 2021.

Quadro 39: M02 – Taxas de compromisso e de execução

Un.: mil euros

Código OP/COM	Programação		Taxa de compromisso (inclui transitados)		Taxa de execução (inclui transitados)	
	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER
2.2.1	6 988	4 986	90%	73%	43%	33%
2.2.2	9 376	6 703	106%	114%	47%	52%
2.2.3	122	86	12%	14%	13%	14%
Total M02	16 486	11 774	98%	96%	45%	44%

A taxa de compromisso da M02 desce, em termos de despesa pública, 13 pontos percentuais relativamente a 2020, situando-se no final do ano em 98%. Tal ficou a dever-se ao reforço dos valores programados desta Medida (em mais 4.313 mil euros de despesa pública e 2.550 mil euros de FEADER), conforme a última

alteração financeira aprovada, e no âmbito da qual se releva o contributo da Operação 2.2.1.

Por sua vez, houve uma evolução positiva da despesa pública e FEADER pagos, o que se traduz numa subida, ainda que ligeira, das taxas de execução da Medida, situando-se, no final do ano de 2021, em 45% e 44%, respetivamente.

Implementação da M02

a) Novos anúncios de apresentação de candidaturas

No decorrer do ano de 2021, apenas um anúncio foi lançado no âmbito da Medida em análise. Foi o 4º Anúncio da Operação 2.2.1, aberto de 30 de junho a 31 de agosto, com uma dotação orçamental de 2.750 mil euros e tendo o território continental do país como área geográfica elegível.

Concorreram a esse anúncio 2 candidaturas a título individual apresentadas por parte da AJAP (Lisboa) e da Associação de Agricultores de Trás-os-Montes (Norte) e 5 candidaturas em parceria apresentadas por parte da CAP (Lisboa), da CNA (Centro), da Federação da Agricultura de Trás-os-Montes e Alto Douro (Norte), da CONFAGRI (Lisboa) e da FORESTIS (Norte), tendo todas acolhido parecer favorável.

b) Seleção, decisão e caracterização de candidaturas

Em 2021 terminou o prazo para a apresentação de candidaturas no âmbito do 3º anúncio da Operação 2.2.1, o qual esteve aberto entre 10 de dezembro de 2020 e 29 de janeiro de 2021, tendo sido submetidas 2 candidaturas. Assim, em 2021, apresentaram-se 9 candidaturas através dos 3º e 4º anúncios da Operação 2.2.1, com um investimento proposto de 2.746 mil euros. As decisões tomadas em 2021 contemplaram favoravelmente essas 9 candidaturas. Foram ainda analisadas 114 candidaturas, tratando-se, na sua maioria, de análises de pedidos de alteração de projetos outrora aprovados.

As 335 candidaturas entradas na M02 até ao final de 2021, 45% das quais da região do Norte do país, encontram-se todas analisadas e decididas, com uma taxa de aprovação de 86%. A Operação 2.2.1 acolheu 47 candidaturas decididas favoravelmente, que não prosseguiram por falta de dotação.

Quadro 40: M02 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas			
		Nº	Invest. proposto	Nº	Invest. proposto	Não aprovadas		Aprovadas	
						Nº	Invest. proposto	Nº	Invest. proposto
2.2.1	Norte	30	5 232	30	5 232			5	955
	Centro	21	3 424	21	3 424			7	680
	Lisboa	46	5 694	46	5 694			38	4 683
	Alentejo								
	Algarve								
	Subtotal	97	14 349	97	14 349			50	6 318
2.2.2	Norte	121	8 442	121	8 442	1	67	120	8 375
	Centro	72	4 876	72	4 876			72	4 876
	Lisboa	6	944	6	944			6	944
	Alentejo	30	1 894	30	1 894			30	1 894
	Algarve	8	768	8	768			8	768
	Subtotal	237	16 925	237	16 925	1	67	236	16 858
2.2.3	Norte								
	Centro								
	Lisboa								
	Alentejo	1	35	1	35			1	35
	Algarve								
	Subtotal	1	35	1	35			1	35
M02	Norte	151	13 674	151	13 674	1	67	125	9 330
	Centro	93	8 300	93	8 300			79	5 556
	Lisboa	52	6 637	52	6 637			44	5 627
	Alentejo	31	1 929	31	1 929			31	1 929
	Algarve	8	768	8	768			8	768
	Total	335	31 309	335	31 309	1	67	287	23 210

A distribuição regional das candidaturas aprovadas aponta, no total da M02, para uma predominância da região do Norte no que respeita tanto ao número de projetos aprovados (44% do total de candidaturas), como ao investimento (40% do total do investimento proposto). Esse predomínio vai diminuindo à medida que se caminha para o sul do país, chegando à região do Algarve com valores de 3%.

Quadro 41: M02 – Distribuição regional dos projetos aprovados (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Projetos aprovados				
		Nº	Invest. proposto	Invest. elegível	Desp. pública	FEADER
2.2.1	Norte	5	955	955	955	752
	Centro	7	680	665	665	525
	Lisboa	38	4 683	4 392	4 392	2 108
	Alentejo					
	Algarve					
	Subtotal	50	6 318	6 011	6 011	3 385
2.2.2	Norte	120	8 375	8 053	4 706	3 714
	Centro	72	4 876	4 480	2 601	2 056
	Lisboa	6	944	930	539	261
	Alentejo	30	1 894	1 723	1 013	798
	Algarve	8	768	743	436	253
	Subtotal	236	16 858	15 929	9 295	7 082
2.2.3	Norte					
	Centro					
	Lisboa					
	Alentejo	1	35	35	26	20
	Algarve					
	Subtotal	1	35	35	26	20
M02	Norte	125	9 330	9 007	5 661	4 466
	Centro	79	5 556	5 145	3 266	2 581
	Lisboa	44	5 627	5 322	4 930	2 369
	Alentejo	31	1 929	1 758	1 039	818
	Algarve	8	768	743	436	253
	Total	287	23 210	21 975	15 332	10 487

A região de Lisboa evidencia-se junto da Operação 2.2.1, a região do Norte junto da Operação 2.2.2, e a região do Alentejo junto da Operação 2.2.3, tanto em número de projetos aprovados como no valor que estes representam em investimento. Importa mencionar que a Operação 2.2.1 não tem candidaturas nas regiões do sul do país e que a Operação 2.2.3 tem um único projeto na região do Alentejo.

Quanto ao tipo de beneficiário ganha destaque o modelo de organização da *associação*, seguido da *cooperativa* e, por fim, da *sociedade*, com diminuta representatividade no âmbito do setor agrícola do país. As *associações* compreendem 71% da despesa pública aprovada no âmbito da Medida em análise.

Quadro 42: M02 – Tipologia de beneficiário dos projetos aprovados (acumulado)

Código OP/COM	Tipologia de beneficiário	Acumulado		
		Nº	Despesa Pública	
			Mil euros	%
2.2.1	Associações	36	4 710	78%
	Cooperativas	14	1 302	22%
	Sociedades		0	0%
	Subtotal	50	6 011	100%
2.2.2	Associações	155	6 118	66%
	Cooperativas	73	2 866	31%
	Sociedades	8	311	3%
	Subtotal	236	9 295	100%
2.2.3	Associações	1	26	100%
	Cooperativas			
	Sociedades			
	Subtotal	1	26	100%
M02	Associações	192	10 854	71%
	Cooperativas	87	4 167	27%
	Sociedades	8	311	2%
	Total	287	15 332	100%

As taxas apresentadas no quadro seguinte apresentam relação estreita com o tipo de apoio que cada uma das 3 operações dá aos serviços de aconselhamento, ou seja, fornecimento, criação e formação de conselheiros, respetivamente para as Operações 2.2.1, 2.2.2 e 2.2.3, tendo, desse modo, cada uma as suas rubricas de investimento específicas.

Quadro 43: M02 – Distribuição regional da despesa pública dos projetos aprovados, por rubrica de investimento (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Tipo de serviço / Rubrica de investimento	Região					Continente
		Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	
2.2.1	Aconselhamento Agrícola	521	439	3 795			4 755
	Aconselhamento Florestal	434	227	597			1 257
	Total regional (%)	16%	11%	73%			100%
	Total regional (mil euros)	955	665	4 392			6 011
2.2.2	Aquisição de bens e serviços	158	118	21	12	12	321
	Despesas com pessoal	4 402	2 405	496	961	410	8 674
	Despesas gerais de funcionamento	34	19	5	9	8	75
	Equipamentos	112	59	16	31	6	224
	Total regional (%)	50,6%	28,0%	5,8%	10,9%	4,7%	100,0%
	Total regional (mil euros)	4 706	2 601	539	1 013	436	9 295
2.2.3	Custos com formadores				5		5
	Custos com outro pessoal técnico				21		21
	Despesas gerais				1		1
	Total regional (%)				100,0%		100,0%
	Total regional (mil euros)				26		26
M02	Total DP (mil euros)	5 661	3 266	4 930	1 039	436	15 332

Na Operação 2.2.1 sobressai a maior representatividade da despesa pública aprovada no *aconselhamento agrícola* (79%), comparativamente ao *florestal* (21%), com predominância da região de Lisboa. Na Operação 2.2.2 destaca-se o peso das *despesas com pessoal* (93%) e na Operação 2.2.3 os *custos com outro pessoal técnico* (80%).

O quadro seguinte representa a distribuição por prioridade de desenvolvimento rural dos 605 projetos aprovados até ao final de 2021. Este número de projetos ultrapassa em 318 as aprovações analisadas até então, excedente esse que representa o universo de projetos transitados.

Quadro 44: M02 – Distribuição por prioridade dos projetos aprovados, incluindo transitados (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP	Prioridade/ Domínio	Projetos aprovados (inclui transitados)			
		Nº	Invest. elegível	Desp. pública	FEADER
2.2.1	P2A	3	1 083	1 083	520
	P2B	293	978	978	600
	P3A	2	472	472	373
	P3B	4	667	667	525
	P4	3	1 500	1 500	720
	P5A				
	P5B				
	P5E	26	1 563	1 563	899
	Subtotal	331	6 263	6 263	3 636
2.2.2	P2B	120	5 801	3 657	2 902
	P4	153	10 777	6 286	4 777
	Subtotal	273	16 578	9 944	7 678
2.2.3	P2A				
	P4	1	35	26	20
	Subtotal	1	35	26	20
TOTAL M02		605	22 876	16 233	11 334

A prioridade/domínio P2B abarca 89% dos projetos aprovados da Operação 2.2.1, 96% dos quais são transitados do PRODER. Não obstante nas prioridades/domínios P4 e P5E que os valores financeiros tomam importância, reunindo-se aí 49% da despesa pública aprovada da Operação. Já no que respeita à Operação 2.2.2, é a prioridade P4 que predomina em todas as variáveis expostas.

c) Execução financeira

No final de 2021 atingiram-se os 558 projetos com execução iniciada, representando 92% do universo dos contratados até então (607), em número superior aos aprovados (605) uma vez que, à data de reporte deste Relatório, esta variável ainda não tem em conta as anulações/desistências efetuadas pela Operação Limpeza.

Até ao final de 2021, registaram-se pagamentos no montante de 7.477 mil euros de despesa pública com uma comparticipação FEADER de 5.136 mil euros. Estes pagamentos representam uma taxa de execução de 44% de fundo pago, face ao programado.

A execução financeira em 2021 compreendeu 3.105 mil euros de despesa pública paga a 147 projetos, maioritariamente das regiões do Norte e Centro do país. Em termos acumulados, a região do Norte é predominante quer em número de projetos pagos (66%) quer no que respeita a despesa pública paga (39%). No conjunto, as regiões do Norte e Lisboa acumulam 77% da despesa pública paga no âmbito da M02.

Quadro 45: M02 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Projetos contratados (inclui transitados)			Projetos C/execução iniciada (inclui transitados)			Total pago (inclui transitados)		
		Nº	Desp. pública	FEADER	Nº	Desp. pública	FEADER	Nº	Desp. pública	FEADER
2.2.1	Norte	244	888	745	242	430	383	242	430	383
	Centro	36	686	545	35	90	74	35	90	74
	Lisboa	38	4 392	2 108	36	2 482	1 192	36	2 482	1 192
	Alentejo	12	10	10	12	10	10	12	10	10
	Algarve									
	Subtotal	330	5 975	3 408	325	3 012	1 659	325	3 012	1 659
2.2.2	Norte	150	5 300	4 250	127	2 499	2 037	127	2 499	2 037
	Centro	76	2 666	2 113	63	1 128	898	63	1 128	898
	Lisboa	9	593	314	8	329	187	8	329	187
	Alentejo	32	1 019	805	26	268	211	26	268	211
	Algarve	8	436	253	7	225	130	7	225	130
	Subtotal	275	10 015	7 735	231	4 449	3 465	231	4 449	3 465
2.2.3	Norte									
	Centro	1	17	13	1	0	0	1	0	0
	Lisboa									
	Alentejo	1	26	20	1	15	12	1	15	12
	Algarve									
	Subtotal	2	43	34	2	16	12	2	16	12
M02	Norte	394	6 188	4 994	369	2 929	2 420	369	2 929	2 420
	Centro	113	3 369	2 672	99	1 218	973	99	1 218	973
	Lisboa	47	4 985	2 422	44	2 811	1 379	44	2 811	1 379
	Alentejo	45	1 056	835	39	294	233	39	294	233
	Algarve	8	436	253	7	225	130	7	225	130
	TOTAL	607	16 034	11 177	558	7 477	5 136	558	7 477	5 136

Mais de metade (53%) dos projetos aprovados até 2021 encontravam-se, à data, encerrados, ainda que estes correspondam, quase na sua totalidade, a projetos

transitados. No seu total, os 323 projetos encerrados representam uma despesa pública de 1.042 mil euros.

Considerando a despesa pública libertada e a aprovada dos projetos encerrados, verifica-se que a taxa de subexecução da M02 se situa nos 27%.

Quadro 46: M02 – Distribuição regional dos projetos encerrados e valor libertado (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Projetos encerrados (inclui transitados)			Valor libertado (inclui transitados)		Tx sub- execução
		Nº	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER	Desp. pública
		[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]=([4])/([2]+[4])
2.2.1	Norte	240	221	220	67	53	23%
	Centro	29	21	21	14	11	41%
	Lisboa						
	Alentejo	12	10	10	4	3	29%
	Algarve						
	Subtotal	281	252	251	85	67	25%
2.2.2	Norte	28	522	479	179	141	26%
	Centro	8	192	156	48	38	20%
	Lisboa	3	55	54	53	26	49%
	Alentejo	2	6	6	2	2	27%
	Algarve						
	Subtotal	41	775	696	283	207	27%
2.2.3	Norte						
	Centro						
	Lisboa						
	Alentejo	1	15	12	11	8	42%
	Algarve						
	Subtotal	1	15	12	11	8	42%
M02	Norte	268	743	699	246	194	25%
	Centro	37	212	177	63	49	23%
	Lisboa	3	55	54	53	26	49%
	Alentejo	15	32	29	17	13	35%
	Algarve						
	TOTAL	323	1 042	958	379	282	27%

Esta Medida encerrou o ano com um total de compromissos de 16.212 mil euros de despesa pública e 11.318 mil euros de FEADER.

5.3 MEDIDA 04. INVESTIMENTOS EM ATIVOS FÍSICOS

Enquadramento

A Medida COM - Investimentos em ativos físicos (M04) subdivide-se em 4 Submedidas materializadas no PDR2020 através de 13 Operações, 3 das quais alusivas ao instrumento financeiro do PDR2020²² que, pela sua particularidade de operacionalização, é alvo de análise isolada:

Submedida COM 4.1

- Operação 3.1.2. Investimento de jovens agricultores na exploração agrícola
- Operação 3.1.3. Investimento de jovens agricultores na exploração agrícola apoiado por um instrumento financeiro
- Operação 3.2.1. Investimento na exploração agrícola
- Operação 3.2.2. Pequeno investimento na exploração agrícola
- Operação 3.2.3. Investimentos em explorações agrícolas apoiados por um instrumento financeiro

Submedida COM 4.2

- Operação 3.3.1. Investimento, transformação e comercialização de produtos agrícolas
- Operação 3.3.2. Pequeno investimento em transformação e comercialização de produtos agrícolas
- Operação 3.3.3. Pequeno investimento em transformação e comercialização de produtos agrícolas apoiado por um instrumento financeiro
- Operação 4.0.1. Investimentos em produtos florestais identificados como agrícolas no Anexo I do Tratado

²² O acesso ao instrumento financeiro do PDR2020 é feito mediante 3 tipologias de investimento - (i) Operação 3.1.3 - Investimentos nas explorações agrícolas – jovens agricultores; (ii) Operação 3.2.3 - Investimentos nas explorações agrícolas – outros; e (iii) Operação 3.3.3 - Investimentos na agroindústria – e operacionalizado no país por 4 instituições financeiras, num processo global conduzido pelo FEI/ Grupo BEI. Assumindo contornos distintos de operacionalização e monitorização no quadro do PDR2020, o ponto de situação destas 3 operações é exposto no ANEXO VI

Submedida COM 4.3

- Operação 3.4.1. Desenvolvimento do regadio eficiente
- Operação 3.4.2. Melhoria da eficiência dos regadios existentes
- Operação 3.4.3. Drenagem e estruturação fundiária

Submedida COM 4.4

- Operação 7.11.1. Investimentos não produtivos

No âmbito da Decisão C(2021) 6714 de 10 de setembro, esta Medida tem uma dotação de 1.810.124 mil euros de despesa pública e 1.483.850 mil euros de FEADER.

No quadro seguinte é apresentada a síntese da operacionalização da M04 reportada ao ano de 2021.

Quadro 47: M04 – Taxas de compromisso e de execução

Un.: mil euros

Código OP/COM	Programação		Taxa de compromisso (Inclui transitados)		Taxa de execução (Inclui transitados)	
	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER
4.1	1 125 113	934 504	87%	87%	55%	56%
Dos quais Next Generation	131 704	131 704	35%	35%	0,2%	0,2%
4.2	270 115	221 840	77%	79%	60%	62%
Dos quais Next Generation	15 000	15 000	51%	32%		
4.3	384 818	302 068	96%	96%	43%	44%
4.4	30 211	25 437	62%	65%	61%	64%
Total M04	1 810 257	1 483 850	87%	87%	53%	54%
Dos quais Next Generation	146 704	146 704	85%	67%	0,2%	0,2%

A M04 termina 2021 com uma taxa de compromissos de 87%, com um total de 20.213 candidaturas aprovadas. Relativamente à taxa de execução ela cifra-se em 53%, o que se traduz num montante de pagamentos aos beneficiários de 965.868 mil euros de despesa pública. Uma verba para a qual os projetos *Next Generation* ainda só contribuíram, neste ano, com 221 mil euros.

5.3.1 Submedida 4.1. Apoio a investimentos em explorações agrícolas

No quadro seguinte é apresentada a síntese da operacionalização da Submedida 4.1 reportada ao ano de 2021.

Quadro 48: M04/4.1 – Taxas de compromisso e de execução

Un.: mil euros

Código OP/COM	Programação		Taxa de compromisso (inclui transitados)		Taxa de execução (inclui transitados)	
	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER
3.1.2	168 190	130 113	79%	79%	13%	13%
Dos quais Next Generation	10 000	10 000				
3.1.3	7 461	6 900	100%	100%	25%	25%
3.2.1	855 488	712 580	89%	88%	66%	66%
Dos quais Next Generation	86 704	86 704	4%	4%		
3.2.2	88 541	79 911	86%	88%	35%	33%
Dos quais Next Generation	45 000	45 000	94%	94%	0,5%	0,5%
3.2.3	5 434	5 000	100%	100%	25%	25%
Total M04.1	1 125 113	934 504	87%	87%	55%	56%
Dos quais Next Generation	141 704	141 704	32%	32%	0,2%	0,2%

A Submedida 4.1 encerra 2021 com uma taxa de compromissos de 87%, com um total de 18.037 candidaturas aprovadas. A taxa de execução cifra-se em 55%, o que se traduz num montante de pagamentos aos beneficiários de 619.183 mil euros de despesa pública.

Em resultado das dotações adicionais provenientes do pacote de apoios *Next Generation*, a Submedida 4.1 acolhe mais 141.704 mil euros de despesa pública programada relativamente a 2020.

O ponto de situação das Operações 3.1.3 e 3.2.3, por se afigurarem apoios através de um instrumento financeiro, assumindo por isso contornos distintos de operacionalização e monitorização no quadro do PDR2020, encontra-se exposto no ANEXO VI.

Implementação da Submedida 4.1

a) Novos anúncios de apresentação de candidaturas

Foi colocado a concurso um montante de 216.500 mil euros no âmbito de 9 anúncios da Submedida 4.1, lançados no decorrer do ano de 2021. Mais de metade

dessa verba (52%) respeitou a avisos do pacote *Next Generation*, direcionados ao apoio de investimentos específicos, nomeadamente:

- Em territórios com maior suscetibilidade e perigosidade de incêndio rural;
- Na instalação de redes anti granizo em pomares de pomóideas e prunóideas;
- Na valorização agrícola, armazenamento e tratamento de efluentes pecuários;
- Na renovação do parque de tratores agrícolas;
- Na instalação de painéis fotovoltaicos.

Quadro 49: M04/4.1 – Abertura de anúncios em 2021

Anúncio	Dotação do anúncio	Data de início	Data de fim
PDR2020-312-006	20 000	31/12/2021	11/03/2022
PDR2020-312-007	22 000	31/12/2021	11/03/2022
PDR2020-321-023	17 500	23/04/2021	23/07/2021
PDR2020-321-024	20 000	09/06/2021	20/09/2021
PDR2020-321-025	12 000	09/07/2021	17/09/2021
PDR2020-321-026	5 000	27/08/2021	19/11/2021
PDR2020-321-027	65 000	03/12/2021	03/02/2022
PDR2020-322-010	35 000	30/03/2021	31/05/2021
PDR2020-322-011	20 000	14/05/2021	14/07/2021
Total	216 500		
Dos quais Next Generation	112 500		

b) Seleção, decisão e caracterização de candidaturas

Em 2021, apresentaram-se junto da Submedida em observação 10.372 candidaturas (89% das quais *Next Generation*), encerrando um investimento proposto de 540.272 mil euros, 64% dos quais em sede de *Next Generation*.

As decisões tomadas em 2021 contemplaram, favoravelmente, 2.676 candidaturas (74% das quais *Next Generation*). Ainda nesse ano, foram analisadas 6.119 candidaturas (48% das quais *Next Generation*), sendo muitas delas relativas a análises de pedidos de alteração de projetos outrora aprovados.

Das 33.454 candidaturas submetidas à Submedida 4.1 até ao final de 2021, 69% das quais do Norte e Centro do país, 80% encontram-se analisadas e 73% decididas, com uma taxa de aprovação de 55%. Duas das 3 operações em análise (Operações 3.1.2 e 3.2.1) acolheram 5.323 candidaturas decididas favoravelmente, que não prosseguiram por falta de dotação.

Quadro 50: M04/4.1 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas			
		Nº	Invest. proposto	Nº	Invest. proposto	Não aprovadas		Aprovadas	
						Nº	Invest. proposto	Nº	Invest. proposto
3.1.2	Norte	2 329	453 185	2 321	451 173	410	82 097	703	147 807
	Centro	1 383	349 527	1 378	347 914	233	53 721	404	114 502
	Lisboa	83	18 656	83	18 656	12	2 004	20	4 536
	Alentejo	839	249 576	833	247 968	128	43 561	305	82 720
	Algarve	187	41 317	187	41 317	26	4 746	35	10 068
	Subtotal	4 821	1 112 260	4 802	1 107 027	809	186 129	1 467	359 632
3.2.1 - JA	Norte	3 174	661 954	3 174	661 954	821	166 414	1 183	251 837
	Centro	1 875	499 772	1 875	499 772	449	97 170	660	181 279
	Lisboa	161	43 901	161	43 901	45	10 207	60	19 311
	Alentejo	1 310	467 146	1 310	467 146	238	71 555	631	241 575
	Algarve	291	71 823	291	71 823	68	17 166	89	23 287
	Subtotal	6 811	1 744 595	6 811	1 744 595	1 621	362 513	2 623	717 291
3.2.1 - NJA	Norte	2 248	406 998	1 987	379 735	568	102 762	784	162 259
	Centro	1 893	751 349	1 771	719 632	385	320 242	804	238 437
	Lisboa	249	82 209	231	77 255	64	13 108	92	38 008
	Alentejo	3 027	1 167 288	2 907	1 132 989	509	175 903	1 466	539 694
	Algarve	279	87 167	266	86 046	58	15 559	104	35 527
	Subtotal	7 696	2 495 012	7 162	2 395 656	1 584	627 575	3 250	1 013 926
3.2.2	Norte	5 915	161 150	3 446	87 427	884	19 198	2 394	65 247
	Centro	4 195	111 442	1 982	49 374	457	10 544	1 455	36 885
	Lisboa	158	5 517	91	2 541	26	1 003	62	1 438
	Alentejo	3 487	110 406	2 327	55 162	351	10 591	1 913	42 288
	Algarve	371	10 581	201	5 326	34	814	161	4 355
	Subtotal	14 126	399 096	8 047	199 831	1 752	42 150	5 985	150 214
M04.1	Norte	13 666	1 683 287	10 928	1 580 289	2 683	370 473	5 064	627 150
	Centro	9 346	1 712 090	7 006	1 616 692	1 524	481 677	3 323	571 103
	Lisboa	651	150 283	566	142 352	147	26 321	234	63 294
	Alentejo	8 663	1 994 416	7 377	1 903 266	1 226	301 611	4 315	906 277
	Algarve	1 128	210 888	945	204 512	186	38 285	389	73 238
	Total	33 454	5 750 963	26 822	5 447 110	5 766	1 218 366	13 325	2 241 062

A distribuição regional das candidaturas aprovadas aponta para uma predominância da região do Norte no que respeita ao número de projetos aprovados (38% do total) e da região do Alentejo no que concerne a investimento (40% do total do investimento proposto), embora ambas acumulem 70% e 68% dessas importâncias, respetivamente.

Lisboa e Algarve são aqui as regiões menos representativas. Em conjunto compreendem 5% dos projetos aprovados e 6% do total de investimento proposto no universo da Submedida 4.1.

Quadro 51: M04/4.1 – Distribuição regional dos projetos aprovados (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Projetos aprovados				
		Nº	Invest. proposto	Invest. elegível	Desp. pública	FEADER
3.1.2	Norte	703	147 807	111 333	55 134	43 447
	Centro	404	114 502	84 098	40 840	32 139
	Lisboa	20	4 536	3 302	1 402	673
	Alentejo	305	82 720	64 790	31 342	24 686
	Algarve	35	10 068	7 337	3 486	2 022
	Subtotal	1 467	359 632	270 860	132 203	102 967
3.2.1 - JA	Norte	1 183	251 837	175 706	97 371	78 719
	Centro	660	181 279	133 070	73 592	60 174
	Lisboa	60	19 311	14 186	7 094	3 930
	Alentejo	631	241 575	184 835	104 221	85 408
	Algarve	89	23 287	15 538	7 731	4 988
	Subtotal	2 623	717 291	523 336	290 009	233 218
3.2.1 - NJA	Norte	784	162 259	125 663	55 073	44 124
	Centro	804	238 437	181 198	75 255	60 812
	Lisboa	92	38 008	26 548	9 900	5 750
	Alentejo	1 466	539 694	410 969	166 778	134 973
	Algarve	104	35 527	25 990	9 895	6 290
	Subtotal	3 250	1 013 926	770 369	316 902	251 949
3.2.2	Norte	2 394	65 247	56 896	35 200	33 386
	Centro	1 455	36 885	31 672	19 232	18 175
	Lisboa	62	1 438	964	397	210
	Alentejo	1 913	42 288	32 887	17 117	14 760
	Algarve	161	4 355	3 562	2 012	1 692
	Subtotal	5 985	150 214	125 981	73 957	68 223
M04.1	Norte	5 064	627 150	469 599	242 778	199 676
	Centro	3 323	571 103	430 038	208 919	171 300
	Lisboa	234	63 294	45 000	18 793	10 563
	Alentejo	4 315	906 277	693 481	319 458	259 827
	Algarve	389	73 238	52 428	23 124	14 991
	Total	13 325	2 241 062	1 690 546	813 072	656 357

Atendendo às aprovações por operação, observa-se uma predominância da Operação 3.2.2, no que respeita ao número de projetos aprovados, concentrando 45% do seu total, e da Operação 3.2.1 (componente não jovem), no que concerne a investimento (45% do total do investimento proposto). Por sua vez, essa importância somada à vertente jovem dessa Operação totaliza 77%.

A região do Norte sobressai por aí se localizarem mais de metade dos projetos aprovados (56%) no âmbito da componente *Next Generation* desta Submedida. O mesmo se verifica no domínio do investimento (53%). Para tal, muito contribuíram os avisos *Next Generation* da Operação 3.2.2 e, em especial, o relativo à “Renovação do parque de tratores agrícolas”

Quadro 52: M04/4.1 – Tipologia de beneficiário dos projetos aprovados (acumulado)

Código OP/COM	Tipologia de beneficiário	Acumulado		
		Nº	Despesa Pública	
			Mil euros	%
3.1.2	Produtor Individual	1 061	75 276	57%
	Sociedades	405	56 871	43%
	Outras	1	56	0,04%
	Subtotal	1 467	132 203	100%
3.2.1 - JA	Produtor Individual	1 699	119 817	41%
	Sociedades	924	170 192	59%
	Outras			
	Subtotal	2 623	290 009	100%
3.2.1 - NJA	Produtor Individual	1 091	59 946	19%
	Sociedades	2 084	249 033	79%
	Outras	75	7 923	3%
	Subtotal	3 250	316 902	100%
3.2.2	Produtor Individual	4 218	51 951	70%
	Sociedades	1 583	20 150	27%
	Outras	184	1 857	3%
	Subtotal	5 985	73 957	100%
M04.1	Produtor Individual	8 069	306 990	38%
	Sociedades	4 996	496 246	61%
	Outras	260	9 836	1%
	Total	13 325	813 072	100%

Mais de 60% da despesa pública aprovada da Submedida 4.1 está associada a projetos submetidos por *sociedades agrícolas* do país. Esta importância é sobretudo relevante (79%) junto da Operação 3.2.1 (componente não jovem).

Por sua vez, uma fatia razoável (38%) de beneficiários são *produtores individuais* que exercem atividade agrícola. Essa importância sobe consideravelmente junto da Operação 3.2.2 (70%).

No quadro seguinte, verifica-se que cerca de metade, ou mais, da despesa pública aprovada se destina a apoiar investimentos em *edifícios e outras construções e plantações temporárias/investimentos* nas Operações 3.1.2 e 3.2.1. Já na Operação 3.2.2 sobressaem as *máquinas* (54%) e, num patamar inferior, os *equipamentos – gerais* (26%).

Quadro 53: M04/4.1 – Distribuição regional da despesa pública dos projetos aprovados, por rubrica de investimento (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Rubrica de investimento	Região					Continente
		Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	
3.1.2	Animais	10	3	-	1	2	15
	Edifícios e outras construções	13 035	14 287	207	4 518	1 070	33 116
	Equipamento - Agricultura de precisão	2 706	2 757	25	309	92	5 890
	Equipamento - Geral	6 200	5 925	212	3 887	419	16 643
	Equipamento - Pecuária	2 689	1 863	6	655	107	5 319
	Equipamento - Regadio	5 709	3 445	299	5 636	443	15 533
	Imateriais	894	596	23	428	58	1 999
	Máquinas	7 528	3 714	219	4 971	324	16 756
	Plantações Temporárias	11	154	52	123	2	342
	Plantações - Investimentos	16 351	8 096	359	10 814	969	36 589
	Total DP regional (%)	42%	31%	1%	24%	3%	100%
	Total DP regional (mil euros)	55 134	40 840	1 402	31 342	3 486	132 203
3.2.1 - JA	Animais	54	44	-	10	2	110
	Edifícios e outras construções	25 680	24 835	2 935	19 771	1 974	75 195
	Equipamento - Agricultura de precisão	1 649	869	1	704	29	3 252
	Equipamento - Geral	12 616	12 030	996	11 842	864	38 348
	Equipamento - Pecuária	4 699	5 811	320	2 562	438	13 831
	Equipamento - Regadio	9 621	6 882	763	17 865	1 297	36 428
	Imateriais	2 529	1 929	189	1 908	213	6 769
	Máquinas	12 266	7 535	880	18 168	662	39 510
	Plantações Temporárias	15	10	-	87	-	112
	Plantações - Investimentos	28 242	13 647	1 008	31 304	2 252	76 454
	Total DP regional (%)	34%	25%	2%	36%	3%	100%
	Total DP regional (mil euros)	97 371	73 592	7 094	104 221	7 731	290 009
3.2.1 - NJA	Animais	1	-	-	-	-	1
	Edifícios e outras construções	12 704	21 941	2 650	32 561	2 745	72 602
	Equipamento - Agricultura de precisão	2 759	2 824	351	2 827	136	8 898
	Equipamento - Geral	8 290	12 641	1 702	21 320	1 520	45 473
	Equipamento - Pecuária	3 015	6 523	480	4 508	19	14 546
	Equipamento - Regadio	6 841	6 360	1 279	29 854	1 560	45 894
	Imateriais	847	999	145	2 377	179	4 548
	Máquinas	7 693	9 152	2 480	30 682	789	50 797
	Plantações Temporárias	23	259	19	275	-	577
	Plantações - Investimentos	12 900	14 555	793	42 372	2 947	73 567
	Total DP regional (%)	17%	24%	3%	53%	3%	100%
	Total DP regional (mil euros)	55 073	75 255	9 900	166 778	9 895	316 902
3.2.2	Animais	-	-	-	-	-	-
	Edifícios e outras construções	1 754	1 332	108	3 628	173	6 995
	Equipamento - Agricultura de precisão	15	20	-	38	2	74
	Equipamento - Geral	4 174	5 690	117	8 886	692	19 558
	Equipamento - Pecuária	623	184	9	175	40	1 031
	Equipamento - Regadio	819	388	96	2 181	165	3 649
	Imateriais	86	44	4	181	12	326
	Máquinas	26 032	11 060	40	1 795	798	39 725
	Plantações Temporárias	3	-	-	-	-	3
	Plantações - Investimentos	1 694	515	22	233	130	2 596
	Total DP regional (%)	48%	26%	1%	23%	3%	100%
	Total DP regional (mil euros)	35 200	19 232	397	17 117	2 012	73 957
M04.1	Total DP (mil euros)	242 778	208 919	18 793	319 458	23 124	813 072

Em termos de setores agrícolas predomina a *fruticultura* (34%), seguida da *olivicultura* (15%) e da *bovinicultura* (13%), por ordem decrescente de importância e no que respeita à importância da despesa pública aprovada no universo da Submedida observada.

O próximo quadro tem em conta, pela primeira vez, os 4.712 projetos aprovados no anterior período de programação (PRODER) e que, ao abrigo do Regulamento nº 1310/2013, de 17 de dezembro, transitaram para as Operações 3.2.1 e 3.2.2, integrando a prioridade P2A e representando um total de 183.834 mil euros de despesa pública.

Em conjunto com as 13.325 aprovações no quadro do PDR2020, perfazem 18.037 projetos aprovados, a que corresponde uma despesa pública de 996.906 mil euros e um FEADER de 821.789 mil euros.

Quadro 54: M04/4.1 – Distribuição por prioridade dos projetos aprovados, incluindo transitados (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP	Prioridade/ Domínio	Projetos aprovados (inclui transitados)			
		Nº	Invest. elegível	Desp. pública	FEADER
3.1.2	P2A	1 467	270 860	132 203	102 967
	Subtotal	1 467	270 860	132 203	102 967
3.2.1	P2A	8 670	1 104 556	600 728	496 432
	P4B	107	28 898	15 148	12 253
	P4C	462	126 972	69 800	56 831
	P5A	343	102 434	47 743	38 296
	P5B	170	68 344	33 816	27 499
	P5C	177	42 289	19 465	15 485
	Subtotal	9 929	1 473 492	786 699	646 796
3.2.2	P2A	6 641	130 028	78 004	72 026
	Subtotal	6 641	130 028	78 004	72 026
Total M04.1		18 037	1 874 380	996 906	821 789

A prioridade/domínio de intervenção do desenvolvimento rural mais representativa em 2021 foi a P2A - *Melhoria do desempenho económico das explorações agrícolas e facilitação da reestruturação e modernização das explorações agrícola* para as 3 Operações em causa, tanto no que respeita à despesa pública aprovada (81% da M04/4.1), como ao número de projetos aprovados (93% da M04/4.1).

c) Execução financeira

No final de 2021 registaram-se 14.742 projetos com execução iniciada, representando 85% do universo dos projetos contratados até então – 17.272 no total (dos quais 1.459 dos 1.972 projetos aprovados no âmbito dos recursos adicionais *Next Generation*).

Foram efetuados pagamentos no montante de 615.959 mil euros de despesa pública, com uma comparticipação FEADER de 516.169 mil euros. Estes pagamentos representam uma taxa de execução de 56% de fundo pago, face ao programado.

A execução financeira no ano de 2021 compreendeu 72.262 mil euros de despesa pública paga a 3.157 projetos, maioritariamente (72%) das regiões do Norte e do Alentejo. Em termos acumulados, isto é, até ao final do ano de 2021, verifica-se como predominante a região do Norte em número de projetos pagos (37%) e a região do Alentejo no que respeita a despesa pública paga (38%).

Quadro 55: M04/4.1 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Projetos contratados (inclui transitados)			Projetos C/Execução Iniciada (inclui transitados)			Total pago (inclui transitados)		
		Nº	Desp. pública	FEADER	Nº	Desp. pública	FEADER	Nº	Desp. pública	FEADER
3.1.2	Norte	561	43 362	34 229	333	7 430	5 846	333	7 430	5 846
	Centro	342	31 603	24 921	187	6 127	4 816	189	6 249	4 914
	Lisboa	14	1 024	492	10	405	194	10	405	194
	Alentejo	260	26 484	20 898	159	6 799	5 342	160	6 890	5 414
	Algarve	25	2 382	1 381	8	447	259	8	447	259
	Subtotal	1 202	104 855	81 921	697	21 208	16 458	700	21 421	16 626
3.2.1	Norte	3 693	217 584	182 025	3 549	153 434	131 399	3 567	153 750	131 661
	Centro	2 669	206 611	172 847	2 534	150 655	128 706	2 548	150 734	128 772
	Lisboa	409	32 710	22 663	406	25 034	18 426	406	25 034	18 426
	Alentejo	2 682	302 107	249 592	2 498	214 180	180 314	2 502	214 307	180 422
	Algarve	406	25 800	17 797	389	19 446	13 897	389	19 446	13 897
	Subtotal	9 859	784 813	644 923	9 376	562 749	472 743	9 412	563 270	473 178
3.2.2	Norte	2 508	33 709	31 750	1 604	11 445	9 836	1 611	11 458	9 847
	Centro	1 493	17 630	16 512	1 050	7 173	6 167	1 050	7 173	6 167
	Lisboa	88	509	307	86	422	265	86	422	265
	Alentejo	1 957	16 230	13 797	1 811	11 481	9 609	1 813	11 488	9 615
	Algarve	165	1 883	1 549	118	727	471	118	727	471
	Subtotal	6 211	69 961	63 915	4 669	31 249	26 348	4 678	31 268	26 365
M04.1	Norte	6 762	294 655	248 004	5 486	172 309	147 081	5 511	172 638	147 353
	Centro	4 504	255 844	214 280	3 771	163 955	139 690	3 787	164 155	139 853
	Lisboa	511	34 244	23 461	502	25 861	18 886	502	25 861	18 886
	Alentejo	4 899	344 821	284 287	4 468	232 461	195 266	4 475	232 685	195 451
	Algarve	596	30 064	20 727	515	20 620	14 627	515	20 620	14 627
	TOTAL	17 272	959 628	790 760	14 742	615 206	515 549	14 790	615 959	516 169

Mais de $\frac{3}{5}$ dos projetos aprovados até 2021 encontravam-se, à data, encerrados, ainda que 43% destes correspondam a projetos transitados. No seu total, os

10.889 projetos encerrados representam uma despesa pública de 447.102 mil euros. No final do ano existia apenas um projeto *Next Generation* encerrado.

Quadro 56: M04/4.1 – Distribuição regional dos projetos encerrados e valor libertado (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Projetos Encerrados (inclui transitados)			Valor Libertado (inclui transitados)		Tx Sub- execução
		Nº	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER	Desp. pública
		[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]-[4]/([2]+[4])
3.1.2	Norte	7	315	249	7	6	2%
	Centro	5	394	308	11	9	3%
	Lisboa	1	258	124	28	13	10%
	Alentejo	15	1 303	1 023	82	65	6%
	Algarve						
	Subtotal	28	2 270	1 704	129	93	5%
3.2.1	Norte	2 588	116 163	101 112	16 751	13 171	13%
	Centro	1 879	111 463	96 785	22 429	17 551	17%
	Lisboa	327	19 638	15 215	4 218	2 064	18%
	Alentejo	1 698	153 655	130 792	21 299	16 729	12%
	Algarve	315	15 391	11 174	5 063	2 970	25%
	Subtotal	6 807	416 310	355 078	69 759	52 485	14%
3.2.2	Norte	1 417	10 424	8 972	832	656	7%
	Centro	986	6 824	5 867	469	370	6%
	Lisboa	79	400	253	58	28	13%
	Alentejo	1 477	10 243	8 602	869	686	8%
	Algarve	95	631	412	73	42	10%
	Subtotal	4 054	28 523	24 107	2 300	1 782	7%
M04.1	Norte	4 012	126 902	110 333	17 590	13 832	12%
	Centro	2 870	118 682	102 961	22 909	17 930	16%
	Lisboa	407	20 296	15 592	4 304	2 105	17%
	Alentejo	3 190	165 202	140 418	22 250	17 480	12%
	Algarve	410	16 022	11 586	5 135	3 012	24%
	TOTAL	10 889	447 102	380 889	72 188	54 360	14%

Considerando a despesa pública libertada e a aprovada dos projetos encerrados, conforme quadro acima, verifica-se que a taxa de subexecução da Submedida 4.1 se situa nos 14%.

Esta Submedida encerrou o ano com um total de compromissos de 967.358 mil euros de despesa pública e 799.152 mil euros de FEADER.

5.3.2 Submedida 4.2. Apoio a investimentos na transformação/comercialização e/ou no desenvolvimento de produtos agrícolas

No quadro seguinte é apresentada a síntese da operacionalização da Submedida 4.2 reportada ao ano de 2021.

Quadro 57: M04/4.2 – Taxas de compromisso e de execução

Un.: mil euros

Código OP/COM	Programação		Taxa de compromisso (inclui transitados)		Taxa de execução (inclui transitados)	
	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER
3.3.1	233 054	188 285	80%	83%	65%	68%
3.3.2	23 816	21 956	44%	43%	22%	20%
Dos quais Next Generation	15 000	15 000	51%	32%		
3.3.3	7 172	6 625	100%	100%	25%	25%
4.0.1	6 073	4 974	75%	79%	72%	75%
Total M04.2	270 115	221 840	77%	79%	60%	62%
Dos quais Next Generation	15 000	15 000	51%	32%		

A Submedida 4.2 encerra 2021 com uma taxa de compromissos de despesa pública de 77%, com 904 candidaturas aprovadas, e com uma taxa de execução de 60%, que corresponde a um montante de pagamentos aos beneficiários de 162.921 mil euros de despesa pública.

Em resultado das dotações adicionais provenientes do Regime Transitório e do pacote de apoios *Next Generation*, a Submedida 4.2 acolhe mais 63.494 mil euros de despesa pública programada (e mais 52.201 mil euros de FEADER programado) relativamente a 2020.

A subida generalizada da dotação programada explica as menores taxas de compromisso e de execução face a 2020, não obstante a variação positiva dos pagamentos às 3 Operações em análise.

Releve-se a Operação 3.3.2 que em 2020 tinha menos de ¼ da dotação que tem em 2021. Neste ano, a Operação acolheu verbas do pacote *Next Generation* no valor de 15.000 mil euros, totalizando 23.816 mil euros de despesa pública programada.

O ponto de situação da Operação 3.3.3, por ser um apoio através de um instrumento financeiro, assumindo por isso contornos distintos de

operacionalização e monitorização no quadro do PDR2020, encontra-se exposto no ANEXO VI.

Implementação da Submedida 4.2

a) Novos anúncios de apresentação de candidaturas

Foi colocada a concurso uma verba de 56.500 mil euros no âmbito de 4 anúncios, lançados no decorrer do ano de 2021, da Submedida 4.2.

Um deles é um aviso do pacote *Next Generation*, especificamente direcionado à instalação de painéis fotovoltaicos nas unidades agroindustriais do território continental do país, no âmbito da Operação 3.3.2, e que abarcou uma dotação orçamental de 10.000 mil euros.

Quadro 58: M04/4.2 – Abertura de anúncios em 2021

Anúncio	Dotação do anúncio	Data de início	Data de fim
PDR2020-331-008	40 000	19/11/2021	31/01/2022
PDR2020-332-003	10 000	02/06/2021	06/08/2021
PDR2020-332-004	1 500	09/09/2021	08/10/2021
PDR2020-401-004	5 000	30/12/2021	02/03/2022
TOTAL	56 500		

b) Seleção, decisão e caracterização de candidaturas

Em 2021, apresentaram-se junto da Submedida em observação 270 candidaturas (88% das quais *Next Generation*), encerrando um investimento proposto de 44.350 mil euros, 46% dos quais em sede de *Next Generation*.

As decisões tomadas em 2021 contemplaram, favoravelmente, 83 candidaturas (98% das quais *Next Generation*). Ainda nesse ano, foram analisadas 287 candidaturas (57% das quais *Next Generation*), sendo muitas delas relativas a análises de pedidos de alteração de projetos outrora aprovados.

Das 1.292 candidaturas entradas na Submedida 4.2. até ao final de 2021, 69% das quais do Norte e Centro do país, 92% encontram-se analisadas e 89% decididas, com uma taxa de aprovação de 55%. A Operação 3.3.1 acolheu 150

candidaturas decididas favoravelmente, que não prosseguiram por falta de dotação.

Quadro 59: M04/4.2 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas (acumulado)

Un: mil euros

Código OP/COM	Região	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas			
		Nº	Invest. proposto	Nº	Invest. proposto	Não aprovadas		Aprovadas	
						Nº	Invest. proposto	Nº	Invest. proposto
3.3.1	Norte	313	333 163	305	325 257	92	81 577	157	168 180
	Centro	268	318 513	256	309 389	58	79 476	151	184 020
	Lisboa	30	55 141	30	55 141	14	33 354	13	17 739
	Alentejo	221	313 805	214	307 342	58	77 605	117	161 919
	Algarve	17	12 681	17	12 681	5	3 404	7	5 420
	Subtotal	849	1 033 303	822	1 009 811	227	275 416	445	537 277
3.3.2	Norte	166	16 015	144	14 288	47	3 677	82	9 890
	Centro	143	15 138	123	13 290	55	4 575	54	7 469
	Lisboa	9	728	5	525	3	256	2	269
	Alentejo	91	11 421	64	8 711	21	1 935	36	5 836
	Algarve	10	726	6	461	2	121	4	340
	Subtotal	419	44 028	342	37 276	128	10 565	178	23 805
4.0.1	Norte	6	10 020	6	10 020	6	10 020		
	Centro	1	139	1	139			1	139
	Lisboa								
	Alentejo	14	14 519	14	14 519	8	5 140	6	9 379
	Algarve	3	792	3	792			3	792
	Subtotal	24	25 471	24	25 471	14	15 160	10	10 311
M04.2	Norte	485	359 198	455	349 565	145	95 274	239	178 070
	Centro	412	333 790	380	322 819	113	84 052	206	191 628
	Lisboa	39	55 870	35	55 667	17	33 610	15	18 009
	Alentejo	326	339 744	292	330 572	87	84 680	159	177 134
	Algarve	30	14 199	26	13 934	7	3 525	14	6 552
	Total	1 292	1 102 801	1 188	1 072 558	369	301 141	633	571 393

A distribuição regional das candidaturas aprovadas aponta para uma predominância da região do Norte no que respeita ao número de projetos aprovados (38% do total) e da região do Centro no que concerne a investimento (34% do total), embora ambas agreguem 70% e 65% dessas importâncias, respetivamente. Lisboa e Algarve são as regiões menos representativas.

Quadro 60: M04/4.2 – Distribuição regional dos projetos aprovados (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Projetos aprovados				
		Nº	Invest. proposto	Invest. elegível	Desp. pública	FEADER
3.3.1	Norte	157	168 180	121 235	39 108	31 897
	Centro	151	184 020	147 180	50 303	41 026
	Lisboa	13	17 739	15 490	3 777	1 932
	Alentejo	117	161 919	122 532	40 365	32 719
	Algarve	7	5 420	4 630	1 525	942
	Subtotal	445	537 277	411 067	135 078	108 517
3.3.2	Norte	82	9 890	9 087	4 857	4 481
	Centro	54	7 469	6 696	3 471	3 165
	Lisboa	2	269	233	82	40
	Alentejo	36	5 836	4 555	2 182	1 897
	Algarve	4	340	316	170	159
	Subtotal	178	23 805	20 888	10 761	9 742
4.0.1	Norte					
	Centro	1	139	101	51	40
	Lisboa					
	Alentejo	6	9 379	5 916	2 718	2 199
	Algarve	3	792	347	162	115
	Subtotal	10	10 311	6 365	2 931	2 354
M04.2	Norte	239	178 070	130 322	43 965	36 378
	Centro	206	191 628	153 977	53 825	44 231
	Lisboa	15	18 009	15 724	3 858	1 973
	Alentejo	159	177 134	133 003	45 265	36 814
	Algarve	14	6 552	5 293	1 857	1 216
	Total	633	571 393	438 319	148 770	120 612

A região do Norte destaca-se no contexto do anúncio *Next Generation*, por ser aí que se localizam mais de metade das unidades agroindustriais (53%) que viram a sua candidatura ser aprovada no âmbito do apoio à aquisição e instalação de painéis fotovoltaicos. O mesmo se verifica no domínio do investimento.

Mais de $\frac{3}{4}$ da despesa pública aprovada da Submedida 4.2. está associada a projetos submetidos por sociedades agrícolas (sob forma comercial) do país. Uma ínfima parte (4%) do número de beneficiários são produtores individuais e estes são nulos junto da Operação 4.0.1, uma vez que só podem beneficiar dos apoios aí previstos PME, organizações de produtores florestais (OPF) e organizações ou agrupamentos de comercialização de produtos da floresta (OCPF).

Quadro 61: M04/4.2 – Tipologia de beneficiário dos projetos aprovados (acumulado)

Código OP/COM	Tipologia de beneficiário	Acumulado		
		Nº	Despesa Pública	
			Mil euros	%
3.3.1	Produtor Individual	14	1 957	1%
	Sociedades	368	105 151	78%
	Outros	63	27 970	21%
	Subtotal	445	135 078	100%
3.3.2	Produtor Individual	13	449	4%
	Sociedades	148	9 211	86%
	Outros	17	1 102	10%
	Subtotal	178	10 761	100%
4.0.1	Produtor Individual			
	Sociedades	9	2 908	99%
	Outros	1	22	1%
	Subtotal	10	2 931	100%
M04.2	Produtor Individual	27	2 405	2%
	Sociedades	525	117 270	79%
	Outros	81	29 094	20%
	Total	633	148 770	100%

No quadro seguinte sobressai que a maior fatia da despesa pública aprovada, em cada uma das 3 Operações em análise, se destina a apoiar investimentos materiais (p.ex. aquisição de máquinas, veículos de transporte ou matérias-primas).

Quadro 62: M04/4.2 – Distribuição regional da despesa pública dos projetos aprovados, por rubrica de investimento (acumulado)

Código OP/COM	Rubrica de investimento	Região					Continente
		Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	
3.3.1	Imateriais	720	675	82	791	25	2 293
	Materiais	38 388	49 629	3 695	39 574	1 499	132 785
	Total regional (%)	29%	37%	3%	30%	1%	100%
	Total regional (mil euros)	39 108	50 303	3 777	40 365	1 525	135 078
3.3.2	Equipamento - Geral	2 596	1 597		474	140	4 807
	Imateriais	50	34	2	46	1	132
	Materiais	2 211	1 840	80	1 663	29	5 823
	Total regional (%)	45%	32%	1%	20%	2%	100%
	Total regional (mil euros)	4 857	3 471	82	2 182	170	10 761
4.0.1	Imateriais		4		66	5	75
	Infraestruturas				18		18
	Máquinas e equipamentos				2	23	24
	Materiais		47		2 633	134	2 814
	Total regional (%)		2%		93%	6%	100%
	Total regional (mil euros)		51		2 718	162	2 931
M04.2	Total DP (mil euros)	43 965	53 825	3 858	45 265	1 857	148 770

Un.: mil euros

Em termos de setores, verifica-se o predomínio do *vinho*, seguido do das *frutas e produtos hortícolas* e do *azeite*, por ordem decrescente de importância e no que respeita às operações de investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas. Já no que se refere à Operação 4.0.1, a *cortiça* prevalece relativamente à *pinha*.

O próximo quadro tem em conta, pela primeira vez, os 271 projetos aprovados no anterior período de programação (PRODER) e que, ao abrigo do Regulamento nº 1310/2013, de 17 de dezembro, transitaram para as Operações 3.3.1 e 4.0.1, integrando a prioridade P2A e representando um total de 57.015 mil euros de despesa pública. Em conjunto com as 633 aprovações no quadro do PDR2020, perfazem 904 projetos aprovados, a que corresponde uma despesa pública de 205.784 mil euros e um FEADER de 172.791 mil euros.

Quadro 63: M04/4.2 – Distribuição por prioridade dos projetos aprovados, incluindo transitados (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Prioridade/ Domínio	Projetos aprovados (inclui transitados)			
		Nº	Invest. elegível	Desp. pública	FEADER
3.3.1	P2A	626	376 528	156 660	131 583
	P3A	19	37 778	17 169	14 035
	P5B	35	28 575	8 243	6 672
	P5C	29	23 424	8 243	6 744
	Subtotal	709	466 304	190 315	159 033
3.3.2	P2A	178	20 888	10 761	9 742
	Subtotal	178	20 888	10 761	9 742
4.0.1	P2A	14	4 326	2 898	2 561
	P5B				
	P5C	3	3 816	1 810	1 454
	Subtotal	17	8 142	4 708	4 016
TOTAL M04.2		904	495 334	205 784	172 791

A prioridade/domínio de intervenção do desenvolvimento rural mais representativa, em 2021, foi a P2A - *Melhoria do desempenho económico das explorações agrícolas e facilitação da reestruturação e modernização das explorações agrícola* para as 3 Operações em causa, tanto no que respeita à despesa pública aprovada (83% da M04/4.2), como ao número de projetos aprovados (90% da M04/4.2).

c) Execução financeira

No final de 2021 existiam já 808 projetos com execução iniciada, representando 96% do universo dos projetos contratados até então – 844 no total (dos quais 15 dos 81 projetos aprovados em sede de *Next Generation*).

Registaram-se pagamentos no montante de 161.128 mil euros de despesa pública, com uma comparticipação FEADER de 136.674 mil euros. Estes pagamentos representam uma taxa de execução de 64% de fundo pago, face ao programado.

A execução financeira do ano 2021 compreendeu 11.488 mil euros de despesa pública paga a 165 projetos, maioritariamente (67%) das regiões do Norte e Centro do país. Em termos acumulados, isto é, até ao final do ano de 2021, temos como predominante a região do Norte em número de projetos pagos (34%) e a região do Centro no que respeita a despesa pública paga (37%).

Quadro 64: M04/4.2 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos (acumulado)

Un: mil euros

Código OP/COM	Região	Projetos contratados (inclui transitados)			Projetos C/ Execução Iniciada (inclui transitados)			Total pago (inclui transitados)		
		Nº	Desp. pública	FEADER	Nº	Desp. pública	FEADER	Nº	Desp. pública	FEADER
3.3.1	Norte	242	54 118	45 457	235	43 348	36 967	235	43 348	36 967
	Centro	246	71 385	60 551	242	58 465	50 353	243	58 465	50 353
	Lisboa	30	6 131	4 217	31	6 007	4 156	31	6 007	4 156
	Alentejo	176	56 227	47 149	168	41 421	35 459	169	41 451	35 484
	Algarve	17	2 374	1 631	17	2 132	1 491	17	2 132	1 491
	Subtotal	711	190 235	159 004	693	151 373	128 426	695	151 403	128 451
3.3.2	Norte	43	2 410	2 031	38	2 025	1 699	38	2 025	1 699
	Centro	39	2 626	2 320	29	1 654	1 399	29	1 654	1 399
	Lisboa	2	82	40	2	70	35	2	70	35
	Alentejo	27	1 816	1 531	26	1 576	1 318	26	1 576	1 318
	Algarve	3	168	145	2	33	21	2	33	21
	Subtotal	114	7 102	6 068	97	5 358	4 472	97	5 358	4 472
4.0.1	Norte	4	1 092	1 049	4	1 092	1 049	4	1 092	1 049
	Centro	1	51	40	1	47	37	1	47	37
	Lisboa									
	Alentejo	10	3 564	2 940	9	3 086	2 561	9	3 086	2 561
	Algarve	4	165	117	4	142	104	4	142	104
	Subtotal	19	4 872	4 146	18	4 367	3 751	18	4 367	3 751
M04.2	Norte	289	57 620	48 537	277	46 465	39 715	277	46 465	39 715
	Centro	286	74 062	62 911	272	60 166	51 789	273	60 166	51 789
	Lisboa	32	6 213	4 257	33	6 077	4 191	33	6 077	4 191
	Alentejo	213	61 607	51 620	203	46 083	39 338	204	46 112	39 363
	Algarve	24	2 707	1 893	23	2 307	1 616	23	2 307	1 616
	TOTAL	844	202 209	169 219	808	161 098	136 649	810	161 128	136 674

Mais de $\frac{3}{5}$ dos projetos aprovados até 2021 encontravam-se encerrados, ainda que 48% destes correspondam a projetos transitados encerrados. No seu total, os 564 projetos encerrados representam uma despesa pública encerrada de 127.916 mil euros.

**Quadro 65: M04/4.2 – Distribuição regional dos projetos encerrados e valor libertado
(acumulado)**

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Projetos Encerrados (inclui transitados)			Valor Libertado (inclui transitados)		Tx Sub- execução
		Nº	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER	Desp. pública
		[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]=[4]/([2]+[4])
3.3.1	Norte	152	35 502	30 579	3 585	2 823	9%
	Centro	165	46 840	40 918	4 697	3 707	9%
	Lisboa	23	4 120	2 734	605	291	13%
	Alentejo	107	30 927	26 867	5 683	4 485	16%
	Algarve	14	1 493	1 095	699	405	32%
	Subtotal	461	118 883	102 192	15 269	11 712	11%
3.3.2	Norte	36	1 984	1 664	131	103	6%
	Centro	27	1 559	1 318	135	103	8%
	Lisboa	1	26	14	0	0	1%
	Alentejo	25	1 525	1 275	120	95	7%
	Algarve	1	30	19			
	Subtotal	90	5 123	4 290	386	301	7%
4.0.1	Norte	4	1 092	1 049	181	143	14%
	Centro	1	47	37	4	2	7%
	Lisboa						
	Alentejo	5	2 634	2 206	758	599	22%
	Algarve	3	136	100	27	16	16%
	Subtotal	13	3 910	3 392	969	760	20%
M04.2	Norte	192	38 578	33 293	3 897	3 069	9%
	Centro	193	48 446	42 273	4 835	3 813	9%
	Lisboa	24	4 146	2 747	605	292	13%
	Alentejo	137	35 086	30 347	6 561	5 178	16%
	Algarve	18	1 659	1 214	725	421	30%
	TOTAL	564	127 916	109 874	16 624	12 773	12%

Considerando a despesa pública libertada e a aprovada dos projetos encerrados patentes no quadro acima, verifica-se que a taxa de subexecução da Submedida 4.2. se situa nos 12%.

Assim, esta Submedida encerrou o ano com um total de compromissos de 201.398 mil euros de despesa pública e 169.402 mil euros de FEADER.

5.3.3 Submedida 4.3. Apoio a investimentos em infraestruturas relacionadas com o desenvolvimento, a modernização ou a adaptação da agricultura e silvicultura

No quadro seguinte é apresentada a síntese da operacionalização da Submedida 4.3 reportada ao ano de 2021.

Quadro 66: M04/4.3 – Taxas de compromisso e de execução

Un.: mil euros

Código OP/COM	Programação		Taxa de compromisso (inclui transitados)		Taxa de execução (inclui transitados)	
	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER
3.4.1	146 008	112 326	87%	89%	43%	45%
3.4.2	217 187	172 700	99%	98%	44%	45%
3.4.3	21 623	17 043	125%	126%	24%	25%
Total M04.3	384 818	302 068	96%	96%	43%	44%

A Submedida 4.3 encerra 2021 com uma taxa de compromissos de 96%, com 337 candidaturas aprovadas, e com uma taxa de execução de 43%, que corresponde a um montante de pagamentos aos beneficiários de 165.287 mil euros de despesa pública.

Além do reforço de dotação programada, que representa um aumento de 17% face a 2020, também a despesa pública comprometida e a paga aumentaram 2% e 18%, respetivamente. Releve-se a Operação 3.4.3 que viu aumentar para mais do dobro os pagamentos aos beneficiários. Por sua vez, a Operação 3.4.1 registou, ainda que ténue, uma variação negativa (-2%) dos seus compromissos relativamente a 2020.

Implementação da Submedida 4.3

a) Novos anúncios de apresentação de candidaturas

Foi colocada a concurso uma verba de 72.922 mil euros no âmbito de 3 anúncios da Operação 3.4.2, lançados no decorrer do ano de 2021 e direcionados para tipologias distintas de operações: regadios tradicionais (14º anúncio), melhoria

das condições de segurança das barragens (15º anúncio) e reabilitação e modernização dos regadios existentes (16º anúncio).

Quadro 67: M04/4.3 - Abertura de anúncios em 2021

Anúncio	Dotação do anúncio	Data de início	Data de fim
PDR2020-342-014	2 922	18/06/2021	15/10/2021
PDR2020-342-015	30 000	21/12/2021	21/02/2022
PDR2020-342-016	40 000	21/12/2021	21/02/2022
Total	72 922		

b) Seleção, decisão e caracterização de candidaturas

No ano de 2021, apresentaram-se junto da Submedida em observação 60 candidaturas, encerrando um investimento proposto de 17.639 mil euros. As candidaturas analisadas (177) nesse ano excedem, em muito, as apresentadas, pelo que se depreende serem reanálises de projetos outrora aprovados. As decisões tomadas em 2021 contemplaram, favoravelmente, 72 candidaturas.

Em termos acumulados até ao final do ano, das 474 candidaturas entradas na Submedida 4.3, 47% das quais do Norte do país, 94% encontram-se analisadas e 92% decididas, com uma taxa de aprovação de 64%. A Operação 3.4.2 acolheu 86 candidaturas decididas favoravelmente, que não prosseguiram por falta de dotação.

Quadro 68: M04/4.3 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas			
						Não aprovadas		Aprovadas	
		Nº	Invest. proposto	Nº	Invest. proposto	Nº	Invest. proposto	Nº	Invest. proposto
3.4.1	Norte	4	31 786	4	31 786	1	5 819	3	25 967
	Centro	1	11 734	1	11 734	1	11 734		
	Lisboa	1	27 142	1	27 142	1	27 142		
	Alentejo	7	53 716	7	53 716	3	11 915	4	41 801
	Algarve	1	1 717	1	1 717			1	1 717
	Subtotal	14	126 096	14	126 096	6	56 610	8	69 486
3.4.2	Norte	220	67 603	210	66 553	35	5 169	144	42 769
	Centro	123	185 724	105	182 995	19	79 308	58	71 364
	Lisboa	4	4 881	4	4 881			3	4 381
	Alentejo	89	278 370	89	278 370	9	37 966	47	68 153
	Algarve	20	29 600	20	29 600	1	86	18	29 474
	Subtotal	456	566 178	428	562 399	64	122 529	270	216 140
3.4.3	Norte	1	4 808	1	4 808			1	4 808
	Centro	2	17 079	2	17 079			2	17 079
	Lisboa								
	Alentejo	1	5 000	1	5 000			1	5 000
	Algarve								
	Subtotal	4	26 887	4	26 887			4	26 887
M04.3	Norte	225	104 198	215	103 147	36	10 987	148	73 545
	Centro	126	214 538	108	211 809	20	91 042	60	88 443
	Lisboa	5	32 023	5	32 023	1	27 142	3	4 381
	Alentejo	97	337 086	97	337 086	12	49 881	52	114 955
	Algarve	21	31 317	21	31 317	1	86	19	31 191
	Total	474	719 161	446	715 382	70	179 139	282	312 514

A distribuição regional das candidaturas aprovadas até ao final do ano, exposta no quadro seguinte, aponta para uma predominância da região do Norte no que respeita ao número de projetos aprovados (52% do total) e da região do Alentejo no que concerne a investimento (38% do total).

Evidencia-se a dimensão, em termos absolutos, da Operação 3.4.2 face às restantes, concentrando 96% do total de projetos aprovados e 68% da despesa pública total aprovada no quadro da Submedida em observação.

Quadro 69: M04/4.3 – Distribuição regional dos projetos aprovados (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Projetos aprovados				
		Nº	Invest. proposto	Invest. elegível	Desp. pública	FEADER
3.4.1	Norte	3	25 967	25 246	25 246	19 942
	Centro					
	Lisboa					
	Alentejo	4	41 801	41 363	41 363	32 991
	Algarve	1	1 717	1 717	1 717	1 202
	Subtotal	8	69 486	68 327	68 327	54 135
3.4.2	Norte	144	42 769	40 977	40 977	32 487
	Centro	58	71 364	64 790	64 525	51 133
	Lisboa	3	4 381	4 044	3 903	2 733
	Alentejo	47	68 153	65 005	64 559	50 945
	Algarve	18	29 474	27 839	27 839	19 518
	Subtotal	270	216 140	202 655	201 803	156 816
3.4.3	Norte	1	4 808	3 591	3 591	2 836
	Centro	2	17 079	16 809	16 809	13 311
	Lisboa					
	Alentejo	1	5 000	5 000	5 000	3 950
	Algarve					
	Subtotal	4	26 887	25 400	25 400	20 097
M04.3	Norte	148	73 545	69 815	69 815	55 265
	Centro	60	88 443	81 599	81 334	64 444
	Lisboa	3	4 381	4 044	3 903	2 733
	Alentejo	52	114 955	111 368	110 922	87 886
	Algarve	19	31 191	29 557	29 557	20 720
	Total	282	312 514	296 382	295 530	231 048

O tipo de beneficiário predominante, na perspetiva do número de projetos aprovados, é a *entidade equiparada a pessoa coletiva* (37%), a que correspondem as juntas de agricultores. Segue-se o beneficiário-tipo *organismo público* (30%), remetendo para a própria natureza dos apoios em causa, direcionados para investimentos em infraestruturas coletivas do país (promoção do regadio, da estruturação fundiária e de outras infraestruturas coletivas) envolvendo, a título de exemplo, municípios, juntas de freguesia, DGADR e respetivas direções regionais. Em causa estão obras de aproveitamentos hidroagrícolas.

É justamente a rubrica de *execução de obras* que assume, nas 3 Operações, importâncias maiores (acima dos 80%) em termos de despesa pública aprovada.

Quadro 70: M04/4.3 – Tipologia de beneficiário dos projetos aprovados (acumulado)

Código OP/COM	Tipologia de beneficiário	Acumulado		
		Nº	Despesa Pública	
			Mil euros	%
3.4.1	Organismo Público	3	26 389	39%
	Entidade Equiparada a Pessoa Colectiva	1	14 354	21%
	Pessoa Coletiva de Direito Público	2	11 888	17%
	Associação de direito privado	1	5 081	7%
	Outros	1	10 615	16%
	Subtotal	8	68 327	100%
3.4.2	Organismo Público	83	56 439	28%
	Entidade Equiparada a Pessoa Colectiva	103	13 176	7%
	Pessoa Coletiva de Direito Público	56	88 672	44%
	Associação de direito privado	13	15 865	8%
	Outros	15	27 652	14%
	Subtotal	270	201 803	100%
3.4.3	Pessoa Coletiva de Direito Público	3	20 400	80%
	Associação de direito privado	1	5 000	20%
	Subtotal	4	25 400	100%
M04.3	Organismo Público	86	82 828	28%
	Entidade Equiparada a Pessoa Colectiva	104	27 530	9%
	Pessoa Coletiva de Direito Público	61	120 960	41%
	Associação de direito privado	15	25 945	9%
	Outros	16	38 266	13%
	Total	282	295 530	100%

Quadro 71: M04/4.3 – Distribuição regional da despesa pública dos projetos aprovados, por rubrica de investimento (acumulado)

Rubrica de investimento	Região					Contínente
	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	
Elaboração de estudos e projetos e de ações de consultoria	844			1 100	62	2 006
Execução de obras	23 761			39 245	1 616	64 621
Revisões de preços	641			934	23	1 597
Testagem das obras e segurança				85	17	103
Total DP regional (%)	37%			61%	3%	100%
Total DP regional (mil euros)	25 246			41 363	1 717	68 327
Ações de estruturação fundiária		204				204
Acompanhamento, assistência técnica e fiscalização das obras	1 540	1 789	142	1 815	960	6 246
Construções associadas ao funcionamento e gestão dos aproveitamentos hidroagrícolas	1 130	144				1 275
Elaboração de estudos e projetos e de ações de consultoria	1 880	6 268	940	5 090	512	14 690
Elaboração e atualização de cadastro	485	56	6			547
Execução de medidas de compensação e minimização de impactos		90				90
Execução de obras	33 447	52 535	2 785	52 261	24 933	165 961
Expropriações e indemnizações necessárias à execução das obras	877	2 289		3 623	813	7 601
Frequência de ações de especialização técnica profissional	9					9
Implementação de novas tecnologias ou de sistemas de informação geográfica	18		30			48
Instalação de dispositivos de controlo de qualidade da água e da degradação do solo		50				50
Instalações de dispositivos de controlo volumétrico da água	485	170				655
Processos de gestão dos regadios mais inovadores e eficientes		238				238
Revisões de preços	793	416		1 741	586	3 536
Testagem das obras	312	277		29	36	654
Total DP regional (%)	20%	32%	2%	32%	14%	100%
Total DP regional (mil euros)	40 977	64 525	3 903	64 559	27 839	201 803
Acompanhamento, assistência técnica e fiscalização das obras	100	105		248		453
Elaboração de estudos ambientais exigidos a projetos tecnicamente aprovados				226		226
Elaboração de estudos e projetos e de ações de consultoria		832				832
Execução de obras	3 439	15 872		4 064		23 376
Expropriações e indemnizações necessárias à execução das obras	52			461		513
Total DP regional (%)	14%	66%		20%		254 0034%
Total DP regional (mil euros)	3 591	16 809		5 000		25 400
Total DP (mil euros)	69 815	81 334	3 903	110 922	29 557	295 530

Uma parte das intervenções desenvolvidas no quadro da Submedida 4.3 enquadra-se no âmbito dos Pactos de Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT), dinamizados pelas Comunidades Intermunicipais (CIM), a que corresponde uma dotação total de 58.843 mil euros de despesa pública.

Até ao final do ano de 2021 foram aprovados 169 projetos no contexto dos PDCT, num total de 17 PDCT, abrangendo um total de 52.573 mil euros de despesa pública e 41.582 mil euros de FEADER, conforme quadro apresentado de seguida.

Quadro 72: M04/4.3 – Projetos aprovados por CIM (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	CIM	Projetos Aprovados				
			Nº	Invest. Proposto	Invest. Elegível	Despesa Pública	FEADER
3.4.2	Norte	Alto Minho	22	3 608	3 602	3 602	2 841
		Alto Tâmega	35	5 305	5 105	5 105	4 031
		Área Metropolitana do Porto	5	647	646	646	510
		Ave	9	1 229	1 113	1 113	878
		Cávado	9	624	624	624	500
		Douro	9	1 923	1 923	1 923	1 520
		Tâmega e Sousa	18	2 212	2 097	2 097	1 655
		Terras de Trás-os-Montes	17	4 007	3 968	3 968	3 143
	Centro	Beira Baixa	3	447	432	432	343
		Beiras e Serra da Estrela	5	1 004	1 004	1 004	793
		Médio Tejo	3	518	490	490	393
		Região de Aveiro	5	1 031	909	909	719
		Região de Coimbra	11	948	903	903	714
		Região de Leiria	5	547	547	547	432
		Viseu Dão Lafões	5	797	793	793	625
	Alentejo	Alto Alentejo	5	5 221	5 217	5 217	4 127
	Subtotal		166	30 066	29 373	29 373	23 224
3.4.3	Norte	Alto Minho	1	4 808	3 591	3 591	2 836
	Centro	Região de Aveiro	1	14 700	14 609	14 609	11 573
	Alentejo	Lezíria do Tejo	1	5 000	5 000	5 000	3 950
	Subtotal		3	24 508	23 200	23 200	18 359
Total M04.3			169	54 574	52 573	52 573	41 582

Os 337 projetos aprovados, expostos no quadro seguinte, incluem 55 projetos aprovados no anterior período de programação (PRODER) e que, ao abrigo do Regulamento nº 1310/2013, de 17 de dezembro, transitaram tanto para as Operações 3.4.1 e 3.4.2, integrando a prioridade P5A, como para a Operação 3.4.3, inteirando a prioridade P5A. No seu conjunto, os projetos transitados compreendem 74.368 mil euros de despesa pública (o que representa 20% da total aprovada).

A prioridade/domínio de intervenção do desenvolvimento rural mais representativa, em 2021, foi a P5A - *Aumento da eficiência na utilização da água*

pelo setor agrícola, tanto no que respeita à despesa pública aprovada, como ao número de projetos aprovados nas 3 Operações em causa.

Quadro 73: M04/4.3 – Distribuição por prioridade dos projetos aprovados, incluindo transitados (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP	Prioridade/ Domínio	Projetos aprovados (inclui transitados)			
		Nº	Invest. elegível	Desp. pública	FEADER
3.4.1	P2A	2	15 251	15 251	12 048
	P5A	12	111 905	111 905	87 826
	Subtotal	14	127 156	127 156	99 875
3.4.2	P2A	67	17 402	17 402	13 771
	P5A	234	199 245	198 392	156 778
	Subtotal	301	216 647	215 795	170 548
3.4.3	P2A	19	5 138	5 138	4 187
	P5A	3	21 809	21 809	17 261
	Subtotal	22	26 947	26 947	21 448
Total M04.3		337	370 750	369 898	291 871

c) Execução financeira

No final de 2021 encontravam-se 338 projetos contratados e 70% destes tinham dado início à sua execução, acolhendo assim pagamentos que não se referem exclusivamente a adiantamentos.

Confrontando o quadro anterior com o seguinte, pode observar-se que os projetos aprovados (337) são em número inferior aos contratados (338), o que se explica pelo universo das contratações ainda não ter espelhado as anulações/desistências efetuadas pela Operação Limpeza PDR2020 junto das aprovações.

Até ao final de 2021, registaram-se pagamentos no montante de 165.287 mil euros de despesa pública com uma comparticipação FEADER de 132.699 mil euros.

Estes pagamentos representam uma taxa de execução de 44% de fundo pago, face ao programado.

A execução em 2021 envolveu 29.444 mil euros de despesa pública paga a 143 projetos, maioritariamente (78%) das regiões do Norte e Centro do país.

Em termos acumulados, até ao final do ano, tem-se como predominante a região do Norte em número de projetos pagos (46% no total) e as regiões de Lisboa e Alentejo no que respeita a despesa pública paga (65%, em conjunto, no total).

**Quadro 74: M04/4.3 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos
(acumulado)**

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Projetos contratados (inclui transitados)			Projetos C/Execução Iniciada (inclui transitados)			Total pago (inclui transitados)		
		Nº	Desp. pública	FEADER	Nº	Desp. pública	FEADER	Nº	Desp. pública	FEADER
3.4.1	Norte	3	25 246	19 942	3	490	384	3	490	384
	Centro									
	Lisboa	5	58 055	44 977	5	52 379	41 003	5	52 379	41 003
	Alentejo	5	42 138	33 754	3	10 375	8 764	4	10 485	8 852
	Algarve	1	1 717	1 202	1	139	98	1	139	98
	Subtotal	14	127 156	99 875	12	63 383	50 249	13	63 493	50 337
3.4.2	Norte	147	41 011	32 543	102	18 435	14 749	115	18 779	15 020
	Centro	61	64 713	51 321	41	14 151	11 400	42	14 159	11 407
	Lisboa	9	5 140	3 935	7	1 391	1 310	7	1 391	1 310
	Alentejo	65	70 042	56 387	45	42 194	34 394	45	42 194	34 394
	Algarve	20	34 557	26 109	8	19 778	15 764	18	20 030	15 940
	Subtotal	302	215 463	170 294	203	95 951	77 618	227	96 554	78 072
3.4.3	Norte	3	3 808	3 050	3	2 098	1 699	3	2 098	1 699
	Centro	10	17 274	13 707	9	1 088	920	10	2 188	1 778
	Lisboa	1	802	682	1	802	682	1	802	682
	Alentejo	7	5 047	3 995	8	137	115	8	137	115
	Algarve	1	15	15	1	15	15	1	15	15
	Subtotal	22	26 947	21 448	22	4 141	3 431	23	5 241	4 289
M04.3	Norte	153	70 065	55 534	108	21 023	16 832	121	21 367	17 103
	Centro	71	81 987	65 028	50	15 239	12 320	52	16 347	13 185
	Lisboa	15	63 997	49 593	13	54 572	42 995	13	54 572	42 995
	Alentejo	77	117 227	94 136	56	52 707	43 274	57	52 817	43 362
	Algarve	22	36 290	27 326	10	19 933	15 877	20	20 185	16 053
	TOTAL	338	369 567	291 617	237	163 474	131 298	263	165 287	132 699

No quadro do universo dos projetos aprovados em territórios CIM, 136 (isto é, 80% desse universo) tinham iniciado a sua execução até ao final de 2021. Registe-se, também, que já se encontravam 26 projetos encerrados, 73% dos quais dos territórios das CIM da região do Norte, envolvendo uma despesa pública encerrada total de 2.408 mil euros.

**Quadro 75: M04/4.3 – Projetos com execução iniciada e encerrados, por CIM
(acumulado)**

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	CIM	Projetos C/Execução Iniciada				Encerrados			
			Nº	Investimen to Elegível	Despesa Pública	FEADER	Nº	Investimen to Elegível	Despesa Pública	FEADER
3.4.2	Norte	Alto Minho	14	901	885	696				
		Alto Tâmega	31	1 840	2 058	1 625	6	520	518	406
		Área Metropolitana do Porto	1	80	80	63				
		Ave	7	673	672	529	1	129	129	103
		Cávado	9	399	399	323	5	366	366	297
		Douro	9	270	325	258				
		Tâmega e Sousa	12	841	841	663	7	661	661	523
	Centro	Terras de Trás-os-Montes	15	654	895	717				
		Beira Baixa	1	203	203	162	1	203	203	162
		Beiras e Serra da Estrela	5	171	171	135	1	132	132	105
		Médio Tejo	3	189	322	261				
		Região de Aveiro	5	125	129	103				
		Região de Coimbra	11	511	509	401	3	263	263	207
		Região de Leiria	1	20	20	16				
	Alentejo	Viseu Dão Lafões	5	178	178	139	2	136	136	106
		Alto Alentejo	4	583	882	703				
		Subtotal	133	7 638	8 571	6 795	26	2 410	2 408	1 908
3.4.3	Norte	Alto Minho	1	136	1 881	1 485				
	Centro	Região de Aveiro	1	623	623	524				
	Alentejo	Lezíria do Tejo	1	38	38	30				
		Subtotal	3	797	2 542	2 039				
Total M04.3			136	8 435	11 113	8 834	26	2 410	2 408	1 908

Considerando os projetos encerrados e o valor libertado reportados ao final do ano e expostos no quadro seguinte, observa-se que a taxa de subexecução da Submedida 4.3 se situa nos 46%, com maior importância nas Operações 3.4.1 e 3.4.3.

Quadro 76: M04/4.3 – Distribuição regional dos projetos encerrados e valor libertado (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Projetos Encerrados (inclui transitados)			Valor Libertado (inclui transitados)		Tx Sub- execução
		Nº	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER	Desp. pública
		[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]=[4]/([2]+[4])
3.4.1	Norte						
	Centro						
	Lisboa	3	5 358	5 290	10 873	7 611	67%
	Alentejo	1	775	763	1 171	925	60%
	Algarve						
	Subtotal	4	6 133	6 053	12 044	8 536	66%
3.4.2	Norte	20	1 787	1 442	979	773	35%
	Centro	10	922	768	1 067	843	54%
	Lisboa	6	1 237	1 202	1 624	1 137	57%
	Alentejo	30	11 143	10 034	5 630	4 447	34%
	Algarve	2	6 718	6 591	258	181	4%
	Subtotal	68	21 808	20 036	9 558	7 381	30%
3.4.3	Norte	2	217	214	79	63	27%
	Centro	8	465	396	2 626	2 075	85%
	Lisboa	1	802	682	403	193	33%
	Alentejo	6	47	42	173	137	78%
	Algarve	1	15	15	115	67	88%
	Subtotal	18	1 547	1 348	3 397	2 535	69%
M04.3	Norte	22	2 005	1 656	1 058	836	35%
	Centro	18	1 388	1 163	3 694	2 918	73%
	Lisboa	10	7 398	7 173	12 900	8 942	64%
	Alentejo	37	11 965	10 839	6 974	5 509	37%
	Algarve	3	6 733	6 606	373	247	5%
	TOTAL	90	29 488	27 437	24 999	18 452	46%

Mais de ¼ dos projetos aprovados até 2021 encontravam-se, à data, encerrados, ainda que 61% destes correspondam a projetos transitados encerrados. No seu total, os 90 projetos encerrados representam uma despesa pública encerrada de 29.488 mil euros.

Esta Submedida encerrou o ano com um total de compromissos de 368.849 mil euros de despesa pública e 291.043 mil euros de FEADER.

5.3.4 Submedida 4.4. Apoio a investimentos não produtivos relacionados com a concretização dos objetivos em termos de agroambiente e clima

No quadro seguinte é apresentada a síntese da operacionalização da Submedida 4.4 reportada ao ano de 2021. Reitera-se que a Submedida em foco compreende apenas a *Operação 7.11.1. Investimentos não produtivos*.

Quadro 77: M04/4.4 – Taxas de compromisso e de execução

Un.: mil euros

Código OP/COM	Programação		Taxa de compromisso (inclui transitados)		Taxa de execução (inclui transitados)	
	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER
7.11.1	30 211	25 437	62%	65%	61%	64%
Total M04.4	30 211	25 437	62%	65%	61%	64%

Relativamente a 2020, a Submedida 4.4 viu a sua dotação reforçada em mais 10.831 mil euros de despesa pública programada (e mais 8.500 mil euros de FEADER programado). Assim, a Submedida 4.4 conclui 2021 com uma taxa de compromissos de 62%, com 559 projetos aprovados no PDR2020 aos quais se somam 376 projetos transitados do PRODER. A taxa de execução fixou-se nos 61% o que corresponde a um montante de pagamentos aos beneficiários de 18.477 mil euros de despesa pública.

Implementação da Submedida 4.4

a) Novos anúncios de apresentação de candidaturas

A Operação 7.11.1 não teve nenhum anúncio aberto no decorrer de 2021. Com efeito, o seu último período de apresentação de candidaturas terminou a 29 de março de 2018 com o 2º anúncio desta Operação.

b) Seleção, decisão e caracterização de candidaturas

No ano de 2021 foram reanalisadas 4 antigas candidaturas, em resultado de pedidos de alteração de projetos aprovados, e 6 outras viram a sua decisão ser anulada por incumprimento do prazo de início/fim de execução.

Em termos acumulados, até ao final do ano, o universo das 1.764 candidaturas entradas na Submedida 4.4, 98% das quais afetas à região do Norte, encontrava-se analisado e decidido a 100%, com uma taxa de aprovação de 32%. Um número considerável de candidaturas decididas favoravelmente (1.125) não prosseguiu por falta de dotação.

Quadro 78: M04/4.4 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas			
						Não aprovadas		Aprovadas	
		Nº	Invest. proposto	Nº	Invest. proposto	Nº	Invest. proposto	Nº	Invest. proposto
7.11.1 M04.4	Norte	1 726	41 528	1 726	41 528	68	1 830	543	14 796
	Centro	19	487	19	487	4	81	5	53
	Lisboa	1	23	1	23	1	23		
	Alentejo	18	360	18	360	7	115	11	246
	Algarve								
	Total	1 764	42 398	1 764	42 398	80	2 049	559	15 095

A distribuição regional das candidaturas aprovadas, conforme quadro seguinte, aponta para um claro predomínio da região do Norte em todos os domínios: 97% do total de projetos aprovados e 98% do total de despesa pública aprovada. Lisboa e Algarve não apresentam candidaturas.

Quadro 79: M04/4.4 – Distribuição regional dos projetos aprovados (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Projetos aprovados				
		Nº	Invest. proposto	Invest. elegível	Desp. pública	FEADER
7.11.1 M04.4	Norte	543	14 796	13 217	11 234	9 361
	Centro	5	53	45	39	32
	Lisboa					
	Alentejo	11	246	163	138	110
	Algarve					
	Total	559	15 095	13 425	11 411	9 502

Esta Operação tem no *produtor individual* (pessoa singular que exerce atividade agrícola) o seu principal beneficiário-tipo (80% dos projetos aprovados), na *recuperação de muros de pedra posta* o seu principal tipo de investimento (97% dos projetos aprovados) e na região do Norte, a sua principal NUTII (97% dos projetos aprovados).

Quadro 80: M04/4.4 – Tipologia de beneficiário dos projetos aprovados (acumulado)

Código OP/COM	Tipologia de beneficiário	Acumulado		
		Nº	Despesa Pública	
			Mil euros	%
7.11.1	Produtor Individual	449	8 639	76%
	Sociedades	78	2 311	20%
	Outros	32	461	4%
Total M04.4		559	11 411	100%

O número de projetos aprovados afetos aos restantes tipos de investimentos é reduzido: um do Norte do país, direcionado à *erradicação de espécies invasoras lenhosas* e 13, maioritariamente do Alentejo, respeitantes à *instalação ou recuperação de galerias ripícolas*.

Quadro 81: M04/4.4 – Distribuição regional da despesa pública dos projetos aprovados, por rubrica de investimento (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Rubrica de investimento	Região					Continente
		Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	
7.11.1	Erradicação de espécies invasoras lenhosas	7					7
	Instalação ou recuperação de galerias ripícolas	1	6		138		145
	Recuperação de muros de pedra posta	11 226	33				11 259
	Total DP regional (%)	98%	0,3%		1,2%		100%
Total DP M04.4 (mil euros)		11 234	39		138		11 411

O próximo quadro tem em conta, pela primeira vez, os 376 projetos aprovados no anterior período de programação (PRODER) e que, ao abrigo do Regulamento nº 1310/2013, de 17 de dezembro, transitaram para a Operação 7.11.1, integrando a prioridade de desenvolvimento rural P4A e representando um total de 7.960 mil euros de despesa pública.

Em conjunto com as 559 aprovações no quadro do PDR2020, perfazem 935 projetos aprovados, a que corresponde uma despesa pública de 19.371 mil euros e um FEADER de 17.035 mil euros.

Quadro 82: M04/4.4 – Distribuição por prioridade dos projetos aprovados, incluindo transitados (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP	Prioridade/ Domínio	Projetos aprovados (inclui transitados)			
		Nº	Invest. elegível	Desp. pública	FEADER
7.11.1	P4A	922	21 214	19 226	16 920
	P4	13	170	145	115
TOTAL M04.4		935	21 384	19 371	17 035

A P4A – Restauração, preservação e reforço da biodiversidade foi a prioridade/domínio de intervenção do desenvolvimento rural preeminente em 2021, tanto no que respeita à despesa pública aprovada (99%), como ao número de projetos aprovados (99%).

c) Execução financeira

No fim de 2021 existiam 926 projetos com execução iniciada, representando 99% do universo dos projetos aprovados e contratados até então (935). Registaram-se pagamentos no montante de 18.477 mil euros de despesa pública, com uma comparticipação FEADER de 16.327 mil euros. Estes pagamentos representam uma taxa de execução de 64% de fundo pago, face ao programado.

A execução financeira no ano de 2021 compreendeu 114 mil euros de despesa pública paga a 12 projetos, maioritariamente (83%) da região do Norte do país. Em termos acumulados, isto é, até ao final do ano de 2021, a região do Norte é predominante tanto em número de projetos pagos (95%), como no que respeita a despesa pública paga (96%).

**Quadro 83: M04/4.4 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos
(acumulado)**

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Projetos contratados (inclui transitados)			Projetos C/Execução Iniciada (inclui transitados)			Total pago (inclui transitados)		
		Nº	Desp. pública	FEADER	Nº	Desp. pública	FEADER	Nº	Desp. pública	FEADER
7.11.1 M04.4	Norte	891	18 569	16 308	883	17 721	15 637	883	17 721	15 637
	Centro	20	335	305	20	332	303	20	332	303
	Lisboa	9	274	266	9	274	266	9	274	266
	Alentejo	13	149	119	12	124	99	12	124	99
	Algarve	2	26	21	2	26	21	2	26	21
	Total	935	19 353	17 020	926	18 477	16 327	926	18 477	16 327

Mais de 95% dos projetos aprovados até 2021 encontravam-se, à data, encerrados, ainda que 42% destes correspondam a projetos transitados encerrados. No seu total, os 896 projetos encerrados representam uma despesa pública encerrada de 18.089 mil euros.

**Quadro 84: M04/4.4 – Distribuição regional dos projetos encerrados e valor libertado
(acumulado)**

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Projetos Encerrados (inclui transitados)			Valor Libertado (inclui transitados)		Tx Sub- execução
		Nº	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER	Desp. pública
		[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]=[4]/([2]+[4])
7.11.1 M04.4	Norte	855	17 335	15 315	1 311	1 036	7%
	Centro	20	332	303	69	54	17%
	Lisboa	9	274	266	1	1	0%
	Alentejo	10	122	97	9	7	7%
	Algarve	2	26	21			
	Total	896	18 089	16 003	1 390	1 098	7%

Considerando a despesa pública libertada e a aprovada dos projetos encerrados patentes no quadro anterior, verifica-se que a taxa de subexecução se situa nos 7%.

Desta forma, a Submedida 4.4 encerrou o ano com um total de compromissos de 18.722 mil euros de despesa pública e 16.522 mil euros de FEADER.

5.4 MEDIDA 05. RESTABELECIMENTO DO POTENCIAL DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA AFETADO POR CATÁSTROFES NATURAIS E ACONTECIMENTOS CATASTRÓFICOS E INTRODUÇÃO DE MEDIDAS DE PREVENÇÃO ADEQUADAS

Enquadramento

A Medida COM - *Restabelecimento do potencial de produção agrícola afetado por catástrofes naturais e acontecimentos catastróficos e introdução de medidas de prevenção adequadas* (M05) materializa-se no PDR2020 através de 2 Operações:

- Operação 6.2.1. Prevenção de calamidades e catástrofes naturais
- Operação 6.2.2. Restabelecimento do potencial produtivo

No âmbito da Decisão C(2021) 6714 de 10 de setembro, esta Medida tem uma dotação de 55.888 mil euros de despesa pública e 43.322 mil euros de FEADER, conforme exposto no quadro seguinte, que apresenta a síntese da operacionalização da M05 reportada ao final do ano de 2021.

Quadro 85: M05 – Taxas de compromisso e de execução

Un.: mil euros

Código OP/COM	Programação		Taxa de compromisso (inclui transitados)		Taxa de execução (inclui transitados)	
	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER
6.2.1	1 961	1 488	84%	81%	22%	20%
6.2.2	53 928	41 834	63%	66%	50%	53%
Total M05	55 888	43 322	64%	66%	49%	52%

A M05 encerra 2021 com uma taxa de compromissos de 64%, com um total de 2.735 candidaturas aprovadas. Relativamente à taxa de execução, em 2021 atinge 49%, evidenciando uma subida de 10 pontos percentuais face a 2020, o que se traduz num montante de pagamentos aos beneficiários de 27.463 mil euros de despesa pública, mais 5.256 mil euros comparativamente a 2020.

Implementação da Medida 05

a) Novos anúncios de apresentação de candidaturas

Em 2021 foi colocada a concurso uma verba de 2.000 mil euros, no âmbito do 2º anúncio de abertura de período de apresentação de candidaturas da Operação 6.2.1, o único aberto na M05. Este visou apoiar investimentos em viveiros com produção de plantas de espécies ornamentais, fruteiras e de videira conhecidas como suscetíveis à *xylella* fastidiosa.

b) Seleção, decisão e caracterização de candidaturas

No ano de 2021, apresentaram-se junto da Medida em observação 79 candidaturas, totalizando um investimento proposto de 3.639 mil euros. As candidaturas analisadas (294) neste ano excedem, em muito, as apresentadas, pelo que se depreende incluírem, para além de análises iniciais, reanálises de projetos outrora aprovados, com pedidos de alteração por parte dos beneficiários. As decisões tomadas em 2021 contemplaram, favoravelmente, 53 candidaturas.

Em termos acumulados, até ao fim do ano 2021, das 3.606 candidaturas entradas na M05, 52% das quais na região do Norte do país, 99% encontram-se analisadas e decididas, com uma taxa de aprovação de 75%.

Quadro 86: M05 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas (acumulado)

Un: mil euros

Código OP/COM	Região	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas			
		Nº	Invest. proposto	Nº	Invest. proposto	Não aprovadas		Aprovadas	
						Nº	Invest. proposto	Nº	Invest. proposto
6.2.1	Norte	13	1 035	9	595			9	595
	Centro	33	3 039	16	1 511	3	230	13	1 281
	Lisboa								
	Alentejo	5	368	5	368	1	80	4	288
	Algarve	12	1 651	7	815			7	815
	Subtotal	63	6 093	37	3 290	4	310	33	2 980
6.2.2	Norte	1 862	26 950	1 862	26 950	687	9 524	1 175	17 426
	Centro	1 268	58 333	1 267	58 317	181	4 595	1 085	53 708
	Lisboa								
	Alentejo	243	3 126	243	3 126	12	168	231	2 958
	Algarve	170	6 979	170	6 979	12	1 588	158	5 391
	Subtotal	3 543	95 387	3 542	95 371	892	15 874	2 649	79 483
M05	Norte	1 875	27 985	1 871	27 545	687	9 524	1 184	18 021
	Centro	1 301	61 372	1 283	59 828	184	4 825	1 098	54 989
	Lisboa								
	Alentejo	248	3 494	248	3 494	13	248	235	3 246
	Algarve	182	8 630	177	7 794	12	1 588	165	6 206
	Total	3 606	101 481	3 579	98 661	896	16 184	2 682	82 462

A distribuição regional das candidaturas aprovadas, exposta no quadro seguinte, aponta para um equilíbrio entre o peso do número de projetos aprovados das regiões do Norte (44%) e Centro (41%), pese embora esta última região sobressaia em termos de despesa pública aprovada (65% do total). Refira-se que a região de Lisboa não apresenta candidaturas.

Releve-se o predomínio da Operação 6.2.2 que, no fim de 2021, perfazia 18 concursos, 99% do total de projetos aprovados e 96% da despesa pública total aprovada no quadro da Medida em análise.

Quadro 87: M05 – Distribuição regional dos projetos aprovados (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Projetos aprovados				
		Nº	Invest. proposto	Invest. elegível	Desp. pública	FEADER
6.2.1	Norte	9	595	467	373	294
	Centro	13	1 281	846	677	534
	Lisboa					
	Alentejo	4	288	190	152	120
	Algarve	7	815	560	448	260
	Subtotal	33	2 980	2 063	1 650	1 208
6.2.2	Norte	1 175	17 426	10 534	8 541	7 029
	Centro	1 085	53 708	34 929	23 479	18 806
	Lisboa					
	Alentejo	231	2 958	2 257	1 372	1 143
	Algarve	158	5 391	2 696	2 075	1 209
	Subtotal	2 649	79 483	50 416	35 467	28 186
M05	Norte	1 184	18 021	11 000	8 914	7 323
	Centro	1 098	54 989	35 775	24 156	19 340
	Lisboa					
	Alentejo	235	3 246	2 447	1 524	1 263
	Algarve	165	6 206	3 255	2 522	1 468
	Total	2 682	82 462	52 479	37 117	29 394

O tipo de beneficiário predominante é distinto nas 2 Operações, remetendo para a própria natureza dos apoios em causa.

Assim, na Operação 6.2.1, que se destina a apoiar investimentos de carácter coletivo de redução do impacto de prováveis calamidades naturais, predominam as *sociedades*. Já na Operação 6.2.2 prevalece a *pessoa singular*. Em causa estão apoios que visam reconstituir ou repor as condições de produção das explorações agrícolas afetadas por catástrofes naturais.

Quadro 88: M05 - Tipologia de beneficiário dos projetos aprovados (acumulado)

Código OP/COM	Tipologia de beneficiário	Acumulado		
		Nº	Despesa Pública	
			Mil euros	%
6.2.1	Pessoa Singular	8	337	20%
	Sociedades	23	1 215	74%
	Outras	2	98	6%
	Subtotal	33	1 650	100%
6.2.2	Pessoa Singular	2 103	24 469	69%
	Sociedades	451	10 022	28%
	Outras	95	975	3%
	Subtotal	2 649	35 467	100%
M05	Pessoa Singular	2 111	24 807	67%
	Sociedades	474	11 238	30%
	Outras	97	1 073	3%
	Total	2 682	37 117	100%

Quanto ao tipo de investimento aprovado salienta-se a rubrica de *edifícios e outras construções*, para ambas as Operações.

Quadro 89: M05 – Distribuição da despesa pública dos projetos aprovados por rubrica de investimento e por região (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Rubrica de investimento	Região					Continente
		Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	
6.2.1	Edifícios e outras construções	149	454		73	419	1 095
	Equipamento - Geral	143	156		59	3	361
	Equipamento - Regadio	76	57		16	18	167
	Imateriais	6	10		3	8	28
	Total DP regional (%)	23%	41%		9%	27%	100%
	Total DP regional (mil euros)	373	677		152	448	1 650
6.2.2	Animais	165	516		2	82	766
	Edifícios e outras construções	1 878	13 388		600	986	16 852
	Máquinas e Equipamentos	767	6 992		706	614	9 079
	Imateriais	13	287		3	42	345
	Investimentos não elegíveis		3				3
	Plantações - Investimentos	485	2 223		60	350	3 119
	Recuperação de muros de pedra pos	5 232	70				5 302
	Total DP regional (%)	24%	66%		4%	6%	100%
	Total DP regional (mil euros)	8 541	23 479		1 372	2 075	35 467
M05	Total DP (mil euros)	8 914	24 156		1 524	2 522	37 117

Os 2.735 projetos aprovados, expostos no quadro seguinte, incluem 53 projetos aprovados no anterior período de programação (PRODER) e que, ao abrigo do Regulamento nº 1310/2013, de 17 de dezembro, transitaram para a Operação 6.2.2, integrando a prioridade P3B - *Apoio à prevenção e gestão de riscos das explorações agrícolas*. No seu conjunto, os transitados compreendem apenas 3% do total da despesa pública aprovada.

A M05 contribui apenas para uma prioridade/domínio de intervenção do desenvolvimento rural, ou seja, no final de 2021 toda a despesa pública aprovada na Medida em apreço está afeta à P3B.

Quadro 90: M05 – Distribuição por prioridade dos projetos aprovados, incluindo transitados (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP	Prioridade/ Domínio	Projetos aprovados (inclui transitados)			
		Nº	Invest. elegível	Desp. pública	FEADER
6.2.1	P3B	33	2 063	1 650	1 208
	Subtotal	33	2 063	1 650	1 208
6.2.2	P3B	2 702	51 743	36 794	29 483
	Subtotal	2 702	51 743	36 794	29 483
TOTAL M05		2 735	53 806	38 444	30 691

c) Execução financeira

No final de 2021 registaram-se 2.804 projetos contratados, 93% destes tinham dado início à sua execução, acolhendo assim pagamentos que não se referem exclusivamente a adiantamentos.

Confrontando o quadro anterior com o seguinte, pode observar-se que os projetos aprovados (2.735) são em número inferior aos contratados (2.804), o que se explica pelo universo das contratações ainda não ter espelhado as anulações/desistências efetuadas pela Operação Limpeza PDR2020 junto das aprovações.

Até ao final de 2021, registaram-se pagamentos no montante de 27.463 mil euros de despesa pública com uma comparticipação FEADER de 22.313 mil euros. Estes pagamentos representam uma taxa de execução de 52% de fundo pago, face ao programado.

A execução em 2021 envolveu 5.256 mil euros de despesa pública paga a 588 projetos, maioritariamente (67%) da região do Centro do país.

Em termos acumulados, destaca-se a região do Norte em número de projetos pagos (43% no total) e a região do Centro no que respeita a despesa pública paga (62%no total).

Quadro 91: M05 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Projetos contratados (inclui transitados)			Projetos C/Execução Iniciada (inclui transitados)			Total pago (inclui transitados)		
		Nº	Desp. pública	FEADER	Nº	Desp. pública	FEADER	Nº	Desp. pública	FEADER
6.2.1	Norte	9	373	294	8	120	94	8	120	94
	Centro	13	677	534	6	102	80	6	102	80
	Lisboa									
	Alentejo	4	152	120						
	Algarve	7	448	260	6	211	123	6	211	123
	Subtotal	33	1 650	1 208	20	434	297	20	434	297
6.2.2	Norte	1 181	8 593	7 080	1 131	7 033	5 850	1 133	7 034	5 852
	Centro	1 163	24 832	19 933	1 060	16 954	13 712	1 061	16 954	13 712
	Lisboa	4	51	40	4	51	40	4	51	40
	Alentejo	245	2 266	2 022	235	2 023	1 830	236	2 024	1 830
	Algarve	178	2 298	1 354	167	930	560	169	966	581
	Subtotal	2 771	38 039	30 428	2 597	26 992	21 993	2 603	27 029	22 016
M05	Norte	1 190	8 966	7 374	1 139	7 153	5 945	1 141	7 155	5 946
	Centro	1 176	25 509	20 467	1 066	17 056	13 792	1 067	17 056	13 792
	Lisboa	4	51	40	4	51	40	4	51	40
	Alentejo	249	2 418	2 142	235	2 023	1 830	236	2 024	1 830
	Algarve	185	2 746	1 614	173	1 142	683	175	1 177	704
	Total	2 804	39 690	31 637	2 617	27 425	22 290	2 623	27 463	22 313

Considerando os projetos encerrados e o valor libertado expostos no quadro seguinte, observa-se que a taxa de subexecução da M05 se situa nos 13%.

Quadro 92: M05 – Distribuição regional dos projetos encerrados e valor libertado (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Projetos Encerrados (inclui transitados)			Valor Libertado (inclui transitados)		Tx Sub- execução
		Nº	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER	Desp. pública
		[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]=[4]/([2]+[4])
6.2.1	Norte	2	93	73	0	0	0%
	Centro	1	63	49	0		0%
	Lisboa						
	Alentejo						
	Algarve						
	Subtotal	3	156	123	0	0	0%
6.2.2	Norte	753	4 691	3 898	542	428	10%
	Centro	761	13 437	10 882	2 073	1 635	13%
	Lisboa	4	51	40	9	4	15%
	Alentejo	215	1 927	1 751	256	202	12%
	Algarve	53	520	322	128	74	20%
	Subtotal	1 786	20 625	16 894	3 007	2 344	13%
M05	Norte	755	4 784	3 972	542	429	10%
	Centro	762	13 499	10 931	2 073	1 635	13%
	Lisboa	4	51	40	9	4	15%
	Alentejo	215	1 927	1 751	256	202	12%
	Algarve	53	520	322	128	74	20%
	Total	1 789	20 781	17 016	3 008	2 345	13%

Mais de 65% dos projetos aprovados até 2021 encontravam-se encerrados, sendo que destes, apenas 3% correspondam a projetos transitados encerrados. No seu total, os 1.789 projetos encerrados representam uma despesa pública encerrada de 20.781 mil euros.

Esta Medida encerrou o ano com um total de compromissos de 35.817 mil euros de despesa pública e 28.637 mil euros de FEADER.

5.5 MEDIDA 06. DESENVOLVIMENTO DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS E DAS EMPRESAS

Enquadramento

A Medida COM - Desenvolvimento das explorações agrícolas e das empresas (M06) materializa-se no PDR2020 através de uma única Operação:

- Operação 3.1.1. Jovens agricultores

No âmbito da Decisão C(2021) 6714 de 10 de setembro, esta Medida tem uma dotação de 152.382 mil euros de despesa pública e 133.535 mil euros de FEADER, conforme exposto no quadro seguinte, que apresenta a síntese da operacionalização da M06 reportada ao final do ano de 2021.

Essa dotação inclui 5 mil euros de despesa pública programada, proveniente do fundo *Next Generation*.

Quadro 93: M06 – Taxas de compromisso e de execução

Un.: mil euros

Código OP/COM	Programação		Taxa de compromisso (inclui transitados)		Taxa de execução (inclui transitados)	
	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER
3.1.1	152 382	133 535	82%	70%	66%	67%
Dos quais Next Generation	5 000	5 000				
Total M06	152 382	133 535	82%	70%	66%	67%

A M06 encerra o ano de 2021 com uma taxa de compromissos de 82%, com mais de 4.900 candidaturas aprovadas, e com uma taxa de execução de 66%, que corresponde a um montante de pagamentos aos beneficiários de 101.110 mil euros de despesa pública.

A taxa de crescimento 2020-2021 da despesa pública comprometida é positiva (5%), mas muito aquém do reforço da dotação programada (30%), razão pela qual a taxa de compromisso desce face a 2020, 28 pontos percentuais. Em termos absolutos, e relativamente a 2020, a Medida acolhe mais 45.251 mil euros de despesa pública programada, mas somente mais 6.785 mil euros de despesa pública comprometida.

A execução revela uma evolução idêntica à exposta, ficando o seu crescimento (15%) também aquém do reforço da dotação programada (30%), o que explica, em grande medida, o decréscimo da taxa de execução em 13 pontos percentuais, face a 2020. Em termos absolutos, e relativamente a 2020, a Medida acolhe mais 15.580 mil euros de despesa pública paga (e mais 13.124 mil euros de fundo pago).

Implementação da Medida 06

a) Novos anúncios de apresentação de candidaturas

No ano em análise foram abertos dois anúncios no âmbito da Operação 3.1.1 que, com uma dotação orçamental total de 14.000 mil euros, se destinavam a apoiar a instalação de jovens agricultores tanto em territórios vulneráveis ao perigo de incêndio (12º Anúncio), como fora deles (13º Anúncio).

Quadro 94: M06 – Abertura de anúncios em 2021

Un.: mil euros

Anúncio	Dotação do anúncio	Data de início	Data de fim
PDR2020-311-012	5 000	31/12/2021	11/03/2022
PDR2020-311-013	9 000	31/12/2021	11/03/2022
TOTAL	14 000		

Uma vez que o período de apresentação de candidaturas só teve início a 31 de dezembro, que é a data de reporte deste Relatório, não existe qualquer candidatura entrada até então. A análise das admissões a estes anúncios será feita no REA 2022.

b) Seleção, decisão e caracterização de candidaturas

No ano de 2021 foram analisadas 2.159 candidaturas. Do conjunto das análises, apenas cerca de 10% foram do tipo inicial. As restantes são consideradas reanálises que abarcam uma grande quantidade (cerca de 40% das análises feitas em 2021) de pedidos de alteração de projetos outrora aprovados.

Em termos acumulados, isto é, no final de 2021, o universo das 12.099 candidaturas submetidas à M06, 47% das quais da região do Norte, encontrava-

se analisado a 99,8% e decidido a 98%, com uma taxa de aprovação de 36%. Existem mais de 2.500 candidaturas com parecer favorável que não prosseguiram por falta de dotação.

Quadro 95: M06 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas (acumulado)

Código OP/COM	Região	Candidaturas entradas	Candidaturas analisadas	Candidaturas decididas	
		Nº	Nº	Não aprovadas	Aprovadas
				Nº	Nº
3.1.1 (M06)	Norte	5 702	5 694	2 443	1 942
	Centro	3 407	3 402	1 468	1 122
	Lisboa	260	260	115	89
	Alentejo	2 239	2 233	806	972
	Algarve	491	491	232	124
	Total	12 099	12 080	5 064	4 249

A distribuição regional das candidaturas aprovadas aponta para uma predominância da região do Norte em todos os domínios: 46% do total de projetos aprovados e 45% do total de despesa pública aprovada. As regiões de Lisboa e do Algarve, por sua vez, apresentam uma importância reduzida.

Quadro 96: M06 – Distribuição regional dos projetos aprovados (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Projetos aprovados		
		Nº	Desp. pública	FEADER
3.1.1 (M06)	Norte	1 942	53 294	46 494
	Centro	1 122	31 146	27 210
	Lisboa	89	2 563	1 987
	Alentejo	972	28 081	24 630
	Algarve	124	3 324	2 918
	Total	4 249	118 408	103 239

Esta Operação tem no *produtor individual* (68% dos projetos aprovados), do género masculino (62% dos projetos aprovados) e de idade inferior a 35 anos (62% dos projetos aprovados), o seu principal beneficiário-tipo.

Quadro 97: M06 – Tipologia de beneficiário dos projetos aprovados (acumulado)

Código OP/COM	Tipologia de beneficiário	Acumulado		
		Nº	Despesa pública	
			Mil euros	%
3.1.1 (M06)	Produtor individual	2 890	72 065	61%
	Sociedades	1 358	46 313	39%
	Outros	1	30	0,03%
Total M06		4 249	118 408	100%

Quadro 98: M06 – Distribuição dos projetos aprovados, por género e idade (acumulado)

Código OP/COM	Género	Aprovados		
		Idade		TOTAL
		<35	>=35	
3.1.1 (M06)	Feminino	21%	17%	38%
	Masculino	41%	21%	62%
Total M06		62%	38%	100%

Se em termos geográficos a região do Norte liderava, em termos setoriais o predomínio vai para a *fruticultura*, com 46% do universo dos projetos aprovados e da despesa pública respetiva. Embora num patamar inferior de importância, segue-se, como evidenciado no quadro abaixo, a *horticultura* (13% dos projetos e da despesa pública aprovados) e a *bovinicultura* (10% dos projetos aprovados).

Quadro 99: M06 – Distribuição setorial dos projetos aprovados (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Setor	Projetos aprovados		
		Nº	Despesa pública	FEADER
3.1.1 (M06)	Apicultura	176	4 168	3 647
	Bovinicultura	431	12 724	11 106
	Caprinicultura e ovinicultura	169	4 700	4 102
	Cerealicultura, oleaginasas, proteaginosas e leguminosas	93	2 788	2 438
	Fruticultura	1 956	54 053	47 094
	Horticultura	562	15 224	13 275
	Olivicultura	273	7 986	6 997
	Outra produção animal	206	6 518	5 694
	Outras culturas permanentes	48	1 335	1 175
	Outras culturas temporárias	49	1 366	1 192
	Suinicultura	45	1 176	1 030
	Viticultura	241	6 371	5 488
Total M06		4 249	118 408	103 239

O próximo quadro tem em conta, pela primeira vez, os 700 projetos aprovados no anterior período de programação (PRODER) e que, ao abrigo do Regulamento nº 1310/2013, de 17 de dezembro, transitaram para a M06 integrando a prioridade de desenvolvimento rural P2B, e representando um total de 8.147 mil euros de despesa pública.

Em conjunto com as 4.249 aprovações ao PDR2020, perfazem 4.949 projetos aprovados, a que corresponde uma despesa pública de 126.555 mil euros e um FEADER de 111.100 mil euros.

Quadro 100: M06 – Distribuição por prioridade dos projetos aprovados, incluindo transitados (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP	Prioridade/ Domínio	Projetos aprovados (inclui transitados)		
		Nº	Desp. pública	FEADER
3.1.1	P2B	4 949	126 555	111 100
TOTAL M06		4 949	126 555	111 100

A P2B - *Facilitação da entrada de agricultores com qualificações adequadas no setor agrícola e, particularmente, da renovação geracional* é a prioridade/domínio de intervenção do desenvolvimento rural por excelência, para o qual contribui a Operação 3.1.1.

c) Execução financeira

Alcançaram-se 4.649 projetos com execução iniciada no final de 2021, o que representa 94% e 96% do universo dos projetos aprovados e dos contratados, respetivamente.

Registaram-se pagamentos no montante de 101.110 mil euros de despesa pública, com uma comparticipação FEADER de 89.565 mil euros. Estes pagamentos representam uma taxa de execução de 67% de fundo pago, face ao programado.

A execução financeira no ano de 2021 compreendeu 633 mil euros de despesa pública paga a 76 projetos, metade dos quais da região do Norte. Em termos

acumulados, mantém-se como predominante a região do Norte, tanto em número de projetos pagos (47%), como no que respeita a despesa pública paga (45%).

Quadro 101: M06 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Projetos contratados (inclui transitados)			Projetos C/execução iniciada (inclui transitados)			Total pago (inclui transitados)		
		Nº	Desp. pública	FEADER	Nº	Desp. pública	FEADER	Nº	Desp. pública	FEADER
3.1.1 (M06)	Norte	2 266	53 950	44 345	2 193	44 924	39 913	2 264	45 718	40 625
	Centro	1 259	31 373	25 257	1 195	26 249	23 292	1 234	26 571	23 582
	Lisboa	123	2 756	2 178	119	2 414	1 976	120	2 432	1 991
	Alentejo	1 020	27 398	22 234	968	23 049	20 382	992	23 316	20 622
	Algarve	176	3 538	3 032	174	3 053	2 726	176	3 075	2 746
	TOTAL	4 844	119 015	97 046	4 649	99 688	88 289	4 786	101 110	89 565

Considerando agora a despesa pública libertada e a aprovada dos projetos encerrados patentes no quadro seguinte, verifica-se que a taxa de subexecução da M06 se situa nos 4%.

Quadro 102: M06 – Distribuição regional dos projetos encerrados e valor libertado (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Projetos encerrados (inclui transitados)			Valor libertado (inclui transitados)		Tx Sub-execução
		Nº	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER	Desp. pública
		[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]=[4]/([2]+[4])
3.1.1 (M06)	Norte	916	17 691	16 020	780	699	4%
	Centro	513	11 639	10 518	349	367	3%
	Lisboa	54	1 054	905	40	31	4%
	Alentejo	444	11 206	10 007	338	358	3%
	Algarve	118	1 785	1 616	88	83	5%
	Total	2 045	43 375	39 065	1 596	1 539	4%

Mais de 41% dos projetos aprovados até 2021 encontravam-se, à data, encerrados, ainda que $\frac{1}{3}$ destes correspondam a projetos transitados encerrados. No seu total, os 2.045 projetos encerrados representam uma despesa pública encerrada de 43.375 mil euros.

Esta Medida encerrou o ano com um total de compromissos de 125.217 mil euros de despesa pública e 109.779 mil euros de FEADER.

5.6 MEDIDA 07. SERVIÇOS BÁSICOS E RENOVAÇÃO DAS ALDEIAS EM ZONAS RURAIS

Enquadramento

A Medida COM - Serviços básicos e renovação das aldeias em zonas rurais (M07) materializa-se no PDR2020 através de uma única Operação:

- Operação 8.2.1. Gestão de recursos cinegéticos

No âmbito da Decisão C(2021) 6714 de 10 de setembro, esta Medida tem uma dotação de 4.125 mil euros de despesa pública e 3.203 mil euros de FEADER, conforme exposto no quadro seguinte, que apresenta a síntese da operacionalização da M07 reportada ao final do ano de 2021.

Quadro 103: M07 – Taxas de compromisso e de execução

Un.: mil euros

Código OP/COM	Programação		Taxa de compromisso (inclui transitados)		Taxa de execução (inclui transitados)	
	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER
8.2.1	4 125	3 203	59%	61%	34%	35%
Total M07	4 125	3 203	59%	61%	34%	35%

A M07 encerra o ano de 2021 com uma taxa de compromissos de 59%, com 127 candidaturas aprovadas, e com uma taxa de execução de 34%, que corresponde a um montante de pagamentos aos beneficiários de 1.387 mil euros de despesa pública.

A taxa de crescimento 2020-2021 da despesa pública comprometida é positiva (0,12%), mas muito aquém do reforço da dotação programada (18%), razão pela qual a taxa de compromisso desce face a 2020, 13 pontos percentuais. Em termos absolutos, e relativamente a 2020, a Medida acolhe mais 736 mil euros de despesa pública programada, mas somente mais 3 mil euros de despesa pública comprometida.

Quanto à execução, a taxa de crescimento 2020-2021 da despesa pública paga (21%) é superior ao reforço da dotação programada (18%), ainda que a taxa de

execução suba apenas, face a 2020, 1 ponto percentual. Em termos absolutos, e relativamente a 2020, a Medida acolhe mais 295 mil euros de despesa pública paga (e mais 225 mil euros de fundo pago).

Implementação da Medida 07

a) Novos anúncios de apresentação de candidaturas

Com vista a apoiar investimentos na gestão de recursos cinegéticos, procedeu-se à abertura do 4º anúncio da Operação 8.2.1, com uma dotação orçamental total de 5.000 mil euros, destinada às zonas de caça turística (ZCT), associativa (ZCA), municipal (ZCM) ou nacional (ZCN), de forma a promover a biodiversidade, resiliência, valor ambiental e social dos espaços florestais, através da melhoria do ordenamento dos recursos cinegéticos, do desenvolvimento da oferta de bens e serviços recreativos e turísticos em espaço rural ligados à caça e além disso, contribuir para a recuperação e conservação das espécies cinegéticas e os seus habitats.

Até ao final de 2021 não foi submetida qualquer candidatura, uma vez que o período de apresentação se estendeu até 3 de março de 2022. Assim, a análise das candidaturas a este anúncio será feita no REA 2022.

b) Seleção, decisão e caracterização de candidaturas

No ano de 2021 foram analisadas 17 candidaturas, sendo apenas uma do tipo inicial. As restantes são consideradas reanálises que respeitam sobretudo a pedidos de alteração de projetos outrora aprovados.

Em termos acumulados, isto é, no final de 2021, o universo das 167 candidaturas submetidas à M07, 46% das quais da região do Alentejo, encontrava-se analisado a 100% e decidido a 99%, com uma taxa de aprovação de 69%.

Quadro 104: M07 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas			
		Nº	Invest. proposto	Nº	Invest. proposto	Não aprovadas		Aprovadas	
						Nº	Invest. proposto	Nº	Invest. proposto
8.2.1 M07	Norte	41	2 102	41	2 102	13	811	28	1 291
	Centro	31	1 448	31	1 448	13	656	17	766
	Lisboa								
	Alentejo	77	4 111	77	4 111	21	1 342	56	2 770
	Algarve	18	552	18	552	4	196	14	356
	Total	167	8 213	167	8 213	51	3 004	115	5 182

A distribuição regional das candidaturas aprovadas aponta para uma predominância da região do Alentejo em todos os domínios: 49% do total de projetos aprovados e 53% do total de despesa pública aprovada. Não foram apresentadas candidaturas à região de Lisboa.

Quadro 105: M07 – Distribuição regional dos projetos aprovados (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Projetos aprovados				
		Nº	Invest. proposto	Invest. elegível	Desp. pública	FEADER
8.2.1 M07	Norte	28	1 291	599	503	398
	Centro	17	766	474	374	301
	Lisboa					
	Alentejo	56	2 770	1 469	1 179	937
	Algarve	14	356	217	177	105
	Total	115	5 182	2 758	2 233	1 741

Esta Operação tem na forma organizativa de *sociedade* o seu principal beneficiário-tipo (52% dos projetos aprovados), na *melhoria e recuperação de habitats* o seu mais importante tipo de investimento (53% dos projetos aprovados).

O quadro abaixo evidencia a importância das sociedades agroflorestais e/ou cinegéticas - turísticas/imobiliárias como beneficiárias dos apoios em causa (65% da despesa pública) a que se segue a tipologia *outros* (42% dos beneficiários) e que inclui, maioritariamente, organizações do setor da caça (associações/clubes), mas também alguns municípios e freguesias.

Quadro 106: M07 – Tipologia de beneficiário dos projetos aprovados (acumulado)

Código OP/COM	Tipologia de beneficiário	Acumulado		
		Nº	Despesa pública	
			Mil euros	%
8.2.1 M07	Produtor individual	7	127	6%
	Sociedades	60	1 451	65%
	Outros	48	654	29%
Total M07		115	2 233	100%

À *melhoria e recuperação de habitats* (com especial expressão no Alentejo) juntam-se duas outras rubricas de investimento que, no seu conjunto, abarcam 33% do número de projetos aprovados: *infraestruturas de apoio ao desenvolvimento da fauna* (com especial incidência na região do Norte) e a *salvaguarda de aspetos sanitários* (apenas presente nas regiões do Centro e do Alentejo).

Quadro 107: M07 – Distribuição regional da despesa pública dos projetos aprovados, por rubrica de investimento (acumulado)

un.: mil euros

Código OP/COM	Rubrica de investimento	Região					Continente
		Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	
8.2.1 M07	Ações, equipamentos ou infraestruturas de monitorização	27	14		37	1	79
	Compatibilização da atividade cinegética com outras atividades	1	17		35		52
	Diversificação da oferta de serviços	8	14		62	11	95
	Imateriais	29	11		30	5	75
	Infraestruturas de apoio ao desenvolvimento da fauna	319	21		71	2	413
	Melhoria e recuperação de habitats	117	103		816	158	1 193
	Recolha e sistematização de informação	2			0		2
	Salvaguarda de aspetos sanitários		195		128		322
	Total DP regional (%)	23%	17%		53%	8%	100%
Total DP M07 (mil euros)		503	374		1 179	177	2 233

O próximo quadro tem em conta, pela primeira vez, os 12 projetos aprovados no anterior período de programação (PRODER) e que, ao abrigo do Regulamento nº 1310/2013, de 17 de dezembro, transitaram para a M07, integrando a prioridade de desenvolvimento rural P6B e representando um total de 274 mil euros de despesa pública.

Em conjunto com as 115 aprovações ao PDR2020, perfazem 127 projetos aprovados, a que corresponde uma despesa pública de 2.507 mil euros e um FEADER de 2.004 mil euros.

Quadro 108: M07 – Distribuição por prioridade dos projetos aprovados, incluindo transitados (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP	Prioridade / Domínio	Projetos aprovados (inclui transitados)			
		Nº	Invest. elegível	Desp. pública	FEADER
8.2.1	P6B	127	3 033	2 507	2 004
TOTAL M07		127	3 033	2 507	2 004

A P6B - *Fomento do desenvolvimento local nas zonas rurais*, é a prioridade/domínio de intervenção do desenvolvimento rural por excelência, para o qual contribui a Operação 8.2.1.

c) Execução financeira

Alcancaram-se 67 projetos com execução iniciada no final de 2021, representando mais de metade do universo dos projetos aprovados (53%) e contratados (54%) até então (123). Registaram-se pagamentos no montante de 1.387 mil euros de despesa pública, com uma comparticipação FEADER de 1.137 mil euros. Estes pagamentos representam uma taxa de execução de 35% de fundo pago, face ao programado.

A execução financeira no ano de 2021 compreendeu 295 mil euros de despesa pública paga a 30 projetos, maioritariamente (60%) da região do Alentejo. Em termos acumulados, isto é, até ao final do ano de 2021, temos como predominante a região do Alentejo tanto em número de projetos pagos (57%), como no que respeita a despesa pública paga (56%).

Quadro 109: M07 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Projetos contratados (inclui transitados)			Projetos C/execução iniciada (inclui transitados)			Total pago (inclui transitados)		
		Nº	Desp. pública	FEADER	Nº	Desp. pública	FEADER	Nº	Desp. pública	FEADER
8.2.1 M07	Norte	32	597	485	12	256	217	12	256	217
	Centro	17	400	332	6	247	212	6	247	212
	Lisboa									
	Alentejo	57	1 264	1 023	38	777	641	38	777	641
	Algarve	17	186	114	11	107	68	11	107	68
	Total	123	2 448	1 955	67	1 387	1 137	67	1 387	1 137

Considerando a despesa pública libertada e a aprovada dos projetos encerrados patentes no quadro seguinte, verifica-se que a taxa de subexecução da M07 se situa nos 16%.

Quadro 110: M07 - Distribuição regional dos projetos encerrados e valor libertado (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Projetos encerrados (inclui transitados)			Valor libertado (inclui transitados)		Tx Sub- execução
		Nº	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER	Desp. pública
		[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	$\frac{[6]-[4]}{([2]+[4])}$
8.2.1 M07	Norte	9	170	148	53	42	24%
	Centro	6	247	212	8	6	3%
	Lisboa						
	Alentejo	26	600	504	141	111	19%
	Algarve	7	63	42	5	3	7%
	Total	48	1 080	905	207	163	16%

Cerca de 38% dos projetos aprovados até 2021 encontravam-se, à data, encerrados. No seu total, os 48 projetos encerrados representam uma despesa pública de 1.080 mil euros.

Esta Medida encerrou o ano com um total de compromissos de 2.436 mil euros de despesa pública e 1.949 mil euros de FEADER.

5.7 MEDIDA 08. INVESTIMENTOS NO DESENVOLVIMENTO DAS ZONAS FLORESTAIS E NA MELHORIA DA VIABILIDADE DAS FLORESTAS

Enquadramento

A Medida COM - *Investimentos no desenvolvimento de zonas florestais e na melhoria da viabilidade das florestas* (M08) materializa-se, no PDR2020, através de 7 Operações:

- Operação 8.1.1. Florestação terras agrícolas e não-agrícolas
- Operação 8.1.2. Instalação de sistemas agroflorestais
- Operação 8.1.3. Prevenção da floresta contra agentes bióticos e abióticos
- Operação 8.1.4. Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou acontecimentos catastróficos
- Operação 8.1.5. Melhoria da resiliência e do valor ambiental das florestas
- Operação 8.1.6. Melhoria do valor económico das florestas
- Operação 4.0.2. Valorização dos recursos florestais

No âmbito da Decisão C(2021) 6714 de 10 de setembro, a M08 tem uma dotação de 564.830 mil euros de despesa pública e 450.501 mil euros de FEADER, conforme exposto no quadro seguinte, que apresenta a síntese da operacionalização da M08 reportada ao final do ano de 2021.

Quadro 111: M08 – Taxas de compromisso e de execução

Un.: mil euros

Código OP/COM	Programação		Taxa de compromisso (inclui transitados)		Taxa de execução (inclui transitados)	
	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER
8.1.1	174 024	144 854	102%	103%	88%	89%
8.1.2	6 247	4 920	55%	56%	19%	19%
8.1.3	117 906	93 285	74%	77%	42%	45%
8.1.4	106 644	82 453	75%	77%	31%	33%
8.1.5	102 721	79 467	77%	79%	47%	49%
8.1.6	24 859	20 106	74%	77%	63%	67%
4.0.2	32 428	25 416	88%	92%	66%	70%
Total M08	564 830	450 501	84%	86%	57%	60%

Na M08 verificou-se um reforço significativo da dotação, na ordem dos 72.570 mil euros, mais 15% face a 2020.

Mesmo com este reforço assistiu-se, nas Operações 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3, a um aumento igual ou superior a 5% nas taxa de compromisso. Nas restantes Operações assistiu-se a uma redução da taxa de compromisso explicada pelo reforço da dotação referido.

Quanto à taxa de execução, nas Operações 8.1.4, 8.1.1, 8.1.5 e 4.0.2 assistiu-se a um aumento (4, 5, 6 e 12%, respetivamente). A 8.1.3 manteve a taxa de execução em 42%.

Para a M08, globalmente, verifica-se uma taxa de execução de 57%, ou seja, um acréscimo de 2 pontos percentuais face a 2020.

Implementação da Medida 08

a) Novos anúncios de apresentação de candidaturas

Na continuidade da forte aposta efetuada em 2020 na promoção do investimento no âmbito do setor florestal, procedeu-se durante o ano de 2021 à abertura de 4 novos anúncios, com uma dotação de 100 mil euros, destinados a apoiar investimentos relativos à florestação de terras não agrícolas (Operação 8.1.1), à prevenção da floresta contra agentes bióticos e abióticos (Operação 8.1.3), através do controlo de espécies invasoras lenhosas e da instalação e manutenção de mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis, ao restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou por acontecimentos catastróficos (Operação 8.1.4), através da reabilitação de povoamentos florestais de áreas ardidas (2003 a 2020), da reflorestação de áreas ardidas (2011 a 2020) e da recuperação de infraestruturas danificadas.

Foi ainda aberto o 4º anúncio da Operação 4.0.2 destinado ao abate, rechega, concentração, triagem e transporte de material lenhoso, incluindo a biomassa florestal e extração, recolha, armazenamento e transporte de resina e à primeira transformação da madeira, da biomassa florestal e da resina (Operação 4.0.2).

É de realçar que dos 4 avisos abertos só o da 4.0.2 viu o período de candidatura encerrado em 2021.

Quadro 112: M08 – Abertura de anúncios em 2021

Un.: mil euros

Anúncio	Dotação do anúncio	Data de início	Data de fim
PDR2020-811-004	35 000	10/11/2021	03/03/2022
PDR2020-813-006	15 000	30/12/2021	04/04/2022
PDR2020-814-019	35 000	03/12/2021	03/03/2022
PDR2020-402-004	15 000	22/10/2021	22/12/2021
TOTAL	100 000		

b) Seleção, decisão e caracterização de candidaturas

No ano de 2021 entraram 267 candidaturas, as quais representam 3% do número total de candidaturas entradas na M08 até ao momento. Estas candidaturas são sobretudo das Operações 8.1.4 (108 candidaturas) e 4.0.2 (122 candidaturas). Em termos acumulados, até ao final de 2021 foram submetidas 9.411 candidaturas e decididas favoravelmente 2.854 candidaturas com um investimento proposto total de cerca de 476.812 mil euros.

A análise da distribuição regional das candidaturas apresentadas a concurso mostra que a região do Centro continua a liderar em termos de investimento proposto, 42% do total do investimento proposto aprovado (e 33% das candidaturas), mas o Alentejo é a região com maior número de candidaturas aprovadas, ou seja, 42% das candidaturas à M08 (e representam 36% do investimento proposto total).

A região do Norte é também significativa, representando 17% do investimento proposto e 18% das candidaturas aprovadas.

Cruzando a informação por operação e por região, destacam-se 5 situações que sobressaem no conjunto das operações em estudo uma vez que, somadas, representam 59% do total de investimento proposto e 42% das candidaturas decididas favoravelmente:

- Operação 8.1.4, região do Centro - 14% do investimento proposto total e 10% das candidaturas;
- Operação 4.0.2, região do Centro - 13% do investimento proposto total e 3% das candidaturas;

- Operação 8.1.5, região do Alentejo - 12% do investimento proposto total e 18% das explorações;
- Operação 8.1.3, região do Alentejo - 11% do investimento proposto total e 6% das explorações;
- Operação 8.1.3, região do Centro - 9% do investimento proposto total e 5% das explorações.

Encontram-se já analisadas 96% das candidaturas entradas. As candidaturas estão praticamente todas analisadas com exceção das Operações 8.1.5 (95% de candidaturas analisadas) e 4.0.2 (75% das candidaturas analisadas).

A taxa de aprovação na M08 ronda os 56%. A taxa de aprovação mais elevada ocorre nas Operações 8.1.4 e 8.1.6 onde atinge valores de 72% e 74% respetivamente.

Quadro 113: M08 – Distribuição regional das candidaturas entradas, analisadas e decididas (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas			
		Nº	Invest. Proposto ⁽¹⁾	Nº	Invest. Proposto ⁽¹⁾	Não aprovadas		Aprovadas	
						Nº	Invest. Proposto ⁽¹⁾	Nº	Invest. Proposto ⁽²⁾
8.1.1	Norte	418	n.d.	409	n.d.	148	n.d.	87	7 361
	Centro	383	n.d.	383	n.d.	149	n.d.	51	3 740
	Lisboa	14	n.d.	14	n.d.	2	n.d.	2	48
	Alentejo	480	n.d.	479	n.d.	40	n.d.	76	4 089
	Algarve	100	n.d.	100	n.d.	22	n.d.	6	106
	Subtotal	1 395		1 385		361		222	15 344
8.1.2	Norte	32	n.d.	32	n.d.	15	n.d.	3	50
	Centro	52	n.d.	52	n.d.	35	n.d.	10	241
	Lisboa		n.d.		n.d.		n.d.		
	Alentejo	77	n.d.	75	n.d.	28	n.d.	35	2 269
	Algarve	1	n.d.	1	n.d.		n.d.	1	88
	Subtotal	162		160		78		49	2 648
8.1.3	Norte	501	68 472	499	67 746	111	13 435	90	22 299
	Centro	800	140 947	795	136 769	164	23 880	146	43 575
	Lisboa	27	3 773	26	3 410	3	176	4	497
	Alentejo	727	195 482	723	193 168	75	17 262	166	52 870
	Algarve	64	18 405	63	18 272	13	4 836	34	8 547
	Subtotal	2 119	427 078	2 106	419 366	366	59 588	440	127 789
8.1.4	Norte	242	31 263	235	30 930	56	4 443	178	26 458
	Centro	420	80 155	419	79 946	134	10 491	281	68 975
	Lisboa								
	Alentejo	147	25 762	147	25 762	27	2 995	90	21 444
	Algarve	62	8 865	62	8 865	16	1 020	42	7 438
	Subtotal	871	146 046	863	145 503	233	18 949	591	124 315
8.1.5	Norte	629	n.d.	571	n.d.	217	n.d.	121	12 654
	Centro	997	n.d.	971	n.d.	402	n.d.	197	14 465
	Lisboa	65	n.d.	61	n.d.	13	n.d.	13	899
	Alentejo	1 734	n.d.	1 641	n.d.	178	n.d.	523	55 864
	Algarve	324	n.d.	314	n.d.	67	n.d.	96	5 555
	Subtotal	3 749		3 558		877		950	89 437
8.1.6	Norte	29	n.d.	29	n.d.	21	n.d.	8	63
	Centro	188	n.d.	188	n.d.	50	n.d.	138	6 987
	Lisboa	14	n.d.	14	n.d.	4	n.d.	10	396
	Alentejo	367	n.d.	367	n.d.	78	n.d.	289	22 217
	Algarve	24	n.d.	24	n.d.	8	n.d.	16	1 045
	Subtotal	622		622		161		461	30 707
4.0.2	Norte	138	63 663	114	52 817	64	29 825	28	12 787
	Centro	282	177 218	203	128 455	74	46 414	93	61 571
	Lisboa								
	Alentejo	71	35 114	52	26 631	20	11 020	20	12 214
	Algarve	2	860	2	860	2	860		
	Subtotal	493	276 854	371	208 763	160	88 118	141	86 571
M08	Norte	1 989	n.d.	1 889	n.d.	632	n.d.	515	81 673
	Centro	3 122	n.d.	3 011	n.d.	1 008	n.d.	916	199 555
	Lisboa	120	n.d.	115	n.d.	22	n.d.	29	1 839
	Alentejo	3 603	n.d.	3 484	n.d.	446	n.d.	1 199	170 967
	Algarve	577	n.d.	566	n.d.	128	n.d.	195	22 778
	Total	9 411		9 065		2 236		2 854	476 812

⁽¹⁾Operações 8.1.1, 8.1.2, 8.1.5 e 8.1.6 têm avisos com custos forfetários pelo que alguns projetos não têm Investimento Proposto

⁽²⁾Operações 8.1.1, 8.1.2, 8.1.5 e 8.1.6 têm avisos com custos forfetários, pelo que é considerado o Investimento elegível em vez do proposto

Foram aprovadas ao todo na M08, 2.854 candidaturas às quais está associada uma despesa pública de 282.254 mil euros. Das candidaturas aprovadas, 42%

encontram-se na região do Alentejo e 32% na região do Centro, representado, cada uma delas, 37% da despesa pública aprovada total.

A operação 8.1.5 destaca-se por ser a que maior número de projetos aprovados apresenta (33% do total) no entanto a despesa pública que lhes está associada apenas representa 25% da despesa pública da M08.

Já no que respeita à maior representatividade na perspetiva de despesa pública aprovada destaca-se a operação 8.1.4 que soma 28% do total da despesa pública da M08 distribuída por 591 candidaturas, ou seja distribuída por 21% do total do número de candidaturas aprovadas.

Quadro 114: M08 – Distribuição regional dos projetos aprovados (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Projetos aprovados				
		Nº	Invest. Proposto ¹	Invest. elegível	Desp. Pública ²	FEADER ²
8.1.1	Norte	87	7 361	7 361	9 239	7 341
	Centro	51	3 740	3 740	5 307	4 259
	Lisboa	2	48	48	59	41
	Alentejo	76	4 089	4 089	7 568	6 273
	Algarve	6	106	106	173	126
	Subtotal	222	15 344	15 344	22 346	18 041
8.1.2	Norte	3	50	50	72	57
	Centro	10	241	241	300	241
	Lisboa					
	Alentejo	35	2 269	2 269	2 981	2 428
	Algarve	1	88	88	104	72
	Subtotal	49	2 648	2 648	3 457	2 797
8.1.3	Norte	90	22 299	15 359	13 674	10 778
	Centro	146	43 575	21 522	19 157	15 292
	Lisboa	4	497	371	315	159
	Alentejo	166	52 870	30 057	26 187	21 117
	Algarve	34	8 547	4 157	3 980	2 325
	Subtotal	440	127 789	71 466	63 312	49 671
8.1.4	Norte	178	26 458	18 243	17 079	13 665
	Centro	281	68 975	53 214	47 483	37 600
	Lisboa					
	Alentejo	90	21 444	12 337	10 460	8 550
	Algarve	42	7 438	5 638	4 762	2 795
	Subtotal	591	124 315	89 432	79 784	62 610
8.1.5	Norte	121	12 654	12 654	11 552	9 188
	Centro	197	14 465	14 465	12 218	9 785
	Lisboa	13	899	899	703	343
	Alentejo	523	55 864	55 864	45 180	36 064
	Algarve	96	5 555	5 555	4 870	2 864
	Subtotal	950	89 437	89 437	74 522	58 243
8.1.6	Norte	8	63	63	23	19
	Centro	138	6 987	6 987	2 910	2 353
	Lisboa	10	396	396	158	79
	Alentejo	289	22 217	22 217	9 637	7 853
	Algarve	16	1 045	1 045	435	274
	Subtotal	461	30 707	30 707	13 164	10 579
4.0.2	Norte	28	12 787	9 829	4 184	3 320
	Centro	93	61 571	44 144	17 946	14 449
	Lisboa					
	Alentejo	20	12 214	8 726	3 540	2 816
	Algarve					
	Subtotal	141	86 571	62 699	25 669	20 586
M08	Norte	515	81 673	63 559	55 823	44 368
	Centro	916	199 555	144 314	105 320	83 979
	Lisboa	29	1 839	1 713	1 235	622
	Alentejo	1 199	170 967	135 560	105 552	85 102
	Algarve	195	22 778	16 587	14 323	8 457
	Total	2 854	476 812	361 733	282 254	222 528

⁽¹⁾Operações 8.1.1, 8.1.2, 8.1.5 e 8.1.6 têm avisos com custos forfetários, pelo que é considerado o investimento elegível em vez do proposto

⁽²⁾Nas operações 8.1.1 e 8.1.2 estão incluídos prémios

Relativamente à área associada aos projetos aprovados, verifica-se que a maior área aprovada está associada às Operações 8.1.5 (34 mil ha) e 8.1.4 (26 mil ha), representando 44% e 33% do total da área aprovada, respetivamente.

O Alentejo é a região que maior área ocupa relativamente aos projetos aprovados da M08, com cerca de 37.994ha (49% do total da área aprovada), superior à soma das áreas das regiões do Norte e do Centro que totaliza 37.331ha (48% da área total aprovada). Este facto deixa a descoberto que o peso relativo da área aprovada nas regiões de Lisboa e Algarve é muito pequeno (cerca de 3%)

O *sobreiro* destaca-se como sendo a espécie que maior área viu aprovada, com mais de 35 mil ha (46% da área aprovada), especialmente através da Operação 8.1.5 que absorveu 73% da área total aprovada do *sobreiro* nesta Operação (cerca de 26 mil ha).

A Operação 8.1.4 é aquela onde o *pinheiro* tem mais relevância uma vez que 58% da área aprovada de *pinheiro* (15.257 ha) se encontra afeto a esta Operação, principalmente na região do Centro onde se registaram, no total, 13.418ha de área aprovada.

Quadro 115: M08 – Distribuição regional da área das espécies florestais dos projetos aprovados (acumulado)

Unid:ha

Espécies	Código OP/COM	Região					Total
		Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	
Pinheiro	8.1.1	1 244	801	13	1 038	28	3 125
	8.1.2				227		227
	8.1.3		297				297
	8.1.4	1 219	13 418		204	416	15 257
	8.1.5	1 947	1 129	225	4 063	76	7 439
	8.1.6		1		4		4
	Total	4 409	15 645	238	5 535	520	26 348
Sobreiro	8.1.1	826	640	5	891	3	2 365
	8.1.2	42	169		1 665	45	1 921
	8.1.3				2 582		2 582
	8.1.4	1 001	696		252	804	2 753
	8.1.5	406	1 740	157	23 588	124	26 014
	8.1.6		2		179		180
	Total	2 275	3 247	162	29 156	976	35 815
Outras	8.1.1	728	226	6	303	13	1 276
	8.1.2	11	15		308		334
	8.1.3	2 270					2 270
	8.1.4	5 013	2 171		233	232	7 650
	8.1.5	180	27	3	216	199	625
	8.1.6	22	1 090	31	2 243	29	3 415
	Total	8 225	3 529	40	3 303	473	15 571
M08	8.1.1	2 798	1 668	24	2 232	44	6 766
	8.1.2	54	183		2 200	45	2 482
	8.1.3	2 270	297		2 582		5 148
	8.1.4	7 233	16 285		689	1 453	25 659
	8.1.5	2 533	2 895	386	27 866	398	34 078
	8.1.6	22	1 093	31	2 426	29	3 600
	Total	14 910	22 421	441	37 994	1 968	77 734

Em termos da distribuição regional da despesa pública pelas diferentes rubricas nas diferentes Operações é de realçar:

Na Operação 8.1.1, a principal rubrica de investimento é a *instalação de povoamentos florestais em terras não agrícolas* que representa $\frac{3}{4}$ da despesa pública. Este valor de despesa pública concentra-se no Norte (45%) e no Centro (21%) sendo a principal rubrica de investimento nestas regiões. A rubrica *instalação de povoamentos florestais em terras agrícolas* representa ainda 18% da despesa pública desta Operação, sendo a rubrica mais importante na região do Alentejo.

Na Operação 8.1.2 mais de metade da despesa pública está associada à rubrica *sistemas silvopastoris* e cerca de $\frac{1}{3}$ da despesa pública à *instalação de povoamentos*. No Alentejo e no Centro a importância relativa destas 2 rubricas é distinta: enquanto no Centro a principal rubrica é a *instalação de povoamentos* no Alentejo são os *sistemas silvopastoris*.

A rubrica mais relevante na Operação 8.1.3 é a *prevenção e controlo de agentes bióticos nocivos*, com mais de metade da despesa pública, seguida das rubricas *gestão de combustível* (22% do total da Operação) e *defesa da floresta contra incêndios* (16% do total da Operação). Analisando as regiões mais importantes, verifica-se que no Alentejo e no Norte a rubrica mais importante é a *prevenção e controlo de agentes bióticos nocivos* e no Centro a *gestão de combustível*.

Relativamente à Operação 8.1.4, mais de 77% da despesa pública total é representada por 2 rubricas, a *estabilização de emergência* (44% do total) e a *recuperação de povoamentos florestais* (33% do total). No Alentejo a rubrica mais importante é o *restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos nocivos*.

As rubricas *ordenamento e gestão florestal* e *melhoria da resiliência do valor ambiental das florestas* representam, na Operação 8.1.5, mais de 90% da despesa pública, tendo ambas pesos relativamente semelhantes. Em termos regionais só as regiões do Norte e Lisboa fogem deste padrão, sendo o *ordenamento e gestão florestal* a rubrica com maior peso (cerca de $\frac{2}{3}$ do total regional).

Na Operação 8.1.6 há, igualmente, 2 rubricas que recebem mais de 90% da despesa pública, as rubricas *melhoria do valor económico da floresta* e *recuperação de povoamentos em subprodução*, ambas com cerca de 45% da despesa pública total. As regiões do Norte e Centro são as únicas onde a rubrica *recuperação de povoamentos em subprodução* é a mais importante.

Mais uma vez, na Operação 4.0.2, verifica-se que 2 rubricas representam a quase totalidade do investimento: a rubrica *materiais*, com mais de $\frac{2}{3}$ da despesa pública, e a rubrica *máquinas e equipamentos* com 30%.

Quadro 116: M08 – Distribuição regional da despesa pública dos projetos aprovados, por rubrica de investimento (acumulado)

un: mil euros

Código OP / COM	Rubrica de investimento	Região					Continente
		Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	
8.1.1	Instalação de povoamentos	3 763	2 269	26	675	29	6 762
	Instalação de povoamentos florestais em terras agrícolas	140	369	-	1 701	33	2 242
	Instalação de povoamentos florestais em terras não agrícolas	1 827	294	-	459	12	2 592
	Infraestruturas	264	71	4	86	2	428
	Imateriais	216	72	1	94	4	386
	Total DP regional (%)	50%	25%	0%	24%	1%	100%
	Total DP regional (mil euros)	6 210	3 076	31	3 014	79	12 411
8.1.2	Bosquetes e cortinas de abrigo	-	-	-	3	-	3
	Imateriais	3	8	-	68	3	82
	Infraestruturas	8	16	-	89	-	112
	Instalação de povoamentos	29	106	-	600	-	735
	Sistemas silvopastoris	-	56	-	1 008	67	1 131
	Total DP regional (%)	2%	9%		86%	3%	100%
	Total DP regional (mil euros)	40	185		1 768	70	2 063
8.1.3	Controlo de espécies invasoras lenhosas	579	2 668	-	74	-	3 321
	Defesa da floresta contra incêndios	869	5 431	28	2 273	1 596	10 198
	Gestão de combustível	5 512	7 008	-	650	945	14 115
	Infraestruturas	228	398	-	-	136	762
	Prevenção e controlo de agentes bióticos nocivos	6 251	3 302	275	22 621	1 184	33 634
	Imateriais	235	349	12	569	119	1 282
	Total DP regional (%)	22%	30%	0%	41%	6%	100%
	Total DP regional (mil euros)	13 674	19 157	315	26 187	3 980	63 312
8.1.4	Restabelecimento floresta afetada agentes abióticos	2 011	989	-	3 834	525	7 360
	Restabelecimento floresta afetada agentes bióticos nocivos	-	37	-	4 826	1 145	6 008
	Estabilização de emergência	10 001	24 812	-	351	64	35 228
	Imateriais	507	772	-	275	86	1 640
	Controlo da erosão	-	1 358	-	-	876	2 234
	Infraestruturas	-	666	-	19	137	822
	Recuperação de povoamentos florestais	4 560	18 849	-	1 155	1 929	26 492
	Total DP regional (%)	21%	60%		13%	6%	100%
	Total DP regional (mil euros)	17 079	47 483		10 460	4 762	79 784
8.1.5	Imateriais	339	404	20	1 308	155	2 226
	Ordenamento e Gestão Florestal	7 296	5 616	450	18 931	2 024	34 317
	Infraestruturas	413	307	28	837	105	1 690
	Melhoria da Resiliência do Valor Ambiental das Florestas	3 504	5 891	204	24 103	2 586	36 288
	Total DP regional (%)	16%	16%	1%	61%	7%	100%
	Total DP regional (mil euros)	11 552	12 218	703	45 180	4 870	74 522
8.1.6	Certificação da Gestão Florestal Sustentável	0	1	0	28	-	30
	Imateriais	1	108	7	314	48	478
	Infraestruturas	-	0	-	5	-	5
	Melhoria do Valor Económico da Floresta	8	960	82	4 718	180	5 949
	Ordenamento e Gestão Florestal	-	8	-	529	-	537
	Recuperação de Pov. Subprodução	14	1 832	68	4 044	207	6 165
	Total DP regional (%)	0%	22%	1%	73%	3%	100%
	Total DP regional (mil euros)	23	2 910	158	9 637	435	13 164
4.0.2	Imateriais	73	269	-	48	-	390
	Infraestruturas	26	-	-	3	-	30
	Máquinas e equipamentos	1 271	5 542	-	990	-	7 803
	Materiais	2 813	12 135	-	2 499	-	17 447
	Total DP regional (%)	16%	70%		14%		100%
	Total DP regional (mil euros)	4 184	17 946		3 540		25 669
M08	Total DP (mil euros)	52 762	102 975	1 207	99 785	14 196	270 925

*Despesa Pública não inclui prémios

Além dos projetos aprovados no atual quadro programático, devem também ser considerados os 9 832 projetos aprovados no anterior período de programação (PRODER) e que, ao abrigo do Regulamento nº 1310/2013, de 17 de dezembro, transitaram:

- 155.323 mil euros de despesa pública para a Operação 8.1.1 (este valor inclui prémios) e 342 euros para a 8.1.2 - Prioridade 5;
- 37.191 mil euros despesa pública para as Operações 8.1.3, 8.1.4 e 8.1.5 - Prioridade 4;
- 10.233 mil euros para as Operações 8.1.6 e 4.0.2 - Prioridade 2.

Em conjunto com as 2 854 aprovações no quadro do PDR2020, perfazem 12.686 projetos aprovados e corresponde uma despesa pública de 485.002 mil euros e um FEADER de 396.340 mil euros.

Quadro 117: M08 - Distribuição por prioridade dos projetos aprovados, incluindo transitados (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP	Prioridade/ Domínio	Projetos aprovados (inclui transitados)			
		Nº	Invest. elegível	Desp. Pública ¹	FEADER ¹
8.1.1	P5E	9 117	17 684	177 670	149 129
8.1.2	P5E	50	2 649	3 457	2 798
8.1.3	P4	822	97 696	89 542	73 055
8.1.4	P4	654	93 519	83 871	66 364
8.1.5	P4A	620	33 848	29 851	24 158
	P4BC	309	37 572	31 771	25 019
	P5E	248	24 890	19 774	15 341
8.1.6	P2A	672	37 495	19 951	16 725
4.0.2	P2A	187	63 527	27 807	22 697
	P3A	5	2 005	1 003	798
	P5B	1	145	72	61
	P5C	1	468	234	196
M08	TOTAL	12 686	411 498	485 002	396 340

⁽¹⁾ Nas operações 8.1.1 e 8.1.2 estão incluídos prémios

A prioridade/domínio de intervenção do desenvolvimento rural mais representativa, em 2021, foi a P5E - *Melhoria do desempenho económico de todas as explorações agrícolas e facilitação da reestruturação e modernização das explorações agrícolas, tendo em vista nomeadamente aumentar a participação no mercado e a orientação para esse mesmo mercado, assim como a diversificação agrícola* na Operação 8.1.1, tanto no que respeita à despesa pública aprovada (77% da M08), bem como ao número de projetos aprovados (72% da M08), sendo esta prioridade/domínio mais importante nesta Operação (97% dos projetos e 88% dos projetos da prioridade P5E).

c) Execução financeira

No final de 2021 registaram-se 3 057 projetos com execução iniciada, representando 88% do universo dos projetos contratados até então.

Quadro 118: M08 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos (acumulado)

Código OP/COM	Região	Projetos contratados (inclui transitados)			Projetos C/Execução Iniciada (inclui transitados)			Total pago (inclui transitados)		
		Nº	Desp. pública	FEADER	Nº	Desp. pública	FEADER	Nº	Desp. pública	FEADER
8.1.1	Norte	80	5 748	4 665	66	1 644	1 360	68	1 712	1 413
	Centro	68	5 532	4 497	46	983	838	47	1 538	1 271
	Lisboa	19	474	432	18	417	393	18	417	393
	Alentejo	103	8 227	6 930	92	2 829	2 439	92	2 829	2 439
	Algarve	11	473	372	8	348	280	8	348	280
	Subtotal	281	20 455	16 895	230	6 221	5 310	233	6 844	5 796
8.1.2	Norte	1	0	0	1	0	0	1	0	0
	Centro	11	302	243	6	62	51	6	62	51
	Lisboa									
	Alentejo	35	2 789	2 299	22	1 026	845	22	1 026	845
	Algarve	1	104	72	1	67	45	1	67	45
	Subtotal	48	3 195	2 615	30	1 156	941	30	1 156	941
8.1.3	Norte	85	9 645	7 707	67	2 759	2 267	67	2 759	2 267
	Centro	252	22 062	18 662	226	15 366	13 378	231	15 535	13 511
	Lisboa	54	3 089	2 541	53	3 012	2 502	53	3 012	2 502
	Alentejo	341	37 828	31 709	323	25 579	22 040	324	25 619	22 072
	Algarve	42	4 325	2 583	41	2 150	1 321	42	2 157	1 325
	Subtotal	774	76 949	63 201	710	48 865	41 508	717	49 082	41 677
8.1.4	Norte	167	14 340	11 559	137	7 575	6 220	138	7 655	6 282
	Centro	287	44 880	35 934	216	15 008	12 355	220	15 725	12 921
	Lisboa	4	374	319	3	335	291	3	335	291
	Alentejo	87	9 905	8 128	79	6 665	5 569	79	6 665	5 569
	Algarve	50	5 393	3 457	40	3 154	2 161	40	3 154	2 161
	Subtotal	595	74 892	59 397	475	32 737	26 596	480	33 533	27 225
8.1.5	Norte	136	11 163	8 925	110	4 319	3 456	110	4 319	3 456
	Centro	378	18 795	15 729	350	12 476	10 737	351	12 580	10 819
	Lisboa	21	861	526	20	598	400	20	598	400
	Alentejo	486	43 032	34 416	412	28 789	23 164	412	28 789	23 164
	Algarve	93	4 474	2 635	85	2 415	1 440	85	2 415	1 440
	Subtotal	1 114	78 325	62 231	977	48 597	39 198	978	48 701	39 279
8.1.6	Norte	30	450	412	29	443	407	29	443	407
	Centro	140	3 124	2 523	120	2 155	1 760	120	2 987	2 544
	Lisboa	10	158	79	10	142	72	10	958	809
	Alentejo	284	9 502	7 761	264	6 913	5 711	264	10 626	9 178
	Algarve	16	435	274	16	391	248	16	661	470
	Subtotal	480	13 670	11 049	439	10 045	8 197	439	15 675	13 408
4.0.2	Norte	56	6 783	5 606	57	5 235	4 386	57	5 235	4 386
	Centro	113	19 105	15 521	110	13 289	10 931	110	13 289	10 931
	Lisboa									
	Alentejo	29	3 924	3 176	29	3 011	2 453	29	3 011	2 453
	Algarve									
	Subtotal	198	29 812	24 303	196	21 536	17 771	196	21 536	17 771
M08	Norte	555	48 129	38 873	467	21 976	18 097	470	22 123	18 211
	Centro	1 249	113 801	93 109	1 074	59 339	50 050	1 085	61 717	52 048
	Lisboa	108	4 957	3 899	104	4 505	3 658	104	5 320	4 396
	Alentejo	1 365	115 208	94 418	1 221	74 813	62 221	1 222	78 565	65 719
	Algarve	213	15 205	9 392	191	8 524	5 495	192	8 801	5 721
	Total	3 490	297 299	239 690	3 057	169 157	139 520	3 073	176 527	146 096

⁽¹⁾ Operações 8.1.1 e 8.1.2 excluem os prémios dos transitados do RURIS, da medida 3 do AGRO, do PO CENTRO AIBT e do PRODER

No final de 2021, à M08, associam-se pagamentos no montante de 176.527 mil euros de despesa pública e uma comparticipação FEADER de 146.096 mil euros. A esta execução falta ainda somar os pagamentos referentes a prémios de compromissos dos anteriores quadros programáticos, nas Operações 8.1.1 e 8.1.2 que, no final de 2021, acendiam já a 145.671 mil euros de despesa pública e 123.195 mil euros de FEADER o que, no total, representa uma execução de 269.291 mil euros de fundo na M08. Estes pagamentos representam uma taxa de execução de 60% de fundo pago, face ao programado.

A execução financeira no ano de 2021 compreendeu 39.130 mil euros de despesa pública paga a 1.014 projetos, maioritariamente (76%) das regiões do Alentejo e Centro do país. Em termos acumulados, isto é, até ao final do ano de 2021, temos como predominante, na M08, a região do Alentejo em número de projetos pagos (40%) e no que respeita a despesa pública paga (45%).

A taxa de subexecução da M08 situa-se nos 15%, apresentando o valor mais elevado na Operação 8.1.6, 24%.

Quadro 119: M08 - Distribuição regional dos projetos encerrados e valor libertado (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Projetos Encerrados (inclui transitados)			Valor Libertado (inclui transitados)		Tx Sub-execução
		Nº	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER	Desp. pública
		[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]=[4]/([2]+[4])
8.1.1	Norte	53	1 250	1 049	328	259	21%
	Centro	34	763	658	111	87	13%
	Lisboa	17	415	391	201	141	33%
	Alentejo	81	2 609	2 258	434	343	14%
	Algarve	8	348	280	78	55	18%
	Subtotal	193	5 385	4 636	1 152	885	18%
8.1.2	Norte	1	0	0	0	0	0,2%
	Centro	3	52	42	13	10	19,6%
	Lisboa						
	Alentejo	18	988	814	11	9	1,1%
	Algarve	1	67	45	3	2	4,4%
	Subtotal	23	1 107	902	26	21	2%
8.1.3	Norte	50	1 984	1 658	401	316	17%
	Centro	195	13 042	11 520	4 741	3 741	27%
	Lisboa	51	2 919	2 455	760	532	21%
	Alentejo	264	20 377	17 783	3 941	3 113	16%
	Algarve	17	901	588	61	40	6%
	Subtotal	577	39 223	34 002	9 904	7 741	20%
8.1.4	Norte	90	5 221	4 321	796	628	13%
	Centro	115	8 186	6 916	2 592	2 049	24%
	Lisboa	3	335	291	8	5	2%
	Alentejo	61	4 673	3 912	1 155	913	20%
	Algarve	28	2 605	1 843	620	403	19%
	Subtotal	297	21 019	17 282	5 171	3 997	20%
8.1.5	Norte	59	1 785	1 464	103	97	5%
	Centro	279	10 742	9 350	1 871	1 475	15%
	Lisboa	14	374	290	92	60	20%
	Alentejo	224	16 856	13 709	1 252	991	7%
	Algarve	47	1 718	1 033	276	160	14%
	Subtotal	623	31 475	25 846	3 593	2 783	10%
8.1.6	Norte	27	439	404	25	20	5%
	Centro	132	2 384	2 057	543	429	19%
	Lisboa	42	882	745	106	51	11%
	Alentejo	318	9 557	8 296	3 742	2 955	28%
	Algarve	26	633	452	46	28	7%
	Subtotal	545	13 895	11 954	4 463	3 483	24%
4.0.2	Norte	43	4 182	3 545	652	513	13%
	Centro	79	10 927	9 062	459	361	4%
	Lisboa						
	Alentejo	18	1 679	1 387	68	54	4%
	Algarve						
	Subtotal	140	16 789	13 994	1 179	928	7%
M08	Norte	264	14 862	10 976	2 201	1 736	13%
	Centro	558	46 095	30 254	8 459	6 677	16%
	Lisboa	113	4 925	3 882	1 075	729	18%
	Alentejo	760	56 740	34 450	9 351	7 386	14%
	Algarve	80	6 271	3 208	809	527	11%
	Total	1 775	128 893	82 770	21 894	17 054	15%

(1) Operações 8.1.1 e 8.1.2 excluem os prémios dos transitados do RURIS, da medida 3 do AGRO, do PO CENTRO AIBT e do PRODER

Até ao final de 2021 encontravam-se encerrados 1.775 projetos, ainda que 63% destes correspondam a projetos transitados encerrados. No seu total estes projetos representam uma despesa pública encerrada de 128.893 mil euros.

Assim, esta Medida encerrou o ano com um total de compromissos de 474.319 mil euros de despesa pública e 388.031 mil euros de FEADER.

5.8 MEDIDA 09. CRIAÇÃO DE AGRUPAMENTOS E ORGANIZAÇÕES DE PRODUTORES

A Medida COM - *Criação de agrupamentos e organizações de produtores* (M09) concretiza-se no PDR2020 através de uma única Operação:

- Operação 5.1.1. Criação de agrupamentos e organizações de produtores

No âmbito da Decisão C(2021) 6714 de 10 de setembro, esta Medida tem uma dotação de 3.771 mil euros de despesa pública e 3.163 mil euros de FEADER, conforme exposto no quadro seguinte, que apresenta a síntese da operacionalização da M09 reportada ao final do ano de 2021.

Quadro 120: M09 – Taxas de compromisso e de execução

Un.: mil euros

Código OP/COM	Programação		Taxa de compromisso (inclui transitados)		Taxa de execução (inclui transitados)	
	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER
5.1.1	3 771	3 163	85%	85%	48%	47%
Total M09	3 771	3 163	85%	85%	48%	47%

A M09 termina 2021 com uma taxa de compromissos de 85%, com 8 candidaturas aprovadas, e com uma taxa de execução de 48%, que corresponde a um montante de pagamentos aos beneficiários de 1.800 mil euros de despesa pública.

A M09 acolhe mais 625 mil euros de despesa pública programada (e mais 510 mil euros de FEADER programado) relativamente a 2020. Esse aumento explica as menores taxas de compromisso e de execução comparativamente a 2020, de menos 17 e menos 3 pontos percentuais, respetivamente, apesar de, em termos absolutos, terem registado um aumento face ao ano anterior.

Implementação da Medida 09

a) Novos anúncios de apresentação de candidaturas

No final do ano 2021 foi aberto o 3º anúncio destinado a apoiar os agrupamentos de produtores multiprodutos reconhecidos ao abrigo da Portaria nº 123/2021, de

18 de junho, designadamente os produtores detentores do estatuto de agricultura familiar, que produzam em modo de produção sustentável, ou de produtos locais certificados. Estes agrupamentos de produtores têm como principais objetivos a concentração da oferta e a colocação no mercado da produção dos seus membros.

Até ao final de 2021 não foi submetida qualquer candidatura no âmbito do novo anúncio, uma vez que o período de apresentação só teve início no dia 30 de dezembro de 2021. Assim, a análise das candidaturas a este anúncio far-se-á no relatório de execução de 2022.

b) Seleção, decisão e caracterização de candidaturas

No ano de 2021 nenhuma candidatura ingressou no âmbito da M09. Também nenhum processo de decisão foi tomado. A atividade relativa a 2021 envolveu a reanálise de 5 candidaturas entradas em 2017 e, com parecer favorável por parte do PDR2020, enviadas ao IFAP em 2018, correspondendo, sem exceção, a análises de pedidos de alteração por parte do beneficiário. As 5 reanálises traduziram-se em contratos assinados junto do IFAP em 2021.

No final de 2021, as 8 candidaturas submetidas à M09 estavam, à data, analisadas e decididas, todas favoravelmente.

Quadro 121: M09 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas			
		Nº	Invest. proposto	Nº	Invest. proposto	Não aprovadas		Aprovadas	
						Nº	Invest. proposto	Nº	Invest. proposto
5.1.1 M09	Norte								
	Centro	1	472	1	472			1	472
	Lisboa	1	1 089	1	1 089			1	1 089
	Alentejo	6	2 946	6	2 946			6	2 946
	Algarve								
	Total	8	4 507	8	4 507			8	4 507

A distribuição regional das candidaturas aprovadas até ao final do ano, exposta no quadro seguinte, aponta para uma predominância da região do Alentejo em todas as vertentes, tanto no número de projetos aprovados (75% do total), como no que concerne a investimento (78% da despesa pública aprovada).

Aponte-se a ausência das regiões do Norte e Algarve como territórios beneficiários dos apoios previstos à criação de agrupamentos e organizações de produtores.

Quadro 122: M09 – Distribuição regional dos projetos aprovados (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Projetos aprovados				
		Nº	Invest. proposto	Invest. elegível	Desp. pública	FEADER
5.1.1 M09	Norte					
	Centro	1	472	365	300	255
	Lisboa	1	1 089	716	400	300
	Alentejo	6	2 946	2 605	2 500	2 125
	Algarve					
	Total	8	4 507	3 686	3 200	2 680

Do conjunto de beneficiários, 4 são *sociedades* (3 anónimas e 1 por quotas), 3 são *cooperativas* (CRL's) e a restante consiste num agrupamento complementar de empresas (ACE).

Quadro 123: M09 – Tipologia de beneficiário dos projetos aprovados (acumulado)

Código OP/COM	Tipologia de beneficiário	Acumulado		
		Nº	Despesa Pública	
			Mil euros	%
5.1.1 M09	Cooperativas	3	1 200	38%
	Sociedades	4	1 600	50%
	Outros	1	400	13%
Total M09		8	3 200	100%

A P3A - Aumento da competitividade dos produtores primários mediante a sua melhor integração na cadeia agroalimentar através de regimes de qualidade, do aumento de valor aos produtos agrícolas, da promoção em mercados locais e circuitos de abastecimento curtos, dos agrupamentos e organizações de produtores e das organizações interprofissionais é a prioridade/domínio de intervenção do desenvolvimento rural por excelência, para o qual contribui a Operação 5.1.1.

Quadro 124: M09 – Distribuição por prioridade dos projetos aprovados, incluindo transitados (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP	Prioridade/ Domínio	Projetos aprovados (inclui transitados)			
		Nº	Invest. elegível	Desp. pública	FEADER
5.1.1 M09	P3A	8	3 686	3 200	2 680

c) Execução financeira

No final de 2021 alcançaram-se 8 projetos contratados com execução iniciada.

Até ao final de 2021, registaram-se pagamentos no montante de 1.800 mil euros de despesa pública com uma comparticipação FEADER de 1.500 mil euros. Estes pagamentos representam uma taxa de execução de 47% de fundo pago, face ao programado.

A execução em 2021 envolveu 200 mil euros de despesa pública paga a 2 projetos, um da região do Centro e o outro de Lisboa.

Em termos acumulados, isto é, até ao final do ano, a região do Alentejo é predominante tanto em número de projetos pagos (75% no total), como no que respeita a despesa pública paga (67%, em conjunto, no total).

Quadro 125: M09 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Projetos contratados (inclui transitados)			Projetos C/Execução Iniciada (inclui transitados)			Total pago (inclui transitados)		
		Nº	Desp. pública	FEADER	Nº	Desp. pública	FEADER	Nº	Desp. pública	FEADER
5.1.1 M09	Norte									
	Centro	1	300	255	1	300	255	1	300	255
	Lisboa	1	400	300	1	300	225	1	300	225
	Alentejo	6	2 500	2 125	6	1 200	1 020	6	1 200	1 020
	Algarve									
	Total	8	3 200	2 680	8	1 800	1 500	8	1 800	1 500

Apenas 1 dos 8 projetos aprovados até 2021 encontrava-se, à data, encerrado. Perfaz uma despesa pública encerrada de 300 mil euros e um FEADER correspondente de 255 mil euros. Como exposto no quadro seguinte, o projeto encerrado não tem associado valor libertado, tendo por isso utilizado na íntegra o valor aprovado.

**Quadro 126: M09 – Distribuição regional dos projetos encerrados e valor libertado
(acumulado)**

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Projetos Encerrados (inclui transitados)			Valor Libertado (inclui transitados)		Tx Sub- execução
		Nº	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER	Desp. pública
		[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]=[4]/([2]+[4])
5.1.1 M09	Norte						
	Centro	1	300	255			
	Lisboa						
	Alentejo						
	Algarve						
	Total	1	300	255			

Esta Medida encerrou o ano com um total de compromissos de 3.200 mil euros de despesa pública e 2.680 mil euros de FEADER.

5.9 MEDIDA 10. AGROAMBIENTE E CLIMA

Enquadramento

A Medida COM - Investimentos em agroambiente e clima (M10) subdivide-se em 2 Submedidas materializadas no PDR2020 através de 16 Operações:

Submedida COM 10.1 - Pagamento para compromissos agroambiente clima

- Operação 7.2.1. Produção integrada
- Operação 7.3.2. Pagamentos Rede Natura - Apoios zonais de carácter agroambiental
- Operação 7.4.1. Conservação do solo - Sementeira direta ou mobilização na linha
- Operação 7.4.2. Conservação do solo - Enrelvamento da entrelinha de culturas permanentes
- Operação 7.5.1. Uso eficiente da água
- Operação 7.6.1. Culturas permanentes tradicionais
- Operação 7.6.2. Culturas permanentes tradicionais - Douro Vinhateiro
- Operação 7.7.1. Pastoreio extensivo - Apoio à manutenção de lameiros de alto valor natural
- Operação 7.7.2. Pastoreio extensivo - Apoio à manutenção de sistemas agro-silvo-pastoris sob montado
- Operação 7.7.3. Pastoreio extensivo - Apoio à proteção do lobo-ibérico
- Operação 7.8.1. Recursos genéticos - Manutenção de raças autóctones em risco
- Operação 7.8.2. Recursos genéticos - Utilização de variedades vegetais tradicionais
- Operação 7.9.1. Mosaico agroflorestal
- Operação 7.12.1. Apoio agroambiental à apicultura

Submedida COM 10.2 - Apoio à conservação dos recursos genéticos na agricultura

- Operação 7.8.3. Recursos genéticos - Conservação e melhoramento de recursos genéticos animais
- Operação 7.8.4. Recursos genéticos - Conservação e melhoramento de recursos genéticos vegetais

O Regulamento (UE) nº 1305/2013, de 17 de dezembro, que estabelece as regras gerais do apoio ao desenvolvimento rural financiado pelo FEADER, prevê que, sem prejuízo dos compromissos serem assumidos por um período de cinco a sete anos, os Estados-Membros poderão, caso seja necessário, a fim de obter ou manter os benefícios ambientais pretendidos, fixar um período mais longo nos seus programas de desenvolvimento rural para determinados tipos de compromissos, nomeadamente prevendo a sua prorrogação anual após o termo do período inicial. O referido regulamento prevê ainda a possibilidade de o Estado-Membro prorrogar anualmente os compromissos de natureza agroambiental e silvoambiental após o termo do período inicial.

A regulamentação nacional que aprova os regimes de aplicação das medidas de natureza agroambiental e silvoambiental previstas na arquitetura do PDR2020, na área relativa ao *Ambiente, eficiência no uso dos recursos e clima*, prevê que os compromissos dessa natureza, estabelecidos para um período de cinco anos, possam ser prorrogados até um máximo de dois anos, mediante requerimento do beneficiário e decisão da AG. Neste enquadramento, a Portaria nº 407-A/2019, de 23 de dezembro, estabeleceu as regras do prolongamento destes compromissos de natureza agroambiental e silvoambiental plurianuais, concedidos no âmbito das operações em apreço, para o ano de 2020.

Pretendendo manter-se os benefícios ambientais justificou-se que no ano de 2021 existisse a possibilidade de prolongar os compromissos por mais um ano nas Operações 7.2.1 e 7.5.1, a par da possibilidade de novo ciclo de compromissos, com um período de duração inferior, nas restantes operações desta natureza existentes no âmbito da M10. Neste contexto foi publicada a Portaria nº 298/2020 de 23 de dezembro.

No âmbito da Decisão C(2021) 6714 de 10 de setembro, esta Medida tem uma dotação de 1.003.263 mil euros de despesa pública e 826.949 mil euros de FEADER.

No quadro seguinte é apresentada a síntese da operacionalização da M10 reportada ao ano de 2021.

Quadro 127: M10 – Taxas de compromisso e de execução

Un.: mil euros

Código OP/COM	Programação		Taxa de compromisso (inclui transitados)		Taxa de execução (inclui transitados)	
	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER
10.1	936 641	772 954	95%	95%	87%	88%
10.2	66 622	53 995	93%	94%	68%	69%
Total M10	1 003 263	826 949	95%	95%	86%	87%

Submedida 10.1. Pagamento para compromissos agroambiente clima

No quadro seguinte é apresentada a síntese da operacionalização da Submedida 10.1 reportada ao final do ano de 2021.

Quadro 128: M10/10.1 – Taxas de compromisso e de execução

Un.: mil euros

Código OP/COM	Programação		Taxa de compromisso (inclui transitados)		Taxa de execução (inclui transitados)	
	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER
7.2.1	550 807	456 571	90%	89%	88%	88%
7.3.2	36 026	29 506	90%	90%	87%	88%
7.4.1	5 534	4 607	91%	89%	86%	87%
7.4.2	19 769	16 446	114%	112%	110%	110%
7.5.1	37 097	30 313	97%	97%	79%	80%
7.6.1	118 600	96 905	104%	104%	92%	92%
7.6.2	43 855	35 952	123%	123%	87%	88%
7.7.1	15 784	12 980	106%	105%	75%	76%
7.7.2	31 114	25 593	115%	115%	79%	79%
7.7.3	10 119	8 318	110%	110%	77%	77%
7.8.1	66 974	54 973	88%	89%	80%	82%
7.9.1	872	716	98%	98%	71%	72%
7.12.1	89	73	107%	107%	76%	77%
Total M10.1	936 641	772 954	95%	95%	87%	88%

A Submedida 10.1 acolhe mais 235.894 mil euros de despesa pública programada (e mais 184.325 mil euros de FEADER programado) relativamente a 2021. Esse reforço explica a menor taxa de execução comparativamente a 2020.

A calendarização anual para os períodos de apresentação do Pedido Único (PU) é da competência do Conselho Diretivo do IFAP, com divulgação em www.ifap.pt. Assim, em 2021 o período de apresentação de candidaturas decorreu de 1 de fevereiro a 31 de maio.

Implementação da Submedida 10.1

i. Produção integrada (Operação 7.2.1)

A produção integrada incorpora apenas a Operação 7.2.1 no âmbito da Submedida 10.1 da COM. Esta Operação destina-se a apoiar um sistema agrícola de produção de alimentos e de outros produtos alimentares de alta qualidade, através de uma gestão racional dos recursos naturais, contribuindo para uma agricultura mais sustentável.

a) Compromissos anuais e plurianuais

O pedido de apoio e os pedidos de pagamento da Operação 7.2.1 são apresentados no âmbito do PU. A apresentação do 1º pedido de pagamento foi formalizada conjuntamente com a apresentação do 1º pedido de apoio no formulário do PU 2015. Em 2021 ocorreu o prolongamento dos compromissos, correspondendo ao 7º pedido de pagamento, tendo sido definido que a redução da manutenção de área sob compromisso não constituiu incumprimento, para efeitos de aplicação de reduções e exclusões retroativas ao ano de início do compromisso.

Em 2021 a Operação 7.2.1 registou um total de 10.750 pedidos de pagamento com uma área total sobre compromisso de 615.940ha, a que correspondem a 54.227 mil euros de despesa pública.

Quadro 129: SM 10.1/7.2.1 – Distribuição regional dos compromissos

Un.: mil euros

Região	Prioridade / Domínio	Compromissos 2021		Compromissos acumulados	
		Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER
Norte	4	9 887	7 811	97 976	81 045
Centro	4	6 437	5 085	57 944	47 884
Lisboa	4	10 573	8 152	86 307	69 536
Alentejo	4	25 488	20 137	238 633	196 939
Algarve	4	1 843	1 290	14 751	10 829
TOTAL		54 227	42 475	495 611	406 233

Em termos de distribuição regional, verifica-se que a região do Alentejo absorveu 48% da despesa pública comprometida, num total de 238.633 mil euros de despesa pública.

A Operação 7.2.1 contribui apenas para um domínio de intervenção do desenvolvimento rural: Assim, o montante de compromissos de 495.611 mil euros de despesa pública e 406.233 mil euros de FEADER foi associado à P4 - *Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas dependentes da agricultura e das florestas*.

b) Caracterização dos compromissos

A caracterização dos compromissos efetuados no âmbito da Operação 7.2.1 é perceptível através de um conjunto de indicadores de realização, de resultado e de monitorização.

Relativamente aos beneficiários, mantem-se o peso elevado dos que já se tinham candidatado no período de programação anterior (PRODER), em 75% sendo que 94% recorreram à assistência técnica contratualizada com organizações de agricultores, dotadas de técnicos reconhecidos, ao abrigo da legislação aplicável.

Quadro 130: SM 10.1/7.2.1 – Tipologia de beneficiários, por região e área (acumulado)

Região	Nº explorações pagas (acumulado)							Área sobre compromisso (ha)	Área sobre compromisso NATURA (ha)
	TOTAL	Jovens Agricultores	Recorrem a serviços de aconselhamento	Que receberam apoio no PRODER	Membros de AP/OP	Majoração cereais	Recorrem a assistência técnica		
Norte	8 044	1 645	732	6 363	1 838	1 956	7 681	83 677	5 907
Centro	2 340	520	89	1 812	471	448	2 166	74 600	11 153
LVT	1 889	330	87	1 187	1 004	869	1 718	102 185	628
Alentejo	3 868	611	250	2 787	1 425	1 610	3 638	698 539	139 011
Algarve	407	77	14	306	78	87	314	8 642	1 006
TOTAL	16 548	3 183	1 172	12 455	4 816	4 970	15 517	967 643	157 705

Quanto aos efetivos declarados por região e por tipo de animal, regista-se que 89% do efetivo declarado é da classe de *Bovinos* e que 84% dos efetivos se concentra na região do Alentejo.

Quadro 131: SM 10.1/7.2.1 – Efetivos declarados, por região e tipo de animal (acumulado)

Tipo de animal	DRAP					
	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	TOTAL
Bovinos	1 754	15 529	20 864	206 151	152	244 450
Ovinos	575	3 598	1 013	22 468	3	27 656
Caprinos	77	295	8	925		1 305
TOTAL	2 406	19 421	21 885	229 544	154	273 411

As regiões com maior número de explorações pagas são o Norte e o Alentejo, com 43% e 30%, respetivamente. No entanto, é claro o destaque relativamente à área paga, uma vez que no Alentejo a área atingiu os 749.551ha o que representa 73% do total da área desta Operação.

A cultura com maior peso em termos de área é, com 44% do total da área paga, *prados e pastagens permanentes*. Esta é, de resto, o tipo de cultura com maior área média ou seja, cada uma das 2.547 explorações pagas ocupam cerca de 177ha.

Quadro 132: SM 10.1/7.2.1 – Número de explorações e área, por região e tipo de cultura (acumulado)

Tipo de cultura	DRAP											
	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		TOTAL	
	n. expl	área (ha)	n. expl	área (ha)	n. expl	área (ha)	n. expl	área (ha)	n. expl	área (ha)	n. expl	área (ha)
Frutos frescos de regadio	1 563	8 019	762	4 966	718	7 797	170	2 207	367	6 498	3 580	29 486
Frutos frescos de sequeiro	651	788	153	408	327	1 173	101	163	31	197	1 263	2 729
Olival e frutos secos de regadio	600	3 823	157	1 687	72	2 018	1 252	84 157	41	213	2 122	91 898
Olival e frutos secos de sequeiro	4 665	28 718	617	4 068	80	461	1 595	26 725	69	334	7 026	60 305
Vinha	4 802	38 587	858	6 784	589	10 533	528	13 444	22	249	6 799	69 596
Prados e pastagens permanentes	159	1 631	502	32 954	109	36 388	1 772	380 016	5	154	2 547	451 143
Horticultura	328	275	486	3 327	299	5 606	926	18 659	15	44	2 054	27 911
Arroz			188	4 678	236	15 893	261	11 083	3	248	688	31 901
Outras culturas temporárias primavera verão regadio	250	1 666	334	5 074	325	15 401	533	22 197	1	10	1 443	44 348
Outras culturas temporárias	282	1 493	648	15 382	338	11 705	2 058	190 901	15	567	3 341	220 048
TOTAL	13 300	85 000	4 705	79 328	3 093	106 974	9 196	749 551	569	8 512	30 863	1 029 365

Nota: Em termos de acumulados foram considerados os valores sem repetições e considerado o valor máximo da área paga por grupo de cultura.

c) Execução financeira

No final de 2021, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação foi de 481.997 mil euros de despesa pública e 402.735 mil euros de comparticipação FEADER.

Estes pagamentos representam uma taxa de execução de 88% face ao programado, valor inferior ao registado no final de 2020 em resultado do reforço da dotação programada. Em linha direta com os compromissos assumidos, em termos regionais cerca de 48% da execução concentrou-se na região do Alentejo.

Quadro 133: SM 10.1/7.2.1 – Distribuição regional dos projetos pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Projetos pagos		
	P4		
	Nº	Desp. pública	FEADER
Norte	8 044	94 597	79 758
Centro	2 340	55 998	47 128
Lisboa	1 889	84 430	69 479
Alentejo	3 868	232 474	195 366
Algarve	407	14 499	11 003
TOTAL	16 548	481 997	402 735

Não inclui valor de juros.

Do total da despesa pública realizada no âmbito desta Operação até ao final do ano, cerca de 12% foi alocada a áreas integradas na Rede NATURA, e desta, cerca de 76% situam-se na região do Alentejo.

Quadro 134: SM 10.1/7.2.1 – Rede NATURA – Distribuição por região e prioridade dos projetos pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Prioridade/ Dominio	Despesa pública paga				FEADER pago			
		Ano		Acumulada		Ano		Acumulada	
		NATURA	TOTAL	NATURA	TOTAL	NATURA	TOTAL	NATURA	TOTAL
Norte	4	532	9 578	6 225	94 597	420	7 564	5 244	79 758
Centro	4	645	6 258	5 204	55 998	510	4 943	4 363	47 128
Lisboa	4	65	11 138	499	84 430	50	8 576	409	69 479
Alentejo	4	4 979	25 923	43 672	232 474	3 938	20 470	36 616	195 366
Algarve	4	188	1 842	1 492	14 499	132	1 289	1 143	11 003
TOTAL		6 410	54 739	57 092	481 997	5 050	42 842	47 776	402 735

ii. Pagamentos Rede Natura - Apoios zonais de carácter agroambiental (Operação 7.3.2)

Os pagamentos Rede Natura abrangem 2 Operações, a 7.3.1 e a 7.3.2. No entanto, apenas a Operação 7.3.2 está incluída na Submedida 10.1 da COM²³. Esta Operação destina-se a dar continuidade a algumas Intervenções Territoriais Integradas relevantes do PRODER, e assim responder aos objetivos de conservação de zonas inseridas na Rede Natura 2000.

a) Compromissos anuais e plurianuais

Na Operação 7.3.2 os compromissos são plurianuais, sendo assumidos por um período de até 5 anos, podendo ser prolongado, por decisão da AG, até um máximo de 7 anos. A partir de 2021, no âmbito do Regime de Transição, os novos compromissos são assumidos por um período de mais 2 anos.

Em 2021 registou-se um total de 1.123 pedidos de pagamento com uma área total sobre compromisso de 78.728 ha a que correspondem a 5.351 mil euros de despesa pública.

²³ A Operação 7.3.1 – Pagamentos Rede Natura – Rede Natura, está descrita no capítulo da M12 da COM.

Quadro 135: SM 10.1/7.3.2 – Distribuição regional dos compromissos

Un.: mil euros

Região	Prioridade / Domínio	Compromissos 2021		Compromissos plurianuais	
		Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER
Norte	4	1 961	1 549	11 523	9 495
Centro	4	12	10	91	77
Lisboa	4			18	16
Alentejo	4	3 372	2 664	20 645	16 987
Algarve	4	6	4	49	35
TOTAL		5 351	4 227	32 326	26 610

Em termos de distribuição regional, verifica-se que as regiões do Alentejo e do Norte absorvem quase 100% da despesa pública comprometida.

A Operação 7.3.2 contribui apenas para um domínio de intervenção do desenvolvimento rural. Assim, o montante de compromissos de 32.326 mil euros de despesa pública e 26.610 mil euros de FEADER foi associado à P4 - *Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas dependentes da agricultura e das florestas*.

b) Caracterização dos compromissos

Relativamente ao tipo de beneficiários, ao todo foram pagas, até ao final de 2021, 1.615 explorações numa área total que ultrapassou os 92.000ha, dos quais, cerca de 47% da área sob compromisso encontra-se em Rede Natura.

Quadro 136: SM 10.1/7.3.2 – Tipologia de beneficiários, por região e área (acumulado)

Região	Nº explorações pagas (acumulado)				Área sobre compromisso (ha)	Área sobre compromisso NATURA (ha)
	TOTAL	Jovens Agricultores	Recorrem a serviços de aconselhamento	Que receberam apoio no PRODER		
Norte	1 258	87	25	989	39 342	1 407
Centro	7			6	180	140
Lisboa	1				92	13
Alentejo	348	30	13	254	52 657	41 798
Algarve	1			1	67	67
TOTAL	1 615	117	38	1 250	92 338	43 425

Nota: Em termos acumulados foram considerados valores sem repetições

Quanto ao número de explorações pagas e à respetiva área, verificou-se que 78% das explorações se encontram no Norte, no entanto, a maior paga regista-se no Alentejo onde, ao todo, as 348 explorações ocupam 52.639ha, ou seja, 58% do total devido, em grande parte, ao peso que a área relativa à *manutenção da rotação de sequeiro cereal-pousio* do AZ de Castro Verde tem no total da área apoiada no Alentejo. Já o peso da região do Norte é devido à área relativa a *gestão do pastoreio em áreas de baldio* do AZ da Peneda-Gerês com 37% do total da área apoiada.

Quadro 137: SM 10.1/7.3.2 – Número de explorações e área, por região e tipo de cultura (acumulado)

Tipo de cultura condicionada		DRAP											
		Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		TOTAL	
		n. expl	área (ha)	n. expl	área (ha)	n. expl	área (ha)	n. expl	área (ha)	n. expl	área (ha)	n. expl	área (ha)
AZ Peneda-Gerês	Gestão do pastoreio em áreas de baldio	50	34 717	-	-	-	-	-	-	-	-	50	34 717
	Manutenção de socos	863	1 781	-	-	-	-	-	-	-	-	863	1 781
AZ Montezinho-Nogueira	Conservação dos sotos notáveis da Terra Fria	173	199	-	-	-	-	-	-	-	-	173	199
	Cumulação PDI + CSE	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3
AZ Douro Internacional	Manutenção da rotação de sequeiro cereal-pousio	171	1 721	6	71	-	-	-	-	-	-	177	1 792
AZ Castro Verde	Manutenção da rotação de sequeiro cereal-pousio	-	-	-	-	1	92	253	43 509	-	-	254	43 601
AZ Outras áreas estepárias	Manutenção da rotação de sequeiro cereal-pousio	-	-	1	108	-	-	95	9 130	1	67	97	9 305
TOTAL		1 258	38 422	7	180	1	92	348	52 639	1	67	1 615	91 400

Nota: Em termos de acumulados foram considerados os valores sem repetições e considerado o valor máximo da área paga por grupo de cultura.

c) Execução financeira

No final de 2021, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação foi de 31.393 mil euros de despesa pública e de 25.861 mil euros de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução de 88% face ao programado. Em termos regionais cerca de 64% da execução concentrou-se na região do Alentejo.

Quadro 138: SM 10.1/7.3.2 – Distribuição regional dos projetos pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Projetos pagos		
	P4		
	Nº	Desp. pública	FEADER
Norte	1 258	11 288	9 302
Centro	7	83	70
Lisboa	1	18	16
Alentejo	348	19 960	16 442
Algarve	1	44	31
TOTAL	1 615	31 393	25 861

Não inclui valor de juros

Do total da despesa pública realizada no âmbito desta Operação até ao final do ano, cerca de 56% foi alocada a áreas integradas na Rede NATURA, com uma representação de 93% para a região do Alentejo.

Quadro 139: SM 10.1/7.3.2 – Rede NATURA – Distribuição por região e prioridade dos projetos pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Prioridade/ Dominio	Despesa pública paga				FEADER pago			
		Ano		Acumulada		Ano		Acumulada	
		NATURA	TOTAL	NATURA	TOTAL	NATURA	TOTAL	NATURA	TOTAL
Norte	4	186	2 009	1 202	11 288	146	1 586	992	9 302
Centro	4	9	12	62	83	7	9	50	70
Lisboa	4	0	0	3	18	0	0	2	16
Alentejo	4	2 940	3 311	16 393	19 960	2 322	2 615	13 480	16 442
Algarve	4	6	6	48	44	4	4	35	31
TOTAL		3 141	5 337	17 707	31 393	2 480	4 214	14 560	25 861

iii. Conservação do solo (Operações 7.4.1 e 7.4.2)

A conservação do solo abrange 2 Operações, a 7.4.1 direcionada para a sementeira direta ou mobilização na linha e a 7.4.2 direcionada para o enrelvamento de entrelinha de culturas permanentes. Estas Operações destinam-se a contribuir para a obtenção de benefícios ambientais diretos ao nível do recurso solo, permitindo reduzir fenómenos de erosão, melhorar

a estrutura, aumentar o teor em matéria orgânica do solo e com efeitos diretos nas alterações climáticas pelo sequestro de carbono no solo.

a) Compromissos anuais e plurianuais

Nestas 2 Operações os compromissos são plurianuais, sendo assumidos por um período de até 5 anos, podendo ser prolongado, por decisão da AG, até um máximo de 7 anos. A partir de 2021, no âmbito do Regime de Transição, os novos compromissos são assumidos por um período de mais 2 anos.

As Operações 7.4.1 e 7.4.2 registaram um total de 252 e 4.238 pedidos de pagamento no ano, respetivamente, a que corresponde uma despesa pública total de 7.362 mil euros. A área candidata em 2021 foi de 17.981ha no caso da sementeira direta ou mobilização na linha e de 91.501ha no que respeita ao enrelvamento de entrelinha de culturas permanentes.

Quadro 140: SM 10.1/7.4.1/7.4.2 – Distribuição regional dos compromissos

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Prioridade/ Domínio	Compromissos 2021		Compromissos acumulados	
			Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER
7.4.1	Norte	4	3	2	14	12
		5E	3	2	14	12
	Centro	4	31	24	183	152
		5E	31	24	183	152
	Lisboa	4	88	67	512	420
		5E	88	67	512	408
	Alentejo	4	250	198	1 769	1 459
		5E	250	198	1 774	1 468
	Algarve	4	3	2	24	18
		5E	3	2	24	18
Subtotal			749	587	5 009	4 118
7.4.2	Norte	4	1 004	793	4 497	3 695
		5E	1 004	793	4 507	3 703
	Centro	4	280	221	1 023	840
		5E	280	221	1 023	840
	Lisboa	4	72	57	259	210
		5E	72	57	259	210
	Alentejo	4	1 867	1 475	5 341	4 364
		5E	1 867	1 475	5 348	4 370
	Algarve	4	82	58	109	78
		5E	82	58	109	78
Subtotal			6 613	5 208	22 477	18 388
TOTAL SM10.1 - 7.4			7 362	5 795	27 487	22 506

Em termos de distribuição regional, verifica-se que a região do Alentejo absorve 52% da despesa pública comprometida, num total de 14.232 mil euros.

A Operações 7.4.1 e 7.4.2 contribuem para 2 domínios de intervenção do desenvolvimento rural. Assim, foram associados os compromissos de 13.732 mil euros de despesa pública à P4 - *Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas dependentes da agricultura e das florestas*, e 13.754 mil euros de despesa pública à P5E - *Promoção da conservação e do sequestro de carbono na agricultura e na silvicultura*. O peso da Operação 7.4.2, em cada prioridade é de 82%.

Quadro 141: SM 10.1/7.4.1/7.4.2 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio

Un.: mil euros

Prioridade/ Domínio	Compromissos acumulados		
	Nº	Desp. pública	FEADER
P4	5 461	13 732	11 248
P5E	5 461	13 754	11 259
TOTAL	5 461	27 487	22 506

b) Caracterização dos compromissos

De relevar que uma parte significativa das explorações pagas (63%) recebeu apoio no PRODER, 20% dos beneficiários são jovens agricultores e 22% são membros de uma AP/OP.

Quadro 142: SM 10.1/7.4.1/7.4.2 – Tipologia de beneficiários, por região e área (acumulado)

Código OP/COM	Região	Nº explorações pagas (acumulado)					Área sobre compromisso (ha)	Área sobre compromisso NATURA (ha)
		TOTAL	Jovens Agricultores	Recorrem a serviços de aconselhamento	Que receberam apoio no PRODER	Membros de AP/OP		
7.4.1	Norte	9		2	5		120	9
	Centro	24	7	2	19		1 721	52
	Lisboa	58	10	6	36		3 659	25
	Alentejo	253	29	17	190		22 668	5 859
	Algarve	3			1		179	53
	Subtotal	347	46	27	251		28 348	5 999
7.4.2	Norte	2 253	482	337	1 496	445	28 536	2 022
	Centro	632	161	70	408	91	8 129	687
	Lisboa	160	35	23	98	47	2 829	101
	Alentejo	1 920	329	193	1 103	602	63 253	8 140
	Algarve	149	33	14	72	23	1 767	145
	Subtotal	5 114	1 040	637	3 177	1 208	104 514	11 095
SM10.1 7.4	Norte	2 262	482	339	1 501	445	28 656	2 031
	Centro	656	168	72	427	91	9 850	739
	Lisboa	218	45	29	134	47	6 488	126
	Alentejo	2 173	358	210	1 293	602	85 921	13 999
	Algarve	152	33	14	73	23	1 946	198
	Total	5 461	1 086	664	3 428	1 208	132 862	17 094

Nota: Em termos acumulados foram considerados valores sem repetições.

Relativamente aos compromissos opcionais que os beneficiários da Operação 7.4.1 podem assumir, verificou-se que 52% dos beneficiários optou por compromissos opcionais nas culturas temporárias de regadio, no entanto, no que respeita às culturas temporárias de sequeiro e culturas forrageiras, este valor apenas atinge os 29%. No quadro seguinte apresenta-se a distribuição da área e dos beneficiários por tipo de cultura.

Quadro 143: SM 10.1/7.4.1/7.4.2 – Número de explorações e área, por região e tipo de cultura (acumulado)

Código OP/COM	Tipo de cultura	Região											
		Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		TOTAL	
		n. expl	área (ha)	n. expl	área (ha)	n. expl	área (ha)	n. expl	área (ha)	n. expl	área (ha)	n. expl	área (ha)
7.4.1	Culturas temporárias de regadio	4	36	19	991	45	2 262	76	2 841	1	87	145	6 217
	- Com compromisso opcional:												
	Palha no solo			3	155	40	1 818	19	1 051			62	3 024
	Culturas melhoradoras			1	136	6	156	7	251			14	543
	Culturas temporárias de sequeiro e culturas forrageiras	7	72	15	875	38	1 699	239	19 168	2	67	301	21 881
	- Com compromisso opcional:												
	Palha no solo	1	13	1	35	18	228	39	1 737			59	2 014
	Culturas melhoradoras			3	313	4	49	22	1 055			29	1 418
	Subtotal	11	108	34	1 865	83	3 961	315	22 009	3	154	446	28 098
	Envelamento de entrelinha de culturas permanentes	2 253	28 384	632	8 031	160	2 521	1 920	62 418	149	1 767	5 114	103 121
SM10.1 - 7.4		2 264	28 492	666	9 896	243	6 482	2 235	84 427	152	1 921	5 560	131 218

c) Execução financeira

No final de 2021, o montante total dos pagamentos acumulados nas Operações 7.4.1 e 7.4.2 foi de 4.777 mil euros e de 21.751 mil euros de despesa pública, respetivamente. No que respeita à comparticipação FEADER, esta totalizou 4.014 mil euros e 18.069 mil euros de fundo, representando uma taxa de execução global de 87% e 110%, respetivamente, face ao programado. Em termos regionais cerca de 52% da execução concentrou-se na região do Alentejo.

Quadro 144: SM 10.1/7.4.1/7.4.2 – Distribuição regional dos projetos pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Projetos pagos (acumulado)					
		P4			P5E		
		Nº	Desp. pública	FEADER	Nº	Desp. pública	FEADER
7.4.1	Norte	7	14	12	7	14	12
	Centro	18	173	147	18	173	147
	Lisboa	44	489	402	44	477	391
	Alentejo	182	1 692	1 430	182	1 697	1 436
	Algarve	1	24	18	1	24	18
	TOTAL	252	2 392	2 010	252	2 385	2 004
7.4.2	Norte	1 781	4 372	3 650	1 781	4 372	3 650
	Centro	523	997	831	523	997	831
	Lisboa	96	244	202	96	244	202
	Alentejo	1 695	5 160	4 278	1 695	5 161	4 279
	Algarve	143	102	74	143	102	74
	TOTAL	4 238	10 875	9 034	4 238	10 876	9 035
TOTAL SM10.1 - 7.4		4 490	13 267	11 044	4 490	13 261	11 039

Não inclui valor de juros.

Do total da despesa pública realizada no âmbito destas Operações até ao final de 2021, cerca de 14% foi alocada a áreas integradas na Rede NATURA, e destas, cerca de 52% situam-se na região do Alentejo e 33% na região do Norte.

Quadro 145: SM 10.1/7.4.1/7.4.2 – Rede NATURA – Distribuição por região e prioridade dos projetos pagos (acumulado)

Un.: mil euros														
Código OP/COM	Priori- dade/ Domíni o	Região	Despesa pública Compromissos acumulados		FEADER Compromissos acumulados		Despesa pública paga				FEADER pago			
							Ano		Acumulada		Ano		Acumulada	
			NATURA	TOTAL	NATURA	TOTAL	NATURA	TOTAL	NATURA	TOTAL	NATURA	TOTAL	NATURA	TOTAL
7.4.1	4	Norte	0	14	0	12	0	3	0	14	0	2	0	12
		Centro	8	183	7	152	1	31	7	173	1	24	6	147
		Lisboa	4	512	3	420	0	89	3	489	0	68	3	402
		Alentejo	470	1 769	389	1 459	63	241	454	1 692	50	189	384	1 430
	5E	Algarve	5	24	4	18	1	3	5	24	0	2	4	18
		Norte	0	14	0	12	0	3	0	14	0	2	0	12
		Centro	8	183	7	152	1	31	7	173	1	24	6	147
		Lisboa	4	512	3	408	0	89	3	477	0	68	3	391
	Alentejo	469	1 774	388	1 468	63	241	451	1 697	50	189	382	1 436	
	Algarve	5	24	4	18	1	3	5	24	0	2	4	18	
	Sub-total		973	5 009	804	4 118	131	733	937	4 777	103	573	792	4 014
7.4.2	4	Norte	265	4 497	217	3 695	73	978	261	4 372	57	773	216	3 650
		Centro	67	1 023	54	840	24	275	61	997	19	217	50	831
		Lisboa	6	259	5	210	1	71	3	244	1	56	3	202
		Alentejo	1 137	5 341	934	4 364	281	1 801	1 106	5 160	222	1 422	922	4 278
		Algarve	15	109	11	78	6	76	14	102	4	53	11	74
	5E	Norte	265	4 507	217	3 703	73	979	261	4 372	57	773	216	3 650
		Centro	67	1 023	54	840	24	275	61	997	19	217	50	831
		Lisboa	6	259	5	210	1	71	3	244	1	56	3	202
		Alentejo	1 143	5 348	938	4 370	282	1 801	1 107	5 161	222	1 422	922	4 279
		Algarve	15	109	11	78	6	76	14	102	4	53	11	74
	Sub-total		2 985	22 477	2 446	18 388	771	6 404	2 891	21 751	608	5 042	2 404	18 069
TOTAL M10.1 - 7.4		3 958	27 487	3 250	22 506	902	7 137	3 828	26 528	711	5 615	3 196	22 083	

iv. Uso eficiente da água (Operação 7.5.1)

O uso eficiente da água incorpora apenas a Operação 7.5.1 no âmbito da Submedida 10.1 da COM. Esta Operação destina-se a obter benefícios ambientais diretos, quer ao nível da melhor gestão do recurso água através do aumento da eficiência de rega, quer no combate às alterações climáticas através da melhoria da eficiência do uso da energia.

a) Compromissos anuais e plurianuais

O pedido de apoio e os pedidos de pagamento da Operação 7.5.1 são apresentados no âmbito do PU. A apresentação do 1º pedido de pagamento foi formalizada conjuntamente com a apresentação do 1º pedido de apoio no formulário do PU 2015. Em 2021 ocorreu o prolongamento dos compromissos por mais 1 ano, correspondendo ao 7º pedido de pagamento, tendo sido definido que a redução da manutenção de área sob compromisso não constituiu incumprimento, para efeitos de aplicação de reduções e exclusões retroativas ao ano de início do compromisso.

Em 2021 a Operação 7.5.1 registou um total de 716 pedidos de pagamento com uma área total de 67.310ha a que correspondem 3.961 mil euros de despesa pública.

Quadro 146: SM 10.1/7.5.1 – Distribuição regional dos compromissos

Un.: mil euros

Região	Prioridade/ Dominio	Compromissos 2021		Compromissos acumulados	
		Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER
Norte	4	27	21	228	187
	5A	27	21	228	187
Centro	4	42	33	526	436
	5A	42	33	526	436
Lisboa	4	421	329	3 840	3 130
	5A	421	329	3 835	3 125
Alentejo	4	1 465	1 158	13 182	10 836
	5A	1 465	1 158	13 184	10 838
Algarve	4	25	17	206	153
	5A	25	17	205	153
TOTAL		3 961	3 118	35 961	29 481

Em termos de distribuição regional, verifica-se que a região do Alentejo absorveu 73% da despesa pública comprometida, num total de 26.365 mil euros.

A Operação 7.5.1 contribui para dois domínios de intervenção do desenvolvimento rural. Assim, foram associados os compromissos de 17.982mil euros de despesa pública à P4 - *Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas dependentes da agricultura e das florestas*, e 17.978 mil euros de despesa pública à P5A - *Melhoria da eficiência na utilização da água*.

b) Caracterização dos compromissos

Relativamente aos beneficiários, para além do peso que dos já existentes no PRODER (75%) é de realçar que 19% dos beneficiários desta Operação são jovens agricultores e que 55% são membros de AP/OP.

Quadro 147: SM 10.1/7.5.1 – Tipologia de beneficiários, por região e área (acumulado)

Região	Nº explorações pagas (acumulado)					Majoração cereais	Área sobre compromisso (ha)	Área sobre compromisso NATURA (ha)
	TOTAL	Jovens Agricultores	Recorrem a serviços de aconselhamento	Que receberá apoio no PRODER	Membros de AP/OP			
Norte	32	12	4	27	13	12	1 042	65
Centro	33	7	2	28	22	18	1 879	79
Lisboa	210	38	6	132	162	153	14 557	157
Alentejo	642	126	41	497	307	311	70 570	9 791
Algarve	26			25	13	13	1 126	212
TOTAL	943	183	53	709	517	507	89 174	10 303

Nota: Em termos acumulados foram considerados valores sem repetições.

No total das áreas foram já pagos 96.982ha, 55% referem-se a *vinha para vinho, olival e frutos secos* com 568 explorações que representam cerca de 42% do total desta Operação.

A região do Alentejo representa 79% do total de áreas pagas sendo que 84% desta referem-se a *regante da classe A*.

Quadro 148: SM 10.1/7.5.1 – Número de explorações e área, por região e tipo de cultura (acumulado)

CLASSE	GRUPO DE CULTURA	Região (acumulado)											
		Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		TOTAL	
		n. expl	área (ha)	n. expl	área (ha)	n. expl	área (ha)	n. expl	área (ha)	n. expl	área (ha)	n. expl	área (ha)
Classe A	Horticultura e frutos frescos	8	78	13	396	63	2 051	123	3 937	14	809	221	7 270
	Vinha para vinho, olival e frutos secos	17	818	5	132	24	954	393	43 275			439	45 179
	Culturas temporárias	1	0	22	1 350	116	8 858	215	17 100			354	27 309
Classe B	Horticultura e frutos frescos	11	131	4	38	22	468	36	911	14	233	87	1 782
	Vinha para vinho, olival e frutos secos	8	97	2	92	15	669	100	6 946	4	92	129	7 896
	Culturas temporárias			8	298	58	3 057	62	4 192			128	7 547
TOTAL		45	1 123	54	2 306	298	16 057	929	76 361	32	1 134	1 358	96 982

Nota: Em termos acumulados foram considerados os valores sem repetições e considerado o valor máximo da área paga por grupo de cultura. Uma exploração pode ter mais de um grupo de culturas.

c) Execução financeira

No final de 2021, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação foi de 29.407 mil euros de despesa pública e 24.336 mil euros de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução global de 80% face ao programado. Em termos regionais cerca de 72% da execução concentrou-se na região do Alentejo.

Quadro 149: SM 10.1/7.5.1 – Distribuição regional dos projetos pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Projetos pagos					
	P4			P5A		
	Nº	Desp. pública	FEADER	Nº	Desp. pública	FEADER
Norte	32	176	146	32	176	146
Centro	33	443	370	33	443	370
Lisboa	210	3 295	2 705	210	3 295	2 705
Alentejo	642	10 621	8 821	642	10 621	8 820
Algarve	26	169	126	26	169	126
TOTAL	943	14 704	12 168	943	14 703	12 168

Do total da despesa pública realizada no âmbito desta Operação até ao final de 2021, cerca de 12% foi alocada a áreas integradas na Rede NATURA, e desta, cerca de 94% situa-se na região do Alentejo.

Quadro 150: SM 10.1/7.5.1 – Rede NATURA – Distribuição por região e prioridade dos projetos pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Prioridade/ Dominio	Despesa pública paga				FEADER pago			
		Ano		Acumulada		Ano		Acumulada	
		NATURA	TOTAL	NATURA	TOTAL	NATURA	TOTAL	NATURA	TOTAL
Norte	4	3	27	17	176	2	21	14	146
Centro		2	43	21	443	2	34	17	370
Lisboa		6	481	41	3 295	5	372	34	2 705
Alentejo		264	1 596	1 666	10 621	206	1 244	1 383	8 821
Algarve		3	25	22	169	2	18	17	126
Subtotal		279	2 172	1 768	14 704	217	1 689	1 465	12 168
Norte	5A	3	27	17	176	2	21	14	146
Centro		2	43	21	443	2	34	17	370
Lisboa		6	481	41	3 295	5	372	34	2 705
Alentejo		264	1 595	1 666	10 621	206	1 243	1 383	8 820
Algarve		3	25	22	169	2	18	17	126
Subtotal		279	2 171	1 768	14 703	217	1 688	1 465	12 168
TOTAL		558	4 343	3 535	29 407	434	3 377	2 930	24 336

v. Culturas permanentes tradicionais (Operações 7.6.1 e 7.6.2)

As culturas permanentes tradicionais estão incluídas em 2 Operações, a 7.6.1 e a 7.6.2, destinadas a assegurar a manutenção deste tipo de cultura importante para a preservação do ambiente, para a manutenção da

biodiversidade, do património genético vegetal e da preservação de paisagens características, estando a Operação 7.6.2 direcionada para a preservação do património de alto valor paisagístico característico da Região Demarcada do Douro.

a) Compromissos anuais e plurianuais

O pedido de apoio e os pedidos de pagamento destas Operações são apresentados no âmbito do PU. A apresentação do 1º pedido de pagamento foi formalizada conjuntamente com a apresentação do 1º pedido de apoio no formulário do PU 2015, tendo o ciclo de compromissos durado até 2020. A partir de 2021, no âmbito do Regime de Transição, os novos compromissos são assumidos por um período de mais 2 anos.

As Operações 7.6.1 e 7.6.2 registaram um total de 41.966 e 7.072 pedidos de pagamento no ano, respetivamente, a que corresponde uma despesa pública total de 27.358 mil euros. A área total de culturas permanentes tradicionais candidata em 2021 foi de 168.382ha sendo que 18.025ha se referem a culturas permanentes tradicionais - Douro Vinhateiro.

Quadro 151: SM 10.1/7.6.1/7.6.2 – Distribuição regional dos compromissos

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Prio- ri- dade/ Domínio	Compromissos 2021		Compromissos acumulados	
			Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER
7.6.1	Norte	4	7 252	5 729	40 139	32 870
	Centro		3 127	2 471	20 140	16 509
	Lisboa		811	640	5 006	4 102
	Alentejo		7 677	6 065	53 945	44 312
	Algarve		627	439	4 596	3 335
	Subtotal		19 494	15 343	123 826	101 128
7.6.2	Norte	4	7 757	6 128	53 098	43 530
	Centro		107	84	699	574
	Lisboa					
	Alentejo					
	Algarve					
	Subtotal		7 864	6 213	53 797	44 104
SM10.1 7.6	Norte	4	15 010	11 858	93 237	76 400
	Centro		3 234	2 555	20 839	17 083
	Lisboa		811	640	5 006	4 102
	Alentejo		7 677	6 065	53 945	44 312
	Algarve		627	439	4 596	3 335
	TOTAL		27 358	21 556	177 624	145 232

Em termos de distribuição regional, verifica-se que a região do Norte absorveu 52% da despesa pública comprometida, num total de 93.237 mil euros.

As Operações 7.6.1 e 7.6.2 contribuem apenas para um domínio de intervenção do desenvolvimento rural. Assim, a totalidade dos compromissos está associada à P4 - *Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas dependentes da agricultura e das florestas*, dos quais 70% relativos à Operação 7.6.1.

b) Caracterização dos compromissos

Pela natureza das Operações em apreço e pelo território de abrangência, é de notar uma grande discrepância no número de beneficiários e respetiva área sobre compromisso. Em termos globais, realça-se que uma parte significativa das explorações pagas (67%) recebeu apoio no PRODER.

Quadro 152: SM 10.1/7.6.1/7.6.2 – Tipologia de beneficiários, por região e área (acumulado)

Código OP/COM	Região	Nº explorações pagas acumuladas					Área sobre compromisso (ha)	Área sobre compromisso NATURA (ha)
		TOTAL	Jovens agricultores	Recorrem a serviços de aconselhamento	Que receberam apoio no PRODER	Membros de AP/OP		
7.6.1	Norte	21 379	828	889	15 222	2 910	60 119	11 731
	Centro	11 662	286	122	8 011	216	28 241	3 993
	Lisboa	3 069	63	24	925	99	7 135	904
	Alentejo	12 487	497	234	8 083	1 977	84 108	17 054
	Algarve	1 160	45	14	668	20	6 023	1 819
	Subtotal	49 757	1 719	1 283	32 909	5 222	185 625	35 502
7.6.2	Norte	8 222	485	239	5 736		21 472	835
	Centro	143	7	1	106		715	380
	Lisboa							
	Alentejo							
	Algarve							
	Subtotal	8 365	492	240	5 842		22 188	1 215
SM10.1 7.6	Norte	29 601	1 313	1 128	20 958	2 910	81 592	12 566
	Centro	11 805	293	123	8 117	216	28 956	4 374
	LVT	3 069	63	24	925	99	7 135	904
	Alentejo	12 487	497	234	8 083	1 977	84 108	17 054
	Algarve	1 160	45	14	668	20	6 023	1 819
	TOTAL	58 122	2 211	1 523	38 751	5 222	207 813	36 717

Nota: Em termos acumulados, em cada operação, foram considerados valores sem repetições.

c) Execução financeira

No final de 2021, o montante total dos pagamentos acumulados nas Operações 7.6.1 e 7.6.2, foi de 109.100 mil euros e 38.132 mil euros de despesa pública, respetivamente e de 89.597 mil euros e 31.425 mil euros de comparticipação FEADER. Estes valores de execução correspondem a uma taxa de execução global de 92% na 7.6.1 e de 88% na 7.6.2, face ao programado.

Em termos regionais, cerca de 49% da execução concentrou-se na região do Norte sendo muito similares os contributos das 2 Operações. Já a região do Alentejo abarca 33% do total da execução sendo esta apenas da Operação 7.6.1, onde o peso do Alentejo é predominante (cerca de 44% do total da 7.6.1).

Quadro 153: SM 10.1/7.6.1/7.6.2 – Distribuição regional dos projetos pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Priori- dade/ Dominio	Projetos pagos		
			Nº	Despesa pública	FEADER
7.6.1	Norte	4	21 379	34 984	28 811
	Centro		11 662	17 458	14 396
	Lisboa		3 069	4 366	3 597
	Alentejo		12 487	48 471	40 002
	Algarve		1 160	3 821	2 791
	Subtotal		49 757	109 100	89 597
7.6.2	Norte	4	8 222	37 563	30 956
	Centro		143	570	469
	Lisboa				
	Alentejo				
	Algarve				
	Subtotal		8 365	38 132	31 425
SM10.1 7.6	Norte	4	29 601	72 547	59 767
	Centro		11 805	18 027	14 865
	Lisboa		3 069	4 366	3 597
	Alentejo		12 487	48 471	40 002
	Algarve		1 160	3 821	2 791
	TOTAL		58 122	147 233	121 023

Do total da despesa pública realizada no âmbito destas Operações até ao final de 2021, cerca de 16% foi alocada a áreas integradas na Rede NATURA, e destas, cerca de 45% situam-se na região do Alentejo e 36% na região do Norte.

Quadro 154: SM 10.1/7.6.1/7.6.2 – Rede NATURA – Distribuição por região e prioridade dos projetos pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Priori- dade/ Dominio	Despesa pública paga				FEADER pago			
			Ano		Acumulada		Ano		Acumulada	
			NATURA	TOTAL	NATURA	TOTAL	NATURA	TOTAL	NATURA	TOTAL
7.6.1	Norte	4	1 678	7 664	6 752	34 984	1 325	6 048	5 546	28 811
	Centro		536	3 352	2 354	17 458	423	2 643	1 935	14 396
	Lisboa		124	872	519	4 366	98	687	427	3 597
	Alentejo		2 122	8 466	10 821	48 471	1 673	6 674	8 906	40 002
	Algarve		251	669	1 283	3 821	176	468	935	2 791
	Subtotal		4 712	21 023	21 729	109 100	3 695	16 520	17 750	89 597
7.6.2	Norte	4	382	7 274	1 816	37 563	302	5 738	1 494	30 956
	Centro		95	111	398	570	75	88	327	469
	Lisboa									
	Alentejo									
	Algarve									
	Subtotal		478	7 386	2 214	38 132	377	5 825	1 820	31 425
SM10.1 7.6	Norte	4	2 060	14 939	8 568	72 547	1 626	11 785	7 040	59 767
	Centro		632	3 463	2 752	18 027	499	2 731	2 262	14 865
	Lisboa		124	872	519	4 366	98	687	427	3 597
	Alentejo		2 122	8 466	10 821	48 471	1 673	6 674	8 906	40 002
	Algarve		251	669	1 283	3 821	176	468	935	2 791
	TOTAL		5 190	28 409	23 943	147 233	4 072	22 346	19 570	121 023

vi. Pastoreio extensivo (Operações 7.7.1, 7.7.2 e 7.7.3)

O pastoreio extensivo está incluído em 3 Operações do PDR2020, a 7.7.1, a 7.7.2 e a 7.7.3. Estas Operações destinam-se a assegurar a manutenção ou a adoção de práticas de pastoreio extensivo, com vista quer a assegurar a manutenção de lameiros de elevado valor natural; quer a assegurar a manutenção de sistemas agro-silvo-pastoris no montado de sobro, azinho ou carvalho negral; quer a apoiar a manutenção do cão de guarda de rebanho de modo a ajudar os produtores pecuários a proteger melhor os seus efetivos contra os ataques de lobo.

a) Compromissos anuais e plurianuais

O pedido de apoio e os pedidos de pagamento destas Operações são apresentados no âmbito do PU. A apresentação do 1º pedido de pagamento foi formalizada conjuntamente com a apresentação do 1º pedido de apoio

no formulário do PU 2015, tendo o ciclo de compromissos durado até 2020. A partir de 2021, no âmbito do Regime de Transição, os novos compromissos são assumidos por um período de mais 2 anos.

Em 2021, as Operações 7.7.1, 7.7.2 e 7.7.3 registaram, respetivamente, 3.774, 1.224 e 2.238 pedidos de pagamento numa área candidata de 13.360ha, 161.072ha e 21.421ha. Assim, no total do pastoreio extensivo foram submetidos 7.236 pedidos de pagamento e uma área total de 195.852ha, a que corresponde uma despesa pública total de 9.790 mil euros.

Quadro 155: SM 10.1/7.7.1/7.7.2/7.7.3 – Distribuição regional dos compromissos

Un: mil euros

Código OP/COM	Prioridade/ Domínio	Região	Compromissos 2021		Compromissos acumulados	
			Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER
7.7.1	4	Norte	2 181	1 723	13 727	11 271
		Centro	431	341	2 916	2 390
		Lisboa				
		Alentejo	4	3	23	19
		Algarve				
Subtotal			2 617	2 067	16 666	13 680
7.7.2	4	Norte	10	8	57	46
		Centro	270	213	2 030	1 665
		Lisboa	322	249	2 468	2 003
		Alentejo	4 783	3 778	31 238	25 627
		Algarve	1	1	21	18
Subtotal			5 385	4 248	35 813	29 359
7.7.3	4	Norte	1 349	1 066	8 175	6 694
		Centro	436	345	2 925	2 397
		Lisboa				
		Alentejo	3	2	22	18
		Algarve	0	0	0	0
Subtotal			1 789	1 413	11 122	9 110
SM10.1 7.7	4	Norte	3 540	2 797	21 958	18 011
		Centro	1 137	898	7 871	6 452
		Lisboa	322	249	2 468	2 003
		Alentejo	4 790	3 784	31 283	25 664
		Algarve	1	1	21	18
TOTAL			9 790	7 728	63 602	52 148

Em termos de distribuição regional, verifica-se que a região do Alentejo absorveu 49% da despesa pública comprometida, num total de 31.283 mil euros. No entanto, é de referir que na Operação 7.7.1, 82% da despesa pública comprometida ocorre na região do Norte.

As Operações de pastoreio extensivo contribuem para um domínio de intervenção do desenvolvimento rural, a P4 - *Restaurar, preservar e*

melhorar os ecossistemas dependentes da agricultura e das florestas, sendo que 56% do total da despesa pública comprometida é referente à Operação 7.7.2.

b) Caracterização dos compromissos

A caracterização dos compromissos efetuados no âmbito destas Operações é perceptível através de um conjunto de indicadores de realização, de resultado e de monitorização. Realça-se que 88% dos beneficiários destas Operações já o foram também no âmbito do PRODER.

Quadro 156: SM 10.1/7.7.1/7.7.2/7.7.3 - Tipologia de beneficiários, por região e área (acumulado)

Código OP/COM	Região	Nº explorações pagas (acumulado)					Área sobre compromisso (ha)	Área sobre compromisso NATURA (ha)	Cabeças normais sobre compromisso
		TOTAL	Jovens agricultores	Recorrem a serviços de aconselhamento	Que receberam apoio no PRODER	Membros de AP/OP			
7.7.1	Norte	4 998	256	252	4 490	794	17 358	3 225	
	Centro	777	65	35	688	19	3 053	640	
	Lisboa								
	Alentejo	8	6		8	4	24	7	
	Algarve								
	Subtotal	5 783	327	287	5 186	817	20 435	3 871	
7.7.2	Norte	5		1	5	2	233	123	
	Centro	178	24	7	147	39	11 023	1 124	
	Lisboa	76	7	1	57	32	20 366	227	
	Alentejo	1 471	180	68	1 099	409	209 086	36 899	
	Algarve	1			1		223		
	Subtotal	1 731	211	77	1 309	482	240 931	38 372	
7.7.3	Norte	2 228	197	148	2 037	353			46 590
	Centro	759	79	31	700	14			23 569
	Lisboa								
	Alentejo	4	3	1	4				84
	Algarve								
	Subtotal	2 991	279	180	2 741	367			
SM10.1 7.7	Norte	7 231	453	401	6 532	1 149	17 591	3 347	46 590
	Centro	1 714	168	73	1 535	72	14 076	1 764	23 569
	Lisboa	76	7	1	57	32	20 366	227	
	Alentejo	1 483	189	69	1 111	413	209 109	36 906	84
	Algarve	1			1		223		
	TOTAL	10 505	817	544	9 236	1 666	261 366	42 244	70 243

Nota: Em termos acumulados, em cada operação, foram considerados valores sem repetições.

No que respeita à Operação 7.7.1, relativamente ao número de explorações e respetiva área paga por tipo de lameiro, verifica-se que 61% das explorações e 55% da área de lameiro é referente a *regadio*.

Quadro 157: SM 10.1/7.7.1 - Número de explorações e área, por região e tipo de lameiro (acumulado)

Tipo de lameiro	REGIÃO (acumulado)											
	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		TOTAL	
	Expl. (nº)	área (ha)	Expl. (nº)	área (ha)	Expl. (nº)	área (ha)	Expl. (nº)	área (ha)	Expl. (nº)	área (ha)	Expl. (nº)	área (ha)
Regadio	2 765	8 280	764	2 961			4	13			3 533	11 254
Sequeiro	2 233	9 074	13	77			4	11			2 250	9 162
TOTAL	4 998	17 354	777	3 038			8	24			5 783	20 416

Relativamente à Operação 7.7.2, verifica-se que 88% da área total paga se encontra na região do Alentejo.

Quadro 158: SM 10.1/7.7.2 - Área paga, por região e tipo de cultura (acumulado)

un: ha

Tipo de cultura	Região (acumulado)					
Tipo de compromisso	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	TOTAL
Pastoreio extensivo - Montado	233	11 019	17 086	205 141	223	233 703
Compromisso opcional:						
Área com majoração Porco em regime de montanha		2 726	1 587	44 519		48 833
Compromisso regeneração natural	27	18	249	927	14	1 234
Corta-mato no montado	46	2 351	8 052	38 622	223	49 295

Quanto à Operação 7.7.3, verifica-se que 74% das explorações e 66% das CN encontram-se na região do Norte.

Quadro 159: SM 10.1/7.7.3 - Número de explorações e CN, por região (acumulado)

Indicador	Região (acumulado)					TOTAL
	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	
Explorações (nº)	2 228	759		4		2 991
CN (nº)	44 912	23 198		83		68 193

c) Execução financeira

No final de 2021, o montante total dos pagamentos acumulados referentes ao pastoreio extensivo foi de 44.020 mil euros de despesa pública e 36.632

mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de execução global de FEADER foi de 76%, 79% e 77% nas Operações 7.7.1, 7.7.2 e 7.7.3, respetivamente.

Quadro 160: SM 10.1/7.7.1/7.7.2/7.7.3 - Distribuição regional dos projetos pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Projetos pagos acumulados								
	7.7.1			7.7.2			7.7.3		
	Nº	Desp. pública	FEADER	Nº	Desp. pública	FEADER	Nº	Desp. pública	FEADER
Norte	4 998	9 756	8 131	5	39	33	2 228	5 664	4 709
Centro	777	2 068	1 720	178	1 338	1 116	759	2 064	1 716
Lisboa				76	1 769	1 458			
Alentejo	8	17	14	1 471	21 283	17 717	4	16	13
Algarve				1	6	5			
TOTAL	5 783	11 841	9 865	1 731	24 435	20 329	2 991	7 744	6 438

Do total da despesa pública realizada no âmbito destas Operações até ao final de 2021, cerca de 18% foi alocada a áreas integradas na Rede NATURA. Relativamente à distribuição regional, o Norte representa 82% do total da Operação 7.7.1, ao passo que a região mais representativa na Operação 7.7.2 é o Alentejo onde 87% da despesa pública paga ocorre nesta região. No global das operações de pastoreio extensivo, o Norte representa 35% do total mas o Alentejo atinge os 48% do total da despesa pública paga até ao final do ano.

Quadro 161: SM 10.1/7.7.1/7.7.2/7.7.3 - Rede NATURA – Distribuição por região e prioridade dos projetos pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Priori- dade/ Domínio	Região	Despesa pública paga				FEADER pago			
			Ano		Acumulada		Ano		Acumulada	
			NATURA	TOTAL	NATURA	TOTAL	NATURA	TOTAL	NATURA	TOTAL
7.7.1	4	Norte	233	1 251	1 800	9 756	182	975	1 500	8 131
		Centro	75	303	456	2 068	59	236	379	1 720
		Lisboa								
		Alentejo	0	2	4	17	0	2	4	14
		Algarve								
	Subtotal		309	1 556	2 261	11 841	241	1 212	1 882	9 865
7.7.2	4	Norte	2	6	18	39	2	5	15	33
		Centro	34	167	210	1 338	26	130	174	1 116
		Lisboa	3	192	30	1 769	2	147	23	1 458
		Alentejo	632	3 012	4 223	21 283	493	2 347	3 510	17 717
		Algarve		-12		6		-9		5
	Subtotal		670	3 365	4 480	24 435	523	2 620	3 722	20 329
7.7.3	4	Norte	127	801	878	5 664	98	621	729	4 709
		Centro	71	295	481	2 064	55	229	400	1 716
		Lisboa								
		Alentejo		2		16		2		13
		Algarve								
	Subtotal		198	1 098	1 359	7 744	154	851	1 129	6 438
SM10.1 7.7	4	Norte	362	2 057	2 695	15 460	282	1 600	2 244	12 873
		Centro	180	765	1 147	5 470	140	595	953	4 552
		Lisboa	3	192	30	1 769	2	147	23	1 458
		Alentejo	632	3 016	4 227	21 315	493	2 350	3 513	17 744
		Algarve		-12		6		-9		5
	TOTAL		1 177	6 019	8 099	44 020	917	4 683	6 733	36 632

vii. Recursos genéticos (Operação 7.8.1)

Os recursos genéticos, integrados na Submedida 10.1 da COM, correspondem à Operação 7.8.1. Esta tem como objetivo promover a utilização sustentada *in situ* dos recursos genéticos animais autóctones, designadamente os que estão em risco de extinção.

a) Compromissos anuais e plurianuais

O pedido de apoio e os pedidos de pagamento da Operação 7.8.1 são apresentados no âmbito do PU. A partir de 2021, no âmbito do Regime de Transição, os novos compromissos foram assumidos por um período de mais 2 anos.

Em 2021 registou-se um total de 5.847 pedidos de pagamento e um total de 73.392 CN candidatas, a que correspondem 9.067 mil euros de despesa pública.

Quadro 162: SM 10.1/7.8.1 – Distribuição regional dos compromissos

Un.: mil euros

Região	Prioridade/ Domínio	Compromissos 2021		Compromissos acumulados	
		Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER
Norte	P4	4 777	3 774	28 632	23 644
	P5E			13	13
Centro	P4	1 075	850	6 781	5 601
	P5E			1	1
Lisboa	P4	401	312	3 194	2 598
	P5E				
Alentejo	P4	2 700	2 133	19 659	16 240
	P5E				
Algarve	P4	113	79	817	609
	P5E				
TOTAL		9 067	7 148	59 097	48 706

Em termos de distribuição regional, verifica-se que as regiões do Norte e do Alentejo foram as mais representativas com 48% e 33%, respetivamente, face ao total da despesa pública comprometida no valor de 59.097 mil euros.

A Operação 7.8.1 contribui para 2 domínios de intervenção do desenvolvimento rural. Assim, foram associados os compromissos de 59.083 mil euros de despesa pública à P4 - *Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas dependentes da agricultura e das florestas*, e 14 mil euros de despesa pública à P5E - *Promoção da conservação e do sequestro de carbono na agricultura e na silvicultura*.

b) Caracterização dos compromissos

A caracterização dos compromissos efetuados no âmbito da Operação 7.8.1 é perceptível através de um conjunto de indicadores de realização, de resultado e de monitorização. Realça-se que 67% dos beneficiários desta Operação já o foram no âmbito do PRODER.

Quadro 163: SM 10.1/7.8.1 – Tipologia de beneficiários, por região (acumulado)

Região	Nº explorações pagas (acumulado)			
	TOTAL	Jovens agricultores	Recorrem a serviços de aconselhamento	Que receberam apoio no PRODER
Norte	6 415	395	230	4 373
Centro	1 155	78	34	805
Lisboa	218	14	2	101
Alentejo	816	101	47	488
Algarve	67	3	1	54
TOTAL	8 671	591	314	5 821

Nota: Em termos acumulados foram considerados valores sem repetições.

Relativamente às CN sobre compromisso por espécie e raça autóctone, verificou-se que 66% são da espécie *bovinos* sendo a segunda espécie mais representativa a dos *ovinos* com 20%. Em termos regionais o Norte sobressai com 50% das CN das quais 68% são da espécie *bovina*.

Quadro 164: SM 10.1/7.8.1 – CN sobre compromisso, por região e espécie/raça (acumulado)

un: CN

Espécie	Raça autóctone	DRAP					
		Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	TOTAL
Bovinos	ALENTEJANA		133	115	5 953		6 201
	AROQUESA	2 395	853	26	205		3 479
	BARROSA	6 452			198		6 650
	BRAVA		167	1 215	3 060		4 442
	CACHENA	4 777	761	2	1 296		6 836
	GARVONESA		31		472		503
	JARMELISTA		198				198
	MARINHOA	22	653		14		688
	MARONESA	3 118			416		3 534
	MERTOLENGA		103	922	4 923		5 948
	MINHOTA	5 036			28		5 064
	MIRANDESA	3 201	82	87	345		3 715
	PRETA		162	333	973		1 468
Bovinos		25 001	3 143	2 699	17 884	4	48 731
Ovinos	CAMPANIÇA		6	15	760	171	952
	BORDELEIRA do ENTRE DOURO e MINHO	628	11				639
	CHURRA ALGARVIA	8			14	283	304
	CHURRA BADANA	359					359
	CHURRA da TERRA QUENTE	1 524					1 524
	CHURRA GALEGA BRAGANÇA BRANCA	1 649					1 649
	CHURRA GALEGA BRAGANÇA PRETA	418			3		421
	GALEGA MIRANDESA	874					874
	CHURRA do CAMPO		91		2		93
	CHURRA de ENTRE DOURO e MINHO	593	5		126		724
	MERINO BRANCO				1 368		1 368
	MERINO BEIRA BAIXA		554		6		560
	MERINA PRETA		113		1 666		1 779
	MONDEGUEIRA	34	296				330
	SALOIA		53	0	276		329
	SERRA da ESTRELA	7	2 625	11	35		2 679
Ovinos		6 094	3 755	27	4 256	453	14 585
Caprinos	ALGARVIA		1	6	43	277	326
	BRAVIA	1 486	8	-	29	3	1 526
	CHARNEQUEIRA		162	3	76		241
	SERPENTINA		5	7	748		761
	SERRANA	864	333	465	5		1 666
	PRETA de MONTEZINHO	186		2			188
Caprinos		2 536	509	482	901	280	4 707
Equinos	LUSITANO	63	111	239	290		703
	GARRANO	1 421	56		111		1 588
	SORRAIA			26	93		119
	ASININO de MIRANDA	191	73	30	25		319
Equinos		1 675	240	295	519		2 729
Suínos	ALENTEJANO		10	1	985		995
	BÍSARO	1 177	331	2	34		1 544
	MALHADO de ALCOBAÇA		2	71			73
Suínos		1 177	343	73	1 018		2 612
Galinhas	GALINHA PRETA LUSIT.	5	0	1	3		9
	GALINHA PEDRÊS PORT.	4	1	2	2	0	10
	GALINHA AMARELA	4	0	0	1		6
	GALINHA BRANCA	2	0	0	0		3
Galináceos		15	2	3	6	0	27
TOTAL		36 500	7 992	3 580	24 584	737	73 392

Relativamente às CN pagas até ao final de 2021 regista-se a mesma tendência já referida para as CN sobre compromisso, conforme quadro que se apresenta de seguida.

Quadro 165: SM 10.1/7.8.1 – Número de explorações e CN, por região e espécie/raça (acumulado)

Un: CN

Espécie	Raça autóctone	DRAP											
		Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		TOTAL	
		Expl. (nº)	CN (nº)	Expl. (nº)	CN (nº)	Expl. (nº)	CN (nº)	Expl. (nº)	CN (nº)	Expl. (nº)	CN (nº)	Expl. (nº)	CN (nº)
Bovinos	ALENTEJANA	1	6	4	164	2	143	113	9 756			120	10 069
	ARQUÊSUA	639	3 078	292	1 376	3	36	5	209			939	4 700
	BARROSÁ	1 020	8 313	3	12	4	195	15	503			1 042	9 023
	BRAVA			4	186	36	2 340	49	4 485			89	7 011
	CACHENA	554	6 118	27	1 185	1	2	44	1 697	1	1	627	9 004
	GARVONESA			2	31			13	733			15	764
	JARRELSTA			28	257							28	257
	MARINHOA	12	29	201	964			2	27			215	1 019
	MARONESA	694	4 396	1	1			18	600			713	4 997
	MERTOLENGA			6	357	33	1 911	129	7 771			168	10 038
	MINHOTA	1 329	6 824	1	2			1	25			1 331	6 851
	MIRANDESA	272	3 921	9	285	3	141	6	611			290	4 958
	PRETA			5	269	6	440	22	1 623			33	2 332
Bovinos		4 521	32 685	583	5 089	88	5 208	417	28 040	2	3	5 611	71 025
Ovinos	CAMPANIÇA			1	6	2	19	30	1 168	1	148	34	1 341
	BORDALEIRA do ENTRE DOURO e MINHO	176	883	1	11							177	893
	CHURRA ALGARVIA	1	6					3	63	25	383	29	452
	CHURRA BADANA	41	626					1	49			42	675
	CHURRA da TERRA QUENTE	158	2 645	2	10							160	2 655
	CHURRA GALEGA BRAGANÇA BRANCA	160	2 391	1								161	2 391
	CHURRA GALEGA BRAGANÇA PRETA	45	464					1	3			46	468
	GALEGA MIRANDESA	95	1 349									95	1 349
	CHURRA do CAMPO			6	91			1	2			7	92
	CHURRA de ENTRE DOURO e MINHO	77	760	2	6			4	151			83	917
	MERINO BRANCO							39	1 849			39	1 849
	MERINO BEIRA BAIXA			50	1 097			1	6			51	1 103
	MERINA PRETA			9	230			66	2 386			75	2 617
	MONDEGUEIRA	7	50	34	426							41	476
	SALOIA			1	113	1	0	10	418			12	531
	SERRA da ESTRELA	2	6	245	3 182	2	11	1	35			250	3 233
Ovinos		762	9 180	352	5 171	5	30	157	6 130	26	531	1 302	21 041
Caprinos	ALGARVIA			1	1	2	5	7	52	33	430	43	488
	BRAVIA	120	2 038	3	7			2	27	1	3	126	2 075
	CHARNEQUEIRA			37	425	3	18	9	149	2	5	51	597
	SERPENTINA			5	26	8	11	46	1 066			59	1 102
	SERRANA	155	1 551	63	481	42	874	2	14			262	2 920
	PRETA de MONTEZINHO	36	228			1	2					37	230
Caprinos		311	3 818	109	939	56	910	66	1 308	36	438	578	7 411
Equinos	LUSITANO	12	73	19	148	33	290	41	329			105	840
	GARRANO	345	2 081	10	78			15	138			370	2 297
	SORRAIA					3	17	4	27			7	44
	ASININO de MIRANDA	238	427	46	94	9	57	11	32	1	10	305	620
Equinos		595	2 581	75	320	45	364	71	526	1	10	787	3 801
Suínos	ALENTEJANO			2	10	2	56	90	1 616			94	1 682
	BISARO	142	1 936	21	564	1	1	3	94			167	2 596
	MALHADO de ALCOBÇA			3	2	8	91					11	93
Suínos		142	1 936	26	577	11	149	93	1 710			272	4 371
Galinhas	GALINHA PRETA LUST.	22	6	2	0	3	1	4	4			31	11
	GALINHA PEDRÊS PORT.	27	8	5	4	4	2	4	4	2	2	42	19
	GALINHA AMARELA	22	6	2	0	3	0	2	2			29	9
	GALINHA BRANCA	13	2	1	0	3	0	2	1			19	4
Galináceos		84	22	10	5	13	3	12	11	2	2	121	43
TOTAL		6 415	50 221	1 155	12 100	218	6 664	816	37 724	67	984	8 671	107 693

Analisando o número de explorações pagas por região e por espécie/raça verifica-se que é na região do Alentejo onde as explorações apresentam o maior número médio de CN por exploração (46,23 CN) quando a média nacional é de 12,4 CN por exploração.

c) Execução financeira

No final de 2021, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação foi de 53.679 mil euros de despesa pública e 44.930 mil euros de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução global de 80% face ao programado. Esta taxa não é comparável com a registada no relatório anterior uma vez que a dotação da Operação 7.8.1 foi reforçada em 2021. Em termos regionais, cerca de 83% da execução concentrou-se nas regiões do Norte e do Alentejo.

Quadro 166: SM 10.1/7.8.1 – Distribuição regional dos projetos pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Prioridade/ Domínio	Projetos pagos		
		Nº	Despesa pública	FEADER
Norte	P4	6 415	26 640	22 332
	P5E		13	13
Centro	P4	1 155	5 983	5 016
	P5E		1	1
Lisboa	P4	218	2 651	2 212
	P5E			
Alentejo	P4	816	17 676	14 813
	P5E			
Algarve	P4	67	716	543
	P5E			
TOTAL		8 671	53 679	44 930

Do total da despesa pública realizada no âmbito desta Operação, cerca de 17% foi alocada a áreas integradas na Rede NATURA, e desta, cerca de 53% situa-se na região do Alentejo.

Quadro 167: SM 10.1/7.8.1 – Rede NATURA – Distribuição por região e prioridade dos projetos pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Priori- dade/ Dominio	Despesa pública paga				FEADER pago			
		Ano		Acumulada		Ano		Acumulada	
		NATURA	TOTAL	NATURA	TOTAL	NATURA	TOTAL	NATURA	TOTAL
Norte	4	554	4 319	3 312	26 640	437	3 408	2 773	22 332
Centro		142	956	793	5 983	112	754	662	5 016
Lisboa		7	347	41	2 651	5	271	34	2 212
Alentejo		712	2 534	4 859	17 676	562	1 998	4 071	14 813
Algarve		14	75	159	716	10	52	121	543
Subtotal		1 429	8 230	9 164	53 665	1 126	6 484	7 660	44 916
Norte	5E			1	13			1	13
Centro					1				1
Lisboa									
Alentejo									
Algarve									
Subtotal				1	14			1	14
TOTAL SM10 7.8		1 429	8 230	9 164	53 679	1 126	6 484	7 661	44 930

viii. Mosaico agroflorestal (Operação 7.9.1)

O mosaico agroflorestal está operacionalizado através da Operação 7.9.1 que se destina a dar resposta à necessidade de se manter mosaicos agroflorestais que ao criarem descontinuidades na ocupação do solo se afiguram essenciais para contrariar a propagação de incêndios florestais.

a) Compromissos anuais e plurianuais

O pedido de apoio e os pedidos de pagamento da Operação 7.9.1 são apresentados no âmbito do PU. A apresentação do 1º pedido de pagamento foi formalizada conjuntamente com a apresentação do 1º pedido de apoio no formulário do PU 2015, tendo o ciclo de compromissos durado até 2020. A partir de 2021, no âmbito do Regime de Transição, os novos compromissos são assumidos por um período de mais 2 anos.

Em 2021, esta Operação registou um total de 281 pedidos de pagamento com uma área total candidatada de 1.709ha, a que corresponde uma despesa pública de cerca de 119 mil euros.

Quadro 168: SM 10.1/7.9.1 – Distribuição regional dos compromissos

Un.: mil euros

Região	Prioridade/ Dominio	Compromissos 2021		Compromissos acumulados	
		Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER
Norte	P4	39	31	289	238
Centro	P4	70	55	437	359
Lisboa	P4	3	2	19	16
Alentejo	P4	7	6	106	88
Algarve	P4			3	2
TOTAL		119	94	854	703

Em termos de distribuição regional, verifica-se que a região do Centro foi a mais representativa com 51% da despesa pública comprometida.

A Operação 7.9.1 contribui apenas para um domínio de intervenção do desenvolvimento rural. Assim, o montante de compromissos de 854 mil euros de despesa pública e 703 mil euros de FEADER foi associado à P4 -

Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas dependentes da agricultura e das florestas.

b) Caracterização dos compromissos

Relativamente ao tipo de beneficiários, é de realçar que 85% já o foram também no âmbito do PRODER.

Quadro 169: SM 10.1/7.9.1 - Tipologia de beneficiários, por região e área (acumulado)

Região	Nº explorações pagas (acumulado)				Área sobre compromisso (ha)	Área sobre compromisso NATURA (ha)
	TOTAL	Jovens agricultores	Recorrem a serviços de aconselhamento	Que receberam apoio no PRODER		
Norte	350	7	5	290	1 108	119
Centro	151	16	4	138	1 782	890
Lisboa	3				99	
Alentejo	39	1	1	32	605	326
Algarve	2			1	23	15
TOTAL	545	24	10	461	3 617	1 350

Nota: Em termos acumulados foram considerados valores sem repetições.

Quanto à distribuição regional da área, verificou-se que 50% da área total relativa a *culturas temporárias* se encontra na região do Centro, num total de 122 explorações (25% do total de explorações). O Norte sobressai neste grupo de culturas por representar 68% das explorações. No que respeita a *prados e pastagens permanentes com predominância de vegetação arbustiva*, a região do Centro é a mais representativa tanto em número de explorações (59%) como em área (48%).

Quadro 170: SM 10.1/7.9.1 - Número de explorações e área, por região (acumulado)

Unid: ha

Grupo de cultura	Região (acumulado)											
	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		TOTAL	
	Expl. (nº)	Área (ha)	Expl. (nº)	Área (ha)	Expl. (nº)	Área (ha)	Expl. (nº)	Área (ha)	Expl. (nº)	Área (ha)	Expl. (nº)	Área (ha)
Culturas temporárias	332	763	122	1 167	3	89	28	328	2	4	487	2 351
Prados e pastagens permanentes com predominância de vegetação arbustiva	24	338	69	636	1	10	22	312	1	19	117	1 315
TOTAL	356	1 101	191	1 803	4	99	50	640	3	23	604	3 666

Nota: Em termos de acumulados foram considerados os valores sem repetições e considerado o valor máximo da área paga.

c) Execução financeira

No final de 2021, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação ascendeu a 619 mil euros de despesa pública e de 517 mil euros de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução global de 71% face ao programado. Esta taxa não é comparável com a registada no relatório anterior uma vez que esta Operação viu a sua dotação alterada em 2021. Em termos regionais cerca de 83% da execução concentrou-se nas regiões do Norte e Centro.

Quadro 171: SM 10.1/7.9.1 - Distribuição regional dos projetos pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Projetos pagos		
	P4		
	Nº	Desp. pública	FEADER
Norte	350	216	180
Centro	151	298	248
Lisboa	3	15	13
Alentejo	39	89	74
Algarve	2	1	1
TOTAL	545	619	517

Do total da despesa pública realizada no âmbito desta Operação até ao final do ano, cerca de 39% foi alocada a áreas integradas na Rede NATURA, e desta, cerca de 65% situa-se na região do Centro.

Quadro 172: SM 10.1/7.9.1 - Rede NATURA – Distribuição por região e prioridade dos projetos pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Prioridade/ Dominio	Despesa pública paga				FEADER pago			
		Ano		Acumulada		Ano		Acumulada	
		NATURA	TOTAL	NATURA	TOTAL	NATURA	TOTAL	NATURA	TOTAL
Norte	4	2	16	27	216	2	12	23	180
Centro	4	23	41	157	298	18	32	131	248
Lisboa	4				15				13
Alentejo	4	3	3	58	89	2	3	49	74
Algarve	4	0	0	0	1	0	0	0	1
TOTAL		28	61	243	619	22	47	203	517

ix. Apoio agroambiental à apicultura (Operação 7.12.1)

O apoio agroambiental à apicultura está operacionalizado através da Operação 7.12.1 que tem como objetivo assegurar a manutenção de uma atividade tradicional e com uma relevância particular na manutenção da biodiversidade e o importante efeito polinizador das abelhas nos sistemas agrícolas tradicionais.

a) Compromissos anuais e plurianuais

O pedido de apoio e os pedidos de pagamento da Operação 7.9.1 são apresentados no âmbito do PU. A apresentação do 1º pedido de pagamento foi formalizada conjuntamente com a apresentação do 1º pedido de apoio no formulário do PU 2015, tendo o ciclo de compromissos durado até 2020. A partir de 2021, no âmbito do Regime de Transição, os novos compromissos são assumidos por um período de mais 2 anos.

No ano de 2021 registaram-se 12 pedidos de pagamento com uma área total candidatada de 789ha, a que corresponde uma despesa pública de cerca de 15 mil euros.

Quadro 173: SM 10.1/7.12.1 – Distribuição regional dos compromissos

Un.: mil euros

Região	Prioridade/ Domínio	Compromissos 2021		Compromissos acumulados	
		Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER
Norte	4	10	8	83	68
Centro		4	3	10	8
Lisboa					
Alentejo		1	1	2	2
Algarve		1	1	1	1
TOTAL		15	12	96	79

Em termos de distribuição regional, verifica-se que a região do Norte foi a mais representativa com 86% da despesa pública comprometida.

A Operação 7.12.1 contribui para o domínio de intervenção do desenvolvimento rural P4 - *Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas dependentes da agricultura e das florestas*. Assim, no âmbito do processo de candidaturas ao PDR2020, foram associados os compromissos de 96 mil euros de despesa pública e 79 mil euros de FEADER.

b) Caracterização dos compromissos

Relativamente ao tipo de beneficiários da Operação 7.12.1, é de realçar que 81% já o foram também no âmbito do PRODER.

Quadro 174: SM 10.1/7.12.1 – Tipologia de beneficiários, por região e área (acumulado)

Região	Nº explorações pagas (acumulado)					Nº de colónias	Área sobre compromisso (ha)	Área sobre compromisso NATURA (ha)
	TOTAL	Jovens agricultores	Recorrem a serviços de aconselhamento	Que receberam apoio no PRODER	Membros de AP/OP			
Norte	32	14		25	6	32 502	1 999	56
Centro	3	2	1	3	1	6 947	89	6
Lisboa								
Alentejo	2	1		2		297	43	12
Algarve								
TOTAL	37	17	1	30	7	39 746	2 131	74

Nota: Em termos acumulados foram considerados valores sem repetições.

Quanto à distribuição regional da área, verificou-se que 93% da área total se encontra na região do Norte, num total de 32 explorações (86% do total de explorações).

Quadro 175: SM 10.1/7.12.1 - Número de explorações e área, por região (acumulado)

Unid: ha

Região (acumulado)											
Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		TOTAL	
Expl. (nº)	Área (ha)	Expl. (nº)	Área (ha)	Expl. (nº)	Área (ha)	Expl. (nº)	Área (ha)	Expl. (nº)	Área (ha)	Expl. (nº)	Área (ha)
32	1 658	3	89			2	43			37	1 791

Nota: Em termos de acumulados foram considerados os valores sem repetições e considerado o valor máximo da área paga.

c) Execução financeira

No final de 2021, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação era de 68 mil euros de despesa pública e de 56 mil euros de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução global de 77% face ao programado. Esta taxa não é comparável com a registada no relatório anterior uma vez que esta Operação viu a sua dotação alterada em 2021. Em termos regionais cerca de 92% da execução concentrou-se na região do Norte.

Quadro 176: SM 10.1/7.12.1 – Distribuição regional dos projetos pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Projetos pagos		
	P4		
	Nº	Desp. pública	FEADER
Norte	32	62	52
Centro	3	5	4
Lisboa			
Alentejo	2	1	1
Algarve			
TOTAL	37	68	56

Não inclui valor de juros.

Do total da despesa pública realizada no âmbito desta Operação até ao final do ano, só cerca de 3% foi alocada a áreas integradas na Rede NATURA.

Quadro 177: SM 10.1/7.12.1 - Rede NATURA – Distribuição por região e prioridade dos projetos pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Priori- dade/ Dominio	Despesa pública paga				FEADER pago			
		Ano		Acumulada		Ano		Acumulada	
		NATURA	TOTAL	NATURA	TOTAL	NATURA	TOTAL	NATURA	TOTAL
Norte	4	0	6	2	62	0	4	2	52
Centro			1	0	5		1	0	4
Lisboa									
Alentejo		0	0	0	1	0	0	0	1
Algarve									
TOTAL		0	6	2	68	0	5	2	56

Submedida 10.2. Apoio à conservação dos recursos genéticos na agricultura

No quadro seguinte é apresentada a síntese da operacionalização da Submedida 10.2 reportada ao final do ano de 2021.

Quadro 178: M10/10.2 – Taxas de compromisso e de execução

Un.: mil euros

Código OP/COM	Programação		Taxa de compromisso (inclui transitados)		Taxa de execução (inclui transitados)	
	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER
7.8.3	63 710	51 686	100%	101%	68%	69%
7.8.4	2 912	2 309	111%	108%	68%	67%
Total M10.2	66 622	53 995	100%	101%	68%	69%

A Submedida 10.2 termina 2021 com uma taxa de 100% no que respeita à despesa pública comprometida e de 68% no que se refere à despesa pública executada, o que se traduz num total de 66.863 mil euros de compromissos e 44.998 mil euros de execução.

A dotação da Operação 7.8.3 foi reforçada em cerca de 52%, passando de 41.999 mil euros para 63.710 mil euros de despesa pública programada, na sequência da última alteração ao Programa.

Implementação da Submedida 10.2

a) Novos anúncios de apresentação de candidaturas

Em 2021 não foram abertos novos avisos às operações 7.8.3 e 7.8.4.

De referir que, no conjunto da Submedida 10.2 foram abertos 5 avisos (4 à Operação 7.8.3 e 1 à Operação 7.8.4), com uma dotação total de 66.450 mil euros. A estes avisos candidataram-se 204 pedidos de apoio no valor total de 77.894 mil euros de investimento proposto.

b) Seleção, decisão e caracterização de candidaturas

No final de 2021, a totalidade das 204 candidaturas estavam analisadas e decididas, tendo 2 não sido aprovadas, ambas na Operação 7.8.3.

Durante o ano de 2021 foram analisadas 69 candidaturas, com 23.830 mil euros de investimento associado. Destas, 3 candidaturas reportam-se à Operação 7.8.4. Nesse ano foram aprovadas 59 candidaturas, todas da 7.8.3, com um investimento associado de 21.229 mil euros. A maioria das candidaturas analisadas e decididas (cerca de 81%) eram das regiões do Norte e Alentejo.

Quadro 179: SM10.2 – Distribuição regional das candidaturas entradas, analisadas e decididas (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas			
		Nº	Invest. proposto	Nº	Invest. proposto	Não aprovadas		Aprovadas	
						Nº	Invest. proposto	Nº	Invest. proposto
7.8.3	Norte	72	31 756	72	31 756			72	31 756
	Centro	24	15 936	24	15 936			24	15 936
	Lisboa								
	Alentejo	77	23 954	77	23 954	2	95	75	23 860
	Algarve	9	1 192	9	1 192			9	1 192
	Subtotal	182	72 839	182	72 839	2	95	180	72 744
7.8.4	Norte	3	462	3	462			3	462
	Centro	6	1 535	6	1 535			6	1 535
	Lisboa	2	770	2	770			2	770
	Alentejo	8	1 837	8	1 837			8	1 837
	Algarve	3	452	3	452			3	452
	Subtotal	22	5 055	22	5 055			22	5 055
SM10.2	Norte	75	32 218	75	32 218			75	32 218
	Centro	30	17 471	30	17 471			30	17 471
	Lisboa	2	770	2	770			2	770
	Alentejo	85	25 791	85	25 791	2	95	83	25 697
	Algarve	12	1 644	12	1 644			12	1 644
	Total	204	77 894	204	77 894	2	95	202	77 800

Das candidaturas que obtiveram aprovação, 41% situa-se Na região do Alentejo e representam 34% do total da despesa pública aprovada na Submedida 10.2. No entanto, a região mais representativa no que respeita à despesa pública aprovada é o Norte com 43% do total em 37% dos projetos.

Quadro 180: SM10.2 – Distribuição regional dos projetos aprovados (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Projetos aprovados				
		Nº	Invest. proposto	Invest. elegível	Desp. pública	FEADER
7.8.3	Norte	72	31 756	31 499	26 707	21 630
	Centro	24	15 936	15 936	12 186	9 870
	Lisboa					
	Alentejo	75	23 860	23 323	20 060	16 178
	Algarve	9	1 192	1 179	1 132	807
	Subtotal	180	72 744	71 937	60 085	48 485
7.8.4	Norte	3	462	205	197	156
	Centro	6	1 535	1 009	877	689
	Lisboa	2	770	582	502	359
	Alentejo	8	1 837	1 354	1 191	937
	Algarve	3	452	321	291	205
	Subtotal	22	5 055	3 472	3 059	2 346
SM10.2	Norte	75	32 218	31 704	26 904	21 785
	Centro	30	17 471	16 945	13 064	10 559
	Lisboa	2	770	582	502	359
	Alentejo	83	25 697	24 678	21 251	17 116
	Algarve	12	1 644	1 500	1 423	1 012
	Total	202	77 800	75 409	63 144	50 831

As candidaturas aprovadas na Operação 7.8.3 referem-se todas à conservação e melhoramento de recursos genéticos animais, por inerência dos próprios avisos. Quanto à 7.8.4 verifica-se que quase todos os projetos se referem às 2 rubricas de investimento, *conservação e melhoramento dos recursos genéticos*, havendo 2 candidaturas, no Norte, que se candidataram apenas à *conservação dos recursos genéticos vegetais*. A despesa pública associada a estas 2 rubricas de investimento tem um predomínio no que respeita à componente *conservação e melhoramento de recursos genéticos animais*

Quadro 181: SM10.2- Distribuição regional das rubricas de investimento dos projetos aprovados (acumulado)

Código OP/COM	Rubrica de investimento	Região										Total	
		Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Nº proj.	Despesa Pública
		Nº proj.	Despesa Pública	Nº proj.	Despesa Pública	Nº proj.	Despesa Pública	Nº proj.	Despesa Pública	Nº proj.	Despesa Pública		
7.8.3	Conservação e melhoramento de recursos genéticos animais	72	26 707	24	12 186			75	20 060	9	1 132	180	60 085
7.8.4	Conservação dos recursos genéticos vegetais	3	174	6	482	2	260	8	701	3	202	22	1 819
	Melhoramento dos recursos genéticos vegetais	1	24	6	395	2	242	8	490	3	89	20	1 240

A Submedida 10.2 contribui apenas para o domínio de intervenção do desenvolvimento rural P4A. Assim, e tendo em conta, além das candidaturas ao PDR2020, as 61 candidaturas transitadas do PRODER, a contribuição desta Submedida para a P4A é de 66.863 mil euros de despesa pública e 54.460 mil euros de FEADER, conforme quadro seguinte:

Quadro 182: SM10.2 – Distribuição por prioridade dos projetos aprovados, incluindo transitados (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP	Prioridade/ Domínio	Projetos transitados			Projetos aprovados				
		Nº	Desp. pública	FEADER	Nº	Invest. proposto	Invest. elegível	Desp. pública	FEADER
7.8.3	P4A	53	3 553	3 476	180	72 744	71 937	60 085	48 485
7.8.4	P4A	8	166	153	22	5 055	3 472	3 059	2 346
TOTAL M10.2		61	3 719	3 629	202	77 800	75 409	63 144	50 831

c) Execução financeira

No final de 2021, o montante total dos pagamentos acumulados na Submedida 10.2 foi de 44.998 mil euros de despesa pública e 37.292 mil euros de FEADER. Comparando com o valor programado para as Operações que compõem a Submedida 10.2, verifica-se uma taxa de execução de 68%.

Quadro 183: SM10.2 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos (acumulado)

Código OP/COM	Região	Projetos contratados (inclui transitados)			Projetos C/Execução Iniciada (inclui transitados)			Total pago (inclui transitados)		
		Nº	Desp. pública	FEADER	Nº	Desp. pública	FEADER	Nº	Desp. pública	FEADER
7.8.3	Norte	93	28 172	23 092	82	20 192	16 812	82	20 192	16 812
	Centro	32	12 831	10 505	27	8 826	7 343	27	8 826	7 343
	Lisboa	5	21	21	5	21	21	5	21	21
	Alentejo	93	21 456	17 509	74	13 384	11 141	74	13 384	11 141
	Algarve	10	1 159	834	7	590	436	7	590	436
	Subtotal	233	63 638	51 961	195	43 012	35 753	195	43 012	35 753
7.8.4	Norte	3	197	156	1	55	43	3	79	62
	Centro	8	879	691	7	461	364	8	482	381
	Lisboa	4	637	486	4	563	431	4	563	431
	Alentejo	12	1 220	962	11	658	519	12	684	540
	Algarve	3	291	205	3	178	126	3	178	126
	Subtotal	30	3 225	2 500	26	1 915	1 483	30	1 986	1 540
M10.2	Norte	96	28 369	23 248	83	20 247	16 855	85	20 271	16 875
	Centro	40	13 710	11 195	34	9 286	7 707	35	9 307	7 724
	Lisboa	9	658	507	9	584	451	9	584	451
	Alentejo	105	22 675	18 471	85	14 042	11 660	86	14 067	11 681
	Algarve	13	1 450	1 039	10	768	561	10	768	561
	TOTAL	263	66 863	54 460	221	44 928	37 236	225	44 998	37 292

No final de 2021, na Operação 7.8.3 verificou-se um acréscimo significativo nos projetos contratados face ao ano anterior.

No fim de 2021 tinham já iniciado a execução 84% dos projetos contratados da Submedida 10.2. Este valor é inferior ao registado no ano anterior uma vez que ocorreram novas contratações que ainda não iniciaram a sua execução.

Quadro 184: SM10.2- Distribuição regional dos projetos encerrados e valor libertado (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Projetos Encerrados (inclui transitados)			Valor Libertado (inclui transitados)		Tx Sub- execução
		Nº	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER	Desp. pública
		[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]=[4]/([2]+[4])
7.8.3	Norte	65	16 720	13 970	1 915	1 516	10%
	Centro	23	6 575	5 490	1 270	1 003	16%
	Lisboa	5	21	21	71	49	77%
	Alentejo	61	11 813	9 851	2 348	1 847	17%
	Algarve	7	590	436	168	118	22%
	Subtotal	161	35 718	29 767	5 771	4 533	14%
7.8.4	Norte						
	Centro	2	2	1	75	60	98%
	Lisboa	2	136	127	125	88	48%
	Alentejo	4	29	24	142	113	83%
	Algarve						
	Subtotal	8	166	153	343	260	67%
M10.2	Norte	65	16 720	13 970	1 915	1 516	10%
	Centro	25	6 577	5 491	1 345	1 063	17%
	Lisboa	7	156	148	196	137	56%
	Alentejo	65	11 841	9 875	2 491	1 959	17%
	Algarve	7	590	436	168	118	22%
	TOTAL	169	35 884	29 920	6 114	4 792	15%

Na Submedida 10.2 verificou-se uma subida da taxa de projetos encerrados, face ao projetos aprovados para 64%, devido a um aumento muito significativo de projetos encerrados na Operação 7.8.3 - mais 57 projetos (no total dos projetos aprovados nesta Operação, 69% encontravam-se encerrados no final do ano de 2021).

Relativamente à taxa de subexecução, verifica-se que esta é muito superior na Operação 7.8.4 (67%), face à Operação 7.8.3 (14%). Tendo em atenção os pesos relativos das 2 Operações, verificou-se uma taxa de subexecução da Submedida 10.2 de 15%.

Esta Submedida encerrou o ano com um total de compromissos de 66.863 mil euros de despesa pública e 54.460 mil euros de FEADER.

5.10 MEDIDA 11. AGRICULTURA BIOLÓGICA

A Medida COM - Agricultura biológica (M11) contempla 2 operações implementadas no âmbito do Sistema Integrado de Gestão e de Controlo (SIGC) sendo, nos termos da regulamentação nacional, a gestão e execução destas operações asseguradas com base no sistema de informação do IFAP.

- Operação 7.1.1. Conversão para agricultura biológica
- Operação 7.1.2. Manutenção em agricultura biológica

No quadro seguinte é apresentada a síntese da operacionalização da M11 reportada ao ano de 2021.

Quadro 185: M11 – Taxas de compromisso e de execução

Un.: milhões

Código OP/COM	Programação		Taxa de compromisso (inclui transitados)		Taxa de execução (inclui transitados)	
	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER
7.1.1	169 722	166 241	55%	53%	54%	53%
dos quais Next Generation	140 485	140 485	45%	45%	44%	44%
7.1.2	210 405	170 541	74%	75%	72%	74%
Total M11	380 127	336 782	65%	64%	64%	63%

Implementação da Medida 11

a) Compromissos anuais e plurianuais

Na M11 os compromissos são plurianuais, sendo assumidos por um período de até 5 anos, podendo ser prolongado, por decisão da AG, até um máximo de 7 anos. O pedido de apoio e os pedidos de pagamento das operações em apreço são apresentados no âmbito do PU. A apresentação do 1º pedido de pagamento foi formalizada conjuntamente com a apresentação do 1º pedido de apoio no formulário do PU de 2015. A partir de 2021, no âmbito do Regime de Transição, os novos compromissos são assumidos por um período de 2 anos.

Com o objetivo de dar resposta aos desafios ambientais, incentivando a conservação da biodiversidade e a preservação dos equilíbrios ecológicos regionais, assegurando uma transição justa para uma economia com impacto neutro no clima, e o apoio à agricultura respeitadora da natureza, o pagamento

ao novo ciclo de compromissos da Operação 7.1.1 é assegurado através dos recursos adicionais *Next Generation*.

Em 2021, com a aplicação dos recursos adicionais *Next Generation* à Operação 7.1.1, registaram-se 7.788 pedidos de pagamentos no valor de 63.508 mil euros de despesa pública, numa área total de 404.081ha. A estes somaram-se mais 3.604 pedidos de pagamento submetidos à Operação 7.1.2 numa área total de 240.474ha e que, em termos de despesa pública, representaram 30.420 mil euros.

Quadro 186: M11 – Distribuição regional dos compromissos

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Prioridade /Domínio	Compromissos 2021		Compromissos acumulados	
			Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER
7.1.1	Norte	4	16 271	16 271	23 219	22 180
	Centro		9 473	9 473	15 372	14 491
	Lisboa		1 763	1 763	2 339	2 247
	Alentejo		35 385	35 385	49 757	47 598
	Algarve		616	616	796	751
	Subtotal		63 508	63 508	91 483	87 268
7.1.2	Norte	4	7 257	5 733	35 303	28 905
	Centro		6 609	5 221	35 756	29 321
	Lisboa		1 367	1 056	7 027	5 651
	Alentejo		14 914	11 782	78 059	63 887
	Algarve		273	191	1 083	786
	Subtotal		30 420	23 983	157 228	128 550
M11	Norte	4	23 528	22 004	58 522	51 085
	Centro		16 082	14 694	51 129	43 812
	Lisboa		3 130	2 819	9 365	7 898
	Alentejo		50 299	47 167	127 817	111 485
	Algarve		889	807	1 879	1 537
	TOTAL		93 928	87 491	248 712	215 817

A distribuição regional dos compromissos das 2 Operações que compõem a M11 é muito semelhante, sendo que mais de 50% dos compromissos assumidos se localizam na região do Alentejo.

A agricultura biológica contribui apenas para um domínio de intervenção do desenvolvimento rural, logo, foram associados os compromissos de 248.712 mil euros de despesa pública à P4 - *Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas dependentes da agricultura e das florestas*.

b) Caracterização dos compromissos

Na M11 foram já pagas 13.155 explorações, 64% das quais receberam apoios no PRODER e que 87% dos beneficiários recorreram à assistência técnica contratualizada com organizações de agricultores munidas de técnicos reconhecidos ao abrigo da legislação aplicável prevista na Operação. A Área total sobre compromisso ascende aos 762,8 mil ha, 21% dos quais refere-se a área sobre compromisso Natura.

Quadro 187: M11 – Caracterização da Operação

Código OP/COM	Região	Nº explorações pagas (acumulado)							Área sobre compromisso (ha)	Área sobre compromisso NATURA (ha)
		TOTAL	Jovens Agricultores	Recorrem a serviços de aconselhamento	Que receberam apoio no PRODER	Membros de AP/OP	Majoração cereais	Recorrem a assistência técnica		
7.1.1	Norte	4 767	954	736	2 977	1 306	1 036	4 430	55 052	7 962
	Centro	1 480	325	130	893	130	82	1 192	66 006	8 459
	Lisboa	204	43	16	101	44	39	99	12 736	342
	Alentejo	2 433	440	192	1 332	542	477	2 204	350 324	91 871
	Algarve	75	30	7	40	1	3	44	2 456	703
	Subtotal	8 959	1 792	1 081	5 343	2 023	1 637	7 969	486 573	109 337
7.1.2	Norte	1 796	615	294	1 349	464	518	1 567	35 278	3 551
	Centro	997	273	103	765	103	59	798	52 248	6 002
	Lisboa	228	73	14	122	28	29	109	17 150	61
	Alentejo	1 120	265	91	785	248	313	979	170 091	40 344
	Algarve	55	21	3	38	1	5	23	1 433	868
	Subtotal	4 196	1 247	505	3 059	844	924	3 476	276 201	50 827
M11	Norte	6 563	1 569	1 030	4 326	1 770	1 554	5 997	90 330	11 513
	Centro	2 477	598	233	1 658	233	141	1 990	118 254	14 461
	Lisboa	432	116	30	223	72	68	208	29 886	403
	Alentejo	3 553	705	283	2 117	790	790	3 183	520 415	132 216
	Algarve	130	51	10	78	2	8	67	3 889	1 571
	TOTAL	13 155	3 039	1 586	8 402	2 867	2 561	11 445	762 773	160 164

No que respeita às áreas pagas na M11, em termos acumulados, é de relevar que 68% se encontra na região do Alentejo sendo este valor de 72% se se considerar apenas a Operação 7.1.1. A cultura de *olival e frutos secos de sequeiro* é o tipo de cultura que se verifica mais vezes sendo que, no total registaram-se 8.907 explorações com esta cultura, com particular incidência na Operação 7.1.1.

De salientar que na Operação 7.1.2 se verifica uma predominância para *prados e pastagens permanentes* que ocupam uma área de praticamente 183 mil ha (62% do total das áreas pagas na Operação 7.1.2) em 1.431 explorações, o que representa uma área média de 128ha por exploração com este tipo de cultura.

Quadro 188: M11 – Número de explorações e áreas pagas por região e tipo de cultura

Código OP/COM	Tipo de cultura	DRAP (acumulado)											
		Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		TOTAL	
		n. expl	área (ha)	n. expl	área (ha)	n. expl	área (ha)	n. expl	área (ha)	n. expl	área (ha)	n. expl	área (ha)
7.1.1	Frutos Frescos de Regadio	360	858	192	768	40	169	89	548	21	129	702	2 472
	Frutos Frescos de Sequeiro	242	300	171	588	15	45	105	584	22	258	555	1 774
	Olival e Frutos Secos de Regadio	777	5 408	158	1 053	20	281	246	6 518	14	68	1 215	13 328
	Olival e Frutos Secos de Sequeiro	3 959	32 371	841	5 571	94	2 736	1 460	31 856	41	1 245	6 395	73 779
	Vinha	432	1 509	237	677	20	109	77	825	4	3	770	3 123
	Prados e Pastagens Permanentes	364	11 069	619	32 367	32	5 740	1 356	207 343	3	153	2 374	256 671
	Horticultura	314	460	623	4 445	32	216	620	8 049	6	29	1 595	13 199
	Arroz	0	0	0	0	5	358	7	61	0	0	12	420
	Outras Cult. Temp. Primavera Verão regadio	73	48	91	476	8	178	103	1 760	0	0	275	2 462
	Outras Culturas Temporárias	359	1 398	708	13 805	46	1 628	1 350	70 258	6	87	2 469	87 176
	Subtotal	-	53 422	-	59 750	-	11 458	-	327 802	-	1 971	-	454 404
7.1.2	Frutos Frescos de Regadio	305	619	251	782	87	267	126	639	32	165	801	2 473
	Frutos Frescos de Sequeiro	151	220	167	814	48	89	94	363	16	121	476	1 608
	Olival e Frutos Secos de Regadio	403	3 454	124	548	19	43	166	3 472	10	49	722	7 566
	Olival e Frutos Secos de Sequeiro	1 230	14 235	562	5 300	62	1 076	639	13 206	19	214	2 512	34 031
	Vinha	278	1 629	191	1 061	36	269	79	2 205	5	5	589	5 170
	Prados e Pastagens Permanentes	311	15 398	397	32 782	29	12 643	691	121 730	3	411	1 431	182 965
	Horticultura	234	307	369	2 900	118	699	419	5 675	25	60	1 165	9 640
	Arroz	0	0	0	0	3	130	3	44	0	0	6	174
	Outras Cult. Temp. Primavera Verão regadio	60	39	73	408	12	190	97	1 980	3	4	245	2 621
	Outras Culturas Temporárias	225	670	446	12 464	56	2 315	628	32 747	11	397	1 366	48 592
	Subtotal	-	36 570	-	57 059	-	17 721	-	182 061	-	1 427	-	294 839
M11	Frutos Frescos de Regadio	665	1 477	443	1 550	127	436	215	1 187	53	295	1 503	4 945
	Frutos Frescos de Sequeiro	393	520	338	1 402	63	134	199	947	38	379	1 031	3 382
	Olival e Frutos Secos de Regadio	1 180	8 862	282	1 601	39	324	412	9 990	24	117	1 937	20 894
	Olival e Frutos Secos de Sequeiro	5 189	46 606	1 403	10 871	156	3 811	2 099	45 062	60	1 459	8 907	107 810
	Vinha	710	3 139	428	1 739	56	378	156	3 030	9	7	1 359	8 293
	Prados e Pastagens Permanentes	675	26 468	1 016	65 149	61	18 383	2 047	329 073	6	564	3 805	439 636
	Horticultura	548	767	992	7 345	150	915	1 039	13 723	31	89	2 760	22 838
	Arroz	0	0	0	0	8	488	10	106	0	0	18	594
	Outras Cult. Temp. Primavera Verão regadio	133	87	164	884	20	368	200	3 741	3	4	520	5 083
	Outras Culturas Temporárias	584	2 067	1 154	26 269	102	3 943	1 978	103 005	17	484	3 835	135 768
	TOTAL	-	89 992	-	116 810	-	29 180	-	509 863	-	3 398	-	749 243

Nota: Em termos acumulados foram considerados os valores sem repetições e considerado o valor máximo da área paga por grupo de cultura.

Não se apresenta o nº de explorações total por DRAP uma vez que uma exploração pode ter vários tipos de cultura.

O quadro seguinte representa a parcela dos pagamentos efetuados na Operação 7.1.1 relativos a pagamentos com recursos adicionais *Next Generation*. Neste contexto foram pagas, em 2021, 7.788 explorações agrícolas diferentes e um total de 377.025ha. De registar que, do total de explorações pagas, 5.798 detinham culturas de *olival e frutos secos de sequeiro* sendo que esta cultura apenas representa 17% da área total paga neste contexto. No entanto, a área paga de *prados e pastagens permanentes* ultrapassou os 209 mil ha o que representa 56% do total da área paga com os recursos adicionais.

Quadro 189: M11 – Número de explorações e áreas pagas por região e por tipo de cultura
– *Next Generation*

Código OP/COM	Tipo de cultura	DRAP											
		Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		TOTAL	
		n. expl	área (ha)	n. expl	área (ha)	n. expl	área (ha)	n. expl	área (ha)	n. expl	área (ha)	n. expl	área (ha)
7.1.1 NG	Frutos Frescos de Regadio	279	682	128	411	30	127	72	428	17	103	526	1 751
	Frutos Frescos de Sequeiro	226	276	130	288	10	20	89	522	18	221	473	1 329
	Olival e Frutos Secos de Regadio	678	4 706	132	978	19	280	217	5 964	12	60	1 058	11 988
	Olival e Frutos Secos de Sequeiro	3 649	28 950	723	4 638	86	2 601	1 300	27 952	40	1 206	5 798	65 347
	Vinha	368	1 293	194	493	17	98	63	770	4	3	646	2 656
	Prados e Pastagens Permanentes	283	6 297	508	24 170	27	4 893	1 158	173 779	3	153	1 979	209 291
	Horticultura	276	433	583	4 046	24	184	573	7 484	6	29	1 462	12 177
	Arroz	0	0	0	0	4	348	6	59	0	0	10	407
	Outras Cult. Temp. Primavera Verão regadio	56	42	78	308	5	111	78	1 247	0	0	217	1 708
	Outras Culturas Temporárias	303	1 295	602	10 296	38	1 081	1 174	57 612	6	87	2 123	70 371
	TOTAL	-	43 974	-	45 629	-	9 742	-	275 818	-	1 862	-	377 025

Nota: Uma exploração pode ter vários tipos de cultura.

Relativamente aos efetivos declarados no ano de 2021 verifica-se os animais da espécie *bovina* são os mais representativos atingindo 84% do total. O Alentejo destaca-se com maior número de cabeças declaradas (75% do total).

Quadro 190: M11 – Efetivos declarados no ano

Código OP/COM	Tipo de animal	DRAP						un. cabeças
		Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	TOTAL	
7.1.1	Bovinos	5 541	18 760	4 630	122 918	74	151 924	
	Ovinos	987	4 896	259	22 154	33	28 328	
	Caprinos	520	431	2	952	2	1 907	
	Subtotal	7 048	24 087	4 890	146 024	109	182 159	
7.1.2	Bovinos	7 329	18 926	5 079	70 425	0	101 759	
	Ovinos	776	4 835	177	11 815	176	17 779	
	Caprinos	535	237	29	303	0	1 104	
	Subtotal	8 641	23 997	5 285	82 543	176	120 642	
M11	Bovinos	12 870	37 686	9 709	193 344	74	253 683	
	Ovinos	1 763	9 731	436	33 968	209	46 106	
	Caprinos	1 056	667	31	1 255	2	3 011	
	TOTAL	15 689	48 084	10 175	228 568	285	302 801	

c) Execução financeira

No final de 2021, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Medida, foi de 242.800 mil euros de despesa pública e 213.436 mil euros de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução global de (rácio entre o fundo pago e o programado) de 63% face ao programado. Em termos regionais cerca de 51% da execução concentrou-se na região do Alentejo.

Quadro 191: M11 – Distribuição regional dos projetos pagos (acumulado)

Código OP/COM	Região	Projetos Pagos (acumulados)		
		P4		
		Nº	Desp. pública	FEADER
7.1.1	Norte	4 679	22 716	21 952
	Centro	1453	14 945	14 301
	Lisboa	194	2 288	2 220
	Alentejo	2 396	48 748	47 161
	Algarve	70	782	747
	Subtotal	8 792	89 480	86 381
7.1.2	Norte	1 884	34 552	28 669
	Centro	1 024	34 993	29 086
	Lisboa	238	6 619	5 457
	Alentejo	1 157	76 197	63 130
	Algarve	60	960	715
	Subtotal	4 363	153 321	127 055
M11	Norte	6 563	57 268	50 621
	Centro	2 477	49 938	43 387
	Lisboa	432	8 907	7 676
	Alentejo	3 553	124 946	110 290
	Algarve	130	1 742	1 462
	TOTAL	13 155	242 800	213 436

Relativamente aos pagamentos efetuados, em termos acumulados, 19% do FEADER pago refere-se a rede NATURA e 66% desta se encontra na região do Alentejo.

No quadro seguinte é possível também verificar a execução dos recursos adicionais, alocados na totalidade à Operação 7.1.1. Assim, há a registar um total de 62.123mil euros de execução do *Next Generation* o que representa uma taxa de execução face ao fundo programado destes fundos adicionais de 44%.

Quadro 192: M11 – Rede NATURA – Distribuição por região e prioridade dos projetos pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Prioridade / Domínio	Despesa pública paga				FEADER pago			
			Ano		Acumulada		Ano		Acumulada	
			NATURA	TOTAL	NATURA	TOTAL	NATURA	TOTAL	NATURA	TOTAL
7.1.1	Norte	4	2 418	15 926	3 562	22 716	2 418	15 926	3 429	21 952
	Centro		1 461	9 244	2 193	14 945	1 461	9 244	2 107	14 301
	Lisboa		62	1 733	62	2 288	62	1 733	62	2 220
	Alentejo		8 967	34 616	12 265	48 748	8 967	34 616	11 896	47 161
	Algarve		90	604	121	782	90	604	115	747
	Subtotal		12 999	62 123	18 204	89 480	12 999	62 123	17 610	86 381
7.1.2	Norte	4	920	7 086	4 280	34 552	727	5 597	3 535	28 669
	Centro		1 071	6 424	5 652	34 993	846	5 075	4 693	29 086
	Lisboa		18	1 288	32	6 619	14	994	26	5 457
	Alentejo		3 819	14 586	18 721	76 197	3 015	11 521	15 489	63 130
	Algarve		61	243	307	960	42	169	231	715
	Subtotal		5 889	29 627	28 992	153 321	4 644	23 356	23 974	127 055
M11	Norte	4	3 338	23 012	7 841	57 268	3 145	21 523	6 964	50 621
	Centro		2 532	15 668	7 846	49 938	2 307	14 319	6 800	43 387
	Lisboa		81	3 021	94	8 907	76	2 727	88	7 676
	Alentejo		12 786	49 202	30 986	124 946	11 982	46 137	27 385	110 290
	Algarve		151	847	428	1 742	132	773	347	1 462
	TOTAL		18 888	91 750	47 195	242 800	17 643	85 479	41 583	213 436

5.11 MEDIDA 12. PAGAMENTOS A TÍTULO DA NATURA 2000

Enquadramento

A Medida COM - Pagamentos a título da natureza 2000 (M12) materializa-se no PDR2020 através de uma única Operação:

- Operação 7.3.1. Pagamentos Rede Natura – Pagamento natura

No âmbito da Decisão C(2021) 6714 de 10 de setembro, esta Medida tem uma dotação de 75.727 mil euros de despesa pública e 61.422 mil euros de FEADER.

No quadro seguinte é apresentada a síntese da operacionalização da M12 reportada ao ano de 2021.

Quadro 193: M12 – Taxas de compromisso e de execução

Un.: mil euros

Código OP/COM	Programação		Taxa de compromisso (inclui transitados)		Taxa de execução (inclui transitados)	
	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER
7.3.1	75 727	61 422	118%	118%	82%	83%
Total M12	75 727	61 422	118%	118%	82%	83%

Implementação da Medida 12

a) Compromissos anuais e plurianuais

O pedido de apoio e os pedidos de pagamento da Operação 7.3.1 são apresentados no âmbito do PU. A apresentação do 1º pedido de pagamento foi formalizada conjuntamente com a apresentação do 1º pedido de apoio no formulário do PU 2015. Os compromissos a título do Pagamento Natura são assumidos anualmente.

Em 2021 registaram-se nesta Operação 8.460 pedidos de pagamentos, numa área total de 402.274ha em Rede NATURA, a que correspondem a 12.106 mil euros de despesa pública comprometida.

Quadro 194: M12 – Distribuição regional dos compromissos

Un.: mil euros

Região	Prioridade / Domínio	Compromissos 2021		Compromissos plurianuais	
		Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER
Norte	4	206	162	1 267	1 033
Centro	4	809	639	6 103	4 967
Lisboa	4	25	19	140	108
Alentejo	4	10 930	8 635	81 012	65 849
Algarve	4	136	95	776	558
TOTAL		12 106	9 550	89 299	72 516

A distribuição regional dos compromissos revela que 91% destes se localizam na região do Alentejo.

A Operação 7.3.1 contribui na sua totalidade para um domínio de intervenção do desenvolvimento rural. Deste modo, toda a verba contribui para a P4 - *Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas dependentes da agricultura e das florestas.*

b) Caracterização dos compromissos

Na M12 foram já pagas 10.448 explorações, correspondendo a 483.852ha de área sobre compromisso. Das explorações pagas, 66% receberam apoios no âmbito do PRODER e abrangiam 483.852ha de área sobre compromisso.

Quadro 195: M12 – Tipologia de beneficiários, por região e área (acumulado)

Região	Nº explorações pagas (acumulado)				Área sobre compromisso (ha)	Área sobre compromisso NATURA (ha)
	TOTAL	Jovens Agricultores	Recorrem a serviços de aconselhamento	Que receberam apoio no PRODER		
Norte	2 660	86	153	1 872	16 218	16 218
Centro	1 766	113	49	1 218	35 727	35 727
Lisboa	109	6	2	35	1 844	1 844
Alentejo	5 553	330	145	3 559	423 225	423 225
Algarve	360	13	4	182	6 837	6 837
TOTAL	10 448	548	353	6 866	483 852	483 852

No que respeita às áreas efetivamente pagas na M12, em termos acumulados, é de relevar que 87% se encontram na região do Alentejo.

Quanto aos tipos de área condicionada, o *Tipo 1* (com restrição de não florestação de terras agrícolas) representa apenas 7% do total da área, ao passo que a área condicionada *Tipo 2* (com restrição de não florestação de terras agrícolas e restrição à intensificação da atividade agrícola) totaliza 449.615ha, ou seja, 93% do total de área desta Operação.

Quadro 196: M12 – Número de explorações e área, por região e tipo de cultura (acumulado)

Tipo de cultura	DRAP											
	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		TOTAL	
	n. expl	área (ha)	n. expl	área (ha)	n. expl	área (ha)	n. expl	área (ha)	n. expl	área (ha)	n. expl	área (ha)
Tipo 1	2 659	16 175	1 105	12 183	98	1 407	74	2 080	169	1 896	4 105	33 742
Tipo 2	1	20	663	23 511	11	437	5 485	420 726	195	4 921	6 355	449 615
TOTAL	2 660	16 196	1 768	35 695	109	1 844	5 559	422 806	364	6 817	10 460	483 357

Nota: Em termos de acumulados foram considerados os valores sem repetições e considerado o valor máximo da área paga por grupo de cultura.

c) Execução financeira

No final de 2021, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Medida foi de 62.256 mil euros de despesa pública e 51.042 mil euros de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução global de 82% face ao programado. Em termos regionais cerca de 91% da execução concentrou-se na região do Alentejo.

Quadro 197: M12 – Distribuição regional dos projetos pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Projetos Pagos		
	P4		
	Nº	Desp. pública	FEADER
Norte	2 660	916	751
Centro	1 766	4 282	3 515
Lisboa	109	92	71
Alentejo	5 553	56 427	46 315
Algarve	360	539	390
TOTAL	10 448	62 256	51 042

* Não inclui valor de juros

A totalidade da despesa pública realizada no âmbito da M12 está alocada a áreas integradas na Rede NATURA.

Quadro 198: M12 – Rede NATURA – Distribuição por região e prioridade dos projetos pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Prioridade/ Dominio	Despesa pública paga				FEADER pago			
		Ano		Acumulada		Ano		Acumulada	
		NATURA	TOTAL	NATURA	TOTAL	NATURA	TOTAL	NATURA	TOTAL
Norte	4	199	199	916	916	157	157	751	751
Centro	4	812	812	4 282	4 282	640	640	3 515	3 515
Lisboa	4	24	24	92	92	18	18	71	71
Alentejo	4	10 917	10 917	56 427	56 427	8 608	8 608	46 315	46 315
Algarve	4	137	137	539	539	96	96	390	390
TOTAL		12 089	12 089	62 256	62 256	9 518	9 518	51 042	51 042

5.12 MEDIDA 13. PAGAMENTOS RELATIVOS A ZONAS SUJEITAS A CONDICIONANTES NATURAIS OU OUTRAS CONDICIONANTES ESPECÍFICAS

Enquadramento

A Medida COM - Pagamentos relativos a zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras condicionantes específicas (M13) contempla 3 Operações:

- Operação 9.0.1. Zonas de montanha
- Operação 9.0.2. Zonas, que não as de montanha, sujeitas a condicionantes naturais significativas
- Operação 9.0.3. Zonas sujeitas a condicionantes específicas

No âmbito da Decisão C(2021) 6714 de 10 de setembro, esta Medida tem uma dotação de 1.133.535 mil euros de despesa pública e 953 056 mil euros de FEADER.

No quadro seguinte é apresentada a síntese da operacionalização da M13 reportada ao ano de 2021.

Quadro 199: M13 – Taxas de compromisso e de execução

Un: mil euros

Código OP/COM	Programação		Taxa de compromisso (inclui transitados)		Taxa de execução (inclui transitados)	
	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER
9.0.1	875 754	737 116	86%	88%	85%	86%
9.0.2	253 088	212 053	89%	91%	87%	89%
9.0.3	4 693	3 888	91%	92%	89%	90%
Total M13	1 133 535	953 056	87%	89%	85%	87%

Implementação da Medida 13

a) Compromissos anuais e plurianuais

O pedido de apoio e os pedidos de pagamento das Operações em apreço são apresentados no âmbito do PU. A apresentação dos pedidos de apoio é formalizada conjuntamente com a apresentação do pedido de pagamento no formulário do PU.

A dotação disponibilizada pela AG, por indicação do IFAP, para a campanha de 2021, foi de 147.129 mil euros.

Neste ano registaram-se na M13 cerca de 130 mil explorações, com uma área associada de 1.711.912ha, a que correspondem a 150.424 mil euros de despesa pública. Em termos de repartição do apoio, verifica-se que 74% corresponde à Operação 9.0.1 e mais de 50% está atribuído à região do Norte.

Quadro 200: M13 – Distribuição regional dos compromissos

Un: mil euros

Código OP/COM	Região	Compromissos 2021		Compromissos acumulados	
		Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER
9.0.1	Norte	78 402	61 919	538 825	464 556
	Centro	24 653	19 466	165 950	142 968
	Lisboa	275	217	2 007	1 731
	Alentejo	2 266	1 788	12 638	10 644
	Algarve	6 290	4 403	36 568	28 811
	Subtotal	111 887	87 793	755 988	648 709
9.0.2	Norte	57	45	290	243
	Centro	3 695	2 918	24 278	20 951
	Lisboa	2 666	2 077	12 763	10 586
	Alentejo	31 103	24 564	186 936	159 413
	Algarve	236	165	960	740
	Subtotal	37 758	29 770	225 228	191 933
9.0.3	Norte	1	1	8	7
	Centro	544	430	3 073	2 591
	Lisboa	233	184	1 177	986
	Alentejo	1	1	7	6
	Algarve	0	0	0	0
	Subtotal	780	616	4 266	3 590
TOTAL M13	Norte	78 461	61 965	539 124	464 806
	Centro	28 893	22 813	193 301	166 511
	Lisboa	3 175	2 479	15 947	13 303
	Alentejo	33 369	26 353	199 582	170 063
	Algarve	6 526	4 569	37 527	29 550
	Total	150 424	118 179	985 481	844 232

Os compromissos acumulados na M13 ascendem a 985.481 mil euros. O Norte é a principal região, com 55% da despesa, seguido das regiões do Centro e Alentejo, ambas com 20% da despesa pública.

A Operação com maior apoio continua a ser a 9.0.1, com 77% do total da despesa (755.988 mil euros) concentrados na região do Norte com 71% deste valor.

A Operação 9.0.2 representa 23% da despesa pública total (225.228 mil euros) concentrando-se a maioria do apoio na região do Alentejo, com 83% daquele valor.

A Operação 9.0.3 representa menos de 1% dos compromissos da M13 – 4.266 mil euros - concentrando-se sobretudo na região do Centro (72% do apoio).

b) Caracterização dos compromissos

Na M13 foram já pagas 163.887 explorações, correspondendo a 2.290.028ha de área sobre compromisso. Destas explorações, 66% receberam apoios no âmbito do PRODER.

Verifica-se que a maioria das explorações que se candidatam à M13 já receberam apoios no PRODER, sendo particularmente significativo na Operação 9.0.1, onde 69% das explorações se encontram nesta situação. O número de jovens agricultores que se candidatam a esta Medida continua a ser baixo (3% na 9.0.3 e 6% na 9.0.2) bem como os agricultores que recorrem a serviços de aconselhamento (1% na 9.0.3 e 3% na 9.0.2).

A percentagem de área das explorações com compromissos à M13 que se encontra em Rede NATURA (478.405ha) é igual à percentagem de área da Rede Natura na área total terrestre (21%²⁴). No entanto, verificam-se algumas diferenças de operação para a operação. A Operação 9.0.3 detém a percentagem mais elevada de área comprometida em rede NATURA, 40%, enquanto a 9.0.1 detém apenas 17% da área.

²⁴ Valor obtido no site <https://rea.apambiente.pt/content/sistema-nacional-de-áreas-classificadas>.

Quadro 201: M13 – Tipologia de beneficiários, por região e área (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	DRAP	Nº explorações pagas (acumulado)				Área sobre compromisso (ha)	Área sobre compromisso NATURA (ha)
		TOTAL	Jovens agricultores	Recorrem a serviços de aconselhamento	Que receberam apoio no PRODER		
9.0.1	Norte	89 194	3 836	2 433	62 695	589 445	82 500
	Centro	28 520	1 153	396	19 544	224 541	48 854
	Lisboa	506	13	7	275	2 135	36
	Alentejo	1 298	65	26	635	39 834	7 001
	Algarve	5 215	250	61	2 725	58 301	18 846
	Subtotal	124 733	5 317	2 923	85 874	914 255	157 237
9.0.2	Norte	95	14	7	44	2 656	495
	Centro	6 619	330	95	4 371	102 551	7 831
	Lisboa	2 872	176	70	1 306	96 914	2 518
	Alentejo	26 641	1 535	763	15 485	1 160 023	303 656
	Algarve	343	13	6	142	6 773	2 236
	Subtotal	36 570	2 068	941	21 348	1 368 917	316 736
9.0.3	Norte	3			3	80	4
	Centro	1 747	48	11	1 086	7 510	2 885
	Lisboa	826	26	11	222	3 482	1 532
	Alentejo	8	1		2	38	10
	Algarve						
	Subtotal	2 584	75	22	1 313	11 110	4 432
Total M13		163 887	7 460	3 886	108 535	2 294 282	478 405

Nota: Em termos acumulados foram considerados valores sem repetições.

Relativamente às explorações pagas na M13, em termos acumulados verifica-se uma repartição semelhante à dos compromissos anuais. Na região do Norte concentram-se 54% das explorações (mais de 89 mil), associadas quase totalmente à Operação 9.0.1.

Quanto às áreas efetivamente pagas, 60% encontram-se afetas à Operação 9.0.2 (60% da área total). A região do Alentejo detém a maior parte (52%), essencialmente associada à Operação 9.0.2 (1.158.777ha).

Quadro 202: M13 – Número de explorações e área, por região (acumulado)

Código OP/COM	REGIÃO										TOTAL M13	
	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve			
	Nº Expl.	Área (ha)	Nº Expl.	Área (ha)	Nº Expl.	Área (ha)	Nº Expl.	Área (ha)	Nº Expl.	Área (ha)	Nº Expl.	Área (ha)
9.0.1	89 194	587 948	28 520	223 873	506	2 126	1 298	39 652	5 215	58 018	124 733	911 617
9.0.2	95	2 586	6 619	102 418	2 872	96 793	26 641	1 158 777	343	6 764	36 570	1 367 338
9.0.3	3	80	1 747	7 480	826	3 475	8	38	0	0	2 584	11 072
TOTAL M13	89 292	590 614	36 886	333 771	4 204	102 394	27 947	1 198 467	5 558	64 782	163 887	2 290 028

A M13 contribui para 4 domínios de intervenção do desenvolvimento rural, com a seguinte distribuição acumulada dos compromissos, por prioridade:

- 297.189 mil euros de despesa pública à P2A;
- 196.655 mil euros de despesa pública à P4;
- 245.819 mil euros de despesa pública à P5E;
- 245.817 mil euros de despesa pública à P6B.

Quadro 203: M13 – Distribuição por prioridade dos compromissos, incluindo transitados (acumulado)

Un: mil euros

Código OP/COM	Prioridade/Domínio								TOTAL M13	
	P2A		P4		P5E		P6B			
	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER
9.0.1	228 081	195 698	150 830	129 432	188 539	161 790	188 537	161 789	755 988	648 709
9.0.2	67 829	57 800	44 972	38 324	56 214	47 904	56 214	47 904	225 228	191 933
9.0.3	1 280	1 077	853	718	1 066	898	1 066	898	4 266	3 590
TOTAL M13	297 189	254 575	196 655	168 474	245 819	210 592	245 817	210 591	985 481	844 232

c) Execução financeira

No final de 2021, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Medida, foi de 968.430 mil euros de despesa pública e 826.067 mil euros de comparticipação FEADER. A este nível de pagamentos corresponde uma taxa de execução FEADER de 87% face ao programado.

Quadro 204: M13 – Distribuição regional dos projetos pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Prioridade/ / Domínio	Projetos pagos										
		Nº	P2A		P4		P5E		P6B		TOTAL	
			Desp. Pública	FEADER	Desp. Pública	FEADER	Desp. Pública	FEADER	Desp. Pública	FEADER	Desp. Pública	FEADER
9.0.1	Norte	89 194	159 847	137 301	105 718	90 817	132 150	113 524	132 149	113 523	529 864	455 165
	Centro	28 520	49 334	42 352	32 592	27 983	40 741	34 979	40 741	34 979	163 408	140 293
	Lisboa	506	652	561	383	330	479	412	479	412	1 993	1 715
	Alentejo	1 298	3 583	3 007	2 380	1 998	2 976	2 498	2 975	2 497	11 914	10 000
	Algarve	5 215	10 734	8 288	7 133	5 508	8 918	6 887	8 919	6 887	35 705	27 569
	Subtotal	124 733	224 151	191 509	148 206	126 636	185 263	158 299	185 262	158 298	742 883	634 743
9.0.2	Norte	95	91	75	57	47	71	59	71	59	290	241
	Centro	6 619	7 203	6 194	4 745	4 081	5 932	5 101	5 932	5 101	23 812	20 478
	Lisboa	2 872	3 831	3 166	2 516	2 078	3 145	2 597	3 145	2 597	12 637	10 438
	Alentejo	26 641	55 248	46 902	36 683	31 143	45 854	38 928	45 854	38 928	183 638	155 901
	Algarve	343	298	230	198	153	248	191	248	191	991	764
	Subtotal	36 570	66 670	56 567	44 199	37 501	55 249	46 877	55 249	46 877	221 367	187 823
9.0.3	Norte	3	1	1	1	0	1	1	1	1	3	2
	Centro	1 747	905	760	603	506	754	633	754	633	3 017	2 532
	Lisboa	826	345	288	230	192	288	240	288	240	1 150	960
	Alentejo	8	3	2	2	2	2	2	2	2	9	8
	Algarve	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Sub-total	2 584	1 254	1 051	836	700	1 045	876	1 045	876	4 180	3 502
Total M13		163 887	292 075	249 127	193 241	164 838	241 557	206 052	241 556	206 051	968 430	826 067

Quanto ao indicador área paga, verifica-se que, no fim de 2021, já tinham sido pagos 2.290.028ha. Este valor é bastante significativo, representando mais de metade da SAU do continente²⁵ (58% do total). Desta área, 51% concentra-se na região do Alentejo e na Operação 9.0.2, e 26% na região do Norte, relativa à Operação 9.0.1.

Quadro 205: M13 – Distribuição regional da área paga (acumulado)

Un.: ha

Med COM	Região (acumulado)					
	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	TOTAL
9.0.1	587 948	223 873	2 126	39 652	58 018	911 617
9.0.2	2 586	102 418	96 793	1 158 777	6 764	1 367 338
9.0.3	80	7 480	3 475	38	0	11 072
Total M13	590 614	333 771	102 394	1 198 467	64 782	2 290 028

Nota: Em termos acumulados foram considerados valores sem repetições.

²⁵ SAU do Continente = 3.963.945ha, INE, Recenseamento agrícola – 2019.

Do total da despesa pública realizada no âmbito da M13 até ao final do ano, cerca de 17% refere-se a áreas integradas na rede NATURA (160.903 mil euros) e destes 45% situam-se na região Norte (71.651 mil euros).

Comparando com a despesa comprometida, verifica-se que cerca de 98% desta já foi executada.

Quadro 206: M13 – Rede NATURA – Distribuição por região e prioridade dos projetos pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Med COM	Região	Despesa pública paga				FEADER pago			
		Ano		Acumulada		Ano		Acumulada	
		NATURA	Total	NATURA	Total	NATURA	Total	NATURA	Total
9.0.1	Norte	10 032	76 164	71 624	529 876	7 925	60 163	61 609	455 177
	Centro	3 966	23 585	27 362	163 408	3 133	18 630	23 461	140 293
	Lisboa	5	266	26	1 993	4	210	22	1 716
	Alentejo	364	2 175	2 054	11 914	287	1 718	1 717	10 000
	Algarve	1 837	6 013	10 841	35 705	1 286	4 208	8 351	27 569
	Subtotal	16 204	108 203	111 907	742 896	12 635	84 929	95 158	634 755
9.0.2	Norte	4	50	24	278	3	39	20	229
	Centro	184	3 557	1 374	23 812	146	2 810	1 197	20 478
	Lisboa	43	2 606	242	12 636	33	2 030	205	10 437
	Alentejo	7 322	30 374	45 385	183 638	5 784	23 994	38 577	155 901
	Algarve	56	220	341	991	39	154	271	764
	Subtotal	7 609	36 807	47 367	221 354	6 005	29 028	40 271	187 810
9.0.3	Norte	0	1	2	3	0	1	2	2
	Centro	183	527	1 092	3 017	145	416	920	2 532
	Lisboa	93	227	533	1 150	74	179	447	960
	Alentejo	0	1	2	9	0	1	1	8
	Algarve	0	0	0	0	0	0	0	0
	Subtotal	277	755	1 629	4 180	219	597	1 370	3 502
M13	Norte	10 036	76 215	71 651	530 156	7 928	60 203	61 631	455 409
	Centro	4 334	27 669	29 828	190 236	3 423	21 856	25 577	163 303
	Lisboa	141	3 099	802	15 779	111	2 420	674	13 113
	Alentejo	7 686	32 550	47 441	195 561	6 071	25 712	40 295	165 909
	Algarve	1 893	6 233	11 182	36 696	1 325	4 362	8 622	28 333
	Total	24 090	145 765	160 903	968 430	18 858	114 553	136 799	826 067

5.13 MEDIDA 15. SERVIÇOS SILVOAMBIENTAIS E CLIMÁTICOS E CONSERVAÇÃO DAS FLORESTAS

Enquadramento

A Medida COM - Serviços silvoambientais e climáticos e conservação das florestas (M15) subdivide-se em 2 Submedidas cada uma delas materializada no PDR2020 através de uma Operação:

Submedida COM 15.1 - Pagamento para compromissos silvoambientais

- Operação 7.10.2. Manutenção e recuperação de galerias ripícolas

Submedida COM 15.2-- Apoio à conservação de recursos genéticos florestais

- Operação 7.8.5. Conservação e melhoramento de recursos genéticos florestais

No âmbito da Decisão C(2021) 6714 de 10 de setembro, esta Medida tem uma dotação de 613 mil euros de despesa pública e 480 mil euros de FEADER.

No quadro seguinte é apresentada a síntese da operacionalização da M15 reportada ao ano de 2021.

Quadro 207: M15 – Taxas de compromisso e de execução

Un.: mil euros

Código OP/COM	Programação		Taxa de compromisso (inclui transitados)		Taxa de execução (inclui transitados)	
	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER
15.1	160	126	92%	97%	75%	79%
15.2	453	355	106%	107%	15%	15%
Total M15	613	480	103%	104%	31%	32%

Implementação da Submedida 15.1

i. Manutenção e recuperação de galerias ripícolas (Operação 7.10.2)

A Operação 7.10.2 destina-se a apoiar o reforço das funções protetoras das galerias ripícolas tão importantes para a conservação do recurso água.

a) Compromissos anuais e plurianuais

O pedido de apoio e os pedidos de pagamento da Operação em apreço são apresentados no âmbito do PU. A apresentação do 1º pedido de pagamento é formalizada conjuntamente com a apresentação do 1º pedido de apoio pagamento no formulário do PU 2015. Em 2021 ocorreu o prolongamento dos compromissos, correspondendo ao 7º pedido de pagamento, tendo sido definido que a redução da manutenção de área sob compromisso não constituiu incumprimento, para efeitos de aplicação de reduções e exclusões retroativas ao ano de início do compromisso.

Em 2021, a Operação 7.10.2 registou 10 pedidos de pagamento numa área total de 68ha, a que correspondem a 11 mil euros de despesa pública.

Quadro 208: SM 15.1 – Distribuição regional dos compromissos

Un.: mil euros

Região	Prioridade/ Dominio	Compromissos 2021		Compromissos acumulados	
		Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER
Norte	P4	6	5	53	44
Centro		0	0	46	39
Lisboa					
Alentejo		4	3	33	27
Algarve				15	12
TOTAL		11	8	148	122

No que respeita à despesa pública comprometida, verifica-se que o a região do Norte regista 36%, e a região do Centro 31% num total da Medida de 148 mil euros de despesa pública.

b) Caracterização dos compromissos

No total foram pagos 147ha referentes a 13 explorações, dos quais, 47ha da Rede NATURA. De registar que 46% da área se localiza na região do Algarve, mas é na região do Norte onde se localizam a maioria das explorações pagas

(46%). De relevar que uma parte significativa das explorações pagas (62%) recebeu apoio no PRODER.

Quadro 209: SM 15.1 – Número de explorações e área, por região (acumulado)

Região	Nº explorações pagas (acumulado)		Área sobre compromisso (ha)	Área sobre compromisso NATURA (ha)
	TOTAL	Que receberam apoio no PRODER		
Norte	6	3	50	18
Centro	1	1	1	0
LVT	0	0	0	0
Alentejo	5	4	29	26
Algarve	1	0	67	4
TOTAL	13	8	147	47

Nota: Em termos acumulados foram considerados valores sem repetições.

A Operação 7.10.2 contribui na sua totalidade para um domínio de intervenção do desenvolvimento rural. Deste modo, toda a verba contribui para a P4 - *Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas dependentes da agricultura e das florestas*.

c) Execução financeira

No final de 2021 o montante total pago na Operação 7.10.2 foi de 119 mil euros de despesa pública e 100 mil euros de FEADER. Estes valores representam uma taxa de execução de 75% face ao programado.

Do total da despesa pública realizada no âmbito desta Operação até ao final do ano, cerca de 43% foi alocada a áreas integradas na Rede NATURA, e destas, cerca de 40% situam-se na região do Centro e 40% na região do Alentejo, num total de 52 mil euros de despesa pública.

Quadro 210: SM 15.1 – Rede NATURA – Distribuição por região e prioridade dos projetos pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Prioridade/ Dominio	Despesa pública paga				FEADER pago			
		Ano		Acumulada		Ano		Acumulada	
		NATURA	TOTAL	NATURA	TOTAL	NATURA	TOTAL	NATURA	TOTAL
Norte	P4	4	8	9	40	3	7	8	34
Centro		0	1	21	46	0	1	17	39
Lisboa									
Alentejo		4	4	21	24	3	3	18	20
Algarve				0	9			0	7
TOTAL		8	13	52	119	7	10	42	100

Implementação da Submedida 15.2

ii. Conservação e melhoramento de recursos genéticos florestais (Operação 7.8.5)

A Operação 7.8.5 destina-se a apoiar as ações para a conservação e o melhoramento de recursos genéticos florestais previstas nos planos respetivos.

a) Novos anúncios de apresentação de candidaturas

A Operação 7.8.5 iniciou em 2019 com a abertura de um aviso de apresentação de candidaturas, que decorreu de 18 de dezembro a 30 de abril de 2020, com uma dotação de 510 mil euros de despesa pública. A este aviso foram submetidas 5 candidaturas com um investimento proposto de 502 mil euros. Desde então não foram abertos novos avisos.

b) Seleção, decisão e caracterização de candidaturas

No final de 2021, todas as 5 candidaturas apresentadas a esta Operação estavam analisadas, aprovadas e contratadas, num total de 502 mil euros de despesa pública apoiada, com uma distribuição semelhante entre as duas regiões com candidaturas aprovadas.

Das 5 candidaturas aprovadas, 4 referem-se aos institutos – INIAV e ISA - e a última é da UTAD.

Quadro 211: SM 15.2 – Distribuição regional das candidaturas entradas, analisadas e decididas (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas			
						Não aprovadas		Aprovadas	
		Nº	Invest. proposto	Nº	Invest. proposto	Nº	Invest. proposto	Nº	Invest. proposto
7.8.5	Norte								
	Centro	2	202	2	202			2	202
	Lisboa								
	Alentejo	3	301	3	301			3	301
	Algarve								
	Total SM15.2	5	502	5	502			5	502

Não houve projetos transitados nesta Operação. Assim, os compromissos apenas dizem respeito a candidaturas decididas ao abrigo das regras do Regulamento nº 1305/2013, num montante de despesa pública de 482 mil euros e uma comparticipação FEADER de 379 mil euros.

Quadro 212: SM 15.2 – Distribuição regional dos projetos aprovados (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Projetos aprovados				
		Nº	Invest. proposto	Invest. elegível	Desp. pública	FEADER
7.8.5	Norte					
	Centro	2	202	194	194	153
	Lisboa					
	Alentejo	3	301	288	288	226
	Algarve					
	Total SM15.2	5	502	482	482	379

Em termos de distribuição regional da despesa pública, é na região do Alentejo que se concentra 60% da despesa pública comprometida, seguida pela região do Centro com 40%.

Quanto à repartição da despesa pelas diferentes rubricas de investimento, verificam-se diferenças regionais, comparando com a repartição global. Na região do Centro as *despesas com deslocações* e as *despesas com o pessoal* apresentam um valor superior à média (22 e 33%, respetivamente, enquanto a percentagem total para estas rubricas é de 14% e 27%,

respetivamente). Na região do Alentejo, pelo contrário, são os *custos com aquisição de serviços técnicos especializados* que apresenta um valor de 54%, enquanto a média global é de 48%.

Quadro 213: SM 15.2 - Distribuição regional da despesa pública dos projetos aprovados por rubrica de investimento (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Rubrica de investimento	Região					Conti- nente
		Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	
7.8.5	Aquisição de matérias-primas e materiais consumíveis necessários à execução do projeto		7		37		44
	Custos com aquisição de serviços técnicos especializados		73		157		229
	Despesas com deslocações, alojamento e ajudas de custo		43		26		69
	Despesas com o pessoal		63		68		131
	Despesas decorrentes das atividades de demonstração e disseminação de resultados		7				7
	Imateriais		1		1		2
	Total DP SM15.2 (mil euros)		194		288		482

A Operação 7.8.5 contribui apenas para o domínio de intervenção do desenvolvimento rural P4A - *Restauração, preservação e reforço da biodiversidade, inclusivamente nas zonas Natura 2000, e nas zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras condicionantes específicas, e nos sistemas agrários de elevado valor natural, bem como do estado das paisagens europeias.*

Quadro 214: SM 15.2 – Distribuição por prioridade dos projetos aprovados (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP	Prioridade/ Domínio	Projetos aprovados				
		Nº	Invest. proposto	Invest. elegível	Desp. pública	FEADER
7.8.5	P4	5	502	482	482	379

O total de fundo comprometido nesta Operação permite apurar para o respetivo domínio de intervenção uma taxa de compromisso de 107% face ao programado.

c) Execução financeira

Até ao final de 2021, registaram-se pagamentos no montante de 68 mil euros de despesa pública com uma comparticipação FEADER de 53 mil euros. Estes pagamentos representam uma taxa de execução de apenas 15% de fundo pago, face ao programado.

Quadro 215: SM 15.2 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Projetos contratados			Projetos C/execução iniciada			Total pago (inclui transitados)		
		Nº	Desp. pública	FEADER	Nº	Desp. pública	FEADER	Nº	Desp. pública	FEADER
7.8.5	Norte									
	Centro	2	194	153	1	20	15	2	39	30
	Lisboa									
	Alentejo	3	288	226				1	29	23
	Algarve									
	Total SM15.2	5	482	379	1	20	15	3	68	53

No final do ano ainda não tinha encerrado nenhum dos projetos da Operação 7.8.5.

Esta Submedida encerrou o ano com um total de compromissos de 482 mil euros de despesa pública e 379 mil euros de FEADER.

5.14 MEDIDA 16. COOPERAÇÃO

Enquadramento

A Medida COM - Cooperação (M16) concretiza-se no PDR2020 através de 2 Operações:

- Operação 1.0.1. Grupos operacionais
- Operação 5.2.1. Interprofissionais

No âmbito da Decisão C(2021) 6714 de 10 de setembro, esta Medida tem uma dotação de 45.017 mil euros de despesa pública e 40.060 mil euros de FEADER, dos quais, 10.000 mil euros são fundos *Next Generation*, conforme exposto no quadro seguinte, que apresenta a síntese da operacionalização da M16 reportada ao final do ano de 2021.

Quadro 216: M16 – Taxas de compromisso e de execução

Un.: mil euros

Código OP/COM	Programação		Taxa de compromisso (inclui transitados)		Taxa de execução (inclui transitados)	
	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER
1.0.1	44 398	39 530	89%	85%	52%	51%
Dos quais Next Generation	10 000	10 000				
5.2.1	619	530	84%	83%	37%	38%
Total M16	45 017	40 060	89%	85%	52%	51%
Dos quais Next Generation	10 000	10 000				

As taxas de compromisso e de execução da M16 descem, em termos de despesa pública, 28 e 4 pontos percentuais, comparativamente a 2020, situando-se no final do ano em 89% e 52%, respetivamente.

Tal ficou a dever-se ao acréscimo do FEADER (aumento de 26%) e, consequentemente, da despesa pública programados para a Operação 1.0.1 em 10.130 e em 10.378 mil euros, respetivamente, conforme a última alteração financeira aprovada.

No que respeita à Operação 5.2.1, e no domínio da despesa pública, a sua taxa de compromisso mantém-se, todavia a sua taxa de execução aumenta 13 pontos percentuais relativamente a 2020.

Em termos gerais, conclui-se ter havido uma evolução muito positiva da despesa pública paga (taxa de crescimento 2020-21 de 17%), traduzindo-se, em termos absolutos, em mais 4.001 mil euros, dos quais 98% se referem à Operação 1.0.1, cuja dimensão se destaca manifestamente da 5.2.1.

De salientar que a verba referente aos recursos adicionais *Next Generation* alocada à operação 1.0.1 ainda não foi comprometida.

Implementação da M16

a) Novos anúncios de apresentação de candidaturas

A M16 não teve anúncios abertos no decorrer de 2021.

Com efeito, e reportando-se ao final do ano, o seu último período de apresentação de candidaturas teve o seu término a 31 de outubro de 2019 com o 3º anúncio da Operação 5.2.1 - Interprofissionais.

b) Seleção, decisão e caracterização de candidaturas

Em 2021 foram analisadas 427 candidaturas, das quais apenas 2 pertencem à Operação 5.2.1. A análise correspondeu, fundamentalmente, a pedidos de alteração de candidaturas outrora admitidas no primeiro e único aviso da Operação 1.0.1, que teve por objetivo apoiar iniciativas registadas na Bolsa de Iniciativas da Parceria Europeia de Inovação para a Produtividade e Sustentabilidade Agrícolas da Rede Rural Nacional.

Quadro 217: M16 – Distribuição regional das candidaturas entradas, analisadas e decididas (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas			
						Não aprovadas		Aprovadas	
		Nº	Invest. proposto	Nº	Invest. proposto	Nº	Invest. proposto	Nº	Invest. proposto
1.0.1	Norte	344	16 777	344	16 777	1	5	220	10 244
	Centro	393	19 263	393	19 263	2	8	235	12 149
	Lisboa	265	19 213	265	19 213			172	12 314
	Alentejo	371	16 225	371	16 225			264	11 727
	Algarve	37	2 006	37	2 006			13	923
	Subtotal	1 410	73 483	1 410	73 483	3	13	904	47 358
5.2.1	Norte	1	493	1	493			1	493
	Centro								
	Lisboa	1	439	1	439			1	439
	Alentejo	2	449	2	449			2	449
	Algarve								
	Subtotal	4	1 380	4	1 380			4	1 380
M16	Norte	345	17 270	345	17 270	1	5	221	10 737
	Centro	393	19 263	393	19 263	2	8	235	12 149
	Lisboa	266	19 651	266	19 651			173	12 753
	Alentejo	373	16 674	373	16 674			266	12 176
	Algarve	37	2 006	37	2 006			13	923
	Total	1 414	74 864	1 414	74 864	3	13	908	48 738

As 1.414 candidaturas entradas na M16 encontram-se todas analisadas e decididas, com uma taxa de aprovação de 64%. A Operação 1.0.1 acolheu 503 candidaturas decididas favoravelmente, que não prosseguiram por falta de dotação.

A distribuição geográfica das candidaturas aprovadas junto da M16 segue de perto a referente à Operação 1.0.1 e aponta para um certo equilíbrio regional (cerca de 25% por região), em termos quer do número de projetos, quer do investimento, exceção feita à região do Algarve, que apresenta menor importância em ambas as variáveis (1 a 2%).

Quadro 218: M16 – Distribuição regional dos projetos aprovados (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Projetos aprovados				
		Nº	Invest. proposto	Invest. elegível	Desp. pública	FEADER
1.0.1	Norte	220	10 244	8 626	6 470	5 581
	Centro	235	12 149	9 971	7 477	6 397
	Lisboa	172	12 314	10 558	7 900	6 060
	Alentejo	264	11 727	9 771	7 328	6 315
	Algarve	13	923	747	542	461
	Subtotal	904	47 358	39 673	29 717	24 814
5.2.1	Norte	1	493	400	200	176
	Centro					
	Lisboa	1	439	213	106	80
	Alentejo	2	449	433	216	184
	Algarve					
	Subtotal	4	1 380	1 045	523	440
M16	Norte	221	10 737	9 026	6 670	5 757
	Centro	235	12 149	9 971	7 477	6 397
	Lisboa	173	12 753	10 770	8 006	6 140
	Alentejo	266	12 176	10 204	7 544	6 499
	Algarve	13	923	747	542	461
	Total	908	48 738	40 718	30 240	25 254

A Operação 5.2.1, que tem um peso reduzido no seio da M16, abrangendo apenas 0,4% das aprovações, não tendo representação nas regiões do Centro e Algarve.

Uma boa parte (53%) da despesa pública aprovada, no conjunto da M16, respeita a projetos de *organizações de investigação*. Na Operação 5.2.1, os 4 projetos têm como beneficiárias *associações*, nomeadamente as interprofissionais de 4 setores: *cortiça, leite e lacticínios, olivicultura e carne de porco*.

Quadro 219: M16 – Tipologia de beneficiário dos projetos aprovados (acumulado)

Código OP/COM	Tipologia de beneficiário	Acumulado		
		Nº	Despesa Pública	
			Mil euros	%
1.0.1	Empresa	299	5 895	20%
	Organismo de investigação	237	16 034	54%
	Associação	190	5 434	18%
	Pessoas singulares	79	506	2%
	Cooperativa	70	1 270	4%
	Outras entidades	29	579	2%
	Subtotal	904	29 717	100%
5.2.1	Associações	4	523	100%
	Subtotal	4	523	100%
M16	Empresa	299	5 895	19%
	Organismo de investigação	237	16 034	53%
	Associação	194	5 957	20%
	Pessoas singulares	79	506	2%
	Cooperativa	70	1 270	4%
	Outras entidades	29	579	2%
	Total	908	30 240	100%

O quadro seguinte apresenta a distribuição dos projetos aprovados por tipologia de investimento. Nele sobressai que a maior fatia da despesa pública se destina a apoiar despesas com a *implementação do plano de ação* na Operação 1.0.1, e despesas com *equipamentos* na Operação 5.2.1, 77% e 37%, respetivamente.

Quadro 220: M16 – Distribuição da despesa pública dos projetos aprovados por rubrica de investimento e por região (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Rubrica de investimento	Região					Continente
		Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	
1.0.1	Coordenação e dinamização do grupo operacional	493	518	373	336		1 720
	Criação do grupo operacional	533	651	960	1 027	216	3 387
	Custos indiretos	106	102	109	94	8	419
	Implementação do plano de ação	4 988	5 872	6 176	5 458	311	22 806
	Implementação do plano de demonstração e divulgação	350	334	282	412	7	1 385
	Total regional (%)	22%	25%	27%	25%	2%	100%
	Total regional (mil euros)	6 470	7 477	7 900	7 328	542	29 717
5.2.1	Aquisição de bens e serviços	4		16	128		147
	Despesas com pessoal	5		81	75		162
	Equipamentos	189		1	2		192
	Imateriais	2		8	12		22
	Total regional (%)	38%		20%	41%		100%
	Total regional (mil euros)	200		106	216		523
M16	Total DP (mil euros)	6 670	7 477	8 006	7 544	542	30 240

Os 1.261 projetos aprovados, expostos no quadro seguinte, incluem 353 projetos aprovados no anterior período de programação (PRODER) e que, ao abrigo do

Regulamento nº 1310/2013, de 17 de dezembro, transitaram para a Operação 1.0.1, integrando a prioridade P2A, representando um total de 9.803 mil euros de despesa pública.

A prioridade/domínio de intervenção do desenvolvimento rural mais representativa, em 2021, foi a P2A - *Melhoria do desempenho económico das explorações agrícolas e facilitação da reestruturação e modernização das explorações agrícola*, tanto no que respeita à despesa pública aprovada, como ao número de projetos aprovados.

Quadro 221: M16 – Distribuição por prioridade dos projetos aprovados, incluindo transitados (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP	Prioridade/ Domínio	Projetos aprovados (inclui transitados)			
		Nº	Invest. elegível	Desp. pública	FEADER
1.0.1	P2A	488	15 611	14 128	12 419
	P3A	157	7 437	5 571	4 644
	P4A	319	12 758	9 569	8 009
	P5A	58	3 047	2 285	1 954
	P5B	19	1 019	765	618
	P5C	36	1 769	1 327	1 117
	P5E	173	7 527	5 645	4 686
	P6B	7	306	230	196
	Subtotal	1 257	49 476	39 520	33 643
5.2.1	P3A	4	1 045	523	440
	Subtotal	4	1 045	523	440
TOTAL M16		1 261	50 521	40 042	34 082

Segue-se, em termos de relevância, a prioridade P4A – *Restauração, preservação e reforço da biodiversidade*.

c) Execução financeira

Em 1.304 projetos contratados haviam, no final de 2021, 1.192 projetos com execução iniciada, isto é, 91% dos projetos contratados já tinham pagamentos que não se referiam exclusivamente a adiantamentos.

Confrontando o quadro anterior com o seguinte, pode observar-se que os projetos aprovados são em número inferior aos contratados. Isto explica-se pelo universo de projetos contratados ainda não ter em conta as anulações/desistências

efetuadas pela Operação Limpeza PDR2020, ao passo que, no domínio dos aprovados, isso já é feito.

Até ao final de 2021, registaram-se pagamentos no montante de 23.371 mil euros de despesa pública com uma comparticipação FEADER de 20.343 mil euros. Estes pagamentos representam uma taxa de execução de 51% de fundo pago, face ao programado.

A execução em 2021 envolveu 4.001 mil euros (17% do total) de despesa pública paga a 465 projetos (39% do total).

A geografia dos pagamentos revela equidade entre as regiões do Norte, Centro, Lisboa e Alentejo. O Algarve, como referido, tem peso reduzido na M16.

Quadro 222: M16 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Projetos contratados (inclui transitados)			Projetos C/Execução Iniciada (inclui transitados)			Total pago (inclui transitados)		
		Nº	Desp. pública	FEADER	Nº	Desp. pública	FEADER	Nº	Desp. pública	FEADER
1.0.1	Norte	317	9 444	8 310	298	5 991	5 378	298	5 991	5 378
	Centro	311	8 880	7 667	289	4 408	3 869	289	4 408	3 869
	Lisboa	254	10 464	8 325	237	6 429	5 284	239	6 515	5 353
	Alentejo	398	10 398	9 074	346	5 978	5 322	347	6 001	5 342
	Algarve	20	730	628	18	229	202	18	229	202
	Subtotal	1 300	39 917	34 005	1 188	23 035	20 055	1 191	23 143	20 144
5.2.1	Norte	1	200	176	1	184	162	1	184	162
	Centro									
	Lisboa	1	106	80	1	5	4	1	5	4
	Alentejo	2	216	184	2	39	33	2	39	33
	Algarve									
	Subtotal	4	523	440	4	228	200	4	228	200
M16	Norte	318	9 644	8 486	299	6 174	5 540	299	6 174	5 540
	Centro	311	8 880	7 667	289	4 408	3 869	289	4 408	3 869
	Lisboa	255	10 570	8 405	238	6 435	5 288	240	6 520	5 357
	Alentejo	400	10 614	9 258	348	6 017	5 356	349	6 040	5 376
	Algarve	20	730	628	18	229	202	18	229	202
	TOTAL	1 304	40 439	34 445	1 192	23 263	20 254	1 195	23 371	20 343

Considerando o quadro seguinte, que expõe o conjunto de projetos encerrados, verifica-se que a taxa de subexecução desta Medida iguala a da Operação 1.0.1 e se situa nos 30%. Nenhum dos 4 projetos da Operação 5.2.1 se encontrava encerrado no final do ano.

Quadro 223: M16 – Distribuição regional dos projetos encerrados e valor libertado (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Projetos Encerrados (inclui transitados)			Valor Libertado (inclui transitados)		Tx Sub- execução
		Nº	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER	Desp. pública
		[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]=[4]/([2]+[4])
1.0.1	Norte	92	3 087	2 817	1 177	1 001	28%
	Centro	74	1 356	1 220	923	785	41%
	Lisboa	80	2 594	2 283	859	644	25%
	Alentejo	127	3 088	2 779	1 418	1 205	31%
	Algarve	6	152	137	27	23	15%
	Subtotal	379	10 275	9 236	4 405	3 658	30%
5.2.1	Norte						
	Centro						
	Lisboa						
	Alentejo						
	Algarve						
	Subtotal						
M16	Norte	92	3 087	2 817	1 177	1 001	28%
	Centro	74	1 356	1 220	923	785	41%
	Lisboa	80	2 594	2 283	859	644	25%
	Alentejo	127	3 088	2 779	1 418	1 205	31%
	Algarve	6	152	137	27	23	15%
	TOTAL	379	10 275	9 236	4 405	3 658	30%

Assim, no final de 2021, dos 1.261 projetos aprovados, encontram-se encerrados 379, dos quais 93% correspondem a projetos que transitaram do anterior período de programação.

Os 379 projetos representam uma despesa pública encerrada de 10.275 mil euros, o que corresponde a 23% da dotação programada para a Medida em análise.

Desta forma, a M16 encerrou o ano com um total de compromissos de 39.886 mil euros de despesa pública e 33.954 mil euros de FEADER.

5.15 MEDIDA 17. GESTÃO DE RISCOS

Enquadramento

A Medida COM - Gestão de riscos (M17) é composta pela Operação 6.1.1 - Seguros, que constitui um importante instrumento de gestão do risco, proporcionando a partilha de risco do agricultor, contribuindo para a atratividade e sustentabilidade da atividade agrícola.

No âmbito da Decisão C(2021) 6714 de 10 de setembro, esta Medida tem uma dotação de 23.203 mil euros de despesa pública e 19.005 mil euros de FEADER, conforme exposto no quadro seguinte, que apresenta a síntese da operacionalização da M17 reportada ao final do ano de 2021.

Quadro 224: M17 – Taxas de compromisso e de execução

Un.: mil euros

Código OP/COM	Programação		Taxa de compromisso		Taxa de execução	
	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER
6.1.1	82 883	66 092	87%	89%	84%	86%
Total M17	82 883	66 092	87%	89%	84%	86%

a) Caracterização dos compromissos

Este regime de apoio foi operacionalizado recorrendo à modalidade de apresentação de candidaturas em contínuo, tendo contado em 2021 com uma dotação de 13.615 mil euros de despesa pública para financiamento das apólices constituídas. O total de aderentes/beneficiários distintos a esta Operação, no período de 2014/2021, foi de 5.947.

A análise da distribuição regional (por NUTII) das candidaturas apresentadas mostra que a região do Alentejo é a mais representativa em número de aderentes (44%) às apólices constituídas, mas em termos de despesa pública é a região do Norte que concentra 43% de um total de 71.703 mil euros comprometidos até 2021.

Quadro 225: M17 – Distribuição regional dos compromissos por tipo de apólice

Un.: mil euros

REGIÃO	Tipo de apólice	COMPROMISSOS (ANO)				COMPROMISSOS (ACUMULADO)			
		Área Segura (ha)	N.º de Aderentes*	Desp. pública	FEADER	Área Segura (ha)	N.º de Aderentes*	Desp. pública	FEADER
NORTE	Individual	1 211	165	105	82	4 976	615	757	647
	Coletiva	5 817	723	5 862	4 572	27 513	4 285	29 832	24 672
CENTRO	Individual	2 593	195	317	245	15 671	1 143	2 085	1 738
	Coletiva	12 228	1 010	3 616	2 822	60 811	5 581	19 957	16 633
LISBOA	Individual	1 995	30	187	96	8 860	179	829	471
	Coletiva	6 313	133	228	112	36 913	742	2 147	1 228
ALENTEJO	Individual	34 948	680	955	744	256 130	5 144	3 966	3 275
	Coletiva	44 447	708	1 382	1 080	339 294	4 780	11 383	9 503
ALGARVE	Individual	951	41	195	113	4 586	249	747	468
	Coletiva	87	1	0	0	179	3	1	0
CONTINENTE	Individual	41 697	1 111	1 759	1 280	290 222	7 330	8 384	6 599
	Coletiva	68 891	2 575	11 088	8 587	464 710	15 391	63 319	52 037
Total		110 588	3 686	12 847	9 866	754 931	22 721	71 703	58 637

Relativamente à tipologia das apólices constituídas em todas as campanhas, verifica-se que, dos 22.721 aderentes, 68% encontram-se abrangidos por uma apólice de grupo e 32% por uma apólice individual. No entanto esta tendência é mais forte relativamente à despesa pública comprometida, tendo-se registado no final de 2021 um compromisso de 63.319 mil euros nas apólices de grupo e de 8.384 mil euros nas apólices individuais, 88% e 12% do total de despesa pública, respetivamente.

Analisando a distribuição das apólices por tipo de cultura, verifica-se que apesar das *culturas temporárias* representarem 73% da área segura no total das apólices constituídas, o montante de despesa pública comprometida até ao ano de 2021, no valor de 12.222 mil euros, representa apenas 17% dos cerca de 71.703 mil euros comprometidos nesta Medida. Em termos regionais, regista-se que a região do Alentejo concentra cerca de 79% da área total segura.

Quadro 226: M17 – Distribuição dos compromissos por tipos de cultura abrangidos nas apólices e por NUTII

REGIÃO	Tipo de Cultura	COMPROMISSOS (ANO)				COMPROMISSOS (ACUMULADO)			
		Área Segura (ha)	N.º de Aderentes*	Desp. pública	FEADER	Área Segura (ha)	N.º de Aderentes*	Desp. pública	FEADER
NORTE	CULTURAS PERMANENTES	6 638	839	5 964	4 652	30 951	4 699	30 579	25 311
	CULTURAS TEMPORÁRIAS	390	49	2	2	1 537	201	10	8
CENTRO	CULTURAS PERMANENTES	6 903	790	3 861	3 011	41 374	5 027	21 700	18 091
	CULTURAS TEMPORÁRIAS	7 918	415	71	56	35 107	1 697	341	280
LISBOA	CULTURAS PERMANENTES	362	74	51	27	2 395	397	318	183
	CULTURAS TEMPORÁRIAS	7 945	89	364	181	43 378	524	2 658	1 516
ALENTEJO	CULTURAS PERMANENTES	17 960	319	1 120	878	125 373	1 713	6 147	5 112
	CULTURAS TEMPORÁRIAS	61 434	1 069	1 217	946	470 051	8 211	9 202	7 666
ALGARVE	CULTURAS PERMANENTES	951	40	195	113	4 474	230	736	462
	CULTURAS TEMPORÁRIAS	87	2	0	0	291	22	11	7
CONTINENTE	CULTURAS PERMANENTES	32 814	2 062	11 191	8 682	204 567	12 066	59 481	49 159
	CULTURAS TEMPORÁRIAS	77 774	1 624	1 656	1 185	550 365	10 655	12 222	9 478
Total		110 588	3 686	12 847	9 866	754 931	22 721	71 703	58 637

A M17 contribui apenas para o domínio de intervenção do desenvolvimento rural P3B - *Apoio à prevenção e à gestão de riscos nas explorações agrícolas*, conforme apresentado no quadro seguinte:

Quadro 227: M17 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio

Un.: mil euros

Prioridade/Domínio ¹	Apólices financiadas		
	Nº de aderentes *	Desp. pública	FEADER
P3B	22 721	71 703	58 637
TOTAL	22 721	71 703	58 637

⁽¹⁾ Descritivo das prioridades é apresentado no Anexo I.

* Nº de aderentes com repetições

A região do Norte concentra cerca de 43% dos cerca de 71.703 mil euros de despesa pública comprometida até 2021.

O total de despesa pública comprometida nesta Medida permite apurar para o respetivo domínio de intervenção uma taxa de compromisso²⁶ de 87%.

²⁶ Rácio entre a despesa pública comprometida e a dotação programada para cada domínio de intervenção.

b) Execução financeira

No final de 2021, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Medida, referentes a apólices constituídas nas campanhas de 2014 a 2021, era de 69.503 mil euros de despesa pública e 57.016 mil euros de comparticipação FEADER. Estes pagamentos representam uma taxa de execução (rácio entre o fundo pago e o programado) de 86% face ao programado de 66.092 mil euros.

Quadro 228: M17 – Distribuição regional dos projetos pagos

Un.: mil euros

Região	Total Pago		
	Nº Aderentes	Desp. pública	FEADER
Norte	4 691	29 726	24 664
Centro	6 413	21 872	18 228
Lisboa	882	2 716	1 572
Alentejo	9 431	14 545	12 143
Algarve	219	645	409
TOTAL	21 636	69 503	57 016

Dos indicadores de realização releva-se a despesa pública realizada até ao ano de 2021, num total de 69.503 mil euros de despesa pública. Este montante representa cerca de 84% do total de despesa pública programada.

5.16 MEDIDA 19. APOIO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA (DLBC) LEADER

Enquadramento

A Medida COM - Apoio ao desenvolvimento local de base comunitária (DLBC) LEADER (M19) subdivide-se em 4 Submedidas materializadas no PDR2020 através de 9 Operações, 6 das quais respeitantes à implementação das estratégias de desenvolvimento local.

Submedida COM 19.1 (Apoio preparatório)

- Operação 10.1.1. Preparação e reforço das capacidades, formação e ligação em rede dos GAL

Submedida COM 19.2 (Implementação das estratégias)

- Operação 10.2.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas
- Operação 10.2.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização
- Operação 10.2.1.3. Diversificação de atividades na exploração
- Operação 10.2.1.4. Cadeias curtas e mercados locais
- Operação 10.2.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais
- Operação 10.2.1.6. Renovação de aldeias

Submedida COM 19.3 (Atividades de cooperação dos GAL)

- Operação 10.3.1. Cooperação interterritorial e transnacional dos GAL

Submedida COM 19.4 (Funcionamento e animação)

- Operação 10.4.1. Custos de funcionamento e animação

No âmbito da Decisão C(2021) 6714 de 10 de setembro, a M19 tem uma dotação de 273.948 mil euros de despesa pública e 233.158 mil euros de FEADER, da qual uma fatia considerável (mais de 70%) alusiva à implementação das estratégias no âmbito do LEADER (Operação 10.2.1, cf. quadro abaixo).

No quadro seguinte é apresentada a síntese da operacionalização da M19 reportada ao ano de 2021.

Quadro 229: M19 – Taxas de compromisso e de execução

Un.: mil euros

Código OP/COM	Programação		Taxa de compromisso (inclui transitados)		Taxa de execução (inclui transitados)	
	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER
10.1.1	2 820	2 592	46%	50%	48%	52%
10.2.1	193 375	163 497	76%	76%	34%	34%
10.3.1	10 527	8 901	73%	73%	8%	8%
10.4.1	67 225	58 168	79%	80%	62%	63%
Total M19	273 948	233 158	76%	77%	40%	40%

A M19 termina 2021 com uma taxa de compromissos de despesa pública de 76%, com 6.461 candidaturas aprovadas, e com uma taxa de execução de 40%, que corresponde a um montante de pagamentos aos beneficiários de 109.098 mil euros de despesa pública.

Em resultado das dotações adicionais provenientes do Regime Transitório, a M19 acolheu um acréscimo de 53.284 mil euros de despesa pública programada (e mais 44.363 mil euros de FEADER programado) relativamente a 2020, 73% do qual em benefício da Operação 10.2.1.

Ainda no quadro da programação, releve-se a Operação 10.1.1, de apoio preparatório ao desenvolvimento local que abrigou 1.470 mil euros adicionais provenientes do Regime de Transição, ficando com 2.820 mil euros de despesa pública programada.

Apesar da despesa pública comprometida ter aumentado 14% face ao ano anterior, a taxa de compromisso global desta Medida diminuiu ligeiramente (5% face a 2020) por força do aumento da dotação programada para o período de transição.

Por sua vez, no âmbito da execução, a atenção centra-se na Operação 10.2.1, relativa à implementação das estratégias do desenvolvimento local, cuja taxa de crescimento 2020-2021 foi de 43%. Esta Submedida, aliás, desde logo se evidencia no conjunto da M19 dada a sua dimensão: ela reúne 71%, 70% e 60% da despesa pública total programada, comprometida e executada, respetivamente.

No **ANEXO IV** encontra-se um resumo da execução das ELD (por GAL).

Implementação da Medida 19

a) Novos anúncios de apresentação de candidaturas

Foi colocada a concurso uma verba de 32.006 mil euros no âmbito de 206 anúncios, lançados no decorrer do ano de 2021 e que se referem à implementação de Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) geridas pelos GAL (Operação 10.2.1).

Exceção feita a um único anúncio, pertencente à Operação 10.4.1, de apoio ao desempenho das funções desses órgãos intermédios de gestão e de animação do território, cuja dotação orçamental total foi de 9.948 mil euros repartidos pelos GAL.

Quadro 230: M19 - Abertura de anúncios em 2021

OP/COM		Novos anúncio (ano)			
		Anúncios		Dotação	
		Nº	%	mil euros	%
10.1.1					
10.2.1	10.2.1.1	46	22%	7 858	19%
	10.2.1.2	84	41%	12 275	29%
	10.2.1.3	33	16%	5 685	14%
	10.2.1.4	22	11%	1 811	4%
	10.2.1.5				
	10.2.1.6	21	10%	4 376	10%
Subtotal		206	100%	32 006	76%
10.3.1					
10.4.1		1	0%	9 948	24%
Total M19		207	100%	41 954	100%

No conjunto da Operação 10.2.1, sobressai o apoio a pequenos investimentos, através da criação ou modernização de unidades de transformação e comercialização de produtos agrícolas (Operação 10.2.1.2), tanto em número de novos anúncios (46% no total da M19), como da dotação disponibilizada (29%).

b) Seleção, decisão e caracterização de candidaturas

Até ao final de 2021 apresentaram-se 10.740 candidaturas (96% das quais na Operação 10.2.1), totalizando um investimento proposto de 740.612 mil euros, 90% dos quais em sede da Operação 10.2.1.

Quadro 231: M19 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas			
		Nº	Invest. proposto	Nº	Invest. proposto	Não aprovadas		Aprovadas	
						Nº	Invest. proposto	Nº	Invest. proposto
10.1.1	Norte	16	400	16	400	0	0	16	400
	Centro	23	575	23	575	0	0	23	575
	Lisboa	2	50	2	50	0	0	2	50
	Alentejo	10	250	10	250	0	0	10	250
	Algarve	3	75	3	75	0	0	3	75
	Subtotal	54	1 350	54	1 350	-	-	54	1 350
10.2.1	Norte	3 938	242 701	3 673	227 222	1 267	86 342	2 222	133 691
	Centro	3 282	213 352	2 997	199 249	924	61 415	1 931	128 212
	Lisboa	340	26 947	288	22 868	40	2 769	248	20 099
	Alentejo	2 254	153 946	2 119	144 786	666	51 411	1 401	89 315
	Algarve	474	27 959	421	24 345	110	8 333	302	15 594
	Subtotal	10 288	664 906	9 498	618 470	3 007	210 270	6 104	386 911
10.3.1	Norte	87	3 392	87	3 392	11	493	76	2 899
	Centro	109	4 045	105	3 823	17	617	88	3 206
	Lisboa	14	517	13	433	2	96	11	337
	Alentejo	67	2 254	66	2 173	9	65	55	1 970
	Algarve	13	534	13	534	0	0	13	534
	Subtotal	290	10 742	284	10 355	39	1 271	243	8 946
10.4.1	Norte	32	21 549	16	18 030	0	0	16	18 030
	Centro	46	22 935	23	19 793	0	0	23	19 793
	Lisboa	4	2 219	2	1 820	0	0	2	1 820
	Alentejo	20	14 124	10	11 537	0	0	10	11 537
	Algarve	6	2 786	3	2 483	0	0	3	2 483
	Subtotal	108	63 614	54	53 664	-	-	54	53 664
M19	Norte	4 073	268 043	3 792	249 044	1 278	86 836	2 330	155 021
	Centro	3 460	240 908	3 148	223 440	941	62 032	2 065	151 786
	Lisboa	360	29 733	305	25 171	42	2 865	263	22 306
	Alentejo	2 351	170 574	2 205	158 746	675	51 476	1 476	103 072
	Algarve	496	31 354	440	27 438	110	8 333	321	18 687
	Total	10 740	740 612	9 890	683 839	3 046	211 541	6 455	450 872

Das 10.740 candidaturas entradas até ao final de 2021, 70% das quais do Norte e Centro do país, 92% encontram-se analisadas e 89% decididas, com uma taxa de aprovação de 68%. A M19 acolheu apenas 6 candidaturas decididas favoravelmente, que não prosseguiram por falta de dotação.

A distribuição regional das candidaturas aprovadas aponta para uma predominância da região do Norte no que respeita ao número de projetos aprovados (36% do total) e da região do Centro no que concerne a despesa pública comprometida (35% do total), embora ambas agreguem 68% e 70% dessas importâncias, respetivamente.

Lisboa e Algarve são aqui as regiões menos representativas, uma vez estas têm menos área, menor população e menor número de GAL, agregam apenas 5 (9%) dos 54 instrumentos territoriais alvos desta Medida (GAL/DLBC Rural).

Quadro 232: M19 – Distribuição regional dos projetos aprovados (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Projetos aprovados				
		Nº	Invest. proposto	Invest. elegível	Desp. pública	FEADER
10.1.1	Norte	16	400	400	400	400
	Centro	23	575	575	575	575
	Lisboa	2	50	50	50	50
	Alentejo	10	250	250	250	250
	Algarve	3	75	75	75	75
	Subtotal	54	1 350	1 350	1 350	1 350
10.2.1	Norte	2 222	133 691	100 492	51 845	44 238
	Centro	1 931	128 212	96 839	51 495	43 958
	Lisboa	248	20 099	13 894	5 778	4 366
	Alentejo	1 401	89 315	66 908	33 202	28 357
	Algarve	302	15 594	11 183	5 583	4 761
	Subtotal	6 104	386 911	289 316	147 904	125 680
10.3.1	Norte	76	2 899	2 806	2 510	2 133
	Centro	88	3 206	3 099	2 789	2 371
	Lisboa	11	337	304	274	205
	Alentejo	55	1 970	1 852	1 667	1 417
	Algarve	13	534	516	465	395
	Subtotal	243	8 946	8 578	7 705	6 522
10.4.1	Norte	16	18 030	17 730	17 730	15 487
	Centro	23	19 793	19 770	19 770	17 281
	Lisboa	2	1 820	1 820	1 820	1 404
	Alentejo	10	11 537	11 505	11 505	10 075
	Algarve	3	2 483	2 483	2 483	2 172
	Subtotal	54	53 664	53 308	53 308	46 419
M19	Norte	2 330	155 021	121 428	72 485	62 259
	Centro	2 065	151 786	120 283	74 630	64 185
	Lisboa	263	22 306	16 068	7 922	6 025
	Alentejo	1 476	103 072	80 514	46 623	40 099
	Algarve	321	18 687	14 258	8 606	7 403
	Total	6 455	450 872	352 552	210 266	179 970

Por sua vez, as regiões do Norte e Centro destacam-se neste contexto, dado acolherem 39 DLBC rurais (72% dos existentes no continente), o que se repercute numa maior dimensão de compromissos, em projetos e investimentos aprovados.

O quadro seguinte, relativo à tipologia de beneficiário dos projetos aprovados, permite-nos observar que 30% da despesa pública comprometida da M19 está associada a projetos submetidos por *associações* (p.ex. GAL reconhecidos na

vertente DLBC Rural ou as respetivas entidades gestoras, entre outros parceiros nacionais ativos no desenvolvimento local), embora estas apenas detenham 7% do total de projetos aprovados.

Quadro 233: M19 – Tipologia de beneficiário dos projetos aprovados (acumulado)

Código OP/COM	Tipologia de beneficiário	Acumulado		
		Nº	Despesa Pública	
			Mil euros	%
10.1.1	Agrupamentos	1	25	2%
	Associações	50	1 250	93%
	Cooperativas	2	50	4%
	Outras	1	25	2%
	Subtotal	54	1 350	100%
10.2.1	Pessoa singular	3 858	55 542	38%
	Sociedades	1 565	53 261	36%
	Pessoa coletiva	383	25 157	17%
	Outras	298	13 945	9%
	Subtotal	6 104	147 904	100%
10.3.1	Agrupamentos	7	202	3%
	Associações	231	7 318	95%
	Cooperativas	5	184	2%
	Outras			
	Subtotal	243	7 705	100%
10.4.1	Agrupamentos	1	1 695	3%
	Associações	50	48 302	91%
	Cooperativas	2	2 416	5%
	Outras	1	895	2%
	Subtotal	54	53 308	100%
M19	Pessoa singular	3 858	55 542	26%
	Sociedades	1 567	54 180	26%
	Pessoa coletiva	383	25 157	12%
	Associações	427	62 361	30%
	Cooperativas	86	6 745	3%
	Agrupamentos	9	1 922	1%
	Outras	125	4 358	2%
	Total	6 455	210 266	100%

Com efeito, o principal tipo de beneficiário acomoda a *pessoa singular* que compreende 63% do universo de projetos aprovados, a que se segue, num patamar inferior, as *sociedades*, com 26% dessa realidade.

Estes beneficiários surgem acoplados à Operação 10.2.1 e correspondem a *peçoas singulares* ou *coletivas* (na forma de sociedade) que exerçam atividade

agrícola e/ou que se dediquem à transformação ou comercialização de produtos agrícolas.

No contexto da implementação das estratégias (ver quadro que se segue relativo à SM19.2), 89% da totalidade das *pesoas singulares* (3.417) e 59% do universo das *sociedades* (910) são beneficiárias dos apoios aos pequenos investimentos nas explorações agrícolas (Operação 10.2.1.1). Estes apoios sobressaem em número de projetos aprovados e respetiva despesa pública no contexto da Medida LEADER.

Quadro 234: SM19.2 – Tipologia de beneficiário dos projetos aprovados (acumulado)

Med COD	Tipologia de beneficiário	Acumulado		
		Nº	Despesa Pública	
			Mil euros	%
10.2.1.1	Pessoa singular	3 417	36 317	74%
	Pessoa coletiva	2	12	0%
	Associações	2	26	0%
	Sociedades	910	11 953	24%
	Cooperativas	1	16	0%
	Outras	69	715	1%
	Subtotal	4 401	49 038	100%
10.2.1.2	Pessoa singular	106	4 708	13%
	Pessoa coletiva	1	85	0%
	Associações	2	149	0%
	Sociedades	426	25 787	74%
	Cooperativas	63	3 770	11%
	Outras	8	400	1%
	Subtotal	606	34 898	100%
10.2.1.3	Pessoa singular	183	12 723	44%
	Associações	2	94	0,3%
	Sociedades	211	15 122	53%
	Outras	8	707	2%
	Subtotal	404	28 645	100%
10.2.1.4	Pessoa singular	147	1 340	21%
	Pessoa coletiva	80	3 396	53%
	Associações	17	728	11%
	Sociedades	15	282	4%
	Cooperativas	7	220	3%
	Outras	7	407	6%
	Subtotal	273	6 373	100%
10.2.1.5	Associações	10	462	83%
	Cooperativas	6	89	16%
	Outras	1	5	1%
	Subtotal	17	555	100%
10.2.1.6	Pessoa singular	5	455	2%
	Pessoa coletiva	307	22 008	78%
	Associações	63	4 033	14%
	Sociedades	3	117	0%
	Outras	25	1 781	6%
	Subtotal	403	28 394	100%
10.2.1	Pessoa singular	3 858	55 542	38%
	Pessoa coletiva	390	25 502	17%
	Associações	96	5 492	4%
	Sociedades	1 565	53 261	36%
	Cooperativas	77	4 095	3%
	Outras	118	4 014	3%
	Total	6 104	147 904	100%

No quadro seguinte (também exclusivo à SM19.2) sobressai que, a maior fatia da despesa pública aprovada, para quase todas as Operações expostas, se destina a apoiar *investimentos materiais*, tais como a *aquisição de máquinas e equipamentos* (de pecuária, de regadio ou, entre outros, de agricultura de precisão).

Exceção feita na Operação 10.2.1.5 que, dado associar-se à promoção de produtos de qualidade locais, integra maioritariamente *investimentos imateriais*, inerentes, a título de exemplo, ao desenvolvimento de estudos de mercado e de planos de marketing e, bem assim, à aquisição de serviços de consultoria respetiva.

Quadro 235: SM19.2 – Distribuição regional da despesa pública dos projetos aprovados, por rubrica de investimento (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Rubrica de investimento	Região					Total
		Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	
10.2.1.1	Máquinas	5 033	3 528	372	2 468	268	11 669
	Plantações	5 250	2 875	280	1 916	565	10 886
	Edifícios e outras construções	3 358	2 040	222	2 627	523	8 769
	Equipamento - Geral	3 241	2 775	208	2 850	256	9 331
	Equipamento - Regadio	2 273	1 304	269	1 926	404	6 175
	Outros	686	556	41	794	132	2 209
	Subtotal	19 840	13 078	1 391	12 581	2 148	49 038
10.2.1.2	Materiais	8 873	13 198	2 431	8 753	892	34 147
	Investimentos não elegíveis						
	Imateriais	213	286	44	180	19	742
	Equipamento - Geral		9				9
	Subtotal	9 086	13 493	2 474	8 933	911	34 898
10.2.1.3	Materiais	12 111	6 032	1 019	7 021	1 456	27 640
	Imateriais	371	193	39	166	36	804
	Bens e serviços técnicos	54	27	1	40	81	202
	Investimentos não elegíveis						
	Subtotal	12 536	6 251	1 059	7 227	1 573	28 645
10.2.1.4	Materiais	1 138	2 426	179	553	158	4 454
	Imateriais	661	609	65	289	295	1 919
	Subtotal	1 799	3 036	244	842	453	6 373
10.2.1.5	Custos de part. feiras, certames e concursos	23	87	2	17		128
	Imateriais	60	314	11	43		428
	Subtotal	23	87	2	17		128
10.2.1.6	Materiais	7 887	13 841	589	3 235	402	25 954
	Imateriais	615	1 396	8	324	97	2 440
	Subtotal	8 501	15 237	597	3 559	499	28 394

As Operações 10.2.1.1 e 10.2.1.2 compreendem mais de metade (57%) da despesa pública aprovada na SM19.2. Respeitam, ambas, a pequenos investimentos (inferiores a 200 mil euros), a primeira nas explorações agrícolas e a segunda na transformação e comercialização de produtos agrícolas. Relevam-se estas 2 Operações, com enfoque no quadro que se segue e que respeita à distribuição setorial da despesa pública aprovada.

Quadro 236: SM19.2 – Distribuição setorial da despesa pública aprovada, nas Operações 10.2.1.1 e 10.2.1.2

Un.: mil euros

Código OP/COM	Setor principal	Região					Continente
		Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	
10.2.1.1	Fruticultura	8 168	4 855	235	1 292	1 426	15 976
	Viticultura	6 699	2 708	686	2 903	72	13 067
	Olivicultura	1 455	1 258	0	1 728	67	4 507
	Outras culturas permanentes	31	141	20	272	29	493
	Horticultura	1 294	829	349	546	182	3 200
	Cerealicultura, oleag., proteag. e leguminosas	53	655	2	467	0	1 177
	Outras culturas temporárias	111	65	0	221	16	414
	Bovinicultura	1 258	852	20	3 035	48	5 213
	Caprinicultura e Ovicultura	232	985	27	1 645	153	3 042
	Suínicultura	122	108	0	97	54	381
	Apicultura	326	202	21	204	100	853
	Outra Produção Animal	92	421	31	172	0	715
	Total regional (mil euros)	19 840	13 078	1 391	12 581	2 148	49 038
10.2.1.2	Vinho	4 915	4 509	1 064	3 483	255	14 226
	Frutas e produtos hortícolas	1 509	3 196	719	1 437	345	7 207
	Azeite	527	1 841	0	1 730	151	4 249
	Cereais	0	271	0	245	0	516
	Arroz	0	0	0	456	0	456
	Leite e produtos lácteos	412	1 582	533	575	0	3 101
	Carne de suíno	787	1 142	89	595	159	2 772
	Carne de bovino	254	374	0	0	0	628
	Carne de aves de capoeira	64	83	0	65	0	212
	Ovos	0	0	70	90	0	160
	Diversos	529	413	0	97	0	1 038
	Total regional (mil euros)	9 086	13 493	2 474	8 933	911	34 898

Em termos de setores, temos o predomínio da *fruticultura* (33% do total) e da *viticultura* (27% do total), no que respeita aos pequenos investimentos nas explorações agrícolas (Operação 10.2.1.1). Esse *ranking* mantém-se nas regiões do Norte e Centro do país. Na região do Algarve a importância da *viticultura* esmorece, evidenciando-se a *fruticultura* com $\frac{2}{3}$ da despesa pública aprovada na região. Na região de Lisboa a *viticultura* é vigorosa (49% na região) a que se junta a *horticultura* (25%). Por último, no Alentejo a *viticultura* (23% na região) anda a par, em termos de importância regional, da *bovinicultura* (24% na região).

Já no que se refere à Operação 10.2.1.2, cerca de $\frac{3}{4}$ dos pequenos investimentos na transformação e comercialização (em termos de despesa pública aprovada) respeitam aos setores do *vinho*, do das *frutas e produtos hortícolas* e do *azeite*, por ordem decrescente de importância.

Na região de Lisboa a importância do *azeite* é nula, ganhando relevo o setor do *leite e produtos lácteos* (22% na região). Na região do Algarve, por sua vez, o setor do *azeite* atinge idêntica importância ao da *carne de suíno*.

O próximo quadro tem em conta, pela primeira vez, os 6 projetos aprovados no anterior período de programação (PRODER) e que, ao abrigo do Regulamento nº

1310/2013, de 17 de dezembro, transitaram para as Operações 10.2.1 (4 projetos transitados), 10.3.1 (um projeto transitado) e 10.4.1 (um projeto transitado), integrando a prioridade P6B e representando um total de 324 mil euros de despesa pública.

Em conjunto com as 6.455 aprovações no quadro do PDR2020, perfazem 6.461 projetos aprovados, a que corresponde uma despesa pública de 210.590 mil euros e um FEADER de 180.255 mil euros.

Quadro 237: SM19 - Distribuição por prioridade dos projetos aprovados, incluindo transitados (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP	Prioridade/ Domínio	Projetos aprovados (inclui transitados)			
		Nº	Invest. elegível	Desp. pública	FEADER
10.1.1	P6B	54	1 350	1 350	1 350
10.2.1		6 108	289 542	148 130	125 877
10.3.1		244	8 588	7 715	6 531
10.4.1		55	53 395	53 395	46 498
TOTAL M19		6 461	352 876	210 590	180 255

A M19 contribui para uma única prioridade/domínio de intervenção do desenvolvimento rural, designadamente a P6B - *Fomento do desenvolvimento local nas zonas rurais*.

c) Execução financeira

No final de 2021 alcançaram-se 4.708 projetos com execução iniciada, representando 77% do universo dos projetos contratados até então. Por sua vez, 95% dos 6.461 projetos aprovados encontram-se contratados.

Atingiram-se pagamentos no montante de 109.098 mil euros de despesa pública, com uma comparticipação FEADER de 94.406 mil euros. Estes pagamentos representam uma taxa de execução de 40% de fundo pago, face ao programado.

Até ao final do ano de 2021, a região do Norte foi predominante em número de projetos pagos (36%) e a região do Centro no que respeita a despesa pública paga (35%).

Quadro 238: M19 - Distribuição regional dos projetos contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Projetos contratados (inclui transitados)			Projetos C/Execução Iniciada (inclui transitados)			Total pago (inclui transitados)		
		Nº	Desp. pública	FEADER	Nº	Desp. pública	FEADER	Nº	Desp. pública	FEADER
10.1.1	Norte	16	400	400	16	400	400	16	400	400
	Centro	23	575	575	21	575	575	21	575	575
	Lisboa	2	50	50	2	50	50	2	50	50
	Alentejo	10	250	250	10	250	250	10	250	250
	Algarve	3	75	75	3	75	75	3	75	75
	Subtotal	54	1 350	1 350	52	1 350	1 350	52	1 350	1 350
10.2.1	Norte	2 093	50 557	43 145	1 623	22 234	19 069	1 635	22 757	19 516
	Centro	1 868	50 672	43 253	1 462	20 858	17 935	1 476	21 387	18 386
	Lisboa	241	5 516	4 170	203	3 138	2 387	203	3 138	2 387
	Alentejo	1 323	32 059	27 391	1 048	16 164	13 888	1 050	16 274	13 981
	Algarve	260	5 019	4 281	171	1 969	1 689	171	1 969	1 689
	Subtotal	5 785	143 822	122 239	4 507	64 363	54 967	4 535	65 525	55 959
10.3.1	Norte	75	2 457	2 088	29	210	179	29	210	179
	Centro	84	2 733	2 323	36	324	276	36	324	276
	Lisboa	10	225	169	4	29	22	4	29	22
	Alentejo	48	1 397	1 188	20	193	165	20	193	165
	Algarve	12	434	369	5	75	64	5	75	64
	Subtotal	229	7 247	6 138	94	832	705	94	832	705
10.4.1	Norte	17	17 604	15 462	17	13 554	11 952	17	13 554	11 952
	Centro	23	19 770	17 281	23	15 604	13 759	23	15 604	13 759
	Lisboa	2	1 820	1 404	2	1 202	942	2	1 202	942
	Alentejo	10	11 505	10 075	10	9 093	8 029	10	9 093	8 029
	Algarve	3	2 483	2 172	3	1 938	1 711	3	1 938	1 711
	Subtotal	55	53 182	46 394	55	41 391	36 393	55	41 391	36 393
M19	Norte	2 201	71 018	61 095	1 685	36 398	31 599	1 697	36 921	32 046
	Centro	1 998	73 750	63 432	1 542	37 361	32 545	1 556	37 890	32 996
	Lisboa	255	7 611	5 792	211	4 419	3 400	211	4 419	3 400
	Alentejo	1 391	45 211	38 904	1 088	25 700	22 331	1 090	25 810	22 425
	Algarve	278	8 011	6 898	182	4 058	3 539	182	4 058	3 539
	TOTAL	6 123	205 602	176 121	4 708	107 936	93 415	4 736	109 098	94 406

Mais de 1/3 dos projetos aprovados até 2021 encontravam-se encerrados no fim do ano. No seu total, os 2.243 projetos encerrados representam uma despesa pública de 37.185 mil euros.

Considerando a despesa pública libertada e a aprovada dos projetos encerrados patentes no quadro seguinte, verifica-se que a taxa de subexecução da M19 se situa nos 5%.

Quadro 239: M19 - Distribuição regional dos projetos encerrados e valor libertado (acumulado)

Un: mil euros

Código OP/COM	Região	Projetos Encerrados (inclui transitados)			Valor Libertado (inclui transitados)		Tx Sub- execução
		Nº	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER	Desp. pública
		[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]=[4]/([2]+[4])
10.1.1	Norte	16	400	400	0	0	0%
	Centro	21	575	575	50	50	8%
	Lisboa	2	50	50	0	0	0%
	Alentejo	10	250	250	0	0	0%
	Algarve	3	75	75	0	0	0%
	Subtotal	52	1 350	1 350	50	50	4%
10.2.1	Norte	713	10 958	9 462	410	348	4%
	Centro	727	11 183	9 679	661	560	6%
	Lisboa	115	1 831	1 398	86	64	4%
	Alentejo	531	9 716	8 383	601	511	6%
	Algarve	62	976	843	72	61	7%
	Subtotal	2 148	34 664	29 764	1 829	1 544	5%
10.3.1	Norte	7	71	60	1	1	1%
	Centro	10	131	111	2	2	1%
	Lisboa	4	29	22	1	1	3%
	Alentejo	17	178	152	11	9	6%
	Algarve	3	41	35	0	0	1%
	Subtotal	41	450	380	15	12	3%
10.4.1	Norte	1	88	79	0	0	0%
	Centro	1	633	560	13	10	2%
	Lisboa	0	0	0	0	0	-
	Alentejo	0	0	0	0	0	-
	Algarve	0	0	0	0	0	-
	Subtotal	2	721	639	13	10	2%
M19	Norte	737	11 516	10 001	411	349	3%
	Centro	759	12 523	10 925	726	622	5%
	Lisboa	121	1 910	1 469	86	65	4%
	Alentejo	558	10 144	8 785	612	520	6%
	Algarve	68	1 092	953	72	61	6%
	TOTAL	2 243	37 185	32 133	1 907	1 617	5%

Atente-se, mais uma vez, à Submedida 19.2, relativa à implementação das estratégias do desenvolvimento local (Operação 10.2.1) que abarca 96% dos 2.243 projetos encerrados. Reitera-se a sua importância no contexto da M19 dada a sua dimensão: reúne 71%, 70% e 60% da despesa pública total programada, comprometida e executada, respetivamente.

A Submedida 19.2 concluiu o ano com um total de compromissos de 146.310 mil euros de despesa pública e 124.341 mil euros de FEADER.

A M19 encerrou o ano com um total de compromissos de 208.717 mil euros de despesa pública e 178.667 mil euros de FEADER.

5.17 MEDIDA 20. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Enquadramento

A Medida COM - Assistência técnica (M20) materializa-se no PDR2020 através de 3 Operações, nomeadamente:

- Operação 20.1. Assistência técnica PDR2020
- Operação 20.2. Rede Rural Nacional (RRN)
- Operação 20.3. Estruturas Locais de Apoio (ELA)

Para efeitos de balanço da M20, optou-se por manter a estrutura seguida nos Relatórios de Execução dos últimos anos, nos quais se isola a Rede Rural das restantes operações, fazendo incidir a análise em 2 pontos:

- Assistência técnica - Outros (Operações 20.1 e 20.3)
- Rede Rural (Operação 20.2)

No âmbito da Decisão C(2021) 6714 de 10 de setembro, esta Medida tem uma dotação global de 140.512 mil euros de despesa pública e 112.281 mil euros de FEADER, conforme exposto no quadro seguinte, que apresenta a síntese da operacionalização da M20 reportada ao final do ano de 2021.

Quadro 240: M20 – Taxas de compromisso e de execução

Código OP/COM	Programação		Taxa de compromisso		Taxa de execução	
	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER
Assistência técnica - Outros	128 672	103 055	78%	79%	52%	58%
Rede Rural	11 840	9 226	74%	74%	39%	39%
Total M20	140 512	112 281	78%	79%	51%	57%

A dotação foi reforçada em 38% na Assistência técnica - Outros e em 9% na Rede Rural, resultando, no global, em mais 49.636 mil euros de despesa pública por comparação a 2020.

A M20 encerra 2021 com uma taxa de compromissos de 78%, com um total de 447 candidaturas aprovadas. Relativamente à taxa de execução 2021 fixou-se em

51%, o que se traduz num montante de pagamentos aos beneficiários de 71.858 mil euros de despesa pública, mais 17.958 mil euros relativamente a 2020.

5.17.1 *Assistência técnica - Outros (Operações 20.1 e 20.3)*

O presente ponto incide sobre o balanço da Submedida *Assistência técnica – Outros* que, como atrás referido, integra as Operações 20.1 e 20.3 (Assistência técnica PDR2020 e Estruturas Locais de Apoio), e se destina a apoiar as atividades relacionadas com a implementação do PDR2020.

Implementação da Assistência técnica

a) Novos anúncios de apresentação de candidaturas

No ano de 2021 foi aberto um período de candidatura, decorrido entre 20 de setembro e 11 de outubro e alusivo ao 11º anúncio da Operação 20.1 (Assistência técnica PDR2020) que, com uma dotação colocada a concurso de 18.000 mil euros de despesa pública, prosseguiu os seguintes objetivos:

- Apoiar as atividades e ações relacionadas com o desenvolvimento do PDR2020;
- Apoiar as atividades relativas ao encerramento do PRODER;
- Apoiar as atividades relativas à preparação do próximo período de programação.

b) Seleção, decisão e caracterização de candidaturas

Foram submetidas ao novo anúncio um total de 7 candidaturas, com um investimento total proposto de 24.329 mil euros, pelas 5 DRAP, o IFAP e a AG PDR2020. A candidatura da AG foi analisada a 18 de novembro de 2021 e decidida a 25 de novembro de 2021 pela Senhora Ministra da Agricultura²⁷.

²⁷ Nos termos da Portaria nº 108/2015, de 14 de abril, as candidaturas são analisadas pela AG, que elabora a proposta de decisão, a qual, após aprovação pela Gestora, é enviada para decisão do membro do governo responsável pela área da agricultura.

Na globalidade (Operações 20.1 e 20.3), as candidaturas analisadas (24) no ano de 2021 excedem, em muito, as apresentadas, o que se explica, para além de análises iniciais, em reanálises de projetos outrora aprovados, com pedidos de alteração por parte dos beneficiários. As decisões tomadas em 2021 contemplaram, favoravelmente, 8 candidaturas.

Em termos acumulados até ao fim do ano 2021, das 95 candidaturas entradas na *Assistência técnica - Outros*, 100% encontram-se analisadas e 93% decididas, com uma taxa de aprovação de 100%.

Quadro 241: M20/AT – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas (acumulado)

Un: milhares

Código OP/COM	Região	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas			
		Nº	Invest. proposto	Nº	Invest. proposto	Não aprovadas		Aprovadas	
						Nº	Invest. proposto	Nº	Invest. proposto
20.1	Norte	8	32 360	8	32 360			7	25 460
	Centro	8	7 009	8	7 009			7	6 082
	Lisboa	20	113 352	20	113 352			19	106 432
	Alentejo	16	15 980	16	15 980			14	13 665
	Algarve	8	4 306	8	4 306			7	3 501
	Subtotal	60	173 006	60	173 006			54	155 141
20.3	Norte	14	257	14	257			14	257
	Centro								
	Lisboa								
	Alentejo	21	346	21	346			20	339
	Algarve								
	Subtotal	35	602	35	602			34	596
M20.1 e 20.3	Norte	22	32 617	22	32 617			21	25 717
	Centro	8	7 009	8	7 009			7	6 082
	Lisboa	20	113 352	20	113 352			19	106 432
	Alentejo	37	16 326	37	16 326			34	14 004
	Algarve	8	4 306	8	4 306			7	3 501
	Total	95	173 609	95	173 609			88	155 737

Na distribuição regional dos projetos aprovados (quadro seguinte), sobressai a região do Alentejo, no que se refere ao número de projetos aprovados (39%) e, em termos de investimento, a região de Lisboa, que concentra 67% da despesa pública aprovada.

Importa referir que a Operação 20.3 apenas tem representação nas regiões do Norte e do Alentejo, sendo aí que se encontram as Estruturas Locais de Apoio (ELA) beneficiárias desta Operação tais como, a título de exemplo, a ELA Peneda-Gerês e a ELA Alentejo Central.

Quadro 242: M20/AT – Distribuição regional dos projetos aprovados (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Projetos aprovados				
		Nº	Invest. proposto	Invest. elegível	Desp. pública	FEADER
20.1	Norte	7	25 460	18 650	18 650	15 022
	Centro	7	6 082	5 705	5 705	4 651
	Lisboa	19	106 432	83 929	83 929	63 553
	Alentejo	14	13 665	13 418	13 418	10 979
	Algarve	7	3 501	3 336	3 336	2 576
	Subtotal	54	155 141	125 038	125 038	96 781
20.3	Norte	14	257	251	251	200
	Centro					
	Lisboa					
	Alentejo	20	339	323	323	258
	Algarve					
	Subtotal	34	596	573	573	458
M20.1 e 20.3	Norte	21	25 717	18 901	18 901	15 222
	Centro	7	6 082	5 705	5 705	4 651
	Lisboa	19	106 432	83 929	83 929	63 553
	Alentejo	34	14 004	13 741	13 741	11 237
	Algarve	7	3 501	3 336	3 336	2 576
	Total	88	155 737	125 611	125 611	97 239

Quanto ao tipo de investimento aprovado (quadro seguinte), salienta-se a rubrica de *despesas com o pessoal* em ambas as operações em análise, atingindo mais de ¾ da despesa pública aprovada junto da Operação 20.3. Em conjunto com a rubrica *aquisição de bens e serviços*, acumulam 91% da despesa pública aprovada junto da Operação 20.1.

Quadro 243: M20/AT - Distribuição da despesa pública dos projetos aprovados por rubrica de investimento e por região (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Rubrica de investimento	Região					Continente
		Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	
20.1	Aquisição de bens de capital	1 316	487	2 550	751	577	5 682
	Aquisição de bens e serviços	3 863	3 229	45 834	2 228	1 036	56 190
	Despesas com o pessoal	13 471	1 988	29 507	10 439	1 723	57 128
	Outras despesas correntes			84		1	85
	Subsídios			5 671			5 671
	Transferências correntes			283			283
	Total DP regional (%)	15%	5%	67%	11%	3%	100%
20.3	Total DP regional (mil euros)	18 650	5 705	83 929	13 418	3 336	125 038
	Aquisição de bens de capital	11			10		21
	Aquisição de bens e serviços	31			86		117
	Despesas com o pessoal	209			226		435
	Total DP regional (%)	44%			56%		100%
	Total DP regional (mil euros)	251			323		573
Total DP M20.1 e 20.3 (mil euros)		18 901	5 705	83 929	13 741	3 336	125 611

c) Execução financeira

No final de 2021 alcançaram-se 89 projetos contratados, dos quais 72% tinham dado início à sua execução, acolhendo, assim, pagamentos que não se referem exclusivamente a adiantamentos.

Até ao final do ano registaram-se pagamentos no montante de 67.225 mil euros de despesa pública com uma comparticipação FEADER de 60.229 mil euros. Estes pagamentos representam uma taxa de execução de 58% de fundo pago, face ao programado.

A execução em 2021 envolveu 13.314 mil euros de despesa pública paga a 21 projetos, 90% dos quais da Operação 20.1.

Em termos acumulados, isto é, até ao final do ano, temos como predominante a região de Lisboa, não tanto em número de projetos pagos (24% no total), mas particularmente no que respeita a despesa pública paga (62%no total).

Quadro 244: M20/AT – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Projetos contratados			Projetos C/Execução Iniciada			Total pago		
		Nº	Desp. pública	FEADER	Nº	Desp. pública	FEADER	Nº	Desp. pública	FEADER
20.1	Norte	7	18 650	15 022	6	8 662	7 063	7	9 340	7 592
	Centro	7	5 705	4 651	7	3 969	3 292	7	3 969	3 292
	Lisboa	19	83 929	63 553	12	37 827	35 522	17	41 642	39 323
	Alentejo	14	13 418	10 979	13	9 560	7 868	14	9 872	8 165
	Algarve	7	3 336	2 576	7	2 194	1 687	7	2 194	1 687
	Subtotal	54	125 038	96 781	45	62 213	55 433	52	67 017	60 060
20.3	Norte	14	251	200	9	136	110	9	136	110
	Centro									
	Lisboa									
	Alentejo	21	329	263	10	71	59	10	71	59
	Algarve									
	Subtotal	35	580	464	19	207	169	19	207	169
M20.1 e 20.3	Norte	21	18 901	15 222	15	8 799	7 174	16	9 477	7 702
	Centro	7	5 705	4 651	7	3 969	3 292	7	3 969	3 292
	Lisboa	19	83 929	63 553	12	37 827	35 522	17	41 642	39 323
	Alentejo	35	13 747	11 242	23	9 631	7 927	24	9 943	8 224
	Algarve	7	3 336	2 576	7	2 194	1 687	7	2 194	1 687
	Total	89	125 618	97 245	64	62 420	55 603	71	67 225	60 229

Considerando os projetos encerrados e o valor libertado reportados ao final do ano e expostos no quadro seguinte, observa-se que a taxa de subexecução das Operações 20.1 e 20.3 se situa nos 36%, assumindo, porém, valores superiores nas regiões do Norte (44%) e de Lisboa (39%).

Quadro 245: M20/AT – Distribuição regional dos projetos encerrados e valor libertado (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Projetos Encerrados			Valor Libertado		Tx Sub- execução
		Nº	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER	Desp. pública
		[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]=[4]/([2]+[4])
20.1	Norte	4	5 589	4 553	4 407	3 468	44%
	Centro	5	3 283	2 712	1 253	1 008	28%
	Lisboa	9	27 801	25 496	17 975	9 967	39%
	Alentejo	6	5 289	4 347	914	719	15%
	Algarve	4	1 675	1 277	418	304	20%
	Subtotal	28	43 636	38 385	24 967	15 465	36%
20.3	Norte	1	5	4	3	2	36%
	Centro						
	Lisboa						
	Alentejo						
	Algarve						
	Subtotal	1	5	4	3	2	36%
M20.1 e 20.3	Norte	5	5 594	4 558	4 410	3 470	44%
	Centro	5	3 283	2 712	1 253	1 008	28%
	Lisboa	9	27 801	25 496	17 975	9 967	39%
	Alentejo	6	5 289	4 347	914	719	15%
	Algarve	4	1 675	1 277	418	304	20%
	Total	29	43 641	38 389	24 969	15 468	36%

Cerca de 33% dos projetos aprovados até ao final de 2021 encontravam-se, à data, encerrados. Estes, no seu total (29), representam uma despesa pública encerrada de 43.641 mil euros praticamente afeta à Operação 20.1 - Assistência técnica PDR2020.

A Assistência técnica - Outros (Operações 20.1 e 20.3) encerrou o ano com um total de compromissos de 100.642 mil euros de despesa pública e 81.772 mil euros de FEADER.

5.17.2 Rede Rural Nacional

A Submedida Rede Rural (20.2), que integra a Operação 20.2 - Rede Rural Nacional (RRN), destina-se a apoiar as atividades relacionadas com a implementação do PDR2020 e compreende 4 Operações e/ou Áreas de Intervenção (AI):

- 20.2.1. Assistência técnica / AI 1 - Funcionamento da RRN;
- 20.2.2. LEADER / AI 2 - Divulgação e informação tendo em vista a execução dos PDR;
- 20.2.3. Divulgação e conhecimento / AI 3 - Divulgação de informação e facilitação de processos tendo em vista o acompanhamento e avaliação dos PDR;
- 20.2.4. Inovação / AI 4 - Observação da agricultura e dos territórios rurais.

Implementação da Rede Rural Nacional

a) Novos anúncios de apresentação de candidaturas

O ano de 2021 contou com 4 períodos de apresentação de candidaturas distintos junto da RRN, que corresponderam ao lançamento do 7º anúncio da Operação 20.2.1, referente ao funcionamento da RRN (AI 1) e dos 5º, 6º e 7º anúncios, relativos à observação da agricultura e dos territórios rurais (AI 4).

A dotação colocada a concurso foi de 6.960 mil euros de despesa pública, assim distribuída: AI10 com 300 mil euros e AI4 com 6.660 mil euros. A área temática *inovação*, definida no Plano de Ação da RRN, tomou a maior fatia da dotação global disponibilizada em 2021, nomeadamente o seu 7º anúncio (72%) que se destinou aos seguintes temas prioritários:

- Alimentação sustentável
- Dieta mediterrânica
- Combate ao desperdício alimentar

Quadro 246: M20/RRN - Abertura de anúncios em 2021

Anúncio	Dotação do anúncio	Data de início	Data de fim
PDR2020-202-007	300	12/11/2021	14/01/2022
PDR2020-2024-005	160	30/04/2021	02/08/2021
PDR2020-2024-006	1 500	22/09/2021	19/11/2021
PDR2020-2024-007	5 000	30/12/2021	25/02/2022
TOTAL	6 960		

b) Seleção, decisão e caracterização de candidaturas

Em 2021, concorreram à RRN 61 candidaturas associadas aos novos anúncios, totalizando 2.982 mil euros de investimento proposto. Foram analisadas 199 candidaturas, 9 respeitantes às submetidas em 2021 e as restantes associadas a pedidos de alteração de candidaturas submetidas já em anos anteriores.

Quadro 247: M20/RRN – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas			
		Nº	Invest. proposto	Nº	Invest. proposto	Não aprovadas		Aprovadas	
						Nº	Invest. proposto	Nº	Invest. proposto
20.2.1	Norte	6	102	6	102			6	102
	Centro	4	88	3	47			3	47
	Lisboa	6	1 900	6	1 900			6	1 900
	Alentejo	13	451	11	385			11	385
	Algarve	5	148	5	148			5	148
	Subtotal	34	2 689	31	2 582			31	2 582
20.2.2	Norte	13	79	13	79			13	79
	Centro	8	179	8	179	1	129	7	50
	Lisboa	8	226	8	226			8	226
	Alentejo	6	253	6	253			6	253
	Algarve	27	252	27	252			27	252
	Subtotal	62	989	62	989	1	129	61	860
20.2.3	Norte	12	148	12	148	3	72	9	77
	Centro	27	541	27	541	4	185	23	356
	Lisboa	31	874	31	874	5	103	26	771
	Alentejo	18	400	18	400	1	22	17	377
	Algarve								
	Subtotal	88	1 963	88	1 963	13	382	75	1 581
20.2.4	Norte	99	2 980	88	2 412	15	456	51	1 187
	Centro	98	2 303	90	1 901	3	57	54	1 157
	Lisboa	76	2 223	68	1 826	5	97	45	1 149
	Alentejo	83	2 970	63	1 931	3	78	37	1 033
	Algarve	10	278	8	178			5	146
	Subtotal	366	10 754	317	8 248	26	687	192	4 671
RR	Norte	130	3 310	119	2 741	18	527	79	1 444
	Centro	137	3 111	128	2 669	8	370	87	1 610
	Lisboa	121	5 223	113	4 826	10	201	85	4 046
	Alentejo	120	4 073	98	2 968	4	100	71	2 048
	Algarve	42	678	40	578			37	546
	Total	550	16 396	498	13 782	40	1 198	359	9 694

Em termos acumulados, a RRN abrange 550 entradas, 91% das quais se encontra analisada e 89% decidida, com uma taxa de aprovação de 73%. A RRN acolheu 93 candidaturas decididas favoravelmente, que não prosseguiram por falta de dotação.

A distribuição das candidaturas aprovadas aponta para um equilíbrio regional aferido em termos de número de projetos (22% em média por região), sendo o Algarve a única região que se afasta desse valor (10%). Do ponto de vista da despesa pública aprovada ressalta a região de Lisboa, com 42% dessa realidade.

Importa referir que a região do Algarve não tem candidatura à Operação 20.2.3. Divulgação e conhecimento (AI 3).

Quadro 248: M20/RRN – Distribuição regional dos projetos aprovados (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Projetos aprovados				
		Nº	Invest. proposto	Invest. elegível	Desp. pública	FEADER
20.2.1	Norte	6	102	95	95	77
	Centro	3	47	44	44	35
	Lisboa	6	1 900	1 859	1 859	1 381
	Alentejo	11	385	376	376	304
	Algarve	5	148	146	146	111
	Subtotal	31	2 582	2 520	2 520	1 907
20.2.2	Norte	13	79	75	75	60
	Centro	7	50	50	50	40
	Lisboa	8	226	223	223	181
	Alentejo	6	253	249	249	198
	Algarve	27	252	172	172	137
	Subtotal	61	860	770	770	615
20.2.3	Norte	9	77	76	76	60
	Centro	23	356	336	336	265
	Lisboa	26	771	755	755	597
	Alentejo	17	377	373	373	293
	Algarve					
	Subtotal	75	1 581	1 540	1 540	1 215
20.2.4	Norte	51	1 187	1 114	1 114	887
	Centro	54	1 157	1 070	1 070	847
	Lisboa	45	1 149	1 071	1 071	852
	Alentejo	37	1 033	976	976	772
	Algarve	5	146	138	138	109
	Subtotal	192	4 671	4 370	4 370	3 467
RR	Norte	79	1 444	1 359	1 359	1 083
	Centro	87	1 610	1 500	1 500	1 187
	Lisboa	85	4 046	3 910	3 910	3 011
	Alentejo	71	2 048	1 975	1 975	1 567
	Algarve	37	546	457	457	357
	Total	359	9 694	9 200	9 200	7 204

No contexto das Áreas de Intervenção (AI), sobressai a AI 4 - Observação da agricultura e dos territórios rurais, pela dimensão que adquire comparativamente

às restantes. Isto verifica-se tanto em número de projetos aprovados (53% do total) como ao nível financeiro que estes representam (47% da despesa pública aprovada).

Há um tipo de beneficiário predominante junto da Assistência técnica – RRN no âmbito dos projetos aprovados: as *associações* (57% dos projetos aprovados). Essa importância é diluída quando a perspetiva recai sobre o investimento. Aí, juntam-se às *associações* outros tipos de beneficiários (p.ex, DRAP's e GAL's, entre outros membros da RRN) que, em conjunto, e de forma equitativa, agregam 97% da despesa pública aprovada.

Quadro 249: M20/RRN - Tipologia de beneficiário dos projetos aprovados (acumulado)

Código OP/COM	Tipologia de beneficiário	Acumulado		
		Nº	Despesa Pública	
			Mil euros	%
20.2.1	Cooperativas			
	Associações			
	Outros	31	2 520	100%
	Subtotal	31	2 520	100%
20.2.2	Cooperativas	2	12	2%
	Associações	56	727	94%
	Outros	3	31	4%
	Subtotal	61	770	100%
20.2.3	Cooperativas	1	9	1%
	Associações	44	1 019	66%
	Outros	30	512	33%
	Subtotal	75	1 540	100%
20.2.4	Cooperativas	14	266	6%
	Associações	104	2 814	64%
	Outros	74	1 290	30%
	Subtotal	192	4 370	100%
RR	Cooperativas	17	287	3%
	Associações	204	4 560	50%
	Outros	138	4 354	47%
Total RR		359	9 200	100%

O quadro seguinte apresenta a distribuição dos projetos aprovados por rubrica de investimento. Nele sobressai que a maior fatia da despesa pública se destina a apoiar *despesas com o pessoal*. Essa realidade torna-se mais evidente junto da Operação 20.2.3 (AI 3) que apresenta 71% da despesa pública aprovada.

Quadro 250: M20/RRN – Distribuição da despesa pública dos projetos aprovados por rubrica de investimento e por região (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Rubrica de investimento	Região					Continente
		Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	
20.2	Aquisição de bens de capital	7	4	53	41	9	114
	Aquisição de bens e serviços	17	21	841	131	35	1 045
	Despesas com o pessoal	70	19	965	205	103	1 361
	Total DP regional (%)	4%	2%	74%	15%	6%	100%
	Total DP regional (mil euros)	95	44	1 859	376	146	2 520
20.2.2	Aquisição de bens e serviços	41	26	127	115	73	382
	Despesas com pessoal	33	24	94	126	96	373
	Imateriais	1	1	3	8	3	15
	Total DP regional (%)	10%	7%	29%	32%	22%	100%
	Total DP regional (mil euros)	75	50	223	249	172	770
20.2.3	Aquisição de bens e serviços	8	82	170	111		371
	Despesas com pessoal	66	243	533	248		1 090
	Equipamentos	1	4	8	2		15
	Imateriais	2	7	44	11		64
	Total DP regional (%)	5%	22%	49%	24%		100%
20.2.4	Total DP regional (mil euros)	76	336	755	373		1 540
	Aquisição de bens e serviços	474	416	411	496	65	1 862
	Despesas com pessoal	575	597	543	392	69	2 176
	Equipamentos	12	6	3	18	2	42
	Imateriais	52	51	115	70	1	290
	Total DP regional (%)	25%	24%	25%	22%	3%	100%
	Total DP regional (mil euros)	1 114	1 070	1 071	976	138	4 370
Total DP RR (mil euros)		1 359	1 500	3 910	1 975	457	9 200

c) Execução financeira

Em 353 projetos contratados (98% dos aprovados) no final de 2021, 295 projetos já tinham execução iniciada, isto é, 84% dos projetos contratados já tinham pagamentos que não se referiam exclusivamente a adiantamentos.

Até ao final de 2021, registaram-se pagamentos no montante de 4.634 mil euros de despesa pública com uma comparticipação FEADER de 3.621 mil euros. Estes pagamentos representam uma taxa de execução de 39% de fundo pago, face ao programado.

A execução em 2021 envolveu 1.377 mil euros de despesa pública paga a 187 projetos, maioritariamente (62%) da Operação 20.2.4 (AI 4).

Em termos acumulados, isto é, até ao final do ano de 2021, a região de Lisboa é predominante no que respeita a despesa pública paga (41% do total da Assistência técnica - RRN).

**Quadro 251: M20/RRN – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos
(acumulado)**

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Projetos contratados (inclui transitados)			Projetos C/execução iniciada (inclui transitados)			Total pago (inclui transitados)		
		Nº	Desp. pública	FEADER	Nº	Desp. pública	FEADER	Nº	Desp. pública	FEADER
20.2.1	Norte	6	95	77	6	62	51	6	62	51
	Centro	4	46	37	3	22	18	3	22	18
	Lisboa	6	1 859	1 381	6	1 086	789	6	1 086	789
	Alentejo	11	376	304	10	252	205	11	257	209
	Algarve	5	146	111	5	72	55	5	72	55
	Subtotal	32	2 523	1 909	30	1 494	1 118	31	1 498	1 122
20.2.2	Norte	13	75	60	10	27	22	10	27	22
	Centro	7	50	40	4	11	9	4	11	9
	Lisboa	8	223	181	8	98	82	8	98	82
	Alentejo	6	249	198	5	139	111	5	139	111
	Algarve	27	172	137	21	73	58	21	73	58
	Subtotal	61	770	615	48	349	282	48	349	282
20.2.3	Norte	8	71	56	8	52	41	8	52	41
	Centro	23	333	268	20	166	131	20	166	131
	Lisboa	24	747	590	19	277	219	19	277	219
	Alentejo	17	373	293	12	214	167	12	214	167
	Algarve									
	Subtotal	72	1 525	1 208	59	709	559	59	709	559
20.2.4	Norte	50	1 103	880	41	706	565	41	706	565
	Centro	51	1 050	835	44	508	403	44	508	403
	Lisboa	46	1 073	853	39	453	363	39	453	363
	Alentejo	36	971	771	29	384	305	29	384	305
	Algarve	5	138	109	5	27	21	5	27	21
	Subtotal	188	4 335	3 448	158	2 077	1 658	158	2 077	1 658
RR	Norte	77	1 344	1 072	65	847	678	65	847	678
	Centro	85	1 480	1 181	71	708	562	71	708	562
	Lisboa	84	3 903	3 005	72	1 914	1 454	72	1 914	1 454
	Alentejo	70	1 970	1 566	56	988	788	57	993	792
	Algarve	37	457	357	31	172	134	31	172	134
	Total	353	9 153	7 180	295	4 629	3 617	296	4 634	3 621

Considerando o conjunto de projetos encerrados (quadro seguinte), verifica-se que a taxa de subexecução desta Medida se situa, em média, nos 21%, sendo esse valor superado na região do Algarve (33%) e na AI (25%).

Quadro 252: M20/RRN – Distribuição regional dos projetos encerrados e valor libertado (acumulado)

Un.: mil euros

Código OP/COM	Região	Projetos encerrados (inclui transitados)			Valor libertado (inclui transitados)		Tx Sub- execução
		Nº	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER	Desp. pública
		[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]=[4]/([2]+[4])
20.2	Norte	5	57	47	29	23	34%
	Centro	2	16	13	19	15	54%
	Lisboa	2	596	385	174	119	23%
	Alentejo	6	188	154	48	38	20%
	Algarve	2	45	33	23	16	34%
	Subtotal	17	901	633	293	211	25%
20.2.2	Norte						
	Centro						
	Lisboa						
	Alentejo						
	Algarve	1	5	4	1	1	23%
	Subtotal	1	5	4	1	1	23%
20.2.3	Norte	1	0	0	0	0	2%
	Centro	4	46	36	12	9	21%
	Lisboa	1	65	51	8	6	11%
	Alentejo	2	48	38	1	1	2%
	Algarve						
	Subtotal	8	159	126	20	16	11%
20.2.4	Norte	8	230	185	35	28	13%
	Centro	8	166	130	32	26	16%
	Lisboa	5	170	141	57	45	25%
	Alentejo	7	121	96	29	23	19%
	Algarve						
	Subtotal	28	688	553	153	121	18%
RR	Norte	14	287	233	64	51	18%
	Centro	14	227	179	63	49	22%
	Lisboa	8	831	577	238	170	22%
	Alentejo	15	357	288	78	61	18%
	Algarve	3	50	37	25	17	33%
	Total	54	1 752	1 315	468	348	21%

Assim, no final de 2021, dos 359 projetos aprovados no PDR2020, encontram-se encerrados 54. Estes projetos representam uma despesa pública encerrada de 1.752 mil euros, o que corresponde a 15% da dotação programada para a Assistência técnica - Rede Rural Nacional.

A RRN encerrou o ano com um total de compromissos de 8.733 mil euros de despesa pública e 6.856 mil euros de FEADER.

5.18 MEDIDA 21. APOIO TEMPORÁRIO EXCECIONAL AOS AGRICULTORES E ÀS PME AFETADOS PELA CRISE DA COVID-19

Enquadramento

A Medida COM - Apoio temporário excecional aos agricultores e às PME afetados pela crise da COVID-19 (M21) materializa-se no PDR2020 através de uma única Operação com o mesmo nome.

No âmbito da Decisão C(2021) 6714 de 10 de setembro, esta Medida tem uma dotação de 18.800 mil euros de despesa pública e 14.758 mil euros de FEADER, conforme exposto no quadro seguinte, que apresenta a síntese da operacionalização da M21 reportada ao final do ano de 2021.

Quadro 253: M21 - Taxas de compromisso e de execução

Un.: mil euros

Código OP/COM	Programação		Taxa de compromisso		Taxa de execução	
	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER
M21	18 800	14 758	66%	68%	66%	68%

A M21 conclui 2021 com uma taxa de compromissos de 66%, com mais de 2.650 candidaturas aprovadas, e com uma taxa de execução de 66%, que corresponde a um montante de pagamentos aos beneficiários de 12.350 mil euros de despesa pública.

A presente Medida foi introduzida no PDR2020 através da Decisão C (2020) 9374²⁸, de 16 de dezembro, a fim de apoiar os agricultores e as pequenas e médias empresas mais gravemente afetados pela crise provocada pelo surto de COVID-19²⁹, nomeadamente pelas perturbações sentidas na cadeia de abastecimento agroalimentar, resultantes, em especial, do encerramento dos estabelecimentos de restauração e de hotelaria, necessário à contenção da pandemia do coronavírus.

²⁸ Aprova a alteração ao PDR2020, modificando a Decisão de Execução C(2014) 9896, de 12 de dezembro de 2014.

²⁹ Declarado como pandemia pela Organização Mundial de Saúde, em 11 de março de 2020.

Esse intuito surgiu na sequência da aprovação do Regulamento (UE) 2020/872 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de junho de 2020, que alterou o Regulamento (UE) 1305/2013³⁰ no respeitante a uma medida específica de prestação de apoio temporário excecional no âmbito do FEADER, em resposta, entre outras, ao impacto da crise pandémica no sistema agroalimentar da União Europeia.

No contexto nacional, o regime de aplicação da M21 foi inicialmente estabelecido através da Portaria 268/2020, de 18 de novembro e, posteriormente, numa 2ª fase, da Portaria 115-A/2021, de 28 de maio, cuja aprovação, não obstante uma execução bem-sucedida até então, se prendeu com os seguintes acautelamentos:

- Incluir alguns operadores dos setores previstos que, por motivos essencialmente administrativos, não tiveram oportunidade de acesso.
- Contemplar os criadores de porcos de raça alentejana que foram sujeitos a engorda em regime de montanha no final de 2019, mas cujos encargos adicionais não foram compensados, uma vez que a pandemia determinou uma quebra de procura deste tipo de produtos, com perda do seu valor acrescentado.
- Considerar outros setores de atividade, tais como os criadores de porcos de engorda de outras raças autóctones, que sofreram também particulares dificuldades de escoamento dos seus produtos, e o setor do vinho certificado, que registou uma acentuada redução no respetivo preço de mercado.

Implementação da M21

a) Nova fase de apresentação de candidaturas

O primeiro período de submissão de candidaturas ao apoio temporário excecional decorreu entre os dias 1 e 21 de dezembro de 2020, ao abrigo da Portaria 268/2020, de 18 de novembro. Nela se determinou uma dotação orçamental de 12.200 mil euros, cuja repartição pelos setores das aves e dos ovos, da carne de suíno e do leite de pequenos ruminantes vem exposta no quadro seguinte.

³⁰ Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo FEADER e que foi entretanto alterado pelo Regulamento (UE) 2020/2220, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de dezembro.

Quadro 254: M21 – Dotação orçamental, por setor elegível e fase de candidaturas

Un.: mil euros

Setor elegível	Dotação orçamental			
	Candidaturas		Total	
	1ª FASE	2ª FASE	nº	%
Aves e ovos	7 100	1 800	8 900	38%
Leite de pequenos ruminantes	2 200	1 000	3 200	14%
Carne de suíno	2 900	400	3 300	14%
Vinho certificado		7 900	7 900	34%
Total	12 200	11 100	23 300	100%

1ª FASE: 1 a 21 de dezembro de 2020.

2ª FASE: 31 de maio a 25 de junho de 2021.

A Portaria nº 115-A/2021, de 28 de maio, que procedeu à abertura da 2ª fase de candidaturas, envolveu 11.100 mil euros como dotação orçamental, repartidos por aqueles mesmos setores, aos quais se juntou o setor do *vinho certificado* com 7.900 mil euros.

O prazo inicial para a apresentação de candidaturas aos apoios aqui previstos, de 31 de maio a 18 de junho de 2021, veio a ser prorrogado até 25 de junho de 2021, pela Portaria nº 123-A/2021, de 18 de junho, com o objetivo de garantir a cabal execução da dotação orçamental global afeta à M21.

Atendendo às 2 fases de candidaturas, o apoio temporário excecional contou com uma dotação orçamental global afeta de 23.300 mil euros, dos quais 38% destinados aos setores das *aves e dos ovos* e 34% ao setor do *vinho*, montantes que resultaram da avaliação de necessidades de compensação no período em causa.

b) Seleção, decisão e caracterização de candidaturas

O REA 2020 deu conta de um total aprovado de 2.099 candidaturas associado a um apoio total de 7.015 mil euros, em consonância com o despacho da AG PDR2020 de 29 de dezembro de 2020. Neste universo de 2.099, 17 candidaturas foram excluídas por não cumprirem os critérios de elegibilidade.

Desde então, como atesta o despacho da AG PDR2020 de 16 de junho de 2021, foi confirmada a aprovação de 24 pedidos de apoio apresentados à M21, outrora

aprovados de modo condicional, bem como a anulação da decisão de aprovação de 23 dos pedidos de apoio anteriormente aprovados (22 dos quais por falta de certificação PME válida e 1 por desistência do beneficiário), resultando na seguinte atualização dos montantes alocados à M21 - 1ª fase: 2.059 candidaturas elegíveis e um montante total de ajuda de 6.720 mil euros.

Quadro 255: M21 – Aprovações, por setor elegível e fase de candidaturas

Un.: mil euros

Setor elegível	Candidaturas submetidas elegíveis			Montante do apoio		
	1ª fase	2ª fase	Total	1ª fase	2ª fase	Total
Aves	523	96	619	2 365	435	2 800
Ovos	25		25	750		750
Setor das aves e dos ovos	548	96	644	3 115	435	3 550
Leite de pequenos ruminantes	1 109	106	1 215	1 997	197	2 194
Setor do leite de pequenos ruminantes	1 109	106	1 215	1 997	197	2 194
Leitões para abate	268		268	735		735
Porco alentejano	134	16	150	873	100	973
Raça bísara e malhado		33	33		95	95
Setor da carne de suíno	402	49	451	1 608	195	1 802
Vinho certificado		343	343		4 887	4 887
Setor do vinho certificado		343	343		4 887	4 887
Total	2 059	594	2 653	6 720	5 713	12 433

No âmbito da 2ª fase da M21, a AG do PDR2020 procedeu à aprovação de 594 candidaturas, num montante de apoio de 5.713 mil euros, tendo sido excluídas 20 candidaturas submetidas, por não cumprimento do critério de elegibilidade respeitante à certificação PME³¹.

Em suma, a AG do PDR2020 procedeu à aprovação de um total de 2.653 candidaturas apresentadas no âmbito da Medida temporária e excecional COVID-19 do PDR2020, as quais foram consideradas elegíveis e cujos encargos totais se estimaram em 12.433 mil euros.

31 Conforme estabelecido nos nºs 1 e 2 do artigo 2º da Portaria nº 115-A/2021, de 28 de maio.

Quadro 256: M21 – Distribuição setorial das candidaturas entradas e decididas

Un.: mil euros

Setor elegível	Candidaturas entradas	Candidaturas decididas		
		Não aprovadas	Aprovadas	
			Nº	Desp. pública
Setor das aves e dos ovos	649	5	644	3 550
Setor do leite de pequenos ruminantes	1 221	6	1 215	2 194
Setor da carne de suíno	453	2	451	1 802
Setor do vinho certificado	350	7	343	4 887
Total	2 673	20	2 653	12 433

As 2.673 candidaturas submetidas à M21 encontram-se todas analisadas e decididas, com uma taxa de aprovação de 99%.

A distribuição setorial das candidaturas aprovadas aponta para uma preponderância do setor do *leite de pequenos ruminantes*, no que respeita ao número de projetos aprovados (46% do total de candidaturas) e do setor do *vinho certificado*, no que concerne a investimento (39% do total da despesa pública aprovada).

c) Execução financeira

Até ao final de 2021, registaram-se pagamentos no montante de 12.350 mil euros de despesa pública com uma comparticipação FEADER de 9.978 mil euros. Estes pagamentos representam uma taxa de execução de 68% de fundo pago, face ao programado.

Quadro 257: M21 – Distribuição setorial dos pagamentos

Un.: mil euros

Setor elegível	Total pago	
	Desp. pública	FEADER
Aves	2 800	2 544
Ovos	750	618
Setor das aves e dos ovos	3 550	3 162
Leite de pequenos ruminantes	2 194	1 714
Setor do leite de pequenos ruminantes	2 194	1 714
Leitões para abate	735	578
Porco alentejano	973	770
Raça bísara e malhado	95	75
Setor da carne de suíno	1 802	1 423
Vinho certificado	4 804	3 679
Setor do vinho certificado	4 804	3 679
Total	12 350	9 978

A despesa pública paga (12.350 mil euros) corresponde a 99% da despesa pública aprovada (12.433 mil euros), e a 66% da despesa pública programada (18.800 mil euros).

Esta Medida encerrou o ano com um total de compromissos de 12.433 mil euros de despesa pública e 10.045 mil euros de FEADER.

5.19 REFORMA ANTECIPADA

Enquadramento

A Medida de Reforma antecipada (M113) não foi implementada no PDR2020 pelo que não existem novos compromissos. A realização que se verifica resulta dos pedidos aprovados no Programa de Desenvolvimento Rural – RURIS e que transitaram para o PDR2020 num total que ascende a 670 mil euros de despesa pública.

Quadro 258: M113 - Taxas de compromisso e de execução

Un.: mil euros

Código OP/COM	Programação		Taxa de compromisso		Taxa de execução	
	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER
RA	670	569	100%	100%	100%	100%
Total M113	670	569	100%	100%	100%	100%

No quadro seguinte verifica-se que, em termos acumulados, se mantém o apoio a 176 beneficiários, com cerca de 670 mil euros de despesa pública e 569 mil euros de fundo.

Uma vez que não se preveem mais pagamentos considera-se esta Medida encerrada pelo que se ajustou a programação à respetiva despesa pública paga. Assim, a taxa de execução (rácio entre o fundo pago e o programado) é de 100% face ao programado.

Quadro 259: M113 - Compromissos transitados e execução

Designação	COMPROMISSOS			PAGAMENTOS		
	Acumulado			Acumulado		
	Beneficiários apoiados (nº)	Apoio total (mil euros)	FEADER (mil euros)	Beneficiários apoiados (nº)	Apoio total (mil euros)	FEADER (mil euros)
RA	176	670	569	176	670	569
TOTAL M113	176	670	569	176	670	569

6 PROGRESSOS NA EXECUÇÃO DO PLANO DE AVALIAÇÃO

6.1 ALTERAÇÕES AO PLANO DE AVALIAÇÃO

O Plano de Avaliação do PDR2020 tem como objetivo assegurar que sejam realizadas as atividades de avaliação adequadas e que estão disponíveis os recursos suficientes e apropriados, designadamente, para o acompanhamento do Programa através dos seus relatórios de execução anuais, e para assegurar que a informação necessária para fins de avaliação está disponível no momento certo e no formato adequado.

Até à data não foram efetuadas quaisquer alterações ao Plano de Avaliação definido inicialmente no PDR2020.

6.2 ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO DESENVOLVIDAS DURANTE O ANO

As atividades de avaliação que contaram com o envolvimento e/ou contributo da AG PDR2020 durante o ano de 2021 foram as seguintes:

- No âmbito da **Rede de Monitorização e Avaliação do PT2020**, entidade responsável pela revisão, acompanhamento e aprovação anual do Plano Global de Avaliação PT2020 (PGA), bem como pelo intercâmbio de experiências e boas práticas entre os membros da rede, constituídos pelos organismos de coordenação técnica dos FEEI e as AG dos Programas Operacionais, coordenados pela AD&C:
 - Participação na **17ª reunião** que se realizou nos dias 17 e 18 de março através de videoconferência, com o objetivo de acompanhar as atividades de avaliação e monitorização incluídas no PGA (incluindo a preparação dos Relatórios de Execução Anual).
 - Participação na **18ª reunião** que se realizou nos dias 26 e 27 de outubro no Funchal (também com a possibilidade de participação por videoconferência) e que, para além de acompanhar as atividades de avaliação e monitorização incluídas no PGA, incluiu ainda uma apresentação pública da avaliação da aplicação de custos simplificados.
- Participação na **Ação de Capacitação “PEER LEARNING”** (PT-SI) sobre o tema *“Fazer o melhor uso da informação constante da rede de informação de contabilidades agrícolas em avaliações futuras”*, realizada por videoconferência a 6 de outubro e organizada pela Comissão de Coordenação Nacional do FEADER (CCN) em articulação com o *European Evaluation Helpdesk for Rural Development*, e que contou com a participação de uma delegação Eslovena para partilha de experiências. Este evento teve por objetivos: capacitar para a melhoria do uso e da gestão dos dados constantes da RICA para avaliação da implementação da PAC; estabelecer uma ponte entre as capacidades dos Estados-Membros associadas à avaliação do atual período de programação e o futuro PEPAC (Plano Estratégico da PAC).

6.3 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM RELAÇÃO AO FORNECIMENTO E À GESTÃO DE DADOS

A AG dispõe de uma base de dados com toda a informação regularmente utilizada para o acompanhamento e avaliação do Programa. Esta base de dados contém informação, retirada do SIPDR2020, de todo o circuito de decisão, desde a apresentação de uma candidatura até ao envio para contratação, bem como a informação relativa aos projetos transitados ao abrigo do Regulamento nº 1310/2013, de 17 de dezembro.

Nela constam parte dos dados relativos aos diferentes indicadores obrigatórios e de monitorização (de realização, de resultado e de objetivo), bem como a informação utilizada para o seu cálculo:

- Informação estatística relativa a indicadores de contexto;
- Informação recolhida nos formulários de candidatura;
- Tratamento da informação recolhida nos relatórios de encerramento das medidas transitadas do PRODER, com vista ao cálculo dos indicadores de resultado.

Relativamente aos dados residentes no SIIFAP (medidas de superfície, prémios das medidas florestais, medida de seguros e recolha de indicadores das restantes medidas em sede de último pedido de pagamento), a informação é obtida através do envio de ficheiros Excel pelo OP.

Toda a informação residente na AG está disponível para a equipa de avaliadores do PDR2020.

6.4 ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO CONCLUÍDAS

A 31 de dezembro de 2021 estavam concluídas as seguintes atividades de avaliação:

- No âmbito do Plano Global de Avaliação (PGA PT2020) a “**Avaliação ex-ante dos instrumentos financeiros de Programas do Portugal 2020: IF para o apoio direto às empresas (Lote 1)**”, de abril de 2015, coordenada pela AD&C e de autoria da Sociedade de Consultores Augusto Mateus & Associados.
- Primeiro momento de avaliação previsto no anexo VII, ponto 7 do Regulamento de Execução nº 808/2014 de 17 de julho (**Avaliação ao PDR2020 apresentada em 2017**, juntamente com o REA 2016), coordenada pela AG PDR2020 e de autoria do agrupamento de empresas ATTHIS Consulting e IESE - Instituto de Estudos Sociais e Económicos. Esta atividade teve como foco a avaliação dos resultados do Programa através da resposta às Questões de Avaliação Comuns (QAC).
- Segundo momento de avaliação previsto no anexo VII, ponto 7 do Regulamento de Execução nº 808/2014 de 17 de julho (**Avaliação ao PDR2020 apresentada em 2019**, juntamente com o REA 2018), coordenada pela AG PDR2020 e de autoria do agrupamento de empresas ATTHIS Consulting e IESE - Instituto de Estudos Sociais e Económicos.
- Avaliação (ou autoavaliação) dos GAL relativa à “**Avaliação Intercalar das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL)**”, prevista na alínea g) do nº 3 do artigo 34º do Regulamento nº 1303/2013, de 17 de dezembro, e na alínea c) do artigo 8º da Portaria nº 418/2015, de 10 de dezembro.

Em 2021 não foram concluídas novas atividades de avaliação face às relatadas no anterior REA.

6.5 ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO REALIZADAS RELACIONADAS COM A DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

As principais conclusões das avaliações são divulgadas aos *stakeholders* e público em geral através de dois principais fóruns / canais:

- Centro de informação disponível no *Website* do Programa
- Reuniões da Comissão de Acompanhamento do Programa

Em ambos os casos, os resultados da avaliação ao PDR2020 realizada em dois momentos: 2017 e 2019, foram divulgados quer através dos relatórios de avaliação, quer através dos relatórios de execução anuais e estão disponíveis na seguinte URL: <http://www.pdr-2020.pt/site/Centro-de-informacao>

6.6 SEGUIMENTO DADO AOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

- **“Avaliação ex-ante dos instrumentos financeiros de Programas do Portugal 2020”** (Sociedade de Consultores Augusto Mateus & Associados). Esta avaliação permitiu concluir por uma falha de mercado nas condições de financiamento para as iniciativas de investimento no setor, designadamente um défice na capitalização e financiamento das empresas, bem como custos de financiamento acima da média europeia.

Assim, em setembro de 2018 foi apresentada uma proposta de alteração ao Programa que incluía a criação de 3 novas Operações destinadas a apoios efetuados com base nos Instrumentos Financeiros:

- Operação 3.1.3 (Código COM 4.1) - Investimento de jovens agricultores na exploração agrícola apoiado por um instrumento financeiro;
- Operação 3.2.3 (Código COM 4.1) - Investimento nas explorações agrícolas apoiado por um instrumento financeiro;
- Operação 3.3.3 (Código COM 4.2) - Investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas apoiado por um instrumento financeiro.

Esta proposta de alteração foi aprovada através da decisão C(2018) 7646 de 13 de novembro.

- **Avaliação ao PDR2020 apresentada em 2017** (agrupamento de empresas ATTHIS Consulting e IESE - Instituto de Estudos Sociais e Económicos). Teve como foco a avaliação dos resultados do Programa através da resposta às Questões de Avaliação Comuns (QAC). A equipa de avaliadores recomendou a estabilização de um plano de monitorização, a implementar até 2023, de modo a que em sede de posteriores avaliações se possa dispor de informação quantitativa e possam ser estimados efeitos líquidos das operações. Esse plano deve incluir a definição de indicadores bem como a implementação das diligências necessárias junto dos organismos detentores da informação no sentido de assegurar a sua disponibilização (naturalmente sujeita a acordo de confidencialidade).

7 MEDIDAS TOMADAS PARA GARANTIR A QUALIDADE E EFICÁCIA DO PROGRAMA

7.1 MEDIDAS TOMADAS PELA AG E PELO CA

7.1.1 Informação sobre Auditoria e Controlo

❖ Sistema de controlo

A AG PDR2020 assegura as atividades de controlo através da equipa da Área de Auditoria e Controlo, no âmbito das competências definidas no nº 3 do artigo 125º do Regulamento nº 1303/2013 de 20 de dezembro. Estas competências estão inseridas na esfera das atividades desenvolvidas no sistema de gestão e controlo interno que visa minimizar o risco de prejuízo financeiro para União, tal como previsto no nº 2 do artigo 58º do Regulamento nº 1306/2013 de 17 de dezembro.

Com esta atividade de controlo é possível assegurar uma monitorização contínua da aplicação dos procedimentos, desenvolvida pelas entidades responsáveis pela análise, DRAP e GAL (alínea d do nº 1 do Decreto-Lei nº 137/2014, de 12 de setembro), permitindo emitir alertas e efetuar ajustamentos e correções de forma atempada antes da assunção de qualquer compromisso financeiro no âmbito do FEADER.

De acordo com as normas estabelecidas para o efeito (Norma Transversal/14/2018), o “Controlo de Qualidade” aos projetos é efetuado em dois momentos do “Circuito de Aprovação”: após a análise inicial (após estado “Despacho”), e após a audiência de interessados (resultante da comunicação da análise ao promotor e que antecede a “Decisão do Gestor”).

Em cada aviso de cada operação, para efeitos de controlo, é considerado o universo das candidaturas submetidas e ativas (com análise integral), independentemente do parecer técnico a emitir ser “Favorável” ou “Desfavorável”, sendo efetuada uma amostragem aleatória de pelo menos 5%.

O controlo de qualidade é executado ao longo do ano, acompanhando o ritmo de conclusão das análises técnicas, pelas entidades responsáveis pela análise.

❖ Controlo de qualidade - DRAP e PDR

Em 2021 foram efetuados 273 controlos aos projetos analisados pelas Direções Regionais e Secretariado Técnico da AG (Áreas Operacionais). O controlo de qualidade incidu sobre 28 avisos / 15 operações, tendo sido detetadas insuficiências em 18% dos 273 projetos controlados, com a seguinte distribuição:

Quadro 260: Auditoria e controlo – Insuficiências DRAP e PDR

Operações		Projetos controlados	% de insuf.	Principal insuficiência
3.1.1	Jovens Agricultores	9	33%	Elegibilidade do beneficiário / Condicionantes
3.1.2	Investimento de Jovens Agricultores na exploração agrícola	47	45%	Elegibilidade do beneficiário / Razoabilidade dos custos / Condicionantes
3.2.1	Investimentos na exploração agrícola	30	30%	Razoabilidade dos custos
3.2.2	Pequenos investimentos na exploração agrícola	139	5%	Elegibilidade do beneficiário
3.3.2	Pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas	4	0%	-
4.0.2	Investimentos em produtos florestais não identificados como agrícolas no anexo I do TFUE	1	0%	-
6.2.2	Restabelecimento do potencial produtivo	4	25%	Elegibilidade do beneficiário
7.8.3	Recursos genéticos - Conservação e melhoramento de recursos genéticos animais	3	0%	-
8.1.1	Florestação terras agrícolas e não-agrícolas	8	13%	Elegibilidade do beneficiário
8.1.2	Instalação de sistemas agro-florestais	3	33%	Condicionantes
8.1.3	Prevenção da floresta contra agentes bióticos e abióticos	5	20%	Razoabilidade dos custos
8.1.4	Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou por acontecimentos catastróficos	9	22%	Condicionantes
8.1.5	Melhoria da resiliência e do valor ambiental das florestas	7	43%	Razoabilidade dos custos / Condicionantes
8.1.6	Melhoria do valor económico das florestas	2	50%	Razoabilidade dos custos / Critérios de seleção
10.3	Cooperação interterritorial e transnacional dos GAL	2	0%	-
Totais		273	18%	

Em termos comparativos com o ano de 2020, a taxa de devolução diminuiu 8 p.p. em 2021, continuando a verificar-se que a esmagadora maioria das situações observadas em sede de controlo de qualidade são colmatadas em sede de reanálise.

Quanto à tipologia de erros mais frequentes em 2021, manteve-se a tendência registada nos anos anteriores, sendo o procedimento da “razoabilidade dos custos” o motivo mais relevante e que motivou 26% das ocorrências de insuficiências.

Dentro deste procedimento, as insuficiências observadas incidiram sobre:

- Existência de 1 a 3 orçamentos conforme o valor elegível do investimento – **6%**;
- Qualidade dos orçamentos (pouco detalhados, equipamentos com características não comparáveis, com possíveis conflitos de interesses entre os vários fornecedores propostos, etc.) – **8%**;
- Fundamentação das reduções aplicadas pelos técnicos analistas (fraca pista de controlo) – **11%**;
- Avaliação da razoabilidade (necessidade de validação de orçamentos com valor mais baixo ou comparação correta com os valores de referência, sempre que aplicável) – **75%**.

Para permitir o devido enquadramento destes resultados foi possível observar que os técnicos analistas, em sede da análise inicial, reduziram o investimento elegível proposto em cerca de 10%, evidenciando de forma substantiva que estes realizam uma avaliação da razoabilidade/elegibilidade dos custos propostos, sendo que as devoluções para reanálise em sede de controlo de qualidade decorreram da necessidade de ajustamentos pontuais.

Tendo como objetivo auxiliar na identificação dos pontos mais fracos que estavam a ser observados em sede de controlo de qualidade, foi mantida a comunicação de resultados às entidades analistas, para o seu possível acompanhamento e mitigação de forma mais atempada.

❖ Controlo de qualidade – GAL

Todos os GAL dispõem da mesma ferramenta de análise, assente no sistema de informação do PDR2020, que inclui todos os elementos de análise e documentos de suporte aos projetos. Assim sendo, o trabalho de controlo de qualidade sobre 5% de cada Aviso fica mais agilizado pois existe, *a priori*, uma uniformização de procedimentos de análise e uma sistematização da informação, assim como uma melhor rastreabilidade do processo de análise e decisão. A seleção aleatória foi efetuada de acordo com o procedimento de controlo de qualidade aplicável a todas as entidades analistas (Norma Transversal/14/2018).

Em 2021 foram controlados 216 projetos e devolvidos 114 com insuficiências para reanálise (53%), com a seguinte distribuição por operação:

Quadro 261: Auditoria e controlo – Insuficiências GAL

Operações		Projetos controlados	% de insuf.	Principal insuficiência
10.2.1.1	Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas	85	52%	Elegibilidade do beneficiário / Razoabilidade dos custos
10.2.1.2	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	32	50%	Razoabilidade dos custos
10.2.1.3	Diversificação de atividades na exploração	19	63%	Razoabilidade dos custos / VAL / Condicionantes
10.2.1.4	Cadeias curtas e mercados locais	47	51%	Condicionantes / Coerência financeira
10.2.1.5	Promoção de produtos de qualidade locais	1	0%	-
10.2.1.6	Renovação de aldeias	32	56%	Coerência financeira / Elegibilidade da operação / Razoabilidade dos custos
Totais		216	53%	

Neste ano verificou-se um aumento na taxa de devolução de 6 p.p. face a 2020. Estes resultados foram acompanhados de forma cuidada e atenta, no sentido de avaliar a existência de erros sistemáticos dentro de cada GAL, o que não se

verificou. Para contrariar a tendência crescente das insuficiências de natureza pontual, em novembro de 2021 foi realizada junto de todos os GAL uma ação de alerta e disseminação de boas práticas e foi divulgado, para conhecimento de todos os técnicos analistas, o documento que identifica as principais insuficiências observadas em sede de controlo e indica quais os procedimentos que devem ser adotados, por forma a contribuir para a mitigação e eliminação da sua ocorrência em sede das futuras análises.

Quanto à tipologia de erros mais frequentes, em 2021 manteve-se a tendência registada nos anos anteriores, na qual consta o procedimento da “razoabilidade dos custos” como sendo o motivo mais relevante e que motivou 22% das devoluções. Dentro deste procedimento, as insuficiências observadas incidiram sobre:

- Número de orçamentos apresentados (menos de 3 propostas para valores acima de 5 mil euros) – **3%**;
- Qualidade dos orçamentos (orçamentos pouco detalhados, equipamentos com características não comparáveis, com possíveis conflitos de interesses entre os vários fornecedores propostos, etc.) – **3%**;
- Fundamentação das reduções aplicadas pelos técnicos analistas (fraca pista de controlo) – **12%**;
- Avaliação da razoabilidade (necessidade de validação de orçamentos com valor mais baixo ou comparação correta com os valores de referência, sempre que aplicável) – **82%**.

Para permitir o devido enquadramento destes resultados pode-se observar que os técnicos analistas, em sede da análise inicial, reduziram o investimento elegível proposto em cerca de 11%, evidenciando que estes realizam uma avaliação da razoabilidade/elegibilidade dos custos propostos, mas que necessitariam de proceder ao ajustamento de mais 2 p.p. para completar corretamente essa avaliação.

Continua-se a registar nestas entidades analistas a ocorrência dos mesmos tipos de insuficiências, também identificadas para as restantes entidades analistas (DRAP), isto é, insuficiências no âmbito da avaliação da razoabilidade dos custos,

critério que possui alguma complexidade de avaliação e um peso administrativo considerável na sua verificação.

❖ **Auditorias - comunitárias / nacionais**

Relativamente a auditorias externas, foram acompanhadas: três (3) da Direção-Geral para a Agricultura e Desenvolvimento Rural (DG-AGRI), quatro (4) do Tribunal de Contas Europeu (TCE), três (3) do Tribunal de Contas Português (TcP), duas (2) da Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT) e duas (2) do IFAP.

❖ **Outras - comunitárias / nacionais**

Foi ainda efetuado o seguinte acompanhamento:

- Inquérito DG-AGRI - Custos de Gestão e Controlo (CGC) relativos ao EF2021;
- Processo de Certificação de Contas 2021 relativo ao FEADER NSIGC.

7.1.2 Informação sobre Sistemas de Informação

A AG PDR2020 é responsável pela gestão de toda a informação associada às candidaturas ao Programa durante o seu ciclo de vida, desde a submissão até ao encerramento, dispondo de sistemas de informação (SI) para a sua operacionalização e gestão que garantam o trabalho integrado de todos os intervenientes.

O OP (Organismo Pagador) do Programa é responsável pelos pagamentos do apoio aprovado para cada candidatura, dispondo de um sistema de informação próprio para suportar a sua atividade - o SIIFAP. A AG e o OP estão articulados quer ao nível operacional, quer ao nível dos SI, tendo em atenção a sua partilha de responsabilidades.

O SI de suporte à AG é o SIPDR2020 - Sistema de Informação do PDR2020. O SIPDR2020 é um sistema crítico, em constante evolução, com obrigatoriedade de

elevada disponibilidade e salvaguarda da informação. Tem ainda que cumprir os requisitos definidos pelos organismos de auditoria e controlo nacionais e internacionais, o que obriga a que exista uma infraestrutura física robusta, complexa e com alta disponibilidade.

A AG optou pela contratualização externa de toda a infraestrutura física de suporte ao PDR2020, tendo a mesma sido contratada a uma empresa prestadora de serviços de *hosting*, certificada pela ISO/IEC 27001.

❖ Estrutura e principais componentes do SIPDR2020

O SIPDR2020 é composto por várias componentes, das quais se destacam:

O **frontoffice**, chamado Balcão do Beneficiário (BB) é disponibilizado para os beneficiários do PDR2020. É através do BB que os beneficiários e/ou as respetivas entidades consultoras interagem com os serviços. As candidaturas são submetidas através do BB e é também através deste que é efetuado todo o acompanhamento das mesmas. Na ótica da desmaterialização dos processos, todas as interações entre beneficiários e serviços são efetuadas através deste balcão, como por exemplo:

- Submissão de candidaturas;
- Resposta a pedidos de esclarecimentos;
- Apresentação de pronúncia em sede de audiência dos interessados;
- Validação das condicionantes pré-contratuais;
- Conhecimento da decisão;
- Pedidos de apoio e suporte;
- Apresentação de pedidos de alteração;
- Acompanhamento de candidaturas;
- Submissão de documentos.

O **backoffice** é de acesso restrito às entidades de gestão, análise e acompanhamento do PDR2020. É no *backoffice* que são efetuadas todas as tarefas de operacionalização do Programa desde a sua submissão, passando pelo processo de análise, até à sua decisão e respetivo envio para o OP. Este é composto por vários módulos dos quais se destacam:

- Distribuição de candidaturas;
- Análise de candidaturas;
- Controlo de qualidade;
- Pronúncia dos interessados (audiência prévia);
- Hierarquização e decisão de candidaturas;
- Análise de pedidos de alteração;
- Gestão de reclamações;
- Gestão de tabelas de referência/dados;
- Controlo de incumprimentos;
- Relatórios;
- Envio para o OP das aprovações.

O **Portal do PDR2020** é o principal canal de difusão de informação da AG para o seu público-alvo e o público em geral. Foi desenvolvido pela equipa da Área do Sistema de Informação com recurso a tecnologias *open-source*. Na sua base está um gestor de conteúdos que permite à equipa da Área de Comunicação da AG gerir os conteúdos do portal com completa autonomia.

A **Interoperabilidade** é um módulo que inclui as funcionalidades de interação com outros SI, em particular com o do OP (SIIFAP).

❖ **Workflow de uma candidatura**

Cada candidatura submetida ao PDR2020 tem o seu próprio ciclo de vida, que vai desde a sua submissão até ao seu encerramento. Dependendo de várias circunstâncias, o **workflow** de uma candidatura aprovada passará, por norma, pelas seguintes fases:

- Submissão;
- Libertação para análise;
- Distribuição para análise;
- Análise de valia (aplicável a alguns anúncios);
- Análise da candidatura;
- Circuito de despacho da análise;
- Controlo de qualidade (caso tenha sido selecionada);
- Audiência dos interessados;

- Hierarquização (apenas para candidaturas com parecer favorável);
- Decisão;
- Comunicação da decisão;
- Resposta às condicionantes ao termo de aceitação (caso existam);
- Envio para o OP para emissão do termo de aceitação;
- Emissão de termo de aceitação (OP);
- Execução do projeto – pedidos de pagamento (OP);
- Pedido de alteração (PALT);
- Encerramento (OP);
- Gestão de reclamações.

❖ Principais desenvolvimentos no ano de 2021

Dando sequência à operacionalização prevista no calendário de abertura de anúncios de 2021, e à análise e decisão das candidaturas rececionadas, foram efetuados diversos desenvolvimentos no SIPDR2020 que se podem agrupar em:

- Formulários de candidatura;
- Workflow da candidatura;
- Modelos de análise;
- Processo de decisão;
- Envios para contratação;
- Monitorização de prazos;
- Alteração de candidaturas (pedidos de alteração);
- Relatórios anuais dos GAL.

Formulários de candidatura

No ano de 2021 foram operacionalizados 16 formulários de candidatura. Com suporte nos formulários disponíveis no SIPDR2020 foram abertos 240 anúncios, dos quais 207 da responsabilidade dos GAL e 33 da AGPDR2020.

Para além dos formulários para dar suporte à abertura dos anúncios, foi ainda operacionalizado 1 formulário de suporte à transição de candidaturas entre anúncios.

Os formulários permitiram a submissão de 12.864 candidaturas e de 5.566 pedidos de alteração.

Workflow da candidatura

Foi mantido o procedimento de realização de uma hierarquização provisória automática, apurando-se a VGO (Valia Global da Operação) de cada candidatura o que permite o encaminhamento das mesmas para as fases seguintes do seu ciclo de vida: análise integral se tiver dotação, audiência prévia de valia se não tiver dotação ou audiência prévia de indeferimento se tiver VGO inferior a 10, não sendo necessária a análise integral de todas as candidaturas mas apenas das que têm uma VGO que permite a atribuição de apoio face à dotação de cada anúncio. Este procedimento permite agilizar o processo de análise dos anúncios.

Foram efetuados os desenvolvimentos necessários para a operacionalização da valia automática, tendo sido efetuadas 1.730 análises de valia, das quais 72 pelos analistas, 1.594 automáticas e 64 após audiência prévia.

Modelos de análise

À semelhança dos formulários, os modelos de análise são os principais desenvolvimentos da equipa da Área do Sistema de Informação, ocupando mais de 50% dos recursos da área.

No ano de 2021 foram operacionalizados os modelos de análise para dar suporte à análise das candidaturas submetidas. Foram operacionalizados 23 modelos de análise para análise de candidaturas e 6 modelos de análise de pedidos de alteração. Foram efetuadas no total 15.614 análises no SIPDR2020 distribuídas da seguinte forma: 1.730 análise de valia, 8.573 análises integrais e 5.311 análises de pedidos de alteração.

Processo de decisão

Em 2021 deu-se continuidade ao processo de decisão, tendo sido efetuados os ajustes necessários decorrentes da normal operacionalização das medidas e das alterações regulamentares que ocorreram.

Envios para contratação

No que respeita aos envios para contratação, em 2021 deu-se continuidade ao processo de envio para o OP, tendo sido efetuados 9.909 envios para contratação dos quais 5.317 relativos a decisões iniciais de aprovação e 3.782 a decisões de pedidos de alteração.

A operacionalização do envio de cada uma das medidas/avisos é efetuada em estreita colaboração com o OP, sendo produzida em articulação entre os dois organismos uma especificação final que é depois operacionalizada, quer no sistema de informação do OP (SIIFAP), quer no SIPDR2020. Os dados são posteriormente enviados via *webservice* do SIPDR2020 para o SIIFAP, para efeitos de emissão do termo de aceitação ou alteração ao termo de aceitação e dos pagamentos dos respetivos apoios.

Monitorização de prazos (Operação Limpeza)

Em 2021 deu-se continuidade aos trabalhos relativos à monitorização dos prazos de execução. Os prazos a monitorizar são os seguintes: assinatura do termo de aceitação, cumprimento das condicionantes ao termo de aceitação, titularidade do parcelário, início da execução dos investimentos e conclusão da execução dos investimentos. Quando se verifica que um prazo não é cumprido, esta evidência é registada no módulo, efetuada uma audiência dos interessados e caso o incumprimento seja ultrapassado o projeto segue o seu circuito normal. Caso o incumprimento não seja ultrapassado a decisão do projeto é anulada sendo o compromisso financeiro associado libertado.

Foram efetuados 3.593 controlos de prazos: 95 da caducidade do termo, 343 das condicionantes ao termo de aceitação, 40 da titularidade do parcelário, 1.633 do prazo de início da execução dos investimentos e 1.482 do prazo de conclusão da execução dos projetos.

Pedidos de alteração de candidaturas

Em 2021 prosseguiu a operacionalização dos pedidos de alteração das candidaturas. Os pedidos de alteração estão divididos em 3 tipos: datas, físico-financeiros e titularidade. Os pedidos de alteração têm um circuito em tudo semelhante a uma candidatura, ou seja: submissão, distribuição, análise, decisão e envio para o OP das respetivas alterações, quando aplicável.

Deu-se continuidade à operacionalização dos formulários de pedidos de alteração, bem como aos respetivos modelos de análise, sendo este ainda um trabalho em curso e que terá continuidade no ano 2022.

Os formulários disponíveis em 2021 permitiram a submissão de 5.566 pedidos de alteração no ano, com a seguinte distribuição: 4.136 de datas, 1.349 físico-financeiros e 81 de titularidade. Destes, 171 foram posteriormente cancelados pelos beneficiários.

Os modelos de análise disponíveis em 2021 permitiram analisar 5.311 pedidos de alteração no ano, com a seguinte distribuição: 3.899 de datas, 1.300 físico-financeiros e 112 de titularidade.

Relatórios anuais dos GAL

Foi disponibilizado um módulo para suporte à elaboração dos relatórios anuais dos GAL e respetiva submissão e validação. O módulo consiste na disponibilização de um conjunto de informação para cada GAL em formato de ficheiros Excel, para inclusão nos respetivos relatórios. Adicionalmente suporta a submissão dos relatórios e o respetivo processo de validação.

❖ Instrumentos Financeiros

Os formulários e modelos de análise de suporte aos pedidos de declaração efetuados à AG, para apresentação junto das Instituições Financeiras, permitiram a submissão de 230 pedidos de declaração e a realização de 236 análises.

❖ Outros temas

Foram desenvolvidos formulários de contacto para o *frontoffice* e *backoffice* do SIPDR2020 e que integram diretamente com uma plataforma de gestão de contactos e tarefas. Esta plataforma assenta em tecnologia *open-source* e foi ela também adaptada às necessidades da AG PDR2020, permitindo a análise, gestão e resposta aos pedidos que chegam por esta via

❖ Apoio e suporte

A Área do Sistema de Informação garantiu todo o suporte às áreas operacionais da AGPDR2020 nas atividades associadas aos sistemas de informação, sendo para o efeito respeitada a metodologia de trabalho definida, quer relativa ao registo e acompanhamento de ocorrências, através da plataforma de gestão utilizada para o efeito, quer à entrada em produção de novas funcionalidades ou ajustamentos decorrentes de alterações efetuadas, como sejam carregamentos de dados, indicadores, mapas de monitorização, circuitos decisórios, notificações eletrónicas, integração de *webservices* e análise SIG (Sistema de Informação Geográfica).

A equipa da Área do Sistema de Informação participa, em conjunto com as áreas financeira e jurídica, nos procedimentos de aquisição referentes a serviços e equipamentos relacionados.

7.2 CONSTRANGIMENTOS IDENTIFICADOS NA GESTÃO DO PROGRAMA E MEDIDAS CORRETIVAS

7.2.1 Monitorização das Medidas / Operações

❖ Medida COM 01. Transferência de conhecimentos e ações de informação (Operação 2.1.1)

Em 2021 procedeu-se à alteração do regime de aplicação da Operação 2.1.1 Ações de formação, publicado através da Portaria 145/2016 de 17 de maio, no sentido de garantir a resposta pretendida com a alteração anteriormente efetuada a este diploma, que possibilitou a concretização dos planos de formação durante um período de 4 anos. Assim, com esta nova alteração, introduzida através da Portaria 186/2021, de 6 de setembro, e que estabeleceu a possibilidade dos planos de formação serem realizados até 31 de dezembro de 2022, fica assegurado que, no período de execução dos planos de formação, é compensado o tempo de perturbação do efeito de suspensão da plena execução, correspondente ao impacto das restrições excecionais e de caráter urgente decorrentes das medidas de segurança adotadas no âmbito do combate à pandemia COVID-19.

❖ Instrumentos Financeiros:

Medida COM 04. Investimentos em ativos físicos

Em junho foi estabelecida uma nova adenda ao Acordo de Financiamento entre o Fundo Europeu de Investimento (FEI) e a AG PDR2020, permitindo que o financiamento de empréstimo de Fundo de Maneio aos beneficiários cuja atividade tenha sido afetada pela pandemia, fosse prorrogado, podendo ser efetuado até 30 de junho de 2022.

Nesta adenda foi também estabelecido que as Declarações da AG PDR2020/IFAP emitidas no âmbito da Operação 3.1.3 “Investimento nas explorações agrícolas por jovens agricultores apoiado por um instrumento financeiro”, passariam a conter a informação da data de início da atividade, sendo que no caso de o beneficiário não ter a atividade aberta constaria a informação de que declaração de início de atividade deveria ser apresentada junto da instituição bancária até à data da assinatura do contrato de concessão do empréstimo.

Foram desenvolvidos os trabalhos para incorporar as alterações decorrentes da segunda adenda no formulário de pedido de Declarações da AG PDR2020/IFAP, no modelo de análise, bem como nas Declarações da AG PDR2020/IFAP a serem emitidas.

❖ **Medidas de apoio às florestas:**

Medida COM 04. Investimentos em ativos físicos (Operação 4.0.1)

Medida COM 07. Serviços básicos e renovação das aldeias em zonas rurais (Operação 8.2.1)

Medida COM 08. Investimentos no desenvolvimento das zonas florestais e na melhoria da viabilidade das florestas (Operações 8.1.1, 8.1.2, 8.1.3, 8.1.4, 8.1.5, 8.1.6, 4.0.2)

A abertura de um elevado número de anúncios no ano de 2021 e a elaboração das especificações referentes aos formulários e modelos de análise dos respetivos anúncios, provocaram alguns constrangimentos na prossecução do trabalho acometido à área de Investimento no Setor Florestal. Para minorar estes constrangimentos e atendendo à experiência adquirida na gestão operacional das medidas florestais do PDR2020, promoveram-se medidas de simplificação ao nível da escolha e ponderação dos critérios de seleção subjacentes às valias globais das operações dos anúncios, bem como a continuidade da utilização das tabelas normalizadas de custos unitários. Por outro lado, foi implementada uma verificação adicional prévia à emissão do termo de aceitação, relativa à validação da titularidade das parcelas objeto de investimento, por forma a confirmar a existência no SIP (Sistema de Identificação Parcelar) de contratos que acobrem a titularidade e a vigência da perenidade das operações florestais.

Por último, importa salientar ainda um maior acompanhamento aos técnicos analistas das DRAP no processo de análise e decisão das candidaturas, com a realização de diversas ações de formação, através de videoconferência, relativamente à apresentação dos modelos de análise dos referidos anúncios e à prestação de esclarecimentos adicionais, de forma a garantir o cumprimento dos normativos aplicáveis.

❖ **Medidas integradas no Pedido Único:**

Medida COM 10. Agroambiente e clima (Operações 7.2.1, 7.5.1, 7.9.1)

Medida COM 15. Serviços silvo ambientais e climáticos e conservação das florestas (Operação 7.10.2)

Tendo em consideração o regime de transição do Programa, em 2021 foi aberta a possibilidade de prolongamento dos compromissos por mais um ano nas Operações 7.2.1 “Produção integrada”, 7.5.1 “Uso eficiente da água” e 7.10.2 “Manutenção das galerias ripícolas”, a par da possibilidade de novo ciclo de compromissos, com um período de duração de dois anos, nas restantes operações desta natureza agroambiental e silvo ambiental no âmbito das medidas de agricultura e recursos naturais integradas no Pedido Único.

Pretendendo manter-se os benefícios ambientais obtidos, considerou-se justificável que, no ano de 2022, existisse a possibilidade de prolongar os compromissos por mais um ano nas operações anteriormente referidas, tendo-se procedido ao estabelecimento das regras através da Portaria 331/2021 de 31 de dezembro.

No âmbito desta mesma Portaria foram ainda introduzidos alguns ajustamentos relativos ao ano de 2022 para a Operação 7.9.1 “Mosaico agroflorestal”, alargando a área geográfica de aplicação, permitido a elegibilidade de culturas permanentes e aumentado o valor dos apoios, estabelecendo também a possibilidade de novas candidaturas em 2022 a esta operação, tendo o compromisso a duração de 1 ano.

7.2.2 Monitorização dos Projetos Aprovados - "Operação Limpeza"

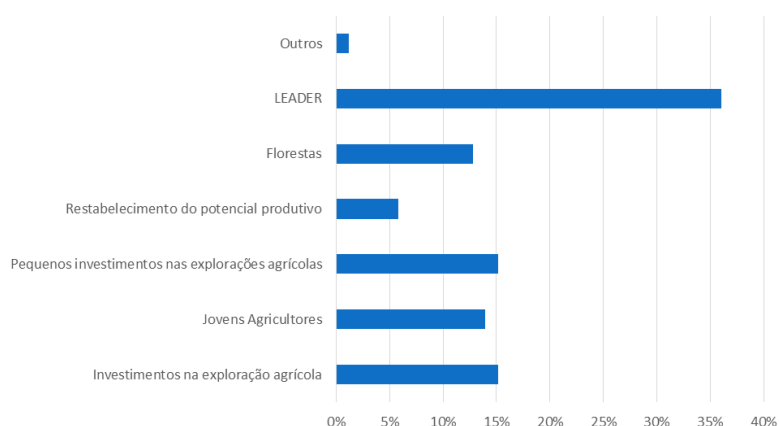
❖ Incumprimento do prazo de assinatura do termo de aceitação

No âmbito do processo de monitorização dos projetos aprovados ao abrigo do PDR2020, foram identificados os beneficiários que foram notificados pelo IFAP a propósito da disponibilização do termo de aceitação (TA), para efeito de submissão, e que não o fizeram no prazo estabelecido nem apresentaram motivo justificativo que não lhes seja imputável. Estes beneficiários foram notificados da caducidade da decisão de aprovação e as verbas que lhes estavam afetas foram libertadas para outros projetos.

Até ao final do ano, já tinham sido anulados 739 projetos por caducidade da decisão de aprovação, decorrente do **incumprimento do prazo de assinatura do TA**, representando cerca de 26.060 mil euros. No ano de 2021 foram anulados 86 projetos, representando 4.084 mil euros de despesa pública.

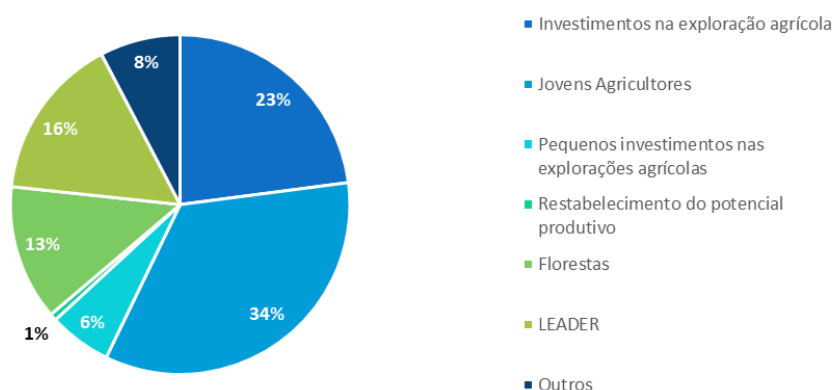
Cerca de 36% dos projetos anulados em 2021 foram aprovados no âmbito da abordagem LEADER (Operações 10.2.1.1, 10.2.1.2, 10.2.1.3, 10.2.1.4 e 10.2.1.6). Os projetos de investimento na exploração agrícola (Operações 3.2.1 e 3.2.2) representam cerca de 30% do total de projetos anulados por incumprimento do prazo de assinatura do TA.

Figura 13: Monitorização dos projetos – Nº de projetos anulados por incumprimento do prazo de assinatura do TA



Em termos de despesa pública, os 31 projetos anulados relativos às operações da abordagem LEADER correspondem a uma libertação de cerca de 639 mil euros, representando 16% do montante total libertado.

Figura 14: Monitorização dos projetos – Despesa pública libertada por incumprimento do prazo de assinatura do TA



Foi no investimento na exploração agrícola, associado à instalação de Jovens Agricultores (Operação 3.1.2), que se verificou o maior volume de verbas libertadas, cerca de 1.399 mil euros de despesa pública, representando 34% do montante total (4.084 mil euros). Quanto ao montante de 1.179 mil euros libertado pelos projetos de investimento na exploração agrícola (Operações 3.2.1 e 3.2.2), este representa cerca de 29% daquele total.

❖ Incumprimento das condicionantes estabelecidas ao termo de aceitação

Relativamente à monitorização dos projetos aprovados ao abrigo do PDR2020 que não reúnem as condições necessárias à submissão do TA, por incumprimento das condicionantes estabelecidas para esta fase no prazo estabelecido, os respetivos beneficiários foram notificados, em sede de audiência prévia, da intenção de anulação da decisão.

Até ao final do ano, já tinham sido anulados 579 projetos por **incumprimento das condicionantes ao TA**, representando cerca de 34.064 mil euros. No ano de

2021 foram anulados 123 projetos, representando 11.300 mil euros de despesa pública.

Cerca de 52% dos projetos anulados em 2021 tinham sido aprovados nas operações de investimento na exploração agrícola, associado à instalação de Jovens Agricultores (Operações 3.1.1 e 3.1.2), e 31% nas operações de investimento na exploração agrícola (Operações 3.2.1 e 3.2.2).

Figura 15: Monitorização dos projetos – N° de projetos anulados por incumprimento das condicionantes estabelecidas ao TA

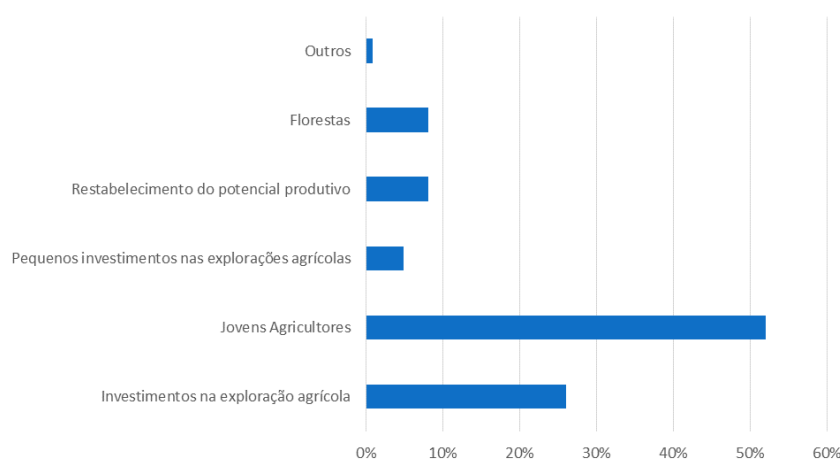
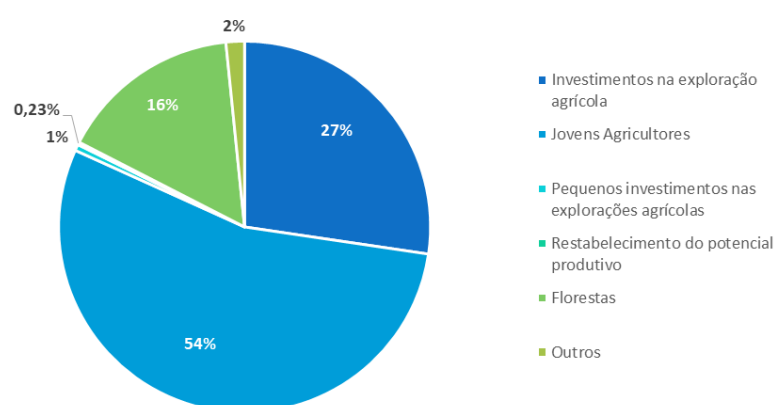


Figura 16: Monitorização dos projetos - Despesa pública libertada por incumprimento das condicionantes estabelecidas ao TA



Foi no investimento na exploração agrícola, associado à instalação de Jovens Agricultores (Operações 3.1.1 e 3.1.2), que se verificou o maior volume de verbas libertadas, cerca de 6.150 mil euros de despesa pública, representando 54% do montante total (11.300 mil euros). Quanto ao montante de 3.150 mil euros libertado pelos projetos de investimento na exploração agrícola (Operações 3.2.1 e 3.2.2), este representa cerca de 28% daquele total.

❖ Incumprimento da comprovação da titularidade da exploração

Na sequência da monitorização dos projetos que não comprovaram, previamente à submissão do TA, a titularidade da exploração através do registo no Sistema de Identificação Parcelar, os respetivos beneficiários são notificados da necessidade de proceder à retificação do parcelário e, no caso de se manter o incumprimento são notificados, em sede de audiência prévia, da intenção da Gestora de anular a decisão de aprovação.

Até ao final do ano, já tinham sido anulados 96 projetos por **incumprimento da comprovação da titularidade da exploração**, representando cerca de 7.393 mil euros. No ano de 2021 foram anulados 20 projetos, representando 1.480 mil euros de despesa pública.

Cerca de 55% dos projetos anulados em 2021 tinham sido aprovados no âmbito da Operação 3.2.1 relativa ao investimento na exploração agrícola.

Figura 17: Monitorização dos projetos – Nº de projetos anulados por incumprimento da comprovação da titularidade da exploração

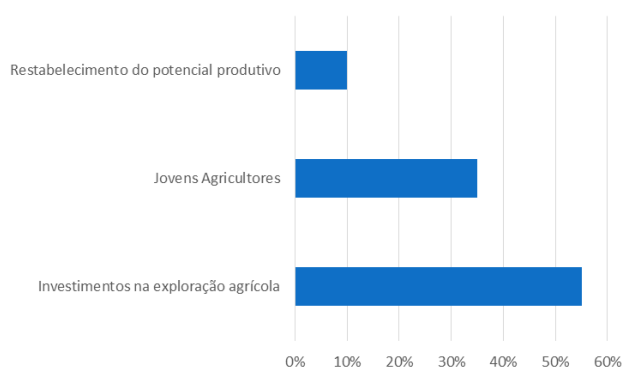
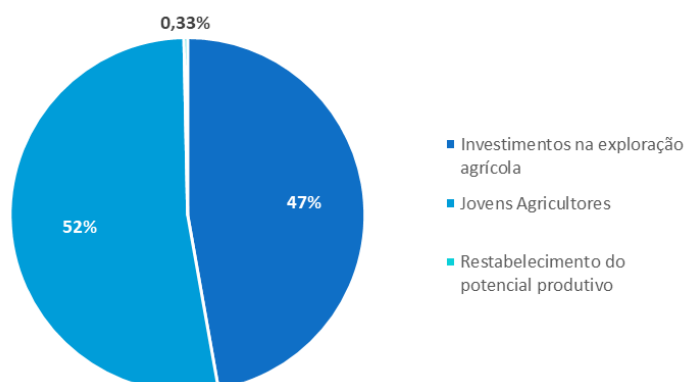


Figura 18: Monitorização dos projetos – Despesa publica libertada por incumprimento da comprovação da titularidade da exploração



Foi no investimento na exploração agrícola, associado à instalação de Jovens Agricultores (Operação 3.1.2), que se verificou o maior volume de verbas libertadas, cerca de 777 mil euros de despesa pública, representando 52% do montante total (1.480 mil euros).

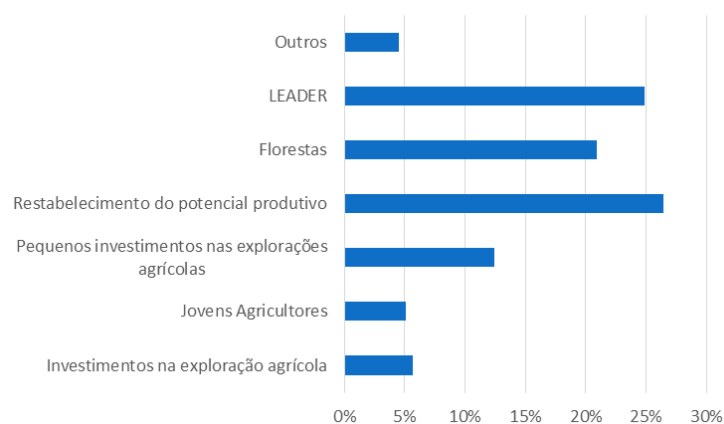
❖ **Incumprimento do prazo de início da execução**

Quanto aos projetos aprovados ao abrigo do PDR2020 que não comprovaram, no prazo regulamentar, o início da execução do investimento através da apresentação do primeiro pedido de pagamento, os respetivos beneficiários foram notificados, em sede de audiência prévia, da intenção de anulação da decisão.

Até ao final do ano, já tinham sido anulados 1.819 projetos por **incumprimento do prazo de início da execução**, representando cerca de 71.695 mil euros. No ano de 2021 foram anulados 507 projetos, libertando 20.437 mil euros de despesa pública.

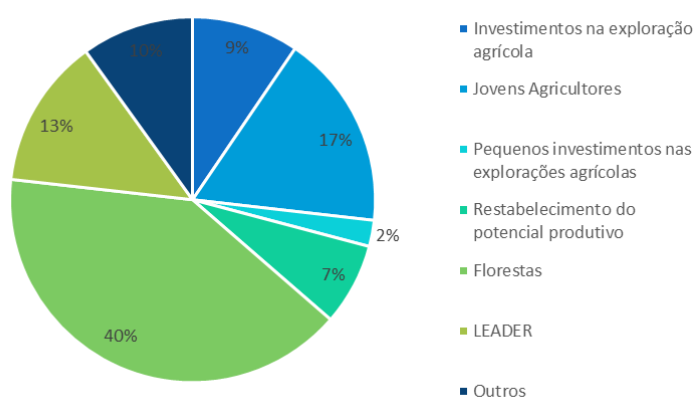
Cerca de 26% dos projetos anulados em 2021 tinham sido aprovados no âmbito da Operação 6.2.2 relativa ao restabelecimento do potencial produtivo, e 25% no âmbito da abordagem LEADER (Operações 10.2.1.1, 10.2.1.2, 10.2.1.3, 10.2.1.4 e 10.2.1.6).

Figura 19: Monitorização dos projetos – Nº de projetos anulados por incumprimento do prazo de início da execução



Em termos de despesa pública, os 134 projetos anulados relativos à Operação de restabelecimento do potencial produtivo, correspondem a uma libertação de cerca de 1.484 mil euros, representando 7% do montante total libertado.

Figura 20: Monitorização dos projetos – Despesa pública libertada por incumprimento do prazo de início da execução



Foi no investimento florestal (Operações 4.0.1, 8.1.1, 8.1.2, 8.1.3, 8.1.4, 8.1.5 e 8.1.6), que se verificou o maior volume de verbas libertadas, cerca de 8.257 mil euros de despesa pública, representando 40% do montante total (20.437 mil euros). Quanto ao montante de 3.539 mil euros libertado pelos projetos de

investimento na exploração agrícola, associados à instalação de Jovens Agricultores (Operações 3.1.1, 3.1.2 e 3.2.1), este representa 17% daquele total.

❖ Incumprimento do prazo de fim da execução

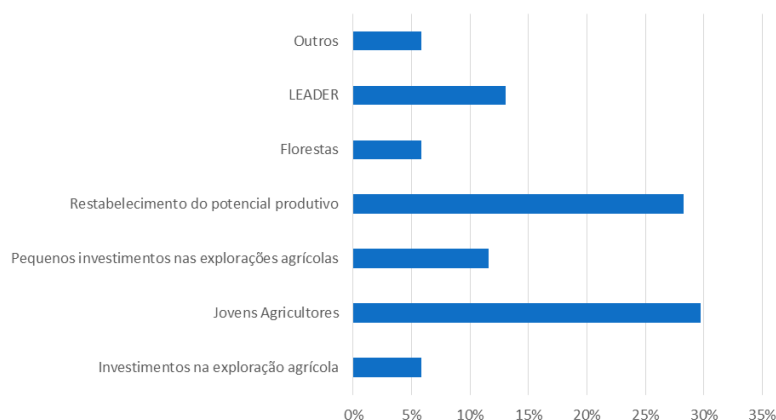
Relativamente à monitorização dos projetos aprovados ao abrigo do PDR2020 que não comprovaram, no prazo regulamentar, o fim da execução do investimento através da apresentação do último pedido de pagamento, os respetivos beneficiários foram notificados, em sede de audiência prévia, da intenção de anulação da decisão.

Caso estes beneficiários não tenham apresentado pronuncia, ou tendo apresentado a mesma não permitiu justificar o atraso na conclusão do investimento e apresentem uma taxa de execução inferior a 33,33%, foi proferida a decisão de anulação da aprovação.

Até ao final do ano, já tinham sido anulados 336 projetos **por incumprimento do prazo de fim da execução**, representando cerca de 19.376 mil euros. No ano de 2021 foram anulados 138 projetos, representando 7.700 mil euros de despesa pública.

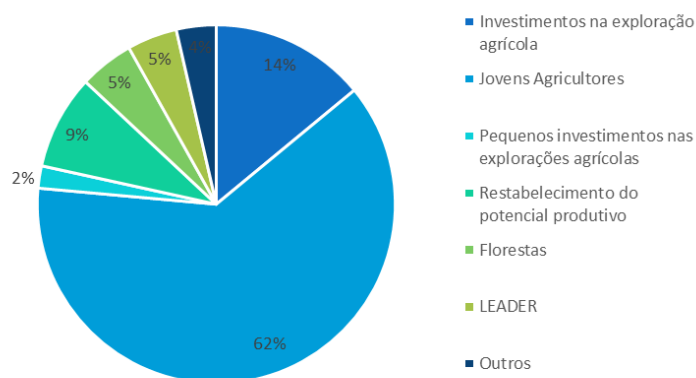
Cerca de 30% dos projetos anulados em 2021 tinham sido aprovados nas operações de investimento na exploração agrícola, associados à instalação de Jovens Agricultores (Operações 3.1.1 e 3.2.1), e 28% nos projetos de restabelecimento do potencial produtivo (Operação 6.2.2).

Figura 21: Monitorização dos projetos - Projetos anulados por incumprimento do prazo de fim da execução



Em termos de despesa pública, os 39 projetos anulados relativos à Operação de restabelecimento do potencial produtivo, correspondem a uma libertação de cerca de 655 mil euros de despesa pública, representando 9% do montante total libertado.

Figura 22: Monitorização dos projetos – Despesa pública libertada por incumprimento do prazo de fim da execução



Foi no investimento na exploração agrícola, associado à instalação de Jovens Agricultores (Operações 3.1.1 e 3.2.1), que se verificou o maior volume de verbas libertadas, cerca de 4.805 mil euros de despesa pública, representando 62% do montante total (7.700 mil euros).

8 MEDIDAS TOMADAS PARA GARANTIR O CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E DE PUBLICIDADE DO PROGRAMA

8.1 FUNCIONAMENTO E ATIVIDADES DA REDE RURAL NACIONAL

8.1.1 *Balanço da Implementação da RRN*

A Rede Rural Nacional (RRN) foi criada pelo Decreto-Lei 137/2014, de 12 de setembro, e integra os trabalhos da Rede Europeia de Desenvolvimento Rural e a Parceria Europeia para a Produtividade e Sustentabilidade Agrícolas. Abrange a totalidade do território e integra um número elevado de organizações de natureza pública e privada com atividades em vários domínios do desenvolvimento rural.

Esta rede está estruturada em 4 áreas de intervenção³² (AI) que visam dar resposta a um conjunto de solicitações dos agentes envolvidos no desenvolvimento rural do território continental de Portugal, em particular a melhoria da qualidade da execução dos programas de desenvolvimento rural, a informação do público em geral sobre as políticas implementadas e a implementar, e a promoção da inovação nos diferentes setores envolvidos, nomeadamente, agricultura, produção alimentar, florestas e nas zonas rurais.

A tipologia de atividades a desenvolver visa, normalmente através de projetos em parceria, o aprofundamento das temáticas colocadas a concurso, mediante a recolha e sistematização de informação, a capitalização e transferência de conhecimento, as ações de informação, análise e debate sobre as temáticas, a capacitação de agentes e a partilha e divulgação dos resultados alcançados. Para além das áreas temáticas relativas ao LEADER e Inovação, previstas no seu Plano de Ação, são igualmente identificadas outras áreas temáticas no âmbito dos Grupos de Trabalho Temáticos da RRN.

Durante o ano de 2021 foram lançados 4 novos anúncios para apresentação de candidaturas: 1 no âmbito AI 1 e 3 no âmbito da AI 4, com uma dotação total de 6.960 mil euros.

³² Área de intervenção 1 - Funcionamento da RRN (AI 1).

Área de intervenção 2 – Divulgação e informação tendo em vista a execução dos PDR (AI 2).

Área de intervenção 3 – Divulgação de informação e facilitação de processos para acompanhamento e avaliação das políticas de desenvolvimento rural (AI 3).

Área de intervenção 4 - Observação da agricultura e dos territórios rurais (AI 4).

No âmbito das áreas de intervenção 2 e 3 não foram abertos avisos, estando a decorrer a implementação dos projetos, embora a um ritmo mais lento do que o desejável, muito por culpa das restrições e limitações impostas pela pandemia COVID-19, que fizeram com que muitas atividades previstas, nomeadamente eventos, seminários, *workshops* e atividades de campo, não se pudessem realizar, sendo que numa primeira fase foram sendo adiadas, tendo posteriormente sido substituídas por sessões online e *webinars*.

Durante o ano de 2021 foi iniciada a Operação Limpeza para os projetos das áreas de intervenção 2, 3 e 4, que se traduziu num número elevado de “pedidos de alteração”, quer de datas, tendo em vista a conclusão das operações em data posterior à inicialmente prevista, quer físico-financeiros para ajustar os investimentos realizados, diferentes dos inicialmente previstos, motivados pela pandemia COVID-19.

A subexecução de verbas permitiu alavancar a abertura de novos avisos, nomeadamente os avisos da AI 4.

O detalhe da implementação do Plano de Ação da RRN é apresentado no ponto 5.17.2 deste relatório.

8.1.2 Balanço da Execução do Plano de Ação

O Plano de Ação da RRN foi apresentado pela Estrutura Técnica de Animação (ETA) ao Conselho de Coordenação (CC³³) que emitiu parecer vinculativo favorável, tendo o mesmo sido homologado pela gestora do PDR2020 a 20 de janeiro de 2016.

Neste âmbito, o PDR2020 apoia as atividades previstas no referido plano nas seguintes áreas de intervenção:

- Funcionamento da RRN;

³³ O CC integra a Comissão de Coordenação Nacional do FEADER (CCN) prevista no artigo 15º do Decreto-Lei nº 137/2014, de 12 de setembro, e é constituído pelo Diretor-geral do GPP, enquanto presidente da CCN, que preside; o Coordenador Nacional da Rede Rural (CNRR); um representante de cada um dos órgãos de gestão dos PDR do Continente, dos Açores e da Madeira; e um representante do OP do FEADER.

- Divulgação e informação, tendo em vista a execução dos PDR;
- Divulgação de informação e facilitação de processos para acompanhamento e avaliação dos PDR;
- Observação da agricultura e dos territórios rurais.

Assim, o trabalho da RRN é dinamizado e desenvolvido, pela ETA e/ou pelos membros que fazem parte da rede, de acordo com o Plano de Ação e respetivas áreas de intervenção, através de atividades e projetos enquadrados em Planos de Atividades para um ou mais anos.

Estes Planos de Atividades apresentam as ações e tipologia de atividades previstas para o funcionamento da RRN, assim como o conjunto de indicadores comuns de realização e de resultados, com as metas para 2021. A recolha dos indicadores relativos às atividades desenvolvidas neste âmbito é da responsabilidade da Unidade Central com sede em Lisboa, e dos pontos focais da RRN, representados nas DRAP do Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve.

A ETA também elabora Relatórios de Atividades anuais. Nestes relatórios são identificadas as principais atividades desenvolvidas pela ETA e pontos focais, no âmbito dos seguintes objetivos operacionais:

- Dinamizar o trabalho em rede e promoção da partilha e divulgação de informação e conhecimento;
- Apoiar a abordagem LEADER/DLBC e a inovação;
- Promover a partilha e divulgação de informação e conhecimento.

Os Planos e Relatórios de Atividades elaborados pela ETA estão disponíveis em

<https://www.rederural.gov.pt/rede-rural-nacional/planos-e-relatorios-de-atividades/relatorios-de-atividade>

8.2 MEDIDAS DE PUBLICIDADE DO PROGRAMA

8.2.1 Estratégia da Autoridade de Gestão

O ano de 2021 foi tempo de desafios e de superação. Foram mais 12 meses de uma crise de saúde pública que continuou a manter todos cativos de severas restrições à circulação, de resiliência perante a crise económica e financeira que a pandemia originou.

Esta crise forçou a AG PDR2020 a trilhar um caminho novo, a repensar processos há muito estabelecidos, adaptando-se a conceitos inovadores e à evolução tecnológica, e ganhando na relação que passou a estabelecer com o digital.

Duas ações de comunicação destacam-se no ano de 2021 - o início da construção de um efetivo apoio técnico aos beneficiários e a presença digital, com conteúdos inovadores, nas principais feiras de agricultura nacionais.

❖ Apoio técnico aos beneficiários | “PDR2020 em contacto consigo”

Na sequência da reestruturação do apoio técnico prestado aos beneficiários para o contacto escrito via *e-mail*, verificou-se um elevado fluxo de dados e informação, acentuado com a aceleração da implementação do regime transitório ao qual correspondem novas medidas de gestão e novas aberturas de candidaturas, o que provocou uma crescente pressão na equipa operacional, desviando-a do seu *core business*, situação que a Gestão considerou como prioritário desbloquear a partir do segundo semestre de 2020.

Tornou-se clara a urgência em implementar uma solução que abrisse a AG a outros canais de atendimento, designadamente a voz/telefone, organizando a contínua torrente de informação, fechando o ciclo de reorganização do apoio técnico ao beneficiário/consultor, automatizando as tarefas que podem ser tratadas sem intervenção humana, permitindo, quando concluído, prestar um serviço célere e de qualidade a quem contacta.

Era também nítida a premissa de que o apoio técnico a quem elabora e submete uma candidatura teria de ser, tendencialmente, encarado como uma pré-fase na vida útil de um projeto. Se antes da submissão de uma candidatura, o beneficiário/consultor contacta com a AG, e desse atendimento resulta uma

interação satisfatória, essa experiência poderá contribuir para a construção de projetos mais saudáveis - diminuindo erros e facilitando a posterior execução.

A estratégia desenhada para ir ao encontro desta necessidade recolheu, pois, conhecimento da anterior experiência, e preparou-se para as exigências de comunicação presentes e futuras.

A solução encontrada foi criar de raiz um novo apoio técnico com o foco nos beneficiários, o **“PDR2020 em contacto consigo”** que surgiu em agosto de 2021, e cuja primeira etapa de implementação percorreu todo o ano.

Os indicadores apresentados resultam de dois períodos distintos: de 1 de janeiro a 31 de julho, os pedidos de esclarecimento recebidos via *e-mail*; e de 1 de agosto a 31 de dezembro, o apoio técnico aos beneficiários, realizado na plataforma **“PDR2020 em contacto consigo”**.

Quadro 262: Publicidade – Indicadores do apoio técnico aos beneficiários

Mês	E-mails entrados	E-mails respondidos
Janeiro	578	463
Fevereiro	474	360
Março	556	393
Abril	897	744
Maió	678	554
Junho	580	437
Julho	646	643
Total	4 409	3 594

Mês	Pedidos entrados	Pedidos respondidos
Agosto	858	613
Setembro	1 104	1 147
Outubro	966	933
Novembro	997	1 155
Dezembro	1 209	1 196
Total	5 134	5 044

Observando o rácio de resoluções no sistema antigo, exclusivamente através de *e-mail* vs. na nova plataforma de contacto, verifica-se um desempenho mais eficaz e eficiente desta última: em 7 meses o sistema antigo deixou por resolver 815 questões, que correspondem a 18,5% dos *e-mails* recebidos, enquanto em 5 meses de existência a plataforma **“PDR2020 em contacto consigo”**, apenas deixou por resolver 90 questões, ou seja, cerca de 2% dos pedidos recebidos.

Os pedidos podem ter duas origens. Podem ser externos – contactos de e com o público exterior (beneficiários, consultores, e outros interessados), ou internos,

quando submetidos pelos técnicos da AG PDR2020 e das DRAP para, a título de exemplo, solicitar apoio técnico relacionado com o funcionamento do Sistema de Informação do Programa e com a análise de candidaturas e pedidos de alteração.

Quadro 263: Publicidade – Origem do apoio técnico aos beneficiários

Origem	Pedidos entrados	
Externa	4 563	89%
Interna	571	11%

Observa-se um peso substancialmente mais elevado de pedidos externos, o que não surpreende porque o número de beneficiários/consultores a solicitar pedidos de esclarecimento é substancialmente superior às dúvidas/constrangimentos internos.

❖ Comunicação digital | Website PDR2020

Desenvolvido internamente pela AG, o *website* do PDR2020 constitui um dos eixos de comunicação do Programa. A rapidez, a facilidade e o baixo custo de acesso à informação proporcionados pelo digital, bem como a possibilidade de disponibilizar imediatamente consideráveis volumes de informação, fazem deste canal um meio privilegiado de divulgação e informação.

Quadro 264: Publicidade – Indicadores de utilização do website PDR2020

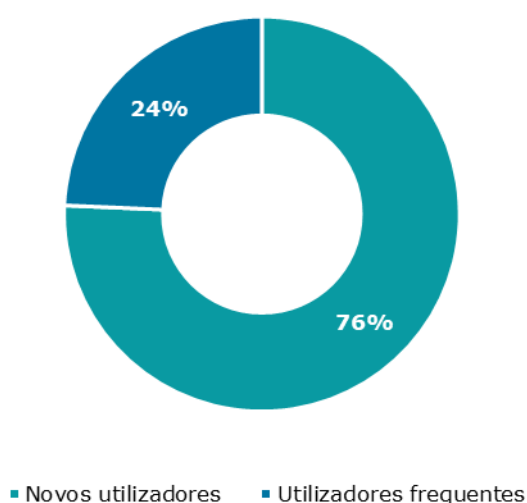
Indicadores de utilização	Nº
Sessões	3 237 773
Utilizadores (inclui novos e frequentes)	1 013 363
Visualização de página	8 334 495

Fonte: Google Analytics

Observando estes valores globais alcançados em 2021, em comparação com período homólogo de 2020, verifica-se uma ligeira subida dos indicadores de utilização do *website* (cerca de 14-18%).

Relativamente à tipologia de utilizadores, o portal oficial do PDR2020 foi capaz de captar a atenção de mais 24% de novos visitantes, quando comparado com 2020.

Figura 23: Publicidade - Tipologia de utilizadores do *website* PDR2020



Fonte: *Google Analytics*

❖ **Comunicação externa**

Em 2021, as principais **feiras de agricultura em Portugal** realizaram-se em formato digital. A 37ª OVIJEJA teve uma edição exclusivamente *online* e a Feira Nacional de Agricultura/Feira do Ribatejo associou o formato presencial, embora com menos público, ao formato *online*. Ambas, disponibilizaram uma plataforma *online* exclusivamente construída para estes certames, acessível por computador e dispositivos digitais, que permitiu uma experiência imersiva, vivendo do vivo e do direto, numa réplica digital dos espaços expositivos, com a dinâmica de versões anteriores.

Assumindo o desafio do digital, e em linha com a estratégia implementada, a AG produziu novos conteúdos para ambas as feiras, dos quais se destaca o **podcast**

“Conta-me o teu projeto PDR2020”, um formato que constituiu uma interessante ferramenta de comunicação. Trata-se de um conceito de *storytelling* que permite levar mais informação, com maior eficácia a mais públicos.

Cientes da força dos testemunhos na comunicação, a AG decidiu dar palco aos seus beneficiários e aos projetos de qualidade que o Programa ajudou a crescer. Foram produzidos 10 áudios que, para além de serem parte integrante dos *stands* virtuais do PDR2020, foram transmitidos em rádios regionais antes e durante a feira e veiculados em *websites* sobre o Programa. Os *podcasts* podem ser ouvidos no seguinte *link*:

<https://open.spotify.com/show/28PAYMQgtNLWi1D2ZkNsFO>

Figura 24: Publicidade - Comunicação externa do PDR2020



Globalmente, até ao final de dezembro de 2021, ocorreram 236 eventos que contaram com a participação da AG PDR2020, designadamente com a presença da Gestora.

❖ **Comunicação interna**

Refletindo a relevância que a AG confere ao processo comunicacional interno na consolidação da identidade da organização, releva-se a disponibilização diária do *clipping* eletrônico e a divulgação, em formato de comunicado, das mais relevantes tomadas de decisão/novos procedimentos da AG.

❖ **Espaço mediático**

A determinação do potencial mediático do PDR2020 foi realizada através da análise da informação veiculada na imprensa, televisão, rádio, meios *online* e redes sociais.

Ao longo de 2021, o PDR2020 foi mencionado em 2.999 notícias, 23 das quais publicações em redes sociais, ligeiramente inferior face a 2020.

❖ **Publicidade**

A partir de julho de 2020, o formato de investimento publicitário foi alterado. O enfoque desta mudança passou pela seleção de meios mais eficazes do ponto de vista da incidência nos seus públicos, voltando a abranger os meios regionais, e a sua publicação em páginas de texto, convivendo com áreas nobres e de maior visibilidade, abandonando as páginas de anúncio, o que conduziu, obviamente, à criação de um *layout* consentâneo com esse posicionamento.

Até ao final do ano, registaram-se 212 inserções publicitárias na imprensa escrita nacional e regional e 1 *spot* de rádio de 15'' (num total de 1.974 emissões).

❖ Participação na Rede de Comunicação Portugal 2020

A AG PDR2020 continuou a marcar presença na “Rede de Comunicação Portugal 2020”, plataforma de partilha de informação e boas práticas entre todos os responsáveis pela comunicação dos fundos que integram os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI).

No encontro realizado a 29 de junho, a AG teve a oportunidade de partilhar com os restantes membros a ação de comunicação “Conta-me o teu projeto PDR2020”, os *podcast* do Programa, por se tratar de uma iniciativa considerada inovadora por entre as práticas de comunicação habitualmente implementadas para comunicar fundos europeus.

❖ Aplicação das regras de publicitação do PDR2020 | Boas práticas

A comunicação de fundos europeus é um desafio que envolve todos os intervenientes e deve ser incentivado, com vista a uma difusão e sensibilização junto do público em geral para a adequada aplicação do FEADER. Para os beneficiários é muito importante reter que ao publicitar o apoio PDR2020 que lhes foi concedido estão, simultaneamente, a dar visibilidade ao seu projeto, a aumentar o conhecimento e a transparência sobre a ação da União Europeia, e a prestar contas da utilização de fundos públicos.

Figura 25: Publicidade - Aplicação das regras de publicitação do PDR2020



8.2.2 Estratégia dos Grupos de Ação Local

No âmbito da Medida COM 19 Apoio ao desenvolvimento local de base comunitária (DLBC) LEADER, a publicitação é uma matéria que compete quase exclusivamente aos GAL, tendo este procedimento sido incluído nas suas obrigações, conforme definido na candidatura à Operação 10.4.1 Custos de funcionamento e animação.

Para esse efeito, os GAL utilizam os próprios *sites* para disponibilizar informação sobre a Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL); calendários de abertura de concursos para apresentação de pedidos de apoio; formulários de pedidos de apoio e auxiliares de preenchimento. Esta informação é reforçada pelo *website* do PDR2020, onde a informação referente ao LEADER se encontra individualizada, assim como pelo *website* da Federação Minha Terra, sendo os 54 GAL do Continente seus associados, quer através de notícias, quer através das ligações específicas a cada GAL.

Os GAL utilizam ainda outros meios para publicitarem o seu trabalho e dinamizarem os territórios de intervenção, como por exemplo:

- Organização e/ou participação em eventos locais, através de *stands* próprios onde contactam os potenciais investidores;
- Organização e/ou participação em seminários e *workshops* temáticos, nos quais apresentam as suas estratégias locais de desenvolvimento e as medidas mais importantes para a concretização dos objetivos definidos;
- *Newsletters* próprias.

Relativamente ao material de divulgação, informação, comunicação ou sensibilização, os projetos apoiados no âmbito da Medida COM 19 deverão incluir, nos produtos de divulgação, o logo LEADER, para além dos logos do PDR2020, do Portugal 2020 e da União Europeia, conforme definido na Orientação Técnica Geral (OTG) nº 4/2015 "Guia de informação e comunicação para beneficiários". Esta OTG define igualmente, para operações com apoio público superior a 50 mil euros, que os projetos financiados pelo LEADER, bem como os próprios GAL, deverão colocar nas suas instalações uma placa explicativa do projeto que realce o apoio financeiro da União Europeia.

ANEXOS

ANEXO I – Prioridades / Domínios de incidência

P1	Fomentar a transferência de conhecimentos e a inovação nos setores agrícola e florestal e nas zonas rurais.	
	P1A	Incremento da inovação, cooperação e desenvolvimento da base de conhecimentos nas zonas rurais.
	P1B	Reforço das ligações entre a agricultura, a produção alimentar e a silvicultura e a investigação e a inovação, inclusive na perspectiva de uma melhor gestão e desempenho ambientais
	P1C	Incentivo da aprendizagem ao longo da vida e da formação profissional nos setores agrícola e florestal
P2	Aumentar a competitividade e a viabilidade das explorações agrícolas, todos os tipos de agricultura, em todas as regiões, e promover tecnologias agrícolas inovadoras e a gestão sustentável das florestas.	
	P2A	Melhoria do desempenho económico de todas as explorações agrícolas e facilitação da reestruturação e modernização das explorações agrícolas, tendo em vista nomeadamente aumentar a participação no mercado e a orientação para esse mesmo mercado, assim como a diversificação agrícola
	P2B	Facilitação da entrada de agricultores com qualificações adequadas no setor agrícola, em particular, da renovação geracional
P3	Promover a organização da cadeia alimentar, incluindo a transformação e comercialização dos produtos agrícolas, o bem-estar animal e a gestão de riscos na agricultura	
	P3A	Aumento da competitividade dos produtores primários mediante a sua melhor integração na cadeia agroalimentar através de regimes de qualidade, do acréscimo de valor aos produtos agrícolas, da promoção em mercados locais e circuitos de abastecimento curtos, dos agrupamentos e organizações de produtores e das organizações interprofissionais
	P3B	Apoio à prevenção e à gestão de riscos nas explorações agrícolas
P4	Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas dependentes da agricultura e das florestas	
	P4A	Restauração, preservação e reforço da biodiversidade, inclusivamente nas zonas «Natura 2000», e nas zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras condicionantes específicas, e nos sistemas agrários de EVN, bem como do estado das paisagens europeias
	P4B	Melhoria da gestão da água, dos adubos e dos pesticidas
	P4C	Prevenção da erosão e melhoria da gestão dos solos
P5	Promover a utilização eficiente dos recursos e apoiar a passagem para uma economia hipocarbónica e resiliente às alterações climáticas nos setores agrícola, alimentar e florestal	
	P5A	Aumento da eficiência na utilização da água pelo setor agrícola
	P5B	Aumento da eficiência na utilização da energia no setor agrícola e na indústria alimentar
	P5C	Facilitação do fornecimento e a utilização de fontes de energia renováveis, de subprodutos, resíduos e desperdícios, e de outras matérias-primas não alimentares, para promover a bioeconomia
	P5E	Promoção da conservação e do sequestro de carbono na agricultura e na silvicultura
P6	Promover a inclusão social, a redução da pobreza e o desenvolvimento económico das zonas rurais	
	P6B	Fomento do desenvolvimento local nas zonas rurais

ANEXO II – Legislação nacional

Medida COM	SubMedida COM / Operação PDR2020			Legislação de implementação
M01	1.1	2.1.1	Ações de formação	Portaria 186/2021 de 6 de setembro Portaria 236/2019 de 26 de julho Portaria 303/2018 de 26 de novembro Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro Portaria 249/2016 de 15 de setembro Portaria 145/2016 de 17 de maio
		2.1.4	Ações de informação	Portaria 303/2018 de 26 de novembro Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro Portaria 249/2016 de 15 de setembro Portaria 165/2015 de 3 de junho
M02	2.1	2.2.1	Apoio ao fornecimento de serviços de aconselhamento agrícola e florestal	Portaria 125-A/2020 de 25 de maio Portaria 109/2019 de 11 de abril
	2.2	2.2.2	Apoio à criação de serviços de aconselhamento	Portaria 303/2018 de 26 de novembro Portaria 92/2018 de 2 de abril
	2.3	2.2.3	Apoio à formação de conselheiros das entidades prestadoras do serviço de aconselhamento	Portaria 343/2017 de 10 de novembro Portaria 324-A/2016 de 19 de dezembro
M04	4.1	3.1.2	Investimento de jovens agricultores na exploração agrícola	Portaria 328-C/2021 de 30 de dezembro Portaria 303/2018 de 26 de novembro Portaria 225/2018 de 6 de agosto Portaria 118/2018 de 30 de abril
		3.1.3	Investimento de Jovens Agricultores na exploração agrícola apoiado por um instrumento financeiro	—
		3.2.1	Investimento na exploração agrícola	Declaração de Retificação 13/2021 de 28 de abril Portaria 91/2021 de 23 de abril Portaria 303/2018 de 26 de novembro Portaria 206/2018 de 11 de julho Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro Portaria 184/2017 de 31 de maio Portaria 36/2017 de 23 de janeiro Portaria 303-A/2016 de 5 de dezembro Portaria 301-B/2016 de 30 de novembro Portaria 249/2016 de 15 de setembro Portaria 230/2014 de 11 de novembro
		3.2.2	Pequeno investimento na exploração agrícola	Portaria 73/2021 de 30 de março Portaria 218/2019 de 11 de julho Portaria 303/2018 de 26 de novembro Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro Portaria 34/2018 de 24 de janeiro Portaria 213-A/2017 de 19 de julho Portaria 249/2016 de 15 de setembro Portaria 107/2015 de 13 de abril
		3.2.3	Investimento nas explorações agrícolas apoiado por um instrumento financeiro	—
		3.3.1	Investimento, transformação e comercialização de produtos agrícolas	Declaração de Retificação 13/2021 de 28 de abril Portaria 91/2021 de 23 de abril Portaria 303/2018 de 26 de novembro Portaria 206/2018 de 11 de julho Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro Portaria 184/2017 de 31 de maio Portaria 36/2017 de 23 de janeiro Portaria 303-A/2016 de 5 de dezembro Portaria 301-B/2016 de 30 de novembro Portaria 249/2016 de 15 de setembro Portaria 230/2014 de 11 de novembro
	4.2	3.3.2	Pequeno investimento em transformação e comercialização de produtos agrícolas	Portaria 73/2021 de 30 de março Portaria 303/2018 de 26 de novembro Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro Portaria 34/2018 de 24 de janeiro Portaria 213-A/2017 de 19 de julho Portaria 249/2016 de 15 de setembro Portaria 107/2015 de 13 de abril
		3.3.3	Investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas apoiado por um instrumento financeiro	—
		4.0.1	Investimentos em produtos florestais identificados como agrícolas no Anexo I do Tratado	Portaria 139/2019 de 10 de maio Portaria 303/2018 de 26 de novembro Portaria 61-A/2018 de 28 de fevereiro Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro Portaria 249/2016 de 15 de setembro Portaria 150/2016 de 25 de maio
	4.3	3.4.1	Desenvolvimento do regadio eficiente	Portaria 67/2020 de 11 de março Portaria 303/2018 de 26 de novembro Portaria 202/2018 de 11 de julho Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro Portaria 106/2017 de 10 de março Portaria 229/2016 de 26 de agosto
		3.4.2	Melhoria da eficiência dos regadios existentes	Portaria 47/2020 de 21 de fevereiro Portaria 303/2018 de 26 de novembro Portaria 202/2018 de 11 de julho Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro Portaria 189/2017 de 7 de junho Portaria 249/2016 de 15 de setembro Portaria 201/2015 de 10 de julho
	4.3	3.4.3	Drenagem e estruturação fundiária	Portaria 67/2020 de 11 de março Portaria 303/2018 de 26 de novembro Portaria 202/2018 de 11 de julho Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro Portaria 106/2017 de 10 de março Portaria 229/2016 de 26 de agosto
	4.4	7.11.1	Investimentos não produtivos	Portaria 303/2018 de 26 de novembro Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro Portaria 249/2016 de 15 de setembro Portaria 261/2015 de 27 de agosto

Medida COM	SubMedida COM / Operação PDR2020			Legislação de implementação
M05	5.1	6.2.1.	Prevenção de calamidades e catástrofes naturais	Portaria 72-D/2019 de 6 de março
	5.2	6.2.2.	Restabelecimento do potencial produtivo	Portaria 303/2018 de 26 de novembro Portaria 294-A/2018 de 31 de outubro Portaria 270/2018 de 28 de setembro Portaria 232-B/2018 de 20 de agosto Portaria 204/2018 de 11 de julho Portaria 88-A/2018 de 28 de março Portaria 73-A/2018 de 12 de março Portaria 51-A/2018 de 19 de fevereiro Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro Portaria 9/2018 de 5 de janeiro Portaria 372-A/2017 de 14 de dezembro Portaria 364-B/2017 de 6 de dezembro Portaria 342-A/2017 de 9 de novembro
				Portaria 260-A/2017 de 23 de agosto Portaria 223-A/2017 de 21 de julho Portaria 56/2016 de 28 de março Portaria 199/2015 de 6 de julho
M06	6.1	3.1.1	Jovens agricultores	Portaria 328-C/2021 de 30 de dezembro Portaria 203/2018 de 11 de julho Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro Portaria 8/2018 de 5 de janeiro Portaria 283/2017 de 25 de setembro Portaria 85-A/2017 de 24 de fevereiro Portaria 2/2017 de 2 de janeiro Portaria 249/2016 de 15 de setembro Portaria 31/2015 de 12 de fevereiro
M07	7.4	8.2.1	Gestão de recursos cinegéticos	Portaria 303/2018 de 26 de novembro Portaria 90/2018 de 29 de março
		8.2.2	Gestão de recursos aquícolas	Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro Portaria 249/2016 de 15 de setembro Portaria 188/2016 de 13 de julho
M08	8.1	8.1.1	Florestação terras agrícolas e não-agrícolas	Portaria 281-A/2020 de 9 de dezembro Portaria 88-D de 6 de abril Portaria 76-A/2020 de 18 de março Portaria 226/2019 de 19 de julho Portaria 225/2019 de 19 de julho Portaria 42-A/2019 de 30 de janeiro Portaria 303/2018 de 26 de novembro Portaria 205/2018 de 11 de julho
	8.2	8.1.2	Instalação de sistemas agroflorestais	Portaria 111-A/2018 de 27 de abril Portaria 89/2018 de 29 de março Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro Portaria 25/2017 de 13 de janeiro Portaria 249/2016 de 15 de setembro Portaria 394/2015 de 3 de novembro Portaria 274/2015 de 8 de setembro
	8.3	8.1.3	Prevenção da floresta contra agentes bióticos e abióticos	Portaria 281-A/2020 de 9 de dezembro Portaria 88-D de 6 de abril Portaria 76-A/2020 de 18 de março Portaria 227/2019 de 19 de julho Portaria 226/2019 de 19 de julho Portaria 42-B/2019 de 30 de janeiro Portaria 303/2018 de 26 de novembro Portaria 237-B/2018 de 28 de agosto
	8.4	8.1.4	Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou acontecimentos catastróficos	Portaria 111-A/2018 de 27 de abril Portaria 105-A/2018 de 18 de abril Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro Portaria 15-C/2018 de 12 de janeiro Portaria 249/2016 de 15 de setembro Portaria 233/2016 de 29 de agosto Portaria 134/2015 de 18 de maio
	8.5	8.1.5	Melhoria da resiliência e do valor ambiental das florestas	Portaria 281-A/2020 de 9 de dezembro Portaria 88-D de 6 de abril Portaria 76-A/2020 de 18 de março Portaria 226/2019 de 19 de julho Portaria 225/2019 de 19 de julho Portaria 42-A/2019 de 30 de janeiro Portaria 303/2018 de 26 de novembro Portaria 205/2018 de 11 de julho
	8.6	8.1.6	Melhoria do valor económico das florestas	Portaria 111-A/2018 de 27 de abril Portaria 89/2018 de 29 de março Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro Portaria 249/2016 de 15 de setembro Portaria 394/2015 de 3 de novembro Portaria 274/2015 de 8 de setembro
		4.0.2	Valorização dos recursos florestais	Portaria 139/2019 de 10 de maio Portaria 303/2018 de 26 de novembro Portaria 61-A/2018 de 28 de fevereiro Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro Portaria 249/2016 de 15 de setembro Portaria 150/2016 de 25 de maio
M09	9.1	5.1.1	Criação de agrupamentos e organizações de produtores	Portaria 317/2021 de 23 de dezembro Portaria 254-A/2016 de 26 de setembro Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro

Medida COM	SubMedida COM / Operação PDR2020			Legislação de implementação
M10	10.1	7.2.1	Produção integrada	Portaria 331/2021 de 31 de dezembro Portaria 45-A/2021 de 26 de fevereiro Portaria 298/2020 de 23 de dezembro Portaria 407-A/2019 de 23 de dezembro Portaria 144/2018 de 21 de maio Portaria 91/2018 de 2 de abril Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro Portaria 338-A/2016 de 28 de dezembro Portaria 4/2016 de 18 de janeiro Portaria 374/2015 de 20 de outubro Portaria 173-B/2015 de 8 de junho Portaria 154-A/2015 de 27 de maio
		7.3.2	Pagamentos Rede Natura - Apoios zonais de carácter agroambiental	Portaria 331/2021 de 31 de dezembro Portaria 298/2020 de 23 de dezembro Portaria 407-A/2019 de 23 de dezembro Portaria 144/2018 de 21 de maio Portaria 91/2018 de 2 de abril Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro Portaria 338-A/2016 de 28 de dezembro Portaria 154-B/2016 de 31 de maio Portaria 4/2016 de 18 de janeiro Portaria 374/2015 de 20 de outubro Portaria 173-B/2015 de 8 de junho Portaria 154-A/2015 de 27 de maio Portaria 151/2015 de 26 de maio Portaria 56/2015 de 27 de fevereiro
		7.4.1	Conservação do solo - Sementeira direta ou mobilização na linha	Portaria 331/2021 de 31 de dezembro Portaria 298/2020 de 23 de dezembro Portaria 407-A/2019 de 23 de dezembro Portaria 144/2018 de 21 de maio
		7.4.2	Conservação do solo - Envolvimento da entrelinha de culturas permanentes	Portaria 91/2018 de 2 de abril Portaria 338-A/2016 de 28 de dezembro Portaria 4/2016 de 18 de janeiro
		7.5.1	Uso eficiente da água	Portaria 374/2015 de 20 de outubro Portaria 352/2015 de 13 de outubro Portaria 173-B/2015 de 8 de junho
		7.6.1	Culturas permanentes tradicionais	Portaria 331/2021 de 31 de dezembro Portaria 298/2020 de 23 de dezembro Portaria 407-A/2019 de 23 de dezembro
		7.6.2	Culturas permanentes tradicionais - Douro Vinhateiro	Portaria 144/2018 de 21 de maio Portaria 91/2018 de 2 de abril
		7.7.1	Pastoreio extensivo - Apoio à manutenção de lameiros de alto valor natural	Portaria 338-A/2016 de 28 de dezembro Portaria 4/2016 de 18 de janeiro
	10.1	7.7.2	Pastoreio extensivo - Apoio à manutenção de sistemas agro-silvo-pastoris sob montado	Portaria 374/2015 de 20 de outubro Portaria 352/2015 de 13 de outubro Portaria 173-B/2015 de 8 de junho
		7.7.3	Pastoreio extensivo - Apoio à proteção do lobo-ibérico	Portaria 154-A/2015 de 27 de maio Portaria 50/2015 de 25 de fevereiro
		7.8.1	Recursos genéticos - Manutenção de raças autóctones em risco	Portaria 298/2020 de 23 de dezembro Portaria 36-B/2020 de 3 de fevereiro Portaria 407-A/2019 de 23 de dezembro Portaria 144/2018 de 21 de maio Portaria 91/2018 de 2 de abril Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro Portaria 90/2017 de 1 de março Portaria 338-A/2016 de 28 de dezembro Portaria 4/2016 de 18 de janeiro Portaria 374/2015 de 20 de outubro Portaria 162/2015 de 1 de junho Portaria 55/2015 de 27 de fevereiro
		7.9.1	Mosaico agroflorestal	Portaria 331/2021 de 31 de dezembro Portaria 298/2020 de 23 de dezembro Portaria 407-A/2019 de 23 de dezembro Portaria 144/2018 de 21 de maio Portaria 91/2018 de 2 de abril
	10.2	7.12.1	Apoio agroambiental à apicultura	Portaria 338-A/2016 de 28 de dezembro Portaria 4/2016 de 18 de janeiro Portaria 374/2015 de 20 de outubro Portaria 352/2015 de 13 de outubro Portaria 173-B/2015 de 8 de junho
		7.8.3	Recursos genéticos - Conservação e melhoramento de recursos genéticos animais	Portaria 36-B/2020 de 3 de fevereiro Portaria 303/2018 de 26 de novembro Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro Portaria 73/2017 de 21 de fevereiro Portaria 338-A/2016 de 28 de dezembro Portaria 249/2016 de 15 de setembro Portaria 170/2016 de 16 de junho Portaria 268/2015 de 1 de setembro
		7.8.4	Recursos genéticos - Conservação e melhoramento de recursos genéticos vegetais	Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro Portaria 166/2017 de 19 de maio Portaria 4/2016 de 18 de janeiro Portaria 374/2015 de 20 de outubro
M11	11.1	7.1.1	Conversão para agricultura biológica	Portaria 331/2021 de 31 de dezembro Portaria 45-A/2021 de 26 de fevereiro Portaria 298/2020 de 23 de dezembro Portaria 407-A/2019 de 23 de dezembro Portaria 144/2018 de 21 de maio Portaria 91/2018 de 2 de abril Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro
	11.2	7.1.2	Manutenção em agricultura biológica	Portaria 338-A/2016 de 28 de dezembro Portaria 4/2016 de 18 de janeiro Portaria 374/2015 de 20 de outubro Portaria 173-B/2015 de 8 de junho Portaria 154-A/2015 de 27 de maio

Medida COM	SubMedida COM / Operação PDR2020			Legislação de implementação
M12	12.1	7.3.1	Pagamentos Rede Natura - Pagamento natura	Portaria 331/2021 de 31 de dezembro Portaria 298/2020 de 23 de dezembro Portaria 144/2018 de 21 de maio Portaria 91/2018 de 2 de abril Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro Portaria 338-A/2016 de 28 de dezembro Portaria 154-B/2016 de 31 de maio Portaria 4/2016 de 18 de janeiro Portaria 374/2015 de 20 de outubro Portaria 173-B/2015 de 8 de junho Portaria 154-A/2015 de 27 de maio Portaria 151/2015 de 26 de maio Portaria 56/2015 de 27 de fevereiro
M13	13.1	9.0.1	Zonas de montanha	Portaria 332/2019 de 24 de setembro Portaria 6/2019 de 4 de janeiro Portaria 5/2019 de 4 de janeiro
	13.2	9.0.2	Zonas, que não são de montanha, sujeitas a condicionantes naturais significativas	Portaria 144/2018 de 21 de maio Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro Portaria 338-A/2016 de 28 de dezembro
	13.3	9.0.3	Zonas sujeitas a condicionantes específicas	Portaria 374/2015 de 20 de outubro Portaria 24/2015 de 9 de fevereiro Portaria 22/2015 de 5 de fevereiro
M15	15.1	7.10.1	Manutenção de habitats do lince-ibérico	-
		7.10.2	Manutenção e recuperação de galerias ripícolas	Portaria 331/2021 de 31 de dezembro Portaria 298/2020 de 23 de dezembro Portaria 407-A/2019 de 23 de dezembro Portaria 4/2016 de 18 de janeiro Portaria 154-A/2015 de 27 de maio Portaria 144/2015 de 22 de maio Portaria 58/2015 de 2 de março
	15.2	7.8.5	Conservação e melhoramento de recursos genéticos florestais	Portaria 232/2019 de 24 de julho Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro Portaria 4/2016 de 18 de janeiro Portaria 374/2015 de 20 de outubro Portaria 162/2015 de 1 de junho
M16	16.1	1.0.1	Grupos operacionais	Portaria 190/2021 de 13 de setembro Portaria 303/2018 de 26 de novembro Portaria 55/2018 de 22 de fevereiro Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro Portaria 249/2016 de 15 de setembro Portaria 123/2016 de 4 de maio Portaria 402/2015 de 9 de novembro Portaria 324/2015 de 1 de outubro
	16.4	5.2.1	Interprofissionais	Portaria 303/2018 de 26 de novembro Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro Portaria 249/2016 de 15 de setembro Portaria 381/2015 de 23 de outubro
M17	17.1	6.1.1	Seguros	Portaria 204/2021 de 7 de outubro Portaria 63/2020 de 9 de março Portaria 46/2018 de 12 de dezembro Portaria 286-B/2016 de 9 de novembro Portaria 172/2016 de 20 de junho Portaria 18/2015 de 2 de fevereiro
	17.2	6.3.1	Fundo mutualista de calamidades	-
M19	19.1	10.1.1	Preparação e reforço das capacidades, formação e ligação em rede dos GAL	Portaria 245/2015 de 14 de agosto
	19.2	10.2.1	Implementação das estratégias de desenvolvimento local	Portaria 187/2021 de 7 de setembro Portaria 107/2020 de 4 de maio Portaria 338/2019 de 30 de setembro Portaria 250/2019 de 8 de agosto Portaria 133/2019 de 9 de maio Portaria 303/2018 de 26 de novembro Portaria 214/2018 de 18 de julho Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro Portaria 238/2017 de 28 de julho Portaria 249/2016 de 15 de setembro Portaria 152/2016 de 25 de maio
	19.3	10.3.1	Cooperação interterritorial e transnacional dos grupos de ação local	Portaria 309/2019 de 16 de setembro Portaria 303/2018 de 26 de novembro Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro Portaria 257/2017 de 7 de agosto Portaria 313-A/2016 de 12 de dezembro
	19.4	10.4.1	Custos de funcionamento e animação	Portaria 265/2021 de 24 de novembro Portaria 303/2018 de 26 de novembro Portaria 124/2016 de 4 de maio Portaria 418/2015 de 10 de dezembro
M20	Assistência técnica - Outros			Portaria 108/2015 de 14 de abril
	Rede Rural Nacional (RRN)			Portaria 51/2021 de 5 de março Portaria 157/2016 de 7 de junho Portaria 212/2015 de 17 de julho
M113	Reforma antecipada			-
M21	Apoio temporário excecional aos agricultores e às PME afetados pela crise da COVID-19			Portaria 123-A/2021 de 18 de junho Portaria 115-A/2021 de 28 de Maio Portaria 268/2020 de 18 de novembro

ANEXO III – Indicadores de monitorização financeira

Medidas COM	2A		2B		3A		3B		P4	
	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER
01 Conhecimento	4 378	3 701							1 172	938
02 Serviços de aconselhamento			3 029	2 260	0	0	209	163	3 618	2 394
04 Investimentos em ativos físicos	630 604	533 080			12 999	10 758			83 613	69 973
04 EURI - Investimentos em ativos físicos	221	221								
05 Restabelecimento do potencial agrícola							27 462	22 312		
06 Desenvolvimento das explorações agrícolas e das empresas			101 142	89 593						
06 EURI - Desenvolvimento das explorações agrícolas e das empresas										
07 Serviços básicos e renovação das aldeias em zonas rurais										
08 Investimentos nas zonas florestais	36 059	30 256			976	777			124 005	102 488
09 Agrupamentos e organizações de produtores					1 800	1 500				
10 Agroambiente e clima									831 982	692 258
11 Agricultura biológica									242 878	213 503
11 EURI - Agricultura biológica									62 123	62 123
12 Natura 2000 e Diretiva-Quadro da Água									62 256	51 042
13 Zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras condicionantes	292 075	249 126							193 241	164 838
15 Serviços silvoambientais e climáticos e conservação das florestas									194	158
16 Cooperação	11 475	10 238			2 732	2 320			4 421	3 760
16 EURI - Cooperação										
17 Gestão de riscos							69 436	56 964		
19 Apoio ao desenvolvimento local de base comunitária (DLBC) LEADER										
20 Assistência técnica Estados-Membros										
21 Apoio temporário aos agricultores e às PME afetados pela crise da COVID-19	12 350	9 978								
97 113 - Reforma antecipada										
TOTAL	986 940	836 379	104 172	91 853	18 507	15 355	97 107	79 438	1 547 380	1 301 352
<i>Dos quais EURI</i>	221	221							62 123	62 123

Mil Euros

Medidas COM	5A		5B		5C		5E		6B		TOTAL	
	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER
01 Conhecimento	122	106	88	76			1 490	1 232	2	2	7 251	6 054
02 Serviços de aconselhamento							620	318			7 476	5 136
04 Investimentos em ativos físicos	185 948	149 593	33 589	27 551	18 903	15 358					965 655	806 314
04 EURI - Investimentos em ativos físicos											221	221
05 Restabelecimento do potencial agrícola											27 462	22 312
06 Desenvolvimento das explorações agrícolas e das empresas											101 142	89 593
06 EURI - Desenvolvimento das explorações agrícolas e das empresas												
07 Serviços básicos e renovação das aldeias em zonas rurais									1 387	1 137	1 387	1 137
08 Investimentos nas zonas florestais			67	57	238	199	162 843	137 245			324 188	271 021
09 Agrupamentos e organizações de produtores											1 800	1 500
10 Agroambiente e clima	14 703	12 167					13 274	11 052			859 959	715 478
11 Agricultura biológica											242 878	213 503
11 EURI - Agricultura biológica											62 123	62 123
12 Natura 2000 e Diretiva-Quadro da Água											62 256	51 042
13 Zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras condicionantes							241 557	206 052	241 556	206 051	968 429	826 067
15 Serviços silvoambientais e climáticos e conservação das florestas											194	158
16 Cooperação	1 142	999	440	360	509	437	2 532	2 123	121	104	23 371	20 343
16 EURI - Cooperação												
17 Gestão de riscos											69 436	56 964
19 Apoio ao desenvolvimento local de base comunitária (DLBC) LEADER									109 097	94 406	109 097	94 406
20 Assistência técnica Estados-Membros											71 162	57 973
21 Apoio temporário aos agricultores e às PME afetados pela crise da COVID-19											12 350	9 978
97 113 - Reforma antecipada											670	569
TOTAL	201 915	162 866	34 184	28 043	19 650	15 995	422 316	358 023	352 164	301 699	3 856 165	3 249 546
<i>Dos quais EURI</i>											62 344	62 344

ANEXO IV - Execução das ELD (por GAL)

Medida 19.2 - Execução das ELD (por GAL) – Resumo

mil euros

Grupos de Ação Local	Programação ELD		Concursos		Candidaturas Entradas		Candidaturas Aprovadas				Candidaturas Contratadas				Total Pago		
	Despesa Pública	FEADER	N.º	Dotação (DP)	N.º	Invest. Proposto	N.º	Invest. Proposto	Despesa Pública	FEADER	N.º	Invest. Proposto	Despesa Pública	FEADER	N.º	Desp. pública	FEADER
A2S	3 357	2 534	37	6 760	173	15 008	125	11 496	3 271	2 470	109	9 995	2 892	2 230	105	1 769	1 343
AD ELO	3 841	3 295	18	5 941	217	10 354	183	8 343	3 279	2 817	162	7 170	2 527	2 229	170	1 819	1 576
ADAE	2 390	2 037	28	5 384	68	6 149	48	4 026	1 433	1 224	37	2 786	977	849	32	508	438
ADD	3 353	2 869	23	5 628	283	14 837	126	7 743	3 141	2 687	115	7 388	2 864	2 502	113	1 621	1 397
ADDLAP	3 700	3 153	21	6 472	171	9 983	99	7 379	3 201	2 725	76	5 306	2 347	2 019	80	1 526	1 305
ADER-AL	5 092	4 353	22	9 715	382	22 158	259	11 607	4 270	3 650	185	8 483	2 958	2 577	210	2 519	2 166
ADERE 2020 (VICENTINA)	2 437	2 075	35	6 192	149	8 993	96	4 771	1 884	1 605	43	2 472	879	752	50	565	484
ADERES	1 892	1 609	33	6 183	74	7 188	28	2 598	1 145	974	25	1 836	762	669	16	223	190
ADER-SOUSA	3 058	2 606	19	5 403	140	9 834	111	7 117	2 860	2 434	63	5 625	1 965	1 729	69	1 128	966
ADIBER	2 344	1 992	20	4 280	81	6 514	17	1 981	751	638	12	1 439	464	409	10	176	150
ADICES	3 457	2 943	32	9 377	157	12 497	84	6 850	2 787	2 373	65	5 436	2 216	1 909	59	951	813
ADIRN	3 323	2 832	18	5 633	126	10 483	60	6 079	2 601	2 218	57	5 481	2 166	1 876	49	1 064	912
ADL	4 914	4 188	32	9 450	199	15 066	128	9 434	3 417	2 916	91	7 671	2 782	2 432	90	1 617	1 386
ADRACES	3 485	2 968	23	6 539	142	11 338	87	6 635	2 520	2 147	76	5 585	2 114	1 848	53	806	691
ADRAT	4 828	4 117	20	8 383	387	22 674	195	10 497	3 907	3 334	146	9 629	3 568	3 134	148	2 293	1 962
ADREPES	3 391	2 560	28	7 391	167	11 939	123	8 604	2 507	1 896	93	6 125	1 956	1 539	98	1 369	1 043
ADRIL	4 935	4 214	26	7 567	299	21 781	132	9 523	3 749	3 205	114	6 967	2 662	2 322	106	1 363	1 177
ADRI MAG	3 707	3 153	25	6 645	173	11 988	103	8 293	3 339	2 841	64	5 123	1 891	1 648	77	1 340	1 141
ADRI MINHO	3 316	2 824	14	4 382	153	10 277	101	6 615	2 603	2 218	80	6 134	2 426	2 107	82	1 177	1 007
ADRI TEM	3 150	2 679	22	6 017	66	6 323	48	4 221	2 389	2 032	37	3 007	1 425	1 186	31	463	396
ADRU SE	3 163	2 699	14	4 761	114	8 673	70	6 486	2 837	2 421	73	6 422	2 747	2 379	63	1 422	1 219
ALTO OESTE	2 605	2 218	21	5 105	92	8 654	60	4 989	1 704	1 453	52	3 606	1 191	1 054	48	534	458
APRODER	2 766	2 357	26	5 609	187	11 991	118	5 928	2 149	1 833	77	4 764	1 706	1 488	81	1 135	970
ATAHCA	4 072	3 480	14	5 361	182	13 428	125	8 865	3 610	3 088	96	5 999	2 333	2 067	110	2 006	1 724
AVEIRO NORTE	2 347	1 995	30	7 489	45	4 245	27	2 965	1 692	1 438	12	1 182	495	427	12	233	198
AVEIRO SUL	2 815	2 395	21	5 169	152	10 470	96	6 715	2 561	2 180	56	4 993	1 878	1 611	60	895	763
AXXI	3 601	3 083	28	6 251	165	11 464	111	7 785	2 938	2 520	89	5 912	2 238	1 962	91	1 566	1 353
BAIXO OESTE	3 196	2 725	20	5 494	122	11 897	76	6 087	2 368	2 020	65	3 193	1 173	1 033	66	823	708
BEIRA DOURO	3 725	3 170	14	5 943	321	17 484	157	8 731	3 511	2 988	103	6 958	2 688	2 330	106	1 519	1 295
CHARNECA	2 956	2 522	19	5 679	133	14 216	79	7 827	2 781	2 373	70	6 754	2 355	2 044	65	1 375	1 178
COIMBRA MAIS FUTURO	2 469	2 105	33	6 537	183	7 240	105	3 841	1 548	1 308	66	2 530	846	738	66	538	464
CORANE	3 811	3 256	19	5 693	388	20 317	185	8 741	3 151	2 696	110	6 171	2 294	2 010	127	1 723	1 482
DESTÊQUE	4 093	3 488	13	4 946	258	14 990	149	8 506	3 251	2 772	96	5 880	2 173	1 945	107	1 305	1 118
DOLMEN	4 299	3 656	21	6 713	225	18 012	147	11 323	3 971	3 377	82	7 117	2 394	2 089	76	1 102	938
DOURO HISTÓRICO	5 196	4 448	13	7 753	555	24 500	306	14 642	5 466	4 677	207	12 140	4 544	3 948	243	2 742	2 363
DOURO SUPERIOR	3 726	3 183	13	4 945	285	16 158	172	8 627	3 358	2 871	145	7 611	2 896	2 527	133	1 572	1 353
DUECEIRA	2 186	1 863	26	5 163	94	6 928	49	3 944	1 827	1 558	33	2 495	1 041	912	34	531	457
ESDIME	3 940	3 375	30	7 492	216	13 077	136	7 964	3 319	2 847	125	7 054	2 956	2 588	120	1 819	1 573
IN LOCO	2 802	2 382	31	7 541	185	11 368	129	6 596	2 101	1 787	68	4 657	1 364	1 191	64	727	619
LEADERSOR	3 939	3 366	23	5 478	200	13 458	118	8 286	3 053	2 613	68	5 414	1 991	1 748	81	1 574	1 356
LITORAL RURAL	2 886	2 470	20	4 712	141	11 735	92	7 488	2 332	1 999	52	5 169	1 307	1 152	76	1 286	1 110
MONTE	6 455	5 515	36	10 695	432	28 040	265	16 123	5 607	4 783	197	12 401	4 136	3 632	176	2 276	1 963
PINHAIS DO ZÉZERE	1 334	1 134	17	2 308	52	2 976	30	1 340	526	447	29	1 305	474	415	25	310	263
PINHAL MAIOR	2 510	2 146	21	4 364	116	6 731	60	4 347	1 688	1 443	48	3 605	1 383	1 214	41	842	728
PRÓ RAIA	2 492	2 123	18	4 255	176	8 320	82	3 486	1 304	1 113	76	2 849	1 058	914	74	768	657
PROBASTO	2 900	2 470	15	5 031	202	11 945	134	7 175	3 046	2 594	80	4 700	1 831	1 619	77	1 097	937
RAIA HISTÓRICA	3 914	3 371	18	5 193	349	15 822	243	10 343	3 722	3 208	188	8 555	2 987	2 641	183	2 125	1 850
ROTA DO GUADIANA	3 719	3 161	21	5 419	134	11 935	75	6 853	2 594	2 205	56	5 123	1 834	1 590	46	865	735
RUDE	3 121	2 658	17	4 491	108	9 987	72	6 996	2 635	2 248	53	5 282	1 997	1 756	54	1 098	939
SOL DO AVE	3 383	2 881	24	7 080	267	17 148	124	7 024	2 773	2 363	97	5 272	1 942	1 688	109	1 162	993
TAGUS	2 519	2 154	31	5 591	113	7 159	84	4 872	1 994	1 707	52	3 376	1 355	1 188	55	942	813
TERRAS BAIXO GUADIANA	2 646	2 259	33	5 779	188	9 855	99	5 221	2 015	1 723	52	2 903	1 076	945	67	858	740
TERRAS DE SICO	3 225	2 749	23	6 482	144	9 059	86	6 473	2 766	2 359	82	5 803	2 512	2 178	71	1 109	951
TERRAS DENTRO	2 971	2 528	29	6 132	157	10 240	90	6 513	2 658	2 262	73	5 367	2 260	1 941	80	1 347	1 148
TOTAL	181 750	154 389	1 248	329 994	10 288	664 906	6 104	386 911	147 904	125 680	4 478	296 220	##	94 928	4 535	65 525	55 959

Medida 19.2 - Execução das ELD (por GAL) – Resumo da Operação 10.2.1.1

mil euros

Grupos de Acção Local	Programação ELD		Concursos		Candidaturas Entradas		Candidaturas Aprovadas				Candidaturas Contratadas				Total Pago		
	Despesa Pública	FEADER	N.º	Dotacão (DP)	N.º	Invest. Proposto	N.º	Invest. Proposto	Despesa Pública	FEADER	N.º	Invest. Proposto	Despesa Pública	FEADER	Nº	Desp. pública	FEADER
A2S	625	473	9	935	90	2 917	67	2 237	601	454	60	1 994	526	410	57	334	254
AD ELO	1 282	1 102	4	1 524	169	3 742	146	3 071	1 157	996	134	2 700	1 034	915	140	851	735
ADAE	518	442	5	924	39	1 275	30	919	345	295	27	802	300	258	23	174	149
ADD	923	789	5	1 495	221	5 980	91	2 438	885	757	85	2 251	826	718	83	579	497
ADDLAP	800	681	5	1 544	119	3 436	55	1 697	623	529	43	1 383	506	436	42	319	272
ADER-AL	2 756	2 358	6	5 201	290	9 419	221	7 051	2 575	2 201	156	5 017	1 841	1 581	174	1 514	1 302
ADERE 2020 (VICENTINA)	743	632	8	1 379	84	2 646	51	1 579	509	433	21	615	183	152	18	96	82
ADERES	221	187	8	1 008	28	847	8	174	62	53	11	242	94	84	5	29	25
ADER-SOUSA	943	802	5	1 534	102	3 211	85	2 557	878	747	42	1 278	428	374	50	282	241
ADIBER	275	234	4	849	38	1 224	7	290	90	77	6	219	82	71	5	19	16
ADICES	832	710	7	2 174	93	2 954	52	1 560	578	494	40	1 167	427	374	39	284	244
ADIRN	439	373	4	1 038	62	2 244	23	821	289	246	26	1 013	359	311	21	168	143
ADL	1 297	1 106	6	2 404	140	5 192	88	2 957	1 045	893	57	1 719	596	514	56	410	352
ADRACES	1 080	922	4	1 490	95	3 330	61	2 099	833	712	56	2 019	784	677	36	314	272
ADRAT	2 073	1 768	5	2 562	279	9 672	129	4 324	1 641	1 401	78	2 643	1 045	927	85	833	714
ADREPES	981	740	7	1 773	123	3 328	96	2 563	790	597	72	1 875	577	454	78	525	398
ADRIL	1 103	945	4	1 691	200	6 213	89	2 695	963	826	87	2 598	917	811	81	555	480
ADRMAG	1 038	882	5	1 397	117	3 803	66	2 237	729	619	43	1 425	443	391	53	406	345
ADRMIMHO	724	621	2	624	93	1 910	59	1 245	416	359	50	1 120	380	332	49	261	226
ADRITEM	524	446	4	1 136	38	1 490	30	1 132	415	354	25	950	339	296	24	219	187
ADRUSE	374	320	3	796	65	1 789	34	1 040	374	320	38	1 126	404	356	32	257	221
ALTO OESTE	818	697	2	989	53	2 365	43	1 883	615	524	44	1 960	641	560	37	345	295
APRODER	1 162	990	6	2 005	134	3 935	98	2 624	984	839	59	1 692	627	543	63	438	374
ATAHCA	1 238	1 067	3	1 828	131	4 741	94	3 493	1 189	1 025	79	2 936	994	885	82	761	660
AVEIRO NORTE	188	160	6	935	18	536	9	274	107	91	7	190	76	66	7	45	38
AVEIRO SUL	936	798	5	1 418	105	3 515	72	2 524	896	764	36	1 278	429	371	40	276	237
AXXI	1 245	1 067	8	1 881	109	3 815	80	2 941	1 167	1 001	65	2 296	931	816	66	708	610
BAIXO OESTE	637	546	2	1 144	67	2 337	53	1 746	637	546	58	1 974	709	624	52	404	348
BEIRA DOURO	1 588	1 351	3	2 167	260	8 511	131	4 372	1 572	1 338	77	2 467	888	766	81	568	485
CHARNECA	404	346	4	1 022	66	1 614	42	1 148	387	331	37	1 023	354	308	39	260	223
COIMBRA MAIS FUTURO	1 030	877	8	1 471	132	3 342	80	1 954	689	585	59	1 530	533	465	53	378	323
CORANE	2 078	1 773	4	2 237	324	10 668	159	5 145	1 648	1 408	88	2 795	944	822	104	760	653
DESTEQUE	1 554	1 323	2	1 960	193	6 491	113	4 050	1 539	1 311	73	2 558	943	845	80	704	601
DOLMEN	1 326	1 129	4	1 649	148	5 135	104	3 827	1 246	1 061	54	2 047	616	538	51	372	317
DOURO HISTÓRICO	2 291	1 963	2	3 024	470	11 420	266	6 896	2 593	2 219	169	4 718	1 779	1 545	208	1 318	1 136
DOURO SUPERIOR	2 220	1 903	3	2 623	223	7 102	146	4 892	1 952	1 676	119	3 862	1 531	1 347	114	1 069	925
DUECEIRA	360	307	6	864	52	1 534	24	750	260	222	19	611	202	177	19	119	103
ESDIME	1 762	1 503	8	2 675	161	5 757	99	3 493	1 334	1 140	98	3 438	1 332	1 158	97	937	802
IN LOCO	1 081	919	7	1 411	124	3 870	92	2 832	878	747	45	1 460	421	368	44	214	183
LEADERSOR	1 347	1 150	7	2 251	145	5 036	86	3 057	1 138	973	46	1 688	657	574	59	611	525
LITORAL RURAL	1 146	984	6	1 952	106	3 740	71	2 401	975	838	41	1 371	554	489	62	632	547
MONTE	2 789	2 385	6	3 538	303	10 115	205	6 627	2 391	2 036	155	4 981	1 812	1 584	141	1 054	910
PINHAIS DO ZÉZERE	382	325	3	542	29	730	21	542	181	154	21	526	174	150	17	74	63
PINHAL MAIOR	570	487	4	601	66	1 875	27	859	273	234	20	682	209	184	18	138	120
PRÓ RAIA	1 048	893	4	1 901	148	3 897	64	1 488	548	467	64	1 561	579	492	59	394	336
PROBASTO	1 001	853	3	1 645	145	5 035	103	3 493	1 329	1 132	55	1 825	690	617	50	361	309
RAIA HISTÓRICA	1 811	1 563	3	2 129	297	7 749	213	5 410	1 798	1 552	164	4 057	1 304	1 158	161	1 147	999
ROTA DO GUADIANA	781	664	4	1 253	79	2 623	49	1 661	655	557	38	1 321	519	449	31	192	163
RUDE	599	512	4	700	62	1 983	40	1 383	510	436	30	973	363	318	32	296	254
SOL DO AVE	1 787	1 524	6	2 570	202	7 674	99	3 445	1 199	1 024	83	2 903	999	872	91	739	633
TAGUS	509	436	4	926	55	1 660	43	1 285	509	436	25	752	299	262	29	232	200
TERRAS BAIXO GUADIANA	1 269	1 081	7	1 403	146	5 060	79	2 685	936	798	42	1 339	447	392	55	417	357
TERRAS DE SICO	494	421	5	664	83	1 838	44	946	376	321	45	979	384	334	43	242	207
TERRAS DENTRO	915	778	8	2 108	110	3 483	64	1 998	729	620	53	1 653	592	512	57	479	408
TOTAL	57 914	49 306	267	88 962	7 231	225 809	4 401	136 812	49 038	41 768	3 225	99 602	35 624	31 033	3 293	25 114	21 501

Medida 19.2 - Execução das ELD (por GAL) – Resumo da Operação 10.2.1.2

mil euros

Grupos de Acção Local	Programação ELD		Concursos		Candidaturas Entradas		Candidaturas Aprovadas				Candidaturas Contratadas				Total Pago		
	Despesa Pública	FEADER	N.º	Dotacão (DP)	N.º	Invest. Proposto	N.º	Invest. Proposto	Despesa Pública	FEADER	N.º	Invest. Proposto	Despesa Pública	FEADER	N.º	Desp. pública	FEADER
A2S	1 291	978	8	2 003	37	7 599	29	6 451	1 312	994	21	5 250	1 035	804	22	736	563
AD ELO	861	745	5	1 401	17	3 090	10	2 069	636	554	11	2 300	722	636	10	434	382
ADAE	784	670	6	1 636	11	3 164	8	2 077	546	468	7	1 400	456	396	7	293	253
ADD	1 014	868	6	1 380	31	4 823	13	2 386	862	739	13	2 387	864	754	12	462	398
ADDLAP	775	659	7	1 621	12	1 716	8	1 335	453	385	4	545	197	169	6	195	165
ADER-AL	831	714	5	1 410	39	5 360	13	1 892	551	474	14	2 159	632	561	14	535	462
ADERE 2020 (VICENTINA)	559	479	10	2 500	14	3 097	6	1 287	377	324	3	710	215	186	3	171	149
ADERES	135	115	6	1 615	6	850	1	109	35	30	1	109	35	32	1	17	15
ADER-SOUSA	504	431	5	999	9	1 496	5	1 187	404	345	6	1 433	468	413	4	191	164
ADIBER	777	660	5	1 292	20	2 869	5	1 014	304	259	5	1 011	304	272	4	154	131
ADICES	844	718	9	2 663	27	3 802	13	2 389	794	675	8	1 704	543	469	8	295	251
ADIRN	709	610	4	1 242	17	2 770	12	2 170	709	610	12	2 173	711	618	11	497	430
ADL	1 022	873	8	2 496	19	2 632	14	1 958	567	487	12	1 642	452	392	11	213	186
ADRACES	1 325	1 127	7	1 993	24	4 907	16	3 239	984	838	10	2 044	657	589	10	410	350
ADRAT	1 780	1 519	5	2 847	45	8 196	21	3 957	1 291	1 103	25	4 774	1 551	1 357	21	916	785
ADREPES	1 642	1 241	8	2 186	35	6 943	20	4 737	1 162	881	12	2 594	669	522	15	621	476
ADRIL	712	609	5	1 038	23	3 210	10	1 658	464	398	9	1 369	364	317	7	193	167
ADIRIMAG	646	552	8	1 629	16	2 030	13	1 899	646	552	7	1 128	375	333	8	235	202
ADIRIMINHO	741	630	3	907	16	2 677	9	1 809	541	460	9	1 809	541	473	9	387	330
ADRITEM	347	295	6	1 414	5	986	2	279	101	86	3	694	228	202	1	16	14
ADRUSE	933	801	5	1 335	22	3 498	15	2 967	966	829	15	2 967	966	848	15	494	428
ALTO OESTE	708	604	4	988	18	3 231	10	2 169	560	478	3	750	182	164	6	139	121
APRODER	908	776	5	1 211	23	2 983	14	2 232	808	691	14	2 232	808	712	14	496	425
ATAHCA	850	728	5	1 366	15	2 446	11	1 936	675	579	5	754	263	235	10	432	373
AVEIRO NORTE	232	197	7	2 198	4	823	2	563	173	147	2	563	173	147	2	101	86
AVEIRO SUL	1 221	1 038	6	1 766	35	5 604	16	3 244	1 007	857	14	2 947	876	753	14	458	390
AXXI	1 217	1 043	6	1 623	18	3 171	13	2 794	956	822	9	2 004	675	589	10	530	459
BAIXO OESTE	1 391	1 183	4	1 427	35	6 325	11	2 512	811	689	3	572	171	151	4	188	160
BEIRA DOURO	662	563	3	863	27	3 775	8	1 325	462	393	10	1 674	584	508	8	320	272
CHARNECA	801	681	4	1 180	18	3 744	12	2 481	792	674	9	1 830	580	508	8	437	372
COIMBRA MAIS FUTURO	402	346	8	1 438	11	1 092	6	839	254	221	6	813	238	209	6	127	112
CORANE	505	434	6	1 316	18	3 074	10	1 324	476	409	8	1 256	433	383	8	290	252
DESTEQUE	1 276	1 087	2	1 153	25	3 628	18	2 854	976	832	12	2 201	773	696	16	370	317
DOLMEN	1 176	999	4	1 639	37	6 363	19	3 556	1 089	926	14	2 739	807	704	12	407	346
DOURO HISTÓRICO	902	775	3	1 026	35	4 118	14	2 858	802	690	14	2 851	802	701	11	498	432
DOURO SUPERIOR	448	380	3	572	22	3 031	7	1 050	348	295	8	1 275	407	353	6	129	110
DUECEIRA	305	261	5	990	8	989	6	954	305	261	4	644	205	180	4	99	86
ESDIME	503	434	7	1 585	13	2 194	7	1 130	444	383	8	1 301	500	450	7	365	316
IN LOCO	596	507	6	2 073	16	2 525	9	1 545	438	372	9	1 472	419	366	8	319	271
LEADERSOR	1 423	1 223	5	1 509	25	3 654	17	2 799	952	822	14	2 332	821	721	15	632	550
LITORAL RURAL	797	685	4	724	14	5 067	7	3 210	514	444	7	3 199	514	451	7	457	395
MONTE	2 293	1 963	7	3 192	56	10 178	34	7 123	2 078	1 780	27	5 892	1 684	1 484	25	1 064	918
PINHAIS DO ZÉZERE	375	319	5	845	9	839	4	529	198	168	4	529	198	175	4	141	120
PINHAL MAIOR	801	683	6	1 766	26	2 603	16	1 836	627	535	15	1 660	561	495	13	321	275
PRÓ RAIA	397	340	5	876	7	1 249	3	491	123	106	2	475	117	103	3	50	44
PROBASTO	561	477	2	1 110	14	2 207	6	1 218	379	322	7	1 260	394	354	6	342	291
RAIA HISTÓRICA	983	848	3	875	23	3 884	11	2 165	730	634	11	2 165	730	657	10	590	515
ROTA DO GUADIANA	1 577	1 340	5	1 519	26	5 157	14	3 203	1 089	926	12	2 933	999	873	10	545	463
RUDE	1 221	1 041	5	1 481	21	3 725	15	2 839	972	829	10	2 167	764	665	13	554	473
SOL DO AVE	217	185	6	1 256	14	1 583	5	936	217	186	3	417	123	110	3	43	36
TAGUS	651	560	8	1 498	20	2 139	16	1 803	624	538	14	1 580	559	489	14	496	429
TERRAS BAIXO GUADIANA	293	253	6	1 377	9	989	3	467	184	161	4	522	203	178	3	179	156
TERRAS DE SICO	670	571	5	1 576	17	2 451	9	1 666	520	444	10	1 773	557	493	9	405	346
TERRAS DENTRO	732	624	9	1 628	16	2 781	10	2 008	606	517	6	1 337	401	345	9	290	248
TOTAL	45 328	38 442	300	81 251	1 120	183 337	606	114 526	34 898	29 620	505	96 319	29 504	25 742	497	19 280	16 458

Medida 19.2 - Execução das ELD (por GAL) – Resumo da Operação 10.2.1.3

mil euros

Grupos de Acção Local	Programação ELD		Concursos		Candidaturas Entradas		Candidaturas Aprovadas				Candidaturas Contratadas				Total Pago		
	Despesa Pública	FEADER	N.º	Dotacão (DP)	N.º	Invest. Proposto	N.º	Invest. Proposto	Despesa Pública	FEADER	N.º	Invest. Proposto	Despesa Pública	FEADER	N.º	Desp. pública	FEADER
A2S	663	500	7	2 041	16	2 380	12	1 753	668	504	12	1 753	668	516	10	291	220
AD ELO	180	155	2	476	3	477	3	477	180	155	3	477	180	162	3	105	91
ADAE	118	100	5	1 028	3	414	1	153	43	37							
ADD	336	289	3	709	9	1 628	4	798	336	289	4	798	336	295	3	181	157
ADDLAP	449	383	2	701	9	1 793	7	1 403	449	383	6	1 262	404	351	7	204	175
ADER-AL	647	551	5	1 425	35	5 749	9	1 235	447	381	5	432	155	138	7	69	59
ADERE 2020 (VICENTINA)	504	429	7	1 230	17	2 147	7	1 002	373	317	5	1 016	376	324	4	194	165
ADERES	401	341	7	1 850	12	2 163	6	926	315	268	4	525	180	158	2	31	26
ADER-SOUSA	818	699	2	1 321	18	3 747	11	2 193	818	697	14	2 775	1 001	879	13	584	500
ADIBER	306	260	3	504	5	838	1	248	93	79	1	209	78	66	1	3	3
ADICES	768	653	6	2 282	22	3 793	8	1 379	568	483	7	1 179	469	400	7	202	173
ADIRN	206	175	3	1 520	8	1 400	3	502	206	175	3	502	206	175	3	81	69
ADL	1 924	1 638	7	2 643	27	5 432	19	3 740	1 329	1 132	18	3 664	1 297	1 154	19	834	712
ADRACES	367	312	4	1 188	12	1 700	4	546	189	161	7	1 249	482	421	3	7	6
ADRAT	314	268	2	1 100	15	3 306	4	897	314	268	4	897	314	278	4	216	185
ADREPES	605	456	6	2 146	7	1 310	5	946	390	295	7	1 298	546	432	3	179	137
ADRIL	1 740	1 487	4	1 848	49	9 154	19	3 686	1 402	1 199	12	2 333	940	820	12	465	403
ADRIAG	929	789	4	1 140	16	3 289	10	2 123	829	704	8	1 678	642	558	7	227	193
ADRI MINHÔ	902	766	2	1 285	21	4 274	12	2 361	902	766	11	2 161	865	754	8	265	225
ADRI ITEM	384	326	4	861	4	917	3	673	284	241	2	430	195	171	2	82	70
ADRUSE	532	452	2	528	4	839	2	401	173	147	2	401	173	147	3	229	195
ALTO OESTE	181	155	3	793	7	1 352	2	224	84	72	4	655	273	244	3	45	39
APRODER	482	409	5	1 468	16	3 401	4	905	280	238	3	720	211	179	3	141	119
ATAHCA	1 030	875	2	1 141	25	4 756	12	2 334	1 030	875	11	2 158	956	844	12	502	427
AVEIRO NORTE	51	43	4	436	1	155	1	155	51	43	1	155	51	46	1	16	13
AVEIRO SUL	10	8	3	528	3	305	1	31	10	8	1	31	10	8	1	10	8
AXXI	904	773	6	1 491	18	3 563	9	1 532	629	540	7	1 103	454	403	7	239	208
BAIXO OESTE	462	396	3	523	9	1 711	4	692	262	226	1	218	86	78	2	85	75
BEIRA DOURO	697	595	2	1 183	18	3 374	9	1 729	698	596	11	2 209	866	758	8	420	360
CHARNECA	1 751	1 495	4	2 789	48	8 814	25	4 198	1 601	1 368	24	3 901	1 421	1 229	18	677	583
COIMBRA MAIS FUTURO	118	100	8	1 790	11	1 371	2	300	102	86	1	187	76	64			
CORANE	757	649	3	1 042	31	5 331	11	1 747	757	649	11	1 747	757	664	10	491	423
DESTEQUE	316	269	2	577	19	3 514	5	796	316	269	4	674	267	237	3	87	74
DOLMEN	1 373	1 167	4	1 589	29	5 582	17	3 305	1 312	1 115	10	1 861	743	652	8	258	219
DOURO HISTÓRICO	1 422	1 213	2	2 294	35	7 575	18	3 808	1 490	1 270	16	3 472	1 381	1 194	16	619	530
DOURO SUPERIOR	836	711	2	917	27	5 183	11	2 117	836	711	10	1 907	736	634	6	209	177
DUECEIRA	289	246	4	1 194	8	1 738	3	646	289	246	3	646	289	260	3	110	94
ESDIME	658	573	5	1 508	16	3 069	8	1 662	658	573	7	1 359	534	474	5	375	332
IN LOCO	675	575	5	2 128	24	4 286	10	1 625	538	458	10	1 462	469	409	6	156	133
LEADERSOR	990	842	4	1 102	24	4 177	11	1 987	783	666	7	1 229	432	380	6	266	226
LITORAL RURAL	592	503	6	1 471	14	2 380	7	1 329	492	418	3	498	189	169	5	139	118
MONTE	342	291	5	1 105	31	5 203	5	887	342	291	3	597	210	189	3	96	81
PINHAIS DO ZÉZERE	188	159	3	419	6	870											
PINHAL MAIOR	275	234	2	397	3	361	3	361	101	87	2	242	57	51	1	26	23
PRÓ RAIA	140	120	3	509	5	1 043	2	436	140	120	1	190	68	61	1	53	46
PROBASTO	487	416	2	743	23	3 082	9	1 130	487	416	8	1 077	470	405	8	233	200
RAIA HISTÓRICA	644	552	2	1 149	14	2 827	10	1 950	752	643	10	1 950	752	649	7	266	230
ROTA DO GUADIANA	793	674	3	965	15	3 164	7	1 520	560	476	3	683	237	201	4	128	108
RUDE	1 078	916	3	1 189	18	3 497	12	2 232	930	794	9	1 671	675	598	7	230	195
SOL DO AVE	783	665	5	1 756	35	6 610	10	1 788	754	641	9	1 775	739	635	8	292	248
TAGUS	663	567	6	1 083	12	2 419	5	1 007	382	327	3	523	193	174	3	132	115
TERRAS BAIXO GUADIANA	813	695	6	1 707	13	2 692	7	1 613	661	566	4	925	367	322	5	200	174
TERRAS DE SICO	412	356	4	1 010	10	1 865	6	1 260	412	356	3	709	262	231	4	183	161
TERRAS DENTRO	596	507	4	1 123	17	2 718	8	1 431	596	507	7	1 407	589	506	7	262	223
TOTAL	33 901	28 780	212	66 944	897	164 739	404	74 180	28 645	24 333	342	62 984	24 330	21 150	302	11 396	9 730

Medida 19.2 - Execução das ELD (por GAL) – Resumo da Operação 10.2.1.4

mil euros

Grupos de Acção Local	Programação ELD		Concursos		Candidaturas Entradas		Candidaturas Aprovadas				Candidaturas Contratadas				Total Pago		
	Despesa Pública	FEADER	N.º	Dotação (DP)	N.º	Invest. Proposto	N.º	Invest. Proposto	Despesa Pública	FEADER	N.º	Invest. Proposto	Despesa Pública	FEADER	Nº	Desp. pública	FEADER
A2S	112	84	8	795	14	785	5	158	80	60	4	103	53	40	4	38	28
AD ELO	361	307	3	965	8	1 082	8	1 082	361	307	7	1 015	328	278	7	156	133
ADAE	312	265	7	876	8	424	5	321	152	129	2	373	129	112	1	41	35
ADD	177	151	4	512	6	399	6	399	155	132	5	689	230	206	4	76	66
ADDLAP	254	216	2	386	8	644	8	644	254	216	7	627	247	210	8	121	103
ADER-AL	158	136	2	290	8	234	7	224	78	68	5	206	64	56	7	51	44
ADERE 2020 (VICENTINA)	265	225	7	634	28	637	26	436	258	220	14	131	105	89	24	80	68
ADERES	107	91	5	340	2	255	1	195	71	60	1	195	71	64	1	35	30
ADER-SOUSA	66	56	3	306	2	144	2	144	66	56							
ADIBER	342	291	4	665	4	259	3	249	120	102							
ADICES	135	114	5	1 024	4	412	2	234	127	108	2	86	52	44			
ADIRN	184	156	2	293	5	575	5	575	184	156	3	479	161	145	2	48	41
ADL	74	63	6	610	4	153	3	133	39	33					1	11	9
ADRACES	58	49	3	630	5	296	1	98	58	49	1	98	58	49	1	1	1
ADRAT	306	260	4	914	41	630	35	617	306	260	33	614	302	261	34	166	141
ADREPES	164	123	5	765	2	358	2	358	164	123	2	358	164	131	2	44	33
ADRIL	474	403	7	1 272	19	2 000	8	610	272	231	3	183	87	74	3	33	28
ADRMAG	42	35	3	495	6	533	2	161	42	35	1	100	29	25	1	15	12
ADRI MINHO	116	98	3	396	14	189	13	171	116	98	2	15	12	10	8	21	18
ADRITEM	24	21	4	575	3	237	1	56	24	21	1	56	24	21	1	0	0
ADRUSE			1	421													
ALTO OESTE			6	665													
APRODER	17	14	6	397	3	302	1	47	17	14							
ATAHCA	47	40	3	277	2	100	2	100	47	40					2	24	21
AVEIRO NORTE	36	30	6	1 225	3	138	1	71	36	30							
AVEIRO SUL	106	91	3	470	5	360	3	231	106	91	1	51	21	18	1	19	16
AXXI	77	66	3	377	13	448	5	160	77	66	4	151	70	62	5	28	24
BAIXO OESTE	48	41	6	837	2	295											
BEIRA DOURO			2	182													
CHARNECA			3	280	1	44											
COIMBRA MAIS FUTURO	373	317	6	870	24	677	14	366	231	185					7	33	28
CORANE			2	273	2	117											
DESTEQUE	73	62	3	384	5	256	3	173	73	62	3	173	73	62	3	4	3
DOLMEN	78	66	3	452	5	299	2	90	47	40					1	5	4
DOURO HISTÓRICO	196	169	1	196	3	411	3	411	196	169	3	411	196	176	3	127	111
DOURO SUPERIOR	52	44	2	260	5	307	2	163	52	44	2	163	52	44	2	43	37
DUECEIRA	147	125	4	388	6	360	2	113	47	40	1	13	9	8	1	3	2
ESDIME	199	169	4	457	10	438	9	401	178	151	1	31	14	12			
IN LOCO	247	210	6	728	12	269	12	269	147	125					3	10	9
LEADERSOR	97	83	5	337	5	427	3	280	97	83							
LITORAL RURAL	344	292	4	565	7	548	7	548	351	298	1	100	50	42	2	57	49
MONTE	317	270	8	828	20	890	10	577	258	220	6	561	221	196	4	21	18
PINHAIS DO ZÉZERE	200	170	3	167	4	308	2	134	60	51	2	134	60	54	2	60	51
PINHAL MAIOR	74	63	4	307	2	175	2	175	74	63	1	161	65	59	1	2	2
PRÓ RAIA	430	366	4	673	9	1 577	6	518	230	196	2	69	32	27	4	11	10
PROBASTO	212	180	4	438	10	587	9	410	212	180	7	224	117	101	8	21	18
RAIA HISTÓRICA	134	114	4	245	6	215	4	180	88	75					1	5	4
ROTA DO GUADIANA	200	170	6	847	1	48											
RUDE	40	34	2	306	4	321	2	80	40	34	2	80	40	36	2	19	16
SOL DO AVE	38	32	2	316	6	141	4	56	38	32	1	10	8	5	4	15	12
TAGUS	87	74	6	710	7	166	6	158	87	74					1	2	2
TERRAS BAIXO GUADIANA	95	81	7	515	8	423	5	235	95	81	1	50	25	22	1	20	17
TERRAS DE SICO	514	437	4	1 460	13	1 204	10	1 002	514	437	7	703	364	310	6	90	76
TERRAS DENTRO	49	42	5	293	1	104	1	104	49	42							
TOTAL	8 255	6 994	225	29 886	395	22 200	273	13 920	6 373	5 385	138	8 413	3 530	3 050	173	1 556	1 319

Medida 19.2 - Execução das ELD (por GAL) – Resumo da Operação 10.2.1.5

mil euros

Grupos de Acção Local	Programação ELD		Concursos		Candidaturas Entradas		Candidaturas Aprovadas				Candidaturas Contratadas				Total Pago		
	Despesa Pública	FEADER	N.º	Dotação (DP)	N.º	Invest. Proposto	N.º	Invest. Proposto	Despesa Pública	FEADER	N.º	Invest. Proposto	Despesa Pública	FEADER	N.º	Desp. pública	FEADER
A2S	13	10	1	100	1	36	1	36	13	10	1	36	13	10	1	9	6
AD ELO			2	490													
ADAE			1	153													
ADD			2	400													
ADDLAP			2	672													
ADER-AL			2	563													
ADERE 2020 (VICENTINA)			2	76													
ADERES			2	204													
ADER-SOUSA			1	171													
ADIBER			1	160													
ADICES			2	167													
ADIRN	47	40	2	157	2	101	2	101	47	40	2	101	47	40	1	0	0
ADL			3	700													
ADRACES			2	310													
ADRAT			1	396													
ADREPES			2	521													
ADRIL			1	200													
ADRMAG			1	254													
ADRMINHO			2	300													
ADRIEM			1	56													
ADRUSE																	
ALTO OESTE	95	81	1	325	1	240	1	240	95	81	1	240	95	86	1	2	1
APRODER			2	264													
ATAHCA																	
AVEIRO NORTE	161	137	1	161	2	291	2	291	161	137							
AVEIRO SUL			1	35													
AXXI			1	262													
BAIXO OESTE	92	78	1	330	2	284	2	284	92	78	2	284	92	83	1	2	2
BEIRA DOURO			2	600													
CHARNECA			2	188													
COIMBRA MAIS FUTURO			2	300													
CORANE			1	290													
DESTEQUE	76	65	2	314	6	222	5	172	76	65	2	26	8	7	2	1	1
DOLMEN			2	210													
DOURO HISTÓRICO			1	182													
DOURO SUPERIOR	7	6	1	210	1	13	1	13	7	6	1	13	7	6	1	1	1
DUECEIRA	5	4	1	178	1	13	1	13	5	4	1	13	5	4	1	1	1
ESDIME	29	24	2	302	1	70	1	70	29	24	1	70	29	26			
IN LOCO			2	216													
LEADERSOR			1	181													
LITORAL RURAL																	
MONTE	31	26	4	999	1	83	1	83	31	26	1	83	31	26	1	11	9
PINHAIS DO ZÉZERE			1	133													
PINHAL MAIOR			1	289													
PRÓ RAIA																	
PROBASTO			1	242													
RAIA HISTÓRICA			2	204													
ROTA DO GUADIANA			1	164													
RUDE			2	591													
SOL DO AVE			2	211													
TAGUS			2	400													
TERRAS BAIXO GUADIANA			3	350													
TERRAS DE SICO			2	426													
TERRAS DENTRO			1	254													
TOTAL	555	471	81	14 861	18	1 353	17	1 304	555	471	12	866	327	288	9	27	22

Medida 19.2 - Execução das ELD (por GAL) – Resumo da Operação 10.2.1.6

mil euros

Grupos de Acção Local	Programação ELD		Concursos		Candidaturas Entradas		Candidaturas Aprovadas				Candidaturas Contratadas				Total Pago		
	Despesa Pública	FEADER	N.º	Dotação (DP)	N.º	Invest. Proposto	N.º	Invest. Proposto	Despesa Pública	FEADER	N.º	Invest. Proposto	Despesa Pública	FEADER	N.º	Desp. pública	FEADER
A2S	653	490	4	886	15	1 291	11	859	597	448	11	859	597	449	11	361	271
AD ELO	1 158	987	2	1 085	20	1 963	16	1 644	945	807	7	678	264	238	10	273	235
ADAE	659	560	4	766	7	873	4	556	347	295	1	212	91	82	1	1	1
ADD	902	771	3	1 131	16	2 008	12	1 722	902	770	8	1 263	608	528	11	323	280
ADDLAP	1 422	1 213	3	1 549	23	2 394	21	2 299	1 422	1 213	16	1 488	993	853	17	688	590
ADER-AL	698	594	2	826	10	1 396	9	1 206	618	526	5	671	267	240	8	350	298
ADERE 2020 (VICENTINA)	366	311	1	373	6	466	6	466	366	311					1	24	20
ADERES	1 028	874	5	1 165	26	3 072	12	1 194	662	563	8	764	381	332	7	110	94
ADER-SOUSA	727	618	3	1 073	9	1 236	8	1 036	693	589	1	138	69	62	2	71	60
ADIBER	644	547	3	810	14	1 325	1	180	143	121							
ADICES	879	747	3	1 069	11	1 536	9	1 288	720	612	8	1 300	725	622	5	170	145
ADIRN	1 738	1 477	3	1 383	32	3 393	15	1 910	1 166	991	11	1 213	681	587	11	269	229
ADL	597	508	2	598	9	1 658	4	646	437	372	4	646	437	372	3	150	127
ADRACES	656	558	3	928	6	1 106	5	653	456	388	2	176	133	113	3	73	62
ADRAT	355	302	3	564	7	870	6	702	355	302	6	702	356	311	4	162	137
ADREPES																	
ADRIL	906	770	5	1 518	8	1 204	6	874	648	551	3	484	354	301	3	117	99
ADIRIMAG	1 053	895	4	1 730	18	2 333	12	1 872	1 094	930	5	792	402	342	8	457	389
ADIRIMINHO	833	708	2	870	9	1 227	8	1 028	629	535	8	1 028	629	539	8	244	208
ADRITEM	1 871	1 591	3	1 976	16	2 691	12	2 080	1 564	1 330	6	876	638	497	3	145	124
ADRUSE	1 324	1 125	3	1 681	23	2 547	19	2 078	1 324	1 125	18	1 928	1 204	1 029	13	442	375
ALTO OESTE	803	682	5	1 345	13	1 465	4	473	350	298					1	2	2
APRODER	197	167	2	263	11	1 370	1	121	60	51	1	121	60	54	1	60	51
ATAHCA	907	771	1	749	9	1 386	6	1 002	669	569	1	151	120	102	4	287	244
AVEIRO NORTE	1 680	1 428	6	2 535	17	2 303	12	1 610	1 165	990	2	276	196	168	2	71	61
AVEIRO SUL	541	460	3	952	4	686	4	686	541	460	4	686	541	460	4	132	112
AXXI	158	134	4	617	7	466	4	359	108	92	4	359	108	92	3	61	52
BAIXO OESTE	566	482	4	1 233	7	946	6	854	566	481	1	146	114	97	7	144	123
BEIRA DOURO	778	661	2	949	16	1 823	9	1 305	778	661	5	609	350	297	9	211	179
CHARNECA			2	220													
COIMBRA MAIS FUTURO	547	465	1	667	5	758	3	382	273	232							
CORANE	470	400	3	536	13	1 127	5	526	271	230	3	373	160	141	5	181	154
DESTEQUE	798	683	2	558	10	880	5	460	271	234	2	248	110	99	3	138	122
DOLMEN	347	295	4	1 174	6	633	5	546	277	235	4	470	229	194	4	60	51
DOURO HISTÓRICO	385	328	4	1 032	12	975	5	669	385	328	5	688	385	332	5	180	154
DOURO SUPERIOR	164	139	2	362	7	521	5	391	164	139	5	391	164	143	4	120	102
DUECEIRA	1 080	921	6	1 549	19	2 294	13	1 468	921	785	5	567	330	283	6	198	171
ESDIME	790	672	4	966	15	1 548	12	1 208	676	575	10	855	547	468	11	143	122
IN LOCO	202	172	5	984	9	418	6	326	100	85	4	264	56	48	3	29	24
LEADERSOR	82	70	1	99	1	164	1	164	82	70	1	164	82	74	1	65	56
LITORAL RURAL	7	6															
MONTE	682	580	6	1 033	21	1 571	10	825	507	431	5	287	178	154	2	31	26
PINHAIS DO ZÉZERE	189	161	2	202	4	228	3	136	87	74	2	116	42	36	2	34	29
PINHAL MAIOR	790	679	4	1 004	19	1 716	12	1 116	613	524	10	859	490	425	8	355	308
PRÓ RAIA	476	405	2	295	7	553	7	553	263	223	7	553	263	231	7	259	221
PROBASTO	639	544	3	853	10	1 035	7	923	639	544	3	313	160	141	5	141	120
RAIA HISTÓRICA	342	294	4	590	9	1 147	5	637	355	304	3	382	201	177	4	117	102
ROTA DO GUADIANA	368	313	2	671	13	943	5	468	289	245	3	185	79	67	1	1	1
RUDE	183	155	1	225	3	461	3	461	183	155	2	390	155	140			
SOL DO AVE	559	475	3	970	10	1 140	6	798	564	480	1	167	73	65	3	74	63
TAGUS	608	517	5	973	19	776	14	620	391	332	10	520	304	263	8	79	67
TERRAS BAIXO GUADIANA	176	149	4	428	12	690	5	221	138	117	1	67	33	30	3	43	36
TERRAS DE SICO	1 135	965	3	1 347	21	1 701	17	1 599	944	802	17	1 639	944	809	9	189	161
TERRAS DENTRO	678	577	2	727	13	1 154	7	971	678	577	7	971	678	578	7	316	270
TOTAL	35 796	30 396	163	48 089	627	67 467	403	46 170	28 394	24 103	256	28 035	15 981	13 665	261	8 152	6 928

ANEXO V – Tabelas de indicadores comuns

TABELA A: Despesa comprometida – ANUAL

Artigo	Código submedida COM	Código operação PDR2020	Descrição PDR2020	Despesa pública total comprometida (euros)										Total
				P2A	P2B	P3A	P3B	P4*	P5A	P5B	P5C	P5E	P6B	
14	1.1	2.1.1	Ações de formação	137 242,55										137 242,55
		2.1.2	Atividades de demonstração											
	1.2	2.1.4	Ações de informação	250 000,00				499 846,33		250 000,00				999 846,33
		2.1.3	Intercâmbios de curta duração no domínio da gestão e visitas a explorações agrícolas e florestais											
	Total			387 242,55				499 846,33		250 000,00				1 137 088,88
15	2.1	2.2.1	Fornecimento do serviço de aconselhamento agrícola e florestal	791 283,30		287 753,00	333 432,00	999 808,29				333 432,00		2 745 708,59
	2.2	2.2.2	Criação de serviços de aconselhamento											
	2.3	2.2.3	Formação de conselheiros das entidades prestadoras do serviço de aconselhamento											
	Total			791 283,30		287 753,00	333 432,00	999 808,29				333 432,00		2 745 708,59
17	4.1	3.1.2	Investimento de Jovens Agricultores na exploração agrícola dos quais <i>Next Generation</i>	46 178 748,49										46 178 748,49
		3.1.3	Investimento de Jovens Agricultores na exploração agrícola apoiado por um instrumento financeiro											
		3.2.1	Investimento na exploração agrícola dos quais <i>Next Generation</i>	15 487 277,81					1 398 446,56		703 116,06			17 588 840,43
				3 484 540,10										3 484 540,10
		3.2.2	Pequeno investimento na exploração agrícola dos quais <i>Next Generation</i>	42 211 793,25										42 211 793,25
				42 174 079,48										42 174 079,48
	4.2	3.2.3	Investimentos em explorações agrícolas apoiados por um instrumento financeiro											
		3.3.1	Investimento, transformação e comercialização de produtos agrícolas	359 431,40										359 431,40
		3.3.2	Pequeno investimento em transformação e comercialização de produtos agrícolas dos quais <i>Next Generation</i>	4 806 539,41										4 806 539,41
				4 806 539,41										4 806 539,41
	4.3	3.3.3	Pequeno investimento em transformação e comercialização de produtos agrícolas apoiado por um instrumento financeiro											
		4.0.1	Investimentos em produtos florestais identificados como agrícolas no Anexo I do Tratado											
		3.4.1	Desenvolvimento do regadio eficiente						699 806,00					699 806,00
		3.4.2	Melhoria da eficiência dos regadios existentes						12 607 829,46					12 607 829,46
	4.4	3.4.3	Drenagem e estruturação fundiária						2 200 523,48					2 200 523,48
		7.11.1	Investimentos não produtivos											
	Total			109 043 790,36					16 906 605,50		703 116,06			126 653 511,92
18	5.1	6.2.1.	Prevenção de calamidades e catástrofes naturais											
	5.2	6.2.2	Restabelecimento do potencial produtivo					563 976,53						563 976,53
	Total							563 976,53						563 976,53
19	6.1	3.1.1	Jovens agricultores dos quais <i>Next Generation</i>		15 991 250,00									15 991 250,00
	Total				15 991 250,00									15 991 250,00
20	7.4	8.2.1	Gestão de recursos cinegéticos										116 988,20	116 988,20
		8.2.2	Gestão de recursos aquícolas											
	Total												116 988,20	116 988,20
21	8.1	8.1.1	Florestação de terras agrícolas e não agrícolas									7 997 742,52		7 997 742,52
	Total											7 997 742,52		7 997 742,52
	8.2	8.1.2	Instalação de sistemas agro-florestais									1 362 928,53		1 362 928,53
	Total											1 362 928,53		1 362 928,53
	8.3	8.1.3	Prevenção da floresta contra agentes bióticos e abióticos					23 166 749,82						23 166 749,82
	Total							23 166 749,82						23 166 749,82
	8.4	8.1.4	Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou acontecimentos catastróficos					17 573 191,35						17 573 191,35
	Total							17 573 191,35						17 573 191,35
	8.5	8.1.5	Melhoria da resiliência e do valor ambiental das florestas					4 741 990,29				4 965 592,00		9 707 582,29
	Total							4 741 990,29				4 965 592,00		9 707 582,29
	8.6	8.1.6	Melhoria do valor económico das florestas	650 920,83										650 920,83
		4.0.2	Valorização dos recursos florestais	362 331,83		127 500,00								489 831,83
	Total			1 013 252,66		127 500,00								1 140 752,66
27	9.1	5.1.1	Criação de agrupamentos e organizações de produtores											
	Total													
28	10.1	7.2.1	Produção Integrada					54 227 341,86						54 227 341,86
		7.3.2	Pagamentos Rede Natura - Apoios zonais de carácter agroambiental					5 351 469,08						5 351 469,08
		7.4.1	Conservação do solo - Sementeira direta ou mobilização na linha					374 664,47				374 664,47		749 328,93
		7.4.2	Conservação do solo - Enrelvamento da entrelinha de culturas permanentes					3 306 295,33				3 306 295,33		6 612 590,65
		7.5.1	Uso eficiente da água					1 980 537,45	1 980 537,45					3 961 074,91
		7.6.1	Culturas permanentes tradicionais					19 493 892,27						19 493 892,27
		7.6.2	Culturas permanentes tradicionais - Douro Vinhateiro					7 864 189,92						7 864 189,92
		7.7.1	Pastoreio extensivo - Apoio à manutenção de lameiros de alto valor natural					2 616 615,20						2 616 615,20
		7.7.2	Pastoreio extensivo - Apoio à manutenção de sistemas agro-silvo-pastoris sob montado					5 384 775,36						5 384 775,36
		7.7.3	Pastoreio extensivo - Apoio à proteção do lobo -ibérico					1 788 707,20						1 788 707,20
		7.9.1	Mosaico agroflorestal					118 923,30						118 923,30
		7.12.1	Apoio agroambiental à apicultura					15 450,60						15 450,60
	10.2	7.8.1	Recursos genéticos - Manutenção de raças autóctones em risco					59 083 082,89				13 994,13		59 097 077,02
		7.8.2	Recursos genéticos - Utilização de variedades vegetais tradicionais											
		7.8.3	Recursos genéticos - Conservação e melhoramento de recursos genéticos animais					17 925 181,72						17 925 181,72
		7.8.4	Recursos genéticos - Conservação e melhoramento de recursos genéticos vegetais											
	Total							179 531 126,64	1 980 537,45			3 694 953,92		185 206 618,01
29	11.1	7.1.1	Conversão para agricultura biológica dos quais <i>Next Generation</i>					63 508 237,24						63 508 237,24
	11.2							63 508 237,24						63 508 237,24
		7.1.2	Manutenção em agricultura biológica					30 419 941,13						30 419 941,13
	Total							93 928 178,37						93 928 178,37
30	12.1	7.3.1	Pagamentos Rede Natura - Pagamento natura											
	Total													
31	13.1	9.0.1	Zonas de Montanha	33 566 504,45				22 377 261,62				27 971 324,91	27 971 701,05	111 886 792,03
	13.2	9.0.2	Zonas, que não as de montanha, sujeitas a condicionantes naturais significativas	11 327 379,43				7 551 549,03				9 439 461,23	9 439 382,11	37 757 771,80
	13.3	9.0.3	Zonas sujeitas a condicionantes específicas	233 857,92				155 905,27				194 881,60	194 881,60	779 526,39
	Total			45 127 741,80				30 084 715,92				37 605 667,74	37 605 964,76	150 424 090,22
34	15.1	7.10.1	Manutenção de habitats do linco-ibérico											
		7.10.2	Manutenção e recuperação de galerias rípicolas					10 684,00						10 684,00
	15.2	7.8.5	Conservação e melhoramento de recursos genéticos florestais											
	Total							10 684,00						10 684,00
35	16.1	1.0.1	Grupos operacionais dos quais <i>Next Generation</i>											
	16.10	5.2.1	Interprofissionais											
	16.3	5.3.1	Cooperação empresarial											
	Total													
36	17.1	6.1.1	Seguros					12 836 538,81						12 836 538,81
	Total							12 836 538,81						12 836 538,81
42	19.1	10.1.1	Preparação e reforço das capacidades, formação e ligação em rede dos GAL											
	19.2	10.2.1*	Implementação das Estratégias de Desenvolvimento Local										36 418 660,43	36 418 660,43
	19.3	10.3.1*	Cooperação interterritorial e transnacional dos Grupos de Ação Local											
	19.4	10.4.1	Custos de Funcionamento e animação											
	Total												36 418 660,43	36 418 660,43
39B	21	21	Apoio temporário excecional aos agricultores afetados pela crise da COVID-19 Apoio temporário excecional às PME afetadas pela crise da COVID-19											
	Total													

TABELA B1: Realizações – ACUMULADO

	Cod submedida COM	Código operação PDR2020	Descrição PDR2020	Indicadores de realização	P2A	P2B	P3A	P3B	P4A	P4B	P4C	P5A	P5B	P5C	P5E	P6B	Total	
KNOW (14)	1.1	2.1.1	Ações de formação	nº de participantes em formações	14 662,00												14 662,00	
				nº de operações de formação apoiadas	1 007,00					21,00	7,00	21,00		6,00	1 062,00			
				nº de dias de formação realizados	13 482,00											13 482,00		
				despesa pública total (€)	660 009,96				5 585,04	5 129,38	5 219,45			2 261,61	678 205,44			
	1.2	2.1.2	Atividades de demonstração	nº de operações de demonstração apoiadas														
				despesa pública total (€)														
		2.1.4	Ações de informação	nº de operações de informação apoiadas	55,00					7,00	2,00	1,00			9,00		74,00	
				despesa pública (€)	3 712 845,22				1 166 039,45	116 439,20	82 546,10		1 489 999,44		6 567 869,41			
ADVI (15)	2.1	2.2.1	Fornecimento do serviço de aconselhamento agrícola e florestal	nº de beneficiários aconselhados	1,00	293,00	1,00	2,00		3,00					25,00		325,00	
				nº de operações apoiadas (serviços de aconselhamento)	1,00	293,00	1,00	2,00		3,00				25,00		325,00		
				despesa pública total (€)	416,79	978 331,32	416,79	208 811,79	1 203 542,44				620 123,38		3 011 642,51			
				nº de operações apoiadas (criação de serviços de aconselhamento)		252,00			127,00						379,00			
		2.2.2	Criação de serviços de aconselhamento	despesa pública total (€)		2 050 988,69			2 398 391,88							4 449 380,57		
				nº de operações apoiadas (formação para conselheiros)					2,00						2,00			
		2.2.3	Formação de conselheiros das entidades prestadoras do serviço de aconselhamento	nº de conselheiros formados					2 160,00								2 160,00	
				despesa pública total (€)					15 620,03							15 620,03		
	2.1 a 2.3			despesa pública (€)	416,79	3 029 320,01			3 617 554,35					620 123,38		7 267 414,53		
INV- PHY (17)	4.1	3.1.2	Investimento na exploração agrícola	Nº de explorações com apoio ao investimento em explorações agrícolas	697,00												697,00	
				das quais nº de explorações apoiadas através de instrumentos financeiros														
				dos quais Next Generation														
				Nº de operações apoiadas para investimento em explorações agrícolas	697,00												697,00	
				das quais nº de operações apoiadas através de instrumentos financeiros														
				dos quais Next Generation														
				área (ha) associada a investimentos em poupança de água (e.g. sistemas de irrigação mais eficientes...) - SA														
				dos quais Next Generation														
				investimento total (público e privado) (€)	43 888 753,06												43 888 753,06	
				dos quais Next Generation														
				despesa pública total (€)	21 207 526,30												21 207 526,30	
				das quais despesa pública realizada através de instrumentos financeiros														
		dos quais Next Generation																
		3.2.1	Investimento na exploração agrícola	Nº de explorações com apoio ao investimento em explorações agrícolas	7 951,00						575,00	286,00	172,00	164,00				9 148,00
				das quais nº de explorações apoiadas através de instrumentos financeiros														
				dos quais Next Generation														
				Nº de operações apoiadas para investimento em explorações agrícolas	8 175,00						575,00	289,00	173,00	164,00			9 376,00	
				das quais nº de operações apoiadas através de instrumentos financeiros														
				dos quais Next Generation														
				área (ha) associada a investimentos em poupança de água (e.g. sistemas de irrigação mais eficientes...) - SA							16 384,24						16 384,24	
				dos quais Next Generation							16 384,24						16 384,24	
				investimento total (público e privado) (€)	714 563 654,02				120 686 989,48	58 436 343,48	55 545 071,43	21 687 168,45				970 919 226,86		
				dos quais Next Generation														
				despesa pública total (€)	431 399 967,10				65 238 525,61	28 211 745,95	27 410 515,09	10 488 688,53				562 749 442,28		
	das quais despesa pública realizada através de instrumentos financeiros																	
	dos quais Next Generation																	
	3.2.2	Pequeno investimento na exploração agrícola	Nº de explorações com apoio ao investimento em explorações agrícolas	7 874,00													7 874,00	
			das quais nº de explorações apoiadas através de instrumentos financeiros															
			dos quais Next Generation	10,00												10,00		
			Nº de operações apoiadas para investimento em explorações agrícolas	8 114,00												8 114,00		
			das quais nº de operações apoiadas através de instrumentos financeiros															
			dos quais Next Generation	10,00												10,00		
			área (ha) associada a investimentos em poupança de água (e.g. sistemas de irrigação mais eficientes...) - SA															
			dos quais Next Generation															
			investimento total (público e privado) (€)	230 054 418,88												230 054 418,88		
			dos quais Next Generation	315 554,08												315 554,08		
			despesa pública total (€)	31 248 622,52												31 248 622,52		
			das quais despesa pública realizada através de instrumentos financeiros															
	dos quais Next Generation	220 887,86												220 887,86				
	3.3.1	Investimento, transformação e comercialização de produtos agrícolas	Nº de operações apoiadas para investimento em transformação/comercialização de produtos agrícolas	611,00		19,00						34,00	29,00				693,00	
			das quais nº de operações apoiadas através de instrumentos financeiros															
			investimento total (público e privado) (€)	341 871 157,24		29 448 283,42					21 498 426,73	18 377 021,01			411 194 888,40			
			despesa pública total (€)	125 592 440,87		12 998 861,97					6 206 610,81	6 575 250,10			151 373 163,75			
			das quais despesa pública realizada através de instrumentos financeiros															
			Nº de operações apoiadas para investimento em transformação/comercialização de produtos agrícolas	97,00											97,00			
			das quais nº de operações apoiadas através de instrumentos financeiros															
			dos quais Next Generation															
			investimento total (público e privado) (€)	12 001 782,05											12 001 782,05			
			dos quais Next Generation															
			despesa pública total (€)	5 358 019,47											5 358 019,47			
			das quais despesa pública realizada através de instrumentos financeiros															
	dos quais Next Generation																	
4.0.1	Investimentos em produtos florestais identificados como agrícolas no Anexo I do Tratado	Nº de operações apoiadas para investimento em transformação/comercialização de produtos agrícolas	14,00								1,00	3,00				18,00		
		das quais nº de operações apoiadas através de instrumentos financeiros																
		investimento total (público e privado) (€)	4 223 892,92							70 210,00	3 059 253,60			7 353 356,52				
		despesa pública total (€)	2 856 049,49							28 084,00	1 482 820,00			4 366 953,49				
		das quais despesa pública realizada através de instrumentos financeiros																
		Nº de operações apoiadas para investimento em infraestruturas agrícolas e florestais	2,00							10,00				12,00				
		das quais nº de operações apoiadas através de instrumentos financeiros																
		área (ha) associada a investimentos em poupança de água (e.g. sistemas de irrigação mais eficientes...) - SA							104 626,97					104 626,97				
		investimento total (público e privado) (€)	416 288,49						62 025 995,29					62 442 283,78				
		despesa pública total (€)	416 288,49						62 966 449,46					63 382 737,95				
		das quais despesa pública realizada através de instrumentos financeiros																
		Nº de operações apoiadas para investimento em infraestruturas agrícolas e florestais	58,00							145,00				203,00				
das quais nº de operações apoiadas através de instrumentos financeiros																		
área (ha) associada a investimentos em poupança de água (e.g. sistemas de irrigação mais eficientes...) - SA							98 373,41					98 373,41						
investimento total (público e privado) (€)	16 160 767,19						72 555 085,69					88 715 852,88						
despesa pública total (€)	3 706 164,46						92 244 387,75					95 950 552,21						
das quais despesa pública realizada através de instrumentos financeiros																		
Nº de operações apoiadas para investimento em infraestruturas agrícolas e florestais	32,00						2,00					34,00						
das quais nº de operações apoiadas através de instrumentos financeiros																		
área (ha) associada a investimentos em poupança de água (e.g. sistemas de irrigação mais eficientes...) - SA							8 932,00					8 932,00						
investimento total (público e privado) (€)	14 127 112,69						660 891,08					14 788 003,77						
despesa pública total (€)	3 479 904,11						660 891,08					4 140 795,19						
das quais despesa pública realizada através de instrumentos financeiros																		
4.4	7.11.1	Investimentos não produtivos	Nº de operações apoiadas para investimento não produtivos						926,00							926,00		
			das quais n º de operações apoiadas através de instrumentos financeiros															
			investimento total (público e privado) (€)						20 487 139,60					20 487 139,60				
			despesa pública total (€)						18 476 991,56					18 476 991,56				

	Cod submedida COM	Código operação PDR2020	Descrição PDR2020	Indicadores de realização	P2A	P2B	P3A	P3B	P4A	P4B	P4C	P5A	P5B	P5C	P5E	P6B	Total
REST-PREV (19)	5.1	6.2.1.	Prevenção de calamidades e catástrofes naturais	nº de beneficiários (5.1) - produtores agrícolas				4,00									4,00
				nº de beneficiários (5.1) - outros (entidades públicas...)				16,00									16,00
				investimento total (público e privado) (€)				553,63									553,63
				despesa pública total (€)				433,70									433,70
	5.2	6.2.2.	Restabelecimento do potencial produtivo	nº de beneficiários (5.2) - produtores agrícolas				2 089,00									2 089,00
				nº de beneficiários (5.2) outros (entidades públicas...)				448,00									448,00
				investimento total (público e privado) (€)				37 944 882,12									37 944 882,12
				despesa pública total (€)				26 991 698,16									26 991 698,16
BUS-DEV (19)	6.1	3.1.1	Jovens agricultores	Nº de beneficiários (explorações) a receber ajuda ao arranque de atividade dos jovens agricultores (6.1) dos quais nº de beneficiários (explorações) apoiados através de instrumentos financeiros		4 649,00											4 649,00
				dos quais Next Generation													
				despesa pública total (€)		99 688 470,25											99 688 470,25
				dos quais despesa realizada através de instrumentos financeiros													
				dos quais Next Generation													
artigo 29	7.4	8.2.1	Gestão de recursos cinegéticos	nº de operações												67,00	67,00
				dos quais operações realizadas através de instrumentos financeiros													
				população a beneficiar de infraestruturas/serviços melhorados												50 915,00	50 915,00
				investimento total (público e privado) (€)												1 658 793,85	1 658 793,85
				despesa pública total (€)												1 387 056,25	1 387 056,25
				dos quais despesa realizada através de instrumentos financeiros													
		8.2.2	Gestão de recursos aquícolas	nº de operações													
				dos quais operações realizadas através de instrumentos financeiros													
				população a beneficiar de infraestruturas/serviços melhorados													
				investimento total (público e privado) (€)													
				despesa pública total (€)													
FOR-AREA (21)	8.1 (apenas implantação/i nstalação)	8.1.1	Florestação terras agrícolas e não-agrícolas	área com apoio à implantação em Florestação e criação de zonas arborizadas											5 569,07		5 569,07
				despesa pública total (€)											6 221 072,62		6 221 072,62
				nº de beneficiários apoiados											221,00		221,00
	8.2 (apenas implantação/i nstalação)	8.1.2	Instalação de sistemas agro-florestais	área com apoio à implantação de sistemas agroflorestais											887,88		887,88
				despesa pública total (€)											1 156 009,32		1 156 009,32
				nº de beneficiários apoiados											26,00		26,00
	8.4	8.1.4	Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou acontecimentos catastróficos	Nº de beneficiários do restabelecimento do potencial florestal danificado						351,00							351,00
				área com apoio ao restabelecimento do potencial florestal danificado						77 265,10							77 265,10
				despesa pública total (€)						32 737 100,09							32 737 100,09
	8.5	8.1.5	Melhoria da resiliência e do valor ambiental das florestas	Nº de operações apoiadas (investimentos destinados a melhorar a resiliência e o valor ambiental dos ecossistemas florestais)						767,00					137,00		904,00
				áreas associadas a investimentos destinados a melhorar a resiliência e o valor ambiental dos ecossistemas florestais						63 757,02					21 982,73		85 739,75
				investimento total (público e privado) (€)						71 420 581,42					24 890 488,48		96 311 069,90
	8.6	8.1.6	Melhoria do valor económico das florestas	despesa pública total (€)						41 267 739,76					7 328 948,88		48 596 688,64
				nº de operações de investimento em tecnologia florestal e transformação/comercialização primária (8.6) dos quais nº de operações apoiadas através de instrumentos financeiros	626,00												626,00
				investimento total (público e privado) (€)	24 962 809,30												24 962 809,30
		4.0.2	Valorização dos recursos florestais	despesa pública total (€)	15 674 544,73												15 674 544,73
				das quais despesa pública realizada através de instrumentos financeiros													
				nº de operações de investimento em tecnologia florestal e transformação/comercialização primária (8.6) dos quais nº de operações apoiadas através de instrumentos financeiros	188,00		5,00						1,00	2,00			196,00
				investimento total (público e privado) (€)	46 759 217,99		1 964 474,78						134 971,20	477 680,00			49 336 343,97
				despesa pública total (€)	20 254 551,06		976 064,02						67 485,60	237 673,00			21 535 773,68
CO-OP (35)	16.3	5.3.1	Cooperação empresarial	nº de operações de cooperação apoiadas													
				despesa pública total (€)													
				das quais despesa pública realizada através de instrumentos financeiros													
	16.1	1.0.1	Grupos operacionais	nº de operações de cooperação PEI apoiadas (projetos piloto, desenvolvimento de produtos) (16.1)	478,00		146,00		294,00		52,00	18,00	31,00	162,00	7,00		1 188,00
				nº de grupos PEI apoiados (16.1)	79,00		21,00		35,00		8,00	3,00	5,00	21,00	1,00		173,00
				nº de parceiros dos grupos PEI	478,00				300,00		54,00	18,00	32,00	164,00	7,00		1 053,00
				ONG's													
				institutos de investigação	194,00				71,00		13,00	5,00	12,00	41,00	2,00		338,00
				produtores agrícolas	22,00				28,00		9,00			8,00			67,00
				PME's	163,00				88,00		18,00	6,00	12,00	56,00	3,00		346,00
				conselheiros	65,00				100,00		12,00	7,00	8,00	55,00	2,00		249,00
				outros (e.g. organismos públicos)	34,00				13,00		2,00			4,00			53,00
				despesa pública total PEI (€)	11 474 857,75		2 426 627,08		4 398 071,40		1 142 153,64	430 911,34	509 386,64	2 531 526,85	121 319,60		23 034 854,30
				das quais despesa pública realizada através de instrumentos financeiros													
	16.10	5.2.1	Interprofissionais	nº de operações de cooperação não-PEI apoiadas				4,00									4,00
				nº de explorações agrícolas				34 056,00									34 056,00
				despesa pública total (€)				228 392,94									228 392,94
				das quais despesa pública realizada através de instrumentos financeiros													
RISK-MAIN (36)	17.1	6.1.1	Seguros	nº de explorações agrícolas apoiadas para prémios de seguro (17.1)				5 947,00									5 947,00
				despesa pública total (17.1) (€)				69 503 178,74									69 503 178,74
Artigo (39)	17.2	6.3.1	Fundo Mutualista de Calamidades	nº de explorações agrícolas que participam em fundos mutualistas (17.2)													
				despesa pública total (17.2) (€)													
Artigo (39)	21	21	Apoio temporário excecional aos agricultores afetados pela crise da COVID-19	nº de explorações de agricultores afetados pela crise de COVID-19 apoiadas													
				despesa pública total de apoio aos agricultores afetados pela crise de COVID-19													
				nº de explorações de PME's afetadas pela crise de COVID-19 apoiadas													
				despesa pública total de apoio às PME's afetadas pela crise de COVID-19													

TABELA B2.1: Resultados LEADER alcançados – ACUMULADO

em euros

	Cod submedida COM	Código operação	Descrição	Dimensão	Prioridade	Domínio de Intervenção	Despesa Pública Realizada Acumulada
Apoio ao desenvolvimento local LEADER (desenvolvimento local de base comunitária) (Art. 35 (CPR))	19.1	10.1.1	Preparação e reforço das capacidades, formação e ligação em rede dos GAL	Despesa pública total para:	P6	6B	1 350 000,00
				apoio à preparação de EDL			0,00
				kit de arranque Leader			1 350 000,00
	19.2	10.2.1	Implementação das Estratégias de Desenvolvimento Local	Despesa pública total - apoio à execução de operações abrangidas pela estratégia de desenvolvimento local de base comunitária	P6	6B	55 676 656,86
				Com base na Prioridade dominante - P2A			
				Com base na Prioridade dominante - P3A			1 479 531,71
				Com base na Prioridade dominante - P6B			7 206 485,21
				Com base na Prioridade dominante - P2A	P6	6B	4 112,00
				Número de projetos LEADER apoiados			177,00
				Com base na Prioridade dominante - P3A			243,00
	19.3	10.3.1	Cooperação interterritorial e transnacional dos Grupos de Ação Local	Despesa pública total para:	P6	6B	831 921,19
				apoio técnico preparatório para a cooperação			0,00
				apoio para a cooperação interterritorial (projetos)			0,00
				apoio para a cooperação transnacional (projetos)			831 921,19
	19.4	10.4.1	Custos de Funcionamento e animação	Despesa pública total para:	P6	6B	41 390 934,84
				apoio aos custos de funcionamento da EDL			41 390 934,84
				apoio aos custos de animação da EDL			0,00

TABELA B2.2: Resultados LEADER alcançados – ACUMULADO

un.: euros

	Cod submedida COM	Código operação	Descrição	Indicadores de realização	P6B	Total
Apoio ao desenvolvimento local LEADER (desenvolvimento local de base comunitária) (Art. 35 (CPR))				Nº de GAL's selecionadas	54	54
				população coberta por GAL	4 874 295	4 874 295
				Nº de GAL plurifundos	54	54
				Nº de projetos por tipo de promotor	4 507	4 507
				ONG's		
				GAL's		
				organismos públicos	228	228
				PME's	4 170	4 170
				outros	109	109
				Nº de projetos de cooperação		
				interterritorial		
				transnacional		
				Nº único de GAL's envolvidas em projetos de cooperação		
				interterritorial		
				transnacional		
	19.1	10.1.1	Preparação e reforço das capacidades, formação e ligação em rede dos GAL	Despesa pública total para:	1 350 000	1 350 000
				apoio à preparação de EDL		
				kit de arranque Leader	1 350 000	1 350 000
	19.2	10.2.1	Implementação das Estratégias de Desenvolvimento Local	Despesa pública total - apoio à execução de operações abrangidas pela estratégia de desenvolvimento local de base comunitária	64 136 817	64 136 817
	19.3	10.3.1	Cooperação interterritorial e transnacional dos Grupos de Ação Local	Despesa pública total para:	831 921	831 921
				apoio técnico preparatório para a cooperação		
				apoio para a cooperação interterritorial (projetos)		
				apoio para a cooperação transnacional (projetos)	831 921	831 921
	19.4	10.4.1	Custos de Funcionamento e animação	Despesa pública total para:	41 390 935	41 390 935
				apoio aos custos de funcionamento da EDL	41 390 935	41 390 935
				apoio aos custos de animação da EDL		

TABELA B2.3: Monitorização da assistência técnica – ACUMULADO

Med. COM		Total	dos quais focados na partilha e disseminação dos resultados do processo de monitorização e avaliação	dos quais destinados aos conselheiros e/ou serviços de apoio à inovação	dos quais destinados aos GAL incluindo apoio à cooperação
20.1 a 20.2	nº de instrumentos de comunicação RRN (por tipo)	501	64	163	86
	nº de eventos organizados pela RRN	89	33	35	21
	nº de publicações: panfletos, newsletters, revistas...incluindo publicações online	159	21	85	53
	nº de outros instrumentos (website, media...)	65	10	43	12
	nº de exemplos de projetos recolhidos e disseminados via RRN	188			
	nº de intercâmbios analíticos e temáticos criados com o apoio da RRN	183	38	88	57
	grupos de trabalho temáticos	60	6	38	16
	consultas com os stakeholders	64	7	35	22
	outros (formações, foruns online...)	59	25	15	19
	nº de actividades REDR nas quais a RRN participou	94			
	em que a RRN teve uma participação activa	42			
	despesa pública total - apoio para assistência técnica	4 628 973,42			
	das quais despesa realizada de apoio à criação e funcionamento RRN	1 493 584,17			
	despesa pública total	62 420 376,05			
20.1 e 20.3	custos administrativos (pessoal, materiais...)	62 420 376,05			
	outros custos (estudos, formações...)				

TABELA B3: Monitorização das medidas por domínio, por CN e plurianuais – ANUAL

	Cod submedid a COM	Código operação PDR2020	Indicadores de realização	P2A	P2B	P3A	P3B	P4A	P4B	P4C	P5A	P5B	P5C	P5E	P6B	Total
FOR-AREA (21)	8.1 (apenas manutenção em florestação e criação de zonas arborizadas)	despesa pública (C)												12 688 872,87		12 688 872,87
		área com apoio ao prémio anual por hectare para cobrir os custos da perda de rendimentos agrícolas e de manutenção em florestação e criação de zonas arborizadas	8.1.1	Florestação terras agrícolas e não-agricolas										49 918,37		49 918,37
		nº de beneficiários com apoio ao prémio anual por hectare para cobrir os custos da perda de rendimentos agrícolas e de manutenção em florestação e criação de zonas arborizadas												3 816,00		3 816,00
	8.2 (apenas manutenção)	despesa pública (C)														
		área com apoio ao prémio anual por hectare para cobrir os custos de manutenção dos sistemas agroflorestais	8.1.2	Instalação de sistemas agro-florestais												
	8.3	nº de beneficiários com apoio ao prémio anual por hectare para cobrir os custos de manutenção dos sistemas agroflorestais						30,00								30,00
		área com apoio a ações de protecção/prevenção	8.1.3	Prevenção da floresta contra agentes bióticos e abióticos				37 369,82								37 369,82
		despesa pública total (C)						6 438 207,02								6 438 207,02
	9.1	nº de explorações participantes em agrupamentos de produtores apoiados				77,00										77,00
		nº de operações apoiadas (criação de agrupamentos de produtores)	5.1.1	Criação de agrupamentos e organizações de produtores												
PROD-GROUP(27)		despesa pública total (C)				200 000,00										200 000,00
28	10.1	nº de contratos	7.2.1	Produção Integrada				10 750,00								10 750,00
			7.3.2	Pagamentos Rede Natura - Apoios zonais de carácter agroambiental				1 123,00								1 123,00
			7.4.1	Conservação do solo - Sementeira direta ou mobilização na linha				252,00						252,00		504,00
			7.4.2	Conservação do solo - Enrelvamento da entrelinha de culturas permanentes				4 238,00						4 238,00		8 476,00
			7.5.1	Uso eficiente da água				716,00			716,00					1 432,00
			7.6.1	Culturas permanentes tradicionais				41 966,00								41 966,00
			7.6.2	Culturas permanentes tradicionais - Douro Vinhateiro				7 072,00								7 072,00
			7.7.1	Pastoreio extensivo - Apoio à manutenção de lameiros de alto valor natural				3 774,00								3 774,00
			7.7.2	Pastoreio extensivo - Apoio à manutenção de sistemas agro-silvo-pastoris sob montado				1 224,00								1 224,00
			7.7.3	Pastoreio extensivo - Apoio à proteção do lobo -ibérico				2 238,00								2 238,00
			7.8.1	Recursos genéticos - Manutenção de raças autóctones em risco				5 847,00								5 847,00
			7.8.2	Recursos genéticos - Utilização de variedades vegetais tradicionais												
			7.9.1	Mosaico agroflorestal				281,00								281,00
			7.12.1	Apoio agroambiental à apicultura				12,00								12,00
			Total					79 493,00			716,00			4 490,00		84 699,00
			área por tipologia AEM													
			7.2.1	Produção Integrada				609 731,79								609 731,79
			7.3.2	Pagamentos Rede Natura - Apoios zonais de carácter agroambiental				77 318,37								77 318,37
			7.6.1	Culturas permanentes tradicionais				150 199,18								150 199,18
			7.6.2	Culturas permanentes tradicionais - Douro Vinhateiro				17 960,18								17 960,18
			7.7.1	Pastoreio extensivo - Apoio à manutenção de lameiros de alto valor natural				13 274,45								13 274,45
			7.7.2	Pastoreio extensivo - Apoio à manutenção de sistemas agro-silvo-pastoris sob montado				156 942,26								156 942,26
			7.7.3	Pastoreio extensivo - Apoio à proteção do lobo -ibérico												
			7.4.1	Conservação do solo - Sementeira direta ou mobilização na linha				6 982,23						6 982,23		13 964,45
			7.4.2	Conservação do solo - Enrelvamento da entrelinha de culturas permanentes				45 080,30						45 080,30		90 160,60
			7.5.1	Uso eficiente da água				32 394,49			32 394,49					64 788,97
			7.12.1	Apoio agroambiental à apicultura				702,59								702,59
			7.8.1	Recursos genéticos - Manutenção de raças autóctones em risco												
			7.8.2	Recursos genéticos - Utilização de variedades vegetais tradicionais												
			7.9.1	Mosaico agroflorestal				1 589,97								1 589,97
			Total					1 112 175,80			32 394,49			52 062,53		1 196 632,81
			Despesa pública total por tipologia AEM													
			7.2.1	Produção Integrada				54 729 949,66								54 729 949,66
			Total					54 729 949,66								54 729 949,66
			7.3.2	Pagamentos Rede Natura - Apoios zonais de carácter agroambiental				5 337 121,77								5 337 121,77
			7.6.1	Culturas permanentes tradicionais				21 023 276,14								21 023 276,14
			7.6.2	Culturas permanentes tradicionais - Douro Vinhateiro				7 383 185,22								7 383 185,22
			7.7.1	Pastoreio extensivo - Apoio à manutenção de lameiros de alto valor natural				1 555 822,92								1 555 822,92
			7.7.2	Pastoreio extensivo - Apoio à manutenção de sistemas agro-silvo-pastoris sob montado				3 364 745,43								3 364 745,43
			7.7.3	Pastoreio extensivo - Apoio à proteção do lobo -ibérico				1 098 189,00								1 098 189,00
			Total					39 762 340,48								39 762 340,48
			7.4.1	Conservação do solo - Sementeira direta ou mobilização na linha				366 506,08						366 506,08		733 012,16
			7.4.2	Conservação do solo - Enrelvamento da entrelinha de culturas permanentes				3 202 040,89						3 202 040,89		6 404 081,77
			Total					3 568 546,97						3 568 546,97		7 137 093,93
			7.5.1	Uso eficiente da água				2 171 376,85			2 171 376,85					4 342 753,70
			Total					2 171 376,85			2 171 376,85					4 342 753,70
			7.12.1	Apoio agroambiental à apicultura				6 369,23								6 369,23
			Total					6 369,23								6 369,23
			7.8.1	Recursos genéticos - Manutenção de raças autóctones em risco				8 229 867,64								8 229 867,64
			7.8.2	Recursos genéticos - Utilização de variedades vegetais tradicionais												
			7.9.1	Mosaico agroflorestal				60 815,33								60 815,33
			Total					8 290 682,97								8 290 682,97
			Área física (ha)					1 218 033,61			32 394,49			6 982,23		1 257 410,32
	10.2	nº de contratos	7.8.3	Recursos genéticos - Conservação e melhoramento de recursos genéticos animais				23,00								23,00
			7.8.4	Recursos genéticos - Conservação e melhoramento de recursos genéticos vegetais				4,00								4,00
			Total					27,00								27,00
		despesa pública total - RGA (C)	7.8.3	Recursos genéticos - Conservação e melhoramento de recursos genéticos animais				8 385 263,02								8 385 263,02
		despesa pública total - RGV (C)	7.8.4	Recursos genéticos - Conservação e melhoramento de recursos genéticos vegetais				755 518,46								755 518,46

	Cod submedid a COM	Código operação PDR2020	Indicadores de realização		P2A	P2B	P3A	P3B	P4A	P4B	P4C	P5A	P5B	P5C	P5E	P6B	Total	
ORG_FARM (29)	11	nº de explorações	7.1.1	Conversão para agricultura biológica					8 792,00								8 792,00	
			dos quais <i>Next Generation</i>						8 792,00							8 792,00		
			7.1.2	Manutenção em agricultura biológica					4 363,00							4 363,00		
			Total						13 155,00							13 155,00		
		despesa pública total (€)	7.1.1	Conversão para agricultura biológica					62 136 447,41									62 136 447,41
			dos quais <i>Next Generation</i>						62 136 447,41									62 136 447,41
			7.1.2	Manutenção em agricultura biológica					29 592 990,37									29 592 990,37
			Total						91 729 437,78									91 729 437,78
	11.1	área convertida para agricultura biológica (11.1)	7.1.1	Conversão para agricultura biológica					377 024,67								377 024,67	
	dos quais <i>Next Generation</i>						377 024,67										377 024,67	
	11.2	área mantida em agricultura biológica (11.2)	7.1.2	Manutenção em agricultura biológica					231 952,22								231 952,22	
NAT-WFD (30)	12.1	nº de explorações apoiadas	7.3.1	Pagamentos Rede Natura - Pagamento natura					8 460,00								8 460,00	
		superfície agrícola em NATURA 2000 (ha)							483 356,52							483 356,52		
		despesa pública total (euros)							12 088 724,41							12 088 724,41		
NCA (31)	13	nº de explorações apoiadas	9.0.1	Zonas de Montanha	99 951,00				99 951,00						99 951,00	99 951,00	99 951,00	
			Zonas, que não as de montanha, sujeitas a condicionantes naturais significativas		27 738,00				27 738,00						27 738,00	27 738,00	27 738,00	
			Zonas sujeitas a condicionantes específicas		1 974,00				1 974,00						1 974,00	1 974,00	1 974,00	
			Total		129 663,00				129 663,00						129 663,00	129 663,00	518 652,00	
		despesa pública total (euros)	9.0.1	Zonas de Montanha	32 460 797,42				21 640 531,61							27 050 664,51	27 050 664,51	108 202 658,05
			Zonas, que não as de montanha, sujeitas a condicionantes naturais significativas		11 042 232,95				7 361 488,64						9 201 860,79	9 201 860,79	36 807 443,18	
			Zonas sujeitas a condicionantes específicas		226 604,59				151 069,72						188 837,16	188 837,16	755 348,62	
			Total		43 729 634,96				29 153 089,97							#####	#####	145 765 449,85
	13.1	área apoiada em zonas de montanha	9.0.1	Zonas de Montanha	204 366,28				136 244,19						170 305,23	170 305,23	681 220,94	
	13.2	área apoiada noutras zonas sujeitas a condicionantes naturais	9.0.2	Zonas, que não as de montanha, sujeitas a condicionantes naturais significativas	306 905,14				204 603,43						255 754,29	255 754,29	1 023 017,14	
	13.3	área apoiada em zonas sujeitas a outras condicionantes específicas	9.0.3	Zonas sujeitas a condicionantes específicas	2 302,29				1 534,86						1 918,58	1 918,58	7 674,30	
	FOR-ENV (34)	15.1	áreas em compromisso silvoambiental (15.1)	7.10.1	Manutenção de habitats do lince-ibérico													
				7.10.2	Manutenção e recuperação de galerias ripícolas					68,42								68,42
Total								68,42								68,42		
nº de contratos apoiados			7.10.1	Manutenção de habitats do lince-ibérico														
			7.10.2	Manutenção e recuperação de galerias ripícolas					10,00									10,00
			Total						10,00									10,00
despesa pública total		7.10.1	Manutenção de habitats do lince-ibérico															
		7.10.2	Manutenção e recuperação de galerias ripícolas					12 735,88									12 735,88	
		Total						12 735,88									12 735,88	
15.2	despesa pública para conservação dos recursos genéticos florestais (15.2)	7.8.5	Conservação e melhoramento de recursos genéticos florestais					68 188,49									68 188,49	
15	despesa pública total	Total						80 924,37									80 924,37	

TABELA B4: Despesa pública das Operações com prioridades secundárias – ACUMULADO

euros

Prioridade/Área Focus		Despesa Pública (programada)	Despesa Pública (executada)
P1		75 117 831,73	39 021 812,67
P2	A	1 630 948 160,26	238 569 700,64
	B	161 779 689,44	1 744 386,09
P3	A	35 377 898,75	1 481 336,02
	B	139 335 593,26	1 330 964,46
P4	A	2 098 612 337,44	31 567 957,48
	B	2 098 612 337,44	8 571 040,43
	C	2 098 612 337,44	17 155 260,91
P5	A	401 351 945,31	10 478 310,78
	B	56 081 862,64	46 162 731,98
	C	32 980 381,75	8 054 951,10
	D		
	E	513 280 093,31	2 252 742,11
P6	A		
	B	565 519 556,08	
	C		

TABELA C: Desagregação por tipo de área

	Cod submedida COM	Código operação PDR2020	Descrição PDR2020	Despesa pública total (euros)						Total	
				Zonas não sujeitas a condicionantes naturais ou a outras condicionantes específicas	Zonas sujeitas a condicionantes naturais ou a outras condicionantes específicas			Natura 2000	Explorações com agricultura biológica		
					Zonas de montanha	Zonas, que não as zonas de montanha, sujeitas a condicionantes naturais significativas	Outras zonas afetadas por condicionantes específicas				
INV-PHY (17)	4.1	3.1.2	Investimento na exploração agrícola por Jovens Agricultores	3 194 322,54	10 011 453,90	7 948 242,98	53 506,88	1 990 502,75	2 805 305,81	21 207 526,30	
		3.2.1	Investimento na exploração agrícola	161 885 531,66	180 950 403,44	213 551 490,14	6 362 017,04	95 038 944,75	41 093 187,15	562 749 442,28	
		3.2.2	Pequenos Investimentos nas explorações agrícolas	4 634 979,08	14 837 213,46	11 683 339,70	93 090,28	7 113 509,20	2 606 807,69	31 248 622,52	
	4.2	3.3.1	Investimento Transformação, e comercialização de produtos agrícolas	66 554 761,56	43 665 951,13	39 265 323,68	1 887 127,38			151 373 163,75	
		3.3.2	Pequenos Investimentos de Transformação, e comercialização de produtos agrícolas	1 078 112,34	2 544 839,58	1 579 142,55	155 925,00			5 358 019,47	
		4.0.1	Investimentos em produtos florestais identificados como agrícolas no Anexo I do Tratado	1 114 912,84	149 971,58	3 102 069,07				4 366 953,49	
	4.3	3.4.1	Desenvolvimento do regadio eficiente	49 721 975,15	3 285 929,94	10 374 832,86				63 382 737,95	
		3.4.2	Melhoria da eficiência dos regadios existentes	24 403 263,52	29 204 696,67	42 338 504,91	4 087,11			95 950 552,21	
		3.4.3	Drenagem e estruturação fundiária	660 891,08	2 556 697,85	923 206,26				4 140 795,19	
	4.4	7.11.1	Investimentos não produtivos		18 351 929,74	125 061,82		600 144,33		18 476 991,56	
					313 248 749,77	305 559 087,29	330 891 213,97	8 555 753,69	104 743 101,03	46 505 300,65	958 254 804,72
	BUS-DEV (19)	6.1	3.1.1	Jovens Agricultores	20 482 282,33	50 331 965,00	23 672 951,70	1 101 125,00	16 445 248,91	16 419 378,52	95 588 324,03
AGRI_ENV (28)	10.1	7.2.1	Produção Integrada					57 092 040,90		481 997 035,72	
		7.3.2	Pagamentos Rede Natura - Apoios zonais de caracter agroambiental					17 707 331,93		31 386 662,82	
		7.4.1	Conservação do solo - Sementeira direta ou mobilização na linha					934 387,13		4 777 347,70	
		7.4.2	Conservação do solo - Enrelvamento da entrelinha de culturas permanentes					2 890 805,47		21 750 077,33	
		7.5.1	Uso eficiente da água					3 535 106,55		29 406 837,77	
		7.6.1	Culturas permanentes tradicionais					21 728 801,51		109 100 432,87	
		7.6.2	Culturas permanentes tradicionais - Douro Vinhateiro					2 214 224,25		38 212 004,10	
		7.7.1	Pastoreio extensivo - Apoio à manutenção de lameiros de alto valor natural					2 260 644,39	237 738 191,83	11 840 996,87	
		7.7.2	Pastoreio extensivo - Apoio à manutenção de sistemas agro-silvo-pastoris sob montado					4 479 587,78		24 434 826,06	
		7.7.3	Pastoreio extensivo - Apoio à proteção do lobo - ibérico					1 358 921,70		7 744 329,68	
		7.9.1	Mosaico agroflorestal					242 962,29		618 618,07	
		7.12.1	Apoio agroambiental à apicultura					2 304,19		67 658,03	
		7.8.1	Recursos genéticos – Manutenção de raças autóctones em risco					9 164 477,32		53 679 210,28	
		7.8.2	Recursos genéticos – Utilização de variedades vegetais tradicionais								
									123 611 595,42	237 738 191,83	
		10.2	7.8.3	Recursos genéticos - Conservação e melhoramento de recursos genéticos animais	4 431 671,50	20 213 841,82	18 366 953,04				43 012 466,36
	7.8.4		Recursos genéticos - Conservação e melhoramento de recursos genéticos vegetais	1 082 103,40	90 256,25	687 950,13	54 852,29			1 915 162,07	
30	12.1	7.3.1	Pagamentos Rede Natura - Pagamento natura					62 256 376,56	24 049 178,90	62 256 376,56	
31	13.1	9.0.1	Zonas de Montanha		742 881 957,46			111 906 778,20	273 941 970,02	742 881 957,46	
	13.2	9.0.2	Zonas, que não as de montanha, sujeitas a condicionantes naturais significativas			221 367 114,75		47 366 972,85	127 287 526,51	221 367 114,75	
	13.3	9.0.3	Zonas sujeitas a condicionantes específicas				4 179 555,63		3 077 017,42	4 179 555,63	
FOR-ENV (34)	15.1	7.10.1	Manutenção de habitats do lince-ibérico								
		7.10.2	Manutenção e recuperação de galerias ripícolas					51 638,07		125 834,24	
								51 638,07			
15.2	7.8.5	Conservação e melhoramento de recursos			19 655,69		19 655,69		39 311,38		

TABELA C2.1: Desagregação por género e idade

	Cod submedida COM	Código operação PDR2020	Descrição PDR2020	Indicadores de realização	P2A	P2B	P3	P4	P5	P6	Total
INV-PHY (17)	4.1	3.1.2	Investimento na exploração agrícola	Nº de explorações com apoio ao investimento em explorações agrícolas	698						698
				idade <=40 anos	505						505
				Homens	337						337
				Mulheres	168						168
				idade >40 anos							
				Homens							
				Mulheres							
				outros não individuais	193						193
		3.2.1	Investimento na exploração agrícola	Nº de explorações com apoio ao investimento em explorações agrícolas	7 994			561	615		9 170
				idade <=40 anos	4 058			267	198		4 523
				Homens	2 580			166	117		2 863
				Mulheres	1 478			101	81		1 660
				idade >40 anos	699			33	57		789
				Homens	540			21	40		601
				Mulheres	159			12	17		188
				outros não individuais	3 237			261	360		3 858
		3.2.2	Pequenos Investimentos nas explorações agrícolas	Nº de explorações com apoio ao investimento em explorações agrícolas	4 647						4 647
				idade <=40 anos	753						753
				Homens	534						534
				Mulheres	219						219
				idade >40 anos	2 610						2 610
				Homens	1 924						1 924
				Mulheres	686						686
				outros não individuais	1 284						1 284
BUS-DEV (19)	6.1	3.1.1	Jovens Agricultores	Nº de beneficiários (explorações) a receber ajuda ao arranque de atividade dos jovens agricultores (6.1)		4 443					4 443
				idade <=40 anos		3 115					3 115
				Homens		1 977					1 977
				Mulheres		1 138					1 138
				idade >40 anos							
				Homens							
				Mulheres							
				outros não individuais		1 328					1 328

TABELA C2.2: Desagregação por ramo agrícola

Código Medida	Código submedida	Código submedida e descrição	Código indicador	Código indicador e descrição	Dimensão 1	Dimensão 2	Acumulado 2014- Ano N	Acumulado 2014- Ano N	Total
M04	M04.1; M04.2; M04.4	4.1; 4.2; 04.4	O3	O3 - Ações/operações apoiadas - O	Grandes Culturas Granívoros Horticultura Leite Setor não Agrícola (indústria alimentar...) Mista (culturas + animais) Outros Herbívoros Outras Culturas Permanentes Vinho		1 343 288 1 003 458 1 362 1 046 2 556 4 428 1 257	4 7 7 18 20 1 4 40 6	13 848
			O1	O1 - Despesa pública total	Grandes Culturas Granívoros Horticultura Leite Setor não Agrícola (indústria alimentar...) Mista (culturas + animais) Outros Herbívoros Outras Culturas Permanentes Vinho		63 167 535 28 681 513 38 830 890 33 594 228 25 537 065 34 536 833 65 617 635 226 130 403 39 618 016	74 571 128 641 64 746 169 064 897 032 2 552 22 418 630 464 142 836	557 846 441
M06	M06.1; M06.2; M06.3; M06.4	6.1; 6.2; 6.3; 6.4	O3	O3 - Ações/operações apoiadas - O	Grandes Culturas Granívoros Horticultura Leite Setor não Agrícola (indústria alimentar...) Mista (culturas + animais) Outros Herbívoros Outras Culturas Permanentes Vinho		404 41 239 90 91 194 507 1 618 239		3 423
			O1	O1 - Despesa pública total	Grandes Culturas Granívoros Horticultura Leite Setor não Agrícola (indústria alimentar...) Mista (culturas + animais) Outros Herbívoros Outras Culturas Permanentes Vinho		8 889 995 706 257 4 170 622 2 575 449 2 056 348 3 405 844 10 994 464 35 155 588 3 886 668		71 841 235

TABELA C2.3: Desagregação por dimensão

Med COM	SubMeasure code	SubMeasure code & desc.	Ind. code	Ind. code & desc.	Dimension 1	Cumul 2014-2017	IF's	Total
M04	M04.1; M04.2; M04.4	4.1; 4.2; 04.4	O3	O3 - Ações/operações apoiadas - Operações	< 5 Ha ≥ 5 HA to < 10 Ha ≥ 10 HA to < 20 Ha ≥ 20 HA to < 50 Ha ≥ 50 Ha	4 264 1 831 1 892 1 868 3 886	36 14 11 17 29	13 848
	M04.1; M04.2; M04.4	4.1; 4.2; 04.4	O1	O1 - Despesa pública total	< 5 Ha ≥ 5 HA to < 10 Ha ≥ 10 HA to < 20 Ha ≥ 20 HA to < 50 Ha ≥ 50 Ha	121 668 372 56 175 693 67 973 079 79 414 354 230 482 619	674 243 110 214 86 308 281 145 980 415	557 846 441
M06	M06.1; M06.2; M06.3; M06.4	6.1; 6.2; 6.3; 6.4	O3	O3 - Ações/operações apoiadas - Operações	< 5 Ha ≥ 5 HA to < 10 Ha ≥ 10 HA to < 20 Ha ≥ 20 HA to < 50 Ha ≥ 50 Ha	1 026 548 595 515 739		3 423
	M06.1; M06.2; M06.3; M06.4	6.1; 6.2; 6.3; 6.4	O1	O1 - Despesa pública total	< 5 Ha ≥ 5 HA to < 10 Ha ≥ 10 HA to < 20 Ha ≥ 20 HA to < 50 Ha ≥ 50 Ha	19 570 012 10 411 960 12 548 131 11 498 272 17 812 860		71 841 235

TABELA D: Progresso na consecução das metas

Domínio	Indicador de realização	Operações PDR		Indicador de realização Baseado em operações aprovadas (Acumulado)	Indicador de realização Baseado em operações com execução iniciada (inclui medidas transitadas)	Cod meta	Indicador de resultado meta	Indicador de Resultado Baseada em operações com execução iniciada	
P1A	despesa pública	1.1	2.1.1	Ações de formação	70 033 794,89	37 985 965,20	T1	% da despesa para as medidas 'transferência de conhecimentos & acção de informação', 'serviços de aconselhamento' e 'cooperação' na despesa total do PDR	0,67%
		1.2	2.1.2	Atividades de demonstração					
			2.1.4	Ações de informação					
		1.3	2.1.3	Intercâmbios de curta duração no domínio da gestão e visitas a explorações agrícolas e florestais					
		2.1	2.2.1	Fornecimento do serviço de aconselhamento agrícola e florestal					
		2.2	2.2.2	Criação de serviços de aconselhamento					
		2.3	2.2.3	Formação de conselheiros das entidades prestadoras do serviço de aconselhamento					
		16.1	1.0.1	Grupos operacionais					
		16.10	5.2.1	Interprofissionais					
P1B	nº de operações	16.3	5.3.1	Cooperação empresarial	177,00	177,00	T2	Número total de operações de cooperação apoiadas pela medida de cooperação (grupos, redes/clusters, projectos piloto...)	177,00
		16.1	1.0.1	Grupos operacionais					
		16.10	5.2.1	Interprofissionais					
P1C	nº participantes	1.1	2.1.1	Ações de formação	16 594,00	14 662,00	T3	Número total de participantes formados	14 662
P2A	nº explorações agrícolas	4.1	3.1.2	Investimento na exploração agrícola por Jovens Agricultores	16 778,00	16 522,00	T4	% de explorações agrícolas com apoio PDR para investimentos em reestruturação ou modernização	5,94%
			3.2.1	Investimento na exploração agrícola					
			3.2.2	Pequeno investimento na exploração agrícola					
P2B	nº explorações agrícolas	6.1	3.1.1	Jovens agricultores	4 949,00	4 649,00	T5	% de explorações agrícolas com apoio PDR para plano de desenvolvimento empresarial / investimentos para jovens agricultores	1,67%
P3A	nº explorações agrícolas	9.1	5.1.1	Criação de agrupamentos e organizações de produtores	34 349,00	34 349,00	T6	% de explorações agrícolas apoiadas em regimes de qualidade, mercados locais e cadeias curtas, e agrupamentos/organizações de produtores	12,35%
		16.10	5.2.1	Interprofissionais					
P3B	nº explorações agrícolas	17.1	6.1.1	Seguros	22 721,00	5 947,00	T7	% de explorações agrícolas participantes nos esquemas de gestão do risco	2,14%
P4A (agricultura)	área agrícola	10.1	7.2.1	Produção Integrada	1 315 786,34	1 124 324,97	T9	% superfície agrícola em contratos de gestão de apoio à biodiversidade e/ou paisagem	58,64%
			7.3.2	Pagamentos Rede Natura - Apoios zonais de caracter agroambiental					
			7.6.1	Culturas permanentes tradicionais					
			7.6.2	Culturas permanentes tradicionais - Douro Vinhateiro					
			7.7.1	Pastoreio extensivo - Apoio à manutenção de lameiros de alto valor natural					
			7.7.2	Pastoreio extensivo - Apoio à manutenção de sistemas agro-silvo-pastoris sob montado					
			7.7.3	Pastoreio extensivo - Apoio à proteção do lobo -ibérico					
			7.9.1	Mosaico agroflorestal					
			7.12.1	Apoio agroambiental à apicultura					
		11.1	7.1.1	Conversão para agricultura biológica	762 773,07	594 314,16			
		11.2	7.1.2	Manutenção em agricultura biológica					
		12.1	7.3.1	Pagamentos Rede Natura - Pagamento natura					
P4B (agricultura)	área agrícola	10.1	7.2.1	Produção Integrada	1 819 590,87	1 123 769,30	T10	% de superfície agrícola em contratos de gestão para melhoria da gestão da água	31,72%
			7.5.1	Uso eficiente da água					
		11.1	7.1.1	Conversão para agricultura biológica					
		11.2	7.1.2	Manutenção em agricultura biológica					
P4C (agricultura)	área agrícola	10.1	7.2.1	Produção Integrada	1 284 131,22	968 458,83	T12	% de superfície agrícola em contratos de gestão para melhoria da gestão do solo e/ou prevenção da erosão do solo (ha)	44,12%
			7.4.1	Conservação do solo - Sementeira direta ou mobilização na linha					
			7.4.2	Conservação do solo - Enrelvamento da entrelinha de culturas permanentes					
			7.6.1	Culturas permanentes tradicionais					
			7.6.2	Culturas permanentes tradicionais - Douro Vinhateiro					
			7.7.1	Pastoreio extensivo - Apoio à manutenção de lameiros de alto valor natural					
			7.7.2	Pastoreio extensivo - Apoio à manutenção de sistemas agro-silvo-pastoris sob montado					
			7.7.3	Pastoreio extensivo - Apoio à proteção do lobo -ibérico					
		11.1	7.1.1	Conversão para agricultura biológica	762 773,07	594 314,16			
		11.2	7.1.2	Manutenção em agricultura biológica					
P4A (floresta)	área florestal	15.1	7.10.1	Manutenção de habitats do linco-ibérico	146,62	68,42	T8	% de superfície florestal em contratos de gestão de apoio à biodiversidade	0,80%
			7.10.2	Manutenção e recuperação de galerias ripícolas					
P4B (floresta)	área florestal	8.5	8.1.5	Melhoria da resiliência e do valor ambiental das florestas	33 001,31	27 444,99			
P4C (floresta)	área florestal	8.5	8.1.5	Melhoria da resiliência e do valor ambiental das florestas	43 292,27	36 312,03	T11	% de superfície florestal em contratos de gestão para melhoria da gestão da água	1,05%
		</							

TABELA E: Monitorização das medidas transitórias – ANUAL

Artigo	Código COM	Código Reg 1698/2005	Despesa pública total acumulado	Despesa pública total (do ano)
14	1	331,111	505 872,84	
15	2	114,115	884 769,47	
16	3	132,133		
17	4	216,121,125,123	312 861 230,17	3 892 060,77
18	5	126	1 323 960,84	
19	6	112,141,311,312,313	8 340 759,20	51 346,18
20	7	321,322,323	274 101,10	9 469,58
21	8	221,222,223,226,227,122,123	193 047 711,12	13 674 627,15
27	9	142		
28	10	214	4 884 034,45	6 821,08
29	11	214	219 089,32	7 906,32
30	12	213,224		
31	13	211,212	111 205 088,30	1 862,32
33	14	215		
34	15	225	51 986,56	436,02
35	16	124	9 802 258,91	17 845,35
32 (CPR)	19	411,412,413,421,431	225 792,75	
		Medidas descontinuadas		
		113	669 853,61	669 853,61
		131		

ANEXO VI - Relatório sobre a execução dos instrumentos financeiros

Artigo 46º do Regulamento (UE) nº 1303/2013

Nota: Manteve-se o *layout* deste relatório conforme é extraído do SFC

30A. A avaliação ex ante foi iniciada?	Sim
30B. A avaliação ex ante foi concluída?	Sim
30. Data da conclusão da avaliação ex ante	30 de abril de 2015
31.1. O procedimento de seleção ou designação já foi lançado?	Sim
13A. O acordo de financiamento foi assinado?	Sim
13. Data de celebração do acordo de financiamento com o organismo de execução do instrumento financeiro	3 de maio de 2019

Lista dos instrumentos financeiros

Designação do instrumento financeiro	Tipo de instrumento financeiro	Fundo ou Fundos Relacionados
Linha de Garantia de Crédito	Fundo de Fundos	

I. Identificação do programa e prioridade ou medida ao abrigo das quais é concedido o apoio dos FEEI [artigo 46.º, n.º 2, alínea a), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013]	
1. Eixos prioritários ou medidas de apoio ao instrumento financeiro, incluindo fundos de fundos, no âmbito do programa dos FEEI	
1.1 Referência (número e título) de cada um dos eixos prioritários ou cada uma das medidas de apoio ao instrumento financeiro no âmbito do programa dos FEEI	M04 - Investimentos em ativos físicos (art. 17.º)
2. Designação dos FEEI que apoiam o instrumento financeiro ao abrigo do eixo prioritário ou medida	FEADER
3.01 Montante dos FEEI afetados no acordo de financiamento a cada prioridade referida no artigo 5.º do Regulamento 1305/2013, por medida	
3.1. Montante dos FEEI afetado a este objetivo temático	
4. Outros programas dos FEEI que efetuam contribuições para o instrumento financeiro	
4.1. Número de CCI de todos os outros programas dos FEEI que efetuam contribuições para o instrumento financeiro	
30. Data do fim da avaliação ex ante	30/abr/2015
31. Seleção dos organismos que executam o instrumento financeiro	
31.1. Se o procedimento de seleção ou designação já foi lançado	Sim
II. Descrição do instrumento financeiro e disposições de execução [artigo 46.º, n.º 2, alínea b), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013]	
5. Designação do instrumento financeiro	Linha de Garantia de Crédito
6. Endereço oficial/local de atividade do instrumento financeiro (nome do país e cidade)	Portugal, Lisboa
7. Modalidades de execução	
7.1. Instrumentos financeiros instituídos a nível da União, geridos, direta ou indiretamente, pela Comissão referidos no artigo 38.º, n.º 1, alínea a), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, com apoio de contribuições do programa dos FEEI	Não
7.1.1. Designação do instrumento financeiro a nível da União	
7.2. Instrumento financeiro estabelecido a nível nacional, regional, transnacional ou transfronteiras, gerido por ou sob a responsabilidade da autoridade de gestão referido no artigo 38.º, n.º 1, alínea b), com o apoio de contribuições dos programas dos FEEI, nos termos do artigo 38.º, n.º 4, alíneas a), b), c) e d), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013	
7.3. Instrumento financeiro que combina uma contribuição financeira da AG com os produtos financeiros do BEI no âmbito do	Delegação das tarefas de execução por adjudicação direta de um contrato

Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos, em conformidade com o artigo 39.º-A, referido no artigo 38.º, n.º 1, alínea c)	
8. Tipo de instrumento financeiro	Fundos de fundos
10. Estatuto jurídico do instrumento financeiro, em conformidade com o artigo 38.º, n.º 6, e o artigo 39.º-A, n.º 5, alínea b), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 [apenas para os instrumentos financeiros referidos no artigo 38.º, n.º 1, alíneas b) e c)]: conta fiduciária aberta em nome do organismo de execução e em benefício da autoridade de gestão ou financiamento separado no seio de uma instituição financeira	Bloco financeiro separado
III. Identificação do organismo de execução do instrumento financeiro e, se for caso disso, do organismo que executa um fundo de fundos, consoante o caso, tal como referido no artigo 38.º, n.º 1, alíneas a), b) e c), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 [artigo 46.º, n.º 2, alínea c), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013]	
11. Organismo de execução do instrumento financeiro	
11.1. Tipo de organismo de execução nos termos do artigo 38.º, n.º 4, e do artigo 39.º-A, n.º 5, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013: entidades legais existentes ou recentemente criadas dedicadas à execução dos instrumentos financeiros; Banco Europeu de Investimento; Fundo Europeu de Investimento; instituição financeira internacional de que um Estado-Membro seja acionista; banco ou instituição de capitais públicos, estabelecidos como entidades jurídicas que exercem atividades financeiras numa base profissional; organismo de direito público ou privado; autoridade de gestão que realize diretamente as ações de execução (apenas para empréstimos ou garantias)	Fundo Europeu de Investimento
11.1.1. Nome do organismo que executa o instrumento financeiro	FEI - Fundo Europeu de Investimento
11.1.2. Endereço oficial/local de atividades (nome do país e da cidade) do organismo de execução do instrumento financeiro	Luxemburgo, Luxemburgo
12. Procedimento para seleção de um organismo para execução do instrumento financeiro; outro procedimento	Designação do BEI, FEI, ou instituições financeiras internacionais
12.1. Descrição dos outros procedimentos de seleção do organismo de execução do instrumento financeiro	
13. Data de celebração do acordo de financiamento com o organismo de execução do instrumento financeiro	3/mai/2019
IV. Montante total das contribuições do programa, por prioridade ou medida, pagas ao instrumento financeiro e custos de gestão incorridos ou taxas de gestão pagas [artigo 46.º, n.º 2, alíneas d) e e), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013]	
14. Montante total das contribuições do programa autorizado no âmbito do acordo de financiamento (em EUR)	M04: 20.066.861,11 Total: 20.066.861,11
14.1. De entre o qual, contribuições para os FEEI (em EUR)	M04: 18.525.112,91

	Total: 18.525.112,91
14.1.1. De entre o qual, FEDER (em EUR) (facultativo)	
14.1.2. De entre o qual, Fundo de Coesão (em EUR) (facultativo)	
14.1.3. De entre o qual, FSE (em EUR) (facultativo)	
14.1.4. De entre o qual, FEADER (em EUR) (facultativo)	M04: 18.525.112,91 Total: 18.525.112,91
14.1.5. De entre o qual, FEAMP (em EUR) (facultativo)	
15. Montante total das contribuições do programa pagas ao instrumento financeiro (em EUR)	M04: 10,033,430.51 Total: 10,033,430.51
15.1. De entre o qual, o montante das contribuições dos FEEI (em EUR)	M04: 9,262,556.46 Total: 9,262,556.46
15.1.1. De entre o qual, FEDER (em EUR)	
15.1.2. De entre o qual, Fundo de Coesão (em EUR)	
15.1.3. De entre o qual, FSE (em EUR)	
15.1.4. De entre o qual, FEADER (em EUR)	M04: 9.262.556,46 Total: 9.262.556,46
15.1.5. De entre o qual, FEAMP (em EUR)	
15.2. De entre o qual, montante total de cofinanciamento nacional (em EUR)	M04: 770,874.05 Other: 0.00 Total: 770,874.05
15.2.1. De entre o qual, montante total dos financiamentos públicos nacionais (em EUR)	M04: 770.874,05 Total: 770.874,05
15.2.2. De entre o qual, montante total dos financiamentos privados nacionais (em EUR)	
16. Montante total das contribuições pagas ao instrumento financeiro ao abrigo da Iniciativa para o Emprego dos Jovens (IEJ) (em EUR)	
17. Montante total dos custos e taxas de gestão pagos com contribuições do programa (em EUR)	M04: 148.289,81 Total: 148.289,81
17.1. De entre o qual, a remuneração de base (em EUR)	M04: 148.289,81 Total: 148.289,81
17.2. De entre o qual, a remuneração baseada no desempenho (em EUR)	
18. Custos ou taxas de gestão capitalizados, em conformidade com o artigo 42.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 (relevantes apenas para o relatório final) (em EUR)	
19. Bonificações de juros ou contribuições para prémios de garantias capitalizados, em conformidade com o artigo 42.º, n.º 1, alínea c), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 (relevante apenas para o relatório final) (em EUR)	

20. Montante total das contribuições do programa para prosseguir os investimentos nos destinatários finais, em conformidade com o artigo 42.º, n.º 3, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 (relevante apenas para o relatório final) (em EUR)	
21. Contribuições relativas a terrenos e/ou imóveis no instrumento financeiro, em conformidade com o artigo 37.º, n.º 10, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013	
VI. O desempenho do instrumento financeiro, incluindo o progresso no seu estabelecimento e na seleção de organismos que o executem (incluindo o organismo que executa um fundo de fundos) [artigo 46.º, n.º 2, alínea f), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013];	
32. Informações sobre a operacionalidade, ou não, do instrumento financeiro no final do ano de referência	Sim
32.1. Caso o instrumento financeiro já não estivesse operacional no final do ano de referência, data da sua liquidação	
VII: Juros e outras receitas geradas pelo apoio dos FEEI ao instrumento financeiro, os recursos do programa reembolsados ao instrumento financeiro a partir de investimentos, como referido nos artigos 43.º e 44.º, os montantes utilizados para o tratamento diferenciado, como referido no artigo 43.º-A, e o valor dos investimentos em capitais próprios relativamente aos anos anteriores [artigo 46.º, n.º 2, alíneas g) e i), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013]	
35. Juros e outras receitas gerados pelos pagamentos dos FEEI ao instrumento financeiro (em EUR)	-32.395,59
37. Montante dos recursos atribuíveis aos FEEI utilizados em conformidade com os artigos 43.º-A e 44.º	
37.1 De entre o qual, montantes pagos para tratamento diferenciado de investidores que operam de acordo com o princípio da economia de mercado, que prestam a contrapartida ao apoio dos FEEI ao instrumento financeiro ou coinvestem ao nível do beneficiário final (em EUR)	
37.2. De entre o qual, montantes pagos para o reembolso dos custos de gestão incorridos e pagamento das taxas de gestão do instrumento financeiro (em EUR)	
37.3 De entre o qual, montantes para cobertura das perdas no valor nominal da contribuição dos FEEI para o instrumento financeiro resultantes de juros negativos, se tais perdas ocorrerem apesar da gestão de tesouraria ativa por parte dos organismos que executam os instrumentos financeiros (em EUR)	
VIII. Progressos no sentido de alcançar o efeito de alavancagem previsto dos investimentos realizados pelo instrumento financeiro e valor dos investimentos e participações [artigo 46.º, n.º 2, alínea h), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013]	
38. Montante total de outras contribuições, não provenientes dos FEEI geradas pelo instrumento financeiro (em EUR)	

38.1 Montante total de outras contribuições, não provenientes dos FEEI, autorizado no acordo de financiamento assinado com o organismo de execução do instrumento financeiro (em EUR)	1.541.748,20
38.1-A. Contribuições a título do produto financeiro do BEI autorizado no acordo de financiamento com o organismo de execução do instrumento financeiro [apenas para os instrumentos referidos no artigo 38.º, n.º 1, alínea c)] (em EUR)	15.000.000,00
38.2. Montante total de outras contribuições, não provenientes dos FEEI, pagas ao instrumento financeiro (em EUR)	770.874,05
38.2.1. De entre o qual, contribuições públicas (EUR)	770.874,05
38.2.2. De entre o qual, contribuições privadas (EUR)	
38.2-A. Contribuição a título do produto financeiro do BEI paga ao IF [apenas para os instrumentos referidos no artigo 38.º, n.º 1, alínea c)] (em EUR)]	

I. Identificação do programa e prioridade ou medida ao abrigo das quais é concedido o apoio dos FEEI [artigo 46.º, n.º 2, alínea a), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013]	
1. Eixos prioritários ou medidas de apoio ao instrumento financeiro, incluindo fundos de fundos, no âmbito do programa dos FEEI	
1.1 Referência (número e título) de cada um dos eixos prioritários ou cada uma das medidas de apoio ao instrumento financeiro no âmbito do programa dos FEEI	M04 - Investimentos em ativos físicos (art. 17.º)
3.01 Montante dos FEEI afetados no acordo de financiamento a cada prioridade referida no artigo 5.º do Regulamento 1305/2013, por medida	
3.1. Montante dos FEEI afetado a este objetivo temático	
II. Descrição do instrumento financeiro e disposições de execução [artigo 46.º, n.º 2, alínea b), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013]	
5. Designação do instrumento financeiro	Linha de Garantia de Crédito
6. Endereço oficial/local de atividade do instrumento financeiro (nome do país e cidade)	Portugal, Lisboa
8. Tipo de instrumento financeiro	Fundo específico de fundos de fundos
8.2. Fundo ou Fundos Relacionados	Linha de Garantia de Crédito
8.1. Instrumentos financeiros ou personalizados conformes aos termos e condições normalizados, ou seja, instrumentos imediatamente disponíveis	
9. Tipo de produtos fornecidos pelos instrumentos financeiros: créditos, microcréditos, garantias, investimentos em capital próprio ou quase-capital, outros produtos financeiros ou outras formas de apoio combinadas com o instrumento financeiro, em conformidade com o artigo 37.º, n.º 7, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013.	
9.0.1. Empréstimos (\geq EUR 25,000)	Não
9.0.2. Microempréstimos ($<$ EUR 25 000 e concedidos às microempresas) em conformidade com SEC/2011/1134 final	Não
9.0.3. Garantias	Sim
9.0.4. Capital próprio	Não
9.0.5. Quase-capital	Não
9.0.6. Outros produtos financeiros	Não
9.0.7. Outros apoios combinados com o instrumento financeiro	Não
9.1 Descrição dos outros produtos financeiros	
9.2. Outros apoios combinados com o instrumento financeiro: subvenções, bonificações de juros, contribuições para prémios de	

garantias, em conformidade com o artigo 38.º, n.º 7, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013	
10. Estatuto jurídico do instrumento financeiro, em conformidade com o artigo 38.º, n.º 6, e o artigo 39.º-A, n.º 5, alínea b), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 [apenas para os instrumentos financeiros referidos no artigo 38.º, n.º 1, alíneas b) e c)]: conta fiduciária aberta em nome do organismo de execução e em benefício da autoridade de gestão ou financiamento separado no seio de uma instituição financeira	Bloco financeiro separado
III. Identificação do organismo de execução do instrumento financeiro e, se for caso disso, do organismo que executa um fundo de fundos, consoante o caso, tal como referido no artigo 38.º, n.º 1, alíneas a), b) e c), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 [artigo 46.º, n.º 2, alínea c), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013]	
11. Organismo de execução do instrumento financeiro	
11.1. Tipo de organismo de execução nos termos do artigo 38.º, n.º 4, e do artigo 39.º-A, n.º 5, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013: entidades legais existentes ou recentemente criadas dedicadas à execução dos instrumentos financeiros; Banco Europeu de Investimento; Fundo Europeu de Investimento; instituição financeira internacional de que um Estado-Membro seja acionista; banco ou instituição de capitais públicos, estabelecidos como entidades jurídicas que exercem atividades financeiras numa base profissional; organismo de direito público ou privado; autoridade de gestão que realize diretamente as ações de execução (apenas para empréstimos ou garantias)	Fundo Europeu de Investimento
11.1.1. Nome do organismo que executa o instrumento financeiro	FEI - Fundo Europeu de Investimento
11.1.2. Endereço oficial/local de atividades (nome do país e da cidade) do organismo de execução do instrumento financeiro	Luxemburgo, Luxemburgo
12. Procedimento para seleção de um organismo para execução do instrumento financeiro; outro procedimento	Designação do BEI, FEI, ou instituições financeiras internacionais
12.1. Descrição dos outros procedimentos de seleção do organismo de execução do instrumento financeiro	
13. Data de celebração do acordo de financiamento com o organismo de execução do instrumento financeiro	3/mai/2019
IV. Montante total das contribuições do programa, por prioridade ou medida, pagas ao instrumento financeiro e custos de gestão incorridos ou taxas de gestão pagas [artigo 46.º, n.º 2, alíneas d) e e), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013]	
14. Montante total das contribuições do programa autorizado no âmbito do acordo de financiamento (em EUR)	M04: 8.457.750,00 Total: 8.457.750,00

14.1. De entre o qual, contribuições para os FEEI (em EUR)	M04: 7.807.936,36 Total: 7.807.936,36
14.1.1. De entre o qual, FEDER (em EUR) (facultativo)	
14.1.2. De entre o qual, Fundo de Coesão (em EUR) (facultativo)	
14.1.3. De entre o qual, FSE (em EUR) (facultativo)	
14.1.4. De entre o qual, FEADER (em EUR) (facultativo)	M04: 7.807.936,36 Total: 7.807.936,36
14.1.5. De entre o qual, FEAMP (em EUR) (facultativo)	
15. Montante total das contribuições do programa pagas ao instrumento financeiro (em EUR)	M04: 8,457,750.00 Total: 8,457,750.00
15.1. De entre o qual, o montante das contribuições dos FEEI (em EUR)	M04: 7,807,936.36 Total: 7,807,936.36
15.1.1. De entre o qual, FEDER (em EUR)	
15.1.2. De entre o qual, Fundo de Coesão (em EUR)	
15.1.3. De entre o qual, FSE (em EUR)	
15.1.4. De entre o qual, FEADER (em EUR)	M04: 7.807.936,36 Total: 7.807.936,36
15.1.5. De entre o qual, FEAMP (em EUR)	
15.2. De entre o qual, montante total de cofinanciamento nacional (em EUR)	M04: 649,813.64 Other: 0.00 Total: 649,813.64
15.2.1. De entre o qual, montante total dos financiamentos públicos nacionais (em EUR)	M04: 649.813,64 Total: 649.813,64
15.2.2. De entre o qual, montante total dos financiamentos privados nacionais (em EUR)	
16. Montante total das contribuições pagas ao instrumento financeiro ao abrigo da Iniciativa para o Emprego dos Jovens (IEJ) (em EUR)	
17. Montante total dos custos e taxas de gestão pagos com contribuições do programa (em EUR)	M04: 60.242,00 Total: 60.242,00
17.1. De entre o qual, a remuneração de base (em EUR)	M04: 45.202,00 Total: 45.202,00
17.2. De entre o qual, a remuneração baseada no desempenho (em EUR)	M04: 15.040,00 Total: 15.040,00
18. Custos ou taxas de gestão capitalizados, em conformidade com o artigo 42.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 (relevantes apenas para o relatório final) (em EUR)	
19. Bonificações de juros ou contribuições para prémios de garantias capitalizados, em conformidade com o artigo 42.º, n.º 1,	

alínea c), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 (relevante apenas para o relatório final) (em EUR)	
20. Montante total das contribuições do programa para prosseguir os investimentos nos destinatários finais, em conformidade com o artigo 42.º, n.º 3, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 (relevante apenas para o relatório final) (em EUR)	
21. Contribuições relativas a terrenos e/ou imóveis no instrumento financeiro, em conformidade com o artigo 37.º, n.º 10, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013	
V. Montante total do apoio pago aos beneficiários finais ou a bem dos beneficiários finais, ou autorizado no âmbito de contratos de garantia pelo instrumento financeiro para investimentos em beneficiários finais, por programa e prioridade ou medida dos FEEI [artigo 46.º, n.º 2, alínea e), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013]	
22. Nome de produto financeiro oferecido pelo instrumento financeiro	Linha de Garantia de Crédito
22.1. Número de produtos financeiros oferecidos pelo instrumento financeiro	Garantia
24. Montante total das contribuições do programa autorizadas no âmbito do presente empréstimo, garantia de capital próprio ou quase-capital ou outros contratos de produtos financeiros com os beneficiários finais (em EUR)	M04: 63.125.513,79 Total: 63.125.513,79
24.1. De entre o qual, montante total das contribuições dos FEEI (em EUR)	M04: 58.275.544,54 Total: 58.275.544,54
25. Montante total das contribuições do programa pagas aos beneficiários finais sob a forma do presente empréstimo, microempréstimos, capital ou outros produtos ou, no caso da garantia, autorizada para empréstimos pagos aos beneficiários finais por produto (em EUR)	M04: 41.431.829,01 Total: 41.431.829,01
25.1. De entre o qual, montante total das contribuições dos FEEI (em EUR)	M04: 38,248,598.55 Other: 0.00 Total: 38,248,598.55
25.1.1. De entre o qual, FEDER (em EUR)	
25.1.2. De entre o qual, Fundo de Coesão (em EUR)	
25.1.3. De entre o qual, FSE (em EUR)	
25.1.4. De entre o qual, FEADER (em EUR)	M04: 38.248.598,55 Total: 38.248.598,55
25.1.5. De entre o qual, FEAMP (em EUR)	
25.2. De entre o qual, montante total do cofinanciamento público nacional (em EUR)	M04: 3.183.230,46 Total: 3.183.230,46
25.3. De entre o qual, montante total do cofinanciamento privado nacional (em EUR)	

26. Valor total dos empréstimos efetivamente pagos aos beneficiários finais em relação aos contratos de garantia assinados (EUR)	41.431.829,01
26.1. Valor total do novo financiamento por empréstimo criado pela iniciativa PME [RDC artigo 39.º, n.º 10, b)]	
27. Número de contratos de empréstimos/garantias/capitais próprios ou quase-capitais/outras contratos de produtos financeiros assinados com os beneficiários finais, por produto	M04: 164,00 Total: 164
28. Número de investimentos em empréstimos/garantias/capitais próprios ou quase-capitais/outras investimentos em produtos financeiros efetuados com os beneficiários finais, por produto	M04: 154,00 Total: 154
29. Número de beneficiários financeiros apoiados pelo produto financeiro	M04: 159,00 Total: 159
29.1. De entre os quais, grandes empresas	M04: 2,00 Total: 2
29.2. De entre os quais, PME	M04: 112,00 Total: 112
29.2.1. De entre os quais, microempresas	M04: 81,00 Total: 81
29.3. De entre o qual pessoas singulares	M04: 45,00 Total: 45
29.4. De entre os quais, outro tipo de beneficiários finais apoiados	
29.4.1. Descrição de outro tipo de beneficiários finais apoiados	
33. Número total de garantias concedidas e revogadas por incumprimento	
34. Montante total autorizado para garantias concedidas e revogadas por incumprimento (em EUR)	
39. Efeito de alavancagem previsto e alcançado tendo como referência o acordo de financiamento	
39.1. Efeito de alavanca previsto para as garantias, tendo como referência o acordo de financiamento	5,70
39.2. Efeito de alavanca alcançado até final do ano de referência para as garantias	1,06
39.3. Investimento mobilizado através de instrumentos financeiros dos FEEI para garantias (facultativo)	
VI. O desempenho do instrumento financeiro, incluindo o progresso no seu estabelecimento e na seleção de organismos que o executem (incluindo o organismo que executa um fundo de fundos) [artigo 46.º, n.º 2, alínea f), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013];	
32. Informações sobre a operacionalidade, ou não, do instrumento financeiro no final do ano de referência	

32.1. Caso o instrumento financeiro já não estivesse operacional no final do ano de referência, data da sua liquidação	
VII: Juros e outras receitas geradas pelo apoio dos FEEI ao instrumento financeiro, os recursos do programa reembolsados ao instrumento financeiro a partir de investimentos, como referido nos artigos 43.º e 44.º, os montantes utilizados para o tratamento diferenciado, como referido no artigo 43.º-A, e o valor dos investimentos em capitais próprios relativamente aos anos anteriores [artigo 46.º, n.º 2, alíneas g) e i), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013]	
35. Juros e outras receitas gerados pelos pagamentos dos FEEI ao instrumento financeiro (em EUR)	
36. Montantes reembolsados ao instrumento financeiro atribuíveis ao apoio dos FEEI no final do ano de referência (em EUR)	
36.1. De entre os quais, reembolsos de capital (em EUR)	
36.2. De entre os quais, receitas e outros ganhos e lucros (em EUR)	
37. Montante dos recursos atribuíveis aos FEEI utilizados em conformidade com os artigos 43.º-A e 44.º	
37.1 De entre o qual, montantes pagos para tratamento diferenciado de investidores que operam de acordo com o princípio da economia de mercado, que prestam a contrapartida ao apoio dos FEEI ao instrumento financeiro ou coinvestem ao nível do beneficiário final (em EUR)	
37.2. De entre o qual, montantes pagos para o reembolso dos custos de gestão incorridos e pagamento das taxas de gestão do instrumento financeiro (em EUR)	
37.3 De entre o qual, montantes para cobertura das perdas no valor nominal da contribuição dos FEEI para o instrumento financeiro resultantes de juros negativos, se tais perdas ocorrerem apesar da gestão de tesouraria ativa por parte dos organismos que executam os instrumentos financeiros (em EUR)	
VIII. Progressos no sentido de alcançar o efeito de alavancagem previsto dos investimentos realizados pelo instrumento financeiro e valor dos investimentos e participações [artigo 46.º, n.º 2, alínea h), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013]	
38. Montante total de outras contribuições, não provenientes dos FEEI geradas pelo instrumento financeiro (em EUR)	
38.1 Montante total de outras contribuições, não provenientes dos FEEI, autorizado no acordo de financiamento assinado com o organismo de execução do instrumento financeiro (em EUR)	649.813,64
38.1-A. Contribuições a título do produto financeiro do BEI autorizado no acordo de financiamento com o organismo de execução do instrumento financeiro [apenas para os instrumentos referidos no artigo 38.º, n.º 1, alínea c)] (em EUR)	

38.2. Montante total de outras contribuições, não provenientes dos FEEI, pagas ao instrumento financeiro (em EUR)	649.813,64
38.2.1. De entre o qual, contribuições públicas (EUR)	649.813,64
38.2.2. De entre o qual, contribuições privadas (EUR)	
38.2-A. Contribuição a título do produto financeiro do BEI paga ao IF [apenas para os instrumentos referidos no artigo 38.º, n.º 1, alínea c)] (em EUR)]	
IX. Contribuição do instrumento financeiro para o cumprimento dos indicadores da prioridade ou medida em causa [artigo 46.º, n.º 2, alínea j), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013]	